

QUEIROZ VELLOSO

D. SEBASTIÃO

1554-1578



EMPRÉSA NACIONAL DE PUBLICIDADE

1945

3.ª EDIÇÃO

ET CETERA.

Grande prazer tenho em
levar o meu nome neste
exemplar, pertencente ao meu
amigo Fernando Campos.

Grauero de Lemos

NOTA DO AUTOR ORIGINÁRIA

D. SEBASTIÃO

ALGUMAS OBRAS DO AUTOR

- O ARQUIVO GERAL DE SIMANCAS. SUA IMPORTÂNCIA CAPITAL PARA A HISTÓRIA PORTUGUESA. 1923. Esgotada.
- A DOMINAÇÃO FILIPINA. 1930. Esgotada.
- O CARDEAL-REI D. HENRIQUE. NOVOS ASPECTOS DA SUA HISTÓRIA. 1930. Esgotada.
- UMA ALTA FIGURA FEMININA DAS CÔRTEZ DE PORTUGAL E DE ESPANHA NOS SÉCULOS XVI E XVII. D. FRANCISCA DE ARAGÃO, CONDESSA DE MAYALDE E DE FICALHO. 1931.
- COMO PERDEMOS OLIVENÇA. 1932. 2.ª edição, 1939.
- D. SEBASTIÃO (1554-1578). 1935. 2.ª edição no mesmo ano. Esgotadas.
- DON SEBASTIÁN. Traducción del portugués, por Ramón de Garciasol. Espasa-Calpe, Madrid, 1943.
- A PERDA DA INDEPENDÊNCIA. FACTORES INTERNOS E EXTERNOS QUE PARA ELA CONTRIBUIRAM. 1940. Esgotada.
- FERNÃO DE MAGALHÃES. A VIDA E A VIAGEM. 1941. Esgotada.

QUEIROZ VELLOSO

Professor jubilado da Universidade de Lisboa

Sócio efectivo da Academia das Ciências

Fundador da Academia Portuguesa da História

Correspondente da Real Academia da História, de Madrid

D. SEBASTIÃO

1554—1578

A nossa história, mais ainda do que a de outras nações da Europa, para surgir da sombra das lendas à luz clara da realidade, carece de indagações profundas, e de apreciações sinceras e desinteressadas.

ALEXANDRE HERCULANO

3.^a EDIÇÃO

REVISTA E AUMENTADA

LISBOA
EMPRESA NACIONAL DE PUBLICIDADE

1945



OFERTA

929

D. SEBASTIAO

1224-1228

Oficinas gráficas da Empresa Nacional de Publicidade
Avenida da Liberdade, 266 — LISBOA

CAPÍTULO I

A REGÊNCIA DE D. CATARINA DE AUSTRIA

Os duplos enlaces dos filhos de D. João III com os filhos de Carlos V. Suas consequências. — Nascimento do «Desejado». — Morte de D. João III. — A rainha viúva assume a regência. — Missão secreta do P.º Francisco de Borja. — A infanta D. Maria avista-se, na fronteira de Espanha, com sua mãe, a rainha D. Leonor. — Qualidades políticas de D. Catarina. — Nomeação de D. Constantino de Bragança para vice-rei da India. — Fundação da Universidade de Évora. A Companhia de Jesus é concedido o privilégio do ensino preparatório para a admissão em certas Faculdades da Universidade de Coimbra. — Escolha do aio e do mestre de D. Sebastião. — Casamento clandestino do duque de Bragança com uma sobrinha do duque de Aveiro. — Estabelecimento da Inquisição em Góa. — Os franceses no Brasil. — A rainha pretende abandonar a regência. — Pio IV autoriza a cobrança dum subsidio eclesiástico. Inaceitáveis condições da bula pontifícia. — O Concílio de Trento. — Cérco de Mazagão. — Renúncia definitiva de D. Catarina.

RARAS vezes, o cognome dado a um rei terá sido mais justificado, do que o epíteto que a história apôs a D. Sebastião. O seu nascimento foi ardente mente desejado pela nação inteira. Sobretudo, o povo da capital, depois da prematura morte do príncipe D. João, viveu horas de ansiedade, à medida que se aproximava o término da gravidez de D. Joana. O príncipe era o único sobrevivente dos nove filhos de D. João III e D. Catarina de Áustria. As suas bôdas com a infanta de Espanha celebraram-se na catedral de Lisboa, a 7 de Dezembro de 1552. Perfizera o herdeiro da coroa portuguesa quinze

anos e meio, pois nascera em 3 de Junho de 1537; e a noiva mais dois, por ter nascido a 24 de Junho de 1535.

Havia, porém, dez anos que o casamento estava tratado. A política, acentuadamente castelhana, da rainha D. Catarina — não obstante alguns panegiristas a considerarem tão dedicada a Portugal, como se fôsse portuguesa! — orientou-se sempre no sentido de casar os filhos com os filhos do imperador. Era o mais alto serviço que podia prestar às ambições do irmão; e em Janeiro de 1540, iniciou com o embaixador de Carlos V, D. Luis Sarmiento de Mendoza, as negociações necessárias para os duplos enlaces, que tomava tanto a peito. Tinha então dois filhos vivos, a infanta D. Maria e o príncipe D. João, *una cosa muy flaquita y muy dolentico*, como dizia o embaixador espanhol a D. Francisco de los Cobos, comendador-mor de Leão e um dos três conselheiros — os restantes eram o arcebispo de Toledo, cardeal D. João Tabera, e o terceiro duque de Alba, D. Fernando Alvarez de Toledo — que assistiam ao príncipe D. Felipe, a quem o pai deixara por governador de Castela, durante a sua ausência na Flandres⁽¹⁾.

A infanta, nascida em 15 de Outubro de 1527, completara já doze anos. Podia, portanto, traçar-se do seu casamento com o príncipe D. Felipe, apenas cinco meses incompletos mais velho do que a prima coirmã⁽²⁾. Ainda em vida da imperatriz D. Isabel, já as duas cunhadas haviam pensado na futura união dos seus filhos. Mas a imperatriz falecera no primeiro de Maio de 1539, não voltando a falar-se no assunto; em vista, porém, da idade dos príncipes, era tempo de reatar as conversações interrompidas. Com o evidente propósito de exaltar as vanta-

(¹) Carta de D. Luis Sarmiento de Mendoza a D. Francisco de los Cobos. Lisboa, 21 de Janeiro de 1540. Arquivo Geral de Simancas, Secretaria de Estado, Maço n.º 372.

(²) Lafuente (*Historia General de España*, P. III, liv. I, cap. xxxi), diz que a infanta tinha *medio (año) más que el príncipe*. É engano: o futuro Felipe II nasceu em 21 de Maio de 1527.

gens políticas dêsse enlace, escrevia D. Luis Sarmiento ao comendador-mor de Leão:

... Una de las cosas que mas agora importan al servycio de Su Magestad y bien dessos reynos es tener memoria del successo de lo de aqui, porque ciertamente paresce, y todos aca lo creen assy, que la señora Infanta sera la successora deste reyno y, si esto fuese, quanto importa su casamiento y quan gran bien seria, sy Dios fuese servydo, para essos reynos y aun para el bien de la Cristiandad que este reyno se tornasse a juntar con esse ().*

Duraram quásí três anos estas negociações; e o seu agente principal foi D. Catarina, mais decidida, mais interessada até que o próprio irmão, um momento indeciso entre casar o filho em Portugal ou em França. Refere Luiz Cabrera de Córdoba que o imperador consultara o príncipe D. Felipe sobre a conveniência dum duplo casamento, que assegurasse a paz entre os dois países, o dêle e o de sua irmã mais velha, a infanta D. Maria, respectivamente, com Madame Margarida e o duque Carlos de Orleans, filhos do rei cristianíssimo. O filho respondeu negativamente: os consórcios que deviam, a seu ver, efectuar-se, eram o seu e o de sua irmã mais nova, a infanta D. Joana, com os filhos dos reis de Portugal (*).

Na côte portuguesa era muito grande o partido adverso ao matrimónio da infanta D. Maria com o príncipe de Espanha. O príncipe D. João não tinha ainda três anos, e a sua saúde fôra sempre tão precária, que bem podia recear-se pela sua vida, como sucedera com os seus cinco irmãos, nenhum dos quais atingira sete anos. Os próprios confidentes e familiares da rainha se não atreviam a defender, em público, êsse enlace, que traria, porventura, o herdeiro de Espanha ao trono de

(*) Carta anteriormente citada.

(*) *Filipe Segundo, Rey de Espanha* (edição de 1876), t. I, págs. 7-8. Carlos V também pensára em casar o filho com Joana d'Albret, herdeira do trono da Baixa Navarra, para a reunir à Alta Navarra, arrancada a Joana d'Albret por Fernando o Católico, em 1512.

Portugal. A opinião geral, tanto na nobreza, como no povo, era que a infanta desposasse o tio, o infante D. Luis, apesar da diferença de idade, pois seria o mais seguro meio de afastar aquele perigo, caso o príncipe D. João falecesse.

As negociações com D. Luis Sarmiento de Mendoza foram conduzidas com o máximo segredo, pois qualquer inconfidênciaria deitaria por terra todos os planos da rainha, que não teve pouco trabalho em levar o marido a aceitar inteiramente a sua política castelhana. Ela mesmo fez sentir ao embaixador espanhol que não fizera *pequeño servicio* ao irmão *en tener ganada la voluntad al rey, conforme á la suya* (⁵); e que esse serviço era incomparavelmente mais valioso do que o mais avultado dote que pudesse ser dado à infanta sua filha. Como os soberanos portugueses tinham um só filho varão, fraco e enfermiço, e na sua falta era a irmã a sucessora, ninguém, em todo o reino, aprovaria aquele casamento, ainda que o imperador não pedisse um *maravedi* de dote (⁶). D. Catarina, inteligente como era, conhecia perfeitamente os sentimentos do povo português e as funestas consequências que de tal consórcio poderiam advir para a nossa independência; mas o desejo de ver a filha sentada no trono de Espanha fazia-lhe esquecer o que devia à sua condição de rainha de Portugal.

Iniciadas nos princípios de 1540, as negociações continuaram em 1541; e arrastaram-se ainda no ano seguinte, principalmente por causa do dote, que o imperador queria avolumar e D. João III reduzir. Alegava com razão D. Catarina — e repetidas vezes o disse a D. Luis Sarmiento — que o dote da filha tinha de sujeitar-se às necessidades do Tesouro português, a maior parte das quais eram devidas às enormes despesas que o rei fizera, pe-

(⁵) Carta de D. Luis Sarmiento de Mendoza a Carlos V. Lisboa, 4 de Setembro de 1541. A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 372.

(⁶) *Ibidem.*

dindo emprestado, a juro alto, o dinheiro necessário para pagar o dote da imperatriz, novecentas mil dobras, e uma indemnização de trezentos e cinqüenta mil ducados, pela posse das ilhas Molucas (¹).

Como o príncipe D. João melhorasse dos seus achaques, no dia 1 de Dezembro de 1542, foram assinadas em Lisboa, numa sala do Paço dos Estaus, as duplas capitulações matrimoniais, do príncipe D. Felipe com a infanta D. Maria, e do príncipe seu irmão com a infanta D. Joana. Para mais facilmente persuadir o público de que o negócio estava assente e resolvido, há muitos anos, entre as duas famílias reinantes, o imperador não nomeou, ao contrário da praxe habitual, nenhum embaixador extraordinário, e foi D. Luis Sarmiento de Mendoza quem assinou os contratos, da parte de Carlos V; como procurador de D. João III, assinou-os o conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal, vedor da Fazenda. O dote da infanta D. Maria seria de quatrocentos mil cruzados; o da infanta castelhana de metade.

Em 13 de Janeiro de 1543, numa das salas do Paço de Almeirim, o embaixador espanhol, em nome do príncipe D. Felipe e da infanta D. Joana, ratificou as capitulações matrimoniais. Meses depois, chegaram as bulas de dispensação de parentesco, promulgadas por Paulo III. O casamento da infanta D. Maria podia efectuar-se imediatamente; o do irmão — que não tinha ainda seis anos — aguardaria que ele atingisse a idade conveniente para consumar o matrimónio.

A 13 de Maio, domingo de Pentecostes — erram alguns cronistas a data — celebraram-se, no mesmo Paço, os desposórios da infanta, por palavras de presente, com D. Luis Sarmiento, procurador do príncipe de Espanha.

(¹) O minucioso estudo destas negociações, absolutamente desconhecidas dos historiadores, fê-lo o autor sobre a copiosa e valiosíssima correspondência diplomática, existente no Arquivo Geral de Simancas. Será publicado, com todos os documentos, em monografia especial, *A política castelhana da rainha D. Catarina de Áustria*, pertencente à série dos seus *Estudos Históricos*.

nha; e em 10 de Outubro, partiu a princesa para Castela, acompanhada pelo duque de Bragança, D. Teodósio, e o arcebispo de Lisboa, D. Fernando de Vasconcelos e Meneses. No dizer do embaixador espanhol, era D. Maria *tan alta y mas que su madre, ... muy bien despuesta, mas gorda que flaca, y no de manera que no le esté muy bien* (¹).

Aguardada na fronteira do Caia, pelo duque de Medina Sidonia, D. João Alonso de Guzmán, e o bispo de Cartagena, D. João Martínez Silíceo, tais discussões se levantaram sobre quem tinha a preferência, no ceremonial da entrega da princesa, que alguns fidalgos portugueses já apregoavam, como radical solução, o seu regresso a Lisboa, para casar com o infante D. Luiz, *con quien todo el reino queria que se casase, y que ninguno d'él había sido llamado para dar parecer de que viniese á Castilla, como se acostumbra siempre en estos casos* (²).

Cederam, por fim, os espanhóis; e a princesa dirigiu-se então, a pequenas jornadas, para Salamanca, onde se realizaram as bodas, na noite de 14 para 15 de Novembro, sendo padrinhos os duques de Alba. O imperador estava ausente na Alemanha, para onde partira seis meses antes, por causa de nova guerra contra Francisco I. Deste casamento nasceu, em 8 de Julho de 1545, o infante D. Carlos, de quem tanto se deviam depois ocupar a literatura e a história; e, passados quatro dias, falecia a mãe, levando para o túmulo o ambicioso sonho da rainha D. Catarina.

(¹) Carta de D. Luis Sarmiento de Mendoza a D. Francisco de los Cobos. Lisboa, 25 de Julho de 1542. A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 373.

(²) *Relacion del recibimiento que se hizo á Doña María, Infanta de Portugal, hija de don Juan el tercero, etc. (Colección de documentos inéditos para la historia de España, tomo III, págs. 361-418.*

*
* *

O príncipe português fôra, desde o nascimento, muito doente. Aos três anos, ainda não largara inteiramente o peito da ama, nem pronunciava qualquer palavra, correndo até na côrte o boato de que era surdo-mudo; mas os médicos afirmavam que ouvia bem⁽¹⁰⁾. Realmente, tinha três anos e meio, começou a falar, com grande lentidão⁽¹¹⁾. Ao perfazer os quatro anos, em Junho de 1541, sobreveio-lhe uma febre contínua, sendo preciso sangrá-lo e abrir-lhe sarjas nas pernas, chegando a recear-se a sua morte, de momento a momento⁽¹²⁾. Conseguiu, no entanto, escapar, ficando numa debilidade e fraqueza extremas. Depois melhorou; e essas melhorias bastaram, para que, no ano seguinte, se negociasse também o seu casamento com a infanta D. Joana. Jurado herdeiro do trono em 1 de Abril de 1544, dois meses antes de completar sete anos, era uma criança gentil, de presença agradável, se bem que excessivamente voluntarioso e colérico, com fúrias terríveis, quando lhe não satisfaziam os caprichos, apesar dos discretos conselhos do conde de Vimioso, seu camareiro-mor⁽¹³⁾. A saúde, porém, não se mostrava firme, pois sofria amiúdados acessos febris, que os médicos procuravam debelar com freqüentes sangrias⁽¹⁴⁾.

⁽¹⁰⁾ Carta de D. Luis Sarmiento de Mendoza a Carlos V. Lisboa, 20 de Maio de 1540. A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 372.

⁽¹¹⁾ Carta de D. Luis Sarmiento de Mendoza a Carlos V. Lisboa, 3 de Outubro de 1540. Idem, id., id.

⁽¹²⁾ Carta de D. Luis Sarmiento de Mendoza a D. Francisco de los Cobos. Lisboa, 16 de Junho de 1541. Idem, id., id.

⁽¹³⁾ Carta do embaixador Lopo Hurtado a Carlos V. Évora, 6 de Julho de 1544. A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 373.

Lopo Hurtado sucedera a D. Luis Sarmiento, em Fevereiro de 1544.

⁽¹⁴⁾ Carta de Lopo Hurtado ao príncipe D. Felipe. Lisboa, 10 de Julho de 1544. Idem, id., id.

Em 1551, completando a infanta D. Joana dezasseis anos e o príncipe D. João catorze, trataram os monarcas portugueses de apressar o seu casamento, nos termos do contrato de 1 de Dezembro de 1542; e quatro dias antes do Natal, no Paço de Almeirim, foi por D. João III e o príncipe assinada a procuração, conferindo a Lourenço Pires de Távora, embaixador em Castela, os poderes necessários para desposar, por palavras de presente, a infanta de Espanha. Realizou-se esta cerimónia na cidade de Toro, em 11 de Janeiro de 1552, com a assistência do irmão, o príncipe D. Felipe, que já regressara da sua primeira viagem à Flandres e à Alemanha, e governava então os reinos de Castela e Aragão, em nome do imperador (¹⁵).

Pelos vagares do enxoval, não pôde a princesa partir em meados de Março, como desejavam os sogros. Em Outubro, porém, tudo estava pronto; e a 27 saía de Toro, acompanhada pelo duque de Escalona, D. Diogo López Pacheco, e o bispo de Osma, D. Pedro de Acosta, que a deviam entregar na fronteira aos representantes de D. João III, o duque de Aveiro, D. João de Lencastre, e o bispo de Coimbra, D. João Soares. Além de Lourenço

(¹⁵) Como flagrante exemplo de inexatidão, transcrevo da *Chronica del Rey Dom João o III*, de Francisco de Andrade, êste trecho relativo ao casamento do príncipe D. João (P. IV, cap. 95):

Entrando já em idade de quinze para dezasseis annos o princepe dom João, d'este nome o coarto, parecio tem e devido a el Rey nosso senhor seu pay, e aos do seu conselho, tratar-se já então do seu casamento, porque como elle era só, e unico erdeyro destes reynos,... claramente entenderão todos que era necessário, e cumpria muyto não se dilatar mais este negocio... Tomada esta resolução, consultou logo sua Alteza cos principaes da corte em que parte se faria esta nova liança, que fosse melhor e mais conveniente para bem deste reyno, e depois de largos descursos, e não sem algúa variedade de pareceres, se vierão todos a resolver, que em nenhúa parte se podia fazer este casamento do princepe que melhor fosse para este reyno, que em Castella com a princesa dona Joanna sua prima com irmam.

D. João III não ouviu o Conselho, nem os principais fidalgos da corte sôbre êstes enlaces. O do príncipe foi resolvido e até assinado o contrato, quando D. João tinha cinco anos e meio.

Pires de Távora — que, para não abandonar a princesa, fôra substituído na embaixada de Castela por D. António de Saldanha — e de D. Luis Sarmiento de Mendoza, que voltava a ocupar o seu antigo posto em Portugal, a comitiva de D. Joana era tão numerosa, que o próprio monarca se assustou com a despesa, que traria à corôa (16).

Chegando a Badajoz em 13 de Novembro de 1552, só a 25 entrou em Elvas, sendo a demora, como sempre, devida a controvérsia sobre fórmulas de etiqueta, no acto da entrega. A 5 de Dezembro, foi D. João III buscá-la ao Barreiro, entrando em Lisboa já de noite; e na sala grande do Paço da Ribeira, logo seu tio, o cardeal D. Henrique, casou os príncipes.

Tinha D. João quinze anos e meio. De aspecto riso-nho, estimando muito as letras e quantos as cultivavam, o herdeiro da corôa gozava das simpatias gerais. D. Joana, na flor dos dezassete anos, era realmente formosa; mas não conquistára a afeição da nobreza, nem do povo. Dando ostensivas demonstrações de amor conjugal — quando o marido ia caçar para Almeirim, sua diversão predilecta, cobria a cabeça com uma touca e retirava-se de todo o convívio — o seu carácter séco e altivo repelia, em vez de atrair. Confessava-se e comungava tôdas as semanas, o que podia agradar aos sogros, mas apresentava-se quâsi sempre de rosto carregado e duro, *rosti-tuerta* — como escrevia a Carlos V o embaixador D. Luis Sarmiento. Entretinha-se freqüentemente com *juegos de devocion*; mas deixava-se levar por ditos e enredos palacianos, em que desempenhava o principal papel Lourenço Pires de Távora, espírito ambicioso e intrigista, que abusava do ascendente que adquirira sobre o ânimo da

(16) Segundo a *Memória*, publicada no tomo III das *Provas da Historia Genealógica da Casa Real Portugueza* (págs. 68-80), eram 182 as pessoas que vierão com a Princesa D. Joana em seu serviço.

princesa, durante os meses em que lhe fizera companhia (¹⁷).

Habitavam os príncipes à parte, nas casas de Álvaro Peres de Andrade — ou Fernão Álvares de Andrade, segundo outros — contíguas ao Paço da Ribeira, para o qual se abrira uma passagem interior. Em fins de Maio, era corrente que D. Joana estava grávida; e redobraram as manifestações amorosas do príncipe, que só junto da esposa se sentia bem. Nos meados de Outubro, caiu D. João doente, com sintomas assustadores. Tinham os médicos, fundando-se na débil compleição do príncipe, dado parecer contrário ao seu casamento prematuro; mas a impaciência dos pais não fez caso da consulta. Convencidos de que a doença procedia «da demasiada comunicação, e amor, com que se havia com a Princeza, sua mulher» (¹⁸), ou que tão ardente excitação agravaria, pelo menos, a sua fraqueza, resolveram separar os príncipes, como se efectuou no mês seguinte, passando D. Joana para os aposentos da rainha, só podendo ver-se duas ou três vezes por dia (¹⁹).

O mal, porém, foi aumentando. Acentuou-se o rápido emagrecimento do príncipe. A diabetes — *habetica passio, paixão habetica*, como a diagnosticaram os médicos da corte, entre os quais o famoso Dr. Fernão Abarca Maldonado, que viera com a princesa D. Joana — tem sempre um desenlace fatal, nestas idades. Depois dum longo martírio — apesar da insaciável sede, provocada pela doença, não lhe permitiam que bebesse senão um quartilho de água em cada vinte e quatro horas, dada por

(¹⁷) Carta de D. Luis Sarmiento de Mendoza a Carlos V. Lisboa, 2 de Setembro de 1553. A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 376.

(¹⁸) D. Manuel de Meneses, *Chronica do muito alto, e muito esclarecido Príncipe D. Sebastião decimo sexto Rey de Portugal*, Primeira Parte, cap. vi.

(¹⁹) Carta de D. Luis Sarmiento de Mendoza ao príncipe D. Felipe. Lisboa, 14 de Novembro de 1553. A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 376.

medida — na madrugada de 1 de Janeiro de 1554, aproveitando a breve ausência do moço da guarda-roupa, que dormia na mesma câmara, saíto do leito e, abrindo a janela, embebeu várias vezes uma toalha na chuva que caía, sorvendo-a com sofreguidão. Ao voltar para a cama, tombou no chão, sem sentidos. Acudiram imediatamente diversos moços fidalgos; mas os esforços dos médicos não conseguiram despertá-lo dêsse estado comatoso, e no dia imediato, às três horas da tarde, falecia o príncipe D. João, na idade de dezasseis anos e sete meses incompletos (20).

Julgava-se terminado, ou prestes a terminar, o período da gestação, estando a princesa já assistida da parteira. Decidiram, por isso, os sogros não lhe dar conhecimento da morte do marido e impedir que, por imprudência ou doentio empenho de contar novidades, alguém lhe ministrasse a notícia. Quando a visitavam, nunca vestiam trajes de luto, e o mesmo faziam as damas e criadas, que a serviam; mas a proibição de se avistar com o príncipe deu-lhe quásí a certeza da dolorosa verdade, que procuravam encobrir. No dia 19, à tarde, começou D. Joana a sentir os primeiros rebates do parto. Por volta da meia noite, apontaram as dores. Do Paço mandaram então aviso a todos os mosteiros para que se fizessem preces; e ao toque do sino grande da Sé, como ordenára o arcebispo, ali se foram juntando o clero da cidade e muitas comu-

(20) Carta de D. Luis Sarmiento de Mendoza ao príncipe D. Felipe. Lisboa, 16 de Janeiro de 1554. A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 377.

O cronista Francisco de Andrada (*Chron. cit.*, P. IV, cap. 108) reporta o facto à manhã de 31 de Dezembro; e conta com minúcia — como se alguém o houvesse visto — que o príncipe «apanhou tanta (agoa) com húa toalha, que espremedoa num pucaro o bebeo cheyo coatro ou cinco vezes». D. Manuel de Meneses (*Chroni. cit.*, cap. vi) não menciona o dia, mas relata que o príncipe bebeu «agoa da chuva, que achou empoçada no pé de huma janella,... e sendo muita, e choca, fez-lhe muito mais mal, e empeyorou». Têm outra precisão e segurança as informações do embaixador espanhol.

nidades religiosas, que depois das duas horas saíram em procissão para a igreja de S. Domingos, levando sob o pálio um braço de S. Sebastião, relíquia que fôra roubada durante o saco de Roma, no pontificado de Clemente VII, e Carlos V oferecera ao cunhado (21).

Entre as oito e as nove horas da manhã nasceu o príncipe; e quando das janelas do palácio anunciaram ao povo, aglomerado na larga praça fronteira, que D. Joana dera à luz um filho varão, foram tão gerais, tão clamorosas as expansões de alegria e de júbilo, como enormes eram o desassocêgo e o cuidado em que, há dezoito dias, todos viviam. Na realidade, só o nascimento dum príncipe podia afastar de Portugal o perigo de ser o reino herdado pelo infante D. Carlos, de Espanha.

Ao contrário do que afirmaram muitos historiadores, antigos e modernos, nas capitulações matrimoniais dos filhos de D. João III com os filhos de Carlos V, não há cláusula alguma, estipulando que no caso do soberano português falecer, sem deixar legítimo herdeiro masculino, a sucessão da corôa passaria para a infanta D. Maria e filhos nascidos do seu matrimónio com o primo. É certo que o príncipe D. Felipe, no correr das negociações, exigiu que antes do consórcio fôsse a infanta jurada herdeira presuntiva do trono. D. Luis Sarmiento dividiu

(21) Todos os prodígios que, no dizer de vários historiadores, antecederam o nascimento de D. Sebastião, foram inventados depois da catástrofe de Alcácer-Quibir.

De Sebastian de Mesa (*Jornada de Africa por el Rey Don Sebastian. Y union del Reyno de Portugal a la Corona de Castilla*. Barcelona, 1630) e Manuel de Faria e Sousa (*Europa Portuguesa*, tomo II. Lisboa, 1679), os copiaram e acrescentaram: D. Juan de Baena Parada (*Epítome de la vida, y hechos de Don Sebastian dezimo sexto Rey de Portugal, y unico deste nombre*. Madrid, 1692), D. Manuel de Meneses (*Chron. cit.*, Lisboa, 1730), Diogo Barbosa Machado (*Memorias para a historia de Portugal, que comprehendem o governo del Rey D. Sebastian, unico em o nome, e decimo sexto entre os monarcas portuguezes*. Lisboa, t. I, 1736), e P.º José Pereira Baião (*Portugal cuidadoso, e lastimado com a vida e perda do Senhor Rey D. Sebastian o Desejado de saudosa memoria*. Lisboa, 1737).

a resposta em duas partes: se o príncipezinho português falecesse, seria a irmã a sucessora; quanto ao juramento prévio, ainda que o pusessem a tormento, a ninguém *tocaria en esa materia* pelos *mill yncovinientes*, que daí resultariam (22). Quando se tratou, porém, de redigir o contrato ante-nupcial, o embaixador de Espanha conseguiu que D. Catarina e o marido consentissem na inserção daquela cláusula. Mas os protestos do conde de Vimioso, D. Francisco de Portugal, que devia assinar as capitulações como procurador de D. João III, e talvez o receio da indignação popular, obstaram a que tão deprimente condição fosse lançada no contrato (23).

A situação, agora, era diferente, porque a princesa falecera. Deixára, porém, um filho que, na qualidade de neto de D. João III, podia herdar os seus bens patrimo-

(22) Carta de D. Luís Sarmiento de Mendoza ao cardeal Ta-
bera. Lisboa, 1 de Julho de 1541. A. G. de Simancas, Sec. de
Estado. Maço n.º 372.

(23) A decisiva intervenção do conde de Vimioso é assim con-
firmada por Fr. Luís de Sousa (*Annaes de El Rei Dom João Ter-
ceiro*, P. II, liv. II, cap. IV): «Lembranças achei dinas de todo
credito, que reclamou esta cláusula, com toda efficacia, e ainda
com dor, o Conde do Vimioso, Dom Francisco de Portugal, ale-
gando que se não podia contratar a sucessão do Reyno, por ser
ponto que totalmente pendia de justiça, e não do arbitrio de
partes».

Afirmaram que nas capitulações matrimoniais existia a refe-
rida cláusula, os historiadores: D. Manuel de Meneses, *Chron. cit.*
pág. 28; Fr. Manuel dos Santos, *Historia Sebastica*, pág. 3; Ma-
nuel Pinheiro Chagas, *Historia de Portugal*, 1.ª ed., vol. IV,
pág. 279; Manuel Bento de Sousa, *O Doutor Minerva*, pág. 172;
Bruno (José Pereira de Sampaio), *O Encoberto*, pág. 67; Carlos
Malheiros Dias, *O «Piedoso» e o «Desejado»*, pág. 22; e outros.

Se D. Manuel de Meneses, cronista-mor do reino, o dizia,
o facto era verdadeiro; e todos o reproduziram, sem verificação,
não obstante o tomo III das *Provas da Historia Genealogica* ter
depois (1744) inserido o contrato (págs. 81-100). D. Manuel de
Meneses tinha, na Tôrre do Tombo, o original; mais uma prova
de que o manuscrito da *Chronica*, publicado em 1730 por Miguel
Lopes Ferreira, não é de D. Manuel de Meneses, mas de outro
autor — talvez o P.º José Pereira Baião — manuscrito aliás muito
aumentado, como confessa o próprio editor.

niais, e até o trono, se não houvesse príncipe português, que o preferisse; sobretudo, tendo a apoiá-lo o enorme poder do outro avô. Este perigo muitos o previam. Relata D. Luís Sarmiento de Mendoza ao secretário de Estado, João Vásquez de Molina, que no dia do nascimento de D. Sebastião e domingo seguinte, quer nas procissões, quer nos púlpitos, só se ouviam graças a Deus, por ter libertado o reino de cair em mãos de castelhanos; e que alguém espalhára *cartas en Palacio y fuera del diciendo mill males del Rey y de la reyna del mal que le avia hecho*, casando a infanta D. Maria com o futuro rei de Espanha (24).

Em 28 de Janeiro, na capela do Paço, realizou-se o baptizado do novo príncipe, a quem impuseram o nome de Sebastião, para memória do dia em que nascera. Só depois dessa cerimónia se comunicou a D. Joana o falecimento do marido, e deram princípio às demonstrações públicas de luto, com solenes exéquias no mosteiro de Belém, onde fôra sepultado.

Segundo as capitulações matrimoniais, as princesas D. Maria e D. Joana, no caso de ficarem viúvas, poderiam regressar a Portugal e a Castela, sem impedimento algum. E como o príncipe D. Felipe tinha de sair de Espanha para Inglaterra, pois já estava ajustado o seu matrimónio com a rainha Maria Tudor — prima germana de Carlos V, por sua mãe, D. Catarina de Aragão — convinha-lhe que a irmã o ficasse substituindo no governo daquele reino, enquanto êle ou o pai não voltassem à Península. Neste sentido instou os soberanos portugueses; e em 15 de Maio de 1554, D. Joana abandonou Lisboa, para nunca mais voltar, deixando o filho entregue ao cuidado dos sogros. Até Arraiolos acompanhou-a o infante D. Luís; e dali à fronteira o duque de Bragança, D. Teodósio, e D. Duarte de Almeida, que ia ocupar o posto de embaixador em Castela. Em Alcântara, espe-

(24) Lisboa, 28 de Janeiro de 1554. A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 377.

rava-a o irmão, e jorna dearam juntos até ao castelo de Abadia; aqui se separaram, D. Felipe em direcção à Corunha, onde embarcou, e ela para Valladolid, com o título de governadora, conforme os poderes que o imperador lhe outorgára em Bruxelas, a 31 de Março antecedente.

*

* * *

Cêrca da meia noite de sexta-feira, 11 de Julho de 1557, fulminado por uma apoplexia, faleceu D. João III. As cinco horas da tarde do dia seguinte, porque o corpo se estava rapidamente decompondo, saiu o funeral do Paço da Ribeira para o mosteiro dos Jerónimos. Não deixára testamento, e o neto completára, em Janeiro, três anos. Era, portanto, indispensável tratar da regência.

No domingo, por ordem de D. Catarina, foram convocados para o Paço: o cardeal D. Henrique; o Senhor D. Duarte, filho do infante D. Duarte; D. António, filho bastardo do infante D. Luís; os duques de Bragança e de Aveiro, D. Teodósio e D. João; o conde de Vimioso, D. Afonso de Portugal, e o barão de Alvito, D. Rodrigo Lôbo, vedores da Fazenda; o arcebispo de Lisboa, D. Fernando de Vasconcelos e Meneses; e o regedor da Casa da Suplicação, João da Silva. Estava presente o secretário de Estado, Pedro de Alcáçova Carneiro, o qual, sendo inquirido se D. João III deixára testamento, respondeu negativamente; mas tinha em seu poder uns apontamentos, escritos por êle e redigidos pelo chanceler-mor, Dr. Gaspar de Carvalho, a instâncias do monarca falecido, apontamentos que deviam ser tomados como uma verdadeira verba testamentária, pois representavam a sua última vontade de confiar à rainha a tutoria de D. Sebastião e a regência do reino. Mandado chamar o chanceler-mor, confirmou as declarações de Pedro de Alcáçova, concordando os presentes em que o governo fôsse entregue a D. Catarina, e convidados os vereadores da Câmara Municipal de Lisboa — que então eram apenas três, D. Henrique de Castro, Simão de Melo e o licenciado

Francisco Dias — a dar também o seu voto. Comparecendo imediatamente, não dissentiram da escolha; porém, logo declararam que tinham de reunir o Senado para conhecer a vontade do povo, e que essa reunião se efectuaria no dia imediato, pela manhã. Para a tarde, ficou assente que todos de novo se juntassem no Paço.

A reunião, na Câmara, a que assistiram, além dos vereadores, o juiz do povo, os procuradores da cidade, os procuradores dos mesteres ou delegados da Casa dos Vinte e Quatro, e algumas pessoas principais, não decorreu tão serena, como desejariam os partidários da rainha. Houve quem recordasse que ela era castelhana, tia e sogra de Felipe II, que já fôra proclamado rei de Espanha, pela abdicação do pai. Mas, afinal, foi aprovado o seu nome para regente e tutora do neto.

A sessão, que nessa mesma tarde se realizou no Paço da Ribeira, já não era uma reunião particular, uma sessão preparatória, como a da vespere. Teve um carácter oficial, presidindo a rainha; e é da respectiva acta, que me sirvo, para a narração do que ali se passou. Disse D. Catarina que por não estar, «com seu grande nojo,... em disposição de o poder fazer», pedia ao Cardeal seu irmão que, em nome dela, «quisesse propor às pessoas sobreditas (tôdas as que tinham concorrido à reunião antecedente) as cousas para que ali eram vindos»; e D. Henrique referiu então que o extinto rei «tinha feito certos capítulos de seu testamento... tocante à tutoria, e curadoria de Dom Sebasiam, Príncipe herdeiro, e sucessor destes Regnos, e Senhorios, filho primogenito do Príncipe Dom Joham, que Deos tem, filho do dito Senhor Rey, e da Senhora Rainha; e assi acerca da governança dos ditos Regnos, e Senhorios para depois de seu falecimento: os quaes posto que não ficasssem assinados pelo dito Senhor Rey, por sua supita, e grave doença lhe não dar para isso lugar, para lhes a elles constar da vontade do dito Senhor, lhe parecera necessario mandar-lhes ler, e publicar os ditos capitulos na forma, em que estavão». E o secretário, Pedro de Alcâçova Carneiro, «que os escrevera, os leria».

Esses capítulos foram imediatamente «lidos em alta, e inteligível voz», por Pedro de Alcáçova. D. João III mandava que a rainha fôsse tutora e curadora do príncipe seu neto até á «idade de vinte annos cumpridos,... e que em todo o dito tempo a dita Rainha o crie, e ordene tudo aquillo, que para a criação de sua pessoa, e seu serviço for necessario». Quanto à regência, atendendo ao seu grande zêlo, prudência, discreção e intiereza «e a muita experiença, que tem dos negocios do governo dos ditos Regnos, e Senhorios, os quaes eu sempre com ella communiquei, e pratiquei», determinava o monarca que, enquanto D. Sebastião não completasse vinte annos, «a Rainha sua Avó seja Governadora dos ditos Regnos, e Senhorios, e os governe nas cousas de justiça, fazenda, e em todas as outras cousas, que tocarem á governança delles». Os apontamentos terminavam por uma exortação de D. João III ao neto, ao cardeal, seu irmão, e a D. Duarte, seu sobrinho, rogando e encomendando-lhes muito que reconhecessem a rainha por governadora, e lhe obedecessem em tudo; e o mesmo mandava «aos Duques, Marquezes, Arcebisplos, Bispos, Condes, e a todos outros meus Vassalos, e naturaes de qualquer Estado, e condição que sejão».

Terminada a leitura, Pedro de Alcáçova, pondo a mão direita sôbre os Santos Evangelhos, jurou que tal era «a ultima, e derradeira vontade do dito Senhor Rey», por êle próprio «notada, e declarada», como podia dar testemunho o chanceler mor, ali presente. O Dr. Gaspar de Carvalho, depois de prestar idêntico juramento, declarou «que o dito Senhor fizera os ditos Capitulos, e os notara por si mesmo alguns meses antes do dito seu falecimento, e por algumas vezes, que nelles estivera até os acabar; pollo que elle dito Chanceler mor testemunhava... que aquella era, e fôra a vontade do dito Senhor Rey» (25).

(25) Diogo Barbosa Machado, *Memorias del Rey D. Sebastião*, P. I, liv. I, cap. II; Fr. Manuel dos Santos, *Historia Sebastica*, liv. I, cap. II; *Provas da Hist. Genealogica*, t. III, págs. 17 e 22.

É evidente que esta cena tinha sido combinada e preparada entre a rainha e o sagacíssimo secretário de Estado, criatura da sua plena confiança. Basta atentar nas palavras de D. Catarina, ao abrir a sessão, e nas que, a seu pedido, pronunciou o cardeal, para se ver que D. Henrique fôra prevenido da existência de tais apontamentos pela cunhada, que soubera também levá-lo a tomar a iniciativa de propor a sua leitura aos circunstantes. Não é, portanto, de aceitar a opinião apresentada por Rebêlo da Silva, na sua *História de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, de que o cardeal ignorava decerto esse papel, «até lhe ser declarado, para o desherdar das elevadas funções a que aspirava»⁽²⁶⁾. Se êle fôsse um insaciável ambicioso do poder, como o pintam êsse e outros historiadores, não acederia ao pedido que a rainha lhe fizera. Sem impugnar a veracidade dos apontamentos — aliás mais que suspeitos, e cujo valor legal era nulo, pois não estavam assinados, nem ao menos escritos por D. João III — podia o cardeal lembrar, que sobre um assunto tão importante — D. Sebastião tinha apenas três anos e cinco meses incompletos — se ouvissem, com a maior urgência, as Cortes; não esquecendo que o rei extinto as reúnira, sempre que seus filhos foram jurados herdeiros da corôa.

Continuemos, porém, a narrativa dessa importante sessão histórica, bastante romanceada por alguns escritores. Logo que o chanceler-mor concluiu a sua declaração, disse a rainha que «pollo tempo em que estava se não atrevia verdadeiramente a tomar os trabalhos de tão grande carrego, e peso, porque seu intento principal era encomendar a alma do dito Senhor Rey, e a sua, a Nosso Senhor, segundo a obrigação, que a Sua Alteza tinha. Porem lembrando-se ella da confiança que o dito Senhor Rey della tinha, e dos desejos grandes, que ella tinha em todo satisfazer sua vontade, e cumprir o que por Sua Alteza lhe fosse mandado atee á morte, ella acei-

(26) Tomo 1, pág. 24.

taria de o fazer, contanto que o Senhor Cardeal Iffante seu Irmão a quizesse ajudar a fazer, e cumprir tudo o contheudo nos ditos Capitulos assy, e da maneira, que pollo dito Senhor Rey nelles lhe era a ella mandado».

Pedro de Alcáçova Carneiro interveio então — e também se não pode duvidar de que a intervenção fôra ajustada com D. Catarina — para acrescentar que o que êle «tinha compreendido da vontade, e tenção do dito Senhor Rey em sua vida era querer que o dito Senhor Cardeal seu Irmão servisse, e ajudasse a dita Senhora Rainha naquellas cousas». Desta forma, ficava lisonjeada a vaidade de D. Henrique e afastado o perigo de qualquer oposição à regência duma estrangeira. O cardeal, respondendo à rainha, observou que «pois Sua Alteza assy lho mandava, e parecia serviço de Nosso Senhor, e seu, e bem destes Regnos, e Senhorios, era contente de nisso a servir, e ajudar na maneira em que lhe por ella era mandado». E imediatamente lhe beijou a mão, como fizeram as pessoas presentes, «cada huma per si, e os ditos Vereadores em nome da dita Cidade». Havendo todos declarado que ratificavam e aprovavam «a vontade que o dito Senhor Rey tivera», a Rainha «aceptou a dita tutoria, e curadoria, e governança, assy e da maneira que pelo dito Senhor Rey nos ditos Capitulos era ordenado, e mandado; e disse, que era contente de com ajuda do dito Senhor Cardeal o aceptar na maneira que por ella estava dito, e declarado; e que se obrigava de bem, e verdadeiramente administrar a dita tutoria, e curadoria do dito Senhor Princepe seu Neto».

A acta desta reunião, lavrada por Pedro de Alcáçova Carneiro, como notário público geral do reino, não foi assinada nesse mesmo dia — «por não haver tempo», diz a escritura — mas no dia seguinte, 15 de Junho, estando então também presentes o marquês de Vila Real, D. Miguel de Meneses, e o conde da Castanheira, D. António de Ataíde, que era, como o conde de Vimioso e o barão de Alvito, vedor da Fazenda. É, na realidade, singular que para as sessões dos dias 13 e 14 — a que aliás não assistiram todos os membros do Conselho, mas apenas

uma parte — não fôssem convocados o conde da Castanheira, o valido, o amigo mais dilecto, desde a adolescência, do soberano falecido, e o marquês de Vila Real, cuja fidalguia o colocava imediatamente apôs os duques de Bragança e de Aveiro. Mas êste aplaudira a ousadia do pai, que há quinze anos, em Conselho, apontara os inconvenientes políticos do consórcio da infanta D. Maria com o príncipe real de Castela; e D. António de Ataíde, talvez por ser o único ministro que, sem ambages, patenteava ao extinto monarca a verdadeira situação do Tesouro. Também foi o único dos ministros de D. João III, que a rainha dispensou, apesar da sua competência financeira (27).

Como iam longe — não obstante serem do século anterior — os tempos da menoridade de D. Afonso V! D. Duarte, por um testamento autêntico, investira a viúva, D. Leonor de Aragão, na tutela do filho e no governo do reino. Pois as Côrtes revogaram êsse testamento e deram a regência ao infante D. Pedro. Agora, a nobreza estava, em geral, reduzida a serventuários do Paço; e o povo perdera a altaiva consciência do seu valor colectivo.

Na quarta-feira, 16, verificou-se a aclamação do novo rei. Para mostrar a inquietação, o sobressalto de quantos reflectiam na melindrosa situação do país, lembrei unicamente as palavras que depois dessa cerimónia, em alta voz, pronunciou nos corredores do Paço o corregedor da Corte, Simão Gonçalves, dizendo que o príncipe de Castela ainda o viria a ser de Portugal, pois o pequenino monarca, que acabava de ser jurado, comia por mão de castelhanos. Assim o contava o embaixador espanhol,

(27) D. Catarina não o demitiu. Foi D. António de Ataíde, com o fundamento de servir, há vinte e oito anos, o ofício de vedor da Fazenda, que «o largou em mãos da Raynha logo que começou a governar» (Fr. Luiz de Sousa, *Annaes de El Rey Dom João Terceiro*, pág. 451). Todos sabem como estas coisas se insinuam.

D. João Hurtado de Mendoza, em carta de 26 de Junho de 1557, à princesa D. Joana, mãe de D. Sebastião (28).

*

* * *

D. Catarina mandou a Carlos V, que já se encontrava em Yuste, desde 3 de Fevereiro de 1557 — depois da sucessiva abdicação de todos os seus Estados — o antigo embaixador de Portugal em Castela, D. Gil Eanes da Costa, para comunicar ao irmão, não só a morte do marido, como a exaltação ao trono do príncipe seu neto, cuja tutoria ela aceitaria, com a regência do reino. O imperador, porém, já o sabia, por cartas de D. João Hurtado de Mendoza e de D. Sancho de Córdoba, que fôra enviado a Lisboa, ainda em vida de D. João III, com a missão de apressar a partida da infanta D. Maria para Espanha, onde ansiosamente a aguardava sua mãe, a rainha D. Leonor.

Logo que a princesa D. Joana — que continuava governando os reinos de Castela e Aragão, em nome de Felipe II, ausente na Flandres — teve notícia do falecimento do sogro, resolveu mandar a Portugal um embaixador, lembrando que o herdeiro da corôa era seu filho, e sobre ele tinha, portanto, direitos, devendo ser ouvida em tudo que lhe dissesse respeito, como a escolha dos mestres e o pessoal da sua casa. A D. Fradique Enríquez de Guzmán deu, nesse sentido, instruções escritas; e entregou-lhe também cartas para algumas das principais figuras da corte portuguesa, como o duque de Aveiro, o conde da Castanheira, Lourenço Pires de Távora e o secretário Pedro de Alcâçova (29).

(28) A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 379.

D. João Hurtado de Mendoza sucedera, como embaixador interino, a D. Luís Sarmiento, falecido em Lisboa a 4 de Setembro de 1556, no quarto ano da sua segunda embaixada.

(29) D. Alfonso Danvila y Burguero, *Don Cristobal de Moura, primer marqués de Castel Rodrigo*, pág. 68.

D. Fradique Enriquez, que já estivera em Lisboa, três anos antes, por ocasião da morte do príncipe D. João, como portador dos pésames do príncipe D. Felipe, dirigiu-se primeiro a Yuste, para se despedir do imperador e comunicar-lhe a missão de que a regente o incumbira. Carlos V, ao contrário do que era corrente até os meados do século passado, não se sepultou, em vida, nesse isolado mosteiro da Estremadura espanhola. Do fundo do seu retiro — provam-no exuberantemente os documentos publicados — não se interessava apenas, mas intervinha na política do mundo. Leu as instruções que a filha dera ao embaixador; e não merecendo a sua aprovação, substituiu-as por outras. A precipitada, quanto imprudente intervenção de D. Joana podia provocar desavenças, cizâncias entre as duas casas reinantes, sem a mínima vantagem e antes com manifesto prejuízo da influência castelhana em Portugal. Receava também o imperador que o governo francês propusesse a D. Catarina e principalmente ao cardeal D. Henrique — que ele considerava adverso à Espanha — o futuro casamento de D. Sébastião com uma princesa da França. Além disso, convinha que o embaixador averiguasse se já se tratara da sucessão da monarquia, caso falecesse o pequenino rei, pois todos estão sujeitos à morte, os moços, como os velhos. Com as novas instruções se conformou a princesa governadora, e assim o mandou dizer a D. Fradique (30).

Carlos V não se contentou, porém, com esta embajada. O assunto era deveras importante; e deliberou então enviar a Lisboa, em missão secreta, uma pessoa de elevada categoria e autoridade, que fôsse benévolamente ouvida pela rainha, e de quem não pudesse desconfiar os mais suspicazes portugueses. Foi escolhido para êsse difícil encargo o P.^o Francisco de Borja, que em Dezembro de 1556, durante a viagem do imperador para Yuste, o visitára em Jarandilla, sendo comovedora a entrevista, depois de tantos anos de ausência, entre o antigo duque

(30) Danvila y Burguero, *Don Cristobal de Moura*, pág. 69.

de Gandia e o ex-soberano de tantos e tão grandes Estados.

Estava o P.^o Francisco no noviciado de Simancas, quando recebeu uma carta da princesa de Portugal — assim era oficialmente designada D. Joana — participando-lhe que o pai o chamava, com urgência, a Yuste. Para lá partiu Borja, que era então Comissário Geral da Companhia de Jesus na Península, acompanhado pelos P.^{ss} Dionísio Vásquez e Francisco de Bustamante; e Carlos V expôs-lhe o grave negócio, que queria confiar à sua fidelidade e discretão: assegurar a sucessão do trono português, ao príncipe D. Carlos, que já per fizera doze anos, se viesse a falecer D. Sebastião, que não passava dos três.

A esta oculta diligência política aludiram, vagamente, vários biógrafos de S. Francisco de Borja, a começar no P.^o Pedro de Ribadeneyra, que o conheceu pessoalmente. Mas foi o P.^o Mestre Álvaro Cienfuegos, em *La heroyca vida, virtudes y milagros del grande S. Francisco de Borja*, publicada em 1702, que tratou com mais desenvolvimento dessa missão, alterando-a e modificando-a, porém, tanto nos pormenores, como nos resultados, por não conhecer integralmente os respectivos documentos; e preferiu dar largas à fantasia, para avultar a santidade do biografado, com sucessivas visões proféticas. Em Cienfuegos encontrou Barbosa Machado o que sobre este assunto nos conta nas suas *Memorias del Rey D. Sebastião*. Só depois que Gachard tornou conhecidos os documentos existentes no Arquivo Geral de Simancas (*Retraite et mort de Charles-Quint au monastère de Yuste*, Bruxelas, 1854-1855), é que verdadeiramente se souberam os fins dessa embaixada que, para ter algum êxito, devia ser absolutamente secreta. O primeiro escritor português que pôs em relêvo o alto valor histórico desses documentos, foi o Dr. J. de Sousa Guimarães, no seu livro *Erros de História*, publicado em 1925.

Quatro eram os objectos da missão do P.^o Francisco de Borja: 1.^o, a sucessão do príncipe D. Carlos; 2.^o, o defeito que tinha a bula de dispensação de parentesco

entre o rei D. Manuel e a sua segunda esposa — como em tempo lhe revelara, sob o maior sigilo, o cardeal de Viseu (D. Miguel da Silva) — pois se, na realidade, a bula fôsse deficiente, o impedimento abrangeeria os descendentes de D. João III, inabilitando-os para a corôa, à qual poderia, nesse caso, ser chamada a infanta D. Maria, filha da última esposa do rei venturoso; 3.º, averiguar se o embaixador da França teria proposto o enlace de D. Sebastião com uma filha do rei cristianíssimo, devendo lembrar-se a D. Catarina que seria muito mais conveniente o matrimónio do neto com uma filha dos reis da Bohemia, que podia ser trazida para Portugal e a sua educação confiada à mesma rainha, que tanto pelo pai, como pela mãe, era tia avó dessa princesa; 4.º, activar a saída da infanta D. Maria para Castela, onde a mãe a esperava com impaciência, o que traria ainda a vantagem de cortar quaisquer veleidades que as revelações do cardeal de Viseu, provavelmente conhecidas pela infanta, podiam ter despertado no seu espírito.

Combinaram os dois uma determinada cifra, que consistia em dar nomes diferentes, não só a Portugal e a Castela, que seriam, respectivamente, denominados *Perpiñan* e *Milan*, como a tôdas as pessoas que figurasse na correspondência trocada: *Micer Agustino*, o imperador; *Santiago de Madrid*, Felipe II; *Catalina Diez*, a rainha D. Catarina; *Sebastian Diez*, o rei D. Sebastião; *Juan Diez*, o falecido D. João III; *Juana Diez*, a princesa D. Joana; *Carrillo Sanchez*, o cardeal D. Henrique; *Maria Sanchez*, a infanta D. Maria; *Juan Alvarez*, o embaixador da Espanha em Lisboa; *Francisco Alvarez*, o embaixador da França; e *Pedro Sanchez*, o próprio emissário ⁽³¹⁾.

O P.º Francisco de Borja tomou logo o caminho da fronteira, entrando em Portugal pelo Alentejo; mas uma grave doença o obrigou a demorar-se na cidade de Évora. Em Setembro de 1557 chegou a Aldeia Galega, onde em-

⁽³¹⁾ Gachard, *ob. cit.*, t. II, pág. 253.

barcou para Lisboa, descendo no Paço de Xabregas, que a rainha pusera à sua disposição; dali passou para a Casa professa de S. Roque. Teve com D. Catarina várias conferências, cujo resultado comunicou ao imperador, em duas cartas, datadas de 6 e 12 de Outubro seguinte, e endereçadas a *Micer Agustino, en Milan*.

Na primeira, depois de relatar que esteve em Évora, *a las puertas de la muerte*, descreve Borja a sua entrevista inicial com a regente. Falou com *Catalina Diez, conforme a la instrucción que traia*, e ficou *muy contento de ver lo que tiene em ella micter Agustino*. Realmente, D. Catarina fôra sempre muito dedicada ao irmão. *Descubriose mucho con Pedro Sanchez*, recomendando-lhe que não confiasse a nenhuma carta o que ela lhe dizia, mas que êle próprio levasse a resposta. Por isso, a carta era curta, como breve seria a partida; e êste é também o parecer de *Catalina Diez, por los humores de acá, y para quitar el rasero*, significando estas palavras que, em Lisboa, já se desconfiava da sua missão, e era preciso tolher a *rasoura*, isto é, as línguas que começavam talvez a murmurar. Mas enquanto êle não regressa, *puede estar micter Agustino muy satisfecho, que todo va bien*. Das ligas (com a França) *no hay que temer*. *La premática* (a pragmática, quer dizer, o diploma relativo à sucessão do príncipe D. Carlos) *se hará breve*; e *Carrillo Sanchez está bien en los negocios*, o que equivalia a exprimir que o cardeal D. Henrique nada havia então que recear (32).

Na segunda carta, narra o P.^o Borja a nova conferência que teve com a rainha. Para *Catalina Diez* fôra *gran merced* que *micter Agustino* se importasse *con las cosas de Perpiñan, como era justo, pues es tan su parente el que ha de ser gobernador de Perpiñan como lo es de Catalina Diez*. D. Sebastião era neto de ambos. Por isso lhe pedia que assim o fizesse sempre, e a avisase de *lo que le parecia que se debia de hacer; y pues estaba tan cerca de Dios, se lo encomendase, porque lo que en-*

(32) Gachard, *ob. cit.*, t. II, doc. LXIX.

ello mandase se obedeceria por ella, como lo podria hacer Santiago de Madrid (isto é, Felipe II, o próprio filho), porque en la misma cuenta se tiene. E o P.^o Francisco comenta: decir los términos y las palabras con que lo dijo, quedará para la vista: basta que Pedro Sanchez se mobió tanto que le quiso besar las manos, por lo que decia. Quanto ao resto, nem humas negociações havia com Francisco Alvarez (o embaixador da França), que tem poucas simpatias. A vinda de la sobrina de Juana Diez (a filha da rainha da Bohemia, D. Maria de Austria, irmã da princesa D. Joana) para criarse en su casa, le parecia bien, con que fuese de la mesma edad ó poquito mas de Sebastian Diez. A carta espraiia-se depois em considerações sôbre el valor y voluntad de Catalina Diez, acentuando que, mientras el Señor le diere vida,... tiene poco de que tener cuidado micet Agustino.

Quanto à ida de Maria Sanchez á Milan (da infanta D. Maria para Castela), escrevia o P.^o Borja, *no conviene usar tanto de rigor, como de medios que la aseguren,... condescendiendo... en algunas cosas de las que pide, y lo otro es no cesar en el negocio, porque la porfia matará el venado.* A infanta D. Maria não era, realmente, pessoa que se intimidasse com ameaças; mais eficazes seriam as reiteradas súplicas da mãe. Por sua parte, a rainha D. Catarina nada podia fazer, além do que já fôra resolvido pelo marido, que até deixara *señalados los que con ella habiam de ir.* A carta termina, anunciando o P.^o Francisco o seu regresso e pedindo perdão da *ruin letra*, pois ainda, na noite antecedente, tivera febre e estava muito fraco (33).

O embaixador oficioso de Carlos V, para iludir suspeitas, visitou depois algumas casas e colégios da Companhia, no exercício do seu cargo de Comissário Geral, voltando a Yuste nos meados de Dezembro de 1557. Quási decorridos quatro meses, em 31 de Março e 7 de Abril do ano seguinte, escreve o imperador a Felipe II, que continuava em Bruxelas, *sobre la ida del padre Francisco*

(33) Gachard, *ob. cit.*, t. II, doc. LXX.

á Portugal. As respostas, que da rainha D. Catarina trouxera, eram as seguintes:

Que, en lo que toca á la dispensacion del rey D. Manuel con la reyna doña Maria, es bastante, y que no tiene ella duda ninguna;

Ni tampoco en lo de la sucesion del principe D. Carlos mi nieto, por estar muy claro, y que asi lo tienen todos entendido, y que dentro de pocos dias se publicará la pregmática que sobr'ello estaba hecha y aprobada por los del consejo; y aunque ha que pasó esto casi cuatro meses, no sé que se haya hecho, y que solamente paraban en lo de la sucesion de las hijas, cuya declaracion habia cometido á dos consejos, para mayor satisfaccion de todos, aunque ella diz que no tiene duda sino que sea d'entender lo que toca á ellas como lo de los hijos, pues qu'esto hace poco al caso por agora; pero es bien qu'esté declarado par'adelante;

Y que, en lo del casamiento de la hija del rey de Francia, no se le habia propuesto nada, y que, en el de la reyna de Bohemia, le habia parecido bien, y asi que se traiga á aquel reyno y se crie en él, con que sea de la misma edad ó poca mas que el rey.

Carlos V narra depois ao filho a contestação que dera ao P.^o Francisco de Borja, para que êste a comunicasse à regente de Portugal:

En cuanto á lo de la dispensacion y sucesion, le repliqué, para qu'él se lo escribisse á la reyna, conformándome con su voluntad, y que, pues estaba satisfecha en lo que toca á esto, tambien lo estaba yo, sin decir que se hiciese otra diligencia, pareciéndome que en cosas desta calidad es peor cuanto mas se tratan, y que en lo del casamiento os avisaria dello, para que vos lo tratá-sedes (¹).

O imperador encarregou, portanto, aquêle dedicado e hábil servidor de agradecer, em seu nome, a D. Catarina o que ela tencionava fazer sôbre a sucessão do príncipe D. Carlos, que também seu neto era. Nem Carlos V podia proceder doutra maneira, pois a missão do P.^o Borja fôra verbal e secreta; para as missões oficiais tinha êle, em Lisboa, o embaixador D. João Hurtado de Men-

(¹) Gachard, *ob. cit.*, t. II, doc. cxix.

doza, que durante doze anos o servira em Roma, no Concílio de Trento, em Veneza e na Alemanha. A carta do P.^o Francisco à rainha devia ser na cifra combinada, e limitar-se-ia a dizer que *micer Agustino* se conformava e estava satisfeito com a *voluntad* de *Catalina Diez*, não havendo, por conseqüência, risco algum, mesmo em caso de extravio.

Da correspondência, publicada por Gachard, conclui-se evidentemente:

1.^º Que para a rainha regente de Portugal era *muy claro* o direito de sucessão do príncipe D. Carlos, caso D. Sebastião viesse a falecer, sem filhos; e assim pensava também o Conselho — ou antes, os membros do Conselho, que ela convocara, pois quase nunca eram chamados todos — e nesse sentido se publicaria uma pragmática.

2.^º Que a pragmática chegou a ser redigida, mas se levantaram dúvidas sobre o direito de sucessão das filhas, tendo a rainha consultado *dos consejos*, quer dizer, dois tribunais superiores, que seriam decerto a Casa da Suplicação e o Desembargo do Paço, que constituía um tribunal à parte; e não consultados em pleno, mas apenas alguns dos seus membros, como usualmente se fazia. Na verdade, a pragmática não podia limitar-se a declarar que, na falta do rei D. Sebastião, lhe devia suceder o príncipe D. Carlos. Como em todos os diplomas idênticos, apesar de D. Sebastião andar nos quatro anos, a pragmática tinha de considerar estas três hipóteses: não deixar filhos; deixar algum filho varão; deixar só filhas. Relativamente à última hipótese, é que se teriam levantado dúvidas.

3.^º Que as palavras do imperador, na carta ao filho — *sin decir que se hiciese otra diligencia, pareciéndome que en cosas desta calidad es peor cuanto mas se tratan* — não significam que ele tivesse abandonado a sua pretensão. Carlos V bem sabia que os negócios de Estado se não podem, muitas vezes, resolver com rapidez; e ele próprio não era dos que mais depressa os resolviam. Portanto, quando mandou ao P.^o Francisco de Borja que, em nome de *micer Agustino*, agradecesse a D. Catarina,



António Moro

(Museu do Prado, Madrid)

A RAINHA D. CATARINA DE AUSTRIA

propositadamente não renovou o pedido, porque a insistência só podia magoar a irmã, em cuja boa vontade tinha confiança absoluta.

Além disso, o imperador conhecia as dificuldades da publicação da pragmática, para que pudesse julgar excessiva a demora. Os seus embaixadores ameúde lhe haviam dito que o povo português era fundamentalmente adverso a tudo que representasse qualquer perigo para a sua independência. E continuavam a dizer-lho, como na expressiva carta que, em 12 de Julho de 1557, isto é, um mês depois do falecimento de D. João III, de Lisboa lhe escrevia Hurtado de Mendoza, carta existente em Simancas e já publicada por Danvila y Burguero no seu *Don Cristobal de Moura*:

El pueblo es tan desenfrenado en este articulo, que yo veo en aventura lo que ellos podrian en la ocasion de venir a heredar el Principe de Castilla nuestro señor, y es de manera que sin ser llegado el triunfo estan protestando que en ninguna forma ha de ser, y alegar que bien suyo y pudo Portugal hacer Rey al maestro de Avis, que era bastardo y freyre, por tener Rey natural y desredar á la hija legitima del Rey Don Fernando. Déxasse muy claro entender el comum (isto é, o povo) que no ha de consentir Rey extranjero, y aunque por si no pudiessem sostener esta opinion, meteran franceses y no querria decir moros, pero no veo cosa que si les ha de escapar que me assegure que no lo haran (**) .

É suficiente êste trecho para nos revelar o motivo que levou a rainha D. Catarina a não publicar, afinal, a pragmática, reconhecendo o direito à sucessão do príncipe D. Carlos. Ela bem desejaria satisfazer as pretensões do imperador; mas também não queria perder a sua situação em Portugal. Assim o diz claramente, na mesma carta, o referido embaixador: *La Serenissima Reyna... quiere á Vuestra Magestad como á Padre y señor, y conosce que está aqui de su mano y assi me lo ha dicho. Con todo esso, para sostenerse con los de acá, no puede hacer otra cosa. Para conservar a regência,*

(**) Danvila y Burguero, *ob. cit.*, Apêndice n.º 3.

tinha D. Catarina que ocultar a sua política castelhana. E os próprios, que se haviam prestado a aprovar a pragmática, seriam depois os primeiros a aconselhar a rainha a desistir dêsse intento — para se não descobrirem também.

*

* * *

Na ida da infanta D. Maria para Castela não interveio a regente. Era-lhe contrário D. João III, que receava ter de entregar à sua meia-irmã as 400.000 dobras de oiro, estipuladas no contrato matrimonial celebrado entre D. Manuel e a sua terceira esposa; e idêntico receio devia ter D. Catarina.

Por seu lado, a infanta também não queria sair de Portugal. Carlos V mostrava o maior empenho em satisfazer os desejos de D. Leonor, que era talvez a irmã a quem mais intimamente prezava; mas a sobrinha não esquecera ainda o desgosto e até o desaire, que sofrera com a resolução do imperador, mandando pôr de parte as adiantadas negociações do seu matrimónio com o príncipe D. Felipe, para casar o filho com a rainha Maria Tudor, de Inglaterra, que acabava de subir ao trono, por morte de seu irmão, Eduardo VI.

Os simples boatos da sua partida traziam alvoroçada, inquieta, a população de Lisboa. Quando, trinta e quatro anos antes, a rainha D. Leonor foi obrigada a abandonar o reino, também a cidade se opôs a que a desolada viúva consigo levasse a filhinha de vinte e três meses. Agora, de novo, o povo da capital não deixaria partir, sem protesto, essa princesa, filha de pai português e nascida em Lisboa, cujas qualidades de coração e de espírito se habituara, há muito, a respeitar. Se a mãe, naturalmente cheia de saudade, insistisse em vê-la, e a infanta acedesse aos seus pedidos, que lhe fizesse apenas uma visita, em qualquer povoação da fronteira, volvendo logo para o reino, pois nenhuma vantagem lhe adviria de passar a viver em Castela. E D. Maria prestou, nesse sentido, uma promessa solene.

Em Dezembro de 1557, partiu a infanta para Badajoz, acompanhada por uma brilhante comitiva de fidalgos e de damas, à cabeça da qual ia o conde de Vimioso, D. Afonso de Portugal. Na raia, aguardavam-na a mãe e a tia, a rainha viúva da Hungria, D. Maria de Áustria, ambas vindas, com o irmão, para Espanha. Durou a visita vinte dias, regressando a infanta a Lisboa, como prometera, entre grandes manifestações de júbilo, pois chegara a propalar-se que as súplicas maternas a demoviam de cumprir a sua palavra. Poucas semanas depois da entrevista, a 18 de Fevereiro de 1558, sucumbia a uma febre maligna, que a assaltara súbitamente, a antiga rainha de Portugal e de França. Assim acabava, na insignificante vilória de Talaveruela, nos braços da irmã, ralada de desgostos e saudades, essa pobre vítima da política do imperador. Foi sua única herdeira a filha. Com os rendimentos que D. Leonor lhe deixou em França, e os que já possuía em Portugal, ficou D. Maria a princesa mais opulenta da Europa.

Carlos V sentiu profundamente a morte da irmã; e volvidos sete meses, a 21 de Setembro do mesmo ano, desaparecia essa figura, que tão alto lugar ocupará no mundo. No mês imediato, em Cigales, próximo de Valladolid, falecia a antiga rainha da Hungria que, à força de instâncias do sobrinho, anuíra a retomar o governo dos Países Baixos.

*

* * *

Alguns meses antes do ataque apoplético que o matou, começára D. João III a padecer de *malenclolia*. Não o dizem os cronistas; mas consta da correspondência diplomática de Hurtado de Mendoza. Como lhe faltasse a paciência e até a lucidez — *recta mirabile*, escreve o embaixador espanhol — para tratar dos assuntos graves, resolvera a rainha apartá-lo dos *negocios pesados*, cujo despacho tomára a seu cargo, de acordo com o Conse-

lho (36). O governo do reino não constituía, portanto, novidade para D. Catarina, que realmente se mostrou capaz de arrostar com as fadigas de tão complexa administração.

Um dos primeiros actos da regente foi impetrar do papa Paulo IV a criação de dois bispados na Índia: o de Cochim e o de Malaca, passando a metropolitana a Sé de Gôa. Para arcebispo foi nomeado Mestre Gaspar de Leão, cônego de Évora, muito da privança do cardeal D. Henrique; para bispos de Cochim e Malaca escolheu a rainha dois monges dominicanos, Ordem da sua afição particular, Fr. Jorge Temudo e Fr. Jorge de Santa Luzia.

Por morte de D. Fr. Baltasar Limpo, vagou então a igreja primacial de Braga. Quis a rainha prover o arcebispado no seu confessor, Mestre Fr. Luís de Granada. Recusou o notável escritor ascético, propondo para essa dignidade o prior do convento de S. Domingos de Benfica, Fr. Bartolomeu dos Mártires, que procurou também escusar-se. Mas teve de aceitar, com preceito de obediência, imposto pelo seu mesmo proponente, na qualidade de Provincial da Ordem.

Foi muito feliz D. Catarina na escolha de D. Constantino de Bragança, irmão do duque D. Teodósio, para vice-rei da Índia. Começava a acentuar-se a nossa decadência no Oriente, com alternativas de glória e de ruína, que era necessário travar com um braço honesto e forte. Nomeado em 3 de Março de 1558, partiu D. Constantino para a Índia, em 7 do mês seguinte, com dois mil homens de guerra em quatro naus, das quais era capitânea a *Garça*, que já navegára naqueles mares.

Depois de se demorar quase um mês em Moçambique, onde lançou a primeira pedra duma nova fortaleza, chegou D. Constantino a Gôa, nos princípios de Setembro;

(36) Carta de D. João Hurtado de Mendoza à princesa D. Joana. Lisboa, 26 de Junho de 1557. A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 379.

e nesse mesmo ano tentou a conquista de Damão, cuja importância era grande, não só pela fertilidade do térmo, como por constituir a natural defesa das terras de Baçaim. Já os seus dois antecessores, D. Pedro Mascarenhas e Francisco Barreto, tinham entrado em negociações com o rei de Cambaia — ou, para melhor dizer, com os tutores, pois o rei era menor — para a cedência dessa cidade a Portugal, mediante certas compensações; mas as negociações não prosseguiram, pelas discordias que romperam entre vários magnates da terra. Aproveitando estas rixas, alguns milhares de abexins, que serviam em Cambaia, apoderaram-se de Damão, pretendendo um dos seus chefes fazer-se coroar rei. Mandou D. Constantino uma embaixada aos regentes, significando-lhes que era bem mais decoroso ceder o domínio de Damão ao soberano de Portugal, do que deixar a cidade em poder dum intruso, que dela traíçoeramente se apossara. Agradaram as razões alegadas; e Damão, com o seu distrito, foi-nos então oficialmente outorgada. Era preciso, portanto, expulsar os abexins.

Aparelhada uma frota de numerosos navios, das mais diversas tonelagens, pelas oitavas do Natal partiu a armada de Gôa. Chegada em frente de Damão, não quis D. Constantino forçar a barra, para não expor as naus à artilharia dos fortés; e no dia 2 de Fevereiro de 1559, desembarcaram dois mil homens para atacar a cidade, por terra. Abandonaram-na, tomados de pavor, todos os seus habitantes; e tanto êsse pânico contagiou os defensores da fortaleza, que, depois de alguns tiros inúteis, fugiram desordenadamente para os bosques vizinhos.

Conquistada assim Damão, mandou o vice-rei lançar pregões por tôdas as aldeias, convidando os antigos moradores a recolher a suas casas; mas os abexins, que tinham assentado arraiais a duas léguas da cidade, não os deixavam regressar e incomodavam muito os nossos. Repelidos num renhido combate, depois da retirada de D. Constantino de Bragança para Gôa, vieram assaltar Damão. Foram completamente derrotados. O governo do vice-rei não se ilustrou só com êste feito: mais notável

foi a conquista de Jafanapatão, na ponta setentrional da ilha de Ceilão.

Procurava a rainha, com a sua natural habilidade, ser agradável ao cunhado. Tinha o cardeal D. Henrique — que, a princípio, se mostrara adverso ao estabelecimento dos jesuítas em Portugal e era agora um dos seus mais fervorosos adeptos — muito empenho em fundar, na cidade de Évora, uma Universidade, sob a direcção da Companhia de Jesus. Arcebispo dessa diocese, após a sua elevação a metrópole, D. Henrique ali instalára, a pedido do infante D. Luís, um colégio de jesuítas, da invocação do Espírito Santo, com quatro mestres de Latim e um de Teologia moral ou Casos de consciência. Inaugurado em 28 de Agosto de 1553, tanto cresceu a fama do colégio eborense, que no ano seguinte mais de trezentos estudantes freqüentavam as aulas de Humanidades. Quis então o cardeal ampliar o seu instituto, elevando-o à categoria de Universidade, e neste sentido se empenhou junto do rei; mas o irmão recusou a licença pedida, em face dos protestos da Universidade de Coimbra. Consentiu, apenas, que em Évora se criasse uma cadeira de Filosofia ou Artes, que principiou a ser regida, no ano de 1556, pelo P.^o Inácio Martins, o celebrado *Mestre Inácio da Cartilha*, que estava ensinando o quarto curso da mesma disciplina no Colégio das Artés, em Coimbra, colégio fundado nove anos antes, sob a direcção de André de Gouveia, com notáveis professores portugueses e estrangeiros, e depois mandado entregar, em 10 de Setembro de 1555, ao Provincial da Companhia, P.^o Diogo Miron, por carta régia do próprio fundador.

Com aquiescência da rainha, em 1558, dirigiu o cardeal-infante uma súplica ao papa Paulo IV, para poder erigir, na capital do Alentejo, uma Universidade, *cujo governo, e direyçam estivesse á conta da Companhia*; e obtidas as necessárias bulas, dela tomaram posse os jesuítas, no dia 1 de Novembro de 1559. Foi o bispo de Targa, D. Fr. Manuel dos Santos, que na qualidade de procurador de D. Henrique lha conferiu. Na Universidade podiam ser professadas tôdas as ciências, excepto a Me-

dicina, o Direito Civil e a parte contenciosa do Direito Canónico; e a sua existência estava assegurada com os avultados rendimentos cedidos pela Mitra e pelo Cabido. O primeiro reitor da Universidade e último do Colégio do Espírito Santo, foi o P.^o Leão Henriques, confessor do cardeal (37).

A rainha D. Catarina também era, então, desvelada protectora da Companhia de Jesus. Pertence-lhe o alvará de 13 de Agosto de 1561, depois confirmado por Felipe II e Felipe IV (I e III de Portugal), ordenando «que estudante algum que novamente viesse a ouvir Canones ou Leis nas dictas escholas (da Universidade de Coimbra) não andasse nellas sem mostrar certidão do Principal do collegio das Artes, de como o examinára e achára sufficiente para ouvir as dictas faculdades» (38). A Companhia ficava assim com o monopólio do ensino preparatório, indispensável para a admissão nas mais freqüentadas Faculdades Maiores. Da mesma regente é ainda a carta régia de 5 de Setembro seguinte, que mandou unir

(37) O P.^o Francisco da Fonseca (*Evora Gloriosa*, pág. 417) diz que, na cerimónia da inauguração, se procedeu à leitura da bula pontifícia e do alvará régio da *erecção da Universidade*. Todos os escritores modernos o seguiram, aludindo ao alvará da instituição ou à posse dada à Companhia em nome de el-rei de Portugal: José Silvestre Ribeiro, *Historia dos Estabelecimentos científicos, litterários e artísticos de Portugal* (t. I, pág. 108); D. António da Costa, *Historia da instrução popular em Portugal* (1.^a ed., pág. 81); Gabriel Perira, *Estudos Eborenses*, n.^o 28, *A Universidade de Evora* (pág. 4); Teófilo Braga, *Historia da Universidade de Coimbra* (t. II, pág. 211); etc.

Não houve nenhum alvará régio de criação ou instituição desta Universidade. O único diploma, passado pela rainha-regente, em nome de D. Sebastião, e anterior à cerimónia (23 de Outubro de 1559), refere-se à jurisdição secular do reitor.

O autor traz entre mãos uma *História da Universidade de Evora*, extinta em 1759, cujo conhecimento é indispensável para se avaliar a expansão e a influência, que a Companhia teve em Portugal.

(38) Dr. António José Teixeira, *Documentos para a historix dos jesuitas em Portugal*, pág. 400).

e encorporar o Colégio de Jesus e o Colégio das Artes à Universidade de Coimbra, para que os respectivos «reitores, padres e collegaes... gosem e usem daqui em deante de todos os privilegios, liberdades, graças e franquezas», concedidos e outorgados «á dicta Universidade, e sejam em todo havidos por membros e pessoas dela» (39).

Nas instruções dadas a Lourenço Pires de Távora, nomeado embaixador junto da Cúria Romana, em princípios de 1559, pela retirada do comendador-mor da Ordem de Cristo, D. Afonso de Lencastre, igualmente procurou D. Catarina servir as pretensões do cunhado. Dois assuntos devia êle apresentar com mais empenho ao pontífice: a revogação, vivamente solicitada pelo Tribunal do Santo Ofício, de um breve, ainda expedido por Paulo III, determinando que aos cristãos novos, processados por delitos contra a fé, se desse conhecimento do nome das testemunhas; e a restituição da dignidade de Legado *à latere*, no reino de Portugal, que o papa Júlio III conferira ao cardeal D. Henrique, e Paulo IV suspendera, logo após a sua ascenção ao pontificado.

A pouco mais de dois meses da chegada de Lourenço Pires a Roma, falecia Paulo IV, antes do embaixador lhe haver oficialmente entregado as credenciais. A notícia do seu trespasso provocou, em tôda a cidade, as mais violentas manifestações, derrubando o povo a sua estátua e arrastando-a pelas ruas, depois de lhe haver decepado a cabeça e o braço direito. Ao novo papa, o cardeal João Ângelo de Médicis, que tomou o nome de Pio IV, apresentou Lourenço Pires de Távora as duas reclamações. Ambas foram atendidas, ficando o processo inquisitorial inteiramente secreto, como pretendia a Inquisição, sigilo que era decerto a maior das iniqüidades; e D. Henrique voltou a ser nomeado Legado *à latere* perpétuo, neste reino.

(39) Dr. António José Teixeira, *ob. cit.*, pág. 198.

*

* *

Logo que D. Sebastião nasceu, escolheram os avós, para sua aia, a D. Joana de Meneses, filha do primeiro conde de Cantanhede e viúva de D. Bernardo Coutinho, alcaide-mor de Santarém. Para aio foi também escolhido D. Aleixo de Meneses, irmão de D. Joana; mas só começaria exercendo o cargo, ao entrar o príncipe nos cinco anos. Distinguira-se D. Aleixo em numerosas campanhas, na África e principalmente na Índia, e fôra embaixador junto de Carlos V. Quando a princesa D. Maria, já desposada com seu primo D. Felipe, partiu para Castela, em Outubro de 1542, acompanhou-a D. Aleixo de Meneses, na qualidade de mordomo-mor; como camareiramor foi D. Margarida de Mendonça, viúva do monteiro-mor, Jorge de Melo. Tendo D. Maria falecido quatro dias depois do nascimento do infante D. Carlos, voltou D. Aleixo para Lisboa, nos fins de Julho de 1545, sendo então nomeado mordomo-mor da rainha D. Catarina.

Diz Barbosa Machado, nas *Memorias del Rey D. Sebastião*, e o mesmo se encontra na *Chronica* de D. Manuel de Meneses, que D. João III elegera D. Aleixo de Meneses para aio do neto. É certo. Mas já não tem sombra de verdade que, em testamento, êsse monarca o tivesse confirmado no cargo, «declarando, que no caso, que a Rainha falecesse, ficaria El Rey sogeito á educação dos dous Irmãos (D. Aleixo e D. Joana), e á tutela do Cardeal D. Henrique, até o tempo, que o mesmo Príncipe tomasse posse do Reyno» (40). Nem D. João III deixou testamento, nem os Apontamentos, que serviram para a regência de D. Catarina, fazem a mínima referência a D. Aleixo.

Também é pura fantasia — apesar de o afirmarem, não só os dois cronistas citados, como Fr. Manuel dos Santos na *Historia Sebastica* — que o imperador esti-

(40) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. I, liv. I, cap. xiv.

mára tanto o serviço de D. Aleixo de Meneses junto da princesa de Castela, que o escolhera para padrinho do infante D. Carlos. Durante todo êsse tempo, esteve o imperador ausente de Espanha: nem sequer chegou a conhecer a nora. E se D. Aleixo e D. Margarida de Mendonça exerceram os cargos de mordomo-mor e camarreira-mor de D. Maria, por nomeação de D. João III, êsse acto contrariou muito Carlos V que, antes de partir para a Alemanha, já fizera mercê de tão altos ofícios palatinos aos duques de Gandia, D. Francisco de Borja e D. Leonor de Castro, antiga dama favorita da imperatriz D. Isabel, que não chegaram, realmente, a desempenhá-los, por oposição formal dos soberanos portugueses.

Dos nossos cronistas, só Fr. Luís de Sousa se refere ao notável descontentamento que em D. João III e D. Catarina produziu a escolha do imperador; e observa: «qual fosse o fundamento inda oje o não podemos entender» (41). Dos numerosos hagiógrafos de S. Francisco de Borja, apenas o mais recente, Pedro Suau, S. J., na sua *Histoire de S. François de Borgia*, publicada em 1910 — muito superior a tôdas as outras biografias do santo — trata largamente da grave crise, que na sua vida provocou a irredutível atitude dos reis de Portugal, forçando-o a um inesperado desterro em Gandia. Baseia-se Pedro Suau na valiosa correspondência inserta nos *Monumenta Borgia*, pertencentes à grande colecção *Monumenta Historica Societatis Jesu*; e é de parecer que a relutância daqueles soberanos, em consentirem que a princesa sua filha fôsse servida pela antiga *camarera* da imperatriz, provinha principalmente de considerarem a duquesa muito favorável ao cardeal-bispo de Viseu, D. Miguel da Silva, exilado e despojado dos seus bens, por haver espalhado o boato de que o segundo casamento de D. Manuel com a infanta de Castela, D. Maria, não era válido, pela falta da dispensa de parentesco entre

(41) *Annaes de El Rey Dom João Terceiro*, P. II, liv. II, cap. iv.

cunhados, o que excluia D. João III do direito à corôa (42).

D. Miguel da Silva foi perseguido, com verdadeira sanha, por aceitar de Paulo III o capelo de cardeal, honra que o monarca não podia admitir em súbdito seu. A carta régia de 23 de Janeiro de 1542, que o demite de todos os cargos e lhe confisca todos os bens, acusa-o de ter saído escondidamente do reino, sem entregar as cartas e escrituras de grande sustância e segrêdo que, na qualidade de escrivão da puridade, tinha em seu poder. A acusação era absolutamente falsa; mas, com certeza, a que mais podia influir no ânimo do imperador e do papa, a quem D. João III sentidamente se queixa da traição. O boato, a que alude Pedro Suau, não é anterior à perseguição que lhe moveu o rei; representa uma desforra de D. Miguel da Silva.

A correspondência que encontrei em Simancas, quer de D. Catarina, quer do embaixador Lopo Hurtado, para Carlos V, prova que a má vontade de D. João III e da rainha, contra D. Leonor de Castro, era sobretudo devida ao seu feitio ambicioso, intriguista, de contumaz enredadeira (43).

Além do aio, cuja escolha, se não mereceu os aplausos gerais, pela sua avançada idade, também não levantou atritos, nomeou a rainha como *sumilheres de cortina* — nome que desagradou muito, por ser o adoptado na corte de Castela, organizada desde Carlos V ao uso de Borgonha — a D. Pedro de Meneses, D. Fernando Álvares de Noronha, D. Duarte de Almeida e Febo Moniz, fidalgos de bons costumes — mas nem todos velhos, como erradamente dizem os cronistas — que deviam servir o rei, às semanas, sob as ordens de D. Aleixo de Meneses. Já não houve, porém, o mesmo acordo quanto à eleição do mestre

(42) Pedro Suau, *ob. cit.*, Liv. II, P. II, cap. 1.

(43) Este curioso episódio será desenvolvidamente contado na monografia do autor, *A política castelhana da rainha D. Catarina de Áustria*.

de D. Sebastião, pela influência que podia exercer no ânimo do pequenino soberano, inclinando-o mais para a avó ou para o tio, pois a despeito de parecerem unidos, tanto D. Catarina, como D. Henrique, pretendiam conseguir um decisivo ascendente sobre o futuro monarca, afeiçoando-o às suas conveniências e interesses, como chefe dos dois partidos em que, na realidade, se dividia a corte, o da rainha e o nacional.

Divergiram muito os pareceres, no Conselho. Os condes de Vimioso e da Vidigueira advogavam que o mestre fôsse um «secular de mediana condição,... douto na lingua latina, e suficientemente versado no estudo das Humanidades». D. Aleixo de Meneses propunha um sacerdote nobre e de honrados costumes, julgando inconveniente que a escolha recaísse em membros de qualquer Ordem religiosa; e alguém chegou a lembrar o Dr. António Pинheiro, que fôra mestre do príncipe D. João. D. Catarina e o cardeal optavam, ao contrário, por um religioso; não concordavam, porém, quanto ao Instituto a que devia pertencer o mestre. A regente aconselhava dois: Fr. Luís de Granada, da Ordem de S. Domingos, ou Fr. Luís de Montoya, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho; na opinião de D. Henrique, o mestre devia ser um jesuíta português. Houve controvérsia; a rainha não cedia ao empenho do cunhado, pois — diz Barbosa Máchado — sendo o mestre castelhano, como eram ambos os que ela indicava, e tendo vindo «a este Reyno, por contemplação sua, havião de inclinar o animo del Rey para a veneração de sua Avó» (44).

Contra esta intromissão, cada vez maior, dos estrangeiros, é que se insurgia o cardeal, que foi sempre adverso à influência de Castela. D. Catarina só cedeu, a conselho do P.º Miguel de Tôrres, Provincial da Companhia de Jesus, que era então seu confessor, e naturalmente preferia que o mestre do rei fôsse um jesuíta; e sobretudo à intervenção da sua câmara-mor, D. Joana de Eça, por

(44) *Memorias del Rey D. Sebastião*, P. I, liv. I, cap. xv.

quem tinha especial afeição, e que era tia afim do P.^o Luís Gonçalves da Câmara, exactamente a pessoa proposta por D. Henrique para aquêle importante cargo.

Estava o P.^o Luís Gonçalves em Roma, como Assistente de Portugal e reitor do Colégio Germânico. Com autorização do Geral, P.^o Diogo Laynez, em princípios de Julho de 1559, partiu para Lisboa, onde chegou em Novembro seguinte, depois de ter assistido, em Évora, às festas de inauguração da Universidade. Mas só meses depois, ao entrar nos seis anos, começou D. Sebastião a receber as lições do mestre, que tinha, na realidade, uma sólida cultura humanista, e conhecia perfeitamente, além do espanhol, vulgar entre os nobres, as línguas francesa e italiana, pois fôra educado em Paris e vivera alguns anos na Itália. Como adjunto, escolheu o P.^o Luís Gonçalves da Câmara, para o ensino da leitura e escrita, o P.^o Amador Rebêlo; e no lugar de professor dos jovens fidalgos, que tinham moradia no Paço e eram chamados da *chacotada del Rey*, por «servirem de o divertir», foi provido o P.^o Gaspar Maurício, que também às vezes dava lição a el-rei, quando o mestre estava enfermo. Ambos pertenciam à Companhia. Para confessor do neto, nomeou, porém, a rainha Fr. Luís de Montoya.

Quem ficou muito agravado com a escolha foi o Dr. António Pinheiro, que pregara nas exequias de D. João III, no mosteiro de Belém, na sua qualidade de pregador régio, e na cerimónia da aclamação do novo monarca lera a respectiva apresentação. Além disso, fôra mestre do príncipe D. João e considerava-se, portanto, digno de o ser igualmente do filho. Da desconsideração se queixou a D. Catarina, numa longa carta; mas a rainha conseguiu consolá-lo, prometendo-lhe maior mercê. E cumpriu a promessa, apesar de já não ser regente, logo que vagou o bispado de Miranda. Depois foi o Dr. António Pinheiro transferido para Leiria, que era diocese de maior rendimento. Por isso ficou sempre grato a D. Catarina; e talvez o facto de haver sido seu partidário nos explique o fervoroso zêlo com que depois serviu as ambições de Felipe II.

Um facto provocou então grande celeuma na corte: o casamento secreto do duque de Bragança, D. Teodósio, com uma sobrinha do duque de Aveiro, contra vontade da regente. Tinha a primeira esposa de D. Teodósio, sua prima coirmã D. Isabel de Lencastre, falecido em 24 de Agosto de 1558; e antes de decorrido um ano, já o duque comunicára à rainha que estava decidido a casar segunda vez, mas sem a informar da pessoa com quem desejava matrimoniar-se. Soube depois D. Catarina que a noiva era filha de D. Luís de Lencastre, irmão do duque de Aveiro, D. João de Lencastre; e alegando que dêsse casamento podiam advir «muitos, e mui grandes inconvenientes... ao serviço del Rey meu neto e bem destes Reynos», não só por intermédio do cardeal-infante, mas directamente, a rainha declarou a D. Teodósio que não consentia nesse matrimónio, nem lhe recebia quaisquer razões com que pretendesse justificá-lo. Apesar desta proibição, na noite de 3 para 4 de Setembro de 1559, por volta da uma hora, o casamento efectuou-se, tendo assistido à cerimónia a duquesa de Aveiro. A rainha mandou então, pelo regedor da Justiça, intimar o duque de Bragança a abandonar a corte, no prazo de dois dias, e recolher a Tôrres Vedras, donde só poderia sair para ouvir missa no convento do Varatojo. Ao duque de Aveiro intimou-o da mesma forma a retirar-se de Lisboa; e a D. Luís de Lencastre, pai da noiva, ordenou que «dentro em oito dias fosse na Villa de Thomar» (44). Não podem sequer presumir-se os inconvenientes que resultariam dum enlace, que ia unir as casas de Bragança e de Aveiro, tão ciosas da sua primazia, émulas sempre em irritantes questões de precedência. Seria até de vantagem que êsses antagonismos e invejas terminassem. Só se D. Catarina entendia que tais rivalidades eram úteis ao prestígio da coroa, e não queria, por consequência, favorecer a reconciliação das

(44) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. I, liv. I, cap. xvii (Carta da rainha D. Catarina a D. Álvaro de Melo, embaixador em Castela, para *poder dar rezão de como o negocio passou*).

duas poderosas famílias — como fazia seu sobrinho e genro Felipe II que, na desconfiança de todos, também se aproveitava das emulações dos ministros e das ciúmeiras dos partidos em que se dividia a côte madrilena.

Tão interessada, como fôra seu marido, no estabelecimento da Inquisição em Portugal, quis a rainha que o Tribunal do Santo Ofício se estendesse aos nossos domínios no Oriente; e, em princípios de 1560, impetrou do papa Pio IV a criação dum tribunal na cidade de Gôa, providência que não era, certamente, a mais útil para a expansão dum país colonial. Acedeu o pontífice ao pedido; e o cardeal D. Henrique, como Inquisidor Geral, nomeou então os dois primeiros inquisidores de Gôa, Aleixo Dias Falcão e Francisco Marques Botelho, ambos licenciados em Cánones, que partiram a 15 de Abril, na armada comandada por D. Jorge de Sousa. Mesmo dando o devido desconto às exagerações de Dellen (*Relation de l'Inquisition de Gôa*), a acção dêste tribunal conquistou uma triste celebridade.

Também, nesse ano, se deu no Brasil um acontecimento, que merece registo especial. Em 1557 — vivia ainda D. João III — fôra Mem de Sá, irmão do célebre poeta Sá de Miranda, nomeado governador geral do Brasil, cuja capital era a cidade da Baía, fundada em 1549. Durante o governo do seu antecessor, o segundo governador geral, Duarte da Costa, estabelecerá-se na ilha de Seregipe, no interior da baía do Rio de Janeiro, uma colónia de calvinistas franceses, que fazia lucrativo comércio com os índios tamoios. A expedição, capitaneada por Nicolau Durand de Villegagnon, cavaleiro da Ordem de Malta, aportará à costa brasileira em Novembro de 1555, na esperança de que a feitoria ali fundada fôsse o núcleo da futura *França Antártica*, refúgio e asilo do protestantismo francês; e para maior segurança, Villegagnon construiu na ilha um forte, a que deu o nome de Coligny, em honra do seu protector, pois fôra o celebrado almirante quem conseguira do rei Henrique II os três navios necessários para o transporte dos colonos. No ano seguinte, a feitoria aumentou com novos protestantes, vindos de

França na esquadra de Bois-le-Comte, sobrinho de Niccolau de Villegagnon.

Tinha Mem de Sá, logo que chegou à Baía, procurado melhorar os costumes e extirpar vários abusos; e homem rígido, cheio de austeridade e de fé, promulgou imediatamente leis contra a antropofagia, horrível costume profundamente arraigado entre as populações indígenas. Deu isso até origem a revoltas do gentio, que êle dominou inteiramente. Resolvido também a repelir os franceses, que da baía do Rio de Janeiro saíam a infestar os mares, com prejuízo do comércio e desdouro do nome português, Mem de Sá, assim que recebeu de Portugal um refôrço de naus, partiu da Baía; e em Fevereiro de 1560, investiu as fortificações de Seregipe, derrotando os franceses e os índios seus aliados. Muitos, porém, conseguiram internar-se na floresta, voltando ao litoral, após a retirada de Mem de Sá. Para destruir êsse ninho de piratas, tornou-se indispensável fundar uma povoação, que é hoje a formosíssima cidade do Rio de Janeiro. A definitiva expulsão dos franceses só veio, no entanto, a realizar-se em 1567, numa expedição comandada pelo próprio governador geral.

* * *

Nos fins de 1560, três anos e meio, portanto, depois que assumira a regência, chamou a rainha o cardeal D. Henrique para lhe anunciar que resolvera ceder-lhe o governo do reino, por estar desejosa de repouso e querer tratar da salvação da sua alma, recolhendo-se ao convento da Esperança, na parte ocidental de Lisboa, junto do qual já mandara construir uma casa, com passagem para o interior do mosteiro, onde tencionava passar os últimos anos da sua vida. Observou-lhe o cunhado que o não devia fazer, para sossêgo da monarquia; mas, dada a firmeza da sua decisão, conveio em aceitar a regência, se os Três Estados concordassem. D. Catarina não reuniu as Côrtes; mas enviou a todos os prelados, aos represen-

antes da nobreza, às cidades e vilas com assento nos respectivos bancos, uma carta-circular, datada de 24 de Dezembro, comunicando-lhes a sua resolução e a aquiescência do cardeal-infante. Como a rainha expressamente solicitava — *e folgarei de logo me fazerdes saber por vossa carta, que sois disto tão contente, como he razão, e eu de vós confio* (46) — todas as pessoas e câmaras municipais consultadas responderam à circular; e a maioria foi de parecer que D. Catarina devia continuar na regência.

Barbosa Machado, nas *Memorias del Rey D. Sebastião*, publica as respostas de três prelados, o arcebispo de Braga, D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, o bispo do Pôrto D. Rodrigo Pinheiro, e o bispo de Leiria, D. Fr. Gaspar do Casal, assim como a representação do Senado de Lisboa, *em nome de todos estes Reynos, como cabeça delles*, pedindo à rainha que desistisse da renúncia. Curioso é que essa representação, lida à regente pelo vereador mais antigo, fôra redigida pelo Dr. António Pinheiro, criatura da confiança de D. Catarina, como o eram também os três prelados (47).

Alguns historiadores vêem na atitude da rainha um ardil, um hábil estratagema para provocar uma manifestação favorável à sua conservação na regência, desfazendo assim as intrigas do cunhado, ambicioso do poder. Fr. Manuel dos Santos, na *Historia Sebastica*, di-lo claramente, acusando D. Henrique, «porque não obstante ser cheio de governos, e dignidades, ainda queria mais; ou o fazião querer os seus criados, a quem sempre viveo sujeito,... e affectava sem rebuço o governo do Reino» (48). Este cronista, como teremos ocasião de verificar, não perde ensejo de ser desagradável a D. Henrique: as suas afirmações precisam, em geral, dum certo desconto.

(46) D. Manuel de Meneses, *Chronica del Rey D. Sebastião*, cap. XLVII. Barbosa Machado publica também a carta da rainha; mas data-a, na minha opinião errôneamente, de 8 de Dezembro.

(47) *Memorias del Rey D. Sebastião*, P. I, liv. II, cap. III.

(48) Livro I, cap. x.

Mas também não podemos assegurar que a conduta da rainha tivesse um móbil tão simples, como as suas palavras significavam. Barbosa Machado, ao apontar o seu desejo de abandonar a regência e recolher a um mosteiro, para «dedicarse a Deos em suave contemplação», faz-lhe o seguinte comentário: «esta era a causa (senão fosse outra oculta com este piedoso pretexto)». E pretexto parecia realmente, pois D. Catarina, durante os longos anos, que ainda viveu, depois da sua renúncia definitiva, não se retirou para nenhum convento, nem se consagrou à vida contemplativa, tão contrária ao seu ânimo forte e decidido, que dificilmente se resignaria a uma absoluta inacção política. Apesar de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires o dizer na sua carta á rainha: «Melhor he levarem ambos o jugo do Senhor, pois em douz corpos poz Deos húa alma e huma vontade», D. Catarina e D. Henrique só na aparência se davam bem; e na corte ia em aumento o partido adverso à regente. É devéras significativo que na relação dos nobres — publicada por Barbosa Machado — que se manifestaram a seu favor, faltem os nomes dos principais, como os duques de Bragança e de Aveiro, o marquês de Valença, os condes de Vimioso e da Castanheira, o barão de Alvito e muitos outros.

D. Catarina continuou, portanto, na regência. Em 1561, Lourenço Pires de Távora, sem prévia comissão da rainha, nem do cardeal-infante, solicitou do papa Pio IV que, à semelhança da concessão feita a Felipe II, fôsse autorizado o monarca português a cobrar das rendas eclesiásticas um subsídio de duzentos e cinqüenta mil cruzados, pagáveis em cinco anos, para prosseguir com mais ardor nas empresas contra os infiéis. A razão do pedido, alegava o embaixador, era a falta de recursos do Estado, gastos em grande parte nas armadas, que no Oriente combatiam os turcos. Como o pontífice se mostrasse inclinado à concessão, escreveu Lourenço Pires de Távora á rainha, que lhe agradeceu e louvou a iniciativa. Convocado então o Consistório, propôs Pio IV aos cardeais a concessão do subsídio, que foi unanimemente

aprovado. As cláusulas da bula, datada de 19 de Setembro de 1561 e assinada pelo papa e vinte e quatro cardeais, eram, porém, verdadeiramente ofensivas da soberania da corôa. Trouxe-a para Portugal, como um troféu de vitória, o filho do embaixador, Cristóvão de Távora, juntamente com o breve, a que já nos referimos, restituindo a D. Henrique a dignidade de Legado à *latere*.

Apesar desta mercê, que lhe devia ser grata, resolveu o cardeal-infante que a bula fôsse estudada, com tôda a ponderação, por algum abalisado jurisconsulto; e encarregou o bispo de Ceuta e Olivença, D. Jaime de Lancastre, de cuidadosamente o eleger. Foi escolhido o Dr. João Afonso de Beja, antigo lente de Cánones e desembargador da Casa da Suplicação, que servira altos cargos eclesiásticos. Do seu longo parecer, publicado por Barbosa Machado nas *Memorias del Rey D. Sebastião*, resumimos as condições, que a bula impunha, para a concessão do subsídio:

1.^a — Os duzentos e cinqüenta mil cruzados serão exclusivamente destinados à manutenção duma Armada, que deverá denominar-se Eclesiástica;

2.^a — Além desta, manterá o rei outra armada, à sua custa;

3.^a — A Armada Eclesiástica servirá não só contra os infieis, herejes e cismáticos, mas ainda contra quem o pontífice quiser que ela sirva;

4.^a — As bandeiras da Armada terão, dum lado, as armas de Portugal, e do outro as armas da Santa Sé;

5.^a — Os lançadores do subsídio serão três eclesiásticos, um nomeado pelo rei, outro pelo cardeal-infante, e o terceiro pelo clero;

6.^a — Haverá um cofre especial para arrecadar o dinheiro do subsídio;

7.^a — As sobras dum ano deverão passar para o ano seguinte; e tanto os lançadores, como os arrecadadores e tesoureiros do subsídio, prestarão anualmente contas a um delegado pontifício;

8.^a — Este delegado terá poderes para obrigar os lan-

çadores, arrecadadores e tesoureiros a fazer o que êle ordenar;

9.^a — Tôdas as vezes que o pontífice solicitar a Armada Eclesiástica para defesa das terras da Igreja, ou para qualquer expedição contra infiéis, herejes ou cismáticos, o rei a mandará à sua custa, sem o mínimo dispêndio da Santa Sé.

10.^a — Além da Armada Eclesiástica, mandará o rei outra armada igual, também à sua custa, para ambas servirem no que o papa determinar (49).

O Dr. João Afonso de Beja considerou estas condições afrontosas. Na realidade, Lourenço Pires de Távora, aceitando-as e beijando o pé a Sua Santidade pela concessão — como êle próprio escrevia à regente — mais parecia um servidor do pontífice, do que o embaixador de Portugal. Era a forma de corresponder às distinções especiais com que Pio IV o tratava, e até levaram o papa a pedir à rainha que demorasse Lourenço Pires em Roma, além do têrmo normal da embaixada. Submetido o assunto ao Conselho, deliberou D. Catarina não fazer uso da bula. Mas, como não foi anulada, durante a regência do cardeal procurou êle executá-la em parte, para acudir às deficiências do Tesouro, provocadas pelas guerras de África. Ninguém pensou, porém, nem a Santa Sé o exigiu, no cumprimento das deprimentes cláusulas.

Em fins de Novembro de 1560, expedira Pio IV as bulas convocando os prelados e soberanos católicos para a continuação, na cidade de Trento, do Concílio Geral, cujos trabalhos estavam suspensos desde Abril de 1552. A assembléia devia estar reunida no domingo de Páscoa do ano imediato; a primeira sessão, porém, só veio a celebrar-se em 18 de Janeiro de 1562.

Como embaixador do rei de Portugal, junto do Concílio, foi nomeado D. Fernando Martins Mascarenhas, comendador de Mértola, na Ordem de Santiago.

(49) *Memorias del Rey D. Sebastião*, P. I, liv. II, cap. ix.

Em sua companhia, como teólogos, foram o Dr. Belchior Cornejo, antigo lente de Cánones na Universidade de Coimbra, o Dr. Diogo de Paiva de Andrade e Fr. Francisco Foreiro, da Ordem de S. Domingos. Entre os prelados escolheu a rainha três: o arcebispo de Braga, D. Fr. Bartolomeu dos Mártires; o bispo de Coimbra, D. Fr. João Soares, um dos mestres do príncipe D. João; e o bispo de Leiria, D. Fr. Gaspar do Casal, que dez anos antes, sendo bispo do Funchal, já assistira ao Concílio, por ordem de D. João III. Não como obrigação, mas por curiosidade, também esteve em Trento D. Jorge de Ataíde, filho do conde da Castanheira, que depois veio a ser bispo de Viseu.

Em 4 de Dezembro de 1563 — já D. Catarina resignára — efectuou-se a última sessão, promulgando o papa, no dia 26 de Janeiro seguinte, a bula de confirmação dos decretos do Concílio. Em Portugal, foram admitidos e mandados observar sem restrição alguma, como era de esperar, por ser conjuntamente o cardeal-infante regente do reino e Legado à *latere*; foi até o único país católico, que não apresentou dúvidas. A cerimónia da publicação da respectiva bula efectuou-se em 7 de Setembro de 1564, na catedral de Lisboa, de cuja diocese era D. Henrique então arcebispo, por haver solicitado a transferência do arcebispado de Évora para o lisbonense, vago por falecimento de D. Fernando de Vasconcelos e Meneses, afim de mais facilmente poder exercer a regência. Por alvará ou provisão de 19 de Março de 1569, ordenou D. Sebastião que «as Justiças dem toda a ajuda, e favor necessário aos Prelados, e Juizes Eclesiásticos, quando estes quiserem por seus próprios Ministros usar contra os leigos da jurisdicção, que lhes dá o Sagrado Concilio Tridentino, sem que a isso ponhão dúvida, ou embargo algum»⁽⁵⁰⁾. E ainda escreveu aos bispos, autorizando-os a usar livremente da nova autori-

(50) José Anastásio de Figueiredo, *Synopsis Chronologica*, t. II, pág. 144.

dade que lhes concedera o Concílio, ainda que fôsse com prejuízo da jurisdição real e futuro dano temporal da corôa.

*

* * *

Reinava então, em todo Marrocos, Mulei Abdalah. A dinastia dos Xerifes nascera, por volta de 1510, dum forte movimento religioso contra os cristãos e as tribus suas aliadas. Depois, a rápida conquista dos reinos de Suz e de Marrocos aumentou-lhes as ambições políticas; e o reino de Fez não tardou a cair também em seu poder. Hostilizar os portugueses tornou-se uma espécie de guerra santa, com raros intervalos de repouso. Foi até por causa das grandes despesas que a manutenção das praças de Safim, Azamor, Alcácer-Ceguer e Arzila acarretava ao endividado erário régio, que D. João III mandára sucessivamente abandonar êsses lugares. A Portugal pertenciam ainda, como atalaia em frente do inimigo secular, Ceuta e Tânger, no norte, e Mazagão no sul. Foi esta praça que, em 1562, veio cercar um poderoso exército, comandado por Mulei Mohâmede, filho primogénito do Xerife, mancebo de vinte anos incompletos, a quem o pai queria dar as honras da vitória.

Havia tempo que esta empresa se estava preparando, correndo fama de ser contra os turcos de Argel. Desconfiou, porém, Rui de Sousa de Carvalho, governador interino de Mazagão, da veracidade do boato, talvez espiado intencionalmente; e mandou um espião de confiança a Marrocos, o qual lhe trouxe a notícia de que os aprestos dos mouros tinham por objecto a conquista da praça. Em 22 de Janeiro, despachou Rui de Sousa uma caravela para Lisboa, com cartas para a regente, avisando-a do próximo assalto e pedindo, com urgência, mantimentos e pólvora. Em fins de Fevereiro, apareceram os primeiros mouros; e a 4 de Março estava fechado o cérco, por terra, com mais de cento e cinqüenta mil homens de cavalaria e infantaria. De artilharia traziam os sitiantes vinte e quatro peças, pedreiros, camélos e colubrinas, além de vários

trabucos e bombardas. Havia muitos renegados, principalmente castelhanos, e até alguns portugueses; e não faltavam mineiros e engenheiros, assoldados, doutras nações europeias.

Enviou o governador nova caravela de aviso, que no caminho espalhou a notícia pelo Algarve; e de toda esta província, num admirável impulso de patriotismo, acudiram a Mazagão reforços voluntários, ainda antes dos primeiros socorros oficiais. Diversos fidalgos armaram caravelas, à sua custa, e foram lançar-se na fortaleza; e os mareantes de Lagos, Faro e Tavira mandaram quarenta homens, pagos pela respectiva Confraria. A 24 de Março, quando a luta já ia acesa, chegou a primeira armada expedida pela regente. Vinha, como general, o capitão-mor de Mazagão, Álvaro de Carvalho, irmão do governador interino da praça, esforçado cavaleiro, muito experimentado em guerras de África, mas que nunca assistira a nenhum cerco, o que levou alguns dos sitiados a estranhar a sua nomeação.

Em Lisboa, não era menor o entusiasmo. Nobres, mercadores, artífices, partiam ou se quotizavam para pagar soldados. Até a corporação dos moedeiros, que por seus privilégios estava isenta de fintas, armou oitenta homens, com o sólido de dois meses adiantado. Velhos, como Simão Sodré, já octogenário, mas cheio ainda de energia e vigor, rapazes de catorze e quinze anos, morgados de grandes casas ou filhos de ricos comerciantes, tantos queriam embarcar para Mazagão, que a rainha se viu forçada a proibi-lo; e o corregedor Manuel de Almeida teve de ir buscar aos navios alguns, que haviam embarcado ocultamente. As levas constantes de gente, a remessa de munições, correspondiam à grandeza do perigo, que ameaçava a fortaleza.

Sessenta e cinco dias durou o cerco; e tão ousados foram sempre os mouros no ataque, como intrépidos os nossos na defesa. Minas e contraminas, os mais singulares artifícios de fogo então usados, de tudo lançaram mão sitiantes e sitiados; e como dentro da praça havia falta de pedreiros e cabouqueiros, os próprios capitães

de bandeira repararam muitas vezes as brechas, abertas nos baluartes pelos pelouros inimigos. Dois foram os assaltos gerais, a 24 e 30 de Abril. No segundo, até as mulheres, idosas e moças, chegando as munições aos combatentes, não só os animavam com palavras, como os estimulavam com actos, arremessando pedras contra os assaltantes.

Em 7 de Maio de 1562, retiraram os mouros, com perdas superiores a vinte e cinco mil homens. Nos defensores, contavam-se cento e dezassete mortos e duzentos e setenta feridos. As formidáveis muralhas de Mazagão, mandadas construir pelo celebrado adail-mor Luís de Loureiro, e defendidas com tamanha heroicidade por alguns milhares de portugueses, transformavam-se, como nos memoráveis cércos de Diu, em autênticos padrões de glória para as nossas armas. O Concílio, então reunido, festejou a insigne vitória com a maior solenidade.

As censuras que certos actos da rainha haviam suscitado, como a luxuosa instalação da sua camareira-mor, D. Joana de Eça, no convento da Esperança, avolumaram-se durante o sítio de Mazagão. A demora no socorro, depois do primeiro aviso de Rui de Sousa de Carvalho — por se ter considerado encarecida a iminência do cérco e excessivos os mantimentos e petrechos militares pedidos — dificultara muito o abastecimento da praça e o desembarque dos reforços. O partido da oposição aproveitára-se dessa lentidão de D. Catarina para acerar as suas críticas; e muitos nobres, entre os quais os duques de Bragança e de Aveiro, combinaram reunir-se na igreja de S. Francisco da Cidade, afim de encontrar a melhor forma de lhe dar *ajudadores na regência*. Soube-o naturalmente a rainha, e por intermédio do arcebispo de Lisboa conseguiu que a reunião fosse sustada.

Mas as censuras não afrouxaram; e logo que o assédio terminou, resolveu D. Catarina apresentar a sua renúncia. Assim o comunicou oficialmente ao cunhado, como seu sucessor na regência. A D. Henrique sorria-lhe deveras tomar conta do poder; mas receava as responsabilidades do cargo e procurou, portanto, dissuadi-la. A regente,

porém, manteve o seu propósito; e a 11 de Julho de 1562, em nome do neto, expediu as cartas-circulares, convocando os Três Estados para o dia 12 de Dezembro seguinte, na cidade de Lisboa. As cartas convocatórias indicavam apenas que o rei queria tratar, e comunicar algumas cousas muy importantes a serviço de Deos Nossa Senhor e meu e bem de meus Reynos com todos os Tres Estados delles (51).

A 27 de Setembro, já estavam em Lisboa bastantes procuradores do povo, que se reúniram na casa do capítulo do mosteiro de S. Francisco da Cidade; e resolveram que, em sessões preparatórias, se elegessem os definidores, e cuidadosamente se estudassem as lembranças que traziam, como representantes dos concelhos. A 7 de Novembro, tiveram a primeira reunião os representantes da nobreza, que em 14, na casa do capítulo do mosteiro do Carmo, elegeram os seus definidores; e em 7 de Dezembro, na Sé, houve uma sessão conjunta dos definidores do povo e da nobreza com os prelados, para aprovação dos Capítulos Gerais, que deviam ser apresentados ao rei (52).

A abertura solene das Côrtes realizou-se no dia 12 de Dezembro, numa sala do Paço da Ribeira, adornada de preciosas tapeçarias. A cerimónia assistiu D. Sebastião, sentado numa cadeira de espaldar, coroada por um docel. Falou, em primeiro lugar, o Dr. António Pinheiro, representante do Estado eclesiástico, e depois o Dr. Estêvão Preto, desembargador da Casa da Suplicação e procurador da cidade de Lisboa, em nome da nobreza e d^o povo. Concluída esta prática, os delegados escolhidos pelos Três

(51) Vasco Pinto de Sousa Coutinho, *Memorias sobre algumas antigas Cortes portuguezas extraidas fielmente de manuscritos autenticos da Biblioteca Real de Paris* (Paris, 1832). Estas interessantes Memorias referem-se apenas às Côrtes de 1562-63.

(52) V. P. de Sousa Coutinho, *Memorias sobre algumas antigas Cortes portuguezas*.

Estados foram sucessivamente entregar a el-rei os memoriais com os artigos das reclamações que propunham, e que êle ia passando para as mãos de Pedro de Alcáçova Carneiro. Entrou então, na sala, o vedor da casa da rainha, Simão Guedes, que entregou ao Dr. António Pinheiro um papel assinado por D. Catarina, em data de 8 de Outubro — talvez para mostrar que era uma resolução reflectida e assente, pois tinha sido tomada dois meses antes — em que se lia o seguinte:

Antonio Pinheiro. Isto he o que de minha parte proporeis neste auto presente das Cortes. Que ElRey meu Senhor que Deos tem me nomeou, e declarou muitos dias antes de seu fallecimiento por tutor e curador do Senhor Rey meu neto, e por Regedor e Governador de todos seus Reynos e Senhorios e depois do seu fallecimiento foi esta sua vontade e determinação aprovada, e ratificada pello Senhor Cardeal meu Irmão e pellos Grandes dos ditos Reynos segundo na Escritura da aprovação e ratificação ao tal tempo feita mais largamente se contem

Agora considerando os annos que ha que governo e reijo estes Reynos, e como verdadeiramente minha disposição por razão dos muitos, e muy grandes trabalhos que nisto tenho passado e principalmente por minha grande desconsolação não he a que convém para poder com tamanho pezo, como he o governo de tam grandes Reynos e Senhorios, assentei mandarvos que em esse lugar, no qual S. A. he presente e os Tres Estados de seus Reynos, declareis e notifiqueis de minha parte que me não he possivel com minha disposição ter mais o dito Governo; E doje por diante o renuncio e nelle não entenderei mais que soomente dez dias pera dentro nelles se declarar que governe o Senhor Cardeal meu Irmão, o qual por tantas rezões, e por tantas e tão grandes qualidades como em sua pessoa concorrem he devido e muy proprio ao governo destes Reynos e a mim e a minha conciencia gastar a vida que me fica na salvação da minha alma; o que ha dias fizera senão esperara avelo de fazer nesse

*lugar que hey por muy proprio pera declarar esta minha determinação
oje oito dias de Outubro de 1562 — Raynha (53).*

Apesar de aguardada por muitos, a leitura desta declaração causou profunda impressão na assembléia. D. Henrique tinha diminutas simpatias, e poucos confiavam na sua actividade e energia. Formou-se logo um numeroso grupo, defendendo a conservação da regente, cuja renúncia não devia ser aceita; outro grupo, porém, não menos forte, capitaneado por Lourenço Pires de Távora, então muito afecto ao cardeal, insistia pela aceitação. Foi este quem venceu, mercê das habilidades e manhas do antigo embaixador em Roma, depois de nove dias de luta — e não de três meses, como erradamente dizem a *Historia Sebastica* e a *Chronica* de D. Manuel de Meneses — pois só em 23 de Dezembro de 1562, isto é, no último dia do prazo marcado por D. Catarina, as Côrtes convieram na regência do cardeal-infante, mas com a cláusula expressa e juramento solene de entregar o governo do reino a D. Sebastião, logo que êle completasse catorze anos de idade, juramento que D. Henrique prestou na mesma sessão. A tutoria e curadoria do rei continuaram, porém, exclusivamente confiadas à rainha, por deliberação das Côrtes. Quem muito sentiu a renúncia de D. Catarina foi Felipe II, pois bem sabia que o cardeal era adverso à política castelhana.

(53) V. P. de Sousa Coutinho, *Memorias sobre algumas antigas Cortes portuguezas*, pág. 42. A *Chronica del Rey D. Sebastião*, de D. Manuel de Meneses, também publica êste documento, (cap. cii), mas com grandes alterações.

CAPITULO II

A REGÊNCIA DO CARDEAL D. HENRIQUE

Assume a regência o Cardeal-Infante. — As principais resoluções das Cortes — Criação do Conselho de Estado. — Auxílio duma armada para a conquista do Pinhão de Beles. — Desavenças entre D. Henrique e o Prior do Crato. — Casamentos das filhas do infante D. Duarte, D. Maria e D. Catarina, com o príncipe de Parma, Alexandre Farnésio, e o duque de Bragança, D. João I. — Moeda falsa, fabricada no estrangeiro. — Terremotos na ilha de S. Miguel. — Assalto de corsários franceses à ilha da Madeira. — Discórdias com a Inglaterra. — D. Sebastião toma conta do governo.

ALGUNS dos Capítulos votados pelas Cortes de 1562-63 — abertas em 12 de Dezembro de 1562, foram dissolvidas a 11 de Fevereiro de 1563 — revelam eloquientemente o estado de espírito do povo ⁽¹⁾. Logo que o cerco de Mazagão terminou, com tamanho lustre das armas portuguesas, correu insistentemente o boato

⁽¹⁾ Em 2 de Janeiro de 1563, reuniram-se os procuradores do povo, no mosteiro de S. Francisco da Cidade. Por ordem do regente, foi o conde de Vimioso, D. Afonso de Portugal, declarar-lhes, na sua qualidade de vedor da Fazenda, que havia um *deficit* de quarenta e tantos contos, além de várias dívidas, algumas ainda do tempo de D. João III. O Cardeal mandava, portanto, pedir-lhes que o auxiliassem *com algum serviço*. Deu origem o pedido a discussões demoradas; mas, no dia 15, resolveram os procuradores «servir a EIRey nosso Senhor com cem mil cruzados... com condição que este serviço se pague deste S. Miguel que vem a dous

de que o governo estava na intenção de abandonar aos mouros as praças de Mazagão e de Tânger, continuando assim a política de D. João III. As resoluções das Côrtes são a condenação formal dêsse abandono. Dispensa comentários a simples transcrição dos Capítulos relativos aos nossos domínios africanos: «Cap. 18.^º — Que se não larguem os lugares de Africa, nem Mazagão, e assim o pedem, e requerem»; «Cap. 19.^º — Que no Algarve se façam fortalezas, onde parecerem necessarias»; «Cap. 80.^º — Que todos os Bispos e Beneficiados dem ajuda, e pensão para a guerra de Africa»; «Cap. 86.^º — Que nenhum mourisco [mouro tornado cristão] viva na costa do Algarve, por não darem avisos, como se presume»; «Cap. 88.^º — Que mande (Sua Alteza) pôr em Tânger mil lanças de cavallo, e com ellas pessoa de Estado, e muita calidade»; «Cap. 91.^º — Que os Duques, e Senhores ajudem para a guerra de Africa, conforme a seus estados, e rendas»⁽²⁾. O abandono daquelas praças, se houve realmente êsse projecto, foi posto de lado.

A exaltação patriótica, que o cerco de Mazagão despertara, levou até as Côrtes a proposições disparatadas: «Cap. 24.^º — Que os Estudos de Coimbra se desfaçam por

anos, e que S. A. despache os Capitulos Geraes dentro em seis meses, ou o mais breve que poder ser».

Ficaram na corte oito procuradores «para o despacho dos Capitulos». Em 7 de Fevereiro comunicou-lhes, porém, o regente que, pelos muitos trabalhos que o solicitavam, só para o S. João poderia despachar esses Capítulos. Deviam, por isso, retirar-se e voltar em Junho, para «não fazerem despesas aos povos». Quatro dias depois, procuraram-no os representantes dos concelhos para protestar contra tão largo adiamento. Disse-lhes D. Henrique que era impossível tratar imediatamente do assunto. Se o pudesse fazer antes do S. João, mandá-los-ia chamar. Assim se dissolveram as Côrtes, em 11 de Fevereiro de 1563. (V. P. de Sousa Coutinho, *Memorias sobre algumas antigas Cortes portuguezas*).

(2) P.^o José Pereira Baião, *Portugal cuidadoso e lastimado*, Liv. I, cap. vii. A *Chronica* de D. Manuel de Meneses insere também os Capítulos aprovados pelas Côrtes, mas sem numeração. Os Capítulos são 167.

serem prejudiciaes ao Reyno, e a renda se applique para a guerra, e quem quizer aprender vá a Salamanca, ou a Pariz, e não haverá tanto Letrado sobrejo, nem tantas demandas». Mais razão tinha Gil Vicente, quando na *Frágoa de Amor*, falando pela boca de Fr. Rodrigo, pro-punha que se refundissem os frades,

sem conto na Cristandade,
.....
ao menos tres partes delles
em leygos, e arneses nelles
e muy bem apercebidos
entam a mouros co'elles.

O mesmo espírito se manifestou logo nos dois primeiros Capítulos: «Cap. 1.º — Que El Rey Nossa Senhor, tanto que for de nove annos se tire dantre mulheres, e se entregue aos homens»; «Cap. 2.º — Que D. Aleixo se aposente por ser muito velho, e para isso». Não era com receio de que o aio incutisse a D. Sebastião tendências guerreiras, descrevendo-lhe as proezas por êle praticadas na África e na Índia, que as Côrtes queriam dar ao jovem príncipe conselheiro mais moço. Era exactamente por temerem que o alquebrado velho não pudesse já, pela sua avançada idade, fazer dêle um rei cavaleiro.

As Côrtes mostraram também a sua intransigência contra a influência castelhana. Nesse sentido se pronunciaram: «Cap. 6.º — Que case El Rey, posto que não tenha idade, e seja em França, e a mulher se traga logo, e se crie neste Reyno»; «Cap. 16.º — Que se faça Ley, que se não dê officio de sua Casa a Estrangeiros, nem Prelazias». Bastantes, de tôdas as categorias, havia na corte; e o capelão-mor da rainha era D. Julião de Alva, primeiro bispo da diocese de Portalegre (criada em 1550 por breve do papa Júlio III), que viera para Portugal na comitiva de D. Catarina. Também num dos parágrafos do *Discurso Panegírico*, destinado a explanar e reforçar certos Capítulos das Côrtes, diziam os procuradores dos concelhos a respeito da criação do rei, *qual convinha a este reino: Trabalhay porque se crie nos costumes do*

antigo Portugal; porque usos peregrinos são prejudiciaes. Tornai-lhe a guarda dos Ginetes, tiraí-lhe esta [referiam-se à nova guarda de cem alabardeiros, que a regente mandara organizar], que mais convem para El Rey do Congo, que para poderoso Rey de Portugal. Não se nomeem diante delle Sumilheres, se assim lhe chamas; vista á Portuguezza, com seu Camareiro mor; coma á Portuguezza; cavalgue á Portuguezza; falle á Portuguezza; todos seus actos sejão Portuguezes, e com isto lhe fareis habito para que tenha grande amor ao Reyno, e cousas delle ⁽³⁾.

As Côrtes, a despeito de votarem no cardeal-infante, não manifestaram decidida confiança nos seus dotes governativos. Por isso propuseram: «Cap. 7.º — Que escolhão doze para o Conselho, Portuguezes e não Estrangeiros, e algum que entenda de guerra, e que sejão eleitos nas Cortes, e que entrem os Duques, e o Senhor D. Duarte, e o Senhor D. Antonio, e que no Conselho não haja precedencia no votar, nem nos assentos». E depois de impor várias obrigações aos seus membros, para garantir às suas decisões a maior imparcialidade e desinteresse, confiavam-lhe as Côrtes atribuições importantíssimas: «Cap. 10.º — Que os do Conselho votem juntamente, e não apartados, nem por escritos, e com o parecer de todos juntos despachem as mercês, tenças e comendas, e as Provisoens levarão vista dos do Conselho».

Aceitou D. Henrique, em parte, esta indicação, pois um dos seus primeiros actos foi instituir, com carácter permanente, o Conselho de Estado, ao qual depois D. Sebastião deu regimento, por alvará de 8 de Setembro de 1569. Mas não nomeou doze conselheiros, nem escolheu nenhum dos quatro membros — o duque de Bragança, o duque de Aveiro, o Senhor D. Duarte e o Prior do Crato — expressamente designados no Capítulo 7.º.

O primeiro nomeado foi Lourenço Pires de Távora,

(*) P.º José Pereira Baião, *ob. cit.*, Liv. I, cap. viii. São 26 os parágrafos do *Discurso Panegírico*.



HENRICVS PORTVGALLÆ REX XVII.
VIXIT ANN. LXVIII. OBIIT Aº M. D. LXXX.

O CARDEAL D. HENRIQUE

talvez por haver sido, no dizer da *Chronica* de D. Manuel de Meneses, o inspirador da criação dêsse alto corpo consultivo, que o antigo embaixador conhecia de Espanha, onde fôra instituído por Carlos V, em 1526. Nessa qualidade, entregou depois ao cardeal-infante um papel com uma série de avisos, para norma do seu procedimento como regente, fazendo-lhe sentir «que nem todos os do Reyno forão de acôrdo no contentamento de se lhe dar o governo, e que os que o servirão nisso, e folgão de Vossa Alteza governar, foy por causa do descontentamento do governo passado, cuidando que Vossa Alteza emendaria as desordens, e daria outra forma no procedimento dos negócios».

Aconselhando-o a que proceda «com muito rigor, e antes parecendo cruel, que piedoso», para não cair «em muitos inconvenientes, que já tem experimentado por sua misericordia, e brandura», Lourenço Pires de Távora, sem lhe apontar o nome, refere-se evidentemente ao secretário de Estado, Pedro de Alcâçova Carneiro, que D. Henrique continuava mantendo nessa elevada situação. O seu ataque ao velho e astuto servidor de D. João III é bem claro: «Começa Vossa Alteza a cahir em suspeita, e ser notado de fazer tudo com Foão; farseha por essa maneira odioso, e terá a mais da gente em continuo escandalo pelos inconvenientes, que da estreita conversação arrecação:... veja, e considere bem se seria de muito serviço de Deos, e del Rey restaurar o officio de Escrivão da Puridade, ou dar outra alguma ordem, com que este homem tivesse igual» (⁴). O regente estava farto de saber que Pedro de Alcâçova era criatura da rainha; mas não o substituiu, nem lhe deu parceiro na direcção dos negócios públicos, ainda que isso pudesse desgostar os seus próprios partidários. Não há prova mais indubitável do seu empenho de evitar um conflito com a cunhada.

(⁴) D. Manuel de Meneses, *Chronica del Rey D. Sebastião*, cap. cv.

Tinham as Côrtes votado cem mil cruzados para gastos do rei; mas êste subsídio só começava a cobrar-se no ano de 1565, demora talvez devida à má impressão que causara na opinião pública, «por ser em tempo que a despesa da pessoa e casa del Rey estava muito atalhada por causa da sua idade». A situação do Tesouro não era desafogada. O cerco de Mazagão obrigára a dispêndios imprevistos, tendo o Estado de contrair dívidas, sobre as que já vinham do reinado anterior. Impunha-se, portanto, a rigorosa supressão de tôdas as despesas supérfluas; e por outro lado, caso fôsse possível, o aumento dos rendimentos, sem imposição de novos tributos. Como a bula do papa Pio IV, concedendo um subsídio de duzentos e cinqüenta mil cruzados, pagos no decorrer de cinco anos pelo corpo eclesiástico, não fôra anulada, mas apenas suspensa a sua execução, o cardeal-infante mandou-a publicar e intimar aos Cabidos do reino, no segundo ano do seu governo. Foi enorme a celeuma que essa ordem provocou; e os Cabidos enviaram a Lisboa os seus procuradores para protestar contra uma injunção, que lhes afrontava os privilégios, salvo em guerra defensiva da pátria e depois de esgotados todos os recursos da corôa. Foi incumbido de redigir o protesto o Dr. Cristóvão de Matos, beneficiado da Sé de Lisboa, que para fortalecer as suas razões, e talvez intimidar o regente, concluiu a exposição, relacionando a boa ou má sorte de certos monarcas portugueses com o seu procedimento perante os bens do clero: D. Afonso Henriques e D. João I foram felizes nas emprêsas militares, por não terem molestado a Igreja com impostos; ao contrário, D. Duarte viu malograda a expedição de Tânger, por se ter valido de subsídios eclesiásticos, e D. Afonso V saiu afrontado da guerra com Castela, por se haver servido da prata das igrejas, apesar de o fazer por empréstimo, que D. João II e D. Manuel restituíram. As necessidades do Tesouro forçaram D. Henrique a insistir. Após longas negociações, concordou por fim em receber só metade, cento e vinte e cinco mil cruzados, a satisfazer em vinte e quatro meses. Volvidos cento e setenta e um anos, ainda Fr. Manuel dos

Santos, na *Historia Sebastica*, censura o cardeal, porque «sendo Clerigo, e devendo como Clerigo zelar a immunitate da igreja, além de não ter cercos, nem outras guerras, a que acodisse, em tomndo as redeas do governo tratou de haver o subsidio»⁽⁵⁾. Não esqueçamos o que, nas Côrtes, pediram os representantes do povo: «Cap. 79.^º — Que os cincuenta mil cruzados, que (durante cinco anos) o Santo Padre concedeo dos Prelados para as guerras, haja (el-rei) de Sua Santidade que sejão para sempre».

Não obstante o seu propósito de comprimir as despesas, teve D. Henrique, em 1564, de assentir a um pedido de Felipe II, concorrendo com uma armada portuguesa para à reconquista da fortaleza do Pinhão de Beles, mandada construir, em tempo de Fernando, o Católico, na costa africana fronteira a Málaga, para melhor defesa contra os piratas que infestavam esta parte do Mediterrâneo. Dessa fortaleza, que ficava a seiscentos metros da cidade de Beles da Gomeira, se tinham apoderado os mouros em 1522; e do seu pôrto saíam corsários a talar as costas da Andaluzia e a roubar os navios mercantes que passavam pelo estreito de Gibraltar. Constou a Felipe II que o rei de Argel, tributário do sultão da Turquia, se preparava para conquistar Mazalquibir e Orão, então na posse da Espanha. Era, portanto, necessário retomar o Pinhão de Beles, para impedir a perigosa expansão de muçulmanos, naqueles mares; e como a expedição, que lá enviara em 1562, fôra constrangida a retirar com perdas, o soberano espanhol não só requisitou de Nápoles e da Sicilia tôdas as galés disponíveis, mas escreveu aos duques de Florença e de Saboia, ao Grão-mestre da Ordem de Malta, à República de Génova e ao rei de Portugal, solicitando o seu concurso.

Várias vezes, o governo português lhe fizera sentir, por intermédio do embaixador D. Francisco Pereira,

(5) Livro I, cap. XIII.

quanto convinha impedir o contrabando de armas e munições, que dos portos da Andaluzia eram levadas para o norte da África, com grave risco das praças, que Portugal e Castela lá possuíam. Mas Felipe II contestava que o trato da Berberia lhe rendia dezasseis contos anuais, de que não podia prescindir, tanto mais que vendera essa renda a pessoas, a quem teria de indemnizar. Era caso do cardeal D. Henrique lhe responder agora que os gastos consideráveis, a que o cérco de Mazagão dera origem, lhe não permitiam aparelhar nenhuma armada, destinada a cooperar com a espanhola. E devia dizer-lhe ainda que, durante os dois meses que durou aquêle cérco, ele só encontrará pretextos, não para recusar, mas para tanto protelar os socorros pedidos, que os mouros retiraram antes da chegada do almirante castelhano. Como esta falta podia trazer uma quebra na cordialidade das nossas relações, D. Catarina, logo que o assédio terminou, apressou-se a escrever para Madrid, ao embaixador Rui Teles, incumbindo-o de dizer ao sobrinho que não era preciso o auxílio das galés de D. Alvaro de Bazán. E, para completar a ficção, na mesma data escreveu ao almirante, agradecendo-lhe a boa vontade com que quis socorrer Mazagão, por ordem do rei de Castela ^(*)!

Tudo isto podia, na verdade, alegar o cardeal-infante. Mas a insistência com que o regente, pelo seu embaixador ordinário, ou por emissários ocasionais, como Fr. André da Insua, antigo Geral da Ordem de S. Francisco da Observância, mais duma vez lembrara a Felipe II as vantagens de conquistar o Pinhão de Beles e até a cidade de Argel, para destruir aquêle foco de pirataria, não lhe permitiam subterfúgios, nem negativas de auxílio a uma empresa, que ele próprio aconselhara. Além disso, o perigo, que ameaçava Orão, podia estender-se a Tânger. Foi, portanto, mandada aprontar a armada.

(*) As cartas são de Maio de 1562 (Visconde de Santarém, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo*, t. II, pág. 106).

Compunha-se a esquadra portuguesa de um poderoso galeão, oito caravelas e alguns bergantins e fustas, com mais de trezentos cavaleiros e mil e quinhentos soldados. Como general ia Francisco Barreto, ex-governador da Índia. Reúniram-se as duas armadas em Málaga, donde partiram em fins de Agosto. A esquadra espanhola, sob o comando geral de D. Garcia de Toledo, marquês de Vilafranca e duque de Fernandina, constava de oitenta e cinco galés, além de sessenta barcos de pequena tonelagem, com cerca de treze mil soldados espanhóis, italianos, flamengos e alemães. Os moradores de Beles da Gomeira, amedrontados com tamanho aparato de fôrças, abandonaram precipitadamente a cidade. A fortaleza do Pinhão, edificada em rocha viva, bem guarnevida de artilharia, abastecida de munições e mantimentos para muito tempo, apenas resistiu dois dias. O contínuo bombardeamento dos sitiantes, tanto do mar como de terra, onde tinham levantado duas baterias, conseguira desmontar alguns canhões da fortaleza e derrubar um pano da muralha. Então, desanimada, convencida de que era impossível resistir, a guarnição abandona-a e foge para o interior. Já depois de tomada a praça, chegaram reforços, enviados de Fez pelo Xerife; mas foram derrotados. A Francisco Barreto enviou Felipe II o seu retrato, numa medalha, pendente de grossa cadeia de oiro; e valorizava-o ainda uma carta, com aquelas amáveis palavras que ele sabia dizer, quando queria estimular a gratidão de alguém: *El buen suceso de la empresa del Peñon yo lo pongo más a vuestra fortuna, que a mi potencia;... y el trabajo que en ello tuvistes, os agradezco mucho, y os quedo por el en mucha obligacion.* Não sabia doutra maneira de o remunerar, sino con os mandar un retrato de mi persona, con una cadena, para que con ella me tengais preso todos los dias de vuestra vida, para lo que de mi os cumpliere⁽⁷⁾.

(7) Barbosa Machado, *Memorias del Rey D. Sebastião*, P. II, liv. II, cap. II.

Nos primeiros dias de 1564, chegou a Lisboa a notícia de que o Xerife Mulei Abdalah andava organizando um exército, destinado a sitiар e à fôrça de armas expugnar a cidade de Tânger. Era urgente, portanto, cuidar da sua defesa, aumentando e melhorando as fortificações; e confiar o seu governo a quem tivesse autoridade e competência para o exercer, em ocasião que podia ser grave. O cardeal, mostrando assim que não esquecera um dos mais significativos votos das Cortes, nomeou capitão-mor a Lourenço Pires de Távora, que procurou escusar-se, alegando a sua idade, pois o cargo, por muito honroso que fôsse, era mais próprio para homens no vigor da vida do que para velhos. D. Henrique, porém, persistiu na escolha, porque, em momentos difíceis, o governador devia aliar a energia à prudência, qualidades que sobravam na pessoa nomeada. Influiria também, no regente, o desejo de o afastar da corte, pois as suas queixas contra a permanência de Pedro de Alcâçova, no cargo de secretário de Estado, não deviam ter afrouxado.

A 15 de Abril, partiu Lourenço Pires de Távora com uma armada, que conduzia mil soldados de cavalo e muitos fidalgos, ansiosos de ilustrar o seu nome em algum brilhante feito de armas. Dois anos durou a sua capitania. Além de vivos combates com os mouros de Arzila, em que os nossos ficaram sempre vitoriosos, as fortificações da cidade completaram-se. O Xerife mandou então dissolver o exército que lhe devia pôr cérco, não esquecido ainda do desdouro que, a despeito de tamanho alardo de fôrças, sofrera em Mazagão ⁽⁸⁾.

* * *

As desavenças que, há alguns anos, se vinham acen-tuando entre o cardeal-infante e D. António, Prior do

⁽⁸⁾ *Historia de Varoens illustres do appellido Tavora*, por Alvaro Pirez de Távora, publicado por Rui Lourenço de Távora, págs. 225-264.

Crato, filho bastardo do infante D. Luís e de Violante Gomes, por alcunha a *Pelicana*, explodiram violentamente em 1565. Nascido no ano de 1531 e de criança destinado ao sacerdócio, D. António aprendeu os primeiros rudimentos no convento da Costa, em Guimarães. Depois, continuou os seus estudos no mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra, recebendo no dia 5 de Maio de 1551, com vinte anos de idade, o grau de Mestre em Artes. No mês de Novembro do ano anterior, por ocasião da visita de D. João III e D. Catarina à Universidade, pronunciára D. António, em latim, o panegírico de D. Afonso Henriques. Passando a Évora, com o fim de estudar Teologia, confiou-o o cardeal D. Henrique, então arcebispo da diocese, aos cuidados de Fr. Bartolomeu dos Mártires. Para satisfazer a vontade do pai e do tio, tomou ordens de diácono; mas tendo sido nomeado Prior do Crato, por morte do infante D. Luís, ocorrida em 27 de Novembro de 1555, recusou-se D. António a receber a ordem de presbítero, não obstante repetidas e enérgicas instâncias do cardeal, justificando a recusa em ter abraçado o estado eclesiástico por imposição alheia e não por devação própria. Desde então, nunca mais o tio o olhou com simpatia; e como o Prior do Crato, pelas tendências naturais do seu temperamento pujante e vigoroso, mais talhado para cavaleiro do que para monge, se abandonasse a uma vida licenciosa, D. Henrique, que presava a castidade como a virtude fundamental do clérigo, não lhe perdoava a soltura de costumes, transformando-se, pouco a pouco, a antipatia em verdadeira inimizade. Além disso, D. António era generoso, de ânimo largo e gastador; e como havia renunciado à herança do pai, a benefício da corôa, a trôco de prometidas compensações, que nunca lhe deram, os rendimento do Priorado não bastavam para as suas despesas, forçando-o a contraír dívidas.

Durante a regência de D. Catarina, solicitou D. António novo benefício ou pensão fixa, que lhe garantisse a residência na corte; mas a regente e o cardeal aconselharam-no a retirar-se, durante algum tempo, para um

mosteiro, como o melhor meio de reduzir os seus gastos e pagar as suas dívidas. Realmente, o Prior do Crato esteve dois ou três meses em Penha Longa, até ser convocado para as Côrtes de 1562. Havendo-lhe, porém sido marcado, na sessão de abertura, um assento inferior ao de seu primo, o Senhor D. Duarte, filho do infante D. Duarte, aliás mais novo que seu pai, D. António retirou-se muito ofendido para o Crato. Vagou depois o arcebispado de Évora, pela transferência do cardeal-infante para o de Lisboa; e tendo-o requerido, o tio negou-lho, nomeando para aquela dignidade o bispo do Algarve, D. João de Melo. Talvez no propósito de reparar este agravio, prometeu-lhe D. Henrique cinco contos de réis, por uma só vez, e um conto e quinhentos mil réis de pensão anual, além duma ajuda de custo extraordinária de dez mil cruzados, para embolsar os credores. Mas tais condições punha o cardeal, antes de tornar efectivas as suas promessas, que D. António se ausentou ocultamente para Castela, resolvido não só a expor os seus ressentimentos, como a solicitar o patrocínio de Felipe II, a quem já em tempo se queixara do modo desgraçável com que era tratado.

Tanto D. Henrique, como Catarina, neste ponto inteiramente de acôrdo com o cunhado, se mostraram claramente hostis ao Prior do Crato, sobretudo por não querer tomar ordens de missa e pretender ainda que o papa lhe relevasse os votos, que só por obediência ao pai pronunciária, trocando o hábito de clérigo pelo da Ordem de S. João de Jerusalém, a que pertencia. No Arquivo Geral de Simancas existem várias cartas do cardeal e da rainha para o soberano espanhol e a princesa D. Joana, lamentando a desordenada conduta de D. António e, principalmente, a sua resolução de abandonar o sacerdócio. Há uma carta de D. Catarina, datada de Lisboa a 24 de Janeiro de 1566 — por sinal, tão extensa, que ela própria se acusa da sua *prolijidad* — na qual a rainha promete a Felipe II, em seu nome e do regente, perdoar ao Prior do Crato a sua desobediência e entregar-lhe *enteramente todo lo que le es dado* — pois uma parte dos seus rendi-

mentos em verdade *se le estrechara*, para amortização das dívidas — se êle se ordenasse de *clerigo*, *maiormente teniendo recibido las ordenes de Evangelio*, como fôra sempre desejo do infante D. Luís (*).

Felipe II, tomando para si o papel de chefe da família real portuguesa, procurou congraçar estas desavenças; e além de escrever a D. Catarina e a D. Henrique, em princípios de 1566 resolveu mandar a Lisboa uma pessoa da sua confiança para tratar directamente do assunto. O escolhido foi o português *Cristóvão de Moura*, comendador da Fuente del Moral na Ordem de Calatrava e gentil-homem *de la boca* do príncipe D. Carlos, que havendo acompanhado a princesa D. Joana, de quem era págem, conseguira boa situação na corte espanhola, pela protecção do seu patrício, o Príncipe de Eboli, Rui Gomes da Silva, a cujo partido pertencia, mas sobretudo pela amizade que D. Joana lhe mostrou sempre, não só nomeando-o depois seu estribeiro-mor, como escolhendo-o para testamenteiro.

Chegou Cristóvão de Moura a Lisboa, no comêço de Abril de 1566. O encargo era trabalhoso e difícil, porque o regente, a rainha e os ministros, todos eram contra D. António. No entanto, após dois meses de negociações, em que interveio também Lourenço Pires de Távora, seu tio pelo lado materno, que então regressará de Tânger, Cristóvão de Moura pôde conseguir que o cardeal não só concedesse ao Prior do Crato uma renda vitalícia e um importante subsídio para pagamento das suas dívidas, mas se comprometesse a não lhe impôr a aceitação da ordem de presbítero, até que Deus o inspirasse para o seu serviço. Igualmente prometia guardar-lhe tôdas as regalias correspondentes à sua posição, considerando cujo filho era. Só numa coisa se mantinha D. Henrique irredutível: não consentir que o sobrinho mudasse de hábito, pois o reputava um caso de consciência, além de temer

(*) A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 384.

que D. António, tornado secular, aspirasse porventura ao casamento. O Prior do Crato voltou então para Portugal, donde esteve ausente mais de ano e meio; e a 8 de Setembro de 1566, escreveu de Lisboa a Felipe II uma afectuosa carta, reconhecendo-se *mais obrigado que todos*, e desejando-lhe longa vida e felicidades (¹⁰).

Dois meses volvidos, já D. António andava outra vez desavindo com o regente que, irritado com a sua atitude, o desterrou da corte, com ordem de recolher imediatamente ao Priorado. Cumpriu-a o sobrinho, mas com tantas demoras e rodeios, por se deter no caminho, caçando veados e porcos bravos nas tapadas reais de Salvaterra e Almeirim, que D. Henrique nunca lhe levantou o deserto, não obstante as reiteradas instâncias dos embaixadores espanhois, D. Alonso de Tovar e D. Hernando Carrillo. O mais que o rei católico obteve, foi que D. Henrique lhe mandasse pagar as dívidas.

Só depois de haver D. Sebastião tomado conta do poder, conseguiu o Prior do Crato regressar à corte. Quando o rei, que estava preparando a sua primeira jornada à África, o nomeou governador de Tânger, tratou D. António de alcançar a almejada troca do hábito clerical pelo da Ordem de S. João de Jerusalém, a esse tempo já denominada de Malta, para poder usar capa e espada, e entrar na guerra contra os infiéis. Impetrou essa dispensa do papa Gregório XIII, a despeito da indignação do cardeal, para quem esse acto representava uma afronta. A solicitações suas, Felipe II recomendou com vivo interesse ao seu embaixador em Roma, D. João de Zúñiga, que não desamparasse o assunto; e a dispensa das ordens maiores, já recebidas, foi-lhe concedida pelo pontífice. Em 18 de Maio de 1574, escreveu o Prior do Crato ao rei católico, pedindo-lhe *mercê de sua benção e autoridade*, e confessando-se mais uma vez seu *criado e*

(¹⁰) A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 384.

vassalo. É de 19 de Junho seguinte a resposta, realmente muito amável, de Felipe II (¹¹).

Outro facto ocorreu então, dentro da família real, que merece também referência. A duquesa de Parma, D. Margarida de Áustria, filha natural de Carlos V, que governava os Estados da Flandres como representante de seu irmão, rogou-lhe, em 1563, que tratasse, junto da rainha D. Catarina e do regente, do casamento de seu filho, o príncipe Alexandre Farnésio — que tamanha fama viria a ganhar, pelos seus dotes militares — com a Senhora D. Maria, filha mais velha do infante D. Duarte e de D. Isabel de Bragança, e neta, portanto, do rei D. Manuel. Assumindo de bom grado o papel de chefe da família, que gostava de acentuar, Felipe II dirigiu as negociações, sendo o contrato ante-nupcial assinado em Madrid, a 14 de Março de 1565; foi procurador da princesa seu tio, D. Teotónio de Bragança.

Os desposórios celebraram-se em Lisboa, a 22 de Maio, sendo o noivo representado pelo embaixador de Espanha. Nesse dia e nos seguintes, houve variadas festas: banquetes; corridas de touros; jogos de canas, em que entraram sessenta e quatro cavaleiros vestidos à mourisca, com cores diversas, para distinguir as quadrilhas; e saraus, num dos quais o rei, então de onze anos, dançou com a desposada. Mandou D. Margarida de Áustria buscar a nora, numa formosa armada que, partindo do Tejo em 14 de Setembro, só em 2 de Novembro lançou âncora no pôrto de Flessinga, porque a viagem correu deveras tormentosa, tendo os navios que arribar a Inglaterra. Depois de alguns meses de demora em Bruxelas, partiram os príncipes para Parma. D. Maria faleceu em 1577; seu filho primogénito, o príncipe Rainúncio, foi um dos pretendentes ao trono de Portugal, após a morte de D. Sebastião.

(¹¹) A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 392 (a carta do Prior do Crato); idem, id., Maço n.º 388 (a carta de Felipe II).

Sua irmã, a Senhora D. Catarina — que devia ser a natural herdeira da corôa, se o não impedissem a ambição de Felipe II e a vilania de tantos portugueses vendidos — apesar de mais nova, ainda casou antes, porque as negociações do consórcio com seu primo coirmão, o sexto duque de Bragança, D. João I, ultimaram-se rapidamente.

Já a duquesa governadora da Flandres andava tratando do casamento do filho, quando em Lisboa se soube que dois portugueses, um domiciliado em Antuérpia e outro em Midelburgo, fabricavam moedas falsas de cobre, com as armas de Portugal, imitando os cunhos usados na nossa Casa da Moeda, e aqui a introduziram depois, com grande lucro, pois o seu valor legal era muito superior ao do metal nela empregado. Reclamou o cardeal D. Henrique as providências necessárias; e D. Margarida de Áustria, em Junho de 1564, expediu um decreto comandando graves penas contra os moedeiros falsos. Veio assim a descobrir-se que a falsificação se estendia também às peças de oiro de dez cruzados, com menos peso e toque do que as verdadeiras.

Com as providências tomadas, transferiu-se o fabrico para a Alemanha. As representações do regente, atendeu rapidamente o imperador Maximiliano II, publicando idêntico decreto, em Agosto de 1565. A rendosa indústria passou então para a Inglaterra, inundando Portugal de moeda falsa de cobre, em troca do oiro e prata que levavam. Remédio eficaz foi o que lhe deu D. Sebastião, meses depois de haver assumido o governo, mandando que o valor da moeda se reduzisse ao preço do cobre por lavrar: a de dez réis valeria três; a de cinco, real e meio; e a de três, um real. Foi grande o abalo causado em todo o reino pela publicação desta lei. Na cidade de Lisboa fecharam as tendas, durante alguns dias. A Misericórdia e o Senado pediram a sua suspensão; mas, se fôsse suspensa ou revogada, continuaria entrando no país a moeda falsa, cunhada no estrangeiro.

*
* *

As ilhas adjacentes foram, neste período, duramente açoitadas por cataclismos, sobretudo a de S. Miguel, ou invadidas e saqueadas por corsários, como a ilha da Madeira.

De 25 a 28 de Junho de 1563, em tôda a ilha de S. Miguel se sentiram tremores de terra, mais ou menos violentos, principalmente nos termos da Ribeira Grande, Vila Franca do Campo e Lagôa. Na véspera de S. Pedro, pouco depois do anotecer, a meio da ilha, no Pico da Lagoinha, rebentou com estrepitoso fragor um vulcão, que durante cinco dias arrojou cinza e escórias, que cobriram a área de sete freguesias, atingindo em certos lugares a altura de quinze palmos, com destruição de todos os frutos e culturas, e perda de numerosas cabeças de gado. Em 2 de Julho, ainda em plena actividade dêsse vulcão, outro rompeu no Pico do Sapateiro, entre a vila da Ribeira Grande e a da Lagôa, do qual saiu uma torrente de lava, dividida em dois braços que, descendo até o mar, tudo arrazaram na sua passagem. Os prejuízos foram enormes; mas, apesar de terem ficado muitas povoações destruídas, não houve vítimas. O terror, porém, da população foi espantoso (12).

(12) Quasi todos os cronistas se referem aos terremotos de S. Miguel; e no códice n.º 887 do *Fundo Geral de Manuscritos* da Biblioteca Nacional de Lisboa, encontra-se (fols. 136 v.-140 v.) uma *Informação na verdade do Terremoto e da destruição que aconteceu na ilha de São Miguel dada pelo P.º fr. Manoel Furtado que ally se achou*. As *Relações*, que conheço, marcam o início dos tremores de terra, no dia 25 de Junho de 1563. O P.º Manuel Furtado diz que começaram em 15. Deve ser equívoco, pois assim haveria um período de dez dias tranqüilos entre os terremotos e o rompimento do primeiro vulcão, o que parece inexacto.

O códice n.º 887 intitula-se *Relações das causas principaes que sucederão em Portugal em tempo del Rey D. Sebastião. Tiradas de originaes do Reyno por João Baptista Lavanha Coronista mor do Reyno de Portugal para fazer esta coronica*. Na mesma fólha

Em 1566, sofreu a ilha da Madeira o assalto duma armada de corsários franceses, por instigação e vingança dum português despeitado e vil. Tinha o cardeal D. Henrique decretado que ninguém podia trazer oiro da Costa da Mina, sob pena de confisco, pois o comércio dêsse metal precioso era privativo da corôa. Gaspar Caldeira, natural de Tânger, antigo moço da câmara do cardeal e depois mestre marinheiro da carreira da Mina, conseguira, numa das suas viagens, trazer para Lisboa uma certa quantidade de oiro, na suposição talvez de que o haver sido criado do regente o punha a coberto da lei; mas tomaram-lho, na Casa da Índia, como contrabando. Ardendo em ira, saiu do reino para França; e encontrando-se, no pôrto da Rochela, com Brás Montluc, que, apesar de filho do marechal Montluc, era um dos muitos capitães corsários, que dêsse e outros portos franceses então partiam a infestar o Atlântico, ofereceu-se para o conduzir à Costa da Mina, devendo o que saqueassem ser repartido entre êles. Armou Montluc seis navios; e, já em viagem, resolveram assaltar a ilha da Madeira, cujos portos e caminhos interiores também Gaspar Caldeira conhecia perfeitamente (¹⁹).

No dia 3 de Outubro, lançaram ferro na Praia Formosa, uma légua distante do Funchal. Saltaram em terra novecentos arcabuzeiros que, repartidos em três grupos, por diferentes vias marcharam sobre a cidade. Era então

de guarda se encontra, com outra letra, a seguinte observação: *Em casa de Francisco de Lucena secretario de Estado recebi este livro em 28 de Junho de 1626.* É uma valiosa colecção de documentos para a história de D. Sebastião, que Lavanha não chegou a escrever.

O sr. Edgar Prestage descreveu êste códice, num artigo publicado na *Revista de História* (n.º 24-1917).

(¹⁹) Os nossos cronistas não concordam no número dos navios franceses. Segundo D. Manuel de Meneses, eram sete; Barbosa Machado eleva-os a oito; e Fr. Manuel dos Santos e o P.º José Pereira Baião, a nove. Seis é, porém, o número indicado nos *Commentaires* do marechal Montluc. (Visconde de Santarém, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*, t. III, págs. 394-395).

governador interino da ilha Francisco Gonçalves da Câmara, por seu tio Simão Gonçalves da Câmara, futuro conde da Calheta, que estava ausente em Lisboa. Avi-sado, na véspera à noite, de que uma esquadra de corsários estava fundeada na ilha de Pôrto Santo, o governador, confiado em que a informação fosse falsa, não preparou a resistência e declinou o oferecimento dos capitães de quatro navios portugueses, surtos no pôrto, que pretendiam auxiliá-lo com a sua gente. A cidade foi facilmente invadida e a fortaleza conquistada, pois a frouxidão do chefe arrastava a cobardia dos soldados. Saquearam algumas casas nobres, a catedral, os conventos, as igrejas, sendo mortas, só nesse dia, mais de duzentas e cinqüenta pessoas; dos assaltantes, ficou gravemente ferido o chefe, que faleceu horas depois. Durante as duas semanas que os franceses permaneceram na ilha, continuou a pilhagem, apoderando-se ainda da carga de vários navios que, ignorantes do perigo, buscaram o pôrto; e até dois lhes serviram para levar o que já não cabia nos seus, abarrotados de riquezas.

Logo que em Lisboa houve notícia do assalto dos corsários, no breve espaço de quatro dias, sob o comando de Sebastião de Sá, filho de João Rodrigues de Sá, alcaide-mor do Pôrto, aprontou-se uma poderosa esquadra, composta de cinco galeões e treze navios menores, muitos dêles particulares, em que embarcaram dezenas de oficiais e soldados, da primeira nobreza, que voluntariamente se ofereceram e armaram à sua custa. Quando chegaram ao Funchal, já os franceses se haviam retirado; e não obstante os procurarem por aquêles mares, pois tinham partido em direcção às Canárias, foi impossível encontrá-los (¹⁴).

(¹⁴) Conforme Barbosa Machado, a armada portuguesa «constava de oito galeões grossos e quatorze caravélas». Nem todos os navios menores eram caravelas; e os oito galeões de alto bordo representam um manifesto exagero.

No cód. n.º 887 do *Fundo Geral de Manuscritos da Biblioteca*

Esforçou-se o regente por haver às mãos o indigno promotor de tôdas aquelas atrocidades; e nesse sentido deu instruções ao embaixador em Paris. Um marinheiro desertor, que andava em França e conhecia o seu para-deiro, a trôco do perdão e duma valiosa recompensa, conseguiu levá-lo à fronteira espanhola, onde foi preso pelas autoridades de Fuenterrabía, que o entregaram aos soldados portugueses, expressamente mandados para o trazer a Lisboa. Aqui desembarcou Gaspar Caldeira, a 16 de Fevereiro de 1568, já no governo de D. Sebastião. Levado ao tribunal e provado o crime, foi condenado ao suplício. Arrastado pelas ruas até o Pelourinho, cortaram-lhe as mãos; depois, no patíbulo, enforcaram-no e dividiram o cadáver em quartos, que ficaram expostos às portas da cidade, para exemplo de traidores. Era assim a tremenda justiça do tempo.

Como Portugal não estava em guerra com a França, o procedimento dos corsários franceses, além de constituir uma abominável barbaridade, representava o mais vivo insulto à nossa soberania. Resolveu imediatamente o cardeal pedir ao rei cristianíssimo o castigo dos culpados e uma indemnização para as vítimas dos latrocínios, mandando regressar a Paris o embaixador João Pereira Dantas, que estava em Lisboa. Protelaram-se as negociações, sem resposta satisfatória do governo francês, que afinal propôs o seguinte: Para perpétua aliança das duas corôas, casaria D. Sebastião com a princesa Margarida de Valois, irmã de Carlos IX, inserindo-se no contrato a cláusula de que nunca as armas da França atacariam as possessões portuguesas; e os moradores da ilha da Ma-

Nacional, há uma *Relação do saco da Ilha da Madeira pelos franceses. Anno de 1566* (fols. 88-91); e outra, a seguir, *Do que os Franceses fizeram na ilha da Madeira* (fols. 92-93). A primeira diz, erroneamente, que o assalto se deu na regência de D. Catarina; e eleva a nove os navios franceses. A segunda reduz esse número a sete. Relativamente à esquadra portuguesa, ora a fixa em dezoito navios, ora menciona vinte e dois, como Barbosa Machado; mas os galeões não vão além de cinco.

deira seriam indemnizados dos prejuízos sofridos, tanto que provassem, com testemunhas francesas, a qualidade e importância das fazendas ou mercadorias de que houvessem sido despojados. As últimas condições da proposta julgou-as, unânimemente, inaceitáveis o Conselho de Estado; e João Pereira Dantas recebeu ordem de insistir na reclamação, sem cortar, no entanto, a possibilidade do referido matrimónio. Dada a tibieza do embajador e a situação política da França, o resultado não podia ser outro: os roubos cometidos pelos corsários não foram restituídos, nem castigados os seus autores (¹⁵).

Durante a regência do cardeal D. Henrique houve também discórdias com a Inglaterra, por causa do comércio na Costa da Mina. A pedido do governo português, tinha a rainha Isabel — como sua irmã e antecessora, Maria Tudor — proibido que os seus súbditos comerciassem nos portos daquela costa, por serem da conquista de Portugal. Pouco tempo durou esta situação. Por ambição do lucro, ou porque as autoridades fechassem os olhos à infracção da lei, os ingleses voltaram a navegar naqueles mares e começaram até a apreser e pilhar as nossas naus, quando regressavam à metrópole, carregadas de géneros coloniais. Em Lisboa, armaram-se então alguns navios que, saindo a dar-lhes caça, encontraram os irmãos Guilherme e Jorge Winter, próximo da Costa da Guiné, e Tomás Fleming, na altura da ilha de S. Miguel, sendo a embarcação dos primeiros metida a pique e a do segundo confiscada; e foi, imediatamente, dada ordem de prisão contra certos comerciantes da mesma nacionalidade, residentes em S. Jorge da Mina, S. Miguel e Lisboa, como interessados no negócio. Passaram-se êstes factos entre 1565 e 1567.

(¹⁵) No Conselho, convocado para tratar das reclamações portuguesas, procurou o almirante de Coligny justificar a expedição de Montluc, como justa represália das ofensas feitas a Villegagnon, numa empréssia autorizada pelo rei de França. (Visconde de Santarém, *Quadro elementar*, etc., t. III, pág. 396).

A rainha Isabel escreveu a D. Henrique, solicitando-lhe benevolência para os seus súbditos, pois lhe parecia exagerado o castigo, devendo ser, portanto, restituídas a uns as fazendas tomadas e postos outros em liberdade. O cardeal e o Conselho de Estado não levaram a bem êste pedido, e deliberaram enviar a Londres o Dr. Manuel Álvares, com a missão seguinte: Portugal não podia permitir o livre comércio da Costa da Mina, pelos enormes prejuízos que isso traria ao Estado; a própria rainha Isabel proibira aos ingleses que comerciassem naquelas paragens, sendo por consequência de estranhar que, em vez de os punir, ela solicitasse, não só a entrega do contrabando que traziam, como a libertação dos seus cúmplices. No empenho, porém, de manter a paz e a amizade que sempre unira os dois reinos, já o regente mandara soltar os ingleses presos em S. Miguel e Lisboa, e restituir o que lhes fôra apreendido. Quanto aos da Mina, ordenára também que fôssem enviados à metrópole, para aqui serem julgados com espírito de equidade.

O Dr. Manuel Álvares partiu de Lisboa, a poucos dias do término da regência do cardeal-infante. Já D. Sebastião assumira o poder, quando se soube que a rainha de Inglaterra dera carta de côrso a um dos Winters, contumaz contrabandista na Costa da Mina, a quem havíamos tomado um navio carregado de géneros da região, e que atacava agora, como corsário, tôdas as nossas embarcações mercantes, para se vingar da perda que sofrera. O agravo era tamanho, que, ouvido o Conselho, mandou o rei apresár tôdas as mercadorias existentes nos navios ingleses, ancorados nos portos do reino, até lhe ser dada satisfação condigna. Andava então em Londres um português, António Fogaça, tratando de negócios particulares. Estimado da rainha e dos ministros, sabendo do desejo, que êles tinham, de entrar numa amigável composição, pois o encerramento dos portos prejudicava muito o seu comércio, ofereceu-se para ajustar um acôrdo. Como não trazia credenciais, não podia o Conselho de Estado aceitar as suas propostas; mas não as rejeitou também, e deu-lhe instruções para combinar com os ministros ingle-

ses a resolução do assunto: o navio de Winter fôra apreendido legalmente; e a concessão da carta de marca, sem motivo algum que a desculpasse, justificava inteiramente as represálias do governo português. No entanto, se as mercadorias pilhadas em navios portugueses fôssem restituídas, anulada a carta de côrso passada a Winter, e a rainha Isabel declarasse defeso aos seus vassalos o comércio da Costa da Mina e da Guiné, o rei de Portugal mandaria imediatamente entregar as fazendas arrestadas, e os nossos portos continuariam, como sempre, abertos ao comércio da Inglaterra.

Para concluir o acôrdo, foi mandado a Londres, na qualidade de embaixador, Francisco Geraldes, que então assistia na Flandres. Aceitavam os ministros de Isabel as duas primeiras condições. A proibição do seu comércio, naquela costa, julgavam-na até improfícua para os interesses de Portugal. Concordavam, porém, que ela se tornasse efectiva, quanto ao Brasil e às Índias Orientais.

Estavam correndo favoravelmente as negociações, quando Felipe II, sabedor do que se passava na corte portuguesa, pediu a D. Sebastião não fechasse o acôrdo, sem que o duque de Alba, como governador dos Países Baixos, ajustasse tréguas com a rainha Isabel, para não favorecer a rebelião dos holandeses. Felipe II queria assim constranger a Inglaterra a aceitar as tréguas propostas, pelo interesse que teria em reatar o comércio com Portugal. Como o rei de Espanha houvesse alegado que a dilação do contrato podia concorrer para a defesa da religião católica nos Estados da Flandres, D. Sebastião concordou logo com as sugestões do tio, dando ordem a Francisco Geraldes que demorasse, com hábeis pretextos, a assinatura do acôrdo, até à realização das pretendidas tréguas com Castela. PARECIAM OS MINISTROS INGLESES DISPOSTOS A ACEITAR TÔDAS AS NOSSAS CONDIÇÕES; MAS TENDO RECONHECIDO QUE AS DEMORAS DO EMBAIIXADOR PORTUGUÊS SÓ PODIAM EXPLICAR-SE PELO DESEJO DE INFLUIR NA CONVENÇÃO COM A ESPANHA, RETIRARAM O QUE HAVIAM PROMETIDO. AS NEGOCIAÇÕES PROTELARAM-SE, TERMINANDO NÓS POR CONCEDER QUE OS NAVIOS DA INGLATERRA PUDESSEM IR À COSTA DA

Guiné e da Mina, sob a condição de não levarem armamento. Foi isto o que lucrámos em aceder ao pedido de Felipe II, cuja preocupação consistiu sempre em mostrar que os interesses de Portugal estavam tão intimamente unidos aos de Espanha, como os laços de parentesco, que prendiam os dois monarcas (¹⁶).



Em 20 de Janeiro de 1568 — justamente no dia em que completava catorze anos — tomou D. Sebastião conta do poder. Como a idade do rei era curta para levar o peso de tão dilatada monarquia, alguns historiadores explicam o facto por uma conspiração palaciana, promovida pela rainha D. Catarina — que assim queria pagar ao cunhado as dificuldades e embaraços, que êle levantara à sua regência — aliada com os jesuítas, cuja influência sobre o novo rei era tamanha, que podendo governar directamente, pela mão do seu pupilo, já podiam dispensar o cardeal-infante, tornado agora um instrumento inútil. Outros atribuem a emancipação política do rei ao seu desenvolvimento precoce e a instigações da rainha e do seu partido, que se aproveitaram das poucas simpatias que entre a nobreza e o alto clero tinha o cardeal, pela sua demasiada protecção aos jesuítas.

A verdade é muito mais simples. D. Henrique entregou o governo ao sobrinho, logo que êle perfez catorze anos, porque assim o haviam deliberado as Côrtes, em 1562, e assim o jurara o próprio cardeal, no mesmo dia em que tomou posse da regência: *Eu o Cardeal Infante D. Henrique juro a esta Cruz, e aos Santos Evangelhos,*

(¹⁶) Barbosa Machado, *Memorias del Rey D. Sebastião*, P. II, liv. II, cap. xxxii; Visconde de Santarém, *Quadro elementar*, etc., t. xv, págs. 175 e segs.; Frederico Francisco de la Figganière, *Catalogo dos manuscritos portuguezes existentes no Museu Britânico*, págs. 80 e segs.

em que ponho as mãos, que bem, e lealmente reja, e governe, e defenda estes Reynos, e Senhorios em nome del Rey meu Senhor; e tanto que S. Alteza for de quatorze annos lhe leixarey, e entregarey o governo, e administração delles livremente, e sem contradição alguma, e sempre servirey, e obedecerey ao dito Senhor como seu bom, e leal Vassallo, etc. (17). Só por um golpe de Estado podia, portanto, D. Henrique continuar na regência; e o cardeal era inteiramente incapaz de o dar, ainda que tivesse um forte partido a incitá-lo. A conspiração palatina é pura fantasia; e o desenvolvimento precoce de D. Sebastião também não concorreu para a sua emancipação antecipada; cumpriu-se apenas o voto expresso das Côrtes. Convém igualmente não esquecer que D. Henrique, contra o parecer e conselho dos seus mais valiosos partidários, mantivera Pedro de Alcáçova Carneiro no alto cargo de secretário de Estado, apesar de ser criatura de confiança da cunhada. Por outro lado, ¿ que vantagem tirariam os jesuítas em alijar o cardeal, cuja boa vontade conheciam de sobra? E, no resto da sua vida, nunca D. Henrique se mostrou ressentido contra êles.

A entrega solene dos sêlos de Estado efectuou-se no Paço dos Estaus, onde então residiam D. Sebastião e a avó, numa grande sala de madeira, construída junto do palácio, com o qual comunicava interiormente, voltada para o convento de S. Domingos e aberta do lado de fora, para que o povo presenceasse a cerimónia. Pronunciou o cardeal algumas palavras de congratulação, pelo advento do dia tão desejado, em que lhe entregava os «seus Reynos, quietos, e pacíficos»; e referindo-se à sua regência, terminou assim: «mandey pôr em hum papel o que se fez neste tempo, para V. Alteza o saber mais particularmente, e lhe dar razão de mim» (18). Concluída a solenidade, foi

(17) Barbosa Machado, *Memorias del Rey D. Sebastião*, P. II, liv. I, cap. xii.

(18) Barbosa Machado, *Memorias del Rey D. Sebastião*, P. III, liv. I, cap. ii.

o rei a S. Domingos, e no dia imediato à Sé, para agradecer a Deus o ter chegado àquela idade. Houve três dias de festas populares: luminárias, danças e folias. Partiu depois D. Sebastião para Sintra com a avó e o tio; e «quando a primeira vez entrou em despacho, chamou a Rainha,... e ao Cardeal, declarando queria sempre desparchar com ambos, pela experiência, que tinham dos negócios do Reyno do tempo das suas Regências». Assim o diz Fr. Manuel dos Santos na sua *Historia Sebastica*, acrescentando que esta boa harmonia pouco tempo durou (¹⁹).

A regência do cardeal não foi brilhante, mas honesta. Suprimidas muitas despesas escusadas ou menos urgentes, aumentados os rendimentos por efeito duma rigorosa arrecadação, foram pagas diversas dívidas e outras transformadas em padrões de juros; e as especiarias, que há tantos anos andavam hipotecadas aos contratadores, puderam enfim libertar-se para a Fazenda real. Além de Tânger, fortificou-se Ceuta; proveu-se à defesa de Cascais, Setúbal e várias terras do Algarve e das ilhas adjacentes; na foz do Tejo, apressaram-se as obras das torres de S. Julião e de Caparica. Ordenou-se, com receio dos corsários, que todos os navios mercantes andassem armados. Publicou-se o regimento do comércio em S. Jorge da Mina e na Guiné. Organizou-se a Casa da Índia. Construíram-se numerosas caravelas e navios de alto bordo.

O seu governo terminou sem atritos. O erro capital de D. Henrique foi a excessiva protecção concedida aos jesuítas, aliás contra a vontade do país. As riquezas que possuíam, tão contrárias aos seus humildes inícios, irritavam a opinião pública. O capítulo, votado nas Cortes de 1562-63, é bem significativo: «Cap. 22.º — Que os da Ordem da Companhia, que hora he muito diferente do que mostrou no princípio, pelo muito que pedem, e tem, que vivão de esmolas,... e que não tenham próprio, ou se des-

(¹⁹) Liv. II, cap. I.

faça de todo, e que se lhe tome a renda». Neste ponto, o cardeal-infante, que seguiu tantas indicações das Côrtes, não fez caso algum do que lhe propunham os representantes do povo; e cumulou de benefícios os Colégios de Coimbra, Braga, Évora e o de Santo Antão, em Lisboa. Na qualidade de inquisidor geral, também protegeu o Santo Ofício, dando-lhe boas casas em Coimbra e três contos anuais sobre os arcebispos de Lisboa e Évora e o bispado de Coimbra. Mas neste capítulo, à excepção dos cristãos novos, raros pensariam, então, de outra maneira. Assim o haviam proposto as Côrtes: «Cap. 71.º — Que se ponhão pensoens nos Bispados para as despesas da Santa Inquisição». Os próprios procuradores dos concelhos a julgavam necessária!

CAPÍTULO III

UM REI DE CATORZE ANOS

A sua educação. — A sua saúde. — O seu carácter. — Os seus primeiros actos. — A escolha dos novos ministros. — Rompimento com a avó. — A expedição ao Monomotapa.

OCARÁCTER de D. Sebastião, o insólito aspecto de muitos dos seus actos, a sua índole ascética, as suas inclinações guerreiras, o louco entusiasmo que o levou à catástrofe de Alcácer-Quibir, todo êste singular conjunto de circunstâncias procuraram alguns historiadores explicá-lo pela educação que o aio e o mestre, mas sobretudo o mestre, lhe ministraram.

Desde o ensino da leitura pelo P.^o Amador Rebêlo, mostrou D. Sebastião memória pronta e inteligência aguda. No estudo das Humanidades, com o P.^o Luís Gonçalves da Câmara, como no das Matemáticas, que aprendeu com o célebre Pedro Nunes, os seus progressos foram rápidos. A sua instrução, apesar de terminada cedo, ao entrar na maioridade política era relativamente extensa. Descontando os costumados exageros dos cronistas — que chegou a grande conhecimento dos *Authores Latinos*, *por escuros, que fossem e que sobre a Esphera de João Sacrobosco fez huns Comentarios muy doutos, e engenhosos, ... como de algum bom Mestre da Materia* (¹) — os documentos, que nos deixou escritos, revelam sem dúvida os variados conhecimentos que possuía; mas tam-

(¹) D. Manuel de Meneses, *Chronica del Rey D. Sebastião*, P. I, cap. xxx.

bém, aqui e além, uma estranha confusão de idéias, uma obscuridade de pensamento, que fazem de certos períodos verdadeiros enigmas. E quase todos ressumantes de vaidade — como notou o perspicaz embaixador espanhol, D. João da Silva — a infantil vaidade dum autor, que julga irresponsáveis os seus argumentos e confia absolutamente no poder de sugestão das suas palavras ⁽²⁾.

Dotado duma imaginação exaltada, era com entusiasmo que ele ouvia a narrativa dos nossos feitos na África e na Índia. Tinha seu avô perdido em Março

⁽²⁾ Em carta de 1 de Maio de 1576, conta D. João da Silva ao secretário de Estado, Gabriel de Zayas, que D. Sebastião lhe mostrará *un capitulo que escrevia de su mano a su embaxador*, e acrescenta: *Mostrómelo para acreditarde de eloquente. Es tan grande la adulacion que le rodea, que le osaran decir que es el mas alto hombre de cuerpo que ai en Portugal, o el maior musico, o cosa semejante. El tiene ingenio agudo y confuso, concibe imagnaciones subtile; no las puede digerir y assi nacen monstruos y diranle que excede a Tilio.* (A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 393).

A 25 do mesmo mês, escrevia D. João da Silva a Felipe II: *El rrey está bueno de salud y algo enmendado de los defectos que sacó de mano destos hombres. Verdaderamente tiene muy buenas partes naturales y muchas virtudes de principe; pero su education fue tan barbara, que no se han descubierto: mucha esperança se puede tener del, aunque escribe escuro, como V. Mag.^a avra visto; y es tanta la adulacion, que le alaban aquel estilo por ecelente* (A. G. de Simancas, idem, id.).

Doura carta de D. João da Silva a Zayas, datada de 27 de Junho de 1576, e relativa a *un discurso*, que D. Sebastião enviára ao rei católico, defendendo a conveniência de tomar e fortificar o porto de Larache, transcrevo estes períodos: *Quanto al papel no se sacará del mas que del passado, si ya no pareciesse un poco menos escuro, mas será bien poco. Ha dado en preciarse de elegante y todos en alabarle aquel estilo de enigmas y significaciones ambiguas, de manera que no he podido contenerme de hablarle claro y dezirle que rrecibe gran engaño en ello... Pero es la adulacion de manera y aun la ignorancia tanbien, que le dizen que «nunquam sic loquutus est homo». Verdaderamente han de dar gran quenta a Dios de aver estragado un sugeto de buena esperança, porque tenia muy buenos deseos y flexible condicion.* (A. G. de Simancas, idem, id.).

Outras cartas, no mesmo sentido, se encontram em Simancas, que não transcrevemos, por supérfluas.

de 1541, depois dum violento cerco de seis meses, a fortaleza de Santa Cruz do Cabo de Aguer ou de Gué, mandada construir por D. Manuel; e em Dezembro do mesmo ano, foram evacuadas Safim e Azamor, cuja conquista se efectuara também em tempo do rei venturoso. Em 1549 e 1550, abandonamos Alcácer-Ceguer e Arzila, tão intimamente ligadas à história de D. Afonso V, e a última até ao nome de seu filho, o príncipe D. João, armado cavaleiro na própria mesquita, pela bravura de que dera provas na tomada do castelo.

O abandono destas praças fôra um acto prudente e sensato de D. João III. O estado da Fazenda impunha-o; e a sua conservação cada vez se tornaria mais dispendiosa e difícil, não só pela união política de Marrocos, sob o império dos Xerifes, como pelo armamento moderno de que dispunham, cujo manejo haviam aprendido com turcos e cristãos renegados. A opinião pública condenára, porém, êsses actos. Além das resoluções das Côrtes, apontadas no capítulo anterior, inteiramente contrárias à evacuação dos lugares de África, o *Discurso Panegírico*, que acompanhava e reforçava os votos dos procuradores dos concelhos, ainda era mais expressivo, ao aconselhar, no seu parágrafo terceiro, «por mais justa e mais conveniente a Conquista de África, que a da India»,... porque «esta estava muito longe e não rendia cousa, que com ella se não tornasse a gastar, e aquella estava perto, e era muito prejudicial á Hespanha a sua vizinhança, e convinha domalla, e estender nella o Imperio Lusitano» (³). E não obstante o rei piedoso ter solicitado de Paulo III que o autorizasse a demolir as igrejas e mosteiros das povoações que viesse a abandonar, e haver o pontífice promulgado, em 8 de Novembro de 1541, a respectiva bula (⁴), certas Ordens religiosas, principalmente as que

(³) P.º J. P. Baião, *Portugal cuidadoso e lastimado*, Liv. I, cap. viii.

(⁴) Luís Augusto Rebêlo da Silva, *Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal*, etc., t. xi, pág. 394.

se dedicavam ao resgate dos cativos, tinham visto também com desgôsto êsse abandono.

Se era esta a opinião geral, assim deviam pensar o aio e o mestre do rei. D. Aleixo de Meneses começara, muito moço, a sua carreira em África, assistindo com seu tio, o almirante D. João de Meneses, à entrada de Azamor, no ano de 1513; e quando regressou da Índia, mandou-o D. João III visitar e prover as praças africanas, pois tôdas nos pertenciam ainda. Foi até êste o seu último serviço militar. Não mereceria, portanto, o seu aplauso a perda dêsses nobres padrões das glórias portuguesas.

O P.^o Luís Gonçalves da Câmara também estivera em Marrocos. Pensionista no Colégio de Santa Bárbara, da Universidade de Paris, onde realizara sólidos estudos humanísticos, estava cursando Teologia na Universidade de Coimbra, quando em 1545, com vinte e sete anos de idade, entrou para a Companhia de Jesus, animado por Pedro Fabro, a quem conhecera em Paris, e que no ano anterior viera a Portugal, numa importante missão de Inácio de Loyola junto de D. João III, aproveitando o ensejo para visitar o Colégio de Coimbra. O tempo do noviciado passou-o êle em Espanha, no Colégio de Valência; e tão rapidamente subiu em dignidades, que nos princípios de 1547 foi pelo Provincial, P.^o Simão Rodrigues, nomeado reitor do Colégio de Coimbra. Onze meses depois, na festa do Natal, para experiência e exemplo da sua obediência, o mesmo Provincial o demitiu de reitor, baixando-o ao ofício de cozinheiro da casa; e nesta ocupação humilde serviu mais de um trimestre. A pedido do capitão-mor de Ceuta, D. Afonso de Noronha, em Agôsto de 1548, foram os P.^{os} Luís Gonçalves da Câmara e João Nunes Barrêto — que veio a ser patriarca da Etiópia — mandados a Tetuão, para consolação e confôrto dos prisioneiros cristãos. Com tanta dedicação e carinho os tratava o P.^o Luís Gonçalves, visitando-os nas masmorras, fortalecendo-os nas suas crises de desespôro, procurando suavizar os penosíssimos trabalhos a que eram obrigados, que todos os cativos o adoravam. No comêço de 1549 regressou a Portugal, sendo em 1550 incumbido de subs-

tituir, durante a sua ausência, como mestre do Príncipe D. João, o P.^o Simão Rodrigues, que fôra chamado a Roma para assistir à primeira Congregação Geral da Companhia. A recordação dos quatro ou cinco meses, passados em África, também lhe faria sentir mais vivamente o abandono das nossas praças (⁵).

Entre os quatro sumilheres, que semanalmente se revezavam no serviço do rei, havia um, D. Fernando Álvares de Noronha, várias vezes ferido em terras da mourama, cujo pai exercera com distinção o governo de Azamor. Outro que também defenderia a expansão portuguesa em Marrocos. D. Sebastião foi, portanto, educado num ambiente propício às suas inclinações guerreiras, em que as emprêsas de D. João I e D. Afonso V eram exaltadas como bons exemplos, o que implicitamente correspondia à condenação da política de renúncia de D. João III.

Até tomar conta da governação do reino, D. Sebastião viveu sempre em companhia da avó. Mesmo quando o regente saía de Lisboa para Sintra ou Almeirim, e levava consigo o sobrinho, D. Catarina o acompanhava. Enquanto não completou sete anos, comia e dormia nos aposentos da rainha. Depois teve aposentos separados; mas todos os dias visitava a avó e com ela se demorava geralmente uma hora, ouvindo-lhe conselhos e, às vezes, repreensões, que o seu feitio voluntarioso e orgulhoso só por obrigação recebia. D. Catarina também, freqüentemente, o procurava no seu quarto, sobretudo de manhã, «para ver se havia nelle, ou nos que lhe assistião, que advertir e emendar» (⁶). D. Aleixo de Meneses nunca o deixava, assistindo não só a estas visitas, como às lições,

(⁵) P.^o Baltasar Teles, *Chronica da Companhia de Jesu na Província de Portugal*, P. I, liv. I, cap. xxxix; liv. II, caps. xvii, xxxi, xxxiii e xxxiv; liv. III, cap. xv. Francisco Rodrigues, S. J., *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, t. I, vol. II, liv. I, cap. III.

(⁶) P.^o J. P. Baião, *Portugal cuidadoso e lastimado*, Liv. I, cap. xxi.

que eram duas, uma de manhã e outra de tarde, da duração precisa de uma hora, marcada pela ampulheta. Como o mestre, acabada a primeira lição, ia do Paço da Ribeira ao Colégio de Santo Antão-o-Velho, para jantar e volver, a tempo da segunda lição, obteve a rainha que o Provincial o autorizasse, e aos seus dois companheiros, a tomar aquela refeição no Paço. Assim se fez em aposento independente, como exigiu o P.^o Luís Gonçalves da Câmara; e muitas vezes lhe aparecia o discípulo, acompanhado apenas pelo aio.

Todos os historiadores sebásticos afirmam que D. Aleixo de Meneses, até nas lições de escrita, censurava prèviamente os trasladados, mandando-os substituir, quando não mereciam a sua aprovação. Por isso, é bem significativo o episódio que refere o P.^o José Pereira Baião, no *Portugal cuidadoso e lastimado*. Acabada a lição, entrou na sala o marquês de Vila Real, D. Miguel de Meneses. Como modelo da letra, passou-lhe o mestre um papel, onde D. Sebastião escrevera *que, em sendo grande, havia de hir conquistar a África. A letra boa está* — observou o marquês; *mas o que nella se diz, não será,... sem V. Alteza nos deixar seis ou sete filhos machos* (⁷). Quer fôsse cópia, quer redacção espontânea do discípulo, o aio e os professores tanto concordavam com o pensamento ali expresso, que até o mostravam a estranhos. Assim era educado D. Sebastião, adestrado também, desde criança, nas artes e manhas de bom caçador e cavaleiro; e cedo começou a correr canas e touros, a jogar lanças, a montear porcos bravos. Aos onze anos, matou o primeiro, na tapada de Almeirim.

Sob outro aspecto deve ser ainda encarada a educação do rei. A escolha do mestre e dos seus auxiliares, em que tanto se empenhara o cardeal-infante, obedeceu principalmente ao desejo de dar a D. Sebastião quem o instruísse, como escreve também o P.^o Baião, «naquellas doutrinas de que necessitava a Igreja, em tam calamito-

(⁷) P.^o J. P. Baião, *ob. cit.*, Liv. I, cap. xxi.

sos tempos de heresias»⁽⁸⁾. A Companhia de Jesus, como Ordem militante para a defesa do catolicismo, melhor poderia isolar o seu pupilo de tôdas as influências heterodoxas; e foram preferidos jesuítas portugueses, não só para justificar a rejeição dos mestres espanhois, propostos por D. Catarina, mas por ser D. Henrique nitidamente adverso à influência de Castela na política nacional⁽⁹⁾.

O P.^o Luís Gonçalves da Câmara era um crente. Instruir D. Sebastião na doutrina católica, afervorá-lo no cumprimento dos preceitos da Igreja, foi desde princípio o seu propósito; e D. Sebastião não se tornou apenas devoto, *sahio* — no dizer da *Chronica* de D. Manuel de Meneses — *muy abeatado*⁽¹⁰⁾. Nem isto causava estranheza numa corte que, na expressiva frase do P.^o Baltazar Teles, cronista da Companhia, já em tempo do avô «mais parecia escola de religiosos observantes, que paço de cortesãos seculares»⁽¹¹⁾. Ouvia missa diariamente, e

(8) *Ob. cit.*, Liv. I, cap. xix.

(9) O P.^o Francisco Rodrigues, na sua *História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal* (t. I, vol. II, liv. II, cap. viii), julga — apesar de afirmarem o contrário quase todos os historiadores sebásticos — que não houve discordância alguma entre D. Catarina e o cardeal-infante, relativamente à escolha do P.^o Luís Gonçalves da Câmara para o cargo de mestre de D. Sebastião; e que era a rainha «quem mais desejava confiar a educação do neto a um sacerdote da Companhia».

Não há dúvida — como prova o P.^o Francisco Rodrigues — que D. Catarina, além de recomendar o assunto por intermédio do seu confessor, P.^o Miguel de Tôrres, escreveu ao Geral, P.^o Diogo Laynez, pedindo-lhe que, sem demora, mandasse regressar a Portugal o P.^o Luís Gonçalves, para tomar conta daquele ofício.

A preferência da rainha por um religioso espanhol não resultava de qualquer prevenção ou queixa, que então tivesse contra o P.^o Gonçalves da Câmara. Portanto, desde que fôra esse jesuíta português o escolhido, a D. Catarina competia, como regente, tratar da sua vinda para o reino. Nem poderia proceder de outro modo, sem abrir um conflito com o cardeal D. Henrique; D. Catarina de Áustria sabia acomodar-se às circunstâncias e tirar delas o possível proveito.

(10) P. I, cap. xxx.

(11) *Chronica da Companhia de Jesu na Província de Portugal*, P. I, liv. II, cap. xxxix.

duas aos sábados, em louvor de Nossa Senhora; muitas vezes, êle próprio servia de acólito ao celebrante. Comungava, no seu oratório, tôdas as semanas, e em público pelas festas maiores. Quando encontrava o Viático, acompanhava-o sempre, até ser recolhido no sacrário; e o Paço da Ribeira desgostava-o, por ficar distante de igrejas paroquiais, e não ter assim ocasião de ouvir freqüentemente a campainha, para seguir no acompanhamento. Aos nove anos já quere jejuar a quaresma; com dificuldade conseguem dissuadi-lo. Num missal, que ofereceu aos Padres da Companhia, escreveu estas palavras: *Padres, rogai a Deos que me faça muito casto, e muito zeloso de dilatar sua sancta fé, por todas as partes do mundo* ⁽¹²⁾. Desde criança, que considerava um gostoso dever o assistir aos autos do Santo Ofício. Quando principiava a estudar latim, encontraram no livro dum fidalgo moço, que era discípulo do P.^o Gaspar Maurício, certas fôlhas de autor proibido. Trouxeram, pressurosamente, uma vela para as queimar. Mas D. Sebastião adiantou-se, dizendo: *esse oficio quero eu fazer por minha mão*. E rasgando as fôlhas, chegou-as à chama, à guisa de auto de fé ⁽¹³⁾. Um dia, na Casa Professa de S. Roque, depois de comungar, ficou rezando diante dum crucifixo, absorto e extático, como enlevado num alto pensamento; e grossas lágrimas lhe corriam pelas faces. *— O que tinha?* — interrogou o aio. *Estava pedindo a Deos, que assim como a outros príncipes havia concedido victorias, imperios e monarchias, lhe concedesse a elle somente o ser seu Capitão* ⁽¹⁴⁾. Aos treze anos, no mosteiro da Madre de Deus, em Xabregas, durante a profissão de D. Maria de Meneses, preguntou-lhe a antiga dama da rainha D. Catarina o que queria, em dia tão solene, que ela pedisse a seu Divino Esposo. *Pedilhe, que me faça seu Capitão* — respondeu o rei ⁽¹⁵⁾. Era uma idéia fixa, que

⁽¹²⁾ P.^o Baltasar Teles, *ob. cit.*, P. II, liv. VI, cap. XXXXVII.

⁽¹³⁾ P.^o J. P. Baião, *ob. cit.*, Liv. II, cap. III.

⁽¹⁴⁾ P.^o J. P. Baião, *ibidem*.

⁽¹⁵⁾ P.^o J. P. Baião, *ibidem*.

se foi pouco a pouco transformando na orgulhosa convicção de estar predestinado para grandes coisas.

A inegável sedução que o P.^o Luís Gonçalves da Câmara exerceu sobre D. Sebastião, o profundo afecto que o rei lhe consagrava, como demonstrou por ocasião da sua morte, chorando-o com verdadeira sinceridade — êle, que não chorou assim pela avó, nem pela mãe, nem pela tia, a infanta D. Maria — não podiam resultar apenas das qualidades intelectuais, da erudição humanista do mestre. Essa influência ganhou-a êle, principalmente, como confessor. D. Aleixo de Meneses nunca desamparou o rei durante dez anos, dos quatro aos catorze. D. Sebastião respeitava-o; mas o seu falecimento em 6 de Fevereiro de 1569, quando deviam ainda estar vivas as suas recordações, não lhe causou dor comparável à que mais tarde sentiu pela perda do P.^o Luís Gonçalves.

Em 1566, quando o rei completou doze anos, Fr. Luís de Montoya, alegando que a decrepitude o impedia de seguir a corte nas suas jornadas, ou porque «conhecia desprazer no Cardeal de elle servir o officio», como diz Fr. Manuel dos Santos (¹⁶), pediu escusa do cargo de confessor. D. Henrique — cujo director espiritual já era o P.^o Leão Henriques, também jesuíta, primo do P.^o Luís Gonçalves da Câmara e seu condiscípulo no Colégio de Santa Bárbara, donde vieram ambos para Coimbra — empenhou-se junto da cunhada para que o mestre fôsse ocupar o lugar vago. Rodeando-o só de pessoas da sua confiança, o cardeal-infante preparava o ambiente para a futura maioridade do rei, que não tardava já dois anos.

A eleição do confessor foi geralmente mal vista, porque reunia na mesma pessoa dois cargos tão importantes para a educação do monarca. O de mestre findaria quando D. Sebastião completasse catorze anos. O confessor, porém, manter-se-ia; e fácil era de prever o ascendente, a influência, que êle poderia exercer num ânimo tão exal-

(¹⁶) *Historia Sebastica*, Liv. I, cap. iv.

tado e ardente, como o do seu discípulo e confessado. Entre os que condenavam a escolha, figurava o próprio aio, com a reflexiva prudência que lhe davam a idade e um amplo conhecimento do mundo. Não se deve, porém, tomar à letra o longo discurso que D. Manuel de Meneses — ou quem ordenou e compilou a *Chronica*, que corre com o seu nome — põe na bôca do velho servidor, num dia em que encontrou juntos o cardeal e a rainha, discurso que Fr. Manuel dos Santos aceitou e Barbosa Machado transcreveu nas suas *Memorias*. Basta, porém, o último período — *que Vossas Altezas suprão com o seu cuidado onde não abranger o meu, e ajudem a sustentar a Portugal hum Príncipe ornado de partes tão merecedoras de Imperio; porque se não perca em poucos dias o trabalho de muitos annos, e chorem os seus Vassallos para sempre a mudança de tão excellente natural, onde os maiores vicios tememos, que venhão a ser os excessos de virtude* — para se ver que o discurso foi preparado pelo cronista para dar a D. Aleixo de Meneses o dom de profetizar as calamidades que havia de padecer a nação (¹).

O reinado de D. Sebastião reveste-se de circunstâncias tão extraordinárias, desde o seu nascimento até à sua morte, que os cronistas, como a matéria se prestava, rivalizaram em inventar profecias. O P.º Baião, por exemplo, conta que na antevéspera do dia em que D. Sebastião devia assumir o pleno poder, foi a rainha D. Catarina procurada por Pedro Nunes, para confidencialmente lhe dizer «que o grande amor, que tinha a El Rey, e o zelo do seu serviço, e bem de sua pessoa o obrigavão a sahir do seu costume, e levantar figura sobre o dia, e tempo, em que se lhe havia de fazer entrega do governo, e se desvelara em apurar o juizo della, quanto permitia sua sciencia, e as regras da Mathematica, e depois de muy bem conciderado o que alcançava, lhe pareceo conve-

(¹) Na *Chronica del Rey D. Sebastião*, de D. Manuel de Meneses, cap. cxiii; nas *Memorias del Rey D. Sebastião*, de Barbosa Machado, P. II, liv. II, cap. xxii.

niente avisar a Sua Alteza, que sem dar a entender a causa, porque o fazia, cuidasse muito em dilatar o acto da entrega alguns dias, ainda que não fossem mais que três, porque lhe affirmava, segundo o que entendia, que se El Rey começasse a governar naquelle dia, seria seu Reynado instavel, cheyo de inquietação ordinaria, e de muy pouca dura». Tudo estava aparelhado para a cerimónia no dia de S. Sebastião — respondeu a rainha — não podia haver dilação; além disso, o cardeal tê-lo-ia *por ridiculo*. E o grande cosmógrafo, o primeiro matemático da Península no século XVI — transformado pelo cronista em adivinho, que lera tais destinos nas conjunções dos astros — retirou-se exclamando: «Assim vejo, que são inevitaveis os trabalhos deste Reyno» (¹⁸). O que o inventor da profecia ignorava, é que nas obras de Pedro Nunes só se fala da Astrologia judiciária na introdução ao tratado *De Crepusculis*, mas só «para qualificar os prognosticos sobre a vida e a sorte dos homens, como *quimeras* e como *superstições felizmente quasi extintas*» (¹⁹).

A influência, que o P.^o Luís Gonçalves da Câmara exerceu em D. Sebastião, foi grande. ¿ Que dotes de sedução teria êle para se impor a uma criança tão impulsiva, tão voluntariosa, tão compenetrada do seu poder absoluto, tão orgulhosa de si mesmo? O confessor — como dizia o embaixador António Tiépolo, que nos princípios de Janeiro de 1572 foi apresentar ao rei, em Almeirim, um pedido da Senhoria de Veneza — era muito feio, *di brutta presenza*, cego dum olho e muito gago (²⁰). Compensava,

(¹⁸) *Portugal cuidadoso e lastimado*, Liv. I, cap. xxiii.

(¹⁹) F. Gomes Teixeira, *Panegíricos e Conferéncia*, I, *Elogio histórico de Pedro Nunes*. Lembra o Dr. Gomes Teixeira que talvez o episódio contado pelo P.^o Baião seja uma «deturpação do facto sucedido quando D. Duarte subiu ao trono», e o astrólogo da corte, Mestre Guedelha, pretendeu que se adiasse a sua coroação, «porque os astros estavam no dia marcado para a cerimónia em posições desfavoráveis».

(²⁰) Visconde de Santarém, *Quadro elementar*, etc., t. III, págs. 434-436 (nota). António Tiépolo vinha solicitar de D. Sebas-

porém, a falta de atractivos físicos com a sua habilidade, a sua paciência, a persuasiva ternura das suas palavras, a sua arte suprema de catequização, a austeridade da sua vida, inteiramente despida de ambições pessoais; mas a sua dedicação pelos interesses, pela influência da Companhia, era incondicional e absoluta. O ascendente, que ele exercia no rei — e que derivava também do seu «carácter imperioso e rígido, de grande eficácia no persuadir» (21) — não foi, porém, sempre o mesmo. Muito grande, quando D. Sebastião tomou conta da governação do Estado e nos quatro ou cinco anos mais próximos, veio depois decaindo, à medida que aumentava a autofilia do monarca, cuja vontade caprichosa não cedia aos mais judiciosos conselhos, às mais sensatas considerações.

Afora variados jogos e exercícios de equitação, a caça de volataria e de monte, raros foram os passatempos de D. Sebastião. Festas não as havia na corte. Apenas, em 1565, para celebrar os desposórios da filha mais velha do infante D. Duarte com o príncipe de Parma, se realizaram alguns banquetes e saraus, tendo num deles dançado o jovem rei com sua prima. Na infância, viu D. Sebastião representar os autos de devoção e as farsas de folgar de Gil Vicente, como nos diz o filho, Luís Vicente, no *Prologo* da primeira edição das obras do pai, publicada em 1562. Mais tarde, ia ouvir as tragicomédias

tião a entrada de Portugal na Liga contra os turcos (Barbosa Machado, *Memorias del Rey D. Sebastião*, P. III, liv. II, cap. xiii).

(21) Francisco Rodrigues, S. J. (*História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal*, t. I, vol. II, liv. I, cap. III), na rápida biografia que lhe consagra, mostra exuberantemente, com «testemunhos dos que mais o trataram», que o P.º Luís Gonçalves da Câmara era «tenacíssimo em suas opiniões e voluntarioso». O seu ardente amor à Companhia de Jesus, a sua «zelosa solicitude de filho extremoso nem sempre sabia conter-se nos limites da prudência e da moderação. O seu génio peculiar e característico, não de todo mortificado, às vezes o levou a cometer excessos, e a praticar durezas que seriamente magoaram seus irmãos espirituais, e lhe mereceram ásperas censuras dos que mais o conheciam».

latinas do Colégio de Santo Antão; e também o levavam a assistir, nos conventos da cidade, à defesa de Conclusões em Filosofia e Teologia. Esta foi a educação do rei. É incontestável que influiu no seu futuro procedimento. Mas a causa principal das suas desvairadas acções, os motivos que as determinaram, devem antes procurar-se nêle mesmo, do que na educação recebida.

*
* *

Catorze anos tinha D. Sebastião, ao entrar na maioria dade política. Catorze anos sãos, disseram os cronistas palacianos, e repetiram-no quase todos os historiadores. Pois a realidade era outra. O jovem rei padecia, há mais de dois anos, duma doença que o acompanhou até à morte, e que, além de outros factos, nos explica a relutância de Felipe II em conceder-lhe a mão de sua filha, a infanta Isabel Clara Eugénia.

Foi D. Alfonso Danvila y Burguero, na sua valiosa obra, *Don Cristobal de Moura*, publicada em 1900, quem chamou a atenção para este novo aspecto da vida do célebre monarca, que não fôra ainda estudado por historiador algum. Na correspondência dos embaixadores espanhóis junto da corte portuguesa, guardada no Arquivo Geral de Simancas, é que Danvila y Burguero encontrou as provas do persistente morbo. No mesmo precioso e abundantíssimo depósito de muitos milhões de documentos — cujo estudo é indispensável para a verdadeira história, não só de Espanha e Portugal, como das principais nações da Europa, nos séculos XV a XVIII — pude eu ler e copiar numerosas cartas que a essa doença se referem, desde o seu aparecimento, assinalando as diferentes fases de agravamento ou remissão que apresentava, conforme os excessos ou cuidados do enférmo, na sua alimentação e nos seus exercícios físicos, especialmente a equitação. O assunto, tratado com desenvolvimento, daria uma interessante monografia; mas, nesta obra, limitar-me-ei a

apontar a marcha da doença e o que da sua natureza e consequências pensavam os contemporâneos.

No inverno de 1565, estando a corte em Almeirim — para onde partira nos primeiros dias de Dezembro de 1564 — começou D. Sebastião a sentir-se doente. O embaixador espanhol, D. Alonso de Tovar, atribuia a doença a intenso frio e a violentos exercícios de caça. Acusa até o cardeal de haver ordenado essa viagem, em época tão imprópria, levando consigo o sobrinho, na esperança de o não acompanhar a rainha, para assim o poder furtar à influência da avó. D. Catarina, porém, inutilizou o propósito do cunhado — se, na realidade, êle o tivera — acompanhando o regente, como aliás seria de esperar, pois até aos catorze anos nunca a rainha abandonou o neto. Quem não gostava de ir para Almeirim era D. Alonso de Tovar, mas tinha de seguir a corte em tôdas as suas deslocações, como lhe ordenára o amo. Ainda dois anos depois, o mesmo embaixador dizia a Felipe II, em carta de 9 de Janeiro de 1567: *Estos Príncipes se van hoy ó mañana de mañana á Almerin, donde pienso questaran un pedazo de la cuaresma. Yo estoy con tan poca salud y tan faltó de todas las cosas necesarias, que mes gran descomodidad esta ida; pero por no faltar á lo que V. M. manda, iré tras Sus Altezas* (22). A doença, segundo a descreve o referido embaixador, consistia em expelir D. Sebastião, *por sus organos, cierta substancia ó purgacion*, que aumentava ou diminuía, conforme êle se excedia ou restringia nos exercícios que praticava (23).

Regressou a corte a Lisboa; mas D. Sebastião não se sentiu melhor. Os médicos não concordavam no diagnóstico, nem nos remédios a aplicar; e como os boatos, que haviam chegado a Madrid, fôssem contraditórios, a princesa D. Joana resolveu mandar aqui uma pessoa da sua

(22) *Documentos inéditos para la historia de España*, t. xxviii, pág. 432.

(23) Danvila y Burguero, *Don Cristobal de Moura*, pág. 113.

plena confiança, que lhe pudesse dar informações seguras sobre o estado do filho, escolhendo para essa delicada missão o seu antigo pagem, Cristóvão de Moura, que pouco antes regressára de Portugal, onde viera tentar a reconciliação do cardeal D. Henrique com o Prior do Crato.

Partiu Moura em fins de Julho de 1565; e como a doença mostrasse tendência para desaparecer, nos princípios de Setembro regressou a Madrid. Mas, dias depois, os primitivos sintomas reapareceram, e D. Alonso de Tovar passou a escrever com freqüência ao rei católico, ou ao secretário de Estado, D. Francisco de Eraso, sobre a evolução da doença. No comêço de Outubro, teve D. Sebastião uns rebates de febre. Depressa, porém, lhe passaram. Assim o conta o embaixador a Eraso, em 18 do mesmo mês: *En lo que toca á las calenturas, ya el Rey está bueno del todo; en estotro mal está como suele, y de ayer acá con mas cantitydad alguna* (24).

Nos fins de Outubro, deu D. Sebastião um largo passeio a cavalo. Piorou, como D. Alonso de Tovar escreve a Felipe II, em 7 de Novembro: *Se le acrecentó aquello que echa, de manera que fué en harta mas cantidad de la que suele. Mas, con el reposo que despues ha tenido y la buena guarda del comer se le ha aplacado mucho.* A tendência a tornar-se crónica preocupava não só os médicos, como até importantes personagens, pelas consequências políticas que da doença do rei podiam advir. Na mesma carta dizia ainda o embaixador: *Tengo entendido que estos fisicos, que mas saben, estan harto temerosos de lo que toca a tener hijos, y en lo demas no muy seguros, si esto va adelante, como parece que va* (25).

Em 12 de Fevereiro de 1566, comunica D. Alonso de Tovar ao amo: *El Ser.^{mo} Rey está de la manera que a V. Mag.^d screvi en la de a seis deste, y no con mejoría.* E acrescenta que no domingo, 10, tinham estado em con-

(24) A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 384.

(25) Danvila y Burguero, *ob. cit.*, Apéndice n.º 6.

ferência todos os médicos do Paço; e não havendo unanimidade de pareceres, pensavam talvez em mandá-los às Universidades de Salamanca ou de Alcalá de Henares, *o tal vez a Madrid para que diesen su opinion los médicos de Felipe II* (26). A consulta não chegou, porém, a efectuar-se.

Dividiram-se então os médicos em dois grupos, resolvendo cinco, contra o voto dos três restantes, iniciar um tratamento mais enérgico; e às suas reuniões assistiam habitualmente a rainha e o cardeal. Além de remédios internos, diz o embaixador ao rei católico, em carta de 6 de Abril seguinte, todos os dias lhe aplicam *emplastos*. Houve quem propusesse que o jovem monarca se purgassee e sangrassee; a maioria, porém, opôs-se, por considerar perigosos os purgantes e a sangria, em vista da abundante *substancia que echa e dos bagidos* (tonturas) *o desmayos que tiene* (27).

A princesa D. Joana tomou então a resolução de mandar a Lisboa o Dr. Almazán, médico da sua câmara, que chegou a esta cidade em fins de Abril, e por meados de Maio regressou a Madrid, tendo-o obsequiado D. Catarina e o regente com trezentos ducados para as despesas do caminho. A doença, porém, não cede. Assim o refere D. Alonso de Tovar a Felipe II: *El Ser.^{mo} Rey está de la misma manera, que en mi ultima screvi a V. Mag.⁴, con tener siempre aquella purgacion, que he scritó. Bien entiendo que hasta los quatorce años estará siempre de una manera, como dará a V. Mag.⁴ quenta el lic.^{do} Almazán, que ya es partido* (28). A pouco mais dum a semana, começa a desenhar-se uma ligeira melhoria: *La salud del Ser.^{mo} Rey va como suele: aquella cosa es en menos cantidad y esto se tiene por mejoría, pero nunca*

(26) A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 384.

(27) Danvila y Burguero, *ob. cit.*, *Apéndice* n.º 5.

(28) Lisboa, 22 de Maio de 1566. A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 384.

falta (29). A *purgacion* remitiu bastante nos últimos meses de 1566. Mas com a ida para Almeirim, na primeira quinzena de Janeiro de 1567, e as caçadas ao javali, que tanto praziam a D. Sebastião, o seu estado agrava-se de novo. O embaixador espanhol, que por incômodo de saúde se vira obrigado a recolher a Lisboa, logo o anuncia ao rei católico, em carta de 6 de Fevereiro: *Hoy he entendido que la caza de Almerin ha hecho impresion en el Serenissimo Rey, de manera que le ha vuelto su mal en mas cantidad, y con esto tratan de volverse aqui la segunda semana de cuaresma* (30).

Na capital, abandonados os exercícios violentos, a *purgacion* diminue, sem contudo desaparecer. A 10 de Agosto seguinte, estando a corte em Sintra, escrevia D. Catarina à princesa D. Joana, dizendo-lhe que o filho estava melhor, por ser a terra saudável e êle guardar um regimen muito rigoroso (31). E parece que as melhoras progrediram bastante, pois em 24 de Dezembro de 1569 o embaixador de Espanha, D. Fernando Carrillo de Mendoza, que sucedera a D. Alonso de Tovar, dava conta ao rei católico duma entrevista que tivera com o P.º Luiz Gonçalves da Câmara, em que o confessor de D. Sebastião, sugerindo a hipótese dum futuro casamento do soberano português com uma das filhas de Felipe II, lhe afirmava *que se habia averiguado que lo que despida en la enfermedad que tuvo, que temian que la hacia peligrosa, que era humor, y que estaba ya muy sano y bueno y sin rastro de aquello* (32). A afirmação era exagerada. Basta considerar o que se passou no ano seguinte, quando o novo embaixador espanhol, D. João de Borja, insistentemente

(29) Carta de D. Alonso de Tovar a Felipe II. Lisboa, 31 de Maio de 1566. A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 384.

(30) *Documentos inéditos para la historia de España*, t. xxviii, pág. 456.

(31) A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 385.

(32) Carta de D. Fernando Carrillo de Mendoza a Felipe II. Évora, 24 de Dezembro de 1569. (*Documentos inéditos para la historia de España*, t. xxviii, pág. 563).

pedia a D. Sebastião que enviasse ao tio os poderes necessários para o seu casamento com a princesa Margarida de Valois. Respondeu-lhe o monarca que ia mandar D. Álvaro de Castro a Madrid, com o fim de expor a Felipe II as suas resoluções sobre o assunto. Na audiência que o rei católico concedeu a esse embaixador extraordinário, duas razões alegou o filho do célebre D. João de Castro para justificar o adiamento das negociações matrimoniais. O Conselho de Estado fôra de parecer que o rei se não devia casar, por ser muito moç^o *y no muy sano*. Se casasse antes dos vinte anos — tinha então dezasseis — poria em risco a saúde e talvez a vida, como sucedera com o pai. E para reforçar as suas palavras, apresentou D. Álvaro de Castro um parecer dos médicos da corte, mostrando os inconvenientes do seu casamento precoce. Esse parecer está arquivado em Simancas (33). Mas há uma prova, mais positiva ainda, de quanto era excessivamente optimista a informação do P.^o Luiz Gonçalves. Em 26 de Setembro de 1570, referia D. João de Borja ao amo que D. Sebastião andava triste e enfraquecera muito, por lhe haver reaparecido a antiga doença, não tendo ultimamente saído para o campo, como costumava (34).

Mas que doença era esta, que sobreveio a D. Sebastião aos onze anos de idade, e nunca mais o abandonou, com alternativas de exacerbações e remitências? Um cronista coevo, referindo-se à repugnância do rei pelas mulheres, diz que não faltou quem a atribuisse a certo achaque, que em menino padecera, chamado *fluxum seminis*, o qual se atalhou com remédios preservativos, que bem podiam causar o tal esquecimento. No tomo II das *Chroniques Belges inédites*, publicado por Gachard, encontra-se uma curiosa carta do embaixador da França em Madrid, Raimundo de Rouer, barão de Fourquevaux, à rainha viúva Catarina de Médicis, datada de 29 de No-

(33) A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.^o 389.

(34) A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.^o 387.

vembro de 1569, isto é, da época em que, nas côrtes de Madrid e Paris, se estava tratando do casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois. Esta carta foi transcrita pelo conde de São Mamede, no seu opúsculo *Don Sébastien et Philippe II — Exposé des négociations entamées en vue du mariage du roi de Portugal avec Marguerite de Valois*. A ela se referiu também o Dr. Júlio Dantas, num capítulo do seu livro *Outros Tempos*, intitulado *A hereditariedade nas genealogias reais portuguesas e o pai de D. Sebastião*; e mais recentemente, no capítulo *As noivas de D. Sebastião*, do livro *Eterno Feminino*.

O trecho, que nos interessa, é o seguinte: «*Davantage suis adverty que tous ses médecins jugent, et les astrologues judiciaires, qu'il ne sera point long homme, et une partie desdicts médecins conseille qu'il le fault marier de bonne heure, afin de divertir certaine fluxion du cerveau qui lui descend sur l'estomac et remédier à une secrete maladie qu'on appelle gonorrée, à laquelle il est subiect; iceulx docteurs néantmoins disente qu'il est habile pour avoir enfans. L'autre bande dissuade et deffend de le marier, car se sera luy advancer sa fin; et tous, d'ung sentiment, le condamnent à vivre peu d'années*». Ora a palavra *gonorréa*, empregada pelo embaixador De Fourquevaux, tinha para os médicos do tempo a mesma significação que lhe dava o cronista português: um involuntário *fluxum seminis*, alterado e corrupto, que ainda no século XVI era geralmente olhado como uma crise salutar, provocada pela fôrça medicatriz da natureza.

¿ Poderá a doença de D. Sebastião ser, porém, tida na conta de *perdas nocturnas*? Atendendo à idade em que apareceu, representaria singular precocidade. No entanto, alguns fenómenos patológicos, que se revelaram aos dezoito anos, parecem estar ligados a essa causa. Por outro lado, os sintomas que a correspondência diplomática patenteia; as suas exacerbações, quando o rei abusa de certos alimentos e, principalmente, de exercícios muito fatigantes, toureando, jogando as canas ou caçando um dia inteiro; as suas remitências, sempre que D. Sebastião se mantém num cuidadoso regime: aproximam a doença das

uretrites crónicas, que muitas vezes apresentam uma desesperadora tenacidade. Neste caso, a uretrite teria sido adquirida por contacto mediato, pois tudo o que sabemos da vida do infeliz monarca exclui a idéia dum contágio imediato. Outra hipótese pode ocorrer ainda. Os casamentos consanguíneos, repetidos em gerações sucessivas, entre as famílias reais de Portugal e Castela, acumularam em D. Sebastião — como em seu primo germano, o príncipe D. Carlos — as taras patológicas das Casas de Áustria e de Aragão. ¿ Quem sabe se, nesta hereditariedade mórbida, se encontrará a etiologia da doença? Mas a sua classificação, o seu estudo, não têm cabimento aqui. O que importa averiguar é se nela assentaria a resistência de Felipe II ao casamento do sobrinho com a mais velha das suas filhas.

Quando, em 1571, a rainha D. Catarina, tratada com ostensivas demonstrações de desamor pelo neto, pretendeu sair de Portugal e acolher-se a Castela, tamanha impressão causou esta notícia em todo o país, que D. Sebastião se viu obrigado, contra vontade e violentando os seus gostos, não só a visitá-la ameúde — êle, que há meses a não via! — mas até a jantar em sua companhia, consentindo que o servissem damas. Duas vezes lhe manifestou D. Catarina a necessidade de se tratar, a primeira de viva voz e a segunda por escrito, em carta que nos princípios de Junho lhe enviou por Jorge da Silva, membro do Conselho de Estado. Nesta carta, de que existe uma cópia no Arquivo de Simancas, pois todas as cartas autógrafas da rainha eram redigidas em castelhano, dá-lhe a avó estes conselhos: *Que S. A. se disponga á tratar del reposo y conservacion de su salud y manifieste los defectos de ella á los medicos, cuyo parecer debe seguir. Por que en esta parte tiene mas necesidad de tener cuenta consigo de lo que el piensa; asi para conservacion de sua vida, como para bien y consolacion de sus reinos, como tambien para tener la disposicion necesaria para el efecto de su casamiento* (35). Razão tinha D. Ca-

(35) A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 389.

tarina, porque o neto fôra caçar a Salvaterra, onde se demorara quinze dias, e voltara de lá muito pior.

Mostrou a raínha um traslado da carta a pessoas de intimidade. Alguma houve, porém, indiscreta. Soube-o D. Sebastião, que se indignou muito, tendo uma cena violentíssima com a avó. Tão impressionada ficou ela, que na manhã seguinte caiu com uma sícope, que lhe durou horas. Dias depois, falando o embaixador de Espanha com o cardeal-infante, queixou-se êste da pouca reserva da cunhada. Ninguém — contestou D. João de Borja — com mais direito a interessar-se pela saúde do neto. Quanto ao segredo, podia afirmar a S. A. que em todas as tabernas de Lisboa se discutia a doença do rei (³⁶). Talvez por êsse motivo, no comêço de Julho, indo o P.^o Luiz Gonçalves da Câmara despedir-se de D. Catarina, pois partia com o monarca para Sintra, o confessor lhe anunciou que, para o futuro, aconselharia, com todo o empenho, D. Sebastião a tratar-se; e se êle o não quisesse fazer, lhe não daria a absolvição. Comunicando êste facto a Felipe II, D. João de Borja também lhe refere uma conversa que acabava de ter com o Licenciado Alonso Rodriguez de Guevara, castelhano, antigo professor de Anatomia na Universidade de Coimbra e agora médico do Paço, o qual em confidênciia lhe dissera *que duda mucho que el Rey sane y mucho mas que tenga hijos aunque se case, sanando* (³⁷).

Durante mais dum ano, nenhuma alusão se encontra à sua doença. Teria D. Sebastião seguido o conselho do confessor? Não se sabe. Mas, em 10 de Dezembro de 1572, D. João de Borja informa o amo de que o sobrinho está doente. Dão-lhe uns *vagidos de cabeça*, andando à caça, que o obrigam a apear-se e a deitar-se no chão, até lhe passarem. Suspeita-se que outras vertigens tenha tido em palácio, apesar de procurarem encobri-lo, por

(³⁶) Carta de D. João de Borja a Felipe II. Lisboa, 12 de Junho de 1571. A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.^o 389.

(³⁷) Carta de D. João de Borja a Felipe II. Lisboa, 6 de Julho de 1571. A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.^o 389.

saberem que a sua divulgação o magoaria e irritaria imenso. Além disso, arrefecem-lhe tanto *las piernas y los mas del cuerpo*, que as reveste com muita roupa. Contragem-no a beber água de canela e a comer coisas quentes. Também lhe aquecem os aposentos; e quando sai para o campo, recolhe-se cedo. O embaixador termina com êste jocoso comentário: *y todas estas cosas, con las que antes sabemos, nos hace sospechar que este frio es la causa de tratarse com tanta frialdad su casamiento* (38). Em cronistas sebásticos, igualmente se encontram referências aos *vágados na cabeça*.

Nos primeiros meses de 1574, iniciou a raínha D. Catarina as diligências para casar o neto com a filha primogénita de Felipe II, a infanta Isabel Clara Eugénia, que não tinha ainda oito anos, pois nascerá em 12 de Agosto de 1566. Este casamento — dizia ela — era o único que a tradição aconselhava, pois há muito tempo que os reis de Portugal casavam em Castela e os de Castela em Portugal; e o reino também sempre o desejava. Ao fazer esta afirmativa, esquecia a raínha o voto das Córtes de 1562. Para ir ao encontro das suspeitas do rei católico, escrevia-lhe D. Catarina em 6 de Julho: *No crea Vuestra Alteza todo lo que le dicen y acuerdese quan acostumbrado está el mundo a decir de las cosas mas de lo que son* (39). O próprio D. Sebastião — talvez porque o simples acolhimento da proposta implicaria o imediato abandono de outras negociações pendentes, como veremos no capítulo V — aceitou a intervenção da avó. Respondeu Felipe II, em 22. A tenra idade da filha impedia-o de tomar qualquer resolução. Além disso, *podría muy bien ser que lo que agora tratasemos se viniese a desconcertar adelante, sin poderlo escusar* (40). O rei de Espanha confiava pouco nos propósitos matrimoniais do sobrinho, *mayormente* — dizia êle, em carta da mesma data, ao seu embaixador — *si tiene el defecto de que se ha dicho*,

(38) A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 360.

(39) Danvila y Burguero, *ob. cit.*, pág. 219.

(40) Danvila y Burguero, *ob. cit.*, pág. 221.

de que holgaria procurasesdes saberlo cierto, con el recato y disimulacion que vos lo sabreis hacer (41).

Usando de largos rodeios, comunicou a rainha a D. Sebastião a negativa do tio. Não se exasperou, nem indignou; antes mostrou contentamento, *hablando en otras cosas, sin hablar mas en esta materia*. Assim o contou D. Catarina a D. João de Borja, que se apressou a transmiti-lo ao amo (42).

Em meados de 1575, voltou a rainha, com a pertinácia de que toda a vida deu provas, a reatar as negociações para o enlace do neto com a infanta de Espanha; e mais uma vez procurou Felipe II indagar da saúde do sobrinho. D. João de Borja, que acabava de chegar a Madrid — por haver sido, a instâncias suas, substituído na embaixada (43) — informou, por escrito, que D. Sebastião devia estar muito melhor da antiga doença, em vista do seu aspecto robusto e dos exercícios que fazia. Parecia-lhe, portanto, *abil para poder contraer matrimonio* (44). O rei católico persistiu, porém, na sua atitude, não porque lhe conviesse — como alguns historiadores têm suposto — que o soberano português ficasse solteiro, pois até se empenhava então no seu casamento com a princesa Maximiliana, filha do duque da Baviera — casamento que D. Sebastião repeliu definitivamente — mas porque não queria entregar-lhe uma filha que muito estremecia. Ao novo embaixador recomendou Felipe II procurasse dissuadir a rainha da idéia de casar o neto com a infanta. Assim o fez D. João da Silva, mal pousou em Lisboa, vindo de Almeirim, onde chegara a 18 de Fevereiro de 1576, para apresentar a D. Sebastião os cumprimentos do amo. Das conferências, que teve com

(41) Danvila y Burguero, *ob. cit.*, pág. 220.

(42) Carta de D. João Borja a Felipe II. Lisboa, 14 de Agosto de 1574. A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 392.

(43) Queiroz Velloso, *D. Francisca de Aragão, condessa de Mayalde e de Ficalho*, cap. IV.

(44) Danvila y Burguero, *ob. cit.*, págs. 242-243.

D. Catarina, deu conta ao rei católico em duas cartas, que Fr. Manuel dos Santos publicou na *Historia Sebastica* (Liv. II, cap. XXV) e Barbosa Machado depois copiou nas *Memorias del Rey D. Sebastião* (P. IV, liv. I, cap. II). Na primeira, que transcrevo do original, existente no Arquivo Geral de Simancas — pois tem alterações e vários acrescentamentos a carta publicada por aqueles cronistas — o embaixador espanhol, depois de observar que todos *sospechan que V. Mg.^d tiene poca satisfaccion de la persona del rey, y que aqui bate la dificultad*, escreve o seguinte:

Aunque V. Mg.^d no me aia mandado expressamente examinar la sospecha que se a tenido de la inhabilidad del rrey para tener hijos y la platica sea indecente, es todavia este articulo tan importante que no quiero dexar de apuntar lo que me parece.

Cosa es averiguada no aver el rrey hecho prueva de si, ni intentadolo jamas. Muestra de mas desto tanto odio a las mujeres, que aparta la ojos dellas y si una dama le sirve la copa, busca como tomarla sin tocarle la mano; y jugando un dia entero a las cañas, no levanta la cabeza a las ventanas. El aspecto es de hombre muy sano y antes fuerte que defectuoso. Dizen todavia que tiene en las piernas una frialdad muy grande y assi las abriga mucho; pero muy buena fuerça deve tener en ellas, porque haze grandes exercícios a la gineta. Criaronle los de la Compañía afeandole tanto el trato com las mujeres, como un pecado de eregia, y bevió aquella doctrina de manera, que no haze diferencia de lo que es gentileza y virtud a lo que es ofensa de Dios; y assi sospecho que podria ser no aver en el este defecto que se teme.

No le parezca a V. Mg.^d que me antecipo a escrevir particularidades, aviendo estando aqui tan pocos dias, porque todo lo que aqui digo es cosa publica y manifiesta, ni pienso que en mucho tiempo se podrá hazer mas averiguacion que esta (44).

As desconfianças do rei católico não se desvaneceram; e quanta razão lhe assistia, prova-o outra carta do mesmo

(44) Lisboa, 6 de Março de 1576. A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 393. Barbosa Machado, ao referir-se às duas cartas do embaixador espanhol, chama-lhe, indevidamente, conde de Portalegre; só anos depois, começou D. João da Silva a usar esse título.

Na *Synopse, desenvolvimento e commentario do codice n.º 8*

D. João da Silva, datada de 26 de Maio, participando-lhe que D. Sebastião adoecera; e acrescentava em *postscriptum*: *Escrita esta, he sabido que el mal del Rey es de la qualidad de los que tuvo en la niñez, y que no se tiene en poco, aunque le encubran. Curanle de noche y hanse hecho juntas secretas de muchos cirujanos de Lisboa* (46).

Quando, em Junho de 1576, Pedro de Alcáçova Car-

dos «Manuscritos Portuguezes» da Bibliotheca Nacional de Paris, apresentada por Cristóvão Aires em sessão da 2.ª classe da Academia das Ciências de Lisboa, de 20 de Janeiro de 1902 (*Boletim da Segunda Classe da Academia*, vol. I, págs. 276-304), encontra-se — aliás incorrectíssimo — o trecho acima transscrito, como se fôsse inteiramente inédito; e assim o tomou Fortunato de Almeida (*História de Portugal*, t. II, pág. 414, Nota). Pena é que essa *Sinopse* contenha tantas equivocações: por exemplo, confunde D. João da Silva com João Gomes da Silva, embaixador de Portugal em Roma.

O Ms. n.º 8 (anteriormente 15) do *Fonds portugais* da Biblioteca Nacional de Paris, já foi estudado por Morel Fatio (*Catalogue des manuscrits portugais de la Bibliothèque Nationale de Paris*); e, em 1827, pelo visconde de Santarém (*Noticia dos manuscritos pertencentes ao direito publico externo diplomático de Portugal e à historia e litteratura do mesmo paiz, que existem na Bibliotheca Real de Paris e outras da mesma capital, e nos archivos de França*).

Este códice comprehende diversos documentos, relativos à história política de D. Sebastião, coligidos por alguém que se propunha escrever a crónica daquele monarca. De várias cotas à margem, assinadas por D. Luís Lôbo, pode depreender-se que fôsse este fidalgo o compilador. D. Luís Lôbo deixou inédito um *Nobiliario Historico que contem as descendencias e acções dos sezenissimos Reys deste Reyno de Portugal*. A Biblioteca Nacional de Paris possue uma cópia.

A peça capital do códice é o *Comentario que trata de la infelice jornada que el rey D. Sebastian hizo en la Berberia, el año de 1578, donde se cuenta muy en particular todo lo que alli sucedió con la muerte del Rey y otras cossas dignas de admiracion y de ser sabidas, el qual comentario hizo el capitán Luis de Oxeda, que alli se halló presente a quasi todo*. Já foi duas vezes impresso: em *Les Sources inédites de l'histoire du Maroc* (1.ª Série, France, t. 1, págs. 575-627), do conde Henry de Castries; e na *Miscelânea histórica referente al rey Don Sebastián*, publicada por Ignacio Bauer y Landauer, págs. 1-57).

(46) A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 393.

neiro foi enviado por D. Sebastião, com aplauso da avó, em missão oficial a Madrid, para tratar com Felipe II de três assuntos: a entrevista dos dois monarcas em Guadalupe; o auxílio do rei de Espanha para a empreza de África; e o casamento do soberano português com a infanta Isabel Clara Eugénia — pois era êste o mais seguro meio de tornar efectivo aquele auxílio — procurou o rei católico, depois da recepção dêsse embaixador para a apresentação das credenciais, demorar, sob variados pretextos, a resposta. Mas a situação não podia prolongar-se, sem perigo dum conflito com o sobrinho; e em princípios de Outubro, Felipe II mandou dizer a Alcáçova que aceitava a entrevista e convinha no seu auxílio para a conquista de Larache. Quanto ao matrimónio, a resposta foi ambígua: dar-lhe-ia *una de sus hijas*.

Só em Guadalupe, nos fins de Dezembro seguinte, o rei de Portugal conseguiu do tio a promessa de lhe conceder a mão de sua filha, *quando chegasse à idade conveniente*; e essa idade vinha longe, pois a infanta Isabel Clara tinha apenas dez anos. A própria raína D. Catarina, apesar de tão dedicada a Felipe II, não pôde deixar de lhe exprimir o seu desgosto por uma promessa tão vaga. D. Sebastião é que nunca deixou de sofrer dessa rebelde e teimosa doença, que aos onze anos lhe aparecera. Ainda em 16 de Agosto de 1577, D. João da Silva escrevia ao amo, dizendo que o rei voltara a enfermar, mas que o ocultavam (47). Nem D. Sebastião, com o pensamento inteiramente absorvido na guerra de África, poderia suportar que alguém o soubesse doente, a él, que em violentos exercícios, próprios para lhe agravar o mal, só procurava adquirir a resistência e o vigor necessários para ser o primeiro em combate, como exigia a sua orgulhosa convicção de invencível (48).

(47) Colecção Belda, *apud* Danvila y Burguero, *ob. cit.*, pág. 277.

(48) Segundo *Memorias contemporâneas*, D. Sebastião era de

*

* *

Rei, com três anos e meio de idade, o seu lugar é sempre o primeiro em todas as cerimónias públicas. Por isso, ao assumir o poder, D. Sebastião o toma na plenitude daqueles direitos, que as teorias, então dominantes, davam à autoridade real. A avó, o tio, a tia, os validos, os velhos servidores da corôa, todos lhe devem obediência absoluta. Os próprios ministros, a quem deixa governar discricionariamente, para ter ocasião de caçar e montear à vontade, hão de submeter-se aos seus caprichos. A mais simples observação enfada-o, qualquer objecção, por mais fundamentada, impacienta-o, quando o não encoleriza; e só lhe agradam os cortesãos, que encarecem até as suas extravagâncias. Se não tem opinião assente, ouve e segue

meia estatura, dobrado em carnes, de grandes fôrças musculares para vencer um cavalo ou jogar uma lança. Tinha os olhos azuis, o cabelo entre loiro e ruivo, o rosto alvo, mas picado de sardas, a barba loira e rara. De aspecto severo e grave, o ar soberano e desdenhoso, se movia a temor, não conciliava simpatias.

Fr. Manuel dos Santos, com a habitual lisonjaria dos cronistas régios, diz que, em D. Sebastião (*ob. cit.*, Liv. I, cap. xvi), eram «as mãos, e pernas tão bem formadas, como se fossem feitas ao torno... e todo o corpo sem parte desigual, em que aparecesse defeito». A *Chronica d'El-Rey D. Sebastião*, de Fr. Bernardo da Cruz (cap. LXXXIII), afirma que o «beijo de baixo algum tanto derrubado... lhe dava muita graça e formosura»; e que era «sem defeito algum ou vicio corporal».

D. Sebastião não tinha apenas o lábio inferior pendente — feição típica da Casa de Áustria. Era acentuadamente assimétrico: todo o lado direito, braço e mão, perna e pé, mais compridos do que o esquerdo; e o ombro direito mais alto do que o outro. Por isso, ao andar, inclinava levemente para a esquerda (Biblioteca Nacional de Lisboa, *Fundo Geral de Manuscritos*, cod. n.º 551, fol. 69 — *Sinais com que nasceo El Rey Dom Sebastião*).

Quando apareceu, em Veneza, o célebre impostor Marco Túlio Catizone, para tapar a boca aos incrédulos, ficou resolvido, entre os seus adeptos, que Fr. Estêvão de Sampaio partisse para Lisboa, onde chegou nos últimos meses de 1599, afim de indagar de pessoas idosas e fidedignas os sinais particulares de D. Sebastião. Esta lista, autenticada pelo notário Tomé da Cruz, secretário do Legado Apos-

o voto do Conselho de Estado; se a tem, não o reúne, ou não faz caso da parecer (49).

As suas intenções são boas. Provam-no os *Pensamentos* que foi lançando num livro, para lhe servirem de norma da sua futura conduta. Muitos revelam o seu feitio devoto e místico: «Terey a Deos por fim de todas as minhas cousas, e em todas ellas me lembrarey delle»; «Trabalharey por dilatar a Fé de Christo, para que se convertão todos os infieis». Alguns manifestam as suas inclinações guerreiras: «Conquistar, e povoar a India, Brasil, Angola, e Mina». Mostram outros os seus desejos de acertar: «Fazer mercês a bons, e castigar a maos». Outros, enfim, denunciam já aquela obscuridade, aquela confusão de ideias, que depois se notam em todos os seus escritos: «Tirar os peccados, mandando para isso homens Letrados, e que temão a Deos» (50).

tólico, comprehende vinte e dois sinais característicos do rei; entre êles sobressai a conhecida assimetria. Foi publicada na raríssima obra de Fr. José Teixeira — o ardente defensor dos direitos do Prior do Crato e implacável inimigo de Felipe II — impressa em 1601 e intitulada: *Adventure admirable... par dessus toutes autres des siècles passez et present*. É muito curioso o sinal 16.º, que coincide inteiramente com as informações dos embaixadores espanhóis acerca da saúde de D. Sebastião: 16.º *Il a d'abondant un signal fort secret, qui se dira quand il en sera besoing*. O manuscrito da Biblioteca Nacional, acima citado, também se refere a *hum signal secreto*.

As anomalias somáticas eram a triste consequência dos consecutivos matrimónios consangüíneos e, portanto, da acumulação hereditária de malformações do esqueleto.

(49) Conta o P.º Baltasar Teles, na sua *Chronica da Companhia de Jesu na Província de Portugal* (P. II, liv. V, cap. XLVI), que o rei gostava muito de praticar com o sapateiro Simão Gomes, antigo guarda dos estudos na Universidade de Évora, que pelas suas respostas proféticas era vulgarmente chamado o *sapateiro santo*; e às vezes «o mandavam chamar ao conselho de Estado, e lhe ouviam, e seguiam seu voto, ainda que poucas vezes». A estas extravagâncias se sujeitava o Conselho!

(50) D. Manuel de Meneses, *Chronica del Rey D. Sebastião*, cap. cxxvii. Na *Historia Sebastica*, de Fr. Manuel dos Santos (Liv. I, cap. xvi), encontram-se os mesmos *Pensamentos*, com insignificantes alterações.

Refere a *Chronica* de D. Manuel de Meneses e aceitaram-no Fr. Manuel dos Santos, o P.^o Baião e Barbosa Machado, que D. Aleixo de Meneses, na véspera da simbólica entrega do sêlo grande das armas reais, esperando D. Sebastião, que vinha de ouvir missa, lhe dirigira um largo discurso, a que êle próprio chama «o testamento da minha lealdade, e por ventura o último atrevimento do meu amor». Esta fala deve também ser apócrifa, propostadamente escrita para explicar, por sugestões estranhas, todos os actos do rei, para lançar sôbre o mestre, os confessores, os ministros e os validos, a responsabilidade dos seus desvários. D. Aleixo — como se estivesse vendo o que ia suceder nos dez anos futuros — pede-lhe que nunca fuja da companhia e conselho da avó e do tio, dando ouvidos àqueles que, para se firmarem na sua privança, lhe digam que só assim será verdadeiro rei; que não se deixe mover a emprêsas maiores do que as fôrças do reino permitirem; que tenha especial atenção com tudo que lhe aconselhem, sob pretexto de religião e consciência; que não deixe a sua autoridade em mãos de validos; que não confie as matérias do Estado a mancebos, mas a fidalgos antigos, cheios de experiência; que ouça sempre o voto do Conselho; que se não sirva de ministros eclesiásticos, mas seculares; e que, se porventura o persuadirem a reformar trajes e costumes, ou pesos e medidas, ainda que o alvitre seja justo, o não faça nos primeiros anos do seu governo, para não atribuírem a novidade à sua inexperiência. Se o discurso fôsse verdadeiro, então o rei teria caprichado em fazer precisamente o contrário daquilo que lhe pedia o velho aio (⁵¹).

Terminados os festejos da entronização, partiu D. Sebastião para Sintra. De volta a Lisboa em Fevereiro, pouco tempo se demorou, porque no princípio de Março saiu para Almeirim. De 3 é a carta régia, que reduziu o valor da moeda de cobre, como referimos no capí-

(⁵¹) D. Manuel de Meneses, *ob. cit.*, cap. cxxvi.

tulo II. (52). Foi por essa ocasião nomeado vice-rei da Índia D. Luiz de Ataíde, que dera altas provas da sua energia, na África e sobretudo no Oriente. Espontânea ou sugerida, a escolha foi feliz. Quando, a 12 desse mês, se despedia do monarca, mandou-o D. Sebastião esperar na sala da audiência; e entrando no seu gabinete, pôs-se de joelhos, para que Deus o inspirasse, e escreveu estas palavras, que entregou ao novo vice-rei, como as supremas instruções que devia seguir, na administração e guarda daquele vasto império: «Fazey muita Christiandade; Fazey justiça; Conquistay tudo quanto poderdes; Tiray a cobiça dos homens; Favorecey aos que pelejarem; Tende cuidado da minha fazenda; Para tudo isto vos dou o meu poder; Se o fizerdes assim muito bem, farvos-hey mercê; Se o fizerdes mal, mandarvos-hey castigar; Se alguns regimentos forem em contrario destas cousas, suponde, que me enganarão, e por isso não haja que vos estorve isto». Para o jovem rei, fazer muita Cristandade, isto é, converter muitos infiéis, era a principal obrigação dos monarcas portugueses, ainda que na obra das conversões se gastasse tudo que a Índia rendesse. No ano seguinte, escrevendo a D. Luiz de Ataíde, o que D. Sebastião mais instantemente lhe encomenda é que o informe de «quantos Baptismos solennes se fizerão» (53).

Em fins de Abril, tornou o rei à capital, onde esteve até Julho. Passou as calmas do estio em Sintra; e nos meados de Setembro recolheu a Lisboa, para assistir aos funerais em honra de seu primo, o príncipe D. Carlos. Em todas estas sucessivas deslocações, o acompanharam a rainha D. Catarina, o cardeal D. Henrique e a infanta D. Maria. A avó e o tio, mas sobretudo a primeira, assistiam freqüentemente ao despacho. Esta intervenção tutelar da rainha contrariava-o muito. D. Catarina era tão

(52) José Anastásio de Figueiredo, *Synopsis Chronologica de subsidios... para a historia e estudo critico da Legislação portuguesa*, t. II, pág. 132.

(53) Fr. Manuel dos Santos, *ob. cit.*, Liv. II, cap. II.

castelhana, que nunca tentará aprender o português, e o seu desejo de integrar a nossa política na política de Espanha não feria apenas o seu patriotismo, mas irritava o seu orgulho de soberano; e os partidários do cardeal aplaudiam essa atitude.

Quando, em 24 de Novembro de 1568, D. Sebastião abandonou a capital, com o propósito de assistir largo tempo em Almeirim, cuja abundância de caça grossa o seduzia, a rainha não aprovou a ordem de transferir para Santarém todos os tribunais. Nem ela, nem a infanta D. Maria o seguiram; volvidos, porém, dois meses e meio, em Fevereiro de 1569, ambas foram reúnir-se ao rei. Um facto se deu então, que muito desgostou D. Catarina. O cargo de escrivão da puridade estava vago, desde que o bispo de Viseu, D. Miguel da Silva, fugira para Roma, por D. João III lhe não permitir a saída do reino, com receio de que o papa Paulo III, seu amigo íntimo, o elevasse a cardeal — facto que na realidade veio a dar-se, e trouxe a D. Miguel da Silva o ódio feroz do monarca piedoso, que só considerava dignos do cardinalato os infantes seus irmãos. Era o secretário de Estado, Pedro de Alcáçova Carneiro, quem desempenhava interinamente essas funções, quando havia alguma escritura régia a lavrar. Pois o cargo foi restabelecido em favor de Martim Gonçalves da Câmara, sacerdote, doutor em Teologia e presidente da Mesa da Consciencia. Antigo reitor da Universidade de Coimbra, ninguém lhe negava competência; mas a nomeação deveu-a únicamente ao facto de ser irmão do confessor. A rainha é que viu logo as futuras consequências desse acto.

Durante a sua ausência, desabituára-se D. Sebastião de ouvir a avó. Esta, acostumada a exprimir a sua vontade e impor a sua opinião, não se sujeitava ao papel de comparsa mudo. O conflito rebentou então. Deliberára o rei constituir novo ministério, pois todos os ministros, à excepção de Martim Gonçalves, vinham da regência do cardeal D. Henrique, até um da facção da rainha, Pedro de Alcáçova Carneiro. Propôs-lhe D. Catarina: Tomé de

Sousa, o primeiro governador geral do Brasil, a êsse tempo vedor da sua Casa; o bispo de Portalegre, D. Julião de Alva, seu capelão mor; e o referido Pedro de Alcáçova. Por outro lado, o cardeal indicou: D. Martinho Pereira — cujos merecimentos se reduziam a ser adverso ao matrimónio, «por conservar a limpeza da castidade», no dizer dum cronista contemporâneo (54) — para a administração dos negócios civis e da Fazenda; e Martim Gonçalves da Câmara, que acumularia o cargo de escrivão da puridade com as presidências da Mesa da Consciência e do Desembargo do Paço e a administração de todos os negócios da Justiça. Para secretário de Estado, em substituição de Pedro de Alcáçova, lembrou Miguel de Moura, muito protegido por D. Martinho Pereira e, portanto, também seu partidário.

A escolha do monarca recaiu nestes ministros; e para completar o número usual dos vedores da Fazenda — além do conde de Vimioso, D. Afonso de Portugal, que continuava no desempenho de um desses lugares — foi nomeado o P.^o D. João de Castro que, anos depois, em 1570, transitou para o cargo de capelão mor. Esta preferência agravou consideravelmente o desgosto da rainha, que há meses vinha notando o afastamento do neto. Para fugir às suas queixas e acentuar o propósito de prescindir da colaboração e assistência da avó, saiu D. Sebastião precipitadamente de Almeirim para Lisboa, na quarta-feira de trevas, 6 de Abril de 1569. De manhã, dera ordem aos oficiais de serviço e membros do Conselho, que se aprontassem; e, por volta das quatro horas da tarde, havendo-se despedido de D. Catarina, sem demons-

(54) *Chronica d'El-Rey D. Sebastião*, atribuída a Fr. Bernardo da Cruz, cap. v.

Em monografia especial, intitulada *Fr. Bernardo da Cruz e a Chronica d'El-Rey D. Sebastião*, mostrarei com documentos irrefragáveis, encontrados no Arquivo de Simancas, quem era Fr. Bernardo da Cruz, e que não pode ser êle o autor da *Chronica*, publicada, em 1830, por Alexandre Herculano e o Dr. A. C. Paiva.

trações de sentimento, partiu para Salvaterra, donde mandou recado ao tio, que fôra assistir às ceremónias da Semana Santa, no mosteiro de Alcobaça, do qual era abade perpétuo. Na quinta-feira embarcou para Lisboa, indo hospedar-se no Paço de Xabregas. Na manhã do dia seguinte, chegou o cardeal-infante, e à tarde reuniu o Conselho de Estado, repetindo-se as sessões durante quinze dias consecutivos, e por vezes duas no mesmo dia, todas presididas pelo rei (55).

O motivo alegado por D. Sebastião para justificar a urgência da viagem e os sucessivos Conselhos, era o temor — conforme notícias secretas, que dizia ter recebido de França — de que uma armada de huguenotes viesse sobre Lisboa, ou outro dos nossos portos do continente ou das ilhas adjacentes, disposta a cometer novo insulto, como o efectuado, dois anos e meio antes, na ilha da Madeira. Igual suspeita podia também haver quanto aos ingleses, por causa do sequestro, mandado executar nas suas mercadorias, segundo vimos no capítulo anterior.

A fim de mais facilmente poder vigiar a barra, elegeu o monarca para sua residência os Paços da Alcáçova. Não servindo de moradia régia, há muito tempo, estavam inabitáveis. Mas D. Sebastião insistiu; e durante dezassete dias, quatrocentos operários trabalharam incessantemente nas obras de reparação, que subiram a vinte mil cruzados, importante quantia gasta apenas para satisfazer um capricho e colorir uma balela, pois a vinda dos navios protestantes a Lisboa não passava duma invenção, arquitectada pelo rei, para encobrir o verdadeiro motivo da sua inopinada partida de Almeirim. Foram grandes os clamores do povo contra a inútil despesa, em época de aper-

(55) Barbosa Machado, *Memorias del Rey D. Sebastião*, P. III, liv. I, cap. XIII; Fr. Manuel dos Santos, *Historia Sebastica*, liv. II, cap. VI. Este cronista diz que D. Sebastião saiu de Almeirim «quarta feira de Trevas á tarde no mez de Março de 1569». É êrro. A Páscoa caiu, nesse ano, em 10 de Abril (*L'Art de vérifier les dates des faits historiques... depuis la naissance de Notre-Seigneur. Nouv. ed.*, Paris, M.DCC.LXX, pág. 32).

tos financeiros. Como era, porém, necessário justificar tão ameuhadas reuniões do Conselho, foi mandada apresentar uma armada de vinte velas, das quais saíram seis para os Açores, comandadas por Jorge de Lima, com o fim de proteger o arquipélago e comboiar as naus da Índia (56).

Além da armada do Oriente, que largava, em geral, na entrada da primavera, outra esquadra saiu também então de Lisboa, com destino a Moçambique, comandada por Francisco Barreto, general das galés e antigo governador da Índia. Em 1561, o P.^o D. Gonçalo da Silveira, da Companhia de Jesus, que andava missionando nas terras do Monomotapa, fôra assassinado, por instigações dos mouros, com vários portugueses que ali comerciavam. Estava ainda D. Sebastião em Almeirim, quando resolreu castigar aquele príncipe apóstata, pois recebera o baptismo das mãos do próprio P.^o Silveira. Consultada a Mesa da Consciência, foi de parecer que a guerra era justa. Devia, porém, suspender-se, se o Monomotapa entregasse os culpados, expulsasse os mouros e de novo se convertesse à fé católica. Além disso, o capitão mor exigiria, como indemnização das lesões sofridas e das despesas feitas com a expedição, as minas de oiro e prata que o soberano não explorasse directamente. Como era êste o objectivo principal da emprêsa, a Francisco Barreto foi

(56) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. III, liv. I, cap. XIII; Fr. Manuel dos Santos, *ob. cit.*, Liv. II, cap. vi. As notícias, que D. Sebastião recebera de França — umas directamente, outras por intermédio de Felipe II — diziam respeito à batalha de Jarnac, a 13 de Março de 1569, em que os protestantes foram derrotados pelos católicos e morto o seu chefe, o príncipe de Condé, Luiz I. Desconfiava-se — acrescentavam os avisos secretos — que os protestantes, sob o comando do almirante de Coligny, se encaminhassem para os portos de mar, onde tinham navios, com o propósito de deixar a França e conquistar terras em que se estabelecessem. A conjectura era sem fundamento. Mas, quando fôsse verdadeira, estaria possivelmente o Brasil em perigo; Lisboa, nunca. (Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, etc., t. III, pág. 412).

dado, entre outros, mais pomposos do que reais, o título de Governador das Minas de Monomotapa (57).

Partiu a armada, composta de três naus, com mais de oitocentos homens de armas, além da respectiva equipagem, no dia 16 de Abril de 1569; mas encontrando, fora da barra, fortes ventos contrários, subiram o Tejo, voltando a fundear em Belém. Aqui se demoraram dezoito dias, à espera de vento favorável. Da segunda vez, sofreu a esquadra tamanha tormenta, que uma das naus arribou a Lisboa com um dos mastros partido. As outras duas seguiram viagem, aportando à Baía, para se proverem de água e mantimentos; e o capitão mor só chegou a Moçambique em 16 de Maio de 1570. Volvidos três anos, falecia Francisco Barreto duma doença infecciosa, em Sena; e o resultado da expedição foi nulo, tanto para a conversão do Monomotapa, como para a exploração das minas (58).

Em 14 de Abril de 1569, isto é, oito dias depois que D. Sebastião partira de Almeirim, chegaram a Lisboa a raínha D. Catarina e a infanta D. Maria, que se hospedaram também no Paço de Xabregas. D. Catarina assistiu até, com o rei e o cardeal, à leitura duns documentos apresentados pelo embaixador espanhol, D. Fernando Carrillo de Mendoza, relativos ao casamento do soberano português com Margarida de Valois. Mas o rei não queria que a avó continuasse a interferir nos negócios do Estado; e partiu com o tio para Salvaterra, sob o pretexto — diz o mesmo embaixador, em carta a Felipe II — *de gozar del paso de las aves* (59). Quando regressou, já estavam concluídas as reparações nos Paços da Alcáçova, onde se alojou; e desde então não voltaram a viver juntos, espaçando-se cada vez mais as visitas que D. Sebastião fazia à raínha.

(57) Fr. Manuel dos Santos, *ob. cit.*, Liv. II, cap. III; Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. III, liv. I, cap. xxi.

(58) Fr. Manuel dos Santos, *ibidem*; Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. III, liv. II, cap. xxiii; Diogo do Couto, *Da Asia*, Dec. IX.

(59) Lisboa, 26 de Abril de 1569 (*Doc. inéd. para la historia de España*, t. xxviii, pág. 512).

CAPITULO IV

O PREDOMÍNIO DOS CÂMARAS E AS DISSENÇÕES DA FAMÍLIA REAL

A peste grande. — Deambulação do rei por diferentes terras: nos mosteiros de Alcobaça e da Batalha; na Universidade de Coimbra. — Nova pragmática contra o luxo. — As Companhias de Ordenanças. — Acentua-se o rompimento de D. Sebastião com a avó. — A rainha D. Catarina pretende retirar-se para Espanha. Profunda impressão que a notícia causa em todo o reino. — Vinda a Lisboa do Cardeal Alexandrino e do Geral da Companhia de Jesus. — Regressa à metrópole o vice-rei da Índia, D. Luís de Ataíde. — A lei contra os livros heréticos e a prisão de D. António de Castro, senhor de Cascais. — O falso rebate de ser a capital atacada por uma esquadra inimiga. — Organização duma grande armada. — Violenta tempestade a destrói completamente.

Nos fins de Maio de 1569, começaram a sentir-se em Lisboa os primeiros rebates de peste. Como, há cerca de quarenta anos, a capital não voltara a ser açoitada com êsse flagelo, os próprios médicos atribuíram, a princípio, o andarço à prolongada invernia. Mas, durante o mês de Junho, a doença acentuou-se tão rapidamente, que já não podia haver dúvidas; e a 22, saiu o rei para Sintra, levando em sua companhia o cardeal D. Catarina e a infanta D. Maria foram para Vila Franca; e, passados dias, para Alenquer, que pertencia à rainha.

A violência da epidemia aumentou. Nos meses de Julho, Agosto e Setembro, a mortalidade foi tamanha, que os cadáveres ficavam insepultos, apesar de serem enterrados às dezenas na mesma cova, e de haverem sido

comutadas as penas aos forçados das galés, sob condição de trabalharem nesse piedoso serviço. Os cronistas não são concordes no cômputo das pessoas vitimadas pela peste, oscilando entre quarenta a oitenta mil. Este número é evidentemente exagerado, em vista da população de Lisboa; mas que fôssem só quarenta mil, na cidade e seu térmo, justificavam de sobra o nome de *peste grande*, por que é conhecida.

Para mais se afastar da capital, com receio do contágio, em 13 de Julho partiu D. Sebastião para Óbidos; mas, na véspera, passára uma provisão, entregando a administração de Lisboa a três governadores privativos, a quem deu plenos poderes: o vedor da Fazenda, D. Martinho Pereira, em tudo que dissesse respeito às despesas com a saúde pública; o governador da Casa do Cível, Diogo Lopes de Sequeira, nos negócios da Justiça; e D. João Mascarenhas na guarda e defesa da cidade.

Em Óbidos demorou-se o rei poucos dias. A 22, seguiu para Alcobaça, hospedando-se no mosteiro. Um dia, teve o doentio capricho de mandar abrir as sepulturas dos reis, seus antecessores. Ninguém se atreveu a dissuadi-lo. As primeiras sepulturas violadas foram as dos reis D. Afonso II e D. Afonso III; depois, as das respectivas consortes, as rainhas D. Urraca e D. Beatriz. O agigantado corpo de D. Afonso III impressionou-o; e mereceu-lhe palavras de louvor, por haver terminado a conquista do Algarve. O outro, sempre em contendas com mulheres, nem um só palmo de terra acrescentára ao reino. O túmulo de D. Pedro não podia abrir-se, sem irreparável dano dos finos lavores que o revestiam. Deixem-no — exclamou D. Sebastião; e condenou, com palavras duras, o seu feitio femeiro. Estes motejos indignaram um dos mais ilustrados membros da Ordem, Fr. Francisco Machado, Doutor pela Universidade de Paris, que ousadamente se dirigiu ao rei, censurando-o por vir assim afrontar predecessores seus, que se não haviam conquistado reinos alheios, tinham sabido conservar e governar o próprio. Recebeu D. Sebastião de tão má sombra esta lição, que o cardeal, como administrador e

abade de Alcobaça, foi obrigado a repreender o íntegro frade.

Em 23 de Agosto, três dias depois de celebrada a festa de S. Bernardo, saiu o rei para o convento da Batalha, e de lá para Leiria, onde entrou a 1 de Setembro. Em 8, publicou o Regimento do Conselho de Estado: mandava-o reunir três vezes por semana, cabendo hebdomadáriamente a presidência a cada um dos conselheiros⁽¹⁾. Atendendo a várias queixas contra a centralização dos Tribunais em Lisboa, por constranger os litigantes a grandes fadigas e despesas, e ainda ao *impedimento* causado pela peste, aqui nomeou D. Sebastião duas Alçadas, uma para as «comarcas e lugares que estam do rio Tejo, até a costa do Reino do Algarve», e outra para as «comarcas, e lugares que estam do dito rio Tejo até a Raya do Reino de Galliza, e de Castella». Conforme o respectivo Regimento — que só apareceu em 28 de Janeiro de 1570 — estas Relações volantes, as últimas que aponta a nossa História Jurídica, deviam compor-se de um presidente, cinco desembargadores, dois escrivães, meirinho, porteiro, contador, solicitador e dois procuradores letRADOS⁽²⁾. Mas foram, afinal, despachadas com menos aparato. Da primeira era presidente Fernão da Silveira, clavário da Ordem de Cristo; da segunda, D. Pedro da Cunha, a certa altura da visita substituído por D. Luís Pereira, irmão de D. Martinho Pereira.

A 24 de Setembro seguiu o rei para Tomar, hospedando-se no convento de Cristo; e jorna deando pela Chamusca e outras terras, em 6 de Outubro chegou a Montemor-o-Novo. Nesta vila recebeu a boa notícia de estar a peste quase debelada em Lisboa; e, a 16, escreveu ao Senado para que, em ação de graças, se construisse na cidade um templo, consagrado a S. Sebastião. Destinado

(1) *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, t. III, pág. 231.

(2) J. Anastásio de Figueiredo, *Synopsis Chronologica*, t. II, pág. 150.

primeiramente ao sítio, onde estava a igreja de S. Sebastião da Mouraria, começou depois a ser levantado no Terreiro do Paço. A primeira pedra foi lançada, com festiva solenidade, em 19 de Abril de 1571; mandou-o, porém, destruir Felipe II, para desafôgo daquela praça (³).

A 5 de Novembro entrou em Évora, onde se deteve mais de cinco meses, até à Páscoa, gastando o tempo em jogos de equitação, correndo o páreo e as canas, ou em torneios a cavalo e a pé. Ia muitas vezes ouvir certas aulas, na Universidade, e nunca faltava à defesa de Conclusões magnas. Também assistiu a várias tragicomédias, muito em voga nos estabelecimentos de ensino da Companhia, representadas por alunos do Colégio do Espírito Santo.

Em Abril de 1570 partiu para Salvaterra, atraído pela caça de altanaria. É desta época a lei contra o luxo, determinando que ninguém dispenda mais do que os seus rendimentos, antes empregue as sobras em bens de raíz ou *prata chã*; um dos artigos prescrevia até a qualidade e número de pratos que, nas casas nobres, se podiam comer à mesa (⁴). Mas o comércio da Índia transformará os antigos costumes portugueses, cuja reformação, a golpes de decretos, era puramente ilusória. Por isso, a duração desta lei foi efémera, se na realidade chegou a produzir efeito; e quando se preparava a infeliz jornada de África, todos os fidalgos, só para agradar ao rei, rivalizavam em requintes de galas e enfeites.

A 22 de Maio, embarcou D. Sebastião para Lisboa. De passagem, visitou em Vila Franca a avó, a quem não via há cerca dum ano: a rainha e a cunhada ali

(³) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. III, liv. I, cap. xvi; idem, idem, liv. II, cap. iv.

(⁴) É do teor seguinte o § 2.º da lei de 28 de Abril de 1570: «Item, pessoa alguma não poderá comer, nem dar a comer á sua mesa mais que hum assado, e hum cozido, e hum picado, ou desfeito, ou arroz, ou cuzcuz, e nenhum doce, como manjar branco bolos de rodilha, ou os mexidos, ou outras cousas desta qualidade». (J. Anastásio de Figueiredo, *ob. cit.*, t. II, pág. 155).

tinham regressado, logo que a epidemia declinou. Desceu o rei no mosteiro de Belém, já de noite, apesar dos festejos que a Câmara preparára; e uma semana depois saía para Sintra, sem entrar na cidade, o que muito desgostou a população. D. Catarina e a infanta D. Maria voltaram definitivamente à capital, em 16 de Junho, pousando a primeira no Paço de Xabregas e a segunda em casas suas, junto a Santa Apolónia; e nestas residências se fixaram, até o seu falecimento.

No ano anterior, quando se fizera correr em Lisboa o boato dum assalto, por protestantes franceses e ingleses, resolvera D. Sebastião organizar, em cada freguesia da cidade, uma companhia de milicianos, com seu capitão e oficiais, sob o comando superior dum capitão-mor. Chegou até a ser nomeado o heroico governador de Diu, D. João Mascarenhas; a epidemia impidiu, porém, a execução do plano. Era ocasião, agora, de pôr a idéia em marcha; e pelo S. João, mandou o rei proceder ao arrolamento de todos os moradores da capital, bem como das armas que possuiam para se constituírem, sem demora, as referidas companhias. Assim tiveram princípio as Ordenanças, que depois se estenderam a todo o reino.

Eram tão instantes as ordens de D. Sebastião, que em 30 de Julho saíram as primeiras companhias a fazer exercício. Outros houve nos meses seguintes; e a 1 de Outubro, no vasto campo de Santo Amaro, realizou-se um exercício geral, com vinte companhias de milicianos a pé e uma a cavalo. A estas manobras assistiu o rei; e tamanha excitação lhe causaram, sobretudo a última quando, ao passar-lhes revista, os milicianos o saudaram com aclamações e salvas de arcabuzaria, que o cardeal e os Câmaras resolveram levá-lo para longe.

Aconselharam-no então a visitar Coimbra. Passando pela Batalha, manda abrir a sepultura de D. João II. O cadáver estava incorrupto; e as próprias vestes não mostravam que já haviam decorrido setenta e cinco anos sobre o enterramento. Contemplou-o D. Sebastião em silêncio, num misto de temor e admiração. Depois, ordena que o ergam ao alto, toma a própria espada do morto

e mete-lha na mão. *Este foi o melhor oficial, que houve do nosso ofício* — proclama o rei para os que o cercam; e diz ao duque de Aveiro, D. Jorge de Lencastre, que beije a mão do seu bisavô. *O meu rei!* — exclama êle ainda, quando o cadáver volta para a tranqüilidade do túmulo.

Por Pombal e Soure chegou D. Sebastião a Coimbra, em 13 de Outubro, alojando-se no Paço Real. Na manhã seguinte visitou a Universidade; e a 16, como fizera em Évora, foi ouvir alguns lentes. Ao entrar na aula, receberam-no os estudantes com pateada. Surpreço, turbado, meteu o rei a mão à espada, preguntando o que significava aquilo. Afirmaram-lhe que era uma manifestação académica de aplauso; e D. Sebastião tranqüilizou-se. As palmas e a pateada, simultâneas, conjuntas, eram realmente usadas nas antigas Universidades, como ruídos manifestação de alegria. Mas, desacompanhada de palmas, talvez a pateada tivesse uma significação trocista, pois os estudantes não podiam ignorar a repugnância do jovem monarca pelo casamento; e alguns pasquins apareceram então na cidade, com alusões a êsse facto e ao predomínio dos jesuítas na governação pública. Só assim se explica que a pateada se repetisse, sempre que D. Sebastião voltou a assistir às aulas, pateada que aumentava quando os escolares o viam de semblante risonho a agradecer o aplauso (º).

Como mostrasse gôsto de presencear um doutoramento, tomou êsse grau, em Teologia, o próprio reitor da Universidade, D. Jerónimo de Meneses, mais tarde bispo de Miranda e do Porto. As insignias doutorais

(º) Augusto Mendes Simões de Castro, no seu interessante opúsculo, *Notas acerca da vinda e estada de El-Rei Dom Sebastião em Coimbra no ano de 1570 e do modo como foi recebido pela Universidade*, referindo-se à primeira pateada, diz (pág. 26) que talvez os escolares assim procedessem, «para mostrarem seu ressentimento por lhes não ter sido permitida a entrada na sala grande, quando ali foi recitada a oração gratulatória que em nome da universidade dirigiu a el-rei o dr. Luís de Castro Pacheco». ¿E as pateadas seguintes?

foram-lhe impostas pelo Prior-mor de Santa Cruz, na qualidade de cancelário da Universidade. Nesta igreja visitou o rei os túmulos de D. Afonso Henriques e D. Sancho I; mas não os mandou abrir. Limitou-se a beijar a espada do fundador da monarquia; e recomendou ao Prior que a guardasse cuidadosamente, pois ainda se valeria dela contra os mouros de África. Na verdade, oito anos depois, mandou-a buscar; mas por esquecimento, ou por ter mudado de opinião, ao desembarcar em Arzila, deixou-a no navio. Por isso se não perdeu em Alcácer-Quibir.

Entre as festas que os jesuítas lhe ofereceram, figurou a representação, em duas noites consecutivas, duma tragicomédia, escrita por um professor do Colégio das Artes, P.^o Luís da Cruz. Intitulava-se *Sedecias*, o último rei de Judá. Esta representação deu também ensejo a zombarias e pasquins, aproximando a destruição de Jerusalém, por Nabuchodonosor, da destruição de Portugal, pelos irmãos Câmaras. Em 30 de Outubro de 1570, tendo-se demorado em Coimbra só dezasseis dias, partiu D. Sebastião para Almeirim ⁽⁶⁾.

*

* * *

O facto de não voltar o rei a Lisboa, só para aqui se não encontrar com a avó, causou profundo desgôsto à

(6) Fr. Manuel dos Santos (*ob. cit.*, Liv. II, cap. xi) escreve: «Em Coimbra esteve El Rey de 13 de Outubro até o fim de Janeiro de 1571». É manifesto êrro.

Para se avaliar da mordacidade dos pasquins, transcrevo do citado opúsculo de Simões de Castro (pág. 42):

*Um mancebo sem experencia
e hū velho sem saber
dois irmãos sem consciencia
deitam este Reino a perder.*

El Rei nosso Senhor por faser merce a Luis Gonsalves, e a Martim Gonsalves, e aos padres da Companhia, ha por bem de não casar estes quatro anos, e de estar com elles abarregado.

velha senhora, há tanto tempo acostumada a intervir na administração do reino. As Côrtes, ao votarem a entrega do governo a D. Sebastião, quando completasse catorze anos, também claramente exprimiram o desejo de que, até os vinte, a rainha e o cardeal lhe prestassem assistência e conselho. O neto, porém, não a consultava, nem a ouvia. Ferida no seu afecto e no seu orgulho, D. Catarina não era de molde a deixar-se vencer sem luta. Os seus partidários também a instigavam, como o bispo D. Julião de Alva, despedido do Conselho de Estado, e principalmente Pedro de Alcáçova Carneiro que, além de demitido, fôra mandado sair de Lisboa, pelo receio que Martim Gonçalves da Câmara tinha da sua acerada língua. Conhecendo, como ninguém, os negócios públicos, fácil lhe era descobrir, no odioso despotismo do escrivão da puridade, fortes motivos de queixa contra o rei e contra os ministros que, seguros d' apoio do confessor, o dominavam.

No ano anterior, enviára a rainha cartas circulares aos tribunais da corte e a vários membros da alta nobreza, participando-lhes que já não assistia ao despacho. O afastamento de D. Sebastião tornou-se, desde então, completo. Nunca mais a procurára, nem sequer, como até ali, em simples visitas de cortesia, às vezes tão apressadas, que não chegava a sentar-se. E os ministros aproveitavam todas as ocasiões de lhe fazer sentir que o período da sua influência passára. Recorreu D. Catarina à autoridade de Felipe II e da princesa D. Joana. A mãe e o tio escreveram ao jovem monarca, estranhando o injustificado desfavor que lhe merecia quem o educára com tanto amor e desvelo; mas D. Sebastião não modificou o seu procedimento (').

(') Nos principios de Setembro de 1569, o embaixador espanhol, D. Fernando Carrillo de Mendoza, procurou D. Sebastião em Leiria. *Por todos respectos* — conta êle a Felipe II — *me parecio decille que Su Alteza tenia maravillada la gente asi de este reino como en los demás que lo sabian de haber usado de cosa tan indigna de su persona, y de la obligacion tan grande que tiene á la Reina, ... no habella visto en cuatro meses á cerca, y mas en tal*

Mandou o rei católico a Lisboa um dos mais conceituados fidalgos da corte madrilena, D. Gomes Suárez de Figueroa, duque de Feria, com a difícil missão de congraçar a família real desavinda. Aparentemente, conseguiu o medianeiro estabelecer um acôrdo entre os três príncipes; mas tão ilusório, tão precário — pois D. Catarina e o neto continuavam separados — que logo voltou a discórdia a desuni-los. Resolveu então a rainha dar um golpe de efeito, anunciando a sua retirada para Castela, pois Felipe II, desde o início das desavenças, pusera à sua disposição as terras de Ocaña ou Talavera, com jurisdição e senhorio.

Esta deliberação de D. Catarina, divulgada pelos seus amigos, causou uma impressão vivíssima; e mais excitou a oposição contra os Câmaras. Liberto de todas as considerações, de todas as peias, ¿até onde iria, no futuro, a audácia de Martim Gonçalves? D. Sebastião, o cardeal e a camarilha não davam, porém, importância ao clamor que ia crescendo. Desta sobranceira tranqüilidade os tirou D. João de Borja, procurando o rei em Almeirim, no comêço de Janeiro de 1571, e entregando-lhe uma carta autógrafa do amo, com a exposição dos motivos por que pedira a sua tia e sogra que regressasse ao país natal; e carta idêntica entregou também ao cardeal-infante. Nestas cartas — cujo texto fôra combinado com a rainha — dizia Felipe II que a não levára para Espanha, após a sua viuvez, pelos grandes serviços que ela podia prestar a Portugal. Dera assim uma prova do seu amor a êste

tiempo [da peste]... Podria estar Su Alteza muy asigurado que enmendando esta falta, daquí adelante pareceria esto muy bien en su reino y en toda España, y mucho mejor á Dios. Respondióme estas mismas palabras: ¿quién hay en el mundo que tanto deba á nadie como yo á la Reina mi señora, ni que mayor obligacion tenga á servilla (Carta datada de Alenquer, a 13 de Setembro de 1569. *Documentos inéditos para la historia de España*, t. xxviii, pág. 537).

Apesar de tão solene protesto, D. Sebastião só visitou a avó, oito meses depois, Maio de 1570, muito de fugida; e, durante bastante tempo, não voltou a vê-la.

reino. Mas como a presença de D. Catarina já lhe não era necessária, desejava que a tia fôsse passar tranqüilamente a Castela os seus últimos anos. E o embaixador acrescentou que, procedendo dêste modo, dava o rei católico a maior prova de não querer conflitos com o sobrinho, como os haveria decerto, se a rainha continuasse em Portugal a ser tratada com as desatenções conhecidas. Em nome do amo, pedia, portanto, a D. Sebastião que autorizasse a partida da avó ^(*). Reuniu imediatamente o Conselho, sob a presidência do rei; e foi resolvido incumbir Francisco de Sá de Meneses, senhor de Matozinhos e muito da confiança do cardeal, de dissuadir D. Catarina, prometendo-lhe que as suas queixas seriam atendidas. Limitou-se a rainha a observar que pusera o negócio nas mãos do sobrinho, a quem estava profundamente grata. Com êle se devia entender o neto.

D. Sebastião reconheceu que era indispensável mudar de atitude, não por afeição à avó — como o reconhecia D. João de Borja — mas para que a sua reputação e o seu crédito não sofressem desdouro. E veio então de Almeirim, com o cardeal, escolhendo para sua residência o Paço de Santos-Velho, cuja proximidade do Tejo lhe facilitava os passeios no rio, tanto de seu gôsto, principalmente em dias tempestuosos. Foi longa a confidênciia que, a 24 de Janeiro, teve com a rainha. Queixou-se D. Catarina, vivamente, do confessor e do irmão, que o traziam afastado de Lisboa. Afirmou-lhe que a nobreza e o povo já o não olhavam com o mesmo carinho; e sendo uma das causas dêste desfavor o modo como a tratavam, procurava livrá-lo dessa dificuldade, recolhendo-se a Castela, não para se divertir, mas para se enterrar viva, com saudades dêle e do reino, onde passara anos felizes. Na entrevista com o cardeal, foi a rainha ainda mais dura; e nenhuma esperanças lhe deu de permanecer em Portugal.

(*) Carta de D. João de Borja a Felipe II. Xabregas — o que prova haver sido escrita na residência da rainha — 13 de Fevereiro de 1571. A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 388.

Produziram verdadeira inquietação, profundo descontentamento, estas notícias. A D. Catarina escreveram os arcebispos de Braga e de Lisboa, os bispos do Algarve e de Miranda, o duque de Aveiro, o conde de Portalegre, vários priores de Ordens religiosas, velhos fidalgos cheios de serviços, pedindo-lhe que não saísse de Portugal. A estas dezenas de cartas contestou a rainha, dizendo que era únicamente a sua profunda afeição ao neto que a forçava a partir, na esperança de que êsse acto de desespêro o despertasse e lhe fizesse ver os males que traziam o reino escandalizado e descontente (*).

O Senado de Lisboa resolveu também representar ao rei, em 5 de Fevereiro, acentuando os inconvenientes da retirada da avó para Espanha. Quisera a câmara convocar uma reunião magna das pessoas mais gradas da cidade — como se fizera sempre, até em assuntos de menos importância — mas o governo não o consentiu, com viva ofensa e murmuração do povo. Quatro coisas, portanto, lhe pedia: a permanência da rainha; que metesse mais gente no Conselho de Estado para que os votos fôssem mais livres; que se não desse tanto a caçadas, com manifesto perigo da sua vida; e que, para asse-

(*) Da resposta de D. Catarina à carta do sábio bispo do Algarve, D. Jerónimo Osório, ambas publicadas por Barbosa Machado (*ob. cit.*, P. III, liv. II, cap. 1), transcrevo o seguinte trecho:

Desejo de ser com a minha hida hum despertador de se conhecerem, e emendarem tantos males, que trazem esta Republica escandalizada, e descontente; e que são êlles tão graves, e que os sinto eu tanto, que me fazem violentar minha natureza, e apartar-me do que meu coração ama sobre todas as cousas desta vida, e aventurarme a perdella, ou ao menos a perder o gosto, que della podia ter; porque nem vós me aconselhareis, que veja não querer bem, geralmente, a quem eu tanto quero, e irse perdendo diante de meus olhos, o que eu tanto estimo, sem haver cousa, que me dê esperança disso ter algum remedio; pois os de que se podia esperar, que o procurassem, são autores hoje, e defensores desta perdição.

A carta do bispo é de 7 de Fevereiro de 1571, e de 22 a resposta da rainha.

gurar herdeiros, casasse com a princesa Margarida de Valois, como a avó, a mãe, os reis de Castela e de França, e até o Sumo Pontífice desejavam (¹⁰). O proceder da câmara de Lisboa foi adoptado por outras câmaras.

Amiündou D. Sebastião as suas visitas a Xabregas, jantando até às vezes com a rainha. O receio — escrevia D. João de Borja ao amo — de que se publique que el haber dejado de servir á la Reina es causa de que S. A. se vaya y que pierden mucha reputacion con esto, puede tanto con el Rey esta ambicion de honra, que le fuerza á hacer cosas contra su gusto, como estar con la Reina y comer con ella y consentir que le sirvan las damas (¹¹). Tanto êle, como o cardeal D. Henrique, escreveram a Felipe II e à princesa D. Joana, rogando-lhes que interviessessem; mas D. Catarina persistia em mostrar-se firme.

Esta intransigência provocou até uma carta anónima à rainha, adrede espalhada em Lisboa, increpando-a de querer deixar o reino, para onde viera há quarenta e seis anos, fazendo sempre nelle tudo o que quiz. A carta, forjada decreto por Martim Gonçalves da Câmara ou algum partidário do cardeal, é uma violenta diatribe contra D. Catarina, acusando-a de governar, durante a sua regência, mais como Rey absoluto, que como Governador. Aponta-lhe diversos favores ilegais: por exemplo, a Pedro de Alcaçova, por dar a entender a V. A. que a fizera Governadora destes Reynos, muitas infinitas honras, e mercês. Refere-se também a carta à decisiva influência que a rainha exercia sobre o marido, que se vos entregou de todo,... de que principalmente se seguiu hum dos maiores perigos, que se neste Reyno teve, que só pelo conselho de V. A. casou sua filha com o Príncipe de Castella, não tendo mais que hum só filho... muito doente. Pedindo-lhe que não dê autoridade a pessoas,

(¹⁰) Barbosa Machado (*ob. cit.*, P. III, liv. II, cap. 1) publica a representação, mas sem data.

(¹¹) Danvila y Burguero, *ob. cit.*, pág. 166.

de que se deve guardar, e benzer, como dos diabos, e não aventure a sua virtude por quem a não tem, nem a sua consciencia, e animo livre, pelos que tem os seus cativos de odios, e vicios, a carta exorta, por fim, D. Catarina a ficar no seu canto, e não seguir sua paixão indo-se desta terra (¹²).

A carta anónima à rainha devia naturalmente provocar outra, endereçada ao P.^o Luís Gonçalves da Câmara, também propositadamente escrita para larga difusão na cidade. Acusa-o de ter levado o cardeal a aconselhar o monarca a dar o ofício de escrivão da puridade a seu irmão; e de tirar daper del Rey todas as pessoas de que elle mostrava gosto (até Pero Nunez, cosmografomor). Acentua que o sñor Martim Gonsalves governa tão isento e absoluto, quanto nunca se vio nesta terra, nem fora della; e que a lingoagem da gente mais grave he terem hum Rey cativo de douis irmãos, que pouco a pouco o vão fazendo outro Rey de Ormuz... Como se pode — pregunta o autor da carta — amar hum Rey montesinho e que não vê nem conversa a gente de quem mais se ha de servir? Esse afastamento — a mayor parte dizem que naçe de V. R. e do sñor vosso irmão arreçearem que se el Rey conversar muito a gente nobre, se afeiçoe a outrem mais que a elles. Procurando explicar — continua a carta — o aborrecimento que el Rey N. S.^o mostra a Lisboa,... os mais dos homens tem para si, pelo que ouvem do sñor

(¹²) Biblioteca Nacional, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. n.º 887, fols. 119 a 123. As pessoas, a quem a rainha não devia dar ouvidos, eram Pedro de Alcáçova Carneiro, o bispo D. Julião de Alva e D. Francisco de Faro. Barbosa Machado (*ob. cit.*, P. III, liv. II, cap. 1) publica esta carta, com pequenas incorrecções.

No mesmo códice se encontra (fols. 102 v.-104 v.) uma *Carta que se lançou na Camara de Lisboa, no ano de 1571, sobre a ida da Rainha D. Catarina para Castella*. Promovida por algumas pessoas, que nos ajuntamos para tratar desta matéria, a carta — calorosa apologia da rainha — avulta os inconvenientes da sua partida, que era preciso atalhar. Tudo isso mostra como andava acesa a luta entre os sequazes de D. Catarina e os partidários do cardeal e dos Câmaras!

Martim Gonsalves, que he favorecido delle e de V. R., porque entendem quanto mais se podem aproveitar, trazendo o pello canto, onde V. R. das portas a dentro com elle pousa. Por fim, tratando da relutância de D. Sebastião ao casamento, apesar das instâncias de Luís de Tôrres, emissário do papa Pio V — versaremos este assunto no capítulo imediato — a carta afirma estar a mais da gente persuadida que só elle e o sñor vosso irmão forão os que tiverão el Rey firme, por arreçearem de terem mudança na vallia com el Rey mudar estado (¹³).

As atenções do neto, após tantos meses de indiferença, criaram, porém, na rainha a esperança de que o jovem monarca se resolvesse a aceitar os seus conselhos, casando com a princesa de França e libertando-se do P.º Luís Gonçalves da Câmara e do escrivão da puridade. Não tinha D. Catarina o mínimo empenho pessoal naquele casamento; mas considerava o matrimónio de D. Sebastião como o remate da privança dos Câmaras.

Continuaram as visitas do neto, quase todas as semanas; as suas promessas não passavam, no entanto, de palavras. Quis a rainha sair desta situação equívoca; e no primeiro colóquio que tiveram, depois das festas da Páscoa, disse-lhe, sem embages, que a sujeição, em que vivia, era indecorosa para um soberano. Devia escolher outro confessor e dar uma prelazia ao irmão; nomear para o Conselho alguns ponderados e respeitáveis servidores da coroa, como os condes de Portalegre e de Tentugal; e não trazer sempre o cardeal em sua companhia, porque ou se deixava governar por êle, e voltariam ao poder os Câmaras, ou não faria caso dos seus avisos, o que seria

(¹³) *Carta de hum autor incerto ao Padre Luis Gonsalves da Camara, mestre del Rey.* Biblioteca Nacional, cód. n.º 887, fols. 126-130 v.

Esta carta, aliás com muitas variantes, costuma ser incluída nas *Cartas Portuguesas* do bispo D. Jerónimo Osório, a quem, sem fundamento sério, foi em 1819 atribuída (edição de Paris). Não o julgamos assim. Deve ser de algum partidário da rainha, talvez de Pedro de Alcáçova Carneiro, a cujo afastamento do poder e substituição por Martim Gonçalves ela se refere.

uma afronta à idade e posição do tio. Pediu-lhe D. Sebastião quinze dias de espera, pois ia caçar para Salvaterra; à volta, daria a resposta (14). Teve D. Henrique conhecimento do que dissera a cunhada; e da censurável indiscrição do rei nasceram tais enredos, que D. Catarina lhe pediu licença para sair de Portugal (15). Mas o neto recolheu a Lisboa muito pior da sua antiga doença. Era preciso instaurar um tratamento rigoroso e severo; e a rainha escreveu-lhe então a carta a que nos referimos no capítulo antecedente, assim como à violenta cena a que ela, indirectamente, deu origem.

Um mês antes destes acontecimentos, mandara Pio V dois breves, um a D. Catarina e outro ao rei, datados de 1 de Maio de 1571. O primeiro exortava a rainha a renunciar ao seu intento, pelos prejuízos que adviriam ao reino; no segundo, lembrava o pontífice ao moço D. Sebastião as fatais consequências da retirada da avó, e pedia-lhe que ultimasse as negociações para o seu enlace com Margarida de Valois (16).

Como a rainha continuasse a insistir na urgência do matrimónio, lembrou-se algum dos ministros desta singular proposta: o rei só poderia casar, se D. Catarina lhe entregasse as terras que possuia, pois não tinha rendas suficientes para côngrua sustentação da esposa; e a avó recolher-se-ia ao mosteiro da Madre de Deus. Percebeu a rainha a habilidade, em que devia ter entrado mão de jesuíta, pois na mesma ocasião o seu confessor, P.^o Mi-

(14) Carta da rainha D. Catarina a Felipe II. Xabregas, 25 de Abril de 1571. A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 389.

(15) Carta da rainha D. Catarina a Felipe II, Xabregas, 22 de Maio de 1571. A. G. de Simancas, Sec. de Estado, idem.

(16) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. III, liv. II, cap. II. Diz este historiador que, depois de receber o breve do papa, é que D. Sebastião veio de Almeirim a Lisboa, com o cardeal, para visitar a avó. Desde Janeiro que o rei se encontrava na capital, aliás muito a seu desprazer — como escrevia D. João de Borja ao rei católico — por deixar de *ir dos veces cada dia al campo, como suele cuando está fuera de aquí, y estar en parte donde la gente le vea y comunique* (Danvila y Burguero, *ob. cit.*, pág. 166).

guel de Tôrres, que também pertencia à Companhia de Jesus, lhe escreveu de Coimbra — onde fôra com licença de D. Catarina — ponderando-lhe que os inconvenientes de se retirar para Castela eram grandes; mas não eram menores os de ficar, depois de se haver mostrado tão resoluta em partir. O remédio era dar costas ao mundo, como fizera seu irmão, o imperador Carlos V. Ao confessor é que a rainha voltou as costas, avisando-o de que podia continuar em Coimbra, pois já escolhera outro director espiritual, o dominicano Fr. Francisco de Bobadilla (¹⁷).

Sabia-se na corte portuguesa que Pio V, empenhado em formar uma poderosa Liga contra os turcos, resolvera enviar aos monarcas católicos dois Legados, incumbidos dessa importante missão. Para a Alemanha e Polónia iria o cardeal Commendone. Para a Europa ocidental estava designado o cardeal Alexandrino, Miguel Bonelli, sobrinho do próprio pontífice; e como a entrada de Portugal e da França, na Liga, se tornaria mais segura, casando D. Sebastião com a irmã de Carlos IX, seria Bonelli também encarregado de vencer a resistência do rei a êsse matrimónio. Conhecedor destes factos, teve D. Catarina a engenhosa ideia de aproveitar a vinda do Legado pontifício, para conseguir a expulsão dos Câmaras. Os confessores do neto e do cunhado eram jesuítas, como o seu ex-confessor. Tornava-se, portanto, indispensável que o cardeal Alexandrino fôsse acompanhado por quem tivesse autoridade para se impor e dominar os seus manejos. O Geral da Companhia, P.^o Francisco de Borja, já estivera em Portugal três vezes. Todos os esforços da rainha, quer por intermédio do embaixador de Espanha — que era filho do Geral — quer junto de Felipe II, ten-

(¹⁷) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. III, liv. II, cap. II. Com esta resolução — comenta êsse escritor — quis «a Rainha evitar as murmurações de todo o Reyno, de que sendo seu Confessor o Padre Torres, de seu neto o Padre Luiz Gonçalves da Camera, e do Cardeal D. Henrique o Padre Leão Henriques, todos três Jesuítas, vivessem os Confessores tão unidos, e os Confessados tão discordes».

deram então a obter a vinda do P.^o Borja. E o rei católico alcançou-o, porque o antigo duque de Gandia não olvidava nunca o que devia ao serviço dos monarcas espanhóis. D. Catarina pediu ainda ao sobrinho que autorizasse a ida de D. João de Borja a Madrid, para expor da sua parte, ao pai e ao Legado, a miserável situação a que estava reduzido o reino, pela absoluta submissão do jovem soberano ao P.^o Luís Gonçalves da Câmara e ao irmão, detentor de poderes discricionários.

Saído de Roma em 30 de Junho de 1571, a 30 de Setembro chegou o cardeal Alexandrino à capital da Espanha. Tem a data de 4 de Outubro uma longa exposição, que a rainha confiou ao embaixador espanhol, pedindo a Felipe II que aproveitasse o momento para constranger o confessor ao abandono desse cargo. Podia o Geral chamá-lo a Madrid, *con titulo que el, y el Legado se quieren informar de los negocios del Rey, y del Reyno.* Depois, estando o P.^o Luís Gonçalves em Castela, obrigá-lo-iam a aconselhar o irmão a sair do Ministério. *Toda la dificultad está en la repugnancia del Rey, y en el desgusto que recibirá, y en lo que se puede temer, que de su desgusto puede resultar. Mas quien es padre no repara en la repugnancia del hijo moço, y que mal entiende en las cosas, que sabe, y tanto quanto mas repugna, y no se dexa llevar de la razon, tanto conviene proceder com mas violencia* (¹⁸). Felipe II não aceitou, porém, a sugestão da tia.

Também o secretário particular de D. Catarina, Mestre Francisco Cano, entregou a D. João de Borja um minucioso relato do que devia expor ao pai, recomendando-lhe sobretudo que se não fiasse nas palavras do cardeal-infante, e se não esquecesse, finalmente, que de Portugal fôra expulso, por Inácio de Loyola, o P.^o Simão Rodrigues, não obstante os valiosos serviços que prestara à Companhia (¹⁹).

Chegou o Legado a Lisboa, em 3 de Dezembro

(¹⁸) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. III, liv. II cap. III.

(¹⁹) Barbosa Machado, *ob. cit.*, *ibidem*.

de 1571. Na primeira audiência que, a 5, lhe concedeu D. Sebastião, apresentou-lhe, com um breve de Pio V, os dois pedidos: a entrada de Portugal na Liga; e o seu casamento com a princesa de França. Nessa mesma tarde, visitou o cardeal Alexandrino a rainha; e na entrevista, que durou hora e meia, serviu-lhes de interprete o P.^o Francisco de Borja. Ao terminar, entregou D. Catarina ao Legado um memorial — cuja cópia existe no Arquivo Geral de Simancas (²⁰) — expondo os seus agravos e as razões que a impeliam a ausentar-se do reino.

A resposta do rei foi, pelo menos na aparência, inteiramente favorável às propostas do papa: não só concordaria com uma grande armada — a vitória de Lepanto, dois meses antes, devia estimulá-lo, por lá se não encontrar nenhum navio português — como estava disposto a casar, até sem dote, se Carlos IX também entrasse na Liga. Esta condição não era facilmente exequível, pelas questões religiosas que então dividiam a França. Além disso, desde Francisco I que os monarcas cristianíssimos tinham entendimentos com os sultões da Turquia. D. Sebastião ainda exigia que o negócio do casamento corresse por mãos do pontífice e não de Felipe II.

Continuava a rainha persistindo na intenção de partir: queria talvez forçar o golpe que preparára. Mas o próprio cardeal Alexandrino a aconselhou a manter-se no reino, até o casamento do neto; e do mesmo parecer foi o Geral da Companhia. Prometeram-lhe, porém, que mal chegassem a Roma e dessem conta a Pio V dos resultados da viagem, o P.^o Francisco de Borja mandaria chamar àquela cidade o confessor, sob qualquer pretexto, que não magoasse D. Sebastião; e depois proíbir-lhe-ia o regresso a Portugal. Como o principal sustentáculo de Martim Gonçalves da Câmara era o irmão, fácil seria então alijá-lo (²¹).

(²⁰) Sec. de Estado, Maço n.^o 389.

(²¹) Duma carta de D. Catarina a Felipe II, datada de 24 de Dezembro de 1571 — o Legado partira de Lisboa na véspera —

O pontífice faleceu, porém, antes da volta do Geral a Roma; e êste também poucos dias sobreviveu à sua chegada. Assim caíram por terra todas as esperanças de D. Catarina. Mas não saiu de Portugal: o momento oportuno passará. Além disso, o neto tratava-a com mais atenções, visitando-a sempre que vinha a Lisboa; e até os Câmaras concordaram, se é que não inspiraram, pequenas provas de consideração que então lhe deu o rei, como a de anular o destérro imposto a Pedro de Alcáçova Car-

transcrevo o seguinte trecho, já publicado no meu livro *D. Francisca de Aragão* (págs. 66-67).

«Dieronme [o Cardeal Alexandrino e o P.^o Francisco de Borja] muestras de desear poner algún remedio, dandome juntamente á entender que lo dejaban para mejor tiempo ó para tomar el mas conveniente modo que pudiera ser; mas toda la tierra quedó triste y espantada de no ver el remedio que con esta venida se esperaba; yo me quedé en el mismo estado, plegue á Dios que no sea en peor, ni tengo ahora intento de desistir de mi propósito ni de ponerlo luego en obra, por que aunque sea vida trabajosa la que así se pasa, todavia teniendo atencion al beneficio comun del Rey y del Reino y viendo que si ahora apremiase mi ida, podian tomar aqui alguma nueva ocasion para tornar atrás el negocio del casamiento, ó que, á lo menos, podria ser causa de mas dilacion de la que ya habia sin eso, estoy temiendo, cuando veo que quiere [D. Sebastião] tratarlo por via del Papa y que no lo continua por lo de V. A...., y tambien con la misma atencion estaré aqui aguardando el remedio de las otras cosas, pues conocida la necesidad que hay de el». (A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.^o 389).

Na mesma data, escrevia também D. João de Borja ao amo:

«El (remedio) que de aqui llevan pensado, dirá mi padre a V. M.; y aunque ha sido harto corrimiento para todos ver que no se haya luego remediado lo que tanta necesidad tiene de remedio y en lo que tantas prendas se han puesto, todavia cuando le vieren y entendieren el modo con que se ha procedido, veran que ha sido prudencia el proceder con blandura con quien no es capaz de outros medios; pero aunque esto sea así, no conviene dejarlo resfriar tanto, que del todo se desconfie del remedio, por lo cual entiendo que conviene que V. M. mande y encargue mucho á mi padre que con la mayor brevedad, que el negocio sufre, ponga por obra lo que lleva determinado, porque entiendo que ha de ser una de las cosas que mas ha de quietar á la Reyna y mas ha de aprovechar al remedio de este Reyno». (A. G. de Simancas, idem, id.).

neiro. Felipe II também desejava que ela ficasse entre nós: não podia ter aqui mais dedicado agente (22).

* * *

Logo que o cardeal Alexandrino saiu de Lisboa, voltou D. Sebastião para Almeirim, donde expediu ordens urgentes, mandando aprestar a armada, que devia entrar na Liga. Como o erário régio não comportava tamanha despesa, enviou cartas circulares aos bispos e cabidos, pedindo emprestadas importantes quantias, a pagar em quatro anos; e o mesmo fez com os fidalgos e mercadores ricos. Também vendeu certas rendas da corôa; e tomou, igualmente a título de empréstimo, o dinheiro existente em diversos cofres, como o dos Órfãos de Santo Eloi, de Lisboa. Os navios não podiam, porém, construir-se com a rapidez que ele desejava; então ordenou que fôssem embargadas, em todos os portos, as embarcações capazes de entrar em combate. Para reunir a tripulação e os soldados, que deviam guarnecer os navios, lançou mão de vários processos: primeiro, convocou os antigos militares, residentes na capital; depois, deitou

(22) Pio V faleceu em 1 de Maio de 1572, e o P.^o Francisco de Borja na noite de 30 de Setembro para 1 de Outubro seguinte, dois dias após o seu regresso a Roma. Mas, já meses antes, o soberano espanhol fizera sentir a D. Catarina a conveniência de permanecer em Portugal (Carta de Felipe II a D. João de Borja, Escorial, 2 de Junho de 1572. A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.^o 388).

A rainha conformou-se; na aparência, apenas. Em 9 de Dezembro do mesmo ano, o embaixador espanhol conta ao rei católico — A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.^o 390 — que D. Catarina, quando soube da morte do P.^o Francisco de Borja, urdiu um engenhoso plano para afastar do neto o P.^o Luís Gonçalves da Camara. Se este fosse eleito Geral da Companhia, teria de residir em Roma; e o irmão seria depois levado a trocar por um bom bispado o cargo de escrivão da puridade. D. João de Borja e Mestre Francisco Cano mostraram-lhe, porém, as dificuldades do projecto; e não podiam então supor, sequer, que o quarto Geral viria a ser escolhido entre os Padres estranhos á Península.

pregões, perdoando aos homisiados que se inscrevessem na armada; e convidou ainda os senhores de terras a contratar homens aptos para os serviços do mar, pagando-lhes, à sua custa, três meses de sólido (23).

Para que os aprestos corressem céleres, em fins de Abril de 1572 recolhera o rei a Lisboa. Nos meados de Agosto estava pronta a armada; mas, já antes, em toda a cidade constava que o seu destino não seria combater os turcos. Dizia-se que D. Sebastião recebera avisos de que em portos francês se estava aparelhando uma esquadra, que tinha por objectivo Cascais. Na realidade, em 14 de Julho, escrevera Felipe II a D. João de Borja, incumbindo-o de dizer ao sobrinho que a armada espanhola não podia cooperar na Liga, por causa da revolta da Flandres; e que em França se preparava uma esquadra, cujo destino ignorava (24). O mesmo lhe comunicara João Gomes da Silva, seu embaixador junto de Carlos IX: receava êle que o alvo dessa frota fossem as nossas possessões africanas, especialmente a Mina. Em 8 de Julho, participou contar-lhe «que a armada tinha ordens para fazer todo o dano possível a Hespanha», e como a maior parte dos navios era de particulares e entre êles «havia alguns corsários estrangeiros, palpitava-lhe... que se dirigisse a Lisboa, afim de se recompensarem das despezas feitas com o seu preparo e das offensas que a França tinha de Portugal». Portanto, aconselhava: *a nossa armada não deve sayr mais longe que Cascaes, por-*

(23) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. III, liv. II, cap. XIII; Fr. Manuel dos Santos, *ob. cit.*, Liv. II, cap. xv.

Enquanto se estava organizando e o seu fim era colaborar na Liga promovida por Pio V, nomeou D. Sebastião general da armada o Senhor D. Duarte, com dois conselheiros para os assuntos de guerra, Lourenço Pires de Tavora e D. Alvaro de Castro. Se a armada, composta afinal dum numero de navios muito superior aos que o rei prometera ao Legado pontifício, chegasse a partir de Lisboa, o seu comando seria assumido pelo proprio monarca.

(24) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, t. II, pág. 115; e t. III, pág. 453.

que tendo recado por toda a costa que dê aviso quando nella fôr vista estoutra, poderá acudir onde fôr necessario com mais brevidade e inteireza (25).

Nesta época de sobressalto, a 20 de Julho de 1572, quase ao anoitecer, aportou a Lisboa — depois de andar pairando dezassete dias fora da barra, porque a fúria do vento norte lhe não permitia a entrada — a nau em que regressava da Índia o celebrado vice-rei, D. Luís de Ataíde. Soara tão alto a fama das vitórias alcançadas pelas armas portuguesas, causara tamanho assombro a resistência de Goa ao assédio que, durante oito meses, lhe pusera o Hidalcão, à frente dum poderoso exército, que D. Sebastião resolveu festejar solenemente a sua chegada. A 25, dia consagrado pela Igreja ao apóstolo S. Tiago, em acção de graças, saiu da Sé para S. Domingos uma procissão geral; no couce seguia o rei, que dava ao herói a sua direita — *inexplicável honra*, diz Barbosa Machado, com exagero cortesão. Houve missa de pontifical, pregando o P.^o Inácio Martins, que, depois de concluído o sermão, leu um sumário das façanhas praticadas no triénio do seu governo. De tarde, em Alcântara, jogaram as canas duas quadrilhas de fidalgos, uma capitaneada por D. Sebastião, a outra pelo Senhor D. Duarte. Da primeira fazia parte D. Luís de Ataíde. Repetiu-se o torneio em 3 de Agosto, com mais aparato ainda, pois a Ele assistiu, a convite do rei, a infanta D. Maria (26).

Os boatos, a que acima nos referimos, traziam ansiosa a população de Lisboa. Calcule-se, portanto, o assombro, o susto, que produziria a notícia da prisão de D. António-

(25) Edgar Prestage, *A embaixada de João Gomes da Silva ao Rei Carlos IX da França e a matança de S. Bartholomeu* (*Revista de Historia*, n.^o 20, ano V, pág. 314). As cartas pertencem a um valioso códice da rica Biblioteca de Fernando Palha (n.^o 4.554 do respectivo Catalogue), hoje na posse duma Universidade dos Estados Unidos.

(26) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. III, liv. II, cap. xv; Fr. Manuel dos Santos, *ob. cit.*, Liv. II, cap. xvi. Este cronista traz o sumário das vitórias, lido pelo pregador. Para o mesmo fim, enviou D. Sebastião cópias a todos os bispos do reino.

de Castro, senhor de Cascais, com tôda a família e criadagem, prisão ordenada pelo próprio monarca que, na noite de 5 de Agôsto, mandara chamar ao Paço o corregedor do crime e, sob rigoroso sigilo, o enviara numa galé, já pronta a levantar ferro. D. António de Castro foi encerrado nos subterrâneos do castelo, com sentinelas à vista, de dia e de noite, para que ninguém lhe pudesse falar. A mulher e mais pessoas presas ficaram no Limoeiro. Provocara esta violência a simples denúncia dum criado de D. António de Castro, afirmando que o amo tinha secretas inteligências com os herejes de França, com quem trocava correspondência, e os queria introduzir em Portugal, pelo pôrto de Cascais. Examinados rigorosamente todos os livros e papéis existentes em sua casa, ouvidas muitas testemunhas, esgotadas as diligências para apurar a verdade, provou-se que a denúncia era falsa; e, levado à tortura, o caluniador confessou que fôra a lei contra a introdução de livros heréticos, impressos ou manuscritos, promulgada em meados de Junho do ano anterior, que o induzira àquela aleivozia. Realmente, a lei admitia qualquer pessoa «a acusar, querelar, ou denunciar em segredo»; e os denunciadores, ou acusadores haveriam, por prémio, a terça parte dos bens em que o culpado fôsse condenado. A pena podia ir, segundo os casos, desde a perda da quarta parte dos bens, ou de metade com degrêdo para o Brasil ou para África, até à morte natural, com perdimento de todos os bens para o Fisco e Coroa Real (27).

Por êste tempo, teve D. Sebastião a singular e estranha idéia, em que transparece uma ponta de loucura, de dar em Lisboa, alta noite, o rebate falso de haver entrado a barra uma armada inimiga, a fim de avaliar da prontidão

(27) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. III, liv. II, cap. xiii. Fr. Manuel dos Santos (*ob. cit.*, Liv. II, cap. xviii) publica, na íntegra, a lei contra os livros heréticos, com data de 14 de Junho de 1571. J. Anastásio de Figueiredo (*Synopsis Chronologica*, t. II, pág. 162) diz que a data deve ser 18 e não 14 de Junho, pois assim a datou o primeiro impressor, João de Barreira.

das companhias de Ordenança, encarregadas da defesa da cidade. Chegou a levar ao Conselho, com obrigação de reserva absoluta, estas três hipóteses: se o rebate daria a esquadra inimiga combatendo ainda as torres; ou já se ter apoderado delas; ou haver até começado o desembarque das suas forças. A maioria dos conselheiros, com servil adulação, estava disposta a aprovar o projecto. Opôs-se, porém o velho comendador de Aljezur, D. João de Castelo Branco, mostrando em palavras magoadas e severas, com o privilégio que lhe outorgavam a idade e a experiência, que a idéia era perigosíssima, pelo terrível abalo, a comoção profunda que traria a toda a população de Lisboa. Não saíram para a rua apenas os milicianos — como o rei poderia supor — mas todos os habitantes, homens e mulheres, velhos e crianças, gritando aflitivamente, correndo em desordem, na confusão e tumulto da noite, no alucinado terror duma cidade em risco de ser tomada pelos inimigos. E os ultrajes, as violências, a que ficariam expostas tantas donas e donzelas, desamparadas de seus maridos ou de seus pais e irmãos? E quantas moradias poderiam ser saqueadas pelos malffeitos, que aparecem sempre nestas dolorosas convulsões, porventura acrescidos das tripulações dos navios mercantes estrangeiros, como sucedera na carnificina de 1506? Muito contrariado, desistiu D. Sebastião do seu propósito (28).

Em 6 de Setembro de 1572 chegaram a Lisboa cartas do embaixador em Paris, dando conta da odiosa matança dos calvinistas, no dia de S. Bartolomeu. O desejo de se bater pessoalmente, de pôr à prova a sua intrepidez, a sua bravura, manifestam-se então, claramente, no jovem monarca. Se a armada não ia combater os turcos, pois com a morte de Pio V estava a Liga virtualmente desfeita — como em breve se desfez, na realidade, pelas pazes que Veneza celebrou com a Turquia; se já não tinha papel

(28) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. III, liv. II, cap. XIII.

a desempenhar na submissão dos protestantes franceses, como parece ter sido intento seu: podia a armada servir-lhe para uma expedição ao Oriente. Já no ano anterior, D. Sebastião quisera ir à Índia, aguilhoado pelas brilhantes vitórias obtidas por D. Luís de Ataíde. O cardeal-infante demonstrara-lhe, porém, a impossibilidade de o fazer, pelo avultado dispêndio que a organização duma poderosa esquadra acarretaria. Ora, em grande parte, este óbice desaparecera; e a sua resolução tornou-se firme.

Mas não teve efeito. Na noite de 13 de Setembro, uma violenta tempestade açoitou Lisboa e todos os portos do sul. Durante o dia seguinte, o ímpeto do vento aumentou ainda. Quebradas as amarras, atirados uns contra os outros, nem um só dos trinta navios da armada pôde escapar à fúria da tormenta; e a margem direita do Tejo cobriu-se de destroços, desde Belem até o Chafariz de El-Rei. Muitas outras embarcações, carregadas de géneros coloniais, se perderam também completamente (29).

(29) Fr. Manuel dos Santos, *ob. cit.*, Liv. II, cap. xv.

CAPÍTULO V.

OS MALOGRADOS CASAMENTOS DO REI

As primeiras negociações. — O casamento com Margarida de Valois. — Oposição de Felipe II e dos pontífices Pio IV e Pio V. — O casamento com Isabel de Áustria. — Mudança de cenário. — Renovam-se as negociações para o matrimonio com a princesa de França. — Intervenção directa de Pio V. — Inutilidade duma resolução tardia. — O casamento com Maximiliana da Baviera. — A última noiva: a infanta de Espanha, Isabel Clara Eugénia. — Objecções e subterfúgios do pai. — Manifestações misóginas do rei.

O MATRIMÓNIO de D. Sebastião «foy sempre o mayor cuidado de todos os seus vassalos» — diz o P.^o José Pereira Baião, no *Portugal cuidadoso e lastimado*. A falta de herdeiros directos trazia, realmente, os portugueses numa preocupação constante, sobretudo pelos perigos a que freqüentemente se expunha o jovem monarca, por gôsto e por vaidade, para mostrar a sua intrepidez. E tão complexas foram as negociações a que os malogrados consórcios deram origem, que o mesmo historiador, ao iniciar o breve e, por sinal, bem infeliz capítulo que lhes dedica, escreve estas curiosas e significativas palavras: «o casamento del Rey, assim como foy hum intrincado laberintho, assim foy a cousa que mais trabalho me deo a encadear e infiar na Chronica».

Os numerosos documentos já publicados na Bélgica (*Collection de Chroniques Belges inédites*); em França (*Collection de Documents inédits pour l'histoire de France e Lettres à M. de Fourquevaux, ambassadeur en Espanha, 1565-1572*); na Espanha (*Colección de Documentos*

inéditos para la historia de España); e em Portugal (*Historia dos varões illustres do appellido Tavora, Historia Sebastica de Fr. Manuel dos Santos, Memorias del Rey D. Sebastião de Barbosa Machado, Quadro elementar das Relações políticas e diplomaticas de Portugal, Corpo Diplomatico Portuguez, etc.*), muitos dêles postos em relêvo pelo Conde de São Mamede (*Don Sébastien et Philippe II*), na parte relativa ao casamento com Margarida de Valois; e ainda a correspondência diplomática arquivada nas bibliotecas portuguesas e, sobretudo, em Simancas, respeitante ao enlace com a infanta Isabel Clara Eugénia, estudada primeiro pelo sr. Danvila y Burguero (*Don Cristobal de Moura*) e, posteriormente, por mim, em demoradas investigações naquele Arquivo: todos estes elementos dão-nos hoje o fio de Ariadne, para entrar e sair do labirinto. Quando os documentos, até agora inéditos, forem também publicados, decerto aparecerão por menores desconhecidos, minúcias talvez interessantes; mas as linhas gerais, o papel que desempenharam os principais actores desse drama em vários actos, podem considerar-se assentes. É o que vamos resumir neste capítulo, o mais claramente possível, pois a muitas fantasias se tem prestado o assunto.



Nos últimos meses de 1559, o embaixador de Portugal em Paris, João Pereira Dantas, procurou o cardeal de Lorena, Carlos de Guise, ministro de Francisco II, para lhe falar, em nome do cardeal-infante, no consórcio de D. Sebastião com a princesa Margarida de Valois, ano e meio mais velha do que êle, pois nascera em 14 de Maio de 1552. Catarina de Médicis andava, nessa época, entusiasmada com a idéia de casar a filha com o príncipe D. Carlos, herdeiro da corôa de Espanha, ficando assim o pai e o filho unidos a duas irmãs. A insistência de João Pereira Dantas respondeu o cardeal de Lorena que a rainha viúva tinha ainda tão presente a trágica

morte do marido, que só depois de terminado o ano de rigoroso luto — Henrique II falecera em 10 de Julho de 1559 — poderia tratar desses negócios. Era uma resposta dilatória, apenas com o fim de ganhar tempo, para assegurar o casamento da princesa Margarida com o rei de Portugal, caso não fosse possível levá-lo a efeito com o príncipe D. Carlos (¹).

Portanto, mais de três anos antes do voto das Cortes, aconselhando o matrimónio de D. Sebastião em França, já o cardeal D. Henrique mandara sondar o governo francês sobre esse enlace. Em 1559, estava a regência entregue a D. Catarina, tendo o cunhado como adjunto. Não se pode sequer admitir que as instruções dadas pelo cardeal-infante ao embaixador fossem ignoradas da regente. Tratava-se dum simples consulta; se viesse resposta favorável, encetar-se-iam as negociações oficiais e nelas interviria, então, D. Catarina. Nem deve causar-nos admiração que a rainha concordasse em casar o neto com Margarida de Valois: Felipe II não tinha filhas; e se os reis da Bohemia tinham duas — as arquiduques Ana e Isabel — tão vinculadas a ela pelo sangue, pois os pais, Maximiliano e D. Maria, eram seus sobrinhos, o herdeiro do império era geralmente tido como afeiçoado às doutrinas reformistas.

Nos primeiros dias de Dezembro de 1560, morreu Francisco II, sucedendo-lhe o irmão, Carlos IX, sob a regência da mãe; e Catarina de Médicis continuou a empregar todos os esforços para casar a filha em Espanha. Felipe II respondia com evasivas, pois nada resolvia ainda sobre o casamento do príncipe. Por outro lado, o imperador Fernando I também pretendia que D. Carlos se unisse à mais velha das suas netas, a arquiduquesa Ana de Áustria. O rei católico queria, porém, ter as mãos

(¹) Carta do cardeal de Lorena ao embaixador francês em Madrid, De Limoges. (Conde de São Mamede, *Don Sébastien et Philippe II. Exposé des négociations entamées en vue du mariage du roi de Portugal avec Marguerite de Valois*, pág. 16).

livres; e as repetidas quartas do filho serviam-lhe de pretexto para ir adiando as negociações. Os seus intutos, nesse tempo, eram consorciá-lo com a rainha da Escócia, Maria Stuart, viúva de Francisco II de França, que perfizera dezoito anos; e só abandonou êsse plano, em Agosto de 1564, ao reconhecer a impossibilidade de o efectuar (²).

Quando soube das diligências do embaixador português junto do cardeal de Lorena, tratou o monarca espanhol de as inutilizar. O casamento de D. Sebastião em França podia-lhe cercear a influência que exercia entre nós. Por isso, entrou em negociações com os reis da Bohemia para o enlace de sua segunda filha, a arquiduquesa Isabel de Áustria, com o jovem rei de Portugal; e arrogando-se, mais uma vez, o papel de chefe da família, nem sequer consultou a corte portuguesa, como se contasse com a sua tácita aquiescência e o decidido apoio da rainha D. Catarina.

João Nicot, embaixador francês em Lisboa — cujo nome se tornou célebre, por haver introduzido em França o tabaco (*Nicotiane*), que levara de Portugal — numa carta a Francisco II, datada de 5 de Novembro de 1559, diz que se esperava uma embaixada espanhola, sendo muitos os juízos sobre a vinda dos embaixadores. Aventavam alguns «que tendo-se divulgado por fóra o grande desejo que havia em Portugal que El Rei D. Sebastião se desposasse com a Princeza Margarida, irmã d'El Rei de França, tratavão os Castelhanos de estorvá-lo, e a esse efeito mandavão aquela Embaixada» (³). Felipe II não mandou, então, nenhuma embaixada a Lisboa. Tanto a julgava desnecessária, que só tratou de convencer o cunhado.

Por uma carta do mesmo embaixador a Catarina de

(²) Carta de Felipe II a D. Diogo de Guzmán de Silva, seu embaixador em Londres. Madrid, 6 de Agosto de 1564 (*Documentos inéditos para la historia de España*, t. xxvi, pág. 516).

(³) Visconde de Santarém, *Quadro Elementar*, t. III, pág. 373.

Médicis, datada de Lisboa a 14 de Agosto de 1561, sabe-se que a rainha viúva de França lhe mandara um retrato da princesa Margarida de Valois, que havia três meses perifizera nove anos. A impressão, que o retrato causara na corte portuguesa, depreende-se das palavras do embai-xador:

Le portrait de Madame a tellement contenté tous ceulx de ceste court en general quil nest possible de plus, de sorte que ceulx qui cy devant mont parlé de laffaire dont jay souvent escript à votre Maiesté, ont receu de ceste veue une plus grande ardeur du désir quils disent et monstrent avoir, on ma faict entendre de chez le Roy que sitost quil le veit Il le baissa et lacolla et onques puis ne sen volu dessaisir (4).

Desta maneira, Catarina de Médicis, para o caso de não conseguir o casamento da filha em Espanha, não só mantinha, mas até animava o projecto do casamento em Portugal.

Maximiliano esquivou-se, porém, a dar uma resposta categórica a Felipe II; havia muito tempo para cuidar do assunto. Quem se alegrou com a proposta foi a mulher, à qual sorria a idéia de ter o sobrinho como genro; e constando-lhe que o governo português se não apressava a aceitar a intervenção de Felipe II, no mês de Novembro de 1561 escreveu ao P.^o Francisco de Borja — que, proveniente de Portugal, chegara a Roma em 7 de Setembro — pedindo-lhe falasse a Pio IV para proteger o casamento de D. Sebastião com a filha. O papa, que vira com desgosto o edicto de 17 de Janeiro de 1562, em que a regente de França concedera aos protestantes o direito de celebrar publicamente o seu culto, interessou-se pela pretensão da rainha da Bohemia e assim o manifestou ao embaixador de Portugal, Lourenço Pires de Távora. Quando este diplomata, em Abril de 1562, recolheu ao reino, por haver terminado a sua embaixada, Pio IV confiou-lhe cartas

(4) *Jean Nicot, ambassadeur de France en Portugal au XVI^o siècle. La Correspondance Diplomatique*, par Edmond Falgairolle, págs. LXXXIII e 67.

para a princesa D. Joana e a rainha D. Catarina, aconselhando aquela união ⁽⁵⁾.

Na mesma época em que a irmã escrevia ao P.º Francisco de Borja, mandou o rei católico a Lisboa o seu apóstolador-mor, Luís Venegas de Figueirôa, para resolver o negócio com a regente e o cardeal. Ambos o acolheram com boas palavras, mas sem tomar compromisso algum. Apenas D. Catarina acrescentara que a vinda da pequena arquiduquesa para a companhia da princesa D. Joana podia facilitar essa solução. Mas o rei da Bohemia, a todas as solicitações de Felipe II nesse sentido, respondia que a filha, cinco meses mais nova que D. Sebastião, pois nascera em 25 de Junho de 1554, não tinha idade para sair de casa ⁽⁶⁾.

Nos fins de 1562, as Côrtes pronunciaram-se claramente pelo matrimónio do rei com Margarida de Valois. A situação era na realidade singular, incongruente. O governo português fizera uma proposta ao da França, que este não aceitara, sem contudo a rejeitar. O cardeal D. Henrique, já então regente, hesitava em abandonar essas negociações, com receio de represálias dos franceses na Guiné e no Brasil. Por sua parte, Felipe II tratava do casamento de D. Sebastião com a arquiduquesa Isabel

⁽⁵⁾ Barbosa Machado (*ob. cit.*, P. II, liv. I, cap. xix) refere-se à carta da rainha da Bohémia ao P.º Francisco de Borja e à intervenção de Pio IV. Mas erra o ano, 1563 em vez de 1561; considera já então Geral da Companhia de Jesus o P.º Borja, que só foi eleito em 2 de Julho de 1565; e parece atribuir aos breves pontifícios a atitude de Felipe II e da princesa D. Joana, favorável ao casamento de D. Sebastião na Casa de Áustria.

⁽⁶⁾ Carta do conde de Luna — embaixador do rei católico junto do imperador Fernando I e de seu filho Maximiliano, rei da Bohémia — ao amo. Praga, 30 de Março de 1562 (*Doc. inéd. para la historia de España*, t. xxvi, pág. 439).

O pretexto invocado pelo rei da Bohémia — a quem sorria outro casamento para a filha — era um hábil meio de protelar a resolução do assunto. Ao pedido da esposa, que desejava educar em Espanha alguns dos seus filhos, entre os quais o primogénito, para os afastar do perigo luterano, nada teve Maximiliano que opor, apesar de serem também crianças.

de Áustria, sem a aquiescência formal da corte portuguesa, nem o franco assentimento do pai da noiva!

Nestas dúvidas se foi passando o tempo. A Fernando I da Alemanha propôs Catarina de Médicis o consórcio de Carlos IX com a arquiduquesa Ana de Áustria. Precisava, portanto, o imperador de saber qual a resolução do rei católico sobre o casamento do príncipe D. Carlos; e em Setembro de 1563, insistia com o sobrinho, pedindo uma resposta. Mas Felipe II, que trabalhava ainda no projecto de o casar com Maria Stuart, continuou a desculpar-se com as suas febres intermitentes.

Em Julho do ano seguinte, faleceu Fernando I, sucedendo-lhe seu filho, Maximiliano II. A importante conferência que teve com o novo embaixador do monarca espanhol, contou-a De Chantone ao amo, em carta datada de Viena a 31 de Março de 1565. Dissera-lhe o imperador que o governo francês persistia no enlace de sua filha Ana com Carlos IX. Carecia, por consequência, duma resposta positiva do cunhado. Não se importava que o matrimónio se realizasse mais tarde, depois do completo restabelecimento do príncipe; mas era indispensável que tudo ficasse assente desde já. Quanto ao casamento de sua filha Isabel, tanto empenho tinha a corte de França em se unir à da Alemanha, que Carlos IX até a aceitaria por mulher, se a irmã mais velha casasse em Espanha. Antes que a situação se definisse, não aceitava, nem rejeitava, portanto, o seu consórcio com D. Sebastião. Na verdade, porém, o partido da França, no ponto de vista dos interesses do império, era muito superior ao de Portugal (¹).

Catarina de Médicis sugeriu ainda, para tornar mais íntima a união da Casa de Valois à Casa de Áustria, que sua filha Margarida contraísse esponsais com o arquiduque Rodolfo, primogénito do imperador. O rei católico interveio imediatamente junto de Maximiliano II, lembrando-lhe pedisse à França, como questão prévia, a resti-

(¹) *Doc. inéd. para la historia de España*, t. xxvi, pág. 523.

tução de Metz, Toul e Verdun. Esta condição revela bem o feitio de Felipe II, pois fôra êle mesmo quem à França cedera os *três bispados*, pelo tratado de Cateau-Cambrésis. A proposta não teve, por isso, andamento; e o governo francês abriu então negociações directas com o regente de Portugal para o casamento daquela princesa com D. Sebastião.

Este enlace era bem visto entre nós. A própria rainha D. Catarina se não opunha a êle, por causa da relutância de Maximiliano II em casar a filha neste reino; e assim o comunicou à princesa D. Joana, em 5 de Outubro de 1566 (⁸). Esta carta tanto sobressaltou Felipe II, que a irmã, invocando os laços que a prendiam ao jovem soberano, ordenou, por escrito, ao embaixador de Portugal em Madrid, D. Francisco Pereira, que partisse imediatamente para Lisboa, a fim de expor os males que adviriam a êste país e à Cristandade, se D. Sebastião não recebesse por mulher a arquiduquesa Isabel de Austria. A única coisa que D. Francisco Pereira conseguiu, foi a promessa de não tomar o governo português nenhuma resolução definitiva, antes de se conhecerem as vantagens oferecidas pelo imperador.

Pela mesma ocasião chegou a Lisboa uma carta do nosso embaixador em Roma, D. Fernando de Meneses, informando que o novo papa, Pio V, o mandara chamar para lhe dizer que o moço rei não devia casar em França, considerando «quão enfermo aquelle Reyno estava nas cousas da Religião Christã», sendo de recear a educação que a princesa Margarida tivesse recebido (⁹); e o pontífice não se limitou a estes conselhos, pois escreveu confirmando o seu parecer, a D. Sebastião e a D. Catarina (¹⁰). A rainha, que só contrariada aceitava êsse casamento, pediu imediatamente ao rei católico se esforçasse

(⁸) A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 384.

(⁹) Carta de 16 de Setembro de 1566 (Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. II, liv. II, cap. xxvi).

(¹⁰) São datados de 15 do mesmo mês os dois breves do Papa (José da Silva Mendes Leal, *Quadro elementar*, t. XIII, pág. 474).

pela vinda da arquiduquesa Isabel para Castela, entregue aos cuidados da princesa D. Joana, até à idade de se desposar com o primo. Respondeu-lhe Felipe II que tentionando partir para a Flandres, onde o chamavam graves negócios políticos, lá se avistaria com o imperador, e dentro dum ano tudo ficaria resolvido. Escrevendo em nome do rei, o cardeal D. Henrique ponderou-lhe que o prazo era excessivamente largo, sobretudo atendendo a que, durante ano e meio, se não colhera outra resposta, senão esperanças e dilações (11). A esta censura contestou o soberano espanhol que o prazo, por êle fixado, em nada prejudicava o sobrinho, que só a 20 de Janeiro de 1568 completava catorze anos. Se a demora lhes parecesse, porém, demasiada, activaria as conversações com o cunhado, para que o assunto se decidisse, logo que chegassem à Flandres. Mas era preciso que as negociações com a França fôssem suspensas ou, pelo menos, tão lentas, que lhe não dessem segurança alguma (12).

O assalto dos corsários franceses, comandados por Montluc, à ilha da Madeira, esfriara os defensores do casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois. O regente mandou logo recolher a Paris o embaixador João Pereira Dantas — que viera a Lisboa, a pedido de Catarina de Médicis, tratar desse matrimónio — com ordem de protestar contra o inqualificável atropêlo e reclamar não só o castigo dos assaltantes, como a indemnização correspondente aos prejuízos e roubos praticados. O embaixador português era tibio; mas o governo francês, pronto a dar todas as satisfações e até a inserir no contrato ante-nupcial rigorosas medidas de repressão para o futuro, nada podia fazer contra os autores do facto

(11) *Cópia de la relacion sumaria de lo que se ha tratado con el Emperador y con el Rey de Portugal sobre su casamiento con la Infante Isabel (Doc. inéd. para la historia de España, t. XXVIII, pág. 427).*

(12) Carta do secretário de Estado, António Pérez, ao embaixador português D. Francisco Pereira. Madrid, 20 de Dezembro de 1566 (Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. II, liv. II, cap. xxvi).

consumado. Não o confessava, evidentemente; e por isso as negociações matrimoniais continuaram, tendo a rainha mãe, em Janeiro de 1567, mandado a Portugal um seu agente, que realizou várias conferências com a família real (¹³). A verdade é que, no Conselho, o almirante Coligny defendera calorosamente a expedição de Montluc, como a justa desforra dos agravos feitos a Villegagnon no Brasil; e os expedicionários que andavam foragidos, com receio da punição, foram declarados isentos do crime de pirataria.

Por seu lado, em Maio seguinte, o rei católico — que, afinal, decidira ficar em Espanha e mandar à Flandres um exército, comandado pelo duque de Alba — enviou à Alemanha Luís Venegas, com a missão especial de regular as condições do casamento da arquiduquesa Isabel com D. Sebastião. A resposta que Maximiliano II lhe deu, em meados de Julho, é muito curiosa. O consórcio da filha em França seria de mais autoridade e proveito, tanto pela grandeza do reino, como pela sua proximidade. Além disso, Carlos IX, vendo-se preterido, poderia contrair matrimónio com a filha de algum Eleitor ou Príncipe do Império, o que traria talvez perigos à Casa de Austria, na eleição para a dignidade imperial. Se, porém, o cunhado insistir, põe o negócio nas suas mãos, precisando de saber claramente que auxílio lhe prestará o rei de Espanha, se os franceses tentarem prejudicá-lo. Quanto ao dote, não poderá ir além de cem mil florins. Lembra, por fim, que o príncipe D. Carlos já completou vinte e dois anos, e que parece *dificultoso que se concluya primero el casamiento de la hija menor que de la mayor* (¹⁴).

(¹³) Carta de D. Alonso de Tovar a Felipe II. Lisboa, 6 de Fevereiro de 1567 (*Doc. inéd. para la historia de España*, t. xxviii, pág. 456).

(¹⁴) *Copia de la respuesta que el Emperador dió á Luis Venegas sobre lo del casamiento del Rey de Portugal*, em carta datada de Posónia (Presburgo) a 20 de Julho de 1567 (*Doc. inéd. para la historia de España*, t. xxvi, pág. 553).

Felipe II respondeu ao imperador que, para sua defesa, *expondré yo muy prontamente mi persona, patrimonio y Estados*; apenas lhe pede que aumente o dote (¹⁵). Ao mesmo tempo, por intermédio do seu embaixador em Lisboa, comunicava o rei católico ao cardeal-infante e à rainha D. Catarina que o imperador assentira no casamento da filha em Portugal (¹⁶). A anuência de Maximiliano II, que tanto tempo levara a decidir-se; o contínuo aumento dos protestantes em França; e sobretudo a falta de castigo dos corsários da Madeira, levaram o próprio regente a inclinar-se para a arquiduquesa Isabel de Áustria. Mas só em princípios de Dezembro de 1567 tomou essa resolução; e, seguindo o exemplo do imperador, confiou a Felipe II as negociações relativas ao dote (¹⁷). Era evidentemente de esperar que por todo o ano seguinte, em que D. Sebastião devia assumir o poder, seriam assinadas as capitulações matrimoniais entre os dois primos coirmãos; e sentir-se-ia, então, profundamente satisfeito o rei católico que, na carta acima citada,

(¹⁵) Carta de Felipe II a Luís Venegas. Madrid, 26 de Setembro de 1567 (*Doc. inéd. para la historia de España*, t. xxviii, pág. 463).

(¹⁶) Carta de Felipe II a D. Fernando Carrillo de Mendoza. Madrid, 27 de Setembro de 1567 (Idem, id., pág. 467).

(¹⁷) Disse o imperador a Luís Venega que seu pai não dera a nenhuma das filhas dote superior a cem mil florins; e tinha mais províncias e senhorios do que él, pela repartição que fizera com os irmãos.

A corte portuguesa exigia, pelo menos, duzentos mil cruzados, porque a França lhe oferecia trezentos mil; porém o rei católico já se dava por satisfeito, se Maximiliano II subisse a cento e cinquenta mil floris. Venegas duvidava que o imperador o fizesse, não só pelas suas dificuldades financeiras, mas porque o Govérno francês aceitava qualquer das arquiduquesas para espôsa de Carlos IX, sem um florim de dote.

Barbosa Machado (*ob. cit.*, P. II, liv. II, cap. xxvi) publica uma carta do cardeal D. Henrique ao conde de Vimioso, D. Afonso de Portugal, datada de 10 de Outubro de 1567, pronunciando-se pelo casamento do sobrinho com a arquiduquesa de Áustria. A carta é escrita na qualidade de regente; por isso, mas erradamente, alguns historiadores a atribuíram ao próprio rei.

assim escrevia a D. Fernando Carrillo de Mendoza: *este casamiento, que yo lo deseо tanto, que no terné entero contentamiento hasta verlo concluido y al Rei mi sobrino com una compaňia que ha de ser para tanto descanso suyo y satisfaccion de todos.* Pois, volvidos meses, por conveniências pessoais e políticas, êle mesmo desfazia o casamento em que tão vivamente se empenhara, sem ouvir o jovem monarca, nem o cardeal, nem sequer a rainha, sua tia!

* * *

Em 1568, deram-se três factos que provocaram uma transformação completa do cenário. A simples notícia da prisão do príncipe D. Carlos, efectuada em 18 de Janeiro, levou Catarina de Médicis a pedir a Felipe II que recomendasse ao imperador o consórcio da arquiduquesa Ana com Carlos IX. Assim o prometeu o rei católico. Mas, a 24 de Julho, morreu o príncipe. Então Maximiliano II, para definir a situação das duas filhas mais velhas e tratar, ao mesmo tempo, da rebelião da Flandres, que se agravara consideravelmente, mandou a Madrid seu irmão, o arquiduque Carlos. A missão, relativa às arquiduquesas Ana e Isabel, consistia em casar a primeira em França e a segunda em Portugal, devendo o matrimónio da filha primogénita preceder o da mais nova. Quando o arquiduque saiu da Alemanha, ainda ali se ignorava o falecimento da rainha de Espanha, Isabel de Valois, ocorrido em 3 de Outubro. Catarina de Médicis é que se apressou a enviar a Castela o cardeal Luís de Guise, com ordem de propor a Felipe II o seu enlace com a princesa Margarida, ficando as filhas do imperador, como êle próprio desejava, destinadas a Carlos IX e a D. Sebastião. O rei católico, alegando que a morte da esposa podia ter modificado os propósitos de Maximiliano II, ponderou que era conveniente aguardar a sua última resolução. A resposta do imperador foi a que Felipe II desejava: o seu maior prazer seria dar-lhe

em casamento sua filha Ana. Então, o soberano espanhol, pretextando escrúpulos de consciência, por se tratar duma cunhada, declarou ao cardeal de Guise que não podia aceitar a mão de Margarida de Valois; mas como tinha de assegurar a sucessão do reino, casaria com a sobrinha. Para dar satisfação a Carlos IX, que tanto queria unir-se à Casa de Áustria, ficava a arquiduquesa Isabel, como sempre ambicionara Maximiliano II; e a princesa Margarida desposaria o rei de Portugal. Assim ficou assente em 27 de Fevereiro de 1569, a gôsto da Alemanha e da França. A princesa D. Joana disse-o Felipe II nesse mesmo dia; e no dia seguinte, comunicou-o à rainha D. Catarina, que de nada suspeitava (¹⁸).

Duas foram as cartas que o rei católico escreveu à tia. Na que devia ser mostrada a D. Sebastião e ao cardeal — a cada um dos quais dirigiu também algumas linhas, reportando-se ao que dizia a D. Catarina — esclarecia Felipe II que a circunstância de não ter filho varão e só duas filhas de tenra idade o obrigava a contrair novo matrimónio; e como escrupulizava em casar com uma irmã da defunta rainha, aceitara a arquiduquesa Ana, que os pais de tão boa vontade lhe ofereciam. Se o rei de França se não ligasse a nenhuma das princesas alemãs, corria a Cristandade o grave risco de o ver lançado nos braços dos herejes do seu reino. Para que os soberanos dos quatro Estados católicos se unissem, tinha acordado também no casamento do rei de Portugal com a princesa de França, com a condição dos três matrimónios ficarem dependentes uns dos outros, por lhe parecer que assim defendia a autoridade do monarca seu sobrinho, *que he mirado, por lo que le toca, con tanta atención y cuidado como si fuera mi hijo.* Na outra carta, de carácter confidencial, aduzia o soberano espanhol vários

(¹⁸) *Copia de Relacion de lo que ha pasado con el archiduque Carlos desde 10 de diciembre de 1568, que entró en Madrid, hasta que partió, que fué viernes 4 de marzo de 1569 (Doc. inéd. para la historia de España, t. xxviii, pág. 476).*

argumentos e razões, de que a rainha poderia lançar mão para justificar o seu procedimento (¹⁹).

Duas foram também as respostas, ambas autógrafas e datadas de 13 de Março de 1569, que lhe deu D. Catrina. Na carta oficial, destinada certamente a ser lida em Conselho, dizia a rainha que o neto tinha motivos para se sentir agravado, por não haver sido prèviamente ouvido; mas, atendendo às causas que moveram o tio, tão importantes para o bem da Cristandade, concordava em aceitar o que fôra resolvido. O que ela pedia ao rei de Espanha é que, no dote e condições do contrato, se não esquecesse da *honra y autoridad de su sobrino*.

A outra carta é um valioso documento, que confirma inteiramente a aguda inteligência da velha rainha. A forma como analisa a conduta de Felipe II não revela apenas o seu desgôsto; é uma crítica justa e, por vezes, acerba. Se o rei de Portugal lhe merecia na verdade, não o nome de sobrinho, mas de filho, que freqüentemente lhe dava, outro devia ter sido o seu proceder. O casamento do neto com Margarida de Valois, apesar de admitido pelo Conselho de Estado, fôra abandonado, em grande parte, não só por êle o considerar contrário aos interesses portugueses, como por haver demoradamente insistido no seu consórcio com Isabel de Austria. Muitas

(¹⁹) Ambas estas cartas, datadas de 28 de Fevereiro de 1569, se encontram no t. XXVIII dos *Doc. inéd. para la hist. de España*, a primeira a pág. 490 e a segunda a pág. 496. Aquela também foi publicada, com algumas incorrecções, por Barbosa Machado (*ob. cit.*, P. III, liv. I, cap. XII).

Na carta confidencial, diz Felipe II que não faltará quem atribua às suas conveniências pessoais o voltar agora ao casamento de D. Sebastião em França, depois de o haver combatido. Mas — alega o rei católico — *las causas desta mudanza tienen tan gran fundamento del servicio de Dios, beneficio público y bien de todos, que no se pueden atribuir á mi particular*; e termina: *cuando así fuese, somos el Rey mi sobrino y yo tan una cosa en deudo (parentesco) y en amor, y son tan comunes los bienes y los daños, que sería muy bien que en la disposicion de sus cosas el tuviése este respeto, y que yo asimismo le tenga á él en las mias.*

cartas lhe dirigira a ela, nesse sentido, muitas escrevera a princesa D. Joana ao filho, e até, por sua ordem, viera D. Francisco Pereira a Lisboa para aduzir novos argumentos adversos à união de Portugal com a França. E agora, era exactamente em França que êle resolvera casar o sobrinho, sem consultar ninguém! O ter vinculado os três matrimónios, parecia-lhe bem; mas desejava saber se, ao tratar do enlace de D. Sebastião com a princesa Margarida, êle se lembrara do dote e, especialmente, de garantir a conservação e perpetuação do comércio e das conquistas portuguesas nas costas da Guiné e do Brasil, que há muito constituiam a principal matéria de discórdia entre os dois reinos. Estava certa de que o rei católico também não teria deixado passar ocasião tão propícia para liquidar o caso da ilha da Madeira, pois bem sabia quanto a falta de cabais explicações, por parte do governo francês, concorrera para a quebra das negociações matrimoniais entre o rei de Portugal e a irmã de Carlos IX. D. Catarina reconhecia que D. Sebastião não fôra tratado como soberano dum país independente: mostra-o a acerada ironia das suas palavras. O seu afecto a Castela, a sua dedicação a Felipe II, levaram-na, porém, a esconder a sua mágoa e a empregar todos os meios para que o neto se curvasse à vontade do tio (20).

Instigado por ela, D. Sebastião comunicou à mãe e ao rei de Espanha, que aceitava as deliberações tomadas. Mas, pouco depois, deu-se o rompimento com a avó. Longe da sua influência, no jovem monarca vai-se fortalecendo o ressentimento contra o proceder do tio, tanto mais que êsse estado de espírito concordava com o seu íntimo desejo de não casar. Para fechar os contratos antenupciais, era indispensável que o rei de Portugal enviasse

(20) *Doc. inéd. para la hist. de España*, t. XXVIII: págs. 507 a primeira carta; e 502 a segunda. Esta também a insere Barbosa Machado (*ob. cit.*, P. III, liv. I, cap. XII), traduzida em português.

os respectivos poderes. Em 18 de Julho de 1569, escreveu-lhe Felipe II, pedindo que sem demora os mandasse ao seu embaixador em Madrid. A esta carta, que lhe foi entregue por D. Fernando Carrillo, nos primeiros dias de Agosto, em Alcobaça, respondeu D. Sebastião que, não tendo a França dado ainda satisfação alguma, conforme a rainha sua avó lhe expusera em carta de 13 de Março, nenhuma necessidade havia de remeter, *por agora*, a procuração pedida; e o mesmo pensaria decerto o rei seu tio, pelo muito amor que lhe tinha e a obrigação em que estava de zelar pela sua autoridade e honra dos seus reinos. O bote era certeiro e justo (21).

O rei católico — colocado na desairosa situação de quem toma levianamente um compromisso, que depois não pode satisfazer — sentiu-se atingido. Assim o revelam as instruções que, em 7 de Setembro, mandou a D. Fernando Carrillo de Mendonza, com ordem de procurar imediatamente o rei, para lhe dizer que o considera *tan propio hijo*, que se não dá por magoado, nem desobrigado de tratar de *su bien, beneficio, honor y auctoridad*, encaminhando-o como pai, em vista da sua pouca idade, *y atribuyendo la culpa á los que no le aconsejan, como debian*. O que ele assentara com o cardeal de Guise — como em tempo escrevera à rainha D. Catarina — era que os soberanos enviassem os poderes aos seus embaixadores ordinários, aos quais podiam, juntamente, mandar a nota de todas as condições, que julgassem necessário inserir nos contratos. Portanto, nenhuma razão tinha o rei seu sobrinho para diferir a remessa dos poderes. Ao rei cristianíssimo era impossível exigir promessas decisivas sobre o caso da ilha da Madeira, pois todos conheciam o estado em que se encontrava a França. Quando resolveu que os três casamentos se tratassesem e concluissem ao mesmo tempo, tornando o seu matrimó-

(21) Carta de D. Sebastião a Felipe II. Alcobaça, 19 de Agosto de 1569 (*Doc. inéd. para la hist. de España*, t. xxviii, pág. 514); Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. III, liv. I, cap. xii.

nio e o de Carlos IX dependentes do consórcio do sobrinho, fizera-o exactamente pelo respeito que tinha à sua autoridade de soberano. O embaixador francês já recebera, há muitos dias, os poderes para os casamentos do amo e da irmã. Decerto não quererá esperar mais tempo. Pede, portanto, resposta urgente; mas lembra ao sobrinho e aos que o aconselham que, se não casa em França, não o poderá fazer *en otra parte, conforme á su cualidad y grandeza* (22).

Apreciou o Conselho de Estado estas razões. Não obstante concordarem que Felipe II abusara da sua condição de tio e de mais velho, e alguns entenderem que o rei podia esperar dez anos — pois, com a morte do príncipe D. Carlos, acabara o receio dum herdeiro castelhano — o Conselho resolveu que se enviasse a procuração pedida; e estava até tratando da sua redacção, quando Martim Gonçalves da Câmara, entrando na sala das sessões, lhes entregou o seguinte bilhete, escrito pelo próprio D. Sebastião: *Pelo Reyno porey a vida muitas vezes; e pela honra, e pela Fé, porey honra, e vida, e tudo; pelo proveito do Reyno, e meu, não porey a honra do Reyno, e minha, pois este foy o caminho dos Reys, que a ganharão. Hoje Domingo, 18 de Setembro de 1569* (23). As palavras eram confusas; mas o Conselho comprehendeu que o rei não queria casar, e então, ao contrário do que decidira na véspera, deliberou que se não remetessem os poderes. Só mantiveram o seu voto o Senhor D. Duarte e Lourenço Pires de Távora (24).

Passou-se isto em Leiria. A resposta ao tio escreveu-a D. Sebastião em Tomar, a 26 do mesmo mês: enquanto a França lhe não desse a satisfação devida, não enviaria a procuração. Numa carta à mãe, datada do dia seguinte, foi ainda mais explícito: estranhando que ela agora acon-

(22) *Doc. inéd. para la hist. de España*, t. xxviii, pág. 532.

(23) *Barbosa Machado, ob. cit.*, P. III, liv. I, cap. xii.

(24) P.º José Pereira Baião, *Portugal cuidadoso e lastimado*. Liv. II, cap. viii.

selhasse um casamento, que tanto trabalhara por estorvar, afirmava-lhe que era escusado prosseguir no assunto (25).

O jovem rei mostrava-se muito sentido e apaixonado, por lhe haverem tirado a mulher, dando-a a Carlos IX — escrevia, em 12 de Setembro, o embaixador espanhol ao secretário Gabriel de Zayas; mas, no íntimo, devia estar muito satisfeito, por lhe terem as circunstâncias proporcionado um honroso pretexto para adiar indefinidamente o seu matrimónio. O próprio cardeal-infante confessava a D. Fernando Carrillo que *de parte del Rey habia en la verdad poca gana de casarse* (26).

D. Sebastião revelava, às vezes, uma singular duplidade. Como precisava do auxílio do papa, para dar um dia realização aos seus sonhos da infância — uma cruzada contra os infieis, uma expedição à África — em 24 de Outubro de 1569, isto é, quase um mês depois de haver rompido as negociações com o tio, escrevia a Pio V, dizendo-lhe que o casamento com a princesa de França corria bem; e o pontífice — que, por causa da Liga contra os turcos, preconizava agora esse enlace — respondia-lhe, em 28 de Dezembro, elogiando a escolha e manifestando o desejo de que o consórcio se realizasse brevemente, para benefício da Cristandade (27).

Felipe II teve conhecimento daquela carta. Então, procurou reatar as negociações suspensas; e tanto ele, como a irmã, voltaram a escrever a D. Sebastião, insistindo no seu casamento com Margarida de Valois. Foi portador das cartas D. João de Borja. A do rei católico, datada de 9 de Dezembro de 1569, limitava-se a pedir ao

(25) *Doc. inéd. para la hist. de España*, t. xxviii: pág. 551 a carta a Felipe II; e 552 a carta à infanta D. Joana.

(26) Carta de D. Fernando Carrillo de Mendoza a Felipe II. Alenquer, 15 de Setembro de 1569 (*Doc. inéd. para la hist. de España*, t. xxviii, pág. 537).

(27) José da Silva Mendes Leal, *Quadro elementar*, t. xiii, pág. 517. O breve pontifício foi publicado por Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. III, liv. I, cap. XII.

sobrinho que ouvisse o novo embaixador, como se fôsse êle próprio, pois tudo quanto lhe dissesse procedia de *un amor tan verdadero y tan enderezado, pura y sencillamente, al beneficio de V. A. y de sus Reynos*. A carta da princesa D. Joana é de 14. Depois de elogiar o desvelo, credor da maior gratidão, com que Felipe II trata *nuestras cosas... haciendo oficio de verdadero padre*, explica a sua recente atitude:

No se debe V. A. maravillar, que yo aya mudado de parecer en esta materia, y de que no aviendo aprobado al principio el casamiento en Francia, antes puesto inconveniente en el, aora venga en que se haga, y tenga escrito, y escriba de nuevo a V. A. que se debe proceder a la conclusion, y embiar los poderes, habiendo avido para esta mudanza tantas causas, por los sucesos que sobrevinieron, de que resultó impedirse el matrimonio, que estaba tratado, de mi sobrina, el cual yo avia antepuesto, y tenido por mejor, y en respecto del no me parecia bien el de Francia. Mas aviendo cesado aquel, sin se poder escusar, y considerando juntamente, que lo de Francia en la autoridad, y en la conveniencia de la edad, y en la persona, y calidades della es conveniente, ni he podido, ni puedo dejar de incurrir en ello, y parecerme muy bien, y aconsejarlo. Y los que en ese Reyno al principio supieron esto de Francia por tan conveniente, que aun le preferian a lo de mi sobrina, cuando avia tambien en que escoger, no sé como lo podrán agora juzgar por no tal, cuando somos venidos en termino que no solo es bueno, pero necesario.

Mostra-lhe ainda que a sua autoridade e reputação ficariam satisfeitas com matrimónio *tan calificado*, e que *asegurar su sucesion* é uma obrigação dos reis. Por fim, lembra ao filho que, não mandado os poderes, ofenderá o rei de França, agravará o tio, *a quien tanto se debe*, e causará enorme desgôsto à avó e a ela (28).

Variadas conversações teve D. João de Borja com o rei, o confessor e o cardeal; mas não colheu resposta positiva. Depois de repetidas instâncias, disse-lhe D. Sebastião, em Abril de 1570, que mandaria D. Álvaro de Castro a Madrid, para de viva voz expor ao soberano

(28) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. III, liv. I, cap. xxiv.

espanhol os motivos por que não podiam prosseguir as negociações matrimoniais. Como vimos no Capítulo III, a principal razão aduzida foi a precária saúde do rei.

Carlos IX, a quem Felipe II, confiando demasiadamente na sua influência e no ascendente de D. Catarina, prometera o casamento da irmã com D. Sebastião, atribuía todas as delongas à má vontade do rei católico. Considerava-as até uma afronta pessoal e ordenava ao seu embaixador, De Fourquevaux, que lhe pedisse uma resposta categórica, sob pena de casar a princesa Margarida *com quem lhe daria muito desprazer*, aludindo assim ao consórcio da irmã com Henrique de Navarra, que seguia a religião protestante. Mas, dada a obstinação do sobrinho, que podia fazer Felipe II?

Intervieio então o papa, que procurava organizar uma Liga contra os turcos, cujos progressos eram assustadores. A Espanha e Portugal mandou um clérigo da Câmara Apostólica, Luís de Tôrres, que devia também tratar do casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois, pois o reputava essencial para a entrada da França na Liga. A 4 de Junho de 1570, poucos dias após a sua chegada a Lisboa, foi Luís de Tôrres recebido por D. Sebastião, no Paço de Sintra. O breve pontifício de 14 de Março, que o acreditava perante o soberano, referia-se apenas à cooperação de dez navios portugueses, na grande armada destinada a combater a frota do sultão da Turquia (29). A questão do casamento com a princesa de França apresentou-a Luís de Tôrres verbalmente, o que D. Sebastião e os Câmaras aproveitaram com habilidade, pois volvidos quatro dias, a 8, respondia o rei a Pio V, lamentando não poder já mandar a esquadra pedida, por não chegar a tempo à Itália, mas prometendo fazê-lo nos anos futuros, se ainda durasse a guerra; nem uma palavra, porém, quando ao seu matrimónio (30).

Luís de Tôrres, em carta ao cardeal Alexandrino, da-

(29) Mendes Leal, *Quadro elementar*, t. XIII, pág. 520.

(30) Mendes Leal, *idem*, id., pág. 522.

tada de 14, relata as duas audiências que lhe concedeu o monarca, assim como as entrevistas que teve com a rainha D. Catarina, o cardeal-infante, o confessor, Martim Gonçalves da Câmara, Lourenço Pires de Távora, D. Álvaro de Castro e outros membros do Conselho de Estado. Deram-lhe alguns a entender que só o P.^o Luís Gonçalves da Câmara e o irmão se opunham ao casamento, *para não serem desapossados do governo do rei e do reino, de que estavam absolutamente senhores*. O único que podia pôr térmo a esta situação era Pio V; mas devia falar claramente ao embaixador português em Roma e enviar novo breve a D. Sebastião, manifestando a sua vontade. Se em Madrid, para onde partia, recebesse este despacho, voltaria a Portugal. Quando nada conseguisse, podia *estar certo Sua Santidade de que o rei não é apto para casar-se*, opinião comum na corte (³¹).

A 6 de Agosto, expediu Pio V o segundo breve, sugerido por Luís de Tôrres, que voltou imediatamente de Madrid a Lisboa, recebendo-o D. Sebastião em 1 de Setembro (³²). Apesar do papa lhe pedir que apressasse o seu consórcio com Margarida de Valois, como *o mais seguro caminho para a paz da Christandade*, o moço rei observou a Luís de Tôrres que não resolvera ainda mudar de estado; se, no futuro, as coisas de França tomassem melhor aspecto, nada deliberaria sem primeiro o comu-

(³¹) Mendes Leal, idem, id., págs. 523-532.

No tómo xi, fôls. 330-348, da *Symmicta Lusitana*, existente na Biblioteca da Ajuda, encontra-se a carta de Luís de Tôrres ao cardeal Alexandrino, extractada no *Quadro elementar*:

«È parte de um sumário copiado no *Cod. Vaticanus Urb. 841*, pag. 59, com o título: *Negoziatto di Monsignor D. Luigi di Torres, chierico della Camera Apostolica, mandato dal papa Pio V l'anno 1570 al re di Spagna per far lega contra il turco et al re di Portugallo per esortalo a maritarse con M.^{ma} Margherita, ora moglie del re di Navarra.*»

(³²) Mendes Leal, *Quadro elementar*, t. XIII, pág. 534. Na mesma data, escreveu Pio V à rainha D. Catarina e ao cardeal-infante, pedindo-lhes persuadissem o rei a efectuar com brevidade o casamento.

nigar ao pontífice. E neste sentido lhe escreveu em 14 de Setembro (33).

Antes de Luís de Tôrres regressar a Roma, nomeou-o Felipe II para uma rendosa abadia. Este ôsso — *os à ronger*, lhe chama o embaixador de França (34) — considerou-o De Fourquevaux uma prova flagrante da falta de sinceridade do rei católico. Pois a sua correspondência com D. João de Borja mostra que ele procurou apoiar as diligências de Tôrres (35). Se foram inúteis, a culpa era do sobrinho e não do tio.

Carlos IX pedira, várias vezes, ao papa que protegesse o casamento da irmã. Era êste também o conselho que lhe dera o seu embaixador em Madrid. Ainda em 9 de Novembro de 1570, lhe escrevera De Fourquevaux, dizendo que por pessoas bem informadas soubera que o rei de Portugal estava *fort esloigné et desgouté d'entendre à prendre femme de fort longtemps... sauf si Sa dicte Sainteté le poursuivra à toute oultrance, voire le contraindre par censures papalles des plus fulminantes* (36). Portanto, o bispo de Angoulême, embaixador da França em Roma, logo que soube da chegada de Luís de Tôrres, procurou o pontífice para conhecer o resultado da sua missão.

Pio V tinha D. Sebastião na conta do filho mais directo. Custava-lhe, portanto, confessar a desilusão que sofrera. Por intermédio do núnio em Paris — disse o papa ao embaixador francês — já mandára a Carlos IX

(33) Mendes Leal, idem, id., pág. 538. Em Simancas (Sec. de Estado, Maço n.º 387) há a cópia duma carta, dirigida ao cardeal Rusticucci, em que Luís de Tôrres descreve a sua segunda viagem a Lisboa.

Todo o *Negoziato di Monsignor D. Luigi di Torres*, copiado na *Symmicta*, está publicado no t. x do *Corpo Diplomático Portuguez*.

(34) Gachard, *Chroniques Belges inédites*, t. II, pág. 323.

(35) A. G. Simancas, Sec. de Estado, Maços n.º 387 e 388.

(36) Mgr. Célestin Douais, *Lettres à M. de Fourquevaux, ambassadeur en Espagne (1565-1572)*, t. II, pág. 302. (Apud Henry de Castries, *Sources inédites de l'histoire du Maroc, 1.ª Série France*, t. I, pág. 311, 1).

e à rainha mãe cópias das cartas que recebera do jovem soberano português e do cardeal-infante. Parecia-lhe que êles não haviam fechado a porta às negociações matrimoniais; mas, quando se enganasse, cumpria-lhe manter a paz entre príncipes cristãos. Estava, porém, decidido a não se ingerir mais nesse negócio, enquanto Carlos IX não recebesse resposta de Portugal. De tudo o que ouvira, durante a longa audiência, concluiu o bispo de Angoulême que o pontífice pouca ou nenhuma esperança tinha na realização do casamento; e assim o comunicou ao amo, em 11 de Dezembro seguinte (37).

Carlos IX resolveu então tratar, a sério, do matrimónio da irmã com Henrique de Bourbon. A notícia do seu enlace com um príncipe calvinista escandalizou o papa: não só negaria a dispensa necessária, mas se casassem sem o seu consentimento, declararia bastardos os filhos (38). Pio V resolveu intervir de novo, e nas instruções dadas ao cardeal Alexandrino, antes de partir de Roma, para a sua missão em Espanha, Portugal e França, recomendou-lhe que empregasse todos os esforços para levar ao fim o casamento de D. Sebastião com Margarida de Valois.

Já o Legado pontifício chegára a Madrid, quando o novo embaixador português em França, João Gomes da Silva, em 8 de Outubro de 1571, numa audiência que solicitára a Catarina de Médicis, lhe declarou que o amo ficara muito surpreendido, quando soube que Carlos IX renunciara ao consórcio da irmã em Portugal, sem o haver prevenido. A rainha mãe respondeu-lhe, com espírito, que nunca podia supor que o jovem monarca se interessasse a tal ponto pelo matrimónio da filha, que fôsse preciso informá-lo das novas deliberações, agora tomadas. O conde de São Mamede está convencido de que as instruções dadas a João Gomes da Silva eram sinceras, e

(37) Visconde de Santarém, *Quadro elementar*, t. III, pág. 437.

(38) Conde de São Mamede, *Don Sébastien et Philippe II*, pág. 75.

que foi o P.^o Luís Gonçalves da Câmara quem aconselhou D. Sebastião nesse sentido: *ce triste personnage, qui ne se reconnaissait aucune obligation vis-à-vis de la patrie, était capable de tous les sacrifices que l'intérêt de la religion pouvais réclamer* (³⁹). Em Março do ano anterior, tinha o P.^o Francisco de Borja, como Geral da Companhia, escrito uma carta ao confessor, dizendo-lhe que o papa se interessava muito pelo enlace do rei com a princesa de França; recomendava-lhe, portanto, o assunto, pois atribuindo todos grande peso ao seu parecer e conselho, *será común opinión, si no tiene buen suceso el negocio, que la culpa dello la tendrá V. R.* Respondeu o P.^o Luís Gonçalves que o poderem imputar à Companhia o mau êxito do negócio o comovia profundamente. Quem dissera ao pontífice que élé tinha nas suas mãos o coração do monarca, podendo incliná-lo à sua vontade, não conhecia D. Sebastião. *O que o rei quere, quere-o decididamente, sobretudo em assuntos como êste, que tantas vezes discutiu, saindo vencedor* (⁴⁰). Referia-se evidentemente o confessor às sessões do Conselho de

(³⁹) Conde de São Mamede, *ob. cit.*, págs. 76-77.

(⁴⁰) Tanto a carta do Geral da Companhia (*Monumenta Historica Societatis Jesu — Sanctus Franciscus Borgia*, t. v, págs. 316-317), como a resposta do P.^o Luís Gonçalves da Câmara (Sacchini, *Historia Societatis Jesu*, P. III, liv. VII, n.^{os} 142 e 143) se encontram na *Historia de Portugal*, de Fortunato de Almeida, t. II, págs. 407-408 (Notas).

O P.^o José Pereira Baião conta no *Portugal cuidadoso e lastimado* (liv. I, cap. xxi), e outros escritores o repetiram — por exemplo, o conde de Sabugosa, *Donas dos tempos idos (El-Rei D. Sebastião e as mulheres)* — que o P.^o Luís Gonçalves aconselhava o rei a que não fosse ao quarto de sua avó por amor das Damas, que erão humas Donas sifainas, que fazião perder os homens. Esta anedota — como tantas outras que então se fizeram, contra ou a favor dos jesuitas — não pode ter fundamento. É certo que à influência, ao ascendente do confessor sobre o jovem monarca, se atribuía, geralmente, o seu afastamento das mulheres; mas depois da morte do P.^o Luís Gonçalves da Câmara e da queda do escrivão da puridade, continuou D. Sebastião a demonstrar a mesma repugnância pelo casamento.

Estado, cuja maioria estava, aliás, sempre disposta a aceitar as opiniões e até os caprichos do soberano. Por esta subserviente concordância, é que êle julgava irresistível a sua eloquência, enorme o seu poder de persuasão.

Era, portanto, natural! que o receio de lhes ser atribuída, ao rei e ao confessor, a responsabilidade do consórcio de Margarida de Valois com um huguenote, os levasse àquela serôdia intervenção. Mas a diligência do embaixador português não tinha por fim reatar conversações, há muito interrompidas. Limitou-se a um simples protesto, de carácter absolutamente platónico, que João Gomes da Silva nem sequer apresentou em nome do amo, mas em seu nome pessoal; e quando Catarina de Médicis lhe disse que Carlos IX esperava concluir aquele casamento *le plus tôt qu'il sera possible*, o embaixador *n'a fait d'autre réplique, sinon qu'il prioit Dieu que tout se passast à nostre contentement et satisfaction, et que ce seroit celluy de son maistre* (⁴¹).

O objectivo do embaixador seria fingir, perante o rei cristianíssimo e a rainha mãe, um interesse que, na realidade, D. Sebastião não sentia. Assim se explica também a curiosa e, na aparência, enigmática carta que o monarca escreveu ao seu representante em Paris, e se encontra no código n.º 887 do Fundo Geral de Manuscritos da Biblioteca Nacional. Do texto não se depreende o assunto que o rei encomenda ao embaixador. A nota à margem, escrita por quem copiou as cartas — talvez o cronista João Baptista Lavanha, colecionador das peças que constituem o código — é que o indica: *Sobre o casamento de S. A. em França, posto que se não declara; senão que he sobre o negocio de penalonga, onde parece que el Rey o communicou de palavra ao embaxador.*

(⁴¹) Carta de Carlos IX a De Fourqueaux, datada de 12 de Outubro de 1571, relatando o que se passara com o embaixador do rei de Portugal. Gachard, *Chroniques Belges inédites*, t. II, pág. 350. Esta carta foi publicada pelo conde de São Mamede, *ob. cit.*, págs. 77-78 (Nota).

Penalonga é o convento de Penha Longa, da Ordem de S. Jerónimo, onde D. Sebastião pousava muitas vezes, quando estava em Sintra. Ali se realizaria a audiência de despedida de João Gomes da Silva, a quem o soberano deu instruções verbais. A audiência não podia ser, porém, anterior a 27 de Março de 1571, pois desta data é a *Instrução*, que a rainha D. Catarina deu ao mesmo embaixador, quando *foy a França* (42).

Transcrevo os dois períodos finais da carta, que são os mais importantes:

É sendo caso que corra a pratica desta materia para aver effeito com aquella gente que me avisastes (o que não he de crer que seja), e que vá tanto avante que claramente vejais que se concluirá antes de me poderdes avisar disso, e vos ir resposta minha, em tal caso, estando o negocio neste estado, e tendo vós sabido polla informação que vos mando que tomeis, do que atras vos digo, que he ella tal, e tam certa, que me devo satisfazer della quando o souber, vos mando que acudais a isso com fallardes e dizerdes, como de vós, á Rainha ou ao Duque de Anju seu filho, ou a algúia pessoa do conselho (segundo vos bem parecer, polo que tiverdes entendido dos negocios e termos perque elles correm) que em materia de tal qualidade se não devia fazer nada sem me darem conta do que nella passa, ou ao menos licença a vós, pois lá estais para disso me avisardes com esperarem resposta minha: e porem desta comissão não usareis senão no caso atras ditto, e com a consideração que cumpre que nelle tenhaes. O segredo de tudo isto ey por escusado encomendarvos, porque a materia he de qualidade que ella per si vos advirte (43).

Outra nota à margem revela a significação das palavras *com aquella gente*, que estão em itálico no código: *parece que deve ser com M. de Vendoma, como foij.* Ora

(42) Cód. n.º 887, fol. 166 v.

(43) Fol. 142. Segundo a cota marginal, a carta é de 1 de Outubro de 1571. Deve ser equívoco, talvez 1 de Setembro, pois o embaixador, só depois de a haver recebido, podia solicitar a audiência, que lhe foi concedida em 8 de Outubro.

O sr. Edgard Prestage publicou na *Revista de Historia* (n.º 24, ano VI, 1917), com o título de *Novas informações sobre a embai-xada de João Gomes da Silva a França*, as oito cartas relativas à Embaixada de França, em 1571-1572, insertas nesse código.

Henrique de Bourbon era duque de Vendôme; com êste simples esclarecimento, toda a carta se ilumina.

Nos primeiros dias de Junho de 1570, já o embaixador espanhol em França anunciava ao rei católico que se haviam entabolado negociações para o casamento da princesa Margarida com o filho da rainha de Navarra (44); e essas negociações activaram-se, a partir de Janeiro de 1571. Pelos seus agentes em Paris, Madrid e Roma, devia D. Sebastião ter conhecimento dêsse facto. Portanto, nas instruções verbais que, meses depois, em Sintra, deu a João Gomes da Silva, manda-lhe que, mal chegue a França, o averigue. O embaixador avisa-o da verdade: as negociações correm velozmente. Se o negócio estiver tão adiantado — escreve-lhe o rei, na citada carta — que não haja tempo de o prevenir, procurarárâ-*él*, como de iniciativa sua, a rainha Catarina de Médicis, ou seu filho Henrique, ou qualquer membro importante do Conselho, para lhes declarar que não deviam ter tomado aquela resolução, sem préviamente a comunicarem ao soberano português. Mas o próprio D. Sebastião recomenda a João Gomes da Silva que não use dessa comissão, *senão no caso atrás ditto*, isto é, se a informação obtida fôr *tal*, e *tam certa*, que o monarca se *deva satisfazer della quando o souber*.

A isto se reduzem as instruções, que o conde de São Mamede julgava sinceras. Simples habilidades do jovem soberano, para dar a ilusão de aceitar uma coisa que a sua natureza repugnava. Em 28 de Novembro de 1571, quando o cardeal Alexandrino já vinha, por terras do Alentejo, a caminho de Lisboa, escrevia o cardeal D. Henrique a Felipe II, dizendo-lhe que o sobrinho se ia dispondo para o consórcio com a princesa de França (45)! Mas não pode admitir-se que D. Sebastião ignorasse o que, cinqüenta e um dias antes, Carlos IX e a rainha mãe haviam explicitamente respondido ao seu embaixador.

(44) Conde de São Mamede, *ob. cit.*, pág. 74 (Nota).

(45) Visconde de Santarém, *Quadro elementar*, t. III, pág. 448.

O resultado da visita do Legado pontifício já o contámos no capítulo antecedente. O rei consentia, afinal, em tratar do casamento, quando tão poucas probabilidades havia de se poder ainda realizar; e as negociações não seriam conduzidas pelo rei católico. O cardeal Alexandrino, como representante do papa, combinaria as condições com a corte de França. Era, porém, muito tarde. Ao passar por Madrid, nos últimos dias de Dezembro, o Legado procurou De Fourquevaux, que se limitou a dizer-lhe que o amo já não tinha *aucune scintille de volonté de jamais rechercher le dit mariage* (46).

Quando, em Fevereiro de 1572, o cardeal Alexandrino chegou a Blois, onde se encontrava então a corte, já estava assente o matrimónio de Margarida de Valois com o príncipe de Béarn; mas as bôdas só se celebraram em 18 de Agosto. E a 24, dia de S. Bartolomeu, dava-se a espantosa carnificina dos huguenotes, que foi em Lisboa festejada com uma procissão geral, missa solene em S. Domingos, sermão gratulatório, pregado por Fr. Luís de Granada, repiques e luminárias. D. Sebastião mandou até a Paris um embaixador extraordinário, o comendador-mor de Cristo, D. Afonso de Lencastre, incumbido de significar a Carlos IX o seu contentamento por tamanha obra, executada com tanto zêlo. Este lamentável excesso de júbilo talvez fôsse devido ao horror que, em Portugal, causará o morticínio do P.^o Inácio de Azevedo e mais trinta e nove religiosos da Companhia de Jesus, que navegando para a costa brasileira, em Julho de 1570, foram assaltados por uma armada de corsários franceses, comandada pelo calvinista Jacques Soria, e passados à espada ou lançados vivos ao mar; e em Setembro do ano seguinte, havendo duas naus, uma francesa e outra inglesa, de que era capitão o luterano João Capdeville, aprisionado o navio mercante, que conduzia o governador do Brasil, D. Luís Fernandes de Vasconcelos, treze Padres jesuítas

(46) Carta de De Fourquevaux a Carlos IX, datada de 2 de Janeiro de 1572. Gachard, *Chroniques Belges inédites*, t. II, pág. 356.

tinham sofrido a mesma sorte. ¡Atrozes consequências do fanatismo, encobrindo verdadeiros crimes com a máscara da religião!

*

* * *

A rainha D. Catarina não podia convencer-se de que a aversão do neto pelas mulheres, essa repugnância mórbida, que o levava até a afastar delas os olhos — todos os embaixadores espanhois, D. Fernando Carrillo, D. João de Borja e D. João da Silva, se referem, com freqüência, às manifestações misóginas do rei — resultassem de incapacidade para o matrimónio, conforme lhe diziam pessoas íntimas; e como D. Sebastião, se lhe não dava provas de carinho, a tratava com mais consideração, visitando-a amiúde, resolveu insistir com êle, mostrando-lhe a necessidade de pensar em noiva que lhe conviesse (47). A resposta do rei — *é preciso que a futura soberana seja bela* — entusiasmou D. Catarina, que pediu imediatamente para Espanha uma lista das princesas casadoiras. Ocupavam o primeiro lugar: a princesa Maximiliana da Baviera, cuja irmã era casada com o arquiduque Carlos, irmão do imperador; e a duquesa viúva de Lorena, que, pela mãe, pertencia também à Casa de Áustria.

Fingindo uma resolução assente, quando era apenas um meio de ganhar tempo, D. Sebastião, em 24 de Dezembro de 1572, escreveu à princesa D. Joana, rogando o aconselhasse quanto às condições e pessoa com quem devia consorciar-se (48). Felipe II não tomou a sério os propósitos do sobrinho. Assim o dizia claramente ao seu embaixador, em carta de 7 de Fevereiro de 1573: *En cuanto á lo del casamiento,... es muy verosímil que el haber movido esta platica debe ser para cumplir con su abuela, madre y subditos y entretenelos con el trato*

(47) Como prova de deferência com a avó, D. Sebastião, de certo a conselho dos Câmaras, levantara então o desterro a Pedro de Alcáçova Carneiro.

(48) A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 390.

y presencia dellos, y no con voluntad de llevarla á efecto (49).

Em Abril de 1573, enviou D. Sebastião curiosas cartas à mãe e ao tio, versando o mesmo assunto: reconhecia a conveniência de contrair matrimónio, e o seu desejo seria fazê-lo com uma das suas primas coirmãs; mas eram ainda tão crianças — a mais velha, a infanta Isabel Clara Eugénia, só em Agosto perfazia sete anos — que não podia pensar em tal; pedia-lhes, portanto, o seu parecer sobre as duas princesas, que encimavam a lista das pretendentes noivas. O próprio rei católico, apesar das suas prevenções, chegou a acreditar na sinceridade do sobrinho; e ao embaixador português, o meirinho-mor D. Duarte de Castelo Branco — que, em Junho de 1571, substituíra D. Francisco Pereira — declarou que tanto à irmã, como a él, lhes parecia muito conveniente a princesa da Baviera.

O empenho de mais uma vez se apresentar como chefe de família, uma espécie de tutor de D. Sebastião, levou Felipe II a dirigir-se ao duque da Baviera, pedindo-lhe a mão de sua filha para o jovem rei de Portugal. Apresou-se o duque a responder que da melhor vontade a concederia; e assim o comunicou o rei católico a D. João de Borja, em carta de 11 de Agosto de 1573, datada do Escorial (50).

Quinze dias depois, escrevia D. Sebastião ao seu embaixador em Madrid, dando-lhe instruções sobre o que devia dizer à mãe e ao tio. Esta carta é um documento precioso: não só oferece a redacção confusa, obscura, ambígua, que caracterizava todos os escritos do monarca, mas revela já a intenção de protelar as negociações matrimoniais, que Felipe II iniciára:

Meirinho mor. Vy a vossa carta em que me escreveyes o que a princesa minha senhora por vós me responde, de que entendo nam entender o que lhe escrevy, por que ouve que o feito era o mesmo que agora queria, que nam he. Porque o que mandey foy

(49) Danvila y Burguero, *ob. cit.*, pág. 188.

(50) A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 388.

ympedir o tratado, e saber os termos em que ficava e o mays que se pudesse saber, sendo o primeiro presuposto, por nenhum caso, o de ninguem poderse entender que eu nisto entrava...

Neste principio e meo em que a princesa e a Rainha... escrevem á emperatriz, terey contentamento de por este modo e os mays que tiver, entrar elRey meu tyo, para mays depressa se fazer. E nos mays particulares, como dote e mais cousas que nisto ha, por que na parte da conclusão e recebimento cuyo que he hum grande desproposito meu responder a preposito, nem cuidar em como nunca foy, nem se vio, nem pode ser recebido e concluydo o meu casamento por criados doutrem, inda que sejam de ElRey meu tio...

Primeiro que deis as cartas que sobre ysto escrevo á princesa minha senhora e a elRey meu tio, sabereys da princesa minha senhora, sem se entender que he da minha parte, se o que a princesa minha senhora fez he o que por este modo pretendo; e dizendovos que he feito, lhe respondereys que mo escrevereys logo, por que sabeys que ey de levar muito contentamento de se guanhar este tempo, e depoys hum dia lhe dareys a minha carta, e a elRey, mostrando que então vierão, por que, posto que não sirva para o que quero, por ser feito, serve sobre entenderdes ysto particularmente.

As instruções podem assim resumir-se: O embaixador, antes de entregar as cartas que D. Sebastião mandava à mãe e ao tio, indagaria da princesa D. Joana, *como coisa sua*, se estava feito o que o filho pretendia. Se a princesa respondesse afirmativamente, D. Duarte de Castelo Branco fingiria que ia participar ao amo esta notícia, e *um dia*, quer dizer, decorrido certo prazo, faria entrega das cartas, como se *então viesssem; no que levaria o rei muito contentamento de se ganhar essa tempo*. Continua a carta:

E dizendo-vos que o que quero não está feito, lhes dareys logo as cartas, falandolhes nisto largamente, e mostrareys de minha parte o contentamento que tenho de ysto correr por taes tres vias [Felipe II, a rainha Ana de Austria e á princesa D. Joana], sendo huma, e que agora que neste modo procede e por taes caminhos corre, espero em Deos fazerse ysto como desejo, e elles pretendem, e que tam depressa se fará tudo, como desejado delles, esperado por my, e importante a tudo ^(*).

(*) Biblioteca Nacional, *Fundo Geral de Manuscritos*, código n.º 887, fols. 198-199. Carta de D. Sebastião ao Meirinho-mor sobre

Se não estivesse feito o que D. Sebastião pretendia, era desnecessário inventar qualquer demora, pois as negociações deviam prolongar-se. Ordena, nesse caso, ao embaixador que mostre à mãe e aos tios, não só o seu testamento, por serem êles os medianeiros no consórcio, mas ainda a sua esperança de que tudo corresse *tão depressa*, como todos desejavam. ¡Confiantes e lisonjeiras palavras, encobrindo um propósito contrário! Em breve, a apressada intervenção do rei católico lhe traria um novo e inesperado desaire.

Mais de dois meses decorreram sem que o soberano português voltasse a referir-se ao seu casamento na Baviera. A 27 de Outubro, em carta a D. João de Borja, pedia Felipe II uma resposta, para a transmitir ao duque; e em fins de Novembro, participava-lhe o embaixador que D. Sebastião resolvera enviar a Madrid o seu estribeiro-mor, D. Francisco de Portugal, com instruções especiais sobre o assunto. Mas só partiu em Maio de 1574, com uma série de objecções e dúvidas, destinadas a preparar a retirada do amo.

Era ardente desejo da rainha D. Catarina que o neto se unisse à primogénita das princesas de Espanha; e sugeriu-lhe que, tendo de esperar dois anos para a consumação do matrimónio com a princesa Maximiliana da Baviera, melhor seria esperar quatro ou cinco, e casar com sua prima, a infanta Isabel Clara Eugénia. D. Sebastião, que já completara vinte anos, abraçou pressurosamente esta idéia, que lhe afastava para longe o pesadelo do casamento; e D. Catarina, em 14 do referido mês de Maio, escreveu ao rei católico, mostrando-lhe as vantagens daquele enlace (52).

D. Francisco de Portugal, que chegara por essa ocasião a Madrid, depois de recebido por Felipe II em simples audiência protocolar, disse ao secretário de Estado,

o seu casamento na Baviera. De Belém (mosteiro dos Jerónimos), 26 de Agosto de 1573.

(52) Danvila y Burguero, *ob. cit.*, pág. 215.

Gabriel de Zayas, que não vinha para ultimar o consórcio de D. Sebastião com a filha do duque da Baviera, porque a duquesa viúva de Lorena era melhor partido e o imperador tinha ainda duas filhas solteiras. Portanto, o amo ficaria muito grato, se o tio quisesse esclarecê-lo: onde, quando e como devia êle casar. Estas habilidades cortou-as o rei de Espanha, mandando a seguinte resposta ao embaixador: que a princesa Maximiliana era um partido muito superior ao de Lorena; que, em sua opinião, o casamento se devia efectuar o mais cedo possível, afim de assegurar a sucessão do reino; e que oferecia a sua esquadra para conduzir a noiva de Génova a Lisboa (53).

Nova carta escreveu D. Catarina a Felipe II, em 9 de Junho. Só morreria sossegada, *dexando al rei echo hijo de Vuestra Alteza y a Vuestra Alteza más particularmente obligado a en todo averse con el y con sus cosas, como padre suyo*. Esperava que Deus lhe fizesse quanto aora mas desejo en esta vida, *porque no vea yo, en my tiempo, quebrarse la buena costumbre que, siempre que pudieron, guardaron los príncipes dese reyno y dese* (54). A resposta foi imediata: por muito desejar que o sobrinho tivesse sucessão, aconselhava com tôda a instância o seu casamento na Baviera (55). A rainha não se deu por convencida; e suspeitando que a atitude do rei católico se fundaria no receio da incapacidade conjugal do neto, enviou-lhe a carta de 6 de Julho, a que já me referi, no capítulo III, a propósito da saúde de D. Sebastião. Como era impossível invocar outros subterfúgios, o monarca português, com o pretexto de que a princesa bávara era doente e feia, rompeu então as negociações; e mandou recolher D. Francisco de Portugal a Lisboa.

(53) *Relacion de lo que se ha pasado con D. Francisco de Portugal, Caballerizo mayor del Serenissimo Rey desde 21 de Mayo hasta 21 de Junio de 1574.* A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 388.

(54) *Danvila y Burguero, ob. cit.*, pág. 218.

(55) *Carta de Felipe II à rainha D. Catarina. Madrid, 16 de Junho de 1574.* A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 388.

Carlos IX falecera em fins de Maio de 1574. Passado o ano de luto, lembrou-se a rainha de Espanha, Ana de Austria, de casar D. Sebastião com a rainha viúva, sua irmã; e o embaixador, D. João da Silva, nos primeiros meses de 1576, recebeu ordem de propor êsse enlace. Mas D. Catarina, que voltara a insistir no casamento do neto com a infanta Isabel Clara, venceu a dificuldade, alegando que o rei de França morrera de moléstia contagiosa. Isabel de Austria, por sua parte, também não mostrava desejo algum de contrair segundo matrimónio, pois se retirou para a Alemanha e recolheu a um convento, por ela fundado (56).

O papa Gregório XIII muitas vezes insistiu com D. Sebastião na urgência do seu casamento, para garantir

(56) No *Quadro Elementar*, t. II, pág. 422, e t. III, pág. 461, vem mencionada uma *Carta do Conde de Portalegre, Embaixador de Portugal em Castela, a El Rey D. Sebastião*, datada de 29 de Março de 1576, na qual se relata uma conversa com a rainha católica por causa dêste casamento. A esta carta se referiram alguns historiadores; pois tôdas as suas indicações estão erradas. A rainha católica é a rainha D. Catarina; a carta não é dirigida a El-Rei D. Sebastião, mas a Felipe II; e o conde de Portalegre não é o embaixador de Portugal em Madrid, mas o embaixador espanhol em Lisboa, D. João da Silva, que nesse tempo não usava, nem podia ainda usar dêsse título.

D. João da Silva era filho de D. Manrique da Silva, mestre-sala da imperatriz D. Isabel, e de D. Beatriz da Silveira, nobre dama portuguesa, que havia acompanhado a irmã de D. João III a Castela, quando do seu matrimónio com o imperador Carlos V. Em 1577 casou com D. Felipa da Silva, neta de Alvaro da Silva, 3.º conde de Portalegre e mordomo-mor de D. Sebastião, que enviuvara de D. Pedro Denis de Lencastre, irmão de D. Jorge, 2.º duque de Aveiro. Concedeu êsse monarca a D. Felipa da Silva o direito de suceder na casa do avô, após o seu falecimento — que ocorreu em 1579, já no reinado do cardeal D. Henrique. Só depois começaram, ela e o marido, a usar o títuo de condes de Portalegre. A confirmação é de 1584.

A mesma carta, muito corregida, foi publicada por Fr. Manuel dos Santos (*História Sebastica*, Liv. II, cap. xxv); mas ainda atribue a D. Catarina, e não a Ana de Austria, a ideia do casamento de D. Sebastião com a rainha viúva de França.

a sucessão do reino. Nas respostas do soberano português nunca havia promessas categóricas, nem compromissos formais. Das cartas, que neste sentido escreveu a João Gomes da Silva, que da embaixada de Paris transitara para a de Roma, escolho esta — as outras são do mesmo teor — datada de 28 de Setembro de 1576:

Quando á practica do casamento direis a S. S. que bem vejo quanto mostra nisto o paternal amor que me tem e os respeitos que o movem a me mandar lembrar cousa de tam grande minha obrigação, como he a que tenho á sucessão de meus Reynos, com que eu muito desejo e procuro cumprir, o que até agora não pôde ser, como S. S. deve ter entendido, e que como nisto ouver cousa de que lhe deva dar conta, terey o cuidado divido de lho comunicar logo, e darlheis de minha parte as graças por esta sua lembrança, e lhe beijareis por ella o pee (¹).

As negociações relativas ao consórcio do rei de Portugal com a filha primogénita de Felipe II, já foram expostas no capítulo III. A relutância do rei católico, a sua resistência aos pedidos de D. Catarina e, posteriormente, aos do próprio sobrinho, não podem de modo nenhum imputar-se ao íntimo desejo de manter D. Sebastião solteiro. Incontestavelmente, lhe procurou noivas. O jovem monarca é que as rejeitava com variados pretextos. Quando declarou ao cardeal Alexandrino que podia tratar do seu casamento com Margarida de Valois, já élê sabia, pelo embaixador português em França, que estava combinado o enlace dessa princesa com Henrique de Navarra. Era, portanto, uma resolução tão serôdia, que lhe não devia trazer perigo algum. E se pediu a mão de sua prima a Felipe II, fê-lo apenas por ser esta a maneira mais eficaz de contar com o seu auxílio para a jornada de África. O tio é que não tomava a sério êsses propósitos conjugais, e bem claramente o dizia aos seus embaixadores em Portugal: não queria prender a filha com quem talvez depois procurasse fugir, com subtilezas

(¹) Biblioteca Nacional, *Fundo Geral de Manuscritos*, código n.º 887, *Embaxada de Roma*, fól. 155 v.

e delongas, ao cumprimento do contrato; e se o consórcio chegasse a efectuar-se, ainda confiava menos na sua aptidão matrimonial.

O procedimento do sobrinho parecia, em verdade, dar-lhe razão. Quando, após o falecimento da infanta D. Maria, em 10 de Outubro de 1577, o rei católico mandou a Lisboa o conde de Andrade, para dar os pêsames à família real, outra missão trazia esse embaixador extraordinário: a de dizer a D. Sebastião e à rainha D. Catarina que o casamento da filha tinha de ser muito retardado, pois a infanta não dava nenhuns sinais de atingir a nubilidade, na época normal⁽⁵⁸⁾; e o rei, que em breve completava vinte e quatro anos, não protestou, nem procurou sequer indagar se o motivo seria verdadeiro ou um hábil subterfúgio do tio. «Falar-lhe em matrimónio — já dizia, em 1569, o embaixador espanhol, D. Fernando Carrillo — era falar-lhe na morte»⁽⁵⁹⁾.

⁽⁵⁸⁾ Carta de Felipe a D. João da Silva. Escorial, 24 de Outubro de 1577. (Colecção Belda, *apud* Danyila y Burguero, *ob. cit.*, pág. 281).

⁽⁵⁹⁾ As inclinações amorosas, atribuídas a D. Sebastião, não são indiscréções da história, mantidas pela tradição: duas reduzem-se a invenções estremes, sem ponta de veracidade; a outra nasceu de mexericos da corte, avolumados talvez pela própria interessada.

A paixão do jovem soberano por uma princesa moura, a quem conhecera em Tânger, durante a primeira expedição à África; as freqüentes viagens que a Lisboa fazia um cativo do Xerife, para lhe trazer recados da sua apaixonada; os misteriosos encontros de D. Sebastião com esse mensageiro, de noite, na praia da Trafaria — tôda esta complicada e romanesca aventura não resiste à mais ligeira crítica.

Um manuscrito do falecido arquitecto e bibliófilo José Maria Nepomuceno, publicado em 1879, no vol. I da revista ilustrada *A Arte*, descreve com minúcias, que parecem inspiradas em informações coevas, a inclinação do rei por D. Juliana de Lencastre, filha única do 2.º duque de Aveiro, D. Jorge de Lencastre. Os episódios de que se reveste essa intriga amorosa, folguedos, diversões, caçadas em Sintra, até uma *mascarada de noite em uma quinta do distrito de Carnide* — festas a que era chamada tôda a nobreza, só para mais facilmente se avistarem D. Sebas-

tião, o duque e a filha — brigam, de modo flagrante, com o retraímento do monarca, absolutamente contrário a tais divertimentos. Mas isto seria o menos. Segundo a referida *Memória*, o rei teria então 20 anos e D. Juliana 16, com pouca diferença. Os factos deviam, portanto, decorrer em 1574. Nesta data, a filhinha de D. Jorge de Lencastre era uma criança de quatro anos, pois tinha apenas oito, quando o pai faleceu em Alcácer-Quibir.

O terceiro episódio podia ter algum fundo de verdade. Em Novembro de 1571, começou a divulgar-se na corte que o moço D. Sebastião distingua com particulares atenções a gentil dama da rainha sua avó, D. Joana de Castro, filha do 4.º conde da Feira, D. Diogo Forjaz Pereira. Conta um manuscrito, que o visconde de Juromenha (*Obras de Luiz de Camões*, vol. I, págs. 502-505) atribuía, aliás sem fundamento sério, a Fr. Luís de Sousa:

Outra vez sucedeu que comendo El Rey e a Raynha, servia á mesa D. Joana de Castro, e de alguma indisposição lhe deu um vagado de que teve um desmaio, que deu causa a se fallarem grandes cousas, e animo a D. João da Silva, embaixador de Castella, para em forma de Paço perguntar a El Rey se era a causa daquelles acidentes?

O desmaio e a consequente bisbilhotice da corte seriam verdadeiros; o resto é invenção, pois D. João da Silva só tomou conta do lugar em Fevereiro de 1576. O que se sabe, por uma carta de D. João de Borja a Felipe II, de 24 de Dezembro de 1571, é que D. Joana de Castro escreveu a esse embaixador, pedindo-lhe uma entrevista secreta, em que amargamente se queixava de que o rei lhe negara licença para tratar do seu ajustado matrimónio, dizendo-lhe que não se casasse, nem metesse freira. Este singular procedimento só pode explicar-se por um desejo de escândalo. Mas D. Sebastião fez cessar a coscuvilhice, autorizando o casamento da afilhada dama.

A carta de D. João de Borja está arquivada em Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 389. Já a ela se referiu Danvila e Burguero (*ob. cit.*, pág. 179).

CAPÍTULO VI

A PRIMEIRA JORNADA DE ÁFRICA

Horroroso auto de fé em Évora. — Por terras do Alentejo e do Algarve. — Reforma das Ordens Militares. — A expedição a Ceuta e Tânger. Ausência absoluta de orientação e de plano. — Regresso de D. Sebastião ao reino. Uma grande tempestade o salteia no caminho. — Morte do confessor. — A queda de Martim Gonçalves da Câmara. — Novos ministros. — Caprichos régios. — Falecimento do Senhor D. Duarte. — Como adulavam o rei!

Não lhe consentindo o seu ânimo inquieto permanecer muito tempo no mesmo lugar, em fins de Outubro de 1572, partiu D. Sebastião para Évora, onde se demorou até o fim do ano. Ali lhe proporcionou a Inquisição um auto de fé, como ainda não houvera outro, «hum celebre Auto de Fé, de que ficou grande fama», diz um cronista, pois foram queimados, no mesmo dia, dezoito réus ⁽¹⁾). Afim de dar mais imponência ao acto, mandou-se construir, na praça principal da cidade, um cadasfalso de cantaria, onde flamejava, em grandes labaredas, a fogueira; e contígua à casa da câmara armou-se uma tribuna para que o rei, o cardeal D. Henrique e o Senhor D. Duarte pudessem assistir còmodamente ao atroz espetáculo. A frente de D. Sebastião, durante toda a cerimónia, que durou horas, esteve o alferes-mor D. Luís de Meneses, empunhando o estoque real, como

⁽¹⁾ P.º J. Pereira Baião, *ob. cit.*, Liv. III, cap. II.

a significar que o soberano era o defensor da fé. D. Sebastião considerava tão útil o Tribunal do Santo Ofício que, juntamente com as felicitações pela matança de S. Bartolomeu, mandara a Carlos IX o conselho de introduzir a Inquisição em França (¹).

Em 2 de Janeiro de 1573, saiu o rei para várias terras do Alentejo e do Algarve. Formavam a sua comitiva o Senhor D. Duarte, o duque de Aveiro, D. Jorge de Lencastre, e seu irmão D. Pedro Denis de Lencastre, o conde de Vimioso, D. Afonso de Portugal, e seus filhos D. Francisco e D. Manuel, o conde da Sortelha, D. Diogo da Silveira, e seu filho D. Álvaro, o alferes-mor D. Luís de Meneses, o capelão-mor D. João de Castro, o secretário Miguel de Moura, o vedor da Fazenda, D. Martinho Pereira, e um numeroso grupo de fidalgos, entre êles D. Álvaro de Castro e Cristóvão de Távora, filho de Lourenço Pires de Távora, que já começavam a diferenciar-se na privança do rei.

Esteve em Beja, onde correu touros; em Ourique, de visita ao campo que a tradição consagraria como o local do combate de D. Afonso Henriques com cinco chefes mouros; em Lagos, cujos moradores celebraram o dia dos seus anos com uma festa tauromáquica, que D. Sebastião agradeceu, elevando a vila à categoria de cidade; e discorrendo por Castro Marim, Mértola, Serpa e Vila Viçosa, para caçar na tapada dos duques de Bragança, nos meados de Fevereiro recolheu a Évora. Aqui se demorou um mês, indo na semana da Páscoa a Lisboa, com o pretexto de cumprimentar a avó; mas, em fins de Abril, estava de novo na capital do Alentejo, gastando o tempo em touradas e torneios. Nos últimos dias de Julho voltou ao Algarve; e pousava em Lagos, cuja enseada o seduzia, quando recebeu a notícia da morte da mãe, a 8 de Setembro, no Escorial, com trinta e oito anos

(¹) *Instruções dadas ao embaixador extraordinário D. Afonso de Lencastre. Évora, 29 de Novembro de 1572* (Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. III, liv. II, cap. xviii).

apenas. Decorridos os dias de nojo, que passou num pequeno mosteiro de religiosos capuchos, o mosteiro de S. Francisco da Piedade, no Cabo de S. Vicente, partiu D. Sebastião para Lisboa.

As visitas ao Algarve, pela proximidade da costa marroquina, tinham exacerbado, no jovem rei, a sua antiga aspiração de ir combater pessoalmente os mouros. Já, em 1571, pedira a Pio V autorização para reformar os Estatutos das três Ordens Militares, de Cristo, Santiago e Avís, e acrescentar à cruz dos respectivos hábitos uma seta, em memória da arma com que fôra martirizado o santo, cujo nome usava; mas esta distinção só seria conferida aos cavaleiros, que na guerra se assinalassem por feitos notáveis.

Acedeu o pontífice, na bula expedida a 23 de Agosto daquele ano⁽³⁾; e em 6 de Fevereiro de 1572, promulgou D. Sebastião os novos Estatutos, com modificações claramente denunciadoras das belicosas intenções que o haviam movido:

Primeiramente ordeno, que daqui em diante se não lance o Habito Regular de qualquer das ditas Ordens a pessoa alguma, senão aos que tiverem primeiro servido na guerra de África tres annos continuos; ou aos que tendo servido na India, pelo menos o dito tempo de tres annos tiverem feito serviços tão notaveis, que me pareça que o merecem... No dar das Commendas daqui em diante se guardará esta ordem: as que renderem cem mil reis forros... e dahi pera baixo se não proverão por antiguidade de tempo, senão por numero de homens, que tem de cavallo, de maneira, que se dem á aquelles, que quando vagar a Commenda constar que tem servido com mais homens de cavallo... E por quanto muitas pessoas de nobre geração, e que na guerra podem fazer muito serviço, são tão pobres, que não poderão sustentar o numero de homens de cavallo, que lhes serão necessarios para poderem ser providos, ou o serão mais tarde do que convem; as Commendas, que passarem de cento até duzentos mil reis de renda *inclusivè*, não se proverão por numero de homens de ca-

(³) *Ad Regiae Majestatis fastigium*, publicada por Lourenço Pires de Carvalho, *De Ordinibus Militaris*, pág. 129 (*Apud Fr. Manuel dos Santos, sb. cit., Liv. II, cap. xx*).

vallo, como as de cem mil reis para baixo; mas por antiguidade no serviço da guerra... As outras Commendas, que passarem de duzentos mil reis forros,... não as servirão, nem proverão senão por numero de homens de cavallo...; mas no serviço de Commendas de qualquer quantia, e de qualquer das Ordens, não se contarão a pessoa alguma, senão somente os homens de cavallo, com que servir á sua custa, e não da minha fazenda (*).

O primeiro Capítulo Geral que se celebrou, depois dessa reforma, foi o da Ordem de Cristo, reúnido em Santarém, na igreja de Marvila, armada com preciosas tapeçarias, a 8 de Dezembro de 1573. Presidiu o rei, lendo as seguintes palavras, em que se nota aquela confusão, aquela falta de nitidez na expressão do pensamento, tão características dos seus escritos:

Vendo, e ponderando a honra que á Ordem fiz, e considerando o lugar, conjunçõens, e tempo, que nella concorrem, por principio do fim, conclusão, e efecto della, me pareceo dizervos a honra, que a ella, e a vós agora faço, tanto mayor que as estimadas por grandes; quanto mais conforme á natureza dos Portugueses, e propria obrigação nellas, da que me pareceo fazervos neste lugar, e tempo vos fallar; sendo de vós tão entendido dever, e haver de fazer eu esta honra á Ordem, e a vós, como esperado, desejado, e pertendido de vós, e verdes o efecto della; e vendo que dizia hum Santo dos na Escritura celebrados, que a esperança do que esperava tinha no seu peito collocada, e firmemente posta, e dos seus olhos havia de ser vista, e entendendo quão largamente podeis dizer isto desta honra, e o efecto della; para que me não deterey, e me abreviarey a volo dizer, como para o effectuar, que he haverme de servir da Ordem, e dos Commendadores della honrada, e não onerosamente, como para os efeitos, que se hão de seguir, convem (*).

A esperança do que esperava, que tinha no seu peito collocada, e firmemente posta, e dos seus olhos havia de ser vista, era a sua vitória sobre os infieis. A honra, que D. Sebastião tão orgulhosamente assinalava — disse-o o bispo de Miranda, Dr. António Pinheiro, no discurso

(*) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. III, liv. II, cap. xxi; Fr. Manuel dos Santos, *ob. cit.*, Liv. II, cap. xx.

(*) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. III, liv. II, cap. xxi.

que a seguir pronunciou — consistia no facto de haver o rei — apesar de governador e perpétuo administrador das três Ordens, pela união dos Mestrados à Corôa, promulgada em 1551 — professado na Ordem de Cristo, durante os poucos dias que estivera recolhido no mosteiro do Cabo de S. Vicente, armando-se a si mesmo cavaleiro, diante do altar do santo, que tomára por padrinho, proferindo o voto das obrigações militares dos cavaleiros professos (º).

Em tôdas as acções do rei se revela agora o propósito de activar a guerra contra o Xerife. Nos meados de 1572, fôra Rui de Sousa de Carvalho, o celebrado heroi do cerco de Mazagão, nomeado capitão-mor de Tânger; e logo em 21 de Setembro teve com os mouros um combate de que saiu vencedor. A D. Sebastião, porém, todas estas pelejas pareciam mesquinhas, e pouco diligente o governador, que deixava passar meses sem alargar o término da

(º) D. Sebastião pedira também a Pio V uma das setas, que martirizaram o santo do seu nome, para a depositar no templo, que se estava construindo em Lisboa. Mandou-lha Gregório XIII, autenticada pelo breve de 8 de Novembro de 1573. Recebeu-a o monarca, em Fevereiro de 1574, com a maior solenidade, na vila de Almeirim, prêgando o dr. António Pinheiro, orador oficial em tôdas as festas e cerimónias da corte. Camões dirige-lhe então as celebradas oitavas, que começam assim:

*Mui alto Rei, a quem os Céus em sorte
Deram o nome augusto e sublimado
Daquele Cavaleiro que, na morte
Por Cristo, foi de setas mil passado;
Pois dèle o fiel peito, casto e forte,
Co' o Nome Imperial tendes tomado,
Tomai também a seta veneranda
Que a vós o sucessor de Pedro manda.*

O antigo soldado de Ceuta confia na vitória de D. Sebastião sobre os mouros:

*Preságio temos, esperança clara,
Que sereis braço forte e soberano
Contra o soberbo gládio Mauritano.*

praça, nem desbaratar exércitos inimigos; e escreveu-lhe uma carta, censurando a sua inércia, que atribuía à influência da mulher, «preferindo as delícias do thalamo aos perigos da campanha»⁽¹⁾. Aquelas delícias era o rei incapaz de as compreender; mas devia pensar — se uma forte exaltação guerreira lhe não obscurecesse a reflexão — que as fôrças de que dispunha Rui de Sousa de Carvalho nada valiam contra o enorme poder xerifiano. Os resultados da injusta increpação não se fizeram esperar: na primeira escaramuça, travada junto dos muros de Tânger, em 2 de Julho de 1573, não olhando ao número dos adversários, o capitão-mor combateu com tanta valentia, com tamanho despêgo da vida, que caiu traspassado de feridas, para mostrar que não fugia aos perigos da campanha.

Começou D. Sebastião a preparar ocultamente a sua ida à África. Incumbiu o governo do Algarve — cargo que até então não existia — a D. Diogo de Sousa, com ordem de aparelhar meios de transporte para a expedição; e nomeou governador de Tânger, com poderes quási majestáticos, seu primo D. António, que pouco antes conseguira do papa Gregório XIII — apesar da indignação do cardeal D. Henrique — a almejada dispensa das ordens de diácono, trocando assim o hábito clerical pelo da Ordem de S. João de Jerusalém, a que pertencia, como Prior do Crato. A 2 de Julho de 1574, lançou-se pregão em Lisboa, convidando voluntários a alistar-se; e a 19 saía a esquadra com mil e duzentos infantes, além da gente de cavalo que, somada à existente na praça, devia perfazer um corpo de oitocentos cavaleiros. Nas *Instruções* que, em data de 14, o rei dera a D. António, sobressaía uma cláusula, que merece referência especial:

E devendo vós levar instrução minha sobre o que deveis fazer naquelle Cidade, me pareceo mandarvola dar em tão poucas palavras como estas serão; assim pela muy grande confiança que de

(1) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. III, liv. II, cap. xxv.

vós tenho, como por se não poderem pôr regras particulares em cousas de guerra, em que as mais certas são as que dá o bom conselho das pessoas de que elle se deve tomar, segundo os casos, e acontecimentos o requerem. Pelo que vos encomendo, e encarrego muito, que procedais com conselho em tudo o que houverdes de fazer, e especialmente nestas cousas de guerra, e com isso podereis depois melhor, e mais seguramente tomar assento, e determinação nellas; e por certo tenho, que assim o fareis, inda que o não leváreis por minha instrução, e as pessoas, com que vos aconselhardes, serão as que tiverem idade, experiência, e as mais qualidades, que para isso se requerem, ou sendo pessoas de tal qualidade, que por este respeito os devais chamar para conselho (*).

! Singular condição, imposta por quem nunca se importou com os votos dos mais velhos e experientes! Para tornar efectivas as suas *Instruções*, D. Sebastião não só nomeou logo as pessoas que deviam constituir o Conselho, mas ordenou houvesse um livro em que se lançassem todos os pareceres; de secretário serviria o Ouvidor Geral (*).

Partido o Prior do Crato, mais se aferrou o monarca à idéia de guerrear pessoalmente o Xerife. O confessor sabia-o, mas não conseguiu dissuadi-lo. A sua influência já não era a mesma, desde que a vontade obstinada do confessado começara a manifestar-se mórbidamente. A rainha andava assustada, inquieta; custava-lhe, porém, a crer que a loucura se consumasse, pois no ano anterior o neto se mostrara muito agravado, por ela dar ouvidos a boatos, só devendo acreditar o que êle lhe dissesse. O cardeal D. Henrique, cujos conselhos cada vez colhiam

(*) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. III, liv. II, cap. xxvi.

(*) Eram oito as pessoas, que D. António devia ouvir em Conselho: D. Álvaro Coutinho, D. Francisco de Meneses, D. João de Meneses de Sequeira, Martim Correia da Silva, Pedro Álvares de Carvalho, capitão de Mazagão, Rui Barreto e dois moradores de Tânger, o contador Diogo Lopes da Franca, e outro que tivesse «mais experiência da guerra». Tanto as *Instruções*, como a *Carta de poder* e uma provisão secreta sobre a forma de usar da sua jurisdição, se encontram no cód. n.º 887 do *Fundo Geral de Manuscritos* da Biblioteca Nacional (fols. 210-217).

menos efeito no ânimo do sobrinho, retirou-se desgostoso para o mosteiro de Alcobaça (¹⁰).

A 15 de Agosto, estando D. Sebastião em Sintra, mandou que três galés, devidamente equipadas, o fôssem buscar a Cascais; e no dia 17 aqui embarcou com o seu séquito, entre o qual se contavam o Senhor D. Duarte, o duque de Aveiro e o conde de Vimioso, dizendo-lhes que ia ao Algarve, donde mais facilmente podia prover à guerra de África. Dirigiu-se a Lagos, em cuja baía estava fundeada a esquadra do Estreito, composta de um galeão e cinco caravelas, que se reuniram às suas; e dali, a 20, escreveu à avó, ao cardeal-infante e ao secretário Miguel de Moura, participando-lhes que resolvera passar à costa africana, e incumbindo a regência ao tio. Na mesma data, enviou também algumas centenas de cartas — que já levava escritas de Sintra — às diferentes cidades e vilas do reino, assim como às principais famílias nobres, mandando-as concorrer com toda a gente e cavalos disponíveis, para a campanha que projectava:

Cheguey a este Reyno do Algarve, e conformandome com as occasiões do tempo, e procedendo nos intentos, practicas, e resoluções passadas sobre as materias de África, assentey irme á Cidade de Ceuta, e della á de Tangere, tanto que chegar gente com que me pareça que o devo fazer; pelo que vos encomendo muito, e vos

(¹⁰) Receando a má impressão que ao pontífice causaria o afastamento do tio, a 16 de Julho de 1574 escrevia D. Sebastião ao embaixador português em Roma, João Gomes da Silva, forjando a explicação seguinte:

Entendendo quanto cumpre a meu serviço serdes avisado de tudo o que for para isso, para conforme a obrigação de vosso officio fazerdes os que forem necessarios, me pareceo escrevervos como o Cardeal Infante meu tio, me pedio licença para este verão se recolher em Alcobaça, e ali com mais quietação, e repouso, por causa da sua idade, tratar de pôr em efeito algumas cousas de que me deu conta, que tocão a sua consciencia, apontadome as razões que de sua parte para isso avia, que lhe não aceitey... E porem fezme sobre isto tanta instancia que me não pude escusar per derradeiro do que com ella me pedio. (Bib. Nacional, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. n.º 887, fol. 150).

mando, que logo, tanto que esta virdes, vos venhaes a Tavira com todos os cavallos, que puderdes ajuntar, logo sem dilação deixando ordem para virem apóz vós todos os mais com que me puderdes servir, e tenho por muy certo, que na brevidade, e em tudo o mais procedereis como de vós espero, de que eu sempre terey aquella lembrança que he razão, e em Tavira deixo ordem do que hey por meu serviço, que façaes; e querendovos embarcar em outra parte para da hi ires direito a Tangere, o podereis fazer (¹¹).

Esta desordenada e estranha forma de convocar gente bisonha, sem a mínima preparação militar, para uma empresa tão árdua, como seria a guerra contra o Xerife, é a prova incontestável da ausência total de qualquer plano, da desorientação que se observa em certas resoluções do rei, meras acções impulsivas ao serviço dum pensamento fixo.

Antes de abandonar Cascais, escreveu D. Sebastião a João Gomes da Silva e ao papa, comunicando-lhes a sua ida à África. A carta ao embaixador mostra como no seu espírito tomara vulto e se arreigara a idéia desta guerra:

Pela carta que com esta vos mando para o S.^{to} Padre (de que vay de fora a copia para a verdes) entendereis meus intentos nesta minha ida ás cidades de Ceita e Tangere, esperando nesta conjunção de lhes dar principio, para o que ao diante se deve proseguir, em tam importante materia, tam necessaria, e obrigatoria e em que eu por isso de alguns annos a esta parte tenho tomado a resolução que agora começo a pôr em efeito. Muito vos encomendo que deis logo minha carta a S. Santidade, antes de por outra alguma via poder saber de minha ida, e lhe proponhais as causas della, justificandoas com as muitas razões, que para isso ha que vereis pela mesma carta; de maneira que possão ser tambem entendidas de S. Santidade, como convem em causa de tal qualidade, e que eu espero seja muy louvada de S. Santidade, e que não faltarão para isso todos os boons officios que vos confio (¹²).

(¹¹) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. III, liv. II, cap. xxvii.

Diz um cronista que o monarca expedira de Lagos oito mil cartas! Este evidente exagero foi perfilhado por historiadores modernos: Oliveira Martins, *Historia de Portugal*, t. II, liv. V, III, *Jornada de África* (da 4.^a edição em diante).

(¹²) Cascais, 17 de Agosto de 1574. Bib. Nacional, *Fundo Geral de Manuscritos*, cód. n.^o 887, fol. 150 v.

Também lhe ordenava que, dias depois, apresentasse a Gregório XIII a carta de crença, pedindo autorização para transformar os prazos do reino em fateusins, dando *as pessoas que os trazem... o que parecer justo e razoado para suprimento desta guerra de África*. Todos os subsídios são precisos — explica o monarca,

mormente indo as mesmas despesas em muito mais crecimento, com a resolução que tenho tomado de mandar fazer guerra ao Xerife, com muito mor poder do que até aquy se lhe fazia (¹).

Muitos fidalgos partiram logo para a África, em geral sós, pois a urgência da convocação não lhes dera tempo de armar e levar os seus vassalos; o duque de Bragança, porém, conseguira reunir algumas centenas de homens, que de Lisboa, saíram em 18 de Setembro, numa grande nau veneziana, fretada para esse fim. Tudo isto trazia em sobressalto a população da capital; e o aflitivo desassossego aumentou, quando correu a notícia de que D. Sebastião, como se não tencionasse voltar tão cedo ao reino, mandara seguir, no galeão *S. Martinho*, toda a recâmara do seu palácio, os músicos da capela real e o pessoal da corte, indispensável para as grandes cerimónias públicas.

D. Catarina conhecia bem os recursos de que dispunha o neto. A princípio, quando ele partiu de Lagos para Tavira, chegou a supor que tivesse desistido de ir à África. Mas logo se soube que D. Sebastião, no dia 24 de Agosto, aprofaria a Ceuta, onde foi recebido com ostentação pelo marquês de Vila Real, D. Manuel de Meneses, governador da praça. Aqui se demorou o rei até os fins de Setembro, entregue a exercícios de caça, tão confiadamente, como nas tapadas de Almeirim ou Salvaterra. O empenho de terçar as armas com os guerreiros marroquinos não o pôde, porém, satisfazer, porque os mouros nunca apareceram. Partiu então para Tânger, onde chegou no dia 30; e o seu primeiro acto — depondo o Prior do Crato do governo da cidade, por não ter corrido a

(¹) Carta anteriormente citada.

combate, sempre que ao longe assomavam fôrças inimigas — denunciou logo o estreito espírito que o dominava: recontros, pelejas, vitórias, só isso importava ao moço rei. Foi nomeado governador D. Duarte de Meneses, cujos antepassados já tinham exercido êsse cargo.

Muitas vezes saiu D. Sebastião ao campo, ora para caçar porcos bravos, ora para jogar à laranjada (com maçãs, visto não haver laranjas); ou para entrar temerariamente em território inimigo, na jubilosa espectativa de o encontrar e vencer. O Conselho reunião freqüentemente; mas não se via o resultado dessas reuniões. Tudo se fazia ao acaso, conforme o capricho do monarca, sem método, sem direcção, sem objectivo. ¿ Que valia o seu desprêzo pelo perigo, se um tiro de arcabuz, dado por um mouro escondido em alguma moita de cactos, o podia matar ingloriamente? Se qualquer fidalgo ousava, porém, dar-lhe conselhos, não voltava a fazê-lo, tão agressivamente era recebido por D. Sebastião, que considerava os mais prudentes avisos meros disfarces da cobardia. Pouco a pouco, a guarnição da praça ia aumentando, com gente vinda do Algarve; mas nas sortidas do rei, como o acompanhava quem queria, cada vez compareciam menos cavaleiros, tantos eram os agravados. Cinco, apenas, saíam sempre com êle: D. Álvaro de Castro, o conde de Vimioso e seu filho primogénito, D. Francisco de Portugal, Cristóvão de Távora e Manuel Quaresma Barreto. D. Sebastião só mostrava agrado a quem o adulasse.

Os dias iam passando. A conquista de Larache seria ainda possível; as fôrças, porém, eram poucas para guarnecer e fortificar a praça. A de Arzila, quase improvável, porque no inverno, que vinha próximo, a barra tornava-se perigosa com os ventos do levante. Em Tânger, também a esquadra não estaria segura, à mercê do temporal, entrado o mês de Novembro. As murmurações generalizavam-se. O Dr. António Pinheiro, que o rei trouxera, como pregador, para celebrar os seus triunfos, ao abrigo das liberdades de bispo — da diocese de Miranda, desde 1564 — ousou lembrar-lhe, num sermão, que os sol-

dados, as munições e os mantimentos, que havia, não bastavam para grande conquista; que Tânger podia ser-lhe tão fatal, como o fôra ao infante D. Fernando; e que era tempo de voltar ao reino para enxugar as lágrimas da avó e consolar o povo, que tanto «desejava a sua vida, como baze fundamental da conservação da Monarchia» (¹⁴).

D. Sebastião, habituado só a ouvir lisonjeiros, teve um violentíssimo acesso de furor; e mal saiu da igreja, ordenou ao Dr. António Pinheiro que renunciasse o seu bispado, elegendo logo Fr. Marcos de Lisboa para o substituir; mas a renúncia não foi por diante (¹⁵). O sábio bispo do Algarve, D. Jerónimo Osório também lhe escreveu uma carta, mostrando-lhe que «o officio de bom Rey mais consiste em defender os seus, que em offendere aos inimigos»; e aconselhando-o, por fim, a desistir da emprêsa para melhor ocasião (¹⁶). Mas estas exortações não lhe abalavam o ânimo. D. Catarina recorrera imediatamente a Felipe II, como a única pessoa que poderia influir no neto; a sua intervenção também não deu resultado.

A rainha mandou então dizer-lhe, por D. Rodrigo de

(¹⁴) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. III, liv. II, cap. xxviii.

(¹⁵) Não foi este o único conflito de D. Sebastião com membros do episcopado. Em 1571, o bispo de Viseu, D. Jorge de Ataíde, desgostoso com as dissensões da família real e a pouca atenção que o rei votava aos negócios públicos, escreveu a Pio V — a quem conhecia pessoalmente, por se haver demorado em Roma, à volta do Concílio de Trento — pedindo-lhe que interviesse, como fizera um dos seus predecessores, no tempo de D. Sancho II.

Teve o embaixador de Portugal conhecimento dessas cartas; e comunicou-o ao amo. Foi enorme a indignação do monarca, que obrigou D. Jorge de Ataíde a renunciar, provendo a diocesee em Fr. António de Sousa, da Ordem de S. Domingos. Atendendo à família a que pertencia, garantiu-lhe, porém, uma pensão de três mil cruzados anuais sobre as rendas do bispado.

Mantido em desfavor até à morte de D. Sebastião, o cardeal-rei D. Henrique nomeou-o capelão-mor do Paço e membro do Conselho de Estado. Foi um dos mais ardentes partidários de Felipe II, que lhe concedeu depois outras mercês (P.º Baião, *ob. cit.*, liv. II, cap. xv).

(¹⁶) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. III, liv. II, cap. xxviii.

Meneses, que se não voltasse em breve, viria ela mesma a Tânger, para o levar consigo, ou para acabar a vida, onde o rei a trazia constantemente em risco. Esta ameaça da avó impressionou-o, pelo escândalo que a sua chegada produziria no reino e no estrangeiro. Foram, porém, a iminência do inverno; o reconhecimento de que as fôrças inimigas eram muito superiores às suas, como tivera ocasião de ver no combate travado com alguns milhares de cavaleiros, comandados pelo vice-rei de Mequinez, que aliás viera apenas correr o campo, como explorador; e, principalmente, a recusa do soberano espanhol — talvez combinada com D. Catarina — à exportação de trigo e cavalos, que D. Sebastião pretendia comprar na Andaluzia: as causas que o obrigaram a desistir, temporariamente, dos seus projectos de conquista.

No dia 25 de Outubro embarcou no galeão *S. Sebastião*; e como as embarcações não chegavam para o transporte de todos os fidalgos, muitos passaram a Cádiz ou Gibraltar, e dali a Portugal. Uma tempestade dispersou a frota; e enquanto o galeão, que trazia o Senhor D. Duarte, surgia em Cascais, o *S. Sebastião*, forçado a meter-se ao mar largo, assim andou uma semana, até que, em 2 de Novembro, pôde o rei desembarcar em Sagres. Mas em vez de seguir logo por terra, para sossegar a avó e o tio, que tinham vivido horas de angústia, esteve nove ou dez dias no mosteiro do Cabo de S. Vicente, entrando depois, em Lagos, numa das galés da esquadra do Algarve, mandando que todas o acompanhasssem à capital. O temporal voltou de novo, com intensa satisfação do jovem monarca, que se deliciava em tais perigos; e tiveram de arribar a Setúbal e Alcácer do Sal, antes de entrar em Lisboa, no dia 30 de Novembro de 1574. Subiu a galé até Xabregas, entre aclamações do povo, que julgara D. Sebastião perdido; e nesse dia, após um *Te Deum* na igreja da Madre de Deus, jantou com a velha rainha, que se não cansava de o ver (¹⁷).

(¹⁷) Durante a ausência do rei, foi sempre grande a inquietação do povo: dir-se-ia — escreve um cronista — «que este Príncipe nas-

Foram tão vivas as censuras a que esta mal ordenada e inútil expedição deu lugar, que o próprio rei julgou do seu dever justificá-la; e escreveu a *Relação* da sua jornada. Essa longa memória descriptiva publicou-a Diogo Barbosa Machado; mas com certeza a não leu, pois não aproveitou as curiosas informações que dela se colhem. Na realidade, essa extensa exposição, em que há só quatro parágrafos em cinqüenta e três páginas, é de penosa leitura, tal a confusão de certos períodos, que são indecifráveis enigmas; e, no entanto, o documento é precioso, porque nos dá o retrato vivo de D. Sebastião, do seu modo de pensar, da jactância com que nos impõe a sua altiva serenidade perante os perigos, o alarde da sua larga visão estratégica, a ostentação dos seus profundos conhecimentos náuticos, a sua enorme vaidade, enfim, a sua autofilia (¹⁸).

cerá para causar tribulações, e sobresaltos nos corações de seus vassallos». Em Lisboa, esse estado de espírito exacerbara-se, porque o arcebispo, D. Jorge de Almeida, ordenara que, em certas igrejas e mosteiros da cidade, estivesse alternadamente exposto, dia e noite, o Santíssimo Sacramento, e se fizessem Preces de Ladaínhas pelas ruas, a impetrar para o monarca a protecção divina.

(¹⁸) O comêço, transrito na íntegra, basta para dar idéia da confusa e complicada redacção desse documento:

«Vendo de quam grande importancia he ás cousas desta calidade, serem particularmente referidas donde sem paixão, e com discurso, honra e espirito, são particularmente entendidas, e ponderadas; e sendome prezente quanto he de recear poderem ser recitadas por indignos de as poderem comprehendér, sendo com paixão, e sem discurso, sem honra, nem espirito, ignorantemente discorridas, e consideradas, me pareceo por mim particularmente entenderem os particulares acidentes, e o que mais se offereceo nesta minha jornada, que por tudo me resolví fazer a Africa. Não começarei pelas razoens, e causas do que fiz, que de prezente se me offerecerem, não tratando das que por si bastaráo, e sobejaráo, e o protesto de S. Paulo, que dizia: *Vos me coegistis*, para tratar das objeções, e despropositos, dos que não são ha tantos annos, e muito tempo que as cousas da Africa, com as pessoas de partes, calidades, e experincia tenho praticadas, tratadas, e discorridas, e a seu parecer rezolutas, e assentadas as primicias, e pontos, de que inferi em todos, e vi a importancia grande para tudo da minha jornada a



Os três meses e meio, que durou a ausência do rei, provocaram importantes alterações políticas. Disse Manuel de Faria e Sousa, e adoptou-o Fr. Manuel dos Santos, que o cardeal-infante não teve dúvida em aceitar a regência «porque sempre o acharão resignado para o que era mandar» (¹). Pois D. Sebastião não tinha a mesma segurança, porque além da carta, que lhe dirigiu, e da patente de nomeação que lhe enviou, por intermédio do secretário Miguel de Moura, escreveu também à avó pedindo-lhe que obtivesse de D. Henrique a aceitação do encargo; e foi até D. Catarina quem o mandou chamar a Alcobaça (²). Com mágoa, reconheceria o cardeal

Cepta, e Tangere, para que em tempo, e conjunção, em que nos Mouros havia revoluções grandes, e as cousas daquelles lugares erão de grande importancia, me resolvi passar a vellos, para as cousas delles de mim serem favorecidas, e postas no procedimento devido. Quem imaginou, e disse que hia conquistar a terra, ou fazer guerra aos Mouros, disse o que não esperey, e publiquey; e o que não disse, nem se podia entender, e pelo conseguinte o a que não hia, nem fuy, o que disse; o que publiquey, e disse, afirmou com honra, e com entendimento, e com verdade a verdade se com tanta rezão, e obrigação os Reys em pessoa, socorem os seus Lugares sendo cercados, para que se não percão; grande rezão, forsoza obrigação, e urgente cauza concorre em socorrer os meus para se ganharem, e se não passarem as occasioens offerecidas, se ao socorro de hum Lugar hum Rey em pessoa acode, e o socorre;...» (*Memorias del Rey D. Sebastião*, t. iv, *in fine*, *Relação da primeira jornada, que fez a África no anno de 1574 o serenissima rey D. Sebastião, escrita pelo mesmo príncipe*).

Encontra-se também no cód. n.º 887 da Biblioteca Nacional de Lisboa (fols. 218-248 v.).

(¹) Fr. Manuel dos Santos, *ob. cit.*, Liv. II, cap. xxiv.

(²) Só em 15 de Setembro, D. Sebastião escreveu a João Gomes da Silva, incumbindo-o de dizer ao papa que deixara o governo do reino ao cardeal seu tio, e ele o aceitara *pela importancia da matéria*.

D. Henrique tomara conta da regência, em 3. Depois de ter notícia d'este facto, é que o rei o comunicou para Roma. (Cód. n.º 887 da Bib. Nacional, fol. 151. Na cota à margem está, por manifesto equívoco, Lisboa, em vez de Ceuta).

que o sobrinho se afastava dêle; e por isso, tendo vagado o arcebispado de Évora, por morte de D. João de Melo, em 5 de Agosto de 1574, requereu a Gregório XIII que de novo o provêsse na sua antiga cadeira arquiepiscopal. Assim o autorizou o papa, em Dezembro do mesmo ano: o governo da diocese servir-lhe-ia de pretexto para se ausentar da corte.

A regência de D. Henrique provocou um facto, que ninguém podia prever: ~~Martim Gonçalves da Câmara~~, que esperava talvez ser nomeado governador do reino, pelo império que há cinco anos exercia no ânimo de D. Sebastião, recusou-se a servir sob as ordens do cardeal; e num gesto teatral de orgulho retirou-se para o convento de S. Domingos de Benfica, enquanto o rei esteve ausente. Mais do que uma petulante e injuriosa arrogância, o acto do escrivão da puridade denunciava a absoluta confiança que tinha no seu prestígio, ou a certeza do pouco afecto de D. Sebastião pelo tio, que o levaria a não ver sequer a ofensa feita a D. Henrique.

O futuro demonstrou que Martim Gonçalves conhecia bem o rei, pois ao retomar o exercício do seu cargo nenhuma observação lhe fez sobre o que se passara; e em Dezembro de 1574 ou princípios de 1575, tendo suspendido D. Martinho Pereira, o conde de Vimioso, D. Afonso de Portugal, e um terceiro — que, em 1570, fôra ocupar o lugar vago pela transferência de D. João de Castro para a capelania-mor do Paço, mas cuja identidade não pude averiguar com segurança — dos cargos de vedores da Fazenda, ainda o incumbiu de todo o serviço que estava a ser desempenhado por aqueles ministros ⁽²¹⁾.

(21) Nenhum dos três vedores tinha carta de nomeação, passada pela Chancelaria — como a não tivera também D. João de Castro: para os suspender, não era, portanto, necessário qualquer diploma. É possível, porém, que, em vez de suspensos, êles tivessem desistido ou abandonado os seus lugares, perante qualquer sinal de desfavor do rei, que lhes atribuía a insuficiência dos abastecimentos, durante a expedição à África. Estou convencido de que,

Foi a partir desta data que se acentuou a separação entre o cardeal e o monarca. As histórias que conta o P.^o Baião, no *Portugal cuidadoso e lastimado*, e Rebelo da Silva aceitou na sua *Historia de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, acerca das causas do ódio de Martim Gonçalves da Câmara a D. Henrique, são absolutamente fictícias. Dizem os dois escritores que — em 1572, segundo um, e no ano seguinte, segundo o outro — a rainha D. Catarina, de acordo com o neto, tentou levar o cardeal a ceder um dos seus altos lugares, o de inquisidor geral e, principalmente, o de arcebispo de Lisboa, em favor de Martim Gonçalves que, em troca, abandonaria o de escrivão da puridade; e que D. Henrique se queixára ocultamente a Felipe II, o qual escrevera ao papa, pedindo-lhe não aceitasse «a renúncia, que o infante enviara com calculada duplidade», acto que muito desgostou D. Sebastião (22). Tudo isto, apesar do P.^o Baião afirmar que o tirou de *Memorias fidedignas* — como as *Memorias* de Fr. Bernardo de Brito, onde, a par de factos verdadeiros, se encontram muitas fantasias (23) — não passa duma acabada, mas mal cerzida invenção. ¿ Como podia o cardeal recusar-se, em 1572, a deixar uma dignidade, a que já havia, voluntariamente, renunciado dois anos antes, pois desde os fins de 1570 que D. Jorge de Almeida era arcebispo de Lisboa? Em 1573, ainda as relações do rei com o tio eram boas. Foi no ano seguinte que D. Sebastião começou ostensi-

pelo menos, o conde de Vimioso — cuja nomeação vinha do tempo de D. João III — se afastou voluntariamente, antes de findo o ano de 1574.

(22) *Portugal cuidadoso e lastimado*, liv. II, cap. xxxiii; *Historia de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, t. 1, págs. 77-79.

(23) Na Biblioteca da Ajuda há um exemplar dessas *Memórias* (cód. 49-xi-77), subordinadas a êste título: *Cópia das couzas principaes que succederão em Portugal em tempo de El Rey Dom Sebastiam, tiradas pello Doutor Fr. Bernardo de Brito dos mais verdadeiros originais e certas relações que se poderão aver em cada materia que se trata*.

vamente a mostrar que nem os seus conselhos, nem a sua companhia, lhe eram necessários.

A privança de Martim Gonçalves, habituado a *mandar* — diz um cronista coevo — *com império absoluto e com liberdade quâsi real* (²⁴), não duraria, porém, muito tempo. Quando o monarca tomou a resolução de partir para a África, o P.^o Luís Gonçalves da Câmara, vendo que os seus avisos não conseguiam demovê-lo, pediu-lhe licença para ir passar algum tempo a Coimbra, substituindo-o, como confessor, o P.^o Gaspar Maurício, que não era espanhol, conforme supõe Faria e Sousa, mas português, natural de Viana do Castelo. Adoecendo naquela cidade, recomendaram-lhe os médicos que voltasse para Lisboa, donde escreveu ao seu antigo discípulo, rogando-lhe se restituísse ao reino. Logo que regressou, foi D. Sebastião visitá-lo ao Colégio de Santo Antão. Depois agravou-se a doença; e em 15 de Março de 1575 falecia, com cinqüenta e sete anos de idade. O rei estava, então, em Évora. Mal recebeu a notícia, recolheu-se aos seus aposentos, com manifestos sinais de sincera dor; e ainda se conservou, vestido de rigoroso luto, cinco dias encerrado no mosteiro de Nossa Senhora do Espinheiro, nos arredores da cidade.

Uma conspiração se urdiu então, na corte, para derubar o omnipotente valido. Introduzido pelo irmão na amizade e na confiança do soberano, Martim Gonçalves soube tornar-se indispensável. Os cuidados directos da governação cansavam e aborreciam D. Sebastião, que, por gôsto, estaria sempre longe de Lisboa, entregue a caçadas e montarias. Descansava, portanto, no escrívão da puridade, para quem o peso dos negócios era, pelo contrário, um prazer. Foi condescendendo com os seus caprichos, não discutindo as suas inclinações, procurando adivinhar os seus desejos, que Martim Gonçalves de tal maneira se insinuou no ânimo do rei, que era êle, afinal,

(²⁴) Fr. Bernardo da Cruz, *Chronica de El-Rei D. Sebastião*, cap. x.

quem governava, dando ao jovem monarca a ilusão de que tudo dependia da sua vontade absoluta. Desprendido de interesses materiais, a sua administração era honesta; o seu feitio autoritário levava-o, porém, a cometer violências. Mas ninguém se atrevia a falar a D. Sebastião em seu desabôno, pois não o acreditaria, se porventura o consentisse; e o queixoso ficaria sujeito a todas as represálias e vinganças do escrivão da puridade. No entanto, para prevenir todos os riscos, Martim Gonçalves da Câmara — como sempre fizeram os validos — acompanhava o rei para toda a parte, não permitindo que dêle se aproximasse ninguém, que pudesse exercer no seu espírito alguma influência. Uma das causas do geral descontentamento da nobreza era a esquivança de D. Sebastião, que muitas vezes até maltratava de palavras os velhos fidalgos, só admitindo ao seu convívio os moços da sua criação.

O chefe da conspiração era D. Álvaro de Castro. Membro do Conselho de Estado, vedor da Fazenda desde 1573, antigo embaixador em Paris e Roma, uma missão importante exercera em Espanha, por encargo especial do rei, durante as negociações do seu casamento com Margarida de Valois; mas o que sobretudo o elevara na estima de D. Sebastião, fôra o seu voto num Conselho realizado em Tânger, inteiramente conforme com os íntimos desejos do jovem monarca, ansioso por experimentar a robustez do seu braço. Quando os escutas trouxeram a notícia de que alguns milhares de mouros se aproximavam da cidade — as fôrças do vice-rei de Mequinez — convocou D. Sebastião o Conselho. Todos foram de parecer, entre os quais o duque de Aveiro, o Prior do Crato, o heróico D. Luís de Ataíde, que não era conveniente esperar os inimigos fora dos muros da praça; se o rei, porém, mandasse o contrário, êle é que nunca devia sair, pelo perigo a que se expunha. D. Álvaro de Castro não assistiu ao Conselho, por haver dois dias que recebera a nova do falecimento da espôsa; mas enviou o seu voto, sustentando que as nossas fôrças aguardassem os mouros, sob o comando do soberano. E, não obstante estar de nojo,

correu ao combate, tomando lugar junto de D. Sebastião. Estes dois factos trouxeram-lhe o favor real; e assim despertaram as suas ambições políticas.

Ligou-se então a Cristóvão de Távora, filho de Lourenço Pires de Távora, mancebo que aliava a uma louca temeridade, tanto do agrado do rei, o respeito servil do cortesão, nestes tempos de omnímoda autoridade monárquica, como sucedera em África, quando D. Sebastião lhe deu com a lança na cabeça, por não querer quem o excedesse, na perseguição aos mouros; e Cristóvão de Távora apeou-se e beijou-lhe a mão, assim preparando o seu futuro valimento. Dois outros fidalgos, dos que mais tinham sabido ganhar a vontade do rei, durante a jornada de África e a perigosa travessia marítima, se uniram também a D. Alvaro de Castro: Luís da Silva, filho de Diogo da Silva, senhor de Vagos, e Manuel Quesada Barreto.

D. Alvaro de Castro não ignorava que o valimento do escrivão da puridade era muito sólido para ser destruído rapidamente; e chamou ao conluio o velho servidor da coroa, Pedro de Alcáçova Carneiro, em 1569 destituído de todos os seus cargos. O antigo secretário de Estado não era dos homens a quem a desgraça abate e deprime o ânimo varonil, tornando-os incapazes da mínima reacção. Suportando corajosamente os seus infiúniros políticos, nunca o abandonará a esperança de tirar um dia a desforra. Entre as centenas de cartas que D. Sebastião enviou de Lagos, notificando o seu propósito de passar à África, uma recebeu Pedro de Alcáçova, que aproveitou logo o ensejo de comunicar com o rei. O velho confidente de D. João III e de D. Catarina considera-se na obrigação de responder; e a sua carta, datada de 12 de Setembro de 1574, é um habilíssimo memorial em favor do seu regresso ao poder. Aconselha o monarca a voltar ao reino, sem se aventurar a grandes riscos, «por proveitos tão piquenos, tão duvidosos, e tão incertos». E continua: «Se V. A. deseja conquistar, e o Real animo tamanha cousa lhe pede, seja quando, e como deve; faça Exercito digno de hum tão poderoso Rey, e que possa

ser capaz de huma tamanha Conquista; ajunte grandes thezouros, que V. A. veja com seus olhos, e não que lho digão, sem os quaes bem sabe V. A. que se não pôdem fazer as grandes, nem as piquenas». Depois desta rasgada lisonja às intenções do rei, refere-se «ás necessidades, em que a terra está, e as vergonhas dellas, e a pouca consideração, e discurso do remedio, que pôdem, e devem ter, e a pouca lembrança dos cazonos, que pôdem acontecer, para conforme as regras da prudencia se deverem de longe cuidar, prevenir e atalhar». Em seguida a esta rápida alusão à incapacidade dos governantes, conclue Alcáçova, apresentando-se como salvador: «Disto podéra dizer muito a V. A., mas tenho ante ella muy pouco credito, tendo muito zelo de vosso serviço, e pola ventura, sem se me atribuir a arrogancia, sendo a prezente hum dos homens, que mais experiencia, e discurso tem das couzas destes Reynos» (25).

Era exactamente a sua longa experiência dos negócios públicos, que D. Álvaro de Castro e Cristóvão de Távora queriam aproveitar; e em todas as conversações que tinham com D. Sebastião, o primeiro como vedor da Fazenda, o segundo como seu camareiro e depois seu estribeiro-mor — cargo que, por desistência de D. Francisco de Portugal, aliás recompensada por D. Sebastião no ano seguinte, começou a exercer em 6 de Dezembro de 1575 — encareciam os merecimentos do antigo ministro, como o único capaz de dar plena realização aos seus empreendimentos guerreiros. Para que a aliança entre os inimigos do valido fôsse mais íntima, uma irmã de Cristóvão de Távora casou com Luís da Silva e outra com Luís de Alcáçova, filho primogénito do velho estadista.

De outros meios se valia ainda o conluio. No Paço, nos últimos meses de 1575, em lugares onde o rei os pudesse ver, apareciam às vezes papéis manuscritos, geralmente em verso, com frisantes referências ao seu aban-

(25) P.^o Baião, *ob. cit.*, Liv. III, cap. vii.

dono da governação do Estado: um, por exemplo, chama-lhe *pastor descuidado de ovelhas desgarradas*. Confiado no P.^o Baião, Rebêlo da Silva conta — e a sua narração foi depois adoptada por vários historiadores — que numa viagem de D. Sebastião ao Algarve, em que Martim Gonçalves cometera a imprudência de não acompanhar o monarca, «que deixou partir no meio dos seus inimigos mais audaciosos», D. Álvaro de Castro claramente dissera ao amo que «o confessor e seu irmão, pouco instruidos em assuntos políticos, e ainda menos experimentados em cousas de fazenda, tinham arruinado o reino com as leis sobre cambios e moedas». Continua Rebêlo da Silva:

O discurso de D. Álvaro deixou o rei pensativo e perplexo. Ouvindo-o sem mostras de enfado, calou consigo a resposta; mas os fidalgos, que se temiam da sua indecisão, para apressar o desenlace recorreram á habilidade de um agente subalterno, João de Castilho, por indole gracejador, e solto de palavras. Este advertido do que havia de praticar entrou com uma petição, e meio em ar de riso descarregou o golpe decisivo, exclamando: «que podia sua alteza ainda despachar aquele papel, porque enquanto não voltasse a Lisboa era rei de Portugal!» O efeito do motejo profrido a propósito excede as esperanças dos que o empregavam. Offendido de ver assim publicada a oculta abdicação do exercício do seu poder, D. Sebastião, que era cioso das prerrogativas da coroa, logo d'ali converteu em má vontade a confiança, que depositava em Martim Gonçalves (*).

A fantasia tomou aqui o geito de romance. O discurso de D. Álvaro de Castro, a oportuna intervenção do bôbo João de Castilho, a resolução terminante do rei, tudo é invenção. Quando o monarca partiu para o Algarve, em Agosto de 1576, havia quase um ano e meio que falecera o confessor, e mais de dois meses que Martim Gonçalves abandonara, definitivamente, o cargo de escrivão da puridade. D. Álvaro de Castro também não

(*) *Historia de Portugal nos séculos XVII e XVIII*, t. I, págs. 86-87; *Portugal cuidadoso e lastimado*, Liv. III, cap. xv.

podia ser da comitiva régia, pois morrera no princípio desse ano (27).

A causa próxima da queda do omnipotente ministro foi um acto de despotismo, aliás idêntico a outros, que impunemente praticara, no tempo em que o irmão era vivo e a tormenta se não formara ainda sobre a sua cabeça. D. Maria de Noronha, viúva de seu irmão Nuno Gonçalves da Câmara, desposara, em segundas núpcias, um homem de condição inferior à sua, por nome Manuel Nunes. Considerando êste casamento como uma deshonra, resolveu castigar a pobre senhora, mandando-a encerrar numa das lóbregas prisões da torre de Belém. Não contente com esta arbitrariedade, quis também expô-la à vergonha de atravessar as ruas da cidade, entre esbirros, sobre uma mula, com as mãos manietadas. Ao passar em frente da igreja de Santo António, D. Maria de Noronha, a quem não tinham dito o seu destino, quando a prenderam com tumulto e gritos, imaginando que a levavam ao patíbulo, atirou-se ao chão, na intenção de fugir para o templo; mas caiu tão descomposta, que foi alvo da chacota da garotada. A família de D. Maria de Noronha sentiu-se muito desta afronta e queixou-se ao rei; a rainha, que muitas vezes fôra agravada pelo valido, pro-

(27) Supõe-se geralmente que D. Álvaro de Castro faleceu em 1577; e vários historiadores afirmam que durante alguns meses, a partir da saída de Martim Gonçalves, lhe coube a suprema direcção dos negócios públicos.

É também invenção. No Arquivo Nacional da Torre do Tombo (*Chancelaria de D. Sebastião*, Liv. 34, fol. 231) encontra-se um alvará — lançado no Livro em Junho, mas datado de Almeirim, a 6 de Fevereiro de 1576 — em que D. Sebastião revalida «hum alvará de lembrança delRey meu Senhor e avô», que lhe foi apresentado por «don João d^r Castro, filho mais velho de don Alvaro de Castro, que Deos perdoe, que foy vedor da minha fazenda».

D. Álvaro de Castro devia ter, portanto, falecido em Janeiro de 1576. Os inimigos do escrivão da puridade já estavam, porém, tão seguros, que a morte do chefe não prejudicou o êxito da conspiração.

testou também contra a inqualificável injúria feita a uma dama nobre.

Logo que o escrivão da puridade se apresentou a despacho, D. Sebastião voltou-lhe as costas. O ascendente do irmão do seu antigo confessor e mestre tinha findado; e mandou-lhe depois preguntar, por um dos págens, com que autoridade ordenára êle a prisão da sua ex-cunhada. Martim Gonçalves não respondeu e saiu do Paço, para nunca mais lá voltar. Deu-se êste facto nos últimos dias de Maio ou primeiros dias de Junho de 1576. Mas, já antes, o rei nomeára vedores da Fazenda a Manuel Quaresma Barreto, D. Francisco de Portugal e Pedro de Alcaçova Carneiro, que em breve saía para Madrid, numa importante missão diplomática.

Na correspondência do embaixador espanhol, D. João da Silva, arquivada em Simancas, há duas cartas, endereçadas de Lisboa a Felipe II, verdadeiramente preciosas para a história desta crise ministerial. Diz a primeira, em data de 1 de Maio de 1576:

En los negocios domesticos ay tambien novedades de ympor-
tancia. Ha proveydo el rrey veedores de hacienda. Porque aviendo
suspendido el año pasado tres caballeros muy principales, que le
servian en este cargo, quedó en ynterin todo el manejo de la
hacienda en manos de Martin Gonçalvez, escrivano de la puridad,
ques otro oficio muy calificado y de gran ocupacion, sin' otros
muchos que exercitava, y todos ynsolentemente, segun dizen.
Las quexas que del avia fueron aziendo poco a poco ympression
en el animo del rrey y comenzole a desfavorezer, desocupandole de
algunos cargos, y ultimamente nombró en su compañía por veedores
de hacienda otros dos, que son don Francisco de Portugal, que
V. M. conoce, y un Manuel Quaresma, hombre de poca calidad,
pero de buen entendimiento, y el uno y el otro son del Consejo.

Dizen los emulos de Martin Gonçalvez que, dandole compañía,
no puede durar en aquel oficio y que no le quedará autoridad
ninguna, y tienese por cierto que en el de escrivano de puridad se
le entrará Pedro de Alcaçova, que es el hombre de mas abilidad y
experiencia que ai en este Reyno. Si esto se quaja, quedará derri-
vado; pero mientras fuere escrivano de puridad, no se puede contar
por muerto. Los negocios de V. M. ganaran mucho en que este
ministro no entienda en ellos. Aunque tampoco me satisfazan los
que de nuevo se an proveido. Porque don Francisco será muy sugeto

a Manuel Quaresma, y tengole por hombre doblado y artificioso; mas qualquiera será mas a proposito que Martin Gonçalvez (¹¹).

Duro, violento, costumado a impor a sua vontade, Martim Gonçalves da Câmara suscitará muitas antipatias, provocará muitas queixas justificadas; mas o seu patriotismo pusera-o sempre em guarda contra o predomínio da Espanha. Por isso, D. João da Silva dizia ao amo que *os seus negócios ganhariam muito, se não passassem pelas mãos desse ministro.* É o mais autorizado testemunha da sua dedicação patriótica.

A segunda carta, datada de 26 do mesmo mês, não é menos elucidativa:

Avisado tengo a V. Mag.^d de que el Rey proveyó por veedores de hacienda a don Francisco de Portugal y Manuel Quaresma, no excluyendo a Martin Gonçalvez. Despues se declaró tambien Pedro de Alcaçoba, que es el mas conveniente ministro que se pudiera elegir para tratar con el las cosas de V. Mag.^d.

Aviendo nombrado tres, tengo por escluso a Martin Gonçalvez, porque sin el se cumple el numero ordinario; y tambien me afirman que a los demas se les han dado provisiones de sus officios y a el no. Y dandoselas muy firmes, sin limitacion alguna, cosa que desde la menor hedad del Rey no se acostumbrava, porque la Reyna y el cardenal no provehian absolutamente los officios, sino reservando siempre la voluntad del Rey y el lo avia conservado, por removerlos con menos dificultad, quando le pareciesse. Con estos se ha roto la costumbre y buelto a lo antiguo; y assi se entiende que estan fundados con firmeza y que Martin Gonçalvez saldrá de la compañía brevemente, y aunque persevere algun rato no le quedan fuerças ni authoridad ninguna (²²).

A nomeação de Pedro de Alcáçova Carneiro deixara D. João da Silva satisfeito: partidário da rainha D. Catarina, adverso à política do cardeal-infante, com nenhum outro ministro se poderia entender melhor o representante de Felipe II.

As informações do embaixador espanhol precisam de comentário. Os vedores da Fazenda eram, geralmente,

(¹¹) A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 393.

(²²) A. G. de Simancas, Sec. de Estado, idem.

três. Mas D. Álvaro de Castro foi provido nesse cargo, por carta passada em Évora, a 23 de Outubro de 1573 (ºº), e a suspensão ou desistência dos três vedores, a que anteriormente me referi, só se deu nos fins de 1574 ou começos de 1575; portanto, durante mais dum ano, houve quatro vedores da Fazenda em exercício. Martim Gonçalves da Câmara substituiu os três vedores, sem provisão ou carta régia; como a não tivera também para o cargo de escrivão da puridade e, no entanto, usara do ofício em negócios do Estado e até referendara diplomas com êsse título (ºº). Por isso, quando abandonou altivamente o Paço, ao ver por terra o seu predomínio, implicitamente perdeu os dois lugares. Os novos vedores da Fazenda, D. Francisco de Portugal e Manuel Quaresma Barreto, foram nomeados no mesmo dia, 7 de Maio de 1576, por cartas passadas em Salvaterra (ºº); mas estas nomeações já eram conhecidas em fins de Abril, pois D. João da Silva as menciona, na sua carta de 1 de Maio. O provimento de Pedro de Alcáçova Carneiro só se tornou público bastantes dias depois; a carta régia é,

(ºº) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Sebastião*, Liv. 32, fol. 225 v.

(ºº) Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, *Memoria sobre os escrivães da puridade dos reis de Portugal e do que a este officio pertence* (*Memorias da Academia Real das Sciencias de Lisboa*, t. XII, pág. 200), cita apenas a referenda de Martim Gonçalves, como escrivão da puridade, numa *Carta régia de 1571*. A *Provisam sobre as Ordenanças*, datada de Almeirim a 15 de Maio de 1574, termina por estas palavras: «E esta provisão se imprimirá, e ajuntará ao Regimento geral das Ordenanças, para que todos os Capitaens móres, e das companhias, e Officiais dellas a possão ter, e saibão o que nella se contem; e mando que sendo os treslados della impressos, na maneira que dito he, assinados por Martim Gonçalves da Camara do meu Concelho, e meu Escrivão da puridade, se lhes dé tanta fé, e credito, e se cumprão, e guardem tão inteiramente, como se por mim forão assinados». (*Provas da História Genealogica da Casa Real Portuguesa*, t. III, pág. 245).

(ºº) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Sebastião*, Liv. 34, fols. 229 v. a carta de D. Francisco de Portugal, e 230 a de Manuel Quaresma Barreto.

porém, da mesma data, ou foi antedatada, para não haver precedências de antiguidade (33). Todos três, assim como o estribeiro-mor Cristóvão de Távora e Luís da Silva, a quem D. Sebastião deu o cargo palatino de sumilher da cortina, entraram para o Conselho de Estado.

Outras consequências trouxe ainda o desvalimento de Martim Gonçalves. Ninguém chamou o rei a escrivão da puridade; as suas funções, quando precisas, seriam desempenhadas pelo secretário Miguel de Moura. Também não foi logo provida a vaga de D. Álvaro de Castro. As esperanças, que muitos tinham pôsto na sua prudência, morreram com ele. D. Sebastião continuava cada vez mais dominado pelo desejo de voltar à África. Se vivesse, o filho de D. João de Castro nada conseguiria contra a idéia fixa do rei. Não esqueçamos que, lisonjeando as suas paixões, é que ele pôde minar a influência de Martim Gonçalves da Câmara.



D. Sebastião pousava em Lisboa, o menos possível. Este desapêgo à sua terra natal magoava muito a cidade, cuja câmara às vezes promovia festas, a que o rei tivesse gôsto de assistir, ou nelas até tomasse parte, para mais tempo o prender na capital. Em Abril de 1575, ofereceu-lhe o Senado municipal uma corrida de touros, que D. Sebastião aceitou, marcando para o espectáculo o dia de S. João; mas exigiu que a tourada se realizasse em Xabregas, no largo fronteiro ao Paço onde se alojava a rainha D. Catarina, talvez para convencer o público do seu amor pela avó. Este capricho exigiu avultadas despesas. Foi preciso meter estacaria e atulhar uma parte da praia, que só ficava inteiramente a descoberto na vazante, e terraplaná-la depois, formando um amplo ter-

(33) Arquivo Nacional da Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Sebastião*, Liv. 40, fol. 16 v.

reiro, em volta do qual se construíram palanques de três andares, forrados de sedas variegadas, para a rainha, a infanta D. Maria, as principais autoridades e a corte; também havia lugares para o povo. Nestas obras trabalharam mais de duzentos homens, durante muitos dias.

De manhã, jogaram-se as canas, entre dois bando, um capitaneado pelo rei, outro pelo Prior do Crato; à tarde, correram-se touros, entrando como cavaleiros, além de D. Sebastião e D. António, apenas o duque de Aveiro, que tão gentilmente se houve em várias sortes, que os aplausos romperam calorosos, o que muito contrariou o monarca, cuja vaidade se agravava, sempre que junto dêle alguém sobressaía em qualquer exercício corporal. É significativo êste episódio, que relata Fr. Manuel dos Santos. Num torneio a pé, efectuado em Évora, na primavera de 1570, combateu D. Sebastião com o alferes-mor D. Luís de Meneses; e, ao segundo encontro, saltou-lhe a espada da mão, com a fôrça do golpe recebido. Pois os juízes do campo conferiram ao rei o prémio do jôgo da espada, pela sua airosa gentileza ao levantá-la do chão (34)!

A festa de Xabregas desgostou vivamente o Senhor D. Duarte, por não ter sido convidado, ao passo que D. António tomara parte na tourada e no jôgo das canas; e retirou-se para Évora, onde vivia o cardeal D. Henrique, no propósito de não voltar mais à corte. D. Sebastião, quiçá por êle ser o herdeiro presuntivo da corôa, não lhe dava a consideração que as suas qualidades pessoais mereciam; pois, na jornada de África, tanto correra para sustentar fidalgos pobres e até encobrir faltas de previsão régia, que ficara muito endividado. Estes desgostos abreviaram-lhe a vida, falecendo em 28 de Novembro de 1576, aos trinta e cinco anos, na fôrça da idade; e a sua morte abriu a porta às ambições de Felipe II (35).

(34) *Historia Sebastica*, Liv. II, cap. viii.

(35) Dizia D. João Hurtado de Mendoza a Carlos V, na carta — já citada no capítulo I — de 12 de Julho de 1557, que os portu-

Em Agosto de 1575, tinha o capitão das galés, Diogo Lopes de Sequeira, apresado três fustas de mouros, na costa do Algarve. Esta tomadia despertou no rei desejos de o imitar; e como, no mês de Agosto do ano seguinte, viessem notícias de que treze galés de turcos andavam pairando nas águas de Sagres, D. Sebastião mandou aprestar um galeão e diversas galés, partindo imediatamente ao seu encontro. Chegando ao Cabo de S. Vicente, chamou trezentos arcabuzeiros de Lagos e alguma gente de cavalo, para guarnecer os portos menos presidiados. Os turcos, porém, não apareceram. Assim conta o rei a Miguel de Moura, em carta de 14 de Setembro de 1576, pormenorizando as providências que tomara, aliás contra o parecer geral — «com contradição, em que ha muito que dizer, dos que dizem» — escrevia êle com a falta de clareza habitual.

Duas noites os esperey, que não vierão, não sey se os virão; servio este rebate para se não perder o costume de não dormir duas noites, e meya, e ties dias sem me despir, e com dormir muy pouco, e quasi sem me encostar sobre a cama, e as noites com manga de malha, e gola; athe sahir o Sol, e descobrir o dia, não houve que ver, e a que dizer não ha para que mais athe chegar (**).

Para se avaliar a que extremos chegava a adulação dos ministros, basta transcrever estes trechos da resposta que lhe deu o secretário de Estado:

Esta noite passada recebi as Cartas de V. Alteza, li muitas vezes a de que V. Alteza fez mercê a seu serviço, e a mim, não porque me embaraçasse na letra, mas por o muito, que a letra della significava, que nos outros sentidos não me meto, conhecendome por indigno de os entender, e interpretar, e discorrer; cuido certo, que cumpre grandemente ao serviço de V. Alteza para o presente, e

gueses muito queriam que a infanta D. Maria casasse com seu sobrinho, o Senhor D. Duarte; decreto para assegurar a sucessão do reino. O embaixador, porém, não acreditava nesse casamento, *porque la esperanza dudosa del Reyno de Portugal no le havia de hacer á ella tomar marido tan diferente de los que se le han ofrecido y del animo que tiene mostrado.*

(**) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. IV, liv. I, cap. iv.

para o futuro poremse estas cousas em lembrança; e não sey como isto possa ser, se V. Alteza não escrever de si como o fez Cesar... Ditoso rebate, e muito mais felice se fora por diante; mas se a ordem, e razão das cousas, que conforme a ella se fazem, val mais que os bons successos dellas, (porque sómente são aprovadas dos que não investigão as causas das mesmas cousas) faço conta, que os Turcos desembarcarão em terra, e que lhes aconteça o que quererá Deos, que sempre lhes succeda, onde V. Alteza, e seus Capitaens estiverem... Que Carta esta para o Emperador se fora vivo; porque no que não foy antevira o que podera ser se fora. Determino de a trasladar para por o primeiro Correyo mandar a Pedro de Alcaçova para a ver, e poder nisto fallar com o Duque de Alva ("").

Os ministros, a maioria dos membros do Conselho de Estado, todos os novos oficiais palacegos, rodeavam o rei de tão excessiva e constante adulação, que até o embaixador espanhol o consigna na sua correspondência com Felipe II. Mas a vaidade de D. Sebastião não carecia desses estímulos: él próprio se incumbia de tornar conhecidos os seus actos. Em 20 de Fevereiro de 1575, para que Gregório XIII avaliasse o que fôra a jornada de África, enviava o rei esta carta a João Gomes da Silva:

Vendo não me ser possivel acabar hum roteiro que escrevo, e faço da jornada que fiz a Ceita e a Tanger, e desejar por tudo mandarvolo muito brevemente para saberdes particularmente os particulares do mar da ida, e da vinda, e dos accidentes da terra e o poderdes mostrar ao Papa, e entender o que por ventura lá não será sabido, me pareceo escrevervoso agora para o significardes ao Papa, e entender que tem mais que ver e saber do que lhe terão ditto, e referido, e neste intento, me direis o que mais se vos offerecer, que não será pouco para o Papa entender e seus Capitães o que he ("").

Em África não houvera conquista, nem batalha formal: o combate com os cavaleiros do vice-rei de Mequinez fôra uma simples escaramuça. D. Sebastião queria, no entanto, que o Pontífice e os seus capitães soubessem,

(**) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. IV, liv. I, cap. iv.

(***) Bib. Nacional, cód. n.º 887, fol. 152. É datada de Salvaterra a carta de D. Sebastião ao seu embaixador em Roma.

não só o que fizera em Ceuta e Tânger, como os perigos que vencera nas duas travessias marítimas. Por isso Miguel de Moura, para mais lhe cativar o favor, mandava agora a Pedro de Alcáçova — que se encontrava em Madrid, numa missão diplomática — e *para a mostrar ao duque de Alva*, a carta que o amo lhe escrevera sobre as noites passadas em claro, à espera dos turcos...

CAPÍTULO VII

A OBCECAÇÃO DO REI

Guerras civis em Marrocos. — A embaixada de Pedro de Alcâçova Carneiro a Felipe II. — A entrevista de Guadalupe. — Grande explosão em Lisboa. — A nova jornada de África. Meios empregados para obter dinheiro. A desorganização dos preparatiuos militares. — A entrega de Arzila. — Uma obstinação mórbida. — Falecimento da infanta D. Maria.

AIDÉIA de voltar à África tornara-se para o rei uma verdadeira obsessão. Directa ou indirectamente, todos os seus actos tendiam a êsse fim. E as discordias, que então sobrevieram entre os mouros, mais lhe exacerbaram o forte desejo de partir. O grande movimento religioso e político, que por volta de 1510 começara a desenhar-se no país de Dra, alastrando como uma onda enorme, estabelecera solidamente em todo Marrocos a primeira dinastia dos Xerifes, a dinastia dos Sádidas; mas as rivalidades, as ambições dos príncipes, ensanguentaram logo a Berberia. Quando Mulei Abdalah subiu ao trono, em 1557, os seus três irmãos, com receio de alguma traição, refugiaram-se em Argel. O mais velho foi, anos depois, assassinado por uns sicários. O mais novo, Mulei Ahmed, voltou para Marrocos e, talvez pela sua pouca idade, conseguiu escapar. O outro, Mulei Abde Almélique (o *Muley Moluco*, ou só *Moluco*, das nossas Crónicas), entrou ao serviço do sultão da Turquia. Os ócios dos combates aproveitava-os para se instruir, raros príncipes havendo, nessa época, tão ilustrados como êle. Em Janeiro de 1574, morreu Abdalah, sucedendo-lhe

Mulei Mohâmede Almotauaquil (o *Muley Mahamed* ou *Muley Hamet* dos cronistas, que muitas vezes o designam só por *Xarife*), nascido duma escrava negra, a quem o pai, transgredindo a ordem sucessória, instituída pelo fundador da dinastia sádida, designara como herdeiro.

Mulei Ahmedede, vendo que o novo Xerife, cuja ascendência materna o tornava, geralmente, mal aceito, já desgostara alguns alcaides com os seus actos de tirania, realizou secretamente todos os seus haveres e correu a Argel, donde avisou seu irmão Abde Almélique das probabilidades de conquistar o trono, que legitimamente lhe pertencia, se obtivesse o auxílio do sultão. Pela parte que acabava de tomar na conquista de Tunes, e a trôco duma futura indemnização de quinhentas mil onças de oiro e certas condições favoráveis à influência dos turcos na Berberia, deu Selim II instruções ao vice-rei de Argel — instruções que o seu sucessor, Amurate III, confirmou — para ajudar Abde Almélique com todas as suas fôrças. Em princípios de 1575, passou o pretendente a fronteira marroquina, à frente de alguns milhares de janízaros e cavaleiros argelinos. Mulei Mohâmede saiu ao encontro do tio com um exército muito mais numeroso. A princípio levaram os mouros a melhor; mas a infidelidade dum alcaide granadino e a indecisão, senão a cobardia do Xerife, que assistira de longe ao combate, fizeram-lhe perder a vitória. Em Março entrou Abde Almélique em Fez; e nomeou seu irmão Ahmedede vice-rei de Suz. Mulei Mohâmede retirara-se para Marrocos, na intenção de continuar a luta.

Tal era a situação política da Berberia, ao tempo em que D. Sebastião chamara novos ministros. Por cartas do governador de Tânger, tinha D. Sebastião notícia de todos êsses acontecimentos. Na esperança de conseguir pareceres concordantes com os seus íntimos desejos, em 24 de Abril de 1576 mandou a seguinte circular a vários fidalgos, pedindo-lhes a sua opinião sobre os perigos que podiam advir do avanço de Abde Almélique:

Por cartas de D. Duarte de Menezes, meu Capitão em Tangere, soube como Muley Moluco tio do Xerife entrara em Fez, e com oito,

ou nove mil Turcos, que de Argel trouxera consigo por ordem, e mandado do Turco, e com muitos Mouros, que se com elle juntarão, desbaratara o Xarife, o qual se retirara a Marrocos, e Muley Moluc fora pacificamente recebido por Rey, e Senhor de Fez. E por estas novas serem da qualidade, e importancia, que vedes, e podeis considerar, me pareceu fazervo-las logo a saber, confiando de vós, e de vossa prudencia fareis nellas aquelles discursos, que convem assi para o que eu devo á cerca disso ao presente mandar fazer, como para me prevenir, e ordenar para o que ao diante pode suceder, e que he razão, e siso que se cuide, e espere de imigos tão vizinhos aos meus lugares, e tão poderosos, e de tanta industria, e experencia nas cousas da guerra, como são os Turcos, mormente considerando que a vinda delles a Fez não he somente para dar a posse daquelle Reyno ao tio do Xarife, mas principalmente com fundamento de o fazerem tributario, e Vassallo do Turco, e o Turco se fazer Senhor de toda Africa, e de todos os portos de mar della, tendo em cada hum delles muitas galés, que lhe será facil de pôr em effeito, assi pela natureza da mesma terra, como por seu grande poder, que quando assi acontecesse, o que Deos não permitta, he quantos mailes quasi sem remedio poderião recrecer a toda Hespanha, que da Christandade se pôde dizer que he hoje a melhor, e mayor parte: e com este intento queria que não somente cuidasseis nesta materia, e a discorresseis para me nella dardes parecer, e conselho no que farey, e devo fazer nas novas, e accidentes presentes, mas ainda naquelles, que em tão propinqua potencia estão de poder ao diante acontecer... (¹).

Alguns responderam que não lhes cumpria dar alvires, mas obedecer. É significativa a carta do conde de Tentúgal, D. Francisco de Melo:

Huma carta me dérão agora de V. A. em que me dá conta da entrada do tio do Xarife em Fés com ajuda, e favor de alguns Turcos, por ordem, e mandado de seu senhor. Bejo as mãos a V. A. por hisso, e pelas palavras, com que mo faz a saber. Dizme mais que o negocio he de muita concideração, e conselho, e que por isso lhe mandasse o meu: neste cazo, e em todos, os mais dezena mais de servir a V. A. que de o aconselhar; se para elle he necessário o meu serviço, e de meus filhos, caza, e fazenda está tudo muito prestes: mas conselho, visto como V. A. não perde nada no meu, nem eu dezeno de lho dar por penna, nem em viva voz, deve, por me fazer mercê, levarme em conta, não lho mandar... Nosso Senhor, aconselhe a V. A. e alumie os entendimentos de quem o

(¹) Fr. Manuel dos Santos, *ob. cit.*, Liv. II, cap. xxvi.

aconselhar para que o façao sem outro respeito, se não do seu serviço, e do vosso, como eu creyo que será; porque não se deve crer de V. A. se não que os terá escolhido taes (¹).

A maioria, porém, não contestou, pois todos sabiam — diz o P.^o Baião — *quão pouco caso El Rey fazia de conselhos encontrario dos seus designios* (²).

A Pedro de Alcáçova Carneiro, logo depois de nomeado vedor da Fazenda, confiou D. Sebastião a importante missão de apresentar a Felipe II estes pedidos seus: uma conferência dos dois monarcas e o auxílio do tio para a conquista de Larache; e outro da rainha D. Catarina: o casamento do neto com a infanta Isabel Clara Eugénia, proposta com que D. Sebastião concordara, por ser o mais seguro meio de levar o rei católico a dar-lhe a ajuda necessária.

Em fins de Junho de 1576, partiu Alcáçova para Madrid. O segredo fôra tão bem guardado, que D. João da Silva não conseguira saber, com precisão, os fins da embaixada. Por isso Felipe II, depois da apresentação da credencial — em que D. Sebastião se limitava a anunciar que era de suma importância o que o seu representante ia propor — encarregou o duque de Alba e o Prior de Malta, D. António de Toledo, de se entenderem com él, antes de lhe conceder nova audiência.

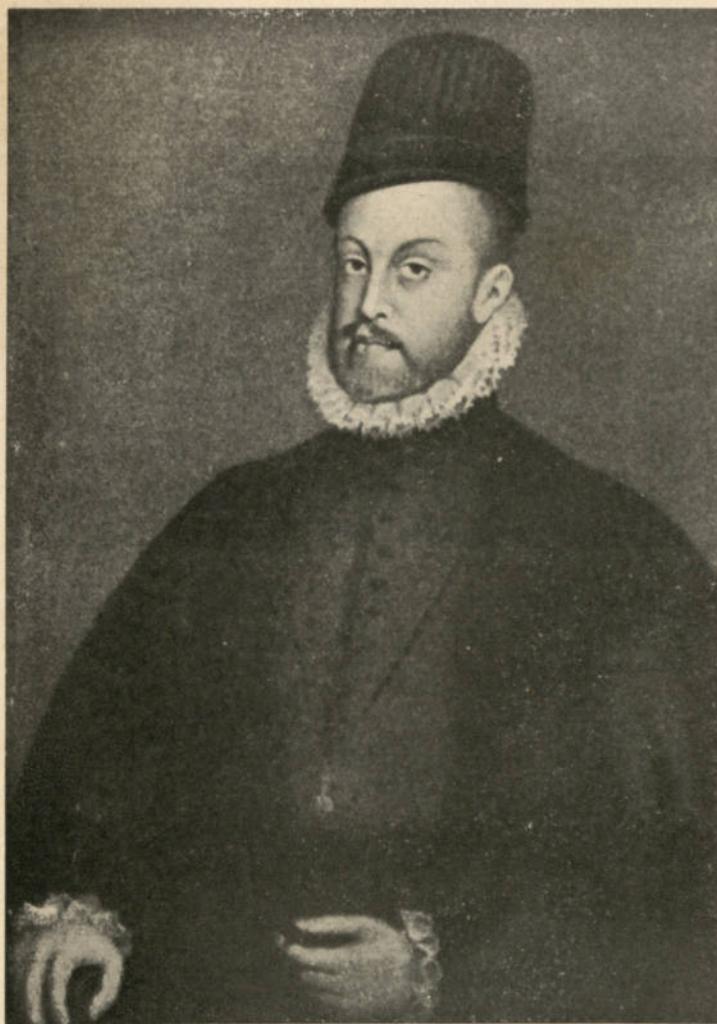
Só em 28 de Julho conseguiu o embaixador espanhol desvendar o mistério. Assim o conta él ao amo, em carta de 29:

Aunque cansso a V. Mg.^d con tantas cartas en mano propia pareçeme que las materias que ocurren me obligan a ello sin poderlo escusar.

Aier acabé de entender del rrey que pretende versse con V. Mg.^d en Guadalupe; y aunque siempre me avia parecido que se encaminava a este fin la profession de conformidad con V. Mg.^d, que su Al.^{ma} haze de unos dias a esta parte, por otros indicios se me deshazia la sospecha. De manera que no lo osé escrevir a V. Mg.^d.

(¹) P.^o Baião, *ob. cit.*, Liv. III, cap. XIV.

(²) P.^o Baião, *ibidem*.



FELIPE II

Hanse recatado de mi terriblemente; pero he lo escarnado tanto, que al cabo me lo confesó el Rey y se declaró comigo, diciendo que Pedro de Alcaçova lo ha ya propuesto a V. Mg.^d y que no quedó sin esperanza de que V. Mg.^d vendrá en ello, puesto... que las Cortes de Aragon lo dificultan. Pero que este impedimento no es de tanta consideración que por el se aia de perder un negocio tan importante al bien universal de la Cristiandad, y que cada dia se refuerzan las causas que le movieron a intentarlo, porque ayer huvo aviso de Tanger que el xarife combatió y fué vencido de su tio y escapó huyendo y queda de manera que sin ninguna resistencia se avrá entrado Muley Meluc en Marruecos; y que si V. Mg.^d y el no se le oponen a impedir que un hombre tan dependiente del turco no le dé los puertos vecinos a Espanha, se puede temer (lo que Dios no permita) que estos reinos y toda la Cristiandad reciban un grande revés; y que para dar traça en esto y en otras necessidades publicas importaría mucho que V. Mg.^d quisiesse venir en el medio de las vistas que se le ha propuesto... (4).

Como na sua carta circular a diversos membros da nobreza, D. Sebastião considerava perigosíssima a vitória de Abde Almélique, pois dava por assente que elle entregaría ao sultão os portos da Berberia mais próximos da Península, donde os turcos nos viriam causar os maiores danos. Uma conferência entre os dois monarcas seria o melhor meio de tratar d'este assunto.

Disse o rei a D. João da Silva que Pedro de Alcáçova já apresentara a proposta a Felipe II, e ficara esperançado no seu bom acolhimento. A informação era prematura. Quasi todo o mês de Julho decorreu em conversações genéricas sobre as vantagens duma expedição à África. Pediu o duque de Alba ao embaixador português que expusesse claramente o que pretendia; e Alcáçova entregou-lhe então três *Memórias* diferentes, relativas aos três objectos da missão.

A proposta da entrevista preocupou o soberano espanhol, que já em 1573 se mostrara contrário a uma insinuação de D. Catarina, nesse sentido. Dizia Pedro de Alcáçova que deviam «ser mais vistas de Pay com Filho, que vista de Rey com outro Rey»; e como o amo prome-

(4) A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 393.

teria uma romaria a Nossa Senhora de Guadalupe — célebre santuário na província da Extremadura espanhola, pertencente aos religiosos de S. Jerónimo — ali poderiam encontrar-se o tio e o sobrinho, sem necessidade de quaisquer cerimónias oficiais, não podendo a visita, com o tempo gasto no caminho, durar mais de dez ou doze dias. A segunda *Memória* tratava do auxílio — cinqüenta gaiés e cinco mil homens — que D. Sebastião considerava precisos para a emprésa de África; e era acompanhada duma exposição, escrita pelo próprio monarca português. A terceira *Memória*, redigida em nome da rainha D. Catarina, referia-se únicamente ao casamento do neto que, estando perto dos vinte e três anos, não podia continuar solteiro, «por inventos de cousas, que o tempo ainda ha de mostrar, e que serão, ou não serão» — evidente alusão ao boato de impotência, que era corrente na corte e entre o povo⁽⁵⁾.

Felipe II, sempre tardio nas resoluções que tomava, por muito as pensar e repensar, não se apressava a responder; e esta demora provocou murmurações e queixas, em Lisboa, chegando a estar iminente uma quebra de relações. O rei de Espanha decidiu-se enfim; e a resposta que, em 10 de Outubro, mandou dar a Pedro de Alcáçova Carneiro pelo seu estribeiro-mor, o Prior de Malta, D. António de Toledo, estava escrita em dois papéis, um concernente aos pedidos do rei e outro à proposta da rainha. Dizia o primeiro:

En el primer punto de las vistas, que Su Magestad holgará mucho de ver al Serenísimo Rey su sobrino, a quien siempre ha tenido y tiene por hijo, y que Su Alteza conozca de Su Magestad este amor.

En el segundo de Larache, que siendo este negocio tan comum a entrambos (haciendo disposición) Su Magestad hará en el lo que piensa hacer en toda las cosas que tocaren al Rey su sobrino.

No outro papel, respeitante ao que lhe propusera *la Serenísima Reyna su tia y madre*, lia-se o seguinte:

(5) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. IV, liv. I, cap. II.

Que desde el principio que Su Alteza le scribió sobre este negocio, le huviera respondido Su Magestad como agora, si no fuera por los inconvenientes que le ha representado; mas que viendo lo que Su Alteza insiste en esto, passa por todos ellos Su Magestad y holgará de dar una de sus hijas por lo que la dessea servir, e por entender quan bien le estará a su hija, y que esto por agora dessea Su Magestad esté secreto, y assi se lo advierte y suplica, por convenir assi a los negocios de todos (¹).

Esta embaixada deu origem a muitas confusões e equívocos. Rebêlo da Silva, seguindo em parte a *Chronica* publicada sob o nome de Fr. Bernardo da Cruz, atribue a idéia da entrevista de Guadalupe a Pedro de Alcáçova, para não recolher com desdouro da sua missão a Madrid. Oliveira Martins, adoptando, a partir da 4.ª edição da sua *Historia de Portugal* — pois, nas anteriores, nem ao assunto se refere — a opinião de Forneron (*Histoire de Philippe II*), afirma que foi Cristóvão de Moura quem «preparou ao tio e ao sobrinho as vistas que tiveram em Guadalupe». São fantasiosas conjecturas. Quando Pedro de Alcáçova partiu de Lisboa, uma das mais instantes recomendações do rei era exactamente essa entrevista.

Se Felipe II anuiu, porém, a este desejo de D. Sebastião, já não foi tão categórico, quanto ao auxílio militar pedido. Apesar da *Memória* de Pedro de Alcáçova indicar o número de galés e os milhares de soldados precisos, a promessa era muito vaga e, mesmo assim, se pudesse

(¹) *Copia de la respuesta que Su Mag.º me mandó dar a Pedro de Alcaçova, embaxador del Rey de Portugal, en Madrid, miercoles 10 de Octubre 1576.*

Lo que el Prior don Antonio de Toledo, cavallerizo mayor, del Consejo de Estado de Su Magestad, respondió de su parte y por su mandado al Señor Pedro de Alcaçova Carneyro, embaxador, del Consejo de Estado y veedor de hacienda del Serenísimo Rey de Portugal su sobrino, sobre lo que le dixo y propuso de parte de Su Alteza: (Segue a resposta).

Noutro papel à parte:

Lo que el Prior don Antonio de Toledo, etc.... á lo que le dixo y propuso cerca de su casamiento de parte de la Serenísima Reyna su tia y madre: (Segue a resposta).

A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 393.

ser (*haviendo disposicion*). Mas o rei acolheu festivamente o velho ministro, no seu regresso a Lisboa, porque o objectivo capital da embaixada fôra atingido: conseguir que os dois monarcas se avistassem em Guadalupe. D. Sebastião presava-se de eloquente, e assim lho repetiam constantemente os seus aduladores: tinha, portanto, a certeza de convencer o tio a auxiliá-lo na sua arriscada aventura. A carta, que imediatamente lhe escreveu, bem denuncia o seu intenso júbilo.

Senhor

He tan grande o meu contentamento esperando ver V. A. tão cedo como espero, que com verdade lhe posso afirmar he hû dos mayores que agora podera receber; beijo as mãos a V. A. pola merce que me niso faz, que he conforme as que sempre me faz em tudo; e quanto elas mayores são, mais dividas são as que mereço a V. A. e ao mui grande amor que lhe tenho. A dô Cristovão de Moura escrevo que da minha parte digua a V. A. algumas cousas sobre esta materia. Farméa V. A. mui grande merce em lhe querer dar inteiro credito, que eu mais desejo agora falar a V. A. que escrever lhe. Com as boas novas que Pedro dalcaçova me deu da disposição de V. A. recebi mui grande contentamento. Espero em nosso Senhor tenha V. A. sempre a saude que desejo. Nossa Senhor guarde a mui real pesoa de V. A. como desejo. De Lisboa a 26 doutubro de 76.

Bom sobrinho de V. A.
Rey

Ao muito alto e m.^{to} poderoso senhor rei de Castela meu tio (').

A rainha não ficou tão satisfeita como o neto. A resposta do sobrinho era cautelosa e ambígua. D. Catarina propusera-lhe nítidamente o consórcio de D. Sebastião com a infanta D. Isabel Clara; e Felipe II respondia que *holgará de dar una de sus hijas*. Ficou, porém, esperando que depois da entrevista a resposta fôsse mais precisa; e talvez para prender o rei católico, apesar do seu pedido de segredo, ela mesma tornou pública a notícia. Da famí-

(') A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.^o 393 (*A su M.^{da} De mano del Rey de Portugal a 26 de octubre*).

lia real, só a D. Henrique deu desgostos a missão de Alcáçova. Não só o rei lhe ocultara os fins dessa embajada, mas havendo-se oferecido para o acompanhar a Guadalupe, o seu oferecimento foi recusado (*).

(*) O afastamento do cardeal causava estranheza ao papa. Frequentemente, nas audiências concedidas ao embaixador português, Gregório XIII aludia a êsse facto, que lhe parecia inconveniente à boa marcha dos negócios públicos. Em carta a João Gomes da Silva, datada de Lisboa a 28 de Setembro de 1576, procura D. Sebastião justificar-se:

...E quanto á ausencia do cardeal que com muita razão pondera S. S.^{de} as grandes virtudes e longa experiença do cardeal, e que inda de tudo isto lhe poderey dizer mais como que o tenho conhecido e tratado tanto, e que se não deve cuidar que elle está ausente, sendo Evora tam perto dos lugares da Corte donde lhe comunico os negocios importantes, e me pode dar nelles seu parecer com menos trabalho seu do que para elle seria tirarse da sua Prelasia onde folga e onde melhor e mais desocupado das cousas seculares pode cumprir com as ecclesiasticas da sua obrigação. De maneira que com a sua estada em Evora, se faz em ambos estes effeitos como se antes seguião quando comigo andava na corte e elle tinha menos idade, e melhor disposição para isso. (Bib. Nacional, Cód. n.º 887, fol. 155 v.).

Faltava o rei à verdade, pois nunca comunicava as suas intenções ao tio. Ignorava-o Gregório XIII; mas as desculpas de D. Sebastião não o satisfizeram, e voltou a dizer ao monarca, no breve *Cardinalem Patruum*, de 21 de Dezembro de 1576, que chamasse o cardeal-infante e seguisse os seus conselhos. E ao cardeal ordenava, caso fôsse chamado, que obedecesse imediatamente, apesar dos seus anos e doenças e do serviço eclesiástico. (*Corpo Diplomatico Portuguez*, t. x, pág. 523).

Em 30 de Março de 1577, escrevia D. Sebastião ao embaixador:

Tendo nós respondido ao que por vossas cartas de primeiro de Dezembro me escrevestes sobre o Cardeal Infante meu tio, entendi depois pelas vossas de 24 que vos tornou a fallar S. S.^{de} na mesma materia, prosopondo que eu chamara o Cardeal, e dizendovos que recebera disso contentamento, por lhe parecer que era passado o desprazer que eu delle tinha, e que depois se descontentara de saber que se tornara logo para a sua Igreja... O tello junto de my foy em quanto pode ser, com muito gosto meu, e tello de my apartado foy mais por sua obrigação de prelado, e por sua idade e disposições

*
* *

Veio Cristóvão de Moura a Lisboa para combinar os pormenores da entrevista; e ficou assente que D. Sebastião chegaria ao santuário no dia 22 de Dezembro de 1576. Durante as negociações soube-se, em Madrid, que falecera o imperador da Alemanha, Maximiliano II, primo, cunhado e sôgro do rei católico, e tio, por afinidade, do soberano português. Imediatamente, Felipe II o comunicou para Lisboa, na esperança de ser adiado o encontro; mas o empenho de D. Sebastião era tamanho, que se não alterou o programa, apesar do luto dos dois monarcas.

Quando o rei de Portugal deu entrada em Guadalupe, já ali o aguardava o tio; e durante os dez dias que estiveram juntos, não podiam ser mais delicadas as atenções que dispensou ao sobrinho. As conferências realizaram-se na cela do prior, que era a mais vasta do mosteiro, a todas assistindo o duque de Alba e Cristóvão de Moura, que servia de intérprete. Algumas vezes compareceu também D. António de Toledo; mas D. Sebastião nunca se fez acompanhar por nenhum dos ministros — Miguel de Moura, Pedro de Alcáçova e Manuel Quaresma — que levava na sua comitiva.

Dois pedidos fez o soberano português a Felipe II: a mão de sua filha primogénita; um corpo de exército para a expedição à África, pago pelo tio, e transportado em galés espanholas e italianas. Ao primeiro, respondeu o rei católico favoravelmente; mas desejando o sobrinho que os desposórios se anunciassem antes do seu regresso a Portugal, ficou assente diferir a publicação do casamento, até que a infanta contasse os anos necessários

lho persuadirem, que por o eu querer. (Bib. Nacional, cód. n.º 887, fol. 159 v.).

O rei não aceitava advertências, nem conselhos de ninguém.
Como havia de recebê-los do cardeal?

para que êle se pudesse celebrar. Só D. Sebastião se deixaria enganar por esta resposta dilatória. Quantas vezes, sobretudo nas famílias reais, se anunciam e lavravam os respectivos contratos ante-nupciais, muito antes do matrimónio? Assim sucedera com seu próprio pai, cujas capitulações foram assinadas em 1542, quando o príncipe tinha cinco anos e a infanta D. Joana sete, e o casamento só se efectuou dez anos depois. O pretexto da pouca idade da filha servia a Felipe II para ganhar tempo; assim poderia talvez averiguar, com precisão, qual a doença de que sofria o sobrinho. A rainha D. Catarina é que se não iludiu, e queixou-se sentidamente ao seu antigo genro.

Quanto ao segundo pedido, longo foi o discurso de D. Sebastião, procurando convencer o tio da necessidade duma acção comum dos dois reinos da Península. Se Abde Almélique conquistasse todo Marrocos, ali dominariam os turcos, por o terem auxiliado na luta contra o Xerife Mulei Mohâmede; e do porto de Larache saíram as esquadras do sultão, para assaltar as costas de Portugal e de Espanha, pondo em graves riscos o comércio da Guiné, do Oriente, do Brasil e das Índias Ocidentais. Objectou-lhe o rei católico que o perigo lhe não parecia iminente. O desejo de Abde Almélique, como soberano marroquino, seria tornar-se independente de qualquer Poder estranho. Se o fôssemos atacar sem motivo, talvez êle recorresse efectivamente ao sultão, que aliás andava agora ocupado numa guerra contra os persas. Estava também convencido que Amurate III não desejava ocupar o pôrto de Larache, tão distante da Turquia, pois devia calcular que êsse facto, pela ameaça que representava, levantaria contra êle tôda a Cristandade.

Estas razões eram sensatas. Mas D. Sebastião, com obstinada teimosia, aguilhoados pela idéia fixa — que, aliás, ainda encobria — de voltar pessoalmente à África, continuou insistindo na urgência da emprêsa, na honra que ela daria a Portugal e a Espanha, e principalmente na sua facilidade e segurança. As advertências do duque de Alba, mostrando, pelo contrário, quanto a jornada

era incerta e difícil, irritaram-no; e foi numa dessas discussões, que o jóvem monarca perguntou, impertinentemente, ao encanecido general: *De que côr era o medo?* respondendo-lhe êle, com serenidade: *Del color de la prudencia.* Felipe II tinha empenho em que o sobrinho se não retirasse desgostoso. Negar-lhe o auxílio equivalia a cortar as relações com a côte portuguesa, a perder tôda a sua influênciâ em Portugal. Prometeu-lhe então, caso os turcos não ameaçasse os seus domínios na Itália, concorrer para a expedição com cinqüenta galés e cinco mil homens, pagos à sua custa; e autorizá-lo também a levantar na Espanha o trigo, armas e munições, que fôssem necessários.

As condições, que D. Sebastião aceitou alegremente, porque tudo que respeitava à guerra de África lhe parecia simples e fácil, dir-se-iam concertadas para o não cumprimento da promessa. Em primeiro lugar, a expedição devia efectuar-se até Agôsto seguinte, isto é, dentro do prazo de oito meses, o que seria quâsi impossível, pela atribulada situação do Tesouro e a penúria de aprestos militares. Em segundo lugar, o corpo de exército, organizado pelo sobrinho, compor-se-ia, pelo menos, de quinze mil homens, metade portugueses e os restantes alemães e italianos, não excedendo a seis mil os primeiros e a dois mil os últimos. Foi o duque de Alba quem exigiu os contingentes estrangeiros. Os portugueses pelejavam heroicamente, na África e na Índia, em assaltos ou defensões de cidades e praças fortes. Ningüém os excedia nestes combates; mas há um século que se não batiam em campo aberto. Os mouros, depois da unificação política de Marrocos, conheciam o manejo de tôdas as armas; e mantendo a tactica especial da sua cavalaria, haviam sido iniciados em todos os movimentos da guerra moderna, por instrutores cristãos, contratados ou renegados. A bravura não bastava; era indispensável quem tivesse prática, veteranos afeitos a outras campanhas, para servirem de apoio a soldados bisonhos.

Na noite de 1 de Janeiro de 1577, depois de terem passado o dia juntos, despediu-se Felipe II de D. Sebas-

tião, abraçando-o afectuosamente, como quem fazia as suas despedidas, pois o sobrinho tencionava retirar de madrugada. Entrou o monarca português nos seus apartamentos, num estado de febril exaltação. A ofensa do tio, não se despedindo dêle à hora da partida, só podia lavar-se com sangue; e em altas vozes, espada na mão, correndo o quarto a largas passadas, jurava que mal entrasse em terra portuguesa, mandaria desafiá-lo. Sentava-se a um bufete e escreve a carta de desafio; depois dá ordem para que o chamem às quatro horas, em vez das seis, que havia marcado. Cristóvão de Távora e Luís da Silva estavam atónitos, suspensos; e logo que o rei se deitou, correu aquêle a procurar Cristóvão de Moura, seu primo coirmão. A gravidade do caso obrigou-o a despertar Felipe II para lhe contar tudo. Ordenou o soberano espanhol que avisassem imediatamente a corte; e às três e meia, batia à porta do quarto onde dormia o sobrinho, despertando-o com estas palavras, que o deixaram envergonhado e confuso: *Es mucho dormir para quien ha de caminar.*

Ouvem a missa de alva. Em seguida despedem-se com as mesmas afectuosas demonstrações da chegada. O que o rei católico não disse, quando D. Sebastião se afastava, foi a celebrada frase, inteiramente forjada pelos cronistas: *Vaya en hora buena, que si venciere, buen yerno tendremos; y si fuere vencido, buen reyno nos vendrá.* A história dêste rei deu margem a tôdas as invenções e fantasias ^(*).

(*) Todos os cronistas sebásticos se referem largamente à entrevista de Guadalupe; e não faltam as *Relações* especiais, umas publicadas, outras inéditas, nas bibliotecas de Portugal e de Espanha. Na Biblioteca Nacional de Lisboa encontram-se duas: *Vistas dos Reys em Guadelupe, tiradas do original do conde Pedro d'Alcaçova*, em que se destaca uma *Lembrança do que passou no casamento del Rey*, negociações que êle conhecia de perto, pois sobre o assunto tivera conferências com o duque de Alba; e *Jornada que fez el Rey D. Sebastião a Agoa de Lupe, composta por Rodrigo ae Beça seu capellão*, que é uma descrição minuciosa da viagem do soberano português, considerada apenas no seu aspecto exterior (Cód. n.º 887, fols. 266-271 e 272-289).

Ia D. Sebastião a caminho de Guadalupe, deu-se em Lisboa uma tremenda explosão que, além de mortos e feridos, causou enormes estragos. Próximo do Paço de Santos-o-Velho, havia ao longo do rio muitas tarecenas, onde se guardavam as mais variadas mercadorias estrangeiras. Num dos armazens, estavam cento e quarenta e seis barris de pólvora, vindos da Flandres. Inadvertidamente, algumas crianças, brincando, lançaram-lhes fogo. Tôdas as tarecenas ficaram destruídas e ruíram muitas casas da Pampulha, à face da rua que seguia para Alcântara. Aqui morava o secretário de Estado, Miguel de Moura, que acompanhara o rei. Quando abateu o prédio, ocupava-se sua mulher, D. Beatriz da Costa, em vestir uma imagem de Nossa Senhora, com o menino, e outra de S. José, para o presépio do Natal, no mosteiro da Madre de Deus. Morreu uma das criadas, duas sofreram lesões gravíssimas, e ela escapou, apenas com leves queimaduras na cabeça. Em acção de graças, resolveram Miguel de Moura e a esposa fundar um mosteiro de freiras capuchas, numa quinta que possuíam em Sacavém (¹⁰). Concluído o edifício, no reinado do cardeal D. Henrique, quis o secretário de Estado enriquecê-lo com o maior número possível de autênticas relíquias. Foi até este o meio de que o grande corrutor Cristóvão de Moura ardilosamente se serviu para o fazer ingressar de todo no partido de Felipe II (¹¹).

Sofreu também consideráveis avarias o Paço de Santos-o-Velho, principalmente a sala do Conselho de Estado e aquela onde D. Sebastião costumava descansar. Deste facto tirou o rei o vaticínio de que Deus o protegia, na jornada que projectava. Duma carta que, em 26 de Janeiro de 1577, escreveu a D. João da Silva, para que o fizesse saber ao tio, transcrevo estas palavras:

Se eu não partira quando parti, supposto o sucesso da pólvora, e o efeito das pedras, e a que me alcançara na cabeça com

(¹⁰) Fr. Bernardo da Cruz, *ob. cit.*, cap. xxxvii.

(¹¹) Queiroz Velloso, *O Cardeal-Rei D. Henrique. Novos aspectos da sua história*, pág. 15.

a força, que se vio traria, polo que na parede, e pedras della fez, eu não pudera partir; de donde se pode bem inferir que por huns dias de dilação não forão estas vistas, e se perdera a grande im- portancia dellas; em que se vio permitir nosso Senhor que fosse este acontecimento huns dias depois, que parti, e não permittir que acontecesse muitos depois, nem alguns antes: porque, sendo depois, parecia sem mysterio, e sem interpretação; e sendo antes, parecera não permittir tal successo; e sendo no dia, em que foy, mostrou o que em tudo por tão diferentes modos, e evidentes demonstrações quer que se entenda, e se veja, per se sentir, e recear; e que ou a razão convença, e obrigue, ou o receyo move, e persuada; declarando Deos, e tão claramente mostrando que não sómente se perdem as cousas por se passarem as conjunçõens dellas, mas se perderem por hum dia de dilação nas boas occa- sions para elles (12).

No mesmo sentido, escreveu também D. Sebastião ao seu embaixador em Roma:

Forão muy grandes os milagres e as merces de N. S.^{or}, por- que foy o dano muito menos que pouco e quasi nenhum em comparação do que pudera ser, inda que não fosse muito grande. E parece que quis Deos que visse o mundo quam aceita lhe foy aquella romaria, e que forão ordenadas por elle aquellas vistas (13).

*

* * *

Quando D. Sebastião, em meados de Outubro de 1574, reconheceu que tinha de pôr término à sua primeira jornada, escreveu várias cartas para o reino, mandando sobrestar na saída de mais fôrças para a África, *porque o seu intento fôra apenas visitar as praças de Ceuta e Tânger*. Assim procurava encobrir o seu êrro. A verdade,

(12) Foi esta carta publicada por Fr. Manuel dos Santos (*ob. cit.*, Liv. II, cap. xxix); mas não está exacta, pois inclue trechos de outra que, na mesma data, o rei escreveu a Cristovão de Moura — não tinha então embaixador em Madrid — incumbindo-o de contar a história da explosão ao duque de Alba e ao Prior de Malta, D. António de Toledo.

(13) Lisboa, 30 de Março de 1577, (Bib. Nacional, cód. n.º 887, fol. 157).

porém, é que, ao partir de Lisboa, ele só pensava em fazer guerra ao Xerife, tendo para êsse fim impetrado de Gregório XIII a terça parte de tôdas as rendas e proventos eclesiásticos; e o papa, por um breve de 13 de Dezembro do mesmo ano, concedeu-lhe êsse subsídio, cuja execução levantou grandes protestos do clero, com o fundamento de não ser a guerra de África uma guerra necessária, como é sempre a defesa do território pátrio, mas devida apenas à vontade do rei. Só em 1577 chegaram as duas partes a acôrdo, aceitando D. Sebastião a soma firme de cento e cinqüenta mil cruzados, rateados entre os eclesiásticos conforme o rendimento dos seus benefícios (¹⁴).

O dinheiro indispensável para a organização da nova emprêsa não podia ir buscar-se às receitas ordinárias, muitas vezes inferiores às despesas exigidas pela expedição das armadas e manutenção do império ultramarino. Havia que lançar mão de expedientes, ainda que pudessem concorrer para a miséria do reino. O mais simples

(¹⁴) No breve de 13 de Dezembro de 1574, *Ad Graves*, o próprio pontífice recomenda a D. Sebastião que, à semelhança do que fêz D. Manuel, não exija mais de cento e cinqüenta mil cruzados, pagos em dois anos (*Corpo Diplomatico Portuguez*, t. x, pág. 496). Com esta quantia se contentou o monarca; e Gregório XIII, por outro breve, *Gratum profecto*, de 12 de Fevereiro de 1578, louvou-o por essa concórdia (Idem, id., pág. 536) — que devia ter-se efectuado antes de 7 de Dezembro de 1577, pois nesta data o comunica D. Sebastião ao seu embaixador em Roma. (Bib. Nacional, cód. n.º 887, fol. 164).

A realização dêste subsídio fôra cometida pelo papa a uma comissão, composta do cardeal-infante, o arcebispo de Lisboa e o presidente da Mesa da Consciência. Em carta a João Gomes da Silva, de 12 de Abril de 1577, D. Sebastião, alegando que «o Cardeal por suas indisposições, e outros impidimentos não pode entender neste negocio», e que «ha duvida em isto correr pelo Arcebispo, e pelo bispo de Leiria, que foi Presidente da Consciencia por serem interessados no mesmo negocio», encarrega-o de solicitar do pontífice novos executores do breve. (Bib. Nacional, cód. n.º 887, fol. 161). Foi então nomeado colector D. João Afonso de Meneses, filho natural do falecido arcebispo de Lisboa, D. Fernando de Vasconcelos e Meneses.

era solicitar também do pontífice a concessão duma Bula da Cruzada, por ser guerra contra os infiéis. Prontamente a expediu Gregório XIII, sendo valiosa a importância recolhida pelo respectivo Comissário Geral, D. Afonso de Castelo Branco, deputado da Mesa da Consciência. O rei pediu ainda ao papa que os prazos eclesiásticos vitalícios pudessem ser reduzidos a fateusins perpétuos, pagando os enfiteutas interessados, à guisa de prémio, uma certa quantia ao Estado, regulada pelo valor do prazo. Por um breve de 23 de Julho de 1577, autorizou Gregório XIII a enfiteuse pedida, mas só em três das dioceses do reino ⁽¹⁵⁾. A dificuldade da escolha, pois tôdas queriam ficar isentas, assim como a urgência do tempo, devem ter sido os motivos porque não teve efeito esse breve.

Alguns dos meios empregados eram violentos, outros odiosos; mas a nobreza e o povo tudo pagaram, sem reclamações. O absolutismo matara a enérgica vitalidade do século XIV. Mandou D. Sebastião inventariar todos os bens de raíz, lançando o tributo de um por cento sobre a avaliação do fisco. Levantou-se o dinheiro depositado nos Cofres dos Orfãos, Defuntos e Ausentes, com a promessa de ser restituído, à volta da expedição. Venderam-se novos padrões de juro; e às pessoas que os tinham pouco seguros, consentiu o rei que os melhorassem, transferindo-os para a alfândega de Lisboa ou outros lugares bem garantidos, entregando uma importância, correspondente à totalidade do padrão. Aos arrematantes das rendas da corôa foram oferecidas valiosas reduções, se pagassem adiantadamente. Fez-se uma transacção sobre a prata existente na Casa da Moeda, que rendeu cento e trinta mil cruzados. Aos prelados e titulares, assim como aos negociantes abastados, pediu D. Sebas-

⁽¹⁵⁾ *Corpo Diplomatico Portuguez*, t. x, pág. 527. [Em carta de 18 de Agosto de 1577, D. Sebastião queixou-se ao embaixador em Roma de que «na materia dos fatiosins, se ouve o Papa com estreiteza, a qual lhe parece... que deve nacer de alguns maos officios». (Bib. Nacional, cód. n.º 887, fol. 161 v.).

tião um serviço ou tributo voluntário; idêntico pedido receberam as cidades mais importantes. Colectou os mercadores de grosso trato. Por alvará de 6 de Dezembro de 1576 e apostila de 10 de Julho de 1577, decretou o estanco do sal (¹⁶). Houve também quem propusesse o monopólio do trigo estrangeiro, necessário para suprir a deficiência das colheitas; mas as opiniões dividiram-se — o Dr. Pedro Barbosa a favor, Fernão de Pina Marecos contra — e o alvitre não foi por diante. Com o alemão Conrado Rott, de Augusta, e seus associados, contratou D. Sebastião um empréstimo de quatrocentos mil cruzados, ao juro de oito por cento, consignando ao seu pagamento noventa e dois mil quintais de pimenta, durante três anos.

De outros meios, verdadeiramente singulares, se lembrou o monarca. Quando Rui Lourenço de Távora partiu de Lisboa, em 1576, como vice-rei da Índia, recomendou-lhe D. Sebastião, com vivo empenho, que dos soberanos daquele Estado, amigos de Portugal, obtivesse um empréstimo para a sua empreza de África; e em 3 de Março de 1577, escreveu-lhe uma longa carta, em que depois de várias considerações sobre a entrevista de Guadalupe, de novo se refere ao empréstimo, *que tão encarecidamente lhe encomendara*, e do qual já esperava boas novas com o regresso da armada que o levara a Goa (¹⁷). O vice-rei, porém, falecera, antes de chegar à Índia. Que idéia ficariam fazendo os reis nossos aliados do poder e grandeza de Portugal, se Rui Lourenço de Távora lhes solicitasse auxílio pecuniário para uma expedição comandada pelo próprio soberano, a tão curta distância da metrópole?

Mais extraordinário é ainda o encargo que D. Sebastião cometeu a João Gomes da Silva, seu embaixador em Roma, ordenando-lhe, por carta de 28 de Agosto de 1577,

(¹⁶) José Anastásio de Figueiredo, *Synopsis Chronologica*, t. II, pág. 177.

(¹⁷) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. IV, liv. I, cap. xi.

que partisse imediatamente para Florença e, pelos mais dissimulados meios, indagasse se o grão-duque estaria disposto a dar-lhe a filha primogénita em casamento, com grande dote, como deixara antever o seu enviado, Ciro Alidosio, quando viera participar-lhe o nascimento dum príncipe, herdeiro do trono da Toscana. Quanto às dúvidas que podiam levantar-se sobre a seriedade das negociações, sabendo-se que êle pedira ao tio a mão da infanta Isabel Clara Eugénia, dizia o rei ao embaixador:

A objeção do casamento de Castella podereis responder como virdes, que convem, significando, que os casos são mais, que as leys, e que não aveis por inconveniente o de Castella para deixar de correr esta pratica, ajuntando a isto pelo modo, que vos bem parecer, quão grande podeis esperar, que o dote seja. Tudo o que nisto fizerdes me escrevei muito particularmente, e o modo de que entrastes no negocio, e athe onde chegastes a elle, e como fostes recebido, e quanto vos parece será o dote, e de que idade he a Filha do Grão Duque;... e as vossas Cartas sobre esta materia virão na cifra, que com esta hirá, pelo grande segredo em que convem, què isto corra. E tudo, o al que apoz isto vos dizesse seria escusado, pois a mesma materia falla por si tanto, como o que nella fizerdes pôde fallar por vós (¹).

(¹) De Lisboa, no mesmo dia 28 de Agosto de 1577, escreveu D. Sebastião três cartas a João Gomes da Silva. Tôdas se encontram no códice n.º 887 da Biblioteca Nacional (fols. 161 v. a 162 v.).

Na primeira, manda-o ir a Florença. Depois de visitar o Grão-Duque, procurará alistar *tres ou quatro mil infantes* para a expedição à África, contratar o fornecimento de *vinte mil quintais de biscotto* e tomar a câmbio *até duzentos mil cruzados*.

Na segunda, avisa-o de que vai mandar a Florença seu sobrinho — também chamado João Gomes da Silva — para cumprimentar o Grão-Duque, pela sua ascensão ao trono. Em 1574, viera a Portugal, como seu enviado, Ciro Alidosio, que há pouco tempo voltara, para lhe comunicar o nascimento dum príncipe, filho do Grão-Duque. Tinha de retribuir estas visitas.

Na terceira — de que acima transcrevemos um trecho — conta D. Sebastião ao embaixador que Alidosio falara no casamento e grande dote da filha do Grão-Duque; mas não se alargara mais, pelo que ouvira, em Castela, sobre o seu próprio matrimónio. Só agora o soube — explica o monarca — e por isso o encarregava daquela importante missão. Barbosa Machado publica esta carta (*ob. cit.*, P. IV, liv. I, cap. XIII).

Para alcançar de Felipe II, com maior probabilidade, cinqüenta galés e uma divisão auxiliar de cinco mil homens, pedira-lhe D. Sebastião a filha mais velha em casamento; para poder dispor de *muy grande dote*, reques-tava agora, secretamente, uma filha de Francisco I de Médicis! O que o rei de Portugal queria, não era con-sorciar-se com esta ou aquela princesa; era a cooperação militar dum e a assistência financeira do outro. As dili-gências de João Gomes da Silva não deram resultado. — Como desenredaria D. Sebastião a meada, se o grão-duque da Toscana aceitasse a proposta?

A maior soma, que o soberano obteve, foi-lhe ofere-cida pelos cristãos novos. Depois de longas negociações, começadas em 1576, acordaram num subsídio de duzentos e quarenta mil cruzados, se D. Sebastião conseguisse a promulgação dum breve, suspendendo, durante dez anos, a pena de confisco dos bens, quando presos pelo Santo Ofício. O bispo de Cuenca, inquisidor geral de Castela, soube dêsse ajuste; e, por intermédio do embaixador espanhol, protestou vivamente contra *tal contratacion*, feita por um *Rey tan Cristianisimo* (¹⁹). Mas para apurar o dinheiro preciso para a expedição, todos os meios lhe serviam; e D. Sebastião implorou de Gregório XIII o prometido breve, que foi publicado em Lisboa, no dia 31 de Dezembro de 1577 (²⁰).

(¹⁹) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. IV, liv. I, cap. XIV.

(²⁰) D. Sebastião, em carta de 27 de Junho de 1576, incumbiu João Gomes da Silva de obter do papa que, *por algum tempo limi-tado*, não fôssem confisquadas as fazendas aos *presos pelo Santo Officio da Inquisição*. Assim justifica o rei o seu pedido:

E tendo bem entendido, ponderado, discorrido e visto os pontos essenciais deste negocio, e os particulares delle, me não pareceo dilatarme por tratar dos accessorios, como era comunicar o negocio a ministros superiores e inferiores da Inquisição, mais por forma que por ser necessario, por eu ter tratado o negocio com theologos, e juristas praticos e experimentados alguns delles nas cousas do Santo Officio, com cujo parecer, e assi de outras pessoas me resolvyno conteudo da suplica (Bib. Nacional, cod. n.º 887, fol. 153).

Tem a data de 5 de Junho de 1577 a lei de D. Sebastião, per-doando as confiscações (J. Anastásio de Figueiredo, *Synopsis Chro-*

O cardeal-infante não protestou por palavras, mas requereu ao papa que o aliviasse do officio de inquisidor geral, sendo nomeado, por um breve de 24 de Fevereiro de 1578, seu coadjutor e futuro sucessor o bispo de Coimbra, D. Manuel de Meneses (21); e mais se afastou da corte, com grande regozijo de D. Sebastião. Apesar de Gregório XIII ter escrito ao rei, aconselhando-o a chamar o tio, para se aproveitar da sua amizade e experiência, o voluntarioso monarca nunca o fez, pois não tolerava observações de ninguém. A única pessoa a quem as ouvia, não para as aceitar, mas para as discutir, era D. João da Silva. A estas palavrosas discussões se refere, nas suas cartas ao amo, o embaixador espanhol.

*

* * *

Na organização das fôrças expedicionárias, já não mostrou D. Sebastião tanta actividade. Não obstante Fe-

nologica, t. II, pág. 178). O breve de Gregório XIII é anterior; mas a sua publicação solene demorou mais de seis meses.

Para que os cristãos novos aumentassem — duplicassem talvez — o subsídio, procurou D. Sebastião alargar para vinte anos a suspensão dos confiscos. Em 9 de Dezembro de 1577, escreve de Salvaterra ao embaixador em Roma, agradecendo-lhe *o que fez sobre o breve dos cristãos novos, e que procure aver do Papa outros 10 anos mais do perdão das fazendas alem dos dez concedidos.* (Bib. Nacional, cód. 887, fol. 164).

(21) *Corpo Diplomatico Portuguez*, t. X, pág. 537.

De uma carta de D. João da Silva a Felipe II, datada de Lisboa a 3 de Abril de 1577, transcrevo o seguinte trecho:

El Señor Cardenal bino aqui de Ebora, tras el Rey y bolvió descontentissimo, por muchas causas, y principalmente por no aver podido enpedir el consierto de los cristianos nuevos, como yo le avia dicho; sientiolo tanto que se resolvio en dexar el officio de inquisidor general, y luego nombró el Rey al obispo de Coimbra. (Bib. Nacional, cód. n.º 887, fol. 259).

As cópias das cartas de D. João da Silva, insertas neste códice (fols. 251-262), foram dadas a Lavanha, *para a coronica*, pelo 5.º conde de Portalegre, D. Diogo da Silva, filho do antigo embaixador de Espanha.

lipse II ter fixado, na entrevista de Guadalupe, o mês de Agosto de 1577 para o término da sua cooperação militar, o recrutamento protelava-se, fiado talvez o rei nas Ordenanças, cujo Regimento as obrigava a práticas guerreiras; mas era quase geral a desordem, em que elas se encontravam, nascida principalmente de rivalidades entre os seus oficiais e os donatários das respectivas terras (22).

A inexperiência e o espírito autoritário de D. Sebastião levavam-no, porém, a crer que os combatentes surgiram de todos os pontos do país, logo que assim o ordenasse. Nessa época, o seu cuidado, a sua máxima preocupação, era habituar o corpo aos mais violentos

(22) O Regimento Geral das Ordenanças é de 10 de Dezembro de 1570, e de 15 de Maio de 1574 a provisão, que em parte o modificou. Os traslados impressos dos dois diplomas corriam assinados por Martim Gonçalves da Câmara, como escrivão da puridade (*Provas da Historia Genealogica*, t. III, págs. 234 e 245).

Os grandes donatários protestaram contra certas disposições, que isentavam da sua obediência, apesar de seus vassalos, os capitães e oficiais da Ordenança. Assim fizeram o Senhor D. Duarte, o duque de Bragança e outros fidalgos principais. É ilucidativa esta carta que, em 1576, o conde de Tentugal escreveu ao rei:

Acabado de me darem huma carta de V. A. em que me dava conta da entrada do tio do Xarife, e dos Turcos em Fés, e de eu ter respondido a ella, me dêrão outra sua, em que me encomenda que faça exercitar a gente das Ordenanças destes meus Lugares de Alentejo, e fazer rol dos que forem mais para servir na guerra, e que os faça estar prestes, e apontados para quando forem necessarios. Bem parece que não vio V. A. trez cartas minhas, que lhe escrevi sobre esta materia das Ordenanças, assim no que agora me escreveo, como em não me mandar responder a ellas, sendo estylo destes Reynos responderem os Reys a seus Vassallos, e taes. O que fiz nas Ordenanças foy obedecer a tudo o que V. A. mandou, como sempre farey; e como a cousa não era de vosso serviço, nem de minha honra, deitei-me fora della. Fizerão-se Capitaens, e Officiaes, a quem V. A. manda por seu Regimento que me não obedição, sendo meus Criados, e Vassallos; a elles compete fazer esta gente, e cumprir o mais, ou aos Provedores, e Sargentos, que fazem tudo o das Ordenanças sem eu saber parte de nada; e querendo-me intrometer nisso aventurarme-hia a me responderem, que me não conhecem, e mais será por ventura a ordem, que eu queria que se guardasse, pois se diz que he gosto de V. A. (P.º Baião, *ob. cit.*, Liv. III, cap. xiv).

exercícios, passar a noite sob uma tenda de campanha, embarcar numa galé, com o mar picado, e por lá andar três ou quatro dias, uma semana às vezes, em quadra de temporal. Esta resistência a longas horas de equitação, a freqüentes jogos de armas, a noites mal dormidas, ao cansaço duma perigosa excursão marítima, considerava-a o rei a verdadeira preparação militar, aquela de que orgulhosamente se ufanava, por ninguém a ter assim em Portugal. ¡Como se o valor dum chefe se medisse pela fôrça do braço, e o papel de rei se limitasse a poder sustentar um combate mais tempo do que nenhum dos seus soldados!

Nos primeiros dias de Abril de 1577, foi Luís da Silva nomeado embaixador em Madrid; mas só partiu um mês depois. A sua missão era apressar o auxílio dos cinco mil homens, prometidos por Felipe II; à rainha D. Catarina iludiu-a Pedro de Alcâçova, afirmando-lhe que ia também tratar do casamento do neto. Algum tempo antes, mandara D. Sebastião à Alemanha o escrivão da Fazenda, Nuno Alvares Pereira, incumbido de contratar os estrangeiros que deviam entrar na expedição. Conrado Rott pô-lo em contacto com alguns magnates do império, ficando assente virem para Portugal três mil soldados alemães, que na Flandres tinham combatido às ordens do duque de Alba. Esta notícia chegou a Lisboa em Junho. Não só para tranquilizar a avó e o reino, como para desviar as suspeitas do tio, serviu-se então o rei do nome prestigioso de D. Luís de Ataíde, confiando-lhe o comando da expedição; mas com o reservado propósito de o dispensar, logo que pudesse exibir o próprio nome.

Os cronistas sebásticos são muito confusos na história do alistamento dos contingentes estranhos. O procedimento do monarca, batendo simultâneamente a várias portas, no empenho de obter estes soldados, contribuiu para essa confusão; mas há, no seu procedimento, actos que não têm fácil explicação. Em 10 de Abril de 1577, escrevia êle a João Gomes da Silva:

As cousas de Africa estão no estado que podeis entender por outras minhas cartas de que tambem deveis inferir a obrigação em

que me põe para não deixar passar occasião presente; para que tenho mandado fazer os apercebimentos necessarios, e para que faço muito fundamento da ajuda das galés, e infanteria, que para este efeito me tem dado elRey de Castella, e dos allemães que por sua ordem se levantão, que serão de cinco até seis mil homens, que se hão de vir embarcar a Italia per minha conta. E vendo de quanta importancia são estes Allemães, e quanto tambem importa mandar prover na embarcação delles em tal maneira que não somente não falte, mas que haja nella, e na diligencia e modo de elles virem, e em tudo tal ordem que cheguem ao tempo que podem ser necessarios,... me pareceo cometervos isto, e com esta occasião de tanto meu serviço vos mandar vir, como me pedis (22).

Os apercebimentos estavam atrasadíssimos. Felipe II prometera-lhe cinqüenta galés e cinco mil infantes; mas nada lhe dera ainda. A afirmativa de D. Sebastião podia, no entanto, explicar-se, pela convicção de que tudo correria à medida dos seus desejos. ¿ Como interpretar, porém, a invenção completa, absoluta, sem vestígios de fundamento, dos cinco a seis mil homens, que na Alemanha se estavam levantando por ordem do rei católico, e deviam embarcar na Itália? ¿ Que motivo levaria o monarca português a afirmar uma falsidade, a ostentar essa fingida cooperação do tio, na mesma occasião em que enviava um emissário seu àquele país, para tratar do recrutamento dos alemães? E quando, mês e meio depois, Felipe II se oferece para o fazer, D. Sebastião recusa.

Para iludir o papa não seria, pois facilmente, pelos seus representantes em Castela e na Alemanha, podia averiguar a verdade. Só uma explicação se antolha. João Gomes da Silva pedira-lhe licença para recolher ao reino. A D. Sebastião convinha, porém, que êle continuasse em Roma; e comunicou então ao embaixador a necessidade de se manter na Itália, até o embarque dos soldados, que o soberano espanhol mandara alistar na Alemanha.

Em 18 de Maio recebeu Felipe II o novo embaixador português, audiência protocolar apenas, pois foi com o

(22) Bib. Nacional, cód. n.º 887, fol. 160 v.

duque de Alba que as negociações prosseguiram. Segundo uma carta do rei católico a D. João da Silva, datada de 28 do mesmo mês — pertencente à Colecção Belda e extractada por Danvila y Burguero na sua obra *Don Cristobal de Moura* (24) — o primeiro ponto discutido entre D. Fernando Alvarez de Toledo e Luís da Silva foi uma proposta de Felipe II, oferecendo-se para contratar os contingentes alemão e italiano, pois assim não desconfiariam os mouros, nem se aperceberiam, portanto, para a defesa. O recrutamento, feito pelos seus agentes, também seria mais rápido. Só era preciso que o dinheiro estivesse pronto, adiantadamente, porque havendo cumprido sempre as condições ajustadas com a gente de guerra, que trouxera a sólido, perderia todo o crédito se agora procedesse doutra forma, não falando nos motins a que a falta de paga podia dar origem.

D. Sebastião não aceitou os oferecimentos do tio; nem os podia aceitar, pois havia dois meses — ao contrário de que afirma Danvila y Burguero — que já mandara contratar o contingente alemão. Diz o referido historiador que se o rei de Portugal não recusasse as propostas de Felipe II, talvez a empresa de África, em vez de «campo de morte e desolação para as armas lusitanas, pudesse constituir timbre de glória e trofeu de conquista para os exércitos cristãos». Mas — transcrevemos as suas próprias palavras — *ante esta repulsa, sintóse ofendido el Monarca castellano, que desde entonces no pensó sino en hacer fracasar la empresa é impedir la pérdida del Rey, demonstrándole la imposibilidad de realizar la jornada y desentendiéndose de las responsabilidades de la misma.*

Felipe II não podia sentir-se ofendido pelo facto do sobrinho querer tratar directamente do recrutamento dos soldados estrangeiros. É certo que o rei católico quisera sempre apresentar-se como chefe da família, o tio protector e amigo; mas D. Sebastião zelava muito as suas prerrogativas, para confiar a ministros estranhos o que

(24) Pág. 270 e segs.

devia mandar fazer pelos seus. Felipe II não podia, portanto, esperar outra resposta. O seu oferecimento não passava, aliás, dum jôgo de palavras, destinado a preparar a negativa do prometido auxílio. Se os contingentes fôssem contratados em seu nome — ponderava êle — viriam mais depressa. Mas que empenho tinha o monarca espanhol na rápida congregação das fôrças expedicionárias, se até aquêle momento não mandara aprontar os seus terços, nem chamara da Itália as galés destinadas à sua condução? Não era menos singular a exigência de estar pronto, adiantadamente, o dinheiro necessário para o sôlido de oito mil soldados estrangeiros — que fôra o número estipulado em Guadalupe — pois Felipe II sabia muito bem que dos variados meios empregados pelo monarca português para obter recursos, poucos havia já realizados. O mais curioso é que a exigência partisse dum soberano, cujas tropas diversas vezes se amotinaram na Flandres, por falta de pagamento de sôlido. O rei católico não ignorava que, até Agosto, era absolutamente impossível ao sobrinho ter pronta a expedição. Por isso simulava um grande interesse em auxiliá-lo.

D. Sebastião era o único iludido. Na sua obcecação, não via impedimentos, nem obstáculos. Estava profundamente convencido de que as suas ordens, não raro desencontradas, às vezes suspensas por uma espécie de obnubilação da vontade, bastavam para vencer tôdas as dificuldades. Foi Cristóvão de Távora — já elevado a camareiro-mor, mas sem diploma de nomeação — quem se atreveu a dizer-lhe, nos começos de Julho de 1577, que para a expedição, que devia partir no mês seguinte, faltava tudo: gente, munições e mantimentos; e o rei viu-se obrigado a adiá-la para Março de 1578. Assim o comunicou ao embaixador de Espanha; e encarregou Luís da Siiva de solicitar do tio que mantivesse o seu auxílio para a primavera próxima.

A posição de Felipe II era embarracosa. Conforme o ajustado em Guadalupe, êle tinha pleno direito de recusar a sua cooperação. Mas as resoluções prontas não eram do seu feitio dúblice; é demorou a resposta. D. Sebastião

atribuiu esta delonga à inércia de Luís da Silva; e, num ímpeto de ira, deliberou demiti-lo. Valeram-lhe o cunhado, Cristóvão de Távora, e o irmão, P.^o Fernão da Silva, um dos capelães do rei, mostrando-lhe que o embaixador podia insistir, mas não podia obrigar o soberano espanhol a responder⁽²⁵⁾. A própria rainha D. Catarina escreveu ao sobrinho, queixando-se da demora. Em 24 de Setembro, contestou Felipe II à tia, alegando a impossibilidade de qualquer coadjuvação sua, no próximo mês de Março; e incumbiu o duque de Alba de dizer a Luís da Silva o seguinte: ainda que as fôrças portuguesas estivessem prestes na primavera, o que lhe parecia irrealizável, o rei católico não poderia fornecer nenhum auxílio militar, dado o grave aspecto que tomara a insurreição nos Países Baixos, precisando de todos os terços disponíveis para ali restabelecer a sua autoridade. Permitia, porém, que o sobrinho levantasse, em Espanha, quarenta mil fangas de trigo, além de outros mantimentos, pólvora e munições que solicitara⁽²⁶⁾.

A resposta do tio não desanimou D. Sebastião. Intimamente persuadido de que Felipe II afinal o auxiliaria, se o visse à frente da expedição, resolveu tornar público o seu propósito. Era necessário, porém, afastar D. Luís de Ataíde; e elevando-o a conde de Atouguia, nomeou-o, pela segunda vez, vice-rei da Índia. «Para se livrar delle — escreve um cronista — ... tanta pressa deu a envialo..., que o mandou fora do tempo costumado, em ocasião muito arriscada, e muito perigosa para a viagem»⁽²⁷⁾.

(25) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. IV, liv. I, cap. xii; Fr. Bernardo da Cruz, *ob. cit.*, cap. xli.

(26) Carta de Felipe II a D. João da Silva, Escorial, 24 de Setembro de 1577. (Colecção Belda, *apud* Danvila y Burguero, *ob. cit.*, pág. 280).

(27) P.^o Baião, *ob. cit.*, Liv. III, cap. xviii.

Diz Barbosa Machado que D. Luís de Ataíde se escusou de general das fôrças expedicionárias, «com o pretexto da sua idade, incapaz do manejo das armas»; e que o rei ficara «estimulado desta repulsa». Nenhuma dessas afirmações é verdadeira: D. Luís de Ataíde aceitou a nomeação; D. Sebastião é que a anulou, conferindo-lhe outro cargo.

Realmente, em vez de partir em Março ou Abril do an^o imediato, na quadra da monção, D. Luís de Ataíde saiu de Lisboa em Novembro, como se fôsse da máxima urgência a sua chegada a Goa. Das *Instruções* que o monarca lhe entregou, por él mesmo redigidas e data-das de 15 de Outubro de 1577, merece transcrição um período, que além de confuso, como todos os seus escritos, nos revela o que pensava D. Sebastião sobre as qualidades que deviam possuir os chefes:

Nestas couzas [da guerra] ouvi muitos homens, e fallai de sizo com muitos poucos; isto fiz em Tangere nestas mesmas couzas de guerra, e faço na mayor guerra da paz; e pela razão, e pelos successos vejo, que he importantissimo conselho; porque como sofrerá o sizo fallar de sizo com muitos sizos, que nem o são, nem são nada. Os Fidalgos saibão primeiro ser bons Soldados, para serem Capitaens, e saibão cançarem no mar, e na guerra; e durmão, e descancem tão pouco nella como Eu (¹).

No mesmo mês de Outubro, reúnidos em conferência os védores da Fazenda, Pedro de Alcáçova Carneiro e D. Francisco de Portugal, com o secretário de Estado, Miguel de Moura, sob a presidência de D. Sebastião, leu o primeiro um *Memorial*, na qualidade de superintendente dos aviamentos de guerra, expondo os inconvenientes da conquista de Larache: a ajuda de Castela falhara; os soldados alemães talvez fôssem impedidos de partir, pelos acontecimentos da Flandres, e igual oposição podiam sofrer os mantimentos lá adquiridos; dos italiani nada se sabia; o dinheiro já recebido não ia além de setecentos e quarenta mil cruzados, e todo era preciso para despesas impreveríveis. A conquista de Larache parecia-lhe possível; mas seria depois indispensável fortificar e guarnecer a praça. As rendas do Estado não o consentiam. Na sua opinião, portanto, manter-se-ia Arzila, há pouco ocupada pela nossa gente, e o rei iria, só com portugueses, reconquistar o Cabo de Guer, ganhando o que os seus antepassados haviam perdido (²).

(¹) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. IV, liv. I, cap. xxi.

(²) Barbosa Machado, *qb. cit.*, P. IV, liv. I, cap. xviii.

Barbosa Machado e alguns historiadores modernos louvam o zélo de Pedro de Alcáçova, por ter ousado falar assim ao rei. Mera ilusão. O velho ministro era de todos o mais aceito, pela habilidade com que sabia adular D. Sebastião, fingindo de independente, pronto a dar sempre o bom conselho. Na correspondência de D. João da Silva há abundantes referências às suas manhas de adulador. O discurso não magou o soberano. Para lhe ser agradável, bastava concluir pela sua ida à África, à frente das tropas portuguesas, que era o seu principal objectivo. E se, com as fôrças nacionais, podia conquistar o Cabo de Guer, juntando-lhe as estrangeiras, que esperava, muito mais longe devia levar a sua acção.

D. Sebastião não se desviou, portanto, do seu plano. Em 22 de Novembro, por intermédio de Miguel de Moura, ordenou oficialmente a Luís da Silva que anunciasse ao tio a sua resolução de passar à África; e, particularmente, escreveu ao embaixador, explicando os motivos que o levavam a proceder assim. Esta carta, apesar de muito obscura, é um documento precioso, pois dela ressalta a mórbida convicção do rei, que se julga o único capaz de conduzir a expedição à vitória:

...E sendo a importancia de Eu haver de fazer a jornada mui grande por todas as vias, e considerações, como se segue, que he maior a importancia, que o perigo sem comparação; porque se a Eu não fizer em sendo por particular, e semelhante experienca, e razão, que devo, e posso ter por certo a perda, e rota daquelle Exercito; e assim não sómente será a perda grande de se não alcançar o effeito, que he qual entendéis, mas de todo impossibilitar-se para se ocorrer ao intento dos Turcos, que he o que obriga, e de presente, e de logo necessita.

O verdadeiro fim de D. Sebastião não era rehaver as antigas praças portuguesas, nem conquistar Marrocos, nem de lá expulsar os turcos, cuja ameaça para os interesses da Península constituia, aliás, o seu argumento capital para justificar a emprêsa; era apenas voltar à África, para combater os mouros. Se a expedição fôsse comandada por outro, mais valia não ir. O próprio rei o confessa:

...Se me fora forçado, e de todo impossivel aver de ser, antes me resolvera a não commetter jornada por outrem, avendo por menores inconvenientes, os grandes que daqui se seguirão, como está claro, que de a mandar commeter por outrem para acontecer, e succeder por consequencia o mesmo, e logo a perda do Exercito, e tudo o mais, que se daqui deve discorrer, e entender.

¿ Mas donde provinha esta vaidosa confiança, esta megalomântica certeza de não haver general que pudesse igualá-lo? Também a carta o revela:

...Sey mui bem, e tenho particularmente visto qual he o trabalho do mar, e qual o da terra, e qual por tantas vias, que menos vem a ser o corporal (que tantos o tem por intoleravel) da vigia das noutes, as calmas dos dias, o pezo das armas, e a continuaçao dellas, e os mais que se oferecem, que não são poucos, nem pequenos, e descanso considerado o do cuidado do espirito, assim que tenho bem visto, e experimentado o que tenho por avante, e o devo bem saber (**) .

Nos primeiros dias de Dezembro, comunicou D. Sebastião, em segredo, a sua resolução a D. João da Silva; e no mesmo sentido escreveu a Felipe II e ao duque de Alba. Mas com a avó e o cardeal-infante guardou absoluta reserva.

Não se julgue, porém, que a missiva enviada a Luís da Silva é um documento isolado. A mesma autofilia, o mesmo irresistível desejo de ir à África, o patenteia a carta, que D. Sebastião, em 21 de Novembro de 1577, escreveu de Salvaterra ao seu embaixador em Roma, mandando-lhe comunicar ao papa estes três pontos: primeiro, que a jornada se realizaria em Março de 1578; segundo, que o lugar acometido seria Larache; terceiro — mas a transcrição dispensa comentários — *que cumpre tanto fazer por mym mesmo esta empresa, e acharme nella em pessoa, que se isto fora impossivel, assim como h: facil e grandemente necessario, antes a suspendera,*

(**) Carta de D. Sebastião a Luís da Silva. Salvaterra, 22 de Novembro de 1577. (Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. IV, liv. I, cap. XII).

que cometela a outrem (31). Pelejar, mostrar que não havia braço mais forte, nem cavaleiro mais resistente, era a sua idéia fixa, a sua aspiração suprema.

Na segunda quinzena de Dezembro de 1577, depois duma conferência com Felipe II, regressou Luís da Silva a Lisboa. Além duma carta do rei católico para o sobrinho, aconselhando-o, com instância, a mudar de propósito, trazia o embaixador um relatório do duque de Alba, o primeiro general do seu tempo, sobre as dificuldades e riscos da expedição.

*

* * *

Temos de volver atrás alguns meses para dar relêvo a certos factos, que muito influiram na seqüência dos acontecimentos. Todos os historiadores sebásticos referem que, em 1577, o alcaide Cide Abde Alquerime, senhor de Alcácer-Quibir, Larache, Arzila e outros lugares importantes, havendo-se conservado fiel ao Xerife Mulei Mohâmede, escrevera a D. Duarte de Meneses, governador de Tânger, prometendo entregar-lhe Arzila, se lá aparecesse com a sua gente, num dia marcado, pois antes queria ceder a praça aos portugueses do que vê-la conquistada por Abde Almélique (32). Com o maior segredo,

(31) Bib. Nacional, cód. n.º 887, fol. 163 v.

Barbosa Machado (*ob. cit.*, P. IV, liv. I, cap. xviii) publica esta carta, mas sem data e com pequenas alterações.

(32) Agrippa d'Aubigné diz, na sua *Histoire Universelle*, que Cide Abde Alquerime era irmão da mulher do Xerife Mulei Mohâmede. O conde Henry de Castries (*Sources inédites de l'histoire du Maroc*, 1.º Série, France, t. 1, pág. 637, n.º 7) julga este parentesco muito verosímil, pois explicaria a fidelidade de Abde Alquerime ao Xerife deposto e a sua resistência aos oferecimentos de Mulei Abde Almélique.

Não devemos esquecer que Agrippa d'Aubigné conheceu, em França, D. Francisco de Portugal, filho primogenito do conde de Vimioso, D. Afonso de Portugal, que ficara prisioneiro em Alcácer-Quibir, e tão vivas simpatias conciliou em Marrocos, que o novo Xerife, Mulei Ahmed, lhe deu a liberdade, sem resgate. D'Aubigné refere-se às informações que o conde de Vimioso —

sem aguardar instruções, nem sequer o comunicar ao rei, D. Duarte de Meneses aprontou cinco navios, guarnecidos de setecentos homens, e no dia indicado amanheceu em Arzila, cujas portas se lhe abriram imediatamente, tomando posse da fortaleza. Efectuou-se a entrega nos primeiros dias de Julho; quem levou a boa nova a D. Sebastião foi Cide Azuz, irmão do próprio alcaide mouro. Deixara D. Duarte de Meneses em Tânger, como governador interino, seu cunhado Pedro da Silva, que o rei depois nomeou capitão de Arzila.

Os mesmos historiadores afirmam que seis meses antes — portanto em Janeiro ou Fevereiro de 1577 — Cide Abde Alquerime enviara uma carta a D. Sebastião, por intermédio de Bento Lopo (ou Lobo), «portuguez que andava no negocio do resgate», oferecendo-se «a lhe entregar Larache, sem resistencia alguma, se mandasse alguns navios e gente a quem a entregasse» (**) . Não deu o monarca resposta a tão importante oferecimento; e como o poderio de Abde Almélique cada vez se tornava mais sólido, havendo já poucos alcaides que o não reconhecessem por soberano, teve Abde Alquerime receio de que Ele o mandasse prender ou matar, e recolhendo-se secretamente a Arzila com suas mulheres, filhos e riquezas, dali escreveu, não para o reino, mas ao governador de Tânger, propondo-lhe a entrega da praça.

O silêncio de D. Sebastião é, na realidade, extraordinário. ¿ Seria por falta de meios para guarnecer Larache? É certo que, por ocasião da cedência de Arzila, os armazens estavam tão vazios, que não foi possível carregar duas galés, que o rei lá queria mandar com armas e mantimentos. A posse de Larache era o objectivo capital da sua emprêsa: merecia, por consequência, todos os

assim era conhecido esse ardente partidário do Prior do Crato — lhe forneceu, acerca da morte de D. Sebastião. Talvez Ele lhe contasse também que Mulei Mohâmede era cunhado de Abde Alquerime.

(**) Fr. Bernardo da Cruz, *ob. cit.* cap. XLII; Fr. Manuel dos Santos, *ob. cit.*, Liv. II, cap. XXVI.

sacrifícios, não para a conquistar, pois sem resistência lha ofereciam, mas para a defender de qualquer assalto do novo Xerife. A ocupação rápida e pacífica dêsse pôrto equivalia, porém, a destruir a razão essencial da expedição: já não poderia D. Sebastião argumentar com os perigos, que para Portugal e Espanha adviriam dos navios turcos e berberes, partidos de Larache, perigos que êle exagerava, na esperança de estimular o rei católico. Por isso se calou, preferindo que Abde Almélique a tomasse, a recebê-la sem luta. O que o monarca português queria, era ir a Marrocos: Larache, os turcos, eram simples pretextos para justificar a jornada.

Conta Luís Cabrera, na sua *Historia de Felipe Segundo*, e repetiu-o Fr. Manuel dos Santos na *Historia Sebastica*, que antes do rei católico ter partido para a entrevista de Guadalupe, chegara à corte madrilena um emissário do Xerife vencedor, o capitão Cabreta, com o encargo de lhe propor a sua amizade e até o seu auxílio contra os turcos, caso viessem atacar a Península ⁽³⁴⁾. A notícia não é inteiramente exacta, pois o facto pertence ao ano seguinte. Felipe II, em carta a D. João da Silva, de 21 de Maio de 1577, refere-se à visita do capitão francês — capitão de navio mercante — Luís Cabrette, que em nome de Abde Almélique viera oferecer-lhe paz e aliança, que abrangeria o rei de Portugal, seu sobrinho. Enaltecia o soberano espanhol as vantagens da proposta, sobretudo se o Xerife desse seguras garantias da sua amizade, entregando alguns portos berberescos, para segurança da navegação, em troca do nosso apoio contra os seus inimigos; e os portos ficariam pertencendo a Portugal ⁽³⁵⁾. Em Julho respondeu D. Sebastião: a amizade de Abde Almélique não lhe parecia vantajosa, pois nunca guerrearia os turcos, que o haviam ajudado a conquistar

⁽³⁴⁾ Luís Cabrera de Córdoba, *ob. cit.*, Liv. XI, cap. x; Fr. Manuel dos Santos, *ob. cit.*, Liv. II, cap. xxviii.

⁽³⁵⁾ Colecção Belda (*apud* Danvila y Burguero, *ob. cit.*, pág. 275).

os reinos de Fez e de Marrocos; tanto êle, como o tio, deviam antes acudir ao Xerife deposto; o comércio com os mouros fôra condenado por bulas papais; e, finalmente, mesmo que o novo Xerife entregasse os portos, como seria preciso fortificá-los, mais valia empreender a sua conquista (³⁶)! Era a idéia fixa, a obsessão de combater em África, a dominar todos os seus pensamentos, a influir em todas as suas acções.

No comêço de Dezembro de 1577, o Xerife destronado, Mulei Mohâmede, que durante meses se acoutara nos Montes Claros (Alto Atlas), não se julgando seguro em nenhum lugar do seu antigo império, chegou a uma aldeia, próxima da fortaleza do Pinhão de Beles, donde escreveu ao respectivo alcaide, João de Molina, pedindo-lhe a protecção das armas espanholas. Acompanhavam-no as suas mulheres, seu filho, Mulei Xeque, alguns alcaides, seiscentos homens de armas e criados, cerca de mil pessoas, no total. Não permitiu o governador que entrassem na praça, mas se alojassem junto das muralhas, ao abrigo da artilharia. Conforme as instruções recebidas de Felipe II, se a vida de Mulei Mohâmede corresse perigo, poderia recolher-se à fortaleza com sua família; mas a comitiva não, porque o rei católico não queria inimizar-se com quem lhe não fizera o mínimo agravo. Em face da atitude de Felipe II, desistiu o antigo Xerife de enviar o filho a Madrid, com uma embaixada, como projectava; e incumbiu então um fidalgo português seu cativo, D. António da Cunha, de pedir a D. Sebastião que «por seus capitaens o quizesse mandar metter de posse de Berberia, que o Maluco lhe tinha injustamente ocupado, e elle se poria debaixo de seu tributo, com as condiçõens honestas, e ajudaria a lançar os turcos fora de Berberia» (³⁷).

Nem Mulei Mohâmede, nem seu pai, Mulei Abdalah, tinham prestado a Portugal qualquer serviço, que fizesse

(³⁶) Col. Belda (*apud* Danvila y Burguero, *ob. cit.*, pág. 276).

(³⁷) Fr. Bernardo da Cruz, *ob. cit.*, cap. XLIII.

jus à nossa gratidão. O memorável cerco de Mazagão custara-nos enormes sacrifícios de gente e de dinheiro; e as guarnições de Ceuta e Tânger, mas desta praça em especial, muitas vezes foram obrigadas a defender-se de arremetidas e assaltos inimigos. Nada justificava, portanto, a intervenção de Portugal a favor do Xerife deposto. D. Sebastião — para quem nem sequer era lícito o comércio com os iníciós — mandou, porém, dizer a Mulei Mohâmede que tendo resolvido passar à África na primavera seguinte, «o fosse esperar a Tangere, onde havia de desembarcar, e ahi se verião e tratarião o negocio pessoalmente, e que tivesse largas esperanças de o favorecer em sua pertença» (**) . Não se lisonjeou o ex-Xerife com a resposta, porque a intervenção pessoal do rei mais parecia para conquista própria, que para socorro alheio. Até podia ser contraproducente, pois os partidários, que ainda possuia em Marrocos, talvez se não atrevessem a sair, com receio de colaborar numa emprêsa cristã. A D. Sebastião é que o pedido de Mulei Mohâmede causou vivo prazer, por lhe servir de argumento em favor da expedição.

Cumprindo instruções superiores, o marquês de Vila Real, capitão de Ceuta, enviou duas caravelas ao Pinhão para trazer Mulei Mohâmede; o filho e a gente de guerra, que o seguia, vieram por terra. De Ceuta significou o Xerife a D. Sebastião que, para o restabelecer no trono, bastariam quatro mil soldados, sob a direcção dum general, prático nas guerras de África. Mas o monarca, a quem só interessava a expedição comandada por élé mesmo, pois só assim poderia pelejar, respondeu-lhe «que já não era tempo de evitar a jornada, por estar tudo prompto para a sua execução, e ainda que se resolvesse a expedir a gente militar, que lhe assinava, sempre havia chegar mais tarde, do que elle» (**). O final da resposta é obscuro; sabe-se, porém, que nos primeiros

(**) Fr. Bernardo da Cruz, *ob. cit.*, cap. XLIII.

(***) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. IV, liv. I, cap. XVI.

meses de 1578, ao contrário da afirmativa do rei, a expedição estava tão atrasada, que foi necessário transferi-la de novo para o verão. Em Ceuta se demorou Mulei Mohâmede alguns meses; nos meados de Maio partiu para Tânger, onde aguardou a chegada de D. Sebastião.

Depois de ter comunicado a Felipe II a sua intenção de passar à África, resolveu o monarca consultar o Conselho de Estado, em reunião absolutamente secreta, pois nem à avó, nem ao cardeal o participara ainda. Justificou a urgência da emprêsa com os mesmos argumentos que apresentara ao tio, em Guadalupe; e quando da jornada «se não colhesse outro fruto mais que exercitar os soldados entorpecidos no ocio da paz», já se devia estimar como de muito proveito. Vários membros do Conselho refutaram as artificiosas alegações do rei. Retorquiu D. Sebastião com semblante severo e palavras duras — assim sucedia sempre que o impugnavam — que, a despeito de todos os obstáculos, a expedição iria por diante; e nenhum conselheiro, por mais que o sentisse, se atreveu a dizer-lhe que a sua obstinação era uma loucura, que podia acarretar a perdição do reino ⁽⁴⁰⁾. O supersticioso respeito pelo poder absoluto do soberano coagia-os a um silêncio, que parecia aplauso, mas representava apenas submissão.

Supôs D. Sebastião que um mouro ilustre, Cide Muça, que exercera altos cargos em Marrocos e, para fugir à perseguição do Xerife Mulei-Abdalah, se homiziara em Portugal, daria voto favorável à emprêsa; e de Évora, onde residia há alguns anos, mandou-o chamar a Lisboa. Escusou-se Muça; as instâncias do rei foram, porém, tão vivas, que forçado lhe disse o que pensava. Se a expedição tinha por fim auxiliar Mulei Mohâmede, «bastava encomendar o socorro a hum Capitão de valor, e experiência suficiente, para que com sete, ou oito mil combatentes juntos aos Mouros, que seguião a parcialidade do Xerife, tratasse de o restituir á posse dos seus Estados». Mas se D. Sebastião estava no propósito de passar

(40) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. IV, liv. I, cap. xvii.

à Africa «com todo o seu poder, dava a entender outros pretextos maiores. *Porque ninguem se devia persuadir, que empenhasse as vidas, fazendas, e reputação de seus Vassallos, e arriscasse seu Estado, e Pessoa, só por socorrer, e restituir hum Rey, com quem não tinha obrigação de sangue, de amizade, nem de correspondencia de Leys; antes hum continuo curso de guerras, e odios anti-gos, em fim como de ritos, e costumes diversos*». Se Sua Alteza pretendesse conquistar a Berberia, nem que «tivesse hum rio de dinheiro, e outro de gente», o poderia conseguir, «porque Africa era huma Região, em que o clima, o sitio, o modo da povoação, e qualidade da terra, pelejavão em favor de seus moradores». A conquista seria muito penosa, e impossível a sustentação dos lugares conquistados. Devia também ponderar-se que os mouros, ameaçados de perder a sua independência, prefeririam socorrer-se «por via de Argel das forças do Turco, e sojeitar antes sua liberdade a hum Príncipe da sua mesma Ley, e crença, que a hum Rey Christão de nome, e condição odiosa a todos os mahometanos». Iria assim o próprio monarca português provocar um perigo bem maior do que o problemático risco, que agora queria afastar (41).

Receu o irmão de Abde Alquerime, Cide Azuz — que ainda se encontrava em Portugal, e cujo ódio ao Xerife vencedor não dispensava nenhum meio de o guerrear — que o sensatíssimo conselho de Cide Muça influíssse no ânimo de D. Sebastião, e por isso — contam-no vários cronistas — lhe mandou propinar veneno, logo que ele regressou a Évora (42). O antigo senhor de Arzila

(41) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. IV, liv. I, cap. xvii.

(42) Barbosa Machado afirma que, «restituído a Évora Cide Muça, brevemente acabou a vida de veneno, que lhe mandou dar Albecherim». Assim o diz também o P.^o Baião (*ob. cit.*, Liv. IV, cap. ix). Mas tanto na *Relação da jornada delrei D. Sebastião, e do apparato da armada, e gente que por seu mandado se fez para passar á Africa no ano de 1578*, inserida por Lima Felner no *Biblióphilo* em 1849, como no manuscrito da Biblioteca

podia estar, porém, tranqüilo. Os argumentos adversos não causavam a mínima impressão no rei, que só via razões pérfidas, motivos falsos ou insidiosos, nas palavras daqueles que reprovavam os seus intentos.

Em 1577, a 10 de Outubro, faleceu a infanta D. Maria, com cinqüenta e seis anos de idade. As classes pobres, de que era desvelada protectora, sentiram profundamente a sua morte. Não decorrera ainda um mês, ordenou D. Sebastião umas justas, «posto que em certo modo secretas, ao chafariz de Andalucos, arrabalde de Lisboa, em que entrou pessoalmente (passatempo que causou grande escândalo, e murmuracão)» (43).

da Ajuda, anteriormente publicado por Alexandre Herculano no *Panorama* e depois incluído no tomo IV dos *Opusculos*, sob o título de *Aspectos de Lisboa ao ajuntar-se e partir a armada para a jornada d'Alcacer-Quibir* — que são absolutamente idênticos, à excepção de seis pequenos períodos, no princípio, e um no fim — há referências, já depois da expedição ter partido de Lisboa, a «um mouro de Cide Muça», como se o antigo alcaide marroquino fosse vivo.

(43) Manuel Bento de Sousa, *O Doutor Minerva*, pág. 205.

CAPÍTULO VIII

A CORRIDA PARA O ABISMO

A resposta de D. Sebastião aos conselhos do duque de Alba. — *Morte da rainha D. Catarina.* — *Representação da câmara municipal de Lisboa.* — *O rei e a nobreza.* *A superstição da autoridade régia.* — *A embaixada do duque de Medinaceli.* — *Os contingentes estrangeiros.* — *O recrutamento dos soldados portugueses; abomináveis violências praticadas pelos oficiais arroladores.* — *O terço dos aventureiros.* — *Propostas de Abde Almélique; recusa do monarca.* — *A nomeação de governadores.* — *Nas vésperas da partida.* — *Felipe II abandona o sobrinho à sua sorte.*

LOGO que Luís da Silva apresentou a D. Sebastião o parecer do duque de Alba sobre os perigos e dificuldades da jornada (¹), a preocupação do rei foi responder-lhe imediatamente. Retirou-se até para Coruche, onde com mais sossêgo podia redigir a resposta, que em 5 de Janeiro de 1578 estava pronta. Leu-a ao embaixador espanhol, enviando-a depois a Cristóvão de Moura — que desempenhava, oficialmente, o papel de seu representante em Madrid — com ordem de a traduzir e entregar a D. Fernando Alvárez de Toledo. Essa extensíssima *Memória*, que Barbosa Machado publicou na íntegra, é um documento típico do carácter de D. Sebastião.

(¹) Este parecer — *Lo que yo passe con Luis de Silva en Madrid a deziseis de X.^{bre} de 1577 es lo que sigue* — encontra-se na Colecção Belda. Foi publicado por Danvila y Burguero (*ob. cit.*, Apéndice n.^o 14).

O parecer do duque de Alba é dado em nome de Felipe II.

Aconselhava o duque de Alba que a expedição só partisse após o meado de Julho, pois nessa altura do ano já a armada do sultão da Turquia se não exporia a vir ao Ocidente, ficando assim os navios portugueses livres dum funesto encontro. O rei sabia perfeitamente que não terminara ainda o recrutamento dos soldados nacionais; que o contingente alemão, único até então contratado, assim como as munições e mantimentos comprados na Flandres, não haviam saído de Antuerpia; e apesar disso, gasta muitas páginas para demonstrar que a jornada deve efectuar-se em Março, pois a primavera é a melhor época para tais emprêsas. ¿ Por espírito de contradição? ¿ Ou estaria realmente convencido de que bastava o seu querer, para que em dois meses se aprontasse tudo? Mas já no ano antecedente tivera uma cruel desilusão.

A necessidade dos contingentes estrangeiros, pois só com *sus vassalos...* *aunque sean naçion tan valiente como ellos lo son*, não poderia empreender o que pretendia, contesta D. Sebastião:

Responde-se, que faço conta de Estrangeiros até seis mil, com os quaes ainda com menos Portuguezes sómente, supposto o como as couzas de Africa estão, e conforme a razão, e com a ajuda de Deos folgadamente parece, que se alcançará o effeito, no qual se deve considerar o tempo de se desembarcar, e de ganhar a força, o de proseguir a fortificação, o de trazer a faxina para ella; supposta a desembarcação menos destes seis mil praticos são bastantes, e menos que elles para ganhar a força, como he claro: no tempo da fortificação supposto o sitio, a fronte que se houver de defender ao inimigo não he tão grande, que obrigue todo o Exercito a estar nella em Esquadroens, mas porque o sitio he tambem como se sabe, tem a fronte tão pouco grande como se entende, na qual ficão bastando, e sobejando os praticos. Tambem se deve advertir, (como se sabe, e se tem visto) que neste genero de pelejar sobre a fortificação começada, ou futura, não se podem haver os Portuguezes por bisonhos...

Prevendo o caso de não conseguir os seis mil estrangeiros, alega D. Sebastião que até com menos se pode alcançar a vitória, dadas as lutas políticas, que ensanguentavam e dividiam a Berberia. As dissidências contra o novo Xerife, a oposição dos principais alcaides, a

guerra civil, sempre prestes a romper, foram, até o fim da emprêsa, um dos seus grandes argumentos a favor da expedição. Pois nem em Fez, nem em Marrocos, havia já a mínima resistência contra Abde Almélique; e assim o informavam os capitães de Ceuta, Tânger e Mazagão. Apenas Cide Azuz lhe mantinha aquela cega ilusão.

A advertência do duque de Alba, de que a jornada só se devia empreender *en tiempo y con razon poniendo el Ser.^{mo} Rey su grande animo debaxo ella*, isto é, não se executando únicamente pelo desejo de entrar em combate, mas por fortes motivos que a imponham, merece-lhe esta resposta sibilina:

Responde-se, que o tempo, e a razão por razão, e tempo presente, e futuro está provado qual he o que deve ser, e qual o que não deve ser, e quanto, e quando se deve, e pôde recear na parte do animo, que se movea por razão, e a siga; como se pôde persuadir o que já he, e deve ser visto, e como pôde ser visto o que não foy, nem he visto, e muito menos por razão, e com razão entendido, e alcançado. Os effeitos do animo sómente são couzas grandes emprendidas pelo que nellas se ganha, e amplia; com os olhos na offensa, e não na defensa o procedimento, por razão sómente he já provado, por razão, e discurso confirmado por experienzia advertindo-se, e tratando-se mais da defensa, que de ampliar, e defender não se entende, que o contrario he logo contra razão, mas muito conforme a ella, e muitas vezes grande prudencia, como se tem visto, e sempre se pode ter entendido, mas o que por o contrario he contra razão no em que ella se deixa, e se prova, e procede por fée, que nunca pôde convencer, e persuadir senão nas couzas de fée por serem além da razão...

D. Fernando de Toledo, quando o embaixador português deixou Madrid, dera-lhe ainda alguns conselhos verbais. A êles se refere o final da *Memória*:

E quanto ao que o illustre Duque de Alva disse a Luiz da Sylva, se responde, que he tambem dito, como entendido, e por tal discurso, e por tal experienzia alcançado, de que se segue além do que está respondido, e provado, quanto sem comparação será maior a perda da reputação, e de todo irreparavel de quem fizer mal por deixar de fazer, que de quem não commetter muito bem o que deve fazer, e quão grande será a que se ganhar no que se commetter, e em que se proceder, e succeder bem (²).

(²) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. IV, liv. II, cap. I.

Para o rei de Portugal, não acometer o Xerife seria perder irreparavelmente a sua reputação; ainda que a organização da emprêsa não fôsse muito boa, o que importava era vencer, para ganhar grande fama (³).

Como já o participara a Felipe II e ao papa, tinha agora D. Sebastião empenho em anunciar pùblicamente o seu propósito de passar à África; mas precisava de o revelar primeiro à rainha D. Catarina e ao cardeal-infante. Na segunda quinzena de Janeiro partiu para Évora. D. Henrique não lhe aprovou o intento; mas também se não opôs com intransigência, porque o sobrinho o mandaera prevenir, pelo P.º Leão Henrques, de que fôsse qual fôsse o seu parecer, a decisão tomada era inabatável. No entanto, em 1 de Fevereiro, logo que D. Sebastião regressou a Lisboa, escreveu-lhe uma sentida carta, acentuando os perigos a que se expunha, principalmente não tendo filhos, e a miséria em que ia lançar o reino, pois dêle se tinha arrancado «tudo o que podia ser por todos os modos, que se podião imaginar de tirar dinheiro». A tomada de Larache devia ser difícil, tendo o Xerife, como era de crer, êsse lugar bem fortificado. «Que necessidade havia de correr tão arriscada aventura, só para «atalhar a não virem os Turcos meterse nelle, que pode ser, e não ser, e succeder muitas couzas que lho impindão» (⁴)?

A carta não produziu efeito algum. Parece até que o incitou a incumbir Pedro de Alcáçova de dizer ao secretário e ao confessor da avó que a preparassem para a

(³) Na tarde de 7 de Novembro de 1577, começou a ser visto, da banda do Oriente, um cometa, que só desapareceu totalmente em 12 de Janeiro do ano seguinte. A consternação em todo o povo foi geral, por o considerar um terrível vaticínio das calamidades, que a jornada de África causaria ao reino. Alguns palacianos, porém, conheedores «da obstinada resolução del Rey, cuja graça... não queriam perder, lhe disserão, que o mesmo nome de Cometa o incitava a cometer a empreza começada». Esta interpretação agradou tanto ao monarca, que muitas vezes repetia: *O Cometa diz que acometa* (Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. IV, liv. I, cap. xx).

(⁴) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. IV, liv. II, cap. II.

dolorosa notícia. A rainha, que em 14 de Janeiro completara setenta e um anos, adoecera gravemente, a sua fraqueza era extrema. Os dois servidores de D. Catarina, em vista do seu estado, não se atreveram a falar-lhe; mas uma ordem terminante do rei, a despeito das observações de D. João da Silva, com o pretexto de que já convocara os principais fidalgos e prelados do reino para lhes comunicar a sua resolução, obrigou-os a dar à rainha a terrível nova. Poucos dias depois, na noite de 11 para 12 de Fevereiro de 1578, morria D. Catarina, roída de desgostos, o coração alanceado, na pressaga visão da sorte do neto. Quatro dias apenas se manteve D. Sebastião encerrado no convento de Penha Longa, em Sintra. A obsessão da emprésa não lhe consentia mais tempo de nojo.

Viera o cardeal assistir aos últimos momentos da cunhada. Antes de voltar para Évora, mandou chamar os vereadores da câmara, pedindo-lhes que, em nome da cidade, representassem ao rei sobre os inconvenientes da jornada e o perigo iminente da sua pessoa. Tanto correspondia esta sugestão ao sentimento geral, que os vereadores a aceitaram imediatamente. Foi o mais antigo, Fernão de Pina Marecos, quem expôs o voto de Lisboa. A mal disfarçada cólera, com que D. Sebastião o ouviu, rompeu em tamanha explosão de furor, em palavras tão violentas, em tão-feras ameaças, que Fernão de Pina, acobardando-se, confessou que fôra D. Henrique quem os instigara àquela diligência. O rei obrigou-o imediatamente a assinar uma declaração, nesse sentido; e escreveu ao tio, increpando-o «de ser author da inquietação do Povo»⁽⁵⁾! Dêste conflito nasceria talvez o propósito de

(5) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. IV, liv. I, cap. xviii.

Segundo diz Danvila y Burguero, a página 296 do *Don Cristobal de Moura*, foi êste facto que tornou «más pública é irreconciliable la oposición que existia entre D. Enrique y el Monarca, renunciando aquél al cargo de Inquisidor General, para el que fué nombrado D. Manuel de Meneses, Obispo de Coimbra». A renúcia de D. Henrique ao cargo de Inquisidor Geral dera-se no ano anterior; e teve por causa o concerto de D. Sebastião com os cristãos novos, sobre a suspensão dos confiscos durante dez anos. O próprio Danvila y Burguero assim o refere a pág. 268 do mesmo livro.

lhe não confiar a regência, durante a sua ausência em África.

*
* *

Diz a *Chronica del Rei D. Sebastião*, atribuída a Fr. Bernardo da Cruz, que «sendo pois o mestre morto, e Martim Gonçalves fóra de sua privança, os quaes enfreavão a el-rei, induzido por Christovão de Tavora e Luiz da Silva, seus grandes privados, e outros que aprovavão seus desenhos e lhos louvavão, não duvidou esse anno (1578) passar a segunda vez a África» (*). Quando o P.^o Luís Gonçalves faleceu, já pouco enfreava o antigo discípulo. Se ainda fôsse vivo, e tentasse desviá-lo da sua idéia fixa, todos os esforços seriam baldados. Também é êrro supor que Cristóvão de Távora e Luís da Silva o instigavam a ir à África. Eram ambos, especialmente o primeiro, os seus principais validos: a Cristóvão de Távora dera um dos mais altos cargos da corte, o de camareiro-mor; a Luís da Silva nomeara-o agora vedor da Fazenda, na vaga de D. Álvaro de Castro. Nenhum dêles, porém, atiçava o rei. D. Sebastião é que os impelia para a fatal jornada; e como privados dum monarca absoluto, para não perder o valimento, tinham de se dobrar a todos os seus caprichos, de enaltecer todas as suas imprudências. Por isso, D. Sebastião se rodeava apenas de gente moça, inexperiente, aduladora, ansiosa de lhe agradar; e sistematicamente se afastava dos velhos fidalgos, que podiam aconselhá-lo, negando-lhes simples audiências, maltratando-os até de palavras, quando arriscavam alguma observação. A nobreza, em geral, queixava-se do soberano, reputava uma verdadeira loucura os seus propósitos; e todos, afinal, obedeciam, na supersticiosa veneração da autoridade régia. «Tanto pôde — escreve o referido cronista — a vontade de hum rei, que abala huma republica, aprovando os homens muitas vezes com pala-

(*) Cap. **XLIV.**

vras, e outras com obras, cousas que o entendimento condena» (7).

Assim sucedeu na Junta que, em 24 de Fevereiro, se realizou no Paço de Santos, a que assistiram, entre outros, os condes de Portalegre, de Odemira, do Redondo, de Tentugal e da Vidigueira, o arcebispo de Lisboa, os bispos do Algarve, de Coimbra e Elvas, o regedor da Justiça, os vedores da Fazenda e os membros do Conselho de Estado. Faltaram, por causa das precedências, quanto aos lugares que ocupariam na sala, o Prior do Crato, os duques de Bragança e de Aveiro e o conde de Vimioso. Fez-lhes D. Sebastião uma longa prática, defendendo a sua ida à África, com o fim de restituir o trono ao Xerife deposto e ocupar os portos, onde os turcos podiam entrar, emprésa que exaltaria a fé católica, dando fama imortal ao seu nome; e no intuito de prevenir qualquer discussão, terminou proclamando que os havia convocado, *não para os ouvir, senão para que o ouvissem*. A maioria dos presentes era contrária à expedição, sobretudo pela desordenada forma como era conduzida; ninguém se atreveu, porém, a discordar. *Salieron — refere D. João da Silva a Felipe II, em carta do último de Fevereiro de 1578 — de la plática cansados y tristes, aunque todos lo encubrieron, mostrándose muy pronto á servir y acompañar al rey* (8).

Com o abatimento progressivo da aristocracia, o acentuado declínio das liberdades municipais, o desuso em que caíra a convocação das Cortes, agravava-se o absolutismo dos reis. O poder do monarca tudo domina e absorve. Acima de todas as razões, desprezadas como fastidiosas impertinências, contra as mais fundamentadas objecções, a vontade do soberano prevalece. Afora um bando de moços, que o lisonjeiam, e certos ambiciosos que procuram explorar os seus favores, a opinião é

(7) Fr. Bernardo da Cruz, *ob. cit.*, cap. XLIV.

(8) *Documentos inéditos para la historia de España*, t. XXXIX, pág. 511.

adversa à guerra, tão mal preparada, tão ruínosa; mas quando D. Sebastião os chama, aos nobres, aos prelados, ao Conselho de Estado, acentuando sobranceiramente que não permitia contestação, todos se declaram prestes a segui-lo, como se, em vez duma perigosa aventura, se tratasse dum avisado e útil empreendimento.

É de justiça pôr em relêvo que Felipe II procurou, por todos os meios, demover o sobrinho do seu louco intento. Em Maio de 1577, mandou à África os capitães Francisco de Aldana e Diogo de Tôrres, com encargo de estudar as fortificações da costa marroquina. O primeiro regressou da sua missão em Junho, partindo imediatamente para Lisboa — onde chegou a 30 — afim de dar conta do que vira a D. Sebastião; e tão agradado ficou o rei da sua conversação, que lhe ofereceu uma cadeia de oiro, do valor de mil cruzados, e no ano seguinte encarregou Cristóvão de Moura de conseguir do tio a licença precisa para que Aldana o servisse na jornada (*). Nos princípios de Janeiro de 1578, chegou a Lisboa o capitão Tôrres, com a planta do porto e forte de Larache. As informações que colhera, seis meses posteriores às do seu camarada, eram muito mais desfavoráveis: Abde Almélique consolidara a sua autoridade em tôda a Berberia e podia levantar um grande exército. D. Sebastião — que espalhava ser a autoridade do novo Xerife *pequena*

(*) Com o regresso de Luís da Silva, ficou vaga a embaixada portuguesa em Madrid. D. Sebastião, em vez de escolher novo embaixador, incumbiu Cristóvão de Moura — como já o fizera em 1576, durante alguns meses — de servir de intermediário entre él e o tio. Esta missão oficiosa durou até à partida do rei para a África; Fernão da Silva, apesar de nomeado antes de D. Sebastião sair de Lisboa, só deu entrada em Madrid a poucos dias da batalha de Alcácer-Quibir. Foi assim que Felipe II pôde apreciar as grandes qualidades diplomáticas do seu futuro agente em Portugal.

É de 21 de Janeiro de 1578 a carta que D. Sebastião escreveu a Moura, a respeito da vinda do capitão Francisco de Aldana (A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 395).

e fraca, pela desunião dos alcaides — mal o ouviu, encarregando Pedro de Alcáçova de o atender e despedir (10).

O rei continuava convencido de que o tio o auxiliaria com as fôrças prometidas em Guadalupe, se realmente o visse à frente da expedição. Numa carta de D. João da Silva a Felipe II, datada de 25 de Janeiro, encontra-se esta curiosa informação:

Dijome [D. Sebastião] que habiendo satisfecho á la respuesta de V. M.⁴, no le queda diligencia que hacer sino poner en efecto su empresa, y que tiene por cierto lo que le han dicho algunas personas con quien ha comunicado lo que V. M.⁴ le respondió, á las cuales pareció que V. M.⁴ se cerraba y excusaba de ayudarle en esta jornada y de aprobar su determinación por ver si bastava esto para que el dejase de hallarse personalmente en ella; y que cuando V. M.⁴ entendiere o viere que no ha de quedar en casa, le ayudará y socorrerá con todo lo que fuere posible, y que esta congettura es muy conforme al amor que V. M.⁴ le tiene y le debe; y porque V. M.⁴ se desengañase, le hacia saber que sin dubda habia de ir (11).

D. Sebastião pensava, portanto, que a resposta do tio, escusando-se de lhe prestar qualquer auxílio em homens e navios, tinha por fim levá-lo a não entrar pessoalmente na empresa; mas quando o visse metido nela, com certeza o socorreria. Para o desenganar, desde já afirmava ao seu embaixador que iria à África.

Esta categórica declaração do sobrinho não modificou a atitude do rei católico. Nenhuma assistência militar podia dar-lhe. Continuou, porém, a empregar esforços para que a expedição não fôsse comandada por êle. E não os suspendeu, mesmo depois de saber — pois assim o comunicara D. João da Silva ao secretário de Estado,

(10) Carta de D. João da Silva a Gabriel de Zayas. Lisboa, 15 de Janeiro de 1578. (*Doc. inéd. para la historia de España*, t. XXXIX, pág. 475). Dizia o capitão Tôrres que, para tomar Larache, era indispensável um certo número de galés; e Alcáçova, por ordem de D. Sebastião, procurava demonstrar-lhe o contrário...

(11) *Doc. inéd. para la hist. de España*, t. XXXIX, pág. 482. Também a publicaram Barbosa Machado (*ob. cit.*, P. IV, liv. II, cap. II) e Fr. Manuel dos Santos (*ob. cit.*, Liv. II, cap. XXX), o primeiro incompleta e o segundo com pequenas incorrecções.

Gabriel de Zayas — que havia em Portugal jurisconsultos de parecer que, se D. Sebastião falecesse sem filhos, o herdeiro do trono seria o cardeal D. Henrique; e, à morte dêste, caberia a Felipe II, como o mais próximo parente do rei D. Manuel, por ter acabado a linha varonil no Senhor D. Duarte (¹²).

Informado de todos os preparativos da expedição, o soberano espanhol não confiava no seu êxito; e também sabia que o sobrinho teimosamente insistia em tomar a direcção da jornada (¹³). No íntimo da sua consciênci, decerto já teria pensado na possibilidade — se D. Sebastião morresse na batalha — de unir, sob o seu scetro, os dois reinos da Península; mas as suas palavras, os seus actos — talvez, como él próprio algumas vezes acentua, para se justificar perante o mundo — são ainda no sentido de o afastar dêsse provável perigo.

A carta, que em 18 de Março lhe escreve, é bem significativa:

Siempre pensé que los advertimientos y recuerdos que con tanta voluntad he dado á V. M.^a sobre este particular [a sua ida á Africa] habian de tener mas lugar del que veo que han tenido cerca de V. M.^a lo cual me hiciera retirar de pasar adelante en este genero de oficio, si no me forzara á ello el grande amor que tengo

(¹²) Carta de 1 de Março de 1578, existente em Madrid, na Biblioteca particular do rei (Tômo v. Vários — *apud* Danvila y Burguero, *ob. cit.*, págs. 298-99). A carta termina por um período, que revela como a idéia da possível união de Portugal à Espanha entusiasmava já os mais altos servidores de Felipe II: *Dios dará al Rel (D. Sebastião) mucha vida y sucesión; pero en otro caso bien ay que considerar y no dudo de que estos tienen razon y menos dudo de que seria el mayor adjunto que en el mundo se pudiese hacer a Vuestra corona.*

(¹³) Em carta de 16 de Janeiro de 1578, já D. João da Silva dizia ao amo: «El Rey está resolutísimo en hacer la jornada por su persona; y no se puede juzgar al presente, que baste medio humano a disuadirla». (*Doc. inéd. para la historia de España*, t. xxxix, pág. 478; Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. IV, liv. II, cap. II).

A 7 de Fevereiro, escrevia o mesmo embaixador a Zayas: «Este moço hierve, y tengo por imposible disuadirle esta salida». (*Doc. inéd.*, t. xxxix, pág. 495).

a V. M.^a y mi obligacion de que estas dos cosas, y lo que veo que le cumple, me fuerzan á tornar a pedir y suplicar muy encarecidamente á V. M.^a no quiera intentar por agora una jornada de tan manifestos inconvenientes, y de tantas y tan conocidas dificultades; pero si todavia hubiere de ser, á lo menos se deve contentar V. M.^a de hacerla por sus ministros, considerando lo que importa su persona al universal beneficio de la cristiandad y al particular de los estados que Dios le encomendó, y lo que esto le obliga no teniendo sucesion (¹⁴).

Na mesma data envia instruções ao embaixador, incumbindo-o de apresentar ao rei as suas exortações e conselhos; mas na audiência que lhe concede, em 4 de Abril, o próprio D. Sebastião faz a D. João da Silva esta singular declaração:

Que le hace Dios particular merced en que no solo no se le persuada, sino que tambien se le contradiga [a expedição á Africa] para hacerla con mas merecimiento delante de Dios y de los hombres; porque el primer fin de sus acciones, ques el servicio de Dios, se apura y perficiona con estas dificultades, y el segundo, de su reputacion en el mundo, tambien se aventaja mucho; pues no se podrá decir, ni se engañará quien lo escribiere, en pensar que se movió por persuasion agena, pues se ha de venir á entender que tuvo tanta contradiccion (¹⁵).

Quanto mais o contradiziam, mais se aferrava ao seu projecto. Era uma teimosia mórbida, a cerrada obstinação de um pensamento dominante: os avisos, por mais prudentes, a mínima oposição, por mais sensata, em vez de o convencerem, irritavam-no, afervorando-o no seu empenho. Outra preocupação constante é a sua reputação, o que dirá o mundo, o que escreverão os cronistas.

Felipe II tentou ainda um novo esforço, não porque confiasse no seu êxito, mas para mostrar, *cuan de veras y con cuanto amor y cuidado yo deseo y procuro el bien de mi sobrino y de sus reinos y súbditos* (¹⁶). Encarre-

(¹⁴) *Doc. inéd. para la historia de España*, t. xxxix, pág. 533.

(¹⁵) Carta de D. João da Silva a Felipe II. Lisboa, 5 de Abril de 1578 (*Doc. inéd. para la hist. de España*, t. xxxix, pág. 543).

(¹⁶) Estas palavras do monarca espanhol encontram-se numa carta a D. João da Silva, de 18 de Março — da mesma data em que

gado de lhe dar os pésames da morte da avó, mandou a Lisboa o 4.º duque de Medinaceli, D. João de la Cerdá, ligado a ilustres famílias portuguesas, pelo seu casamento com D. Joana Manuel, antiga dama da imperatriz D. Isabel e filha do 3.º conde de Odemira, D. Sancho de Noronha. Chegou o duque em 7 de Abril. Na primeira entrevista que teve com o rei, depois de insistir nos pedidos que o tio directamente lhe fizera, e a que já nos referimos, disse a D. Sebastião que, tendo em Portugal parentes e amigos, com muitos se avistara, e por isso queria advertir á Su Magestad, que aunque no osaban como vassallos contradecir á su voluntad, que le certificaba, que todos en general, y en particular llevavan quebradas las alas del coraçon á la jornada, y de muy mala gana por ver á Su Magestad sin hijos, y en tanto peligro de la vida, y de los demás. Respondeu o soberano que a jornada era tão importante para êle, como para o tio, se as armas do sultão e do Maluco saíssem de Larache para destruir Portugal e Andaluzia; e que estava tão prevenido para a expedição, que dentro de veinte dias se puede embarcar, o que era uma arrogante mentira ou uma ingénua ilusão. Quanto ao propósito de ir pessoalmente à África — observa o duque, na carta que de Lisboa escreveu ao amo, relatando o que se passara na audiência de 10 de Abril — a única razão é a sua vontade. Os seus argumentos não iam além de generalidades: á los Reynos de su Tio, y á los suyos, y al servicio de Dios importaba que se hallase en persona para reparar los grandes daños que podrian suceder, y que no queria que los Coronistas escribiessen que en cosa, que está á su cargo la defensa de ella, por su culpa habian sucedido tan grandes daños á la Christiandad, y á todos los Reynos christianos. Replicou-lhe D. João de la Cerdá que para

escrevia ao sobrinho — mandando-o procurar três ou quatro membros do Conselho de Estado, os quais devia fazer cientes dos seus esforços para que o rei suspendesse a jornada ou, pelo menos, não entrasse nella directamente. Felipe II procurava já captar as simpatias dos portugueses... (Doc. inéd., t. xxxix, pág. 530).

tomar o pôrto de Larache bastava um general, e era esta a maior instância do tio. Ninguém o podia fazer, senão êle — contestou D. Sebastião; e quando fôsse impossível, melhor seria *que no se hiciera* (¹⁷). Nova audiência obteve do rei, em 22, mas sem resultado algum (¹⁸).

Pela mesma ocasião veio a Lisboa um embaixador do duque de Saboia, para dar ao rei os pêsames do falecimento da infanta D. Maria, e tentar ao mesmo tempo dissuadi-lo da sua temerária emprêsa. Também nada conseguiu.

A inutilidade de todas as tentativas para o desviar *de un apetito tan mal fundado* — como dizia Felipe II — a sua repugnância em ouvir qualquer conselho, provocaram o aparecimento, nos Paços de Lisboa, Sintra e Almeirim, em sítios onde D. Sebastião os pudesse ler, de escritos anónimos, geralmente em verso, acentuando as dificuldades e riscos da jornada. Até houve quem se atrevesse a dizer-lho em público. Um prègador afamado, Fr. Salvador da Cruz, capucho da Arrábida, aproveitou a presença do rei na igreja do Hospital de Todos os Santos, para lhe pedir que se não deixasse levar só pelo seu arbitrio, mas seguisse o conselho dos velhos e prudentes. D. Sebastião ordenou ao respectivo Provincial que o desterrasse para o convento mais distante de Lisboa (¹⁹).

(¹⁷) Carta do duque de Medinaceli a Felipe II, escrita de Lisboa em 13 de Abril de 1578. Danvila y Burguero (*ob. cit.*, pág. 301) chama a êste documento (pertencente à *Colección Belda*) *manuscrito cuyo descubrimiento es de suma importancia para la historia de este Reinado*. Há século e meio que era conhecido: Barbosa Machado já o publicara, em 1751, nas *Memorias del Rey D. Sebastião* (Parte IV, liv. II, cap. IV).

(¹⁸) Cartas de D. João da Silva a Felipe II, de 13 e 22 de Abril de 1578. (*Doc. inéd. para la hist. de España*, t. XXXIX, págs. 555 e 561).

(¹⁹) P.º Baião, *ob. cit.*, Liv. IV, cap. XIII.

*

* * *

Os cronistas sebásticos são muito deficientes, ao tratar dos contingentes estrangeiros; mas êste defeito complica-se com informações de fantasia, quando se referem ao contingente alemão. Talvez quisessem encobrir as negociações de D. Sebastião com os rebeldes dos Países Baixos. Nuno Álvares Pereira, incumbido de contratar êsses auxiliares, logo que desembarcou em Antuérpia, dirigiu-se para Augusta, conseguindo, ao fim de alguns meses, a promessa de quatro mil veteranos, antigos soldados do duque Adolfo de Holstein, que haviam servido sob as ordens do duque de Alba. Mas a sua convocação não podia fazer-se imediatamente; e Nuno Álvares passou a Hamburgo, voltando depois a Antuérpia, para comprar não só as doze peças de campanha e quatro mil arcabuzes, que já figuravam nas *Instruções* trazidas de Lisboa, como muitas outras munições e mantimentos — vinte e cinco mil quintais de pólvora, duas mil balas de artilharia, três mil mosquetes, doze mil mechas, quatro mil e quinhentos quintais de carne salgada, seis mil barricas de farinha, três mil quintais de queijo, etc. — constantes das novas relações, que sucessivamente lhe ia enviando Pedro de Alcáçova Carneiro (20).

Deu-se então a revolta dos Países Baixos. Em Fevereiro de 1577, assinara D. João de Áustria, em nome de Felipe II, o Edicto perpétuo, ratificando a Pacificação de Gante, ajustada no ano anterior entre os delegados de todas as províncias, à excepção do Luxemburgo. Fôra, porém, rejeitada a cláusula, que provisoriamente concedera a liberdade de consciência. A luta tornava-se inevitável. Em Julho, a rebelião alastrara de tal forma, que D. João de Áustria se refugiou na praça de Namur. Uma das cidades revoltadas foi Antuérpia, onde se encontrava

(20) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. IV, liv. I, cap. XIII; P.º Baião, *ob. cit.*, Liv. IV, cap. II.

vam já armazenadas grandes quantidades de víveres e aprestos militares, comprados por Nuno Álvares Pereira.

O aperto da guerra com os espanhóis levou os rebeldes, não só a embargar tudo, como a proibir a passagem dos soldados alemães por aqueles Estados. O agente português, homem desembaraçado e fértil em expedientes, entrou logo em negociações com o príncipe de Orange, ficando assente que as tomadias seriam restituídas. D. Sebastião, avisado desta diligência, apressou-se a mandar outro escrivão da Fazenda, Sebastião da Costa, com uma carta para Guilherme de Nassau, apesar do chefe da rebelião não ser católico e se haver revoltado contra o tio. A correspondência continuou; e os Estados Gerais comprometeram-se a fornecer dois regimentos, pedindo apenas ao rei de Portugal intivesse junto de Felipe II, para que substituísse, no governo dos Países Baixos, seu irmão bastardo, D. João de Áustria, pelo arquiduque, Rodolfo II, a quem os rebeldes haviam eleito governador.

Em fins de Janeiro de 1578, saiu Nuno Álvares de Antuérpia para tratar d'este assunto; e depois duma volta pela Alemanha, por causa das munições e vitualhas que adquirira em Hamburgo, regressou a Lisboa a 20 de Março. Na Flandres ficara o seu colega Sebastião da Costa, encarregado de dirigir o embarque dos soldados fornecidos pelo príncipe de Orange, e comandados por Martim de Borgonha, senhor de Tamberg — descendente, por bastardia, do duque Felipe o Bom — homem provado na guerra e conhecedor da língua espanhola. Este contingente, composto de alemães, holandeses e valões, no total de dois mil e oitocentos homens, chegou ao Tejo, na segunda semana de Maio, em vinte e duas urcas, que transportavam também as provisões compradas nos Países Baixos; as de Hamburgo já tinham entrado dias antes. Desembarcaram em Belém, seguindo a pé para Cascais, onde foram aposentados. Muitos vinham acompanhados das mulheres ou das amantes, com os filhos, o que causou tanto assombro em Lisboa, como o

saber-se que eram calvinistas ou luteranos. É muito curiosa a carta que, em 13 de Maio, o rei escreveu a Cristóvão de Moura, já publicada pelo P.^o Baião, mas que não teve ainda o merecido destaque:

«Os alemaens, que esperava de Flandes, e tudo o mais, que daquellas partes mandey vir, são chegados: e ponderey serem hereges tão bons Christãos, que ajudem á guerra contra os Mouros, mais que os Christãos a quem convinha mais o bom effeito desta guerra, que aos Herejes» (21).

Além desta estocada directa ao tio, por lhe haver recusado o auxílio das suas tropas, a carta revela que D. Sebastião, a despeito de se proclamar defensor da fé católica, só para poder pelejar em África, tanto lhe servia o dinheiro dos cristãos novos, como os arcabuzes dos protestantes (22).

(21) *Portugal cuidadoso e lastimado*, Liv. IV, cap. xxi.

(22) Felipe II teve conhecimento das negociações de D. Sebastião com o príncipe de Orange, porque a sua espionagem, em Paris, conseguira obter cópia duma carta dos Estados Gerais dos Países Baixos ao rei de Portugal, datada de Bruxelas a 14 de Dezembro de 1577. (Colecção Belda, *apud* Danvila y Burguero, *ob. cit.*, Apêndice n.^o 13).

Esta descoberta desgostou o rei católico. Dando, porém, conhecimento do caso a D. João da Silva, recomendou-lhe nada dissesse ao sobrinho, à espera do seu procedimento. Sabedor da má impressão que a novidade causara em Madrid, D. Sebastião comunicou ao embaixador espanhol, como por incidente, que Nuno Alvares Pereira não levara nenhuma instrução especial para contratar gente na Flandres. Aproveitara-se das circunstâncias; e depois mandara-lhe pedir sancionasse o que fizera. *y que — escreve D. João da Silva a Felipe II, no último de Fevereiro de 1578 — no habiendose de embarcar en puertos de V. M. no pareció que había para que darle cuenta de este particular, lo que no me le decia por disculpa, porque no se hallaba culpado, sino por satisfaccion de cualquier escrupulo que pudiere haber nacido de no lo entender como pasaba.* (Doc. inéd. para la hist. de España, t. XXXIX, pág. 511).

D. Sebastião enviou a Cristóvão de Moura, para as mostrar ao tio, não só as cartas dos Estados Gerais — deviam ser duas, mas só uma se conhece — como outra do príncipe de Orange, expedida de Gante em 10 de Janeiro de 1578. (Doc. inéd., t. XL, pág. 115), todas três escritas em latim. Por último, ordenou ao pró-

O embaixador de Portugal em Roma começara a levantar, na Toscana, três mil italianos. Exigiam, porém, uma soma importante, duzentos mil cruzados em ouro, ou o seu equivalente em prata, que o contrato se não fechara ainda. Por isso, quando chegou a Lisboa a notícia da próxima partida do contingente flamengo, foi enviada ordem a João Gomes da Silva para suspender tudo (23).

prio Nuno Álvares Pereira — que, após a sua chegada a Lisboa, tivera uma larga conferência com o embaixador de Espanha. (Carta de D. João da Silva ao amo, de 23 de Março de 1578. *Doc. inéd.*, t. xxxix, pág. 535) — fôsse relatar a Felipe II o que vira e ouvira nos Países Baixos. Fr. Manuel dos Santos (*Historia Sebastica*, Liv. II, cap. xxx) publica essa informação na íntegra.

Nuno Álvares falava e escrevia o castelhano; e o rei católico tanto se agradou de quem dizia: *me hallará V. Magestad tan leal como al más de sus Vasallos*, que em 1580 o nomeou secretário de Estado para os negócios de Portugal.

(23) De Salvaterra, em 24 de Dezembro de 1577, escreveu D. Sebastião a seguinte carta ao seu embaixador junto de Gregório XIII:

Sendo de tanta importancia aver húa soma de dinheiro para a empresa de Africa alem do que para ella meus officiais tratão de aver e ajuntar da minha fazenda,... me pareceo avisarvos disto para por algúa pessoa de entendimento e confiança comunicardes da minha parte ao Gran Duque [da Toscana] o meu intento nesta empresa... e possais aver á finança até 30000 cruzados com que parece me poderey valer em qualquer caso extraordinario que se oferecer; posto que espero em Noso Senhor que por a obra ser sua, e de tanto serviço seu ha de permitir e ordenar que a victoria e a brevidade della e o dinheiro tudo sobreje; e que sendo necessario para segurança do dinheiro que vos for dado, alguns penhores, mandarey para isso entregar o meu arreyo de pedraria que val muito mais, neste Reyno ou em Castella no lugar, e em poder da pessoa de quem se ella satisfizer, e sendo necessario mais penhores se darão, e que isto convem ser de tal maneira que o dinheiro se entregue por todo o mes de marzo ou abril ao mais largo, e os pagamentos se farão do procedido da pimenta que o ano que vem e os seguintes vier da India. (Bib. Nacional, cód. n.º 887, fol. 165).

O arreio de pedraria não saiu de Portugal, nem serviu de penhor a qualquer transacção financeira. Antes de João Gomes da Silva receber esta carta, já êle negociara em Florença, com Jâcopo

No empenho de obter mais soldados estrangeiros, afim de completar o número aconselhado pelo duque de Alba, D. Sebastião bateu, também, a outras portas. Sabendo que se encontrava, em Madrid, um parente do papa, o conde Aníbal Pépoli, que viera trazer a *rosa de oiro* à rainha Ana de Áustria e o capelo de cardeal ao arquiduque Alberto, sobrinho e cunhado de Felipe II, procurou convencê-lo a organizar um regimento de tudescos, sob o seu comando ou de algum seu parente. A proposta não teve, porém, seguimento (24). Ao duque de Saboia enviou o Dr. António Pinto, na esperança de conseguir «capitaens praticos e experimentados... para me poder servir delles na empresa». Mas a diligência não surtiu efeito (25).

Depois, em fins de Abril de 1578, pediu autorização ao tio para contratar, na Andaluzia, dois mil soldados, cujo coronel fôsse Sancho de Ávila ou Alonso de Vargas. Não consentiu Felipe II que, pùblicamente, se pudesse ajustar voluntários; também não autorizou a saída de nenhum daqueles afamados mestres de campo, ambos em serviço efectivo no exército, porque isso representaria uma verdadeira cooperação na jornada de África, e él tinha o maior empenho em manter paz com Abde Almélique. Foram, portanto, contratados outros chefes: D. Alonso de Aguilar, como coronel, e D. Luís Her-

Salviati, um empréstimo de 200.000 cruzados, tomados a câmbio, que seriam empregados no levantamento do contingente italiano e na compra de mil e quinhentos quintais de pólvora e quinze mil quintais de biscoito.

D. Sebastião aceitou letras no valor de quarenta mil cruzados, que remeteu ao seu embaixador em 12 de Janeiro de 1578. (Bib. Nacional, cód. n.º 887, fol. 168); e mandou carregar dois mil quintais de pimenta, que deviam também seguir para a Itália. Mas não saíram de Lisboa, por se haver sustado o alistamento daqueles combatentes.

(24) D. Sebastião incumbiu Cristóvão de Moura dessas diligências; mas o seu embaixador oficioso, cumprindo ordens de Felipe II, esquivou-se (Bilhete de Moura ao rei católico. A. G. de Simancas, Sec. de Estado, Maço n.º 391).

(25) Carta de D. Sebastião a João Gomes da Silva. Salvaterra, 11 de Dezembro de 1577. (Bib. Nacional, cód. n.º 887, fol. 165).

nández de Córdoba e D. Luís de Godoy como sargentos-mores. Nos comêços de Junho, já se encontravam em Lisboa cerca de mil castelhanos, que haviam entrado pelo Alentejo, em pequenos grupos (26).

Uma circunstância fortuita proporcionou ainda a D. Sebastião seiscentos soldados italianos, que o papa confiara a Tomaz Stukeley, fidalgo inglês, cuja vida aventureira decorrera entre batalhas, para auxiliar os católicos irlandeses na sua luta contra Isabel. Agraciado por Gregorio XIII com o título de marquês de Leinster, partira Stukeley de Civitavecchia, numa poderosa nau genovesa; passado o estreito de Gibraltar, fortes temporais o forçaram a arribar a Lisboa, em 18 de Abril. Tão sedutoras promessas lhe fez o monarca português, que sem aguardar licença do pontífice, Tomaz Stukeley concordou em tomar parte na expedição a Marrocos. Ficaram aquartelados em Oeiras.

Quanto às fôrças nacionais, nomeara D. Sebastião, ao findar 1577, quatro coroneis, Diogo Lopes de Sequeira, D. Miguel de Noronha, Vasco da Silveira e Francisco de Távora, para comandar os quatro terços de três mil homens cada um, recrutados nas diferentes províncias do reino. O primeiro teria a seu cargo a cidade de Lisboa e seu térmo; o segundo, a Estremadura; o terceiro, o Alentejo; o quarto, o Algarve. Por todos êles se distribuíram depois os contingentes de Entre Douro-e-Minho, Trás-os-Montes e Beiras. Ordenara o rei que se procedesse à encorpulação de todos os homens válidos, solteiros ou casados, por bem ou à fôrça. O que foi êsse recru-

(26) Na *Relação da jornada delrei D. Sebastião*, já citada no capítulo VII, lê-se o seguinte: «Elrei Filipe em Castella mandou apregoar que todo homem que passasse com seu sobrinho n'esta jornada, lhe levaria em conta todo o tempo que o servisse, como se acompanhára sua propria pessoa». É uma afirmação inteiramente falsa. O rei católico mandou até prender os capitães que andavam recrutando gente na Andaluzia, por o haverem feito sem autorização sua. Só foram soltos em princípios de Julho, na mesma ocasião em que deu licença ao capitão Aldana para servir no exército do sobrinho, como êste insistentemente lhe pedia.

tamento contam-no, em palavras sangrentas, as *Memórias coetâneas*. Nunca a desordem da administração pública atingira tamanho desconcerto; nunca as ruínas paixões da cobiça e da luxúria se haviam manifestado tão impudicamente, sem a mínima providência dos governantes. Tôda a gente, que podia comprar o seu resgate, ficou livre. Os pobres, ainda que tivessem mulher e filhos, eram apanhados violentamente; se possuísam, porém, qualquer cousa que empenhar ou que vender, os oficiais arroladores escusavam-nos, a vinte cruzados por cabeça. Depois, o câmbio foi descendo a dez, a cinco e, nos últimos dias, até a dois cruzados. As mulheres, para isentar os maridos, desfaziam-se das próprias roupas; e algumas houve, que tiveram de sujeitar-se a exigências infames, por ser êsse o preço imposto para a libertação de entes queridos. Só os verdadeiramente miseráveis é que foram arrolados. Assim, em vez dos doze mil homens com que o rei contava, não chegaram a ser recrutados nove mil. O clamor contra as injustiças praticadas era geral. D. Sebastião não o ouvia, todo entregue à sua obsessão; e ninguém se atrevia a dizer-lho, receoso duma terrível explosão de cólera. Os ministros sabiam-no, pois no término de Lisboa se passaram muitos desses factos; mas preferiam encobri-los, a pôr em perigo a sua situação política (27).

Para a instrução dos recrutas consultou o rei diversos capitães, experimentados nas campanhas da Itália ou da Flandres e nas guerras de África, sobre o que mais convinha levar a Marrocos: cavaleiros ou infantes. Os primeiros optavam pelos terços de infantaria, que armados de piques ou de arcabuzes, o peito protegido por cossolêtes, poderiam oferecer a mais firme resistência às investidas dos ginetes mourescos. Os segundos, com o seu conhecimento dos campos africanos, julgavam de mais proveito a cavalaria ligeira, sobretudo se a emprêsa se não limitasse à conquista de Larache. Durou a discussão

(27) Fr. Manuel dos Santos, *ob. cit.*, Liv. II, cap. xxx; P.º Baião, *ob. cit.*, Liv. IV, cap. x.

alguns dias, tendo D. Sebastião abraçado o parecer dos que defendiam a *milicia moderna*; mandou até que «ninguem passasse com cavallos á expedição de Africa, sem ordem sua expressa» (28). Em Lisboa, os exercícios faziam-se aos domingos e dias santos, no campo de Alvalade; como não havia armamento para todos os recrutas, a uns faltavam as espadas, a outros os piques ou os arca-buzes. Nos restantes pontos de concentração, os exercícios foram completamente descurados.

Convocou também D. Sebastião os fidalgos residentes em Lisboa, para lhes declarar a sua resolução, na certeza de que o acompanhariam «com a lealdade e vontade, que nelles tinha mui certa» (29); e aos ausentes escreveu no mesmo sentido. Havia, porém, fidalgos pobres, que não podiam custear as despesas da jornada. Com êles, principalmente, organizou um terço de aventureiros, juntando-se cerca de mil e quatrocentos, muitos dos quais já haviam combatido na África ou na Índia. Confiou o rei o comando dêste escolhido esquadrão, que devia também pelejar a pé, ao seu valido Cristóvão de Távora; para o posto de alferes nomeou Francisco Ferreira de Valdivielso, e como sargentos-mores João Álvares de Azevedo e Pedro Lopes, antigo capitão da peonagem, em Tânger (30).

(28) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. IV, liv. I, cap. xxiv.

Os piqueiros, armados com os seus compridos piques, tinham obtido tão decisivos triunfos sobre a cavalaria pesada, que ainda eram considerados indispensáveis; com a simplificação do arca-buz foram, porém, pouco a pouco desaparecendo. Na batalha de Alcácer-Quibir, o seu excessivo número concorreu para a derrota.

(29) Fr. Bernardo da Cruz, *ob. cit.*, cap. xlvi.

(30) Há grande discrepância quanto ao número dos aventureiros. Barbosa Machado (*ob. cit.*, P. IV, liv. I, cap. xviii), Fr. Bernardo da Cruz (*ob. cit.*, cap. xlvi) e o P.^o Baião (*ob. cit.*, Liv. IV, cap. x) computam-nos em mil. Jerónimo de Mendonça (*Jornada de Africa*, cap. iii) avalia-os em mil e quinhentos, e Miguel Leitão de Andrade (*Miscelanea, Dialogo setimo*) em mil e quatrocentos, «pouco mais ou menos». O manuscrito coevo, *Carta a um abade da Beira, em resposta a outra sua em que pedia a um amigo*

*
* *

Diversas tentativas fez o novo Xerife para que D. Sebastião o deixasse em paz. As perseguições que sofrera na mocidade; as tribulações e misérias que passara durante o seu longo exílio; as numerosas batalhas em que entrara, até à posse incontestada dos reinos de Fez e de Marrocos: tantos anos de vida tormentosa naturalmente concorriam para que desejasse agora a tranqüilidade e o sossego. Pelo seu cativo Abel Quaresma e, posteriormente, por André Gaspar Corso, mercador genovês, mandou Abde Almélique dizer a D. Duarte de Meneses, governador de Tânger, para o comunicar ao soberano português, que não alcançava o motivo que o impelia a querer decidir entre êle e Mulei Mohâmede, pois ambos eram mouros e inimigos de cristãos. Do ponto de vista da dignidade real, êle descendia legitimamente dum Xerife, e o sobrinho era filho duma escrava negra. Só para deixar os seus reinos a êsse bastardo, assassinara Abdalah um irmão e perseguirá-o a êle ferozmente. Se a razão, que incitava D. Sebastião à guerra, nascia do receio dos turcos, nenhuma tropas otomanas havia já na Berbéria; e estava apostado a combatê-las, se tentassem voltar. Para estabelecer, entre as duas monarquias, uma paz duradoura, daria às três fortalezas, que o rei de Portugal possuia em África, «campos bastantes, onde podessem semear pão, e criar gado». Por ordem de D. Sebastião,

notícias não só da corte, mas do sucesso d'El Rei D. Sebastião,
publicado no *Biblióphilo*, eleva-os a dois mil.

Nos cronistas estrangeiros nota-se o mesmo desacôrdo: enquanto Luís de Oxeda os estima em mais de mil, Fr. Luís Nieto vai até ao exagero de dois mil e quinhentos.

Miguel Leitão de Andrade entrou na batalha de Alcácer-Quibir, e pertenceu ao têrço ou esquadrão dos aventureiros. Os seus cálculos devem ser, portanto, os mais seguros.

Na terminologia militar da época, *esquadrão* significava a unidade táctica de infantaria.

respondeu arrogantemente D. Duarte de Meneses, exigindo condições inaceitáveis (31).

Abde Almélique dirige-se então mais uma vez a Felipe II, rogando a sua intervenção. Não consentiria turcos na Berberia, nem daria ao sultão nenhum lugar no seu império, ficando assim os dois reinos da Península seguros dos ataques otomanos; e se o monarca espanhol quisesse empreender a conquista de Argel, estaria pronto a auxiliá-lo. Observou o rei católico ao sobrinho que lhe pareciam aceitáveis as propostas do soberano marroquino. Se Abde Almélique, espontaneamente, despedira os soldados turcos, que o tinham auxiliado na emprêsa, cessara a causa da guerra, pois não comprehendia como D. Sebastião fôsse, com tanto risco seu, ajudar um rei mouro, que sempre se mostrara inimigo dos portugueses. O sobrinho, surdo às mais prudentes advertências, continuou, porém, a invocar artificiosos pretextos.

Abde Almélique escreveu então directamente a D. Sebastião. A corôa de Marrocos pertencia-lhe de direito e não a Mulei Mohâmede. Mas se o rei de Portugal pretendia parte das suas terras, mandasse pessoas de confiança, com quem pudesse tratar, «porque não tenho menos vontade de convir no que for justo, que de tomar as armas para defendello». Esta carta ficou sem resposta (32). Nem o monarca português podia dizer-lhe que a única razão, o verdadeiro motivo que o levava à África, se reduzia a ser Abde Almélique um afamado guerreiro, que êle queria suplantar, para glória do seu nome.

*
* *

Quando foi convicção geral que D. Sebastião iria pessoalmente à Berberia, como todos sabiam que êle não

(31) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. IV, liv. I, cap. xxii; Fr. Bernardo da Cruz, *ob. cit.*, cap. XLVIII.

(32) Barbosa Machado, *ob. cit.*, *ibidem*; Fr. Bernardo da Cruz, *ob. cit.*, *ibidem*.

temia os perigos, antes os buscava por gôsto e por jactância, os vereadores da Câmara de Lisboa e alguns membros do Conselho de Estado lembraram-lhe que ao menos nomeasse sucessor, pois ninguém podia responder pelo futuro, e as mortes do Senhor D. Duarte e da infanta D. Maria davam entrada a pretensores estrangeiros; e quando fôsse escolhido o cardeal, como era eclesiástico e tinha sessenta e seis anos, seria conveniente deixar também jurado o seu herdeiro.

Levou D. Sebastião o caso ao Conselho. Todos votaram no cardeal para sucessor; mas ao tratar-se do segundo herdeiro, dividiram-se as opiniões, querendo uns que se escolhesse já, e outros que se não privasse D. Henrique da liberdade de o fazer. Ficou o assunto adiado para nova reunião. Pedro de Alcâçova Carneiro aproveitou o adiamento — que talvez êle provocasse — para jogar um golpe certeiro ao cardeal-infante, cuja regência, mesmo provisória, procurava impedir. Falando com o rei, na presença de Cristóvão de Távora, expôs-lhe o que pensava relativamente à nomeação do sucessor da corôa. Este parecer foi publicado por Baião e Barbosa Machado; mas nenhum historiador moderno pôs em relêvo as suas funestas consequências. Após uma espécie de exórdio, para justificar que «muitas couzas havia, que se podião dizer aos Reys em particular, e convinha dissimulallas em Conselho», propôs Alcâçova o seu voto, com a astúcia de quem conhecia profundamente o monarca:

Não obstante as razoens, que então se apontarão [na sessão do Conselho de Estado] em alguma das quaes elle conviera por dar passe ao negocio, toda via lhe parecia, que em nenhum modo convinha á pessoa de Sua Alteza, e aos intentos, que tinha de emprender a jornada de Africa, deixar declarado sucessor do Reyno;... que ficando Príncipe jurado, era necessário, que se lhe dêssse o governo do Reyno, quando Sua Alteza passasse a Berberia, em particular sendo o Cardeal pessoa de tanta autoridade, idade, governo, e experiençia; e que ainda que de seu animo se podesse fiar grandes couzas, toda via era o desejo de reynar de qualidade, que se as couzas da jornada sucedessem menos prosperas, do que se esperava, e corresse a Pessoa de Sua Alteza algum perigo dos que acontecem na guerra, por ventura se descuidaria o sucessor da sua obrigação, interpondo os inconvenientes, que não faltão

aos Príncipes nas couzas, em que lhes falta o gosto... Demais, que para a empreza, e para proseguir nella, quando a fortuna se mostrasse prospéra, importava ficar no governo do Reyno quem acodisse a Sua Alteza com gente de renovo, armas, mantimentos, e mais couzas necessárias, o que não faria o Cardeal seu Tio, a quem sempre descontentara esta jornada... Por onde não só deixallo jurado por Príncipe, mas nem ainda com o governo do Reyno, lhe convinha deixallo, senão pessoas, que pendassem precisamente daquillo, que Sua Alteza mandasse, e acudissem com promptidão aos socorros, e provimentos do Exercito, ainda que fosse vendendo, ou empenhando o Patrimonio Real, de que sempre fugiria aquelle, que declarado por Príncipe visse, que lhe deixavão as rendas diminuídas, e a fazenda empenhada. Lembrava-lhe mais, que se acaso nomeasse a Duqueza de Brangança, por sucessora, depois dos dias do Cardeal, era desgostar a alguns Senhores, e Fidalgos, que escandalizados da altiveza desta Caza, desamavão tal sucessão... De mais disto, que era de verse, tendo sido o Príncipe de Parma caçado com Irmão mayor da Duqueza, e ficando della filhos varoens, não podia ser jurada menor; e que El Rey de Castella, como Neto del Rey D. Manoel, e varão, tinha forçosa pertença ao Reyno, e que ao menos seria antecipadamente alienar o animo de quaequer destes Príncipes, que desde logo se vissem excluidos da sucessão; e que era melhor tellos a todos suspensos com a esperança della;... por onde fosse metendo tempo em meyo sem dar lugar a que no Conselho se praticasse mais sobre este ponto, porque assim evitaria grandes inconvenientes, e ficarião as couzas no estado, que convinha á empreza de Berberia (33).

Estes cavilosos conselhos tanto se harmonizavam com a índole do rei, cujo orgulho se não compadecia com os direitos dum sucessor reconhecido, que nunca mais admitiu conversas sobre a declaração de herdeiro, abrindo assim fácil caminho às futuras pretensões de Felipe II. Também o velho ministro, com as suas aleivosas acusações ao cardeal, forneceu a D. Sebastião pretextos — indo ao encontro dos seus íntimos desejos — para lhe não entregar a regência e nomear governadores, a quem outorgou largos poderes, limitados apenas quanto à aplicação de castigos e concessão de mercês, que reservou para si. A escolha recaiu em quatro membros do

(33) *Portugal cuidadoso e lastimado*, Liv. IV, cap. xviii; *Memorias del Rey D. Sebastião*, P. IV, liv. I, cap. xxiii.

Conselho de Estado: o arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida, o vedor da Fazenda, Pedro de Alcáçova Carneiro — que tão hábilmente preparara esta solução — D. João Mascarenhas e Francisco de Sá de Meneses, senhor de Matozinhos, com a assistência do secretário de Estado, Miguel de Moura. A eleição do heróico defensor de Diu causou geral surpresa, pois até à última hora se supôs que o rei o nomeasse general da expedição (¹⁴).

As cartas de nomeação foram duas. Na primeira, datada de 9 de Junho de 1578, o rei nomeia os quatro governadores, «pella muy grande confiança que delles tenho e muita experienzia que elles tem das cousas do mesmo governo». A segunda, de 25 — no mesmo dia em que partiu — é uma espécie de apostila:

Ei por meu serviço que Miguel de Moura meu secretario e do meu Conselho asista e seja presente no dito Governo cō as pessoas acima nomeadas... e lhe mandey que pera isso ficasse nestes Reynos (¹⁵).

Contam vários historiadores sebásticos que o monarca rogara insistente ao cardeal-infante aceitasse a regência, mas D. Henrique se escusara; e documentos coevos, como as circulares enviadas aos titulares, aos embaixadores no estrangeiro e às câmaras municipais, parecem confirmar aquela asserção. Com efeito, em todas essas cartas expedidas entre 9 e 13 de Junho de 1578,

(¹⁴) D. João Mascarenhas tentou desviar D. Sebastião da sua ida à África. Afirmou então o rei que proporia a uma junta de médicos: *se um homem valente pode com a idade tomar mēdo?* Mas não chegou a efectuá-lo. A resposta do herói do segundo cerco de Diu: — *Tenho oitenta anos para vos aconselhar, vinte e cinco para vos servir* — é uma frase retórica, que D. João Mascarenhas, provavelmente, nunca pronunciou.

(¹⁵) Biblioteca da Ajuda, código 51-VIII-9. *Do governo de Espanha*, tomo 1, *Dos ultimos Reys de Portugal e Primeiros de Castella*, fols. 47-48.

Pelo seu cargo, Miguel de Moura devia acompanhar o rei, como já o acampanhara a Guadalupe.

se lê, com pequeníssimas variantes, êste período: «Vendo como o Cardeal Iffante meu Tio, por suas indisposições e idade, nam pôde com o trabalho deste governo, *como* (ou *segundo*) *me disse*, me pareceu resloverme», etc. (36).

Pois a verdade é outra: o rei nunca ofereceu a regência ao cardeal D. Henrique. Alexandre Herculano, no *Apógrafo mais antigo* dos seis códices que consultou para a publicação da *Chronica de El Rei D. Sebastião*, que corre com o nome de Fr. Bernardo da Cruz, encontrou esta curiosa *Nota* (pág. 205 da 1.ª edição): «O Cardeal me certificou, aqui em Alcobaça, que nunca lhe elrei seu Senhor fallára nisto, com as lagrimas nos olhos com sentimento, dizendo-me que o faria por suas indisposições, que eram muitas». Mas há dois documentos que o provam indubitavelmente. O primeiro é uma carta de D. João da Silva para Felipe II, datada de 5 de Junho de 1578:

)

Visité al señor cardenal y preguntéle si le había pedido el rey que se encargase del gobierno. Respondióme que en el camino [de Evora para Lisboa, onde vinha despedir-se do sobrinho] le encontró una carta en que S. M. le decia que estaba resuelto en descarregarle deste trabajo por sus indisposiciones y de cometerlo á ciertas personas (37).

Meses depois, o próprio D. Henrique, já elevado ao trono, o confessou também a Cristóvão de Moura, que acabava de chegar a Lisboa para lhe apresentar os pésames do rei católico, pela catástrofe de Alcácer-Quibir. Assim o relata ao amo, em 2 de Setembro de 1578, o infatigável agente de Felipe II:

Yo he dicho á S. A. [o cardeal-rei] como despacho este correo con la nueva de su juramento... Y á este propósito le conté como el rey (que haya gloria) me había escrito que dijese á V. M. las personas que él había nombrado para que quedasen gobernando este reino, las cuales había nombrado porque S. A. no había querido aceptar, excusándose con sus indisposiciones: Holgóse mucho

(36) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. IV, liv. II, cap. vi; Fr. Manuel dos Santos, *ob. cit.*, Liv. II, cap. xxxii.

(37) *Doc. inéd. para la historia de España*, t. XL, pág. 29.

de saber esto, y en gran secreto me dijo que era cierto que nunca tal le habian hablado, y que me rogaba que desengañase dello á V. M. (**) .

A resolução de excluir da regência o cardeal-infante era realmente tão extraordinária, que D. Sebastião, para justificar o seu acto, inventou que o tio *lhe dissera* não poder com o encargo do governo, encargo em que aliás nunca lhe falara. Ele bem sabia que D. Henrique não ousaria desmenti-lo publicamente.

O sr. Ângelo Pereira, num opúsculo, *As regências da monarquia portuguesa* (Lisboa, 1942), publicou uma carta autógrafa de D. Sebastião ao tio, escrita no dia em que a armada saíu de Cádiz para a África; e dela inferiu que o rei convidara o cardeal-infante a assumir a regência, convite que D. Henrique declinou pela sua idade e achaques, sendo, portanto, a regência atribuída a um Conselho de governo.

Mera ilusão: o documento nada prova. Na carta — bastante confusa, como tudo que escrevia D. Sebastião — não há qualquer referência a tal assunto. O monarca diz-lhe apenas que se lembra d'ele e da *deradeira palaura* q sua tiue... que vai *mt.º bē disposto cō a grasa de d's* ... *nō deixando de rogar a noso senhor me dē uitoria*.

Nas costas do documento lê-se, porém, um singular enderêço — que foi decreto o que levou o sr. Ângelo Pereira àquela infundada suposição — *a meo tio S. Cardial Inf.º rej.º Regente!*? De quê? Do reino, não, pois o cardeal-infante, que recolhera magoado e triste ao mosteiro alcobacense, não tinha a menor intervenção, nos negócios do Estado, exclusivamente entregues aos governadores nomeados pelo sobrinho. D. Henrique não fôra sequer convidado para a regência, como demonstramos acima. Mas, ainda que o houvesse sido, regente é que êle não era. Como a carta devia seguir por terra, de Cádiz a Alcobaça, a designação *rej.º* representava mais uma habilidade de D. Sebastião para fazer crer que o tio o ficara substituindo na administração do reino.

(**) *Doc. inéd. para la historia de España*, t. XL, pág. 141.

*

* * *

Nos primeiros dias de Junho de 1578, Lisboa transformara-se numa grande parada soldadesca. Além dos recrutas citadinos, estremenos e parte dos alentejanos, que daqui deviam partir, já começavam a arribar os que tinham embarcado em Aveiro, Buarcos, Pôrto, Viana e Vila do Conde. Mas não eram estes, arrolados em tão dolorosas condições e por isso «forçados e descontentes», que enchiam de ruidosa animação a cidade. O movimento, a cõr, o borborinho dum verdadeiro arraial, pela variedade dos trajes, pela diversidade das línguas, davam-no os castelhanos, chegados pouco a pouco, pois Felipe II não permitira que partissem juntos, do Pôrto de Santa Maria; causavam-no os italianos do marquês de Leinster, os alemães e flamengos de Martim de Borgonha, que vinham com freqüência a Lisboa. Eram, porém, os fidalgos do terço de aventureiros, que mais despreocupados se mostravam, como se a jornada fôsse um simples passeio militar. As repetidas declarações do rei, afirmando que o novo Xerife estava tão falho de recursos e tão malquisto dos alcaides, que não ousaria sair do reino de Marrocos para o de Fez — afirmação baseada numa carta, que lhe mandara o governador de Tânger, mas cujo teor êle mesmo secretamente sugerira a D. Duarte de Meneses, para depois a ler no Conselho, como se fôsse um aviso expontâneo e verdadeiro (³⁹); a sua certeza na vitória, a ponto de anunciar, oficialmente, que a *ausência seria breve* (⁴⁰); a própria excitação que o dominava, não descansando um momento, agora assistindo a um exercício, logo dirigindo pessoalmente o embarque de munições, horas seguidas à torreira do sol: tudo concorria para criar, nesse esquadrão de voluntários, uma

(³⁹) Fr. Manuel dos Santos, *ob. cit.*, Liv. II, cap. xxxi.

(⁴⁰) Em tôdas as cartas, comunicando a nomeação dos governadores, se encontra esta frase: *em quanto durar esta minha breve ausencia*.

viva confiança no êxito da emprêsa. A obsessão do monarca contagiara-os.

No Tejo, as embarcações eram às centenas, de alto e baixo bordo, galeões, naus, urcas, caravelas, galés, bateões, barcas, zabras, requisitadas em portos do reino, ou fretadas no estrangeiro, para transporte da gente e do material de guerra e provisões, «até a palha para as cavagaduras e a lenha para fazer o comer». Um exército de sessenta mil homens — escrevia D. João da Silva ao amo, em 1 de Junho — levaria metade da bagagem; e, no entanto, faltavam muitas cousas necessárias (⁴¹). Para capitão-mor dos navios de alto bordo, a quem, aliás, prestaria obediência tôda a armada, escolheu D. Sebastião o governador do Algarve, D. Diogo de Sousa; e como capitães subalternos, D. Luís de Almeida, irmão do arcebispo de Lisboa, Cristóvão de Moura, homónimo e parente do servidor de Felipe II, Francisco de Sousa, Luís Álvares da Cunha, Martim Afonso de Melo, Manuel de Mesquita e Manuel de Melo da Cunha. Recusaram os dois primeiros, julgando deprimente servir às ordens de outrem, que não o rei. Mandou-os D. Sebastião prender no castelo, donde saíram para embarcar. O cargo de governador do Algarve, incumbido do futuro provimento do exército, foi confiado a D. Francisco da Costa; e as capitanias das galés a António de Abreu, António de Melo, João Mendes de Meneses e Pedro Peixoto da Silva, sob o mando do coronel do terço de Lisboa, Diogo Lopes de Sequeira, na qualidade de capitão-mor.

A ribeira de Lisboa oferecia um espectáculo tão variado, que excitava vivamente a curiosidade do povo. Mas o luxo que ostentavam os fidalgos armados à sua custa, em número superior a quatrocentos, causava-lhe justificado assombro. De menosprezo pelas leis, que em tempo e ainda recentemente promulgara, fôra o rei o primeiro a dar o exemplo; e todos, no empenho servil de lhe agradar,

(⁴¹) *Doc. inéd. para la historia de España*, t. XL, pág. 26

disputavam primasias na riqueza dos vestidos, na pintura e tauzia das armas, na profusão das joias e atavios (42). Dir-se-ia que, em vez de partirem para a guerra, iam antes tomar parte numa sumptuosa festa de núpcias. E mais o parecia ainda, nas baixelas de prata, na profusão dos manjares, conservas, doces, vinhos generosos, que abarrotavam os paióis dos seus navios.

Apesar de D. Sebastião ter fixado em seis — e nove para o duque de Bragança — o número de criados que podiam acompanhar cada fidalgo, havia quem levasse cinqüenta, fardados com a libré da sua casa. A emulação reflectia-se também no aparato das tendas de campanha, grandes colgaduras de sedas de côres vivas, franjadas de oiro; e as embarcações, que deviam conduzi-los, rivalizavam no excesso de galhardetes e bandeiras, com as suas divisas. Todos, ainda os mais opulentos, se empenharam nestas despesas supérfluas; e alguns tiveram de vender casas e fazendas, só para não baixar na prosápia. Indirectamente envolvido nesta onda de prodigalidade, o embaxador espanhol rogou, com instância, a Felipe II lhe concedesse uma importante ajuda de custo, pois havendo de acompanhar o rei, não podia apresentar-se menos provido que os fidalgos de mediano rendimento.

Diz Jerónimo Franchi Conestaggio (*Dell'Unione del Regno di Portogallo alla Corona di Castiglia*) que nenhuma resistência opuseram os portugueses para evitar a expedição. Bastantes diligências fizeram, enquanto D. Sebastião não declarou publicamente que iria, em pessoa, à África. Depois, por adulação, por obediência, talvez

(42) O alvará ou pragmática de 6 de Março de 1578, publicado na Chancelaria-mor a 15 do mesmo mês, proibia novamente as sedas, brocado, telas de ouró ou de prata, o broslado, o pospontado, o lavrado, forros de seda, debruns, passamanes, etc. (J. Anásatio de Figueiredo, *Synopsis Chronologica*, t. II, pág. 186).

¿ Para que seria suscitada a rigorosa observância dum a lei antiga, se, volvido mês e meio, todos ostensivamente a postergavam?...

na indefinida esperança — como observa D. João da Silva ao secretário de Estado, Gabriel de Zayas, em carta de 14 de Abril — *de algun milagro que impida la jornada* (43), todos os fidalgos se aprestam, submetendo-se ao capricho do rei, porque apesar de mancebo, *como rey* — na curiosa frase do *Portugal cuidadoso e lastimado* — *não podia ter reprehensão* (44). No entanto, os que privavam com D. Sebastião, à medida que o tempo avançava, já se não sentiam tranquilos. O dinheiro escasseava. O rei pedira mais cento e trinta mil cruzados a alguns mercadores de Lisboa; e a Nuno Álvares Pereira, que regressara de Madrid, onde fôra explicar ao tio os seus entendimentos com os rebeldes dos Países Baixos, ordenou D. Sebastião que voltasse a Castela e procurasse, na feira de Medina, o alemão Conrado Rott, afim de negociar um novo empréstimo de duzentos ou trezentos mil cruzados, que iria enviando para a África, à medida que os fôsse cobrando. Em 26 de Junho, de caminho para Tânger, ainda o rei lhe escrevia do Algarve, recomendando-lhe urgência; a derrota de 4 de Agosto pôs termo às negociações (45).

Por outro lado, os temerários propósitos de D. Sebastião acentuavam-se tanto, que até os moços seus privados já lhes viam os perigos. Muito mais do que conquistar terras em África, o rei queria bater-se, entrar pessoalmente em combate. Assim o mostra a carta do embaixador de Espanha a Felipe II, em data de 22 de Abril:

He sabido de muy buena parte que ofrece D. Duarte de Meneses, capitán de Tânger, de tomar y fortificar á Alarache con quatro mil hombres que se le envien luego, los cuales bastarán para quel Xerife [o Xerife deposto] cobre reputacion y amigos bastantes para asegurar nuestra gente hasta poner la plaza en defensa... Todavia no ha osado [D. Sebastião] mostrar las cartas

(43) *Doc. inéd. para la historia de España*, t. XXXIX, pág. 557.

(44) *Liv. IV*, cap. xi.

(45) P.º Baião, *ob. cit.*, *Liv. IV*, cap. ii. Carta de D. João da Silva a Zayas. Lisboa, 8 de Junho de 1578. (*Doc. inéd.*, etc., t. XL, pág. 39).

en su Consejo, porque le facilitan la empresa sin hallarse su persona en ella. Tanto está resoluto de pasar la mar que perderá las ocasiones de hacer el negocio con mas facilidad y á menos costa, aventurando á errarle y a perderse por no dejar de hallarse en la jornada (46).

Estas cartas não as comunicava o rei ao Conselho de Estado; mostrava-lhe, porém, a outra, que êle próprio encomendara a D. Duarte de Meneses.

Com o pretexto de que o exiguo número de galés não permitia o desembarque do exército em Larache, D. Sebastião anunciaava já o intento de aproar a Arzila, para caminhar depois, por terra, até àquela cidade. As cartas, que D. João da Silva escreve então ao amo, revelam que em Portugal se não perdera a esperança de que, à última hora, o rei católico mandaria as suas galés, ao menos com o fim de ajudar o desembarque. Na de 30 de Abril, o embaixador até lhe pondera que o facto de auxiliar com alguns navios o sobrinho nunca poderia ser considerado um aplauso à expedição, «porque en este reino y en toda otra parte se ha visto manifiestamente que V. M. tiene hecho el último esfuerzo para sacar al rey desta deliberacion, y que lo que agora se hiciere no es en aprobacion della, sino procurar disminuirle el peligro que no se le pudo impedir» (47).

A carta de 13 de Maio é da maior importância para a compreensão da futura atitude de Felipe II. D. João da Silva informa-o do verdadeiro motivo que leva D. Sebastião a querer saltar em terra com as suas tropas, na praia de Arzila, em vez de se dirigir logo a Larache. Não são as fadigas, o trabalho do desembarque na foz do Luco, que o movem, *sino por haber mas actos militares, marchando y alojando su campo, atravesando ríos y dificultades*. Como não pode alegar esta razão, desculpa-se

(46) *Doc. inéd. para la historia de España*, t. xxxix, pág. 561.

À margem desta carta, em frente do período relativo à conquista de Larache pelo governador de Tânger, lançou Felipe II a seguinte nota: *Esto seria harlo mejor y no aventurar tanto.*

(47) *Doc. inéd. para la historia de España*, t. xxxix, pág. 569.

com as poucas galés que possue. Por isso, Cristóvão de Távora procurou o embaixador — assim o refere êste ao amo — para lhe rogar com instância, decreto convencido da inutilidade das suas advertências e conselhos, *que supliquemos todos muy humilmente à V. M. envie sus galeras, porque con 16 ó 18 de las nuestras, y cinco ó seis que aqui tienen, podrán desembarcar de golpe en el río, ganar tiempo e ahorrar peligro; y que no hay otro remedio de quitar al rey el apetito de caminar por tierra con mucho riesgo de su persona y de la empresa; porque saltándole galeras, se funda muy en razon la desembarcacion de Arcila* (48).

As súplicas de Cristóvão de Távora, a esperança em que vivia o povo português, as considerações do seu próprio embaixador, não abalaram, porém, o ânimo frio, duro, insensível de Felipe II. Esforçara-se o rei católico por dissuadir o sobrinho dessa rematada loucura: mostrá-lo a Portugal e ao mundo fôra até uma das suas mais vivas preocupações. ¿ Para que empenhar novo esfôrço, provavelmente ineficaz, pois há muitos meses que escrevera a D. João da Silva, classificando o procedimento de D. Sebastião de *mas obstinacion que otra cosa?* Se o sobrinho, nesta vertiginosa corrida para o abismo, encontrasse a perdição, só podia queixar-se de si mesmo. Ele não daria mais um passo para o isentar dos perigos, que voluntariamente procurava: e não lhe enviou as almejadas galés. Começava a sorrir-lhe a idéia duma possível e talvez próxima herança.

(48) *Doc. inéd. para la historia de España*, t. XL, pág. 8.

CAPITULO IX

NAS VESPERAS DA CATASTROFE

O embarque. — Conflitos entre soldados portugueses e estrangeiros. — Grave desgosto do Prior do Crato. — A comitiva régia. — Em Cádiz. — Na cidade de Tânger. — Dezoito dias em Arzila: pânico infundado; reunião dum Conselho de Oficiais; uma correria moura; a vaidade de D. Sebastião; as últimas propostas de Abde Almélique. — Fantasias dum historiador marroquino. — A obsessão do rei acentua-se; as suas invenções; as suas cóleras. — Partida para Larache.

Em 5 de Junho, ordenou o rei a D. Diogo de Sousa que nessa noite fôsse dormir a bordo do navio almirante, o galeão *S. Mateus*. No mesmo dia o procurou o embaixador de Espanha, cumprindo uma ordem urgente do amo, para lhe preguntar se queria ser compreendido em uma trégua que o rei católico estava negociajando com o sultão da Turquia. Agradecendo a deferênciia do tio, respondeu D. Sebastião que oportunamente o avisaria da sua resolução. Mas já lhe podia dizer *que por este respeto, ni por otro alguno, dejará ni suspenderá la jornada de Alarache, ni ha de diferir una hora ni media su embarcacion y partida; que yo avisase á V. M. que, con ayuda de Dios, sabado 14 del presente, comerá en la galera* ⁽¹⁾. E na realidade, a 8, por tôda a cidade era lançado pregão que se aviassem, pois o monarca embarcaria a 14, em seguida à benção do estandarte real, na Sé.

⁽¹⁾ Carta de D. João da Silva a Felipe II. Lisboa, 5 de Junho de 1578. (*Doc. inéd. para la hist. de España*, t. xl, pág. 29).

Neste dia, por volta das sete horas, saiu D. Sebastião do palácio da Ribeira, para onde mudara recentemente. A frente do cortejo ia o alferes-mor, D. Luís de Meneses, com a bandeira enrolada. Após o rei, seguiam algumas centenas de fidalgos, em três filas, com os seus párgens e lacaios para lhes segurarem os cavalos. Na louçania dos trajes, no esplendor das bordaduras, na profusão das jóias, na riqueza e fantasia dos arreios, nunca Lisboa pôs a mostra tamanha e, no fundo, tão falsa, tão ilusória ostentação de opulência ⁽²⁾. Depois da missa de pontifical, celebrada pelo arcebispo, foi benzido o estandarte, que D. Sebastião recebeu de joelhos, entregando-o de novo ao alferes-mor. No regresso vinha a bandeira desfraldada. Era de damasco carmezim, aberta em duas pontas, franjadas de prata, tendo bordadas a oiro, dum lado, a imagem de Cristo crucificado, e do outro as armas portuguesas ⁽³⁾. Parou o cortejo no Cais da Rainha, embar-

(²) Na *Relação da jornada d'el-rei D. Sebastião*, depois duma larga e minuciosa descrição das riquezas que ostentavam os fidalgos, em vaidosa emulação, encontra-se este triste comentário: «e pelo muito gasto que fizeram ficaram todos destruidos, e uns venderam as herdades, e casas, e casaes, e quintãas por dois ceitis; outros empenhavam as commendas e morgados por muitos annos por dinheiro d'ante mão pera se aviarem, por muito pouco preço valendo muito, e haviam provisões d'el-rei pera o poderem fazer sem embargo de serem morgados; outros vendiam, e a prata e ouro, e tudo o mais de que se podia fazer dinheiro se punha em leilão».

(³) Não concordam os historiadores sebásticos na descrição da bandeira. Fr. Manuel dos Santos (*ob. cit.*, cap. XXXII) escreve: «de huma banda tinha broslada a sagrada Imagem de Christo crucificado, e da outra as Quinas Reaes»; Fr. Bernardo da Cruz (*ob. cit.*, cap. LI) refere-se apenas a «Christo crucificado broslado na bandeira»; segundo a *Relação da jornada d'el-rei D. Sebastião*, na bandeira «estavam de uma parte postas as armas reaes, e da outra um Crucifixo com elrei D. Sebastião tirado pelo natural»; para Barbosa Machado (*ob. cit.*, P. IV, liv. II, cap. VII), a bandeira tinha «de huma parte primorosamente bordada de ouro a Imagem de Christo crucificado, e da outra as Armas de Portugal, coroadas com diadema Imperial»; e o P.^o Baião (*ob. cit.*, Liv. IV, cap. XXV) já catorze anos antes dissera o mesmo, pois à sua obra o foi de certo buscar Barbosa Machado.

A imagem do próprio rei, bordada numa das faces da bandeira,

cando o monarca na galé real, da qual era comandante Pedro Peixoto da Silva, obra estranha, de singular invenção — diz o autor anónimo da *Relação da jornada d'elrei D. Sebastião* — porque só na pôpa, tôda «cozida em ouro, com muitas histórias abertas no mesmo páu, com outros muitos vultos formosíssimos, e outras personagens de temerosos aspetos,... se afirma que se gastaram mais de oito mil cruzados». A não ser para ouvir duas vezes missa, na igreja de Santos-o-Velho, nunca mais o rei voltou a terra, durante os dez dias que ainda se demorou no Tejo.

D. António Caetano de Sousa (tomo III das *Provas da Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, pág. 198) publica o testamento de D. Sebastião, datado de 13 de Junho, cópia dum manuscrito existente na livraria do duque de Cadaval; mas não o considera autêntico. Barbosa Machado (tomo IV das *Memorias del Rey D. Sebastião, in fine*) também o imprimiu, «supposto que duvide da sua legalidade», por ter achado «outra copia de letra antiga, e quasi coeva». O testamento é evidentemente apócrifo: o rei tinha absoluta certeza na vitória para pensar na morte. Além disso, se existisse, tê-lo-ia encontrado Cristóvão de Moura, que o procurou afanosamente; e não podemos presumir sequer que o zelosíssimo agente de Felipe II o tivesse feito desaparecer, pois

deve ser invenção. Também não considero verdadeira a coroa imperial a que aludem o P.º Baião e Barbosa Machado. No fecho das *Memorias del Rey D. Sebastião* (P. IV, liv. II, cap. xx), diz este historiador: «Excede o a todos os seus coroados Predecessores em algumas acções, que lhe adquirirão gloria immortal, nome perdurable, como forão... usar de Coroa fechada como Emperador, e ser tratado com o título de Magestade, que deixou hereditário aos seus Augustos Successores». Não é exacto. Depois da entrevista de Guadalupe, Felipe II passou a dar ao sobrinho o título de Magestade. Mas, entre nós, continuou o rei a ser tratado com Alteza; e o mesmo título usou sempre o cardeal D. Henrique, seu sucessor.

Também entra no rol das invenções a coroa de ouro, fechada, que D. Sebastião encomendara a um ourives de Lisboa, para se coroar imperador de Marrocos.

seria um poderoso argumento a favor das ambições políticas do amo. Para lhes dar foros de legalidade, bastava esta singular e, aliás, falsa disposição: «E acontecendo que ao tempo de minha morte não tenha filho, nem filha, nem outro descendente, ou pessoa que me haja de suceder, e a sucessão destes Reynos, e Senhorios conforme o direito, e fóros de Portugal, e Hespanha haja de vir ao Rey, que ao tal tempo for de Castella, etc.»!

O cardeal D. Henrique, que chegara de Évora em 1 de Junho, hospedando-se num mosteiro dos subúrbios, apresentou as despedidas ao sobrinho alguns dias antes do seu embarque; e retirou-se imediatamente para o convento de Penha Longa, em Sintra, com vivo desgosto da população da cidade, que não recebeu favoravelmente os governadores. Assim o conta D. João da Silva ao rei católico, em carta de 15 de Junho (¹). Depois da saída da armada, recolheu D. Henrique a Alcobaça, em cujo mosteiro tencionava passar o verão.

A 16, embarcou o terço da Estremadura. Nos dias imediatos, entraram a bordo dos navios, que lhes estavam destinados, o terço de Lisboa, muitos recrutas alentejanos, o esquadrão de aventureiros, os fidalgos com a sua criadagem. A estes, se não tinham embarcação própria, dava-lha o rei, ao preço de quatrocentos ou quinhentos cruzados por mês, a contar do dia em que o barco fôra arrestado (²).

(¹) *Doc. inéd.*, etc., t. XL, pág. 41.

(²) Em carta de 23 de Maio de 1578, dizia o embaixador de Espanha ao rei católico. (*Doc. inéd.*, etc., t. XL, pág. 18):

Hace [D. Sebastião] una cosa durísima: que no nos da embarcacion sino pagándola por nuestros dineros desde el dia que mandó arrestar los navios, y hay hombre que paga quatrocientos y quinientos ducados [D. João da Silva dava este nome aos cruzados] al mes, sin tener cuatro mill de renta al año, y así han de quedar destruidos.

O rei mandou depois oferecer transporte gratuito ao embaixador, para os seus criados, cavalos e bagagem; mas não o aceitou. Como representante do tio, ia D. João da Silva na galé real.

A doença do duque de Bragança que, não podendo seguir na expedição, se fez substituir pelo filho primogénito, D. Teodósio, duque de Barcelos, uma criança de dez anos, confiada à guarda de seu tio D. Jaime; a repentina indisposição de Martim de Borgonha, que o reteve alguns dias no leito; e sobretudo a persistência do mau tempo, com ventos contrários, forçaram D. Sebastião a uma inesperada detenção. O seu empenho de abalar era, porém, tamanho, que em todo êsse tempo, até o dia da partida, dormiu sempre vestido.

Em 22 e 23, de manhã e à tarde, mandou o rei deitar bando, ordenando que todos tomassem os seus lugares, sob pena de prisão, pois a armada largaria em 24; e no dia de S. João, entre salvas de artilharia e o estridor das trombetas bastardas, a galé real, descendo o rio, foi lançar âncora em Oeiras, onde embarcaram os italianos e os tudescos. Na tarde de 25, partia D. Sebastião com rumo à África. Dentro em breve, estaria combatendo os mouros, talvez com a espada e o escudo de Afonso Henriques, que em 14 de Março dêsse ano mandara pedir ao mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, por serem armas sempre vencedoras, com promessa de as restituir à sua volta. E puderam os crúzios rehavê-las, por não terem saído da galé real (*).

(*) Após a extinção das Ordens religiosas, a espada de D. Afonso Henriques foi mandada para o Museu Portuense, hoje Museu Soares dos Reis. Há quem ponha em dúvida a sua autenticidade, por não acreditar que D. Sebastião a houvesse deixado no camarim da galé real, dado o empenho que tivera em a levar. O sr. Carlos de Passos, num interessante artigo publicado na *Seara Nova* (n.º 320), é de opinião que a espada é autêntica. Nota, porém, a falta do escudo, desaparecido talvez em 1834.

A carta do rei ao Padre Geral também esteve em risco de perder-se. Inácio de Vilhena Barbosa (*Estudos Históricos e Arqueológicos*, t. II, *A espada d'el-rei D. Afonso Henriques*), conta como ela se salvou:

Na chronica dos conegos regrantes de Santo Agostinho, vem publicada esta carta, mas com algumas omissões. O autographo

No dia do embarque, à passagem do cortejo, principalmente na volta da Sé, foi D. Sebastião saudado com calorosos vivas. Especialmente as regateiras, que tinham por capricho ser as mais exaltadas nestas manifestações públicas, despediram-no aos gritos de *Viva o nosso rei! Vitória! Vitória!* O monarca nunca fôra popular. D. Catarina, em cartas a Felipe II, mais duma vez lamenta que o neto não gozasse das simpatias do povo. Nesse dia, porém, a satisfação de ver tornada realidade a sua idéia fixa dava-lhe — como acentua um escritor contemporâneo — «uma alegria e benignidade desacostumada», que aguilhoavam o entusiasmo de quantos o viam. Mas rapidamente o júbilo se transformou em lágrimas. Até à abalada dos navios, houve sempre, ao longo da margem, quem chorasse, em alta voz, pelos que partiam; e este sentimento ressurtia em quase todos os que tinham sido arrolados à fôrça. Alegres, por ambição de glória e a mira nos despojos, só iam os aventureiros, com suas violas e guitarras, para folgar no intervalo dos combates (¹).

Divergem muito os cronistas, quanto à composição da armada. Pondo de parte manifestos exageros, como as mil e seiscentas velas, com que D. Sebastião *aportou em Arzila* — a que se refere a *Carta a um abade da Beira*, publicada por Lima Felner no *Bibliophilo* (²) — a estimativa, que mais deve aproximar-se da verdade, encontra-

guardava-se no archivo do convento de Santa Cruz. Extraviou-se depois da extinção das ordens religiosas em 1834, por occasião da mudança do dito archivo. Por diligencia do snr. Santa Rita, então secretario do governo civil de Coimbra, foi restituído o autographo e enviado para a torre do tombo, onde se conserva.

(¹) É corrente a afirmação de que entre os despojos da batalha se encontraram dez mil guitarras. Ainda que todos os aventureiros e fidalgos levassem um dêsses instrumentos — o que parece inverosímil — nunca poderiam atingir a quarta parte.

(²) Na Biblioteca Nacional de Madrid (cód. D. 68), há uma tradução desta Carta — *Respuesta que se hiço a una carta de un Abad de la Vera en la qual pedía á un amigo suyo nuevas de la Corte*. Tanto Conestaggio, como o P.^o Baião, conhecem esse manuscrito.

-se na *Chronica* de Fr. Bernardo da Cruz: «entre as galés e galeoens e náos armadas, e navios mancos de toda a sorte, chegou a frota a numero de oitocentas velas, com as que tambem partirão de outras partes do reino» (º). A carta que, em 6 de Julho, o embaixador espanhol escreve de Cádiz a Felipe II, não se afasta muito dêsse cálculo, pois a armada portuguesa não estava ainda completa: *Los navios son muchos; piensa el rey que lleva seiscientas velas. Creo que no se engaña; pero la mayor parte es de bajeles pequeños de poca importancia* (¹). Podemos, portanto, orçar em cerca de oitocentos os navios de alto e baixo bordo, que nos meados de Julho se reuniram em Arzila.

A armada, ao sair de Lisboa com D. Sebastião, não excederia talvez a quinhentas velas. No Tejo ficaram os navios do Prior do Crato, que não quisera acompanhar o rei, por êle o haver maltratado de palavras, nas vésperas da partida; os do duque de Aveiro, amigo íntimo de D. António; a frota do duque de Bragança, à espera do jóvem duque de Barcelos, mandado chamar a Vila Viçosa; e algumas urcas reservadas para os castelhanos chegados ultimamente, em número de seiscentos, que aguardavam o pagamento do sôlido adiantado. O galeão *S. Martinho*, artilhado com setenta peças, como o galeão almirante, aguardou em Cascais estes navios, para os comboiar até Cádiz.

Antes do embarque das tropas, deram-se em Lisboa dois conflitos entre portugueses e estrangeiros. No primeiro, com os tudoscos, à praia da Boavista, houve um alemão morto e muitos feridos, dos dois lados. No segundo, com os espanhois, na praça do Rossio, as consequências foram mais sérias ainda, pela sanha dos portugueses; dêstes, bastantes ficaram feridos; dos caste-

(º) *Chronica del-rei D. Sebastião*, cap. LIII.

(¹) *Doc. inéd.*, etc., t. XL, pág. 58. D. João da Silva avalia também nesta carta, o número de combatentes, *que á mi cuenta serán diez y siete ó diez y ocho mil hombres*.

lhano, quatro mortos e vinte com ferimentos graves. D. Sebastião viu-se obrigado a publicar «que todo homem, assim natural como estrangeiro, que na corte arrancasse espada, morresse por isso» (11). Acalmaram-se as brigas. Mas logo depois da partida do rei, nova pendência se moveu entre a gente do duque de Bragança e os castelhanos ainda retidos na cidade. A enérgica intervenção das autoridades, prendendo, a pedido do próprio duque, os promotores da desordem, pôs fim aos combates colectivos; mas, até o dia do embarque, vários soldados espanhóis amanheceram mortos (12).

Todos os historiadores se referem, largamente, ao desgosto que então sofreu o Prior do Crato. Por causa dum criado, que trocara o seu serviço pelo de Cristóvão de Távora, foi o valido muito descortês com D. António. Queixou-se êste ao rei; mas D. Sebastião, em vez de alhanar a desavença, respondeu-lhe de má sombra, dando razão a Cristóvão de Távora. Sentiu-se o Prior do Crato ofendido; e apesar de serem pouco cordiais as suas relações com D. Henrique, por haver abandonado a vida eclesiástica, procurou o tio no convento de Penha Longa, para lhe pedir conselho. Interveio também o duque de Aveiro; e se não abandonou a emprêsa, ostensivamente manifestou D. António o que sentia, vestindo-se de preto, arrancando dos seus navios todas as flâmulas e bandeiras, que os adornavam, e não seguindo com o rei, na abalada do dia 25. Nesta atitude se manteve em toda a jornada. A Felipe II, a quem recorria sempre em momentos difíceis, mandou por um fidalgo da sua casa, Francisco Teixeira, dar conta do agravio que recebera.

A expedição não se compunha apenas da gente de guerra. Além dum representante da Santa Sé, Alexandre Formento, e do seu confessor, P.^o Gaspar Maurício, convocara D. Sebastião grande número de eclesiásticos: o

(11) *Relação da jornada d'elrei D. Sebastião.* (O *Biblióphilo*, pág. 42).

(12) *Idem*, id., págs. 90-91.

bispo de Coimbra, D. Manuel de Meneses, inquisidor geral em exercício, para enfermeiro-mor do exército; o bispo do Pôrto, D. Aires da Silva, a quem deu o cargo de capelão-mor; deputados da Mesa da Consciência; pregadores régios, um dos quais, Fernão da Silva, irmão de Luís da Silva, já traçara as linhas gerais do panegírico, que havia de exaltar os seus feitos; o deão da Capela Real, D. António de Meneses, da casa de Tarouca, com os respectivos capelães e músicos; e muitos clérigos, seculares e regulares, de diferentes Ordens, desde o noviço ao Provincial, destinados à conversão da Berberia, que o rei de Portugal dava já por dominada. Também o acompanhavam altos representantes da Justiça: o rege-dor, Lourenço da Silva; o meirinho-mor, D. Duarte de Castelo Branco; o desembargador do Paço, António Velho Tinoco; os corregedores da corte, Belchior do Amaral, Diogo da Fonseca e Francisco Casado; o alcaide-mor Marcos Jorge Carranza. Não esquecera outrossim o monarca todos os apetrechos usados nos exercícios eqüestres, nem os bobos para o distrair com as suas chocarriças. «Numa alucinante confusão de trágico, de heroico e de burlesco» — diz José Caldas na *Historia de um Fogo-Morto* (13) — até levava um poeta, Diogo Bernardes — aliás, bem mal escolhido — para o cantar, em grandiloqua epopeia (14)!

(13) Edição definitiva, pág. 175.

(14) Diogo Bernardes, que acompanhara Pedro de Alcâçova Carneiro a Madrid, como seu secretário, saiu de Lisboa com D. Sebastião e ficou prisioneiro em Alcácer-Quibir. Não há, evidentemente, documento comprovativo de que o cantor do *Lima* fosse o poeta oficial da emprêsa; mas D. Sebastião — que tanta importância dava ao que dêle escrevessem os cronistas — bem podia incumbir um poeta de lhe celebrar os feitos. E que Diogo Bernardes se preparava para essa alta missão, mostra-o a sua *Carta XV* — a Cristóvão de Távora, o grande valido do monarca:

Pois influem em vós celestes lumes,
Benigna condição, aviso puro,
Valia sem igual, santos costumes;



Discordam os cronistas na relação dos factos, desde a partida de Lisboa até o desembarque do rei em Arzila; e todos, mais ou menos, se afastam das minuciosas infor-

Pois nela com razão, estais seguro
Dos favores reais, com o bem do povo,
Fazei à cega inveja um forte muro.

Se, pobre de ciência, a língua movo,
Desculpa esta lembrança, amor, verdade;
Que nisto, como nos anos, não sou novo.

Bem sabe o grande rei porque vos ama,
Bem vê c'os olhos de alma o fogo caro
Que vosso peito em seu amor inflama.

Ah! soberano Rei, exemplo raro
Do mais estranho esfôrço que, em terra,
Té gora celebrou engenho claro!

Cristo, c'o vosso braço fará guerra
A todo imigo seu, e o torpe mouro
Largando vos irá o vale e a serra.

Vós colhereis aquelas maçãs de ouro,
De tanto tempo já, tanto, guardadas
Do vencimento, seu fatal agouro.

E mil bandeiras vossas arvoradas
Em mil torres vereis, e muitas mais,
A quem vos resistir, vereis tomadas.

As vilas, as cidades populosas,
Vereis meter a saco, a ferro e a fogo;
As rendidas a vós serão ditosas.

E se chegar ao Céu meu justo rogo
Tal estilo darei a tais vitórias,
Que das grandes antigas façam jôgo (*).

(*) *O Lima, II, Cartas*: Lisboa, 1923 — (Edição da Empreza «Diário de Notícias»).

mações do embaixador espanhol que, nas suas cartas para Felipe II ou o secretário de Estado Gabriel de Zayas, ia sucessivamente anotando os episódios da viagem.

A 27 de Junho, ainda com sol, fundeou D. Sebastião em Lagos, onde já o aguardavam alguns navios com os soldados alentejanos, que haviam embarcado em Setúbal. Não querendo demorar-se à espera do terço algarvio, limitou-se a expedir uma carta para Nuno Álvares Pereira, insistindo pelo empréstimo, e proejou a Cádiz, em cujo porto lançou ferro a 28⁽¹⁵⁾. Vieram imediatamente saudá-lo as autoridades; e o mesmo fez, no dia seguinte, o duque de Medina Sidónia, D. Afonso Pérez de Guzmán, a quem o rei manifestou desejos de ver, *desde la galera, en la playa*, um jôgo de canas, *al uso de Xerez*⁽¹⁶⁾. Para o obsequiar, ofereceu-lhe, porém, o duque uma festa completa, corrida de touros e jôgo de canas, que se realizou em 5 de Julho, na praça principal da cidade. Assistiu D. Sebastião ao espectáculo, não oficialmente, mas embuçado, duma casa cujas janelas estavam vistosamente adornadas. Nesse dia chegaram os últimos navios que se espe-

Na sua *Égloga I, Adónis*, carpiu depois Bernardes a morte do rei. Apesar dos elogios da *Chronica d'El-Rei D. Sebastião*, de Fr. Bernardo da Cruz (cap. LXIX) — cujo *pranto o excellente poeta Diogo Bernardes, em suave e doloroso verso o tem cantado com lagrimas e gemidos, que fazem o sentimento mais lamentável, e as lagrimas mais frescas* — a verdade é que as lamentações são frias, não têm vibração sentimental.

⁽¹⁵⁾ Carta de D. João da Silva a Felipe II, Cádiz, 29 de Junho de 1578. (*Doc. inéd.*, t. XI, pág. 53).

⁽¹⁶⁾ Carta de D. João da Silva a Zayas. Cádiz, 1 de Julho de 1578. (*Doc. inéd.*, t. XI, pág. 56).

Há nesta carta um perfodo, que revela como o embaixador reconhecia que a Espanha devia auxiliar D. Sebastião com as galés, que ele constantemente pedia:

Se ofrecen algunos de aquel lugar á hacerlo [o jogo de canas, ao uso de Xerez], y así creo que se hará. Yo he holgado de ello porque muero por embebecelle com niñerias, para que no se nos queje de que no le ayudamos.

ravam, com os soldados do Algarve (¹⁷). Faltava ainda a carriagem. Mas o tempo urgia; e ao amanhecer de 7, partiu a armada (¹⁸).

Antes da expedição sair do Tejo, escrevia D. João da Silva ao amo:

De sus apercibimientos no tengo que decir de nuevo, sino que cuanto mas se acerca la jornada tanto mas me maravillo del poco recabdo con que se emprende; y no hago cuenta del número de la gente, que por ventura es bastante, ni me atemoriza tanto la cualidad della con ser todos bisoños, porque vienen á ser estos defectos tolerables, considerando la falta de gobierno que llevamos (¹⁹).

O rei tinha a preocupação de intervir em tudo, nas grandes e nas pequenas coisas. Desta intervenção constante, mas na realidade ineficaz, pois não delegava a sua autoridade em ninguém, provinha o desleixo nos serviços da armada. Durante a noite, a vigilância era tão pouco cuidadosa, que os corsários mouros — assim o conta o embaixador a Felipe II, na citada carta de 6 de Julho — se atreveram a apresar dois pequenos barcos, que estavam à entrada da baía, com trinta ou quarenta homens. *Es grandísima lástima* — acrescentava D. João da Silva — *ver ir al rey sin hombre que entienda lo que vamos á hacer, y así parece el ganar imposible y el perder cierto, porque dependemos totalmente de milagro.*

(¹⁷) Carta de D. João da Silva a Felipe II. Cádiz, 6 de Julho de 1578. (*Doc. inéd.*, t. xl, pág. 58).

Alguns cronistas desfiguraram propositadamente a verdade. Fr. Manuel dos Santos, por exemplo, conta na *Historia Sebastica* (Liv. II, cap. xxxii): «Naquelle bahia [de Cádiz] estiverão oito dias, nos quais o Duque de Medina visitou a EIRey no mar, e festejou em terra aos navegantes, porque sahirão fóra muitos, mas EIRey só hum dia foy da galé ouvir Missa a huma Ermida fóra da Cidade».

(¹⁸) Carta de D. João da Silva a Zayas. 7 de Julho de 1578, a bordo da galé real (*Escribo navegando... puesto de rodillas*). (*Doc. inéd.*, t. xl, pág. 63).

(¹⁹) Carta de D. João da Silva a Felipe II, Lisboa, 24 de Junho de 1578. (*Doc. inéd.*, t. xl, pág. 46).

A demora em Cádiz deu ensejo a que os fidalgos e aventureiros saltassem em terra. A cidade tinham acudido muitas damas galantes de Sevilha e de quase toda a Andaluzia, atraídas pela notícia das festas e fama de riqueza dos forasteiros; e como a disciplina era frouxa, bastantes se introduziram na armada, «cativas da bizarria dos portugueses».

Segundo as instruções régias, à boca do estreito de Gibraltar, a frota dividiu-se em dois grupos: as cinco galés, com dois galeões e uma zabra, tomaram o rumo de Tânger; os restantes navios esperariam, não em Almadrava, a meia légua do cabo de Espartel, como dizem alguns cronistas (20), mas junto da foz do rio Tagadarte, a duas léguas de Arzila, levando D. Diogo de Sousa ordem expressa de não permitir o desembarque a ninguém. Com o mar picado, tanto jogavam as embarcações de grande lote, que foram obrigadas a afastar-se da costa; das outras, houve quem desembarcasse, por não poder suportar as angústias do enjôo.

Chegou D. Sebastião a Tânger, cerca da meia noite. Mandou-o Mulei Mohâmede cumprimentar pelo filho, Mulei Xeque, criança de doze anos; e logo de manhã o visitou êle próprio, com os poucos alcaides que lhe tinham ficado fiéis, entre os quais Cide Abde Alquerime, antigo senhor de Arzila. A entrevista foi curta. Por meio dum intérprete, agradeceu o socorro que o rei de Portugal ia levar-lhe, para o restituir ao trono que Abde Almélique lhe usurpara, com auxílio dos turcos; e acrescentou ainda que os seus antigos vassalos só aguardavam ocasião favorável para abandonar o usurpador (21).

(20) *Almadraba* (em espanhol) significa *pesca do atum e o sítio em que ela se faz*. Segundo o conde Henry de Castries (*Sources inédites de l'histoire du Maroc, France*, tom. 1, pág. 533), não é possível identificar aquêle nome.

(21) O embaixador espanhol comenta assim a entrevista: *Yo me hallé presente, y advertí que el Xarife no hizo al rey reconocimiento alguno de inferioridad... También noté que no lo hizo de bárbaro, porque se vió muy claro que estaba muy en si y traía contados los*

Terminada a conferência, veio D. Sebastião para a cidade, hospedando-se nas casas do governador. À tarde, seguido de muitos cavaleiros, pagou a visita ao Xerife deposto, que o recebeu a cavalo, à porta da sua tenda, junto à muralha, *onde estava bien pobrement*; e ambos foram dar uma volta pelo campo, tendo Mulei Mohâmede executado com alguns alcaides um simulacro de combate, que o monarca português apreciou muito. Nestas entradas e exercícios eqüestres se passaram mais dois dias. Em 11, mandou D. Sebastião prevenir D. Diogo de Sousa da sua próxima partida; o aviso era acompanhado dumas instruções sobre a forma do desembarque, mas sem determinar o lugar em que devia efectuar-se. A noite saiu o rei, levando na sua galé D. Duarte de Meneses; na capitânea ia o Xerife; e Mulei Xeque, com todos os seus, assim como a gente disponível de Tânger, talvez seiscentos homens, cavaleiros e arcabuzeiros, comandados pelo adail da cidade, Simão Lopes de Mendonça, marcharam por terra (22).

No dia imediato, mal deu fundo em Arzila, desembarcou D. Sebastião para ver o campo e a vila, que não conhecia. Os navios de alto bordo, lutando com ventos contrários, só apareceram a 14; e como já se gastara tôda a provisão de água, que traziam de Lisboa, ordenou o rei que fizessem aguada, o que demorou dois dias, pois os galeões e as urcas não podiam aproximar-se da praia, por causa da ressaca.

Havia esperança que a presença de Mulei Xeque, em Mazagão, facilitasse e até provocasse a adesão de antigos servidores do pai, no reino de Marrocos. Dias depois de chegar a Arzila, em 25 de Julho, para lá seguiu, portanto, o jóvem príncipe, entregue aos desvelos de Martim Correia da Silva, a quem foi também confiada uma esqua-

pasos y las palabras. Carta a Felipe II. Arzila, a bordo da galé, 13 de Julho de 1578. (Doc. inéd., t. XL, pág. 67).

(22) Carta de D. João da Silva a Felipe II, a que acima nos referimos, de 13 de Julho; Fr. Bernardo da Cruz, *ob. cit.*, caps. LIV e LVI; P.º Baião, *ob. cit.*, Liv. V, cap. II.

drilha de quatro navios, com algumas centenas de soldados para refôrço da praça (23). Diz Frei Luís Nieto que Mulei Mohâmede, na entrevista de Tânger, prometera ao rei de Portugal ceder-lhe dois ou três portos de mar e todas as terras necessárias ao seu aproveitamento; e, como penhor da sua palavra, dera-lhe em refens o filho, nessas condições mandado para a fortaleza de Mazagão. Não deve ser verdade. Nenhum outro cronista contemporâneo, português ou estrangeiro, menciona esta circunstância; nem a ela alude o embaixador espanhol, que aliás assistiu à conferência dos dois monarcas. Se D. Sebastião trazia oculta a idéia de conquista, não a revelou. Disse até a Mulei Mohâmede que «o não movia outro interesse senão cumprir com a dívida que os Príncipes cristãos tem de ajudar e favorecer os Reis descahidos de suas prosperidades». O seu fim principal, o fim que verdadeiramente o impulsionava, não era na realidade conquistar, mas combater e vencer Abde Almélique (24).

(23) Fr. Bernardo da Cruz, *ob. cit.*, cap. LVI. Carta de D. João da Silva a Zayas. Arzila, 25 de Julho de 1578. (*Doc. inéd.*, t. XL, pág. 78). Há grande desacordo quanto ao número de soldados — de duzentos a seiscientos — que para Mazagão levou Martim Correia da Silva. Não deviam ser mais de quatrocentos.

(24) Fr. Luís Nieto, monge dominicano espanhol, que acompanhou a expedição e foi testemunha ocular da batalha de Alcácer-Quibir, escreveu no mesmo ano de 1578, como se verifica no texto, uma *Relacion de las Guerras de Berberia*. O manuscrito original, existente na Biblioteca Nacional de Madrid, não obstante ser destinado à publicidade — assim o prova a disposição do códice: Dedicatória a Felipe II, Prólogo, divisão em capítulos, etc. — só foi publicado em 1891, no tomo C dos *Documentos inéditos para la historia de España*. Mas em 1579, isto é, logo no ano seguinte ao da sua redacção, apareceu em Paris uma tradução, sem indicação de autor, nem tradutor, sob o título de *Histoire véritable des dernières guerres advenues en Barbarie*; e nesta tradução francesa se baseou uma versão latina, publicada em Nuremberg, no ano de 1581.

O facto de se conservar inédito o original espanhol, aparecendo imediatamente traduzido em francês, é na verdade muito singular. O conde Henry de Castries, que nas *Sources inédites de l'histoire du Maroc* (1.^o Série, *France*, I) publica a tradução francesa da

Logo que Martim Correia da Silva teve notícia da derrota de Alcácer-Quibir e da morte de Mulei Mohâmede, trouxe Mulei Xeque para Lisboa. Pediu-lhe o cardeal-rei que recebesse em sua casa o pobre orfão; e aqui se manteve alguns anos, até que Felipe II o chamou a Madrid, onde se converteu ao cristianismo, em Novembro de 1593, tomando o nome de Felipe de África, em honra do príncipe D. Felipe (o futuro Felipe III), que foi seu padrinho de baptismo. Seguiu depois a carreira das armas. É este um dos infantes africanos, a que se referem os historiadores espanhois (25).

* * *

Ainda não chegara a Arzila a carriagem, encomendada no Algarve. A sua falta devia obrigar D. Sebastião a ir por mar, direito a Larache. Mas a conquista dessa fortaleza era o simples pretexto oficial da expedição. Quando o monarca português afirmava em Cádiz que desembarcaria a uma légua de Larache, *detrás de un castillejo que llaman de Ginoeses* — assim o participava D. João da Silva a Felipe II, na citada carta de 6 de Julho — essas palavras representavam apenas um disfarce

Relacion de Fr. Luís Nieto, aventa uma explicação plausível. A *Relacion*, se não é tão satírica e mordente como a obra de Conestaggio, contém apreciações duríssimas para a coragem dos portugueses. As ambições políticas de Felipe II não convinha que um depoimento dessa natureza aparecesse em espanhol, a tão pequena distância dos acontecimentos. Por outro lado, importava-lhe bastante, não só que a morte de D. Sebastião ficasse registada num livro, que tinha a força probatória dum testemunho presencial, mas que se tornasse conhecida a cobardia de muitos fidalgos lusitanos, que haviam abandonado o rei, escondendo-se por detrás dos carros da bagagem. E recorreu então a meios indiretos, mandando traduzir para francês a obra de Fr. Luís Nieto.

(25) Fr. Bernardo da Cruz, *ob. cit.*, cap. LVI; conde de Castries, *Sources inédites de l'histoire du Maroc (1.^{re} Série — Dynastie Saadienne — Bibliographie et Index Général (Généalogie des Princes de la Dynastie Saadienne)*.

para evitar objecções. O seu íntimo desígnio fôra sempre marchar por terra, no empenho de se defrontar com o Xerife vencedor.

O desembarque do exército começou em 14, terminando a 16. Como a praça não podia acomodar tanta gente, aquartelaram-se junto das muralhas, formando um vistoso arraial de quás duas mil tendas, sem vilos nem trincheiras que o defendessem, pois D. Sebastião estava convencido de que os mouros se não atreviam a investi-lo. Igual confiança não tinham os soldados. Certa noite, no quarto de prima, andava o marquês de Leinster rondando, não o conheceu uma das sentinelas italianas, que logo disparou o arcabuz. Foi tamanha a turbação em todo o campo, tão soltos os gritos da soldadesca bisonha, que muitos correram à praia, lançando-se nos batéis, para ganhar os navios. Felizmente, o alarme era falso; mas devia abrir os olhos ao rei sobre a futura acção dêsses pobres recrutas, principalmente os embarcados sem preparação alguma (26). D. Sebastião, que pousava na vila, passou então a dormir na sua tenda.

(26) Jerónimo de Mendonça (*Jornada de África*, Liv. I, cap. III) atribue todo o alvorôço a uma inopinada ordem de D. Sebastião:

D'ahi a seis ou sete dias [depois de estabelecido o acampamento] pareceo bem a el-Rei mandar dar um rebate falso, para ver como a gente se havia nelle, e sendo dez ou doze horas da noite disparara as bombardas, e começou a ouvir-se em todo o campo, arma, arma, ao que acudiram todos de maneira, que no principio houve grande confusão.

O embaixador espanhol não se refere à intervenção do rei. Das suas palavras ressalta, porém, a desordem do campo:

Tocóse una arma una noche sin propósito, como acontece, y salió el rey del lugar: mandó cerrar las puertas [da fortaleza] porque no saliesen los caballeros que alojaba dentro, y fuera hallamos una confusión extraña, sin que hombre supiese lo que había de hacer, ni donde había de acudir, de manera que si realmente hubiera enemigos, pudieran hacer á su salvo un gran estrago. (Carta a Felipe II. Arzila, 25 de Julho de 1578. *Doc. inéd.*, t. XL, pág. 71).

Decidira o rei marchar por terra até Alcácer-Quibir; e dali, obliquando para noroeste, atingir Larache. No caminho, encontrar-se-ia decreto com Mulei Abde Almélique, objectivo oculto, mas primário, da sua vinda à África. Mas nem aos seus dilectos confiava D. Sebastião êste propósito. Para o encobrir, exagerava as dificuldades e os perigos do desembarque em Larache, e inventava informações secretas para assegurar que as fôrças inimigas, nesta parte do reino de Fez, eram diminutas, e o Xerife se não atreveria a dar-lhe batalha. A sua resolução estava assente. Quis, porém, ouvir os fidalgos mais prácticos na guerra, muitos dos quais tinham servido em praças africanas, não para discutirem o plano, mas para o aprovarem, como sucedia nas sessões do Conselho de Estado, cuja maioria concordava sempre com os seus projectos; e na tarde do dia 20 ou 21 — impossível de fixar com segurança, mas com certeza anterior a 23 — mandou convocar para a sua tenda, sem precedência de lugares, êsse Conselho de oficiais (²⁷).

O discurso de D. Sebastião pode resumir-se no seguinte. Ganhar Larache por terra seria tão vantajoso, quanto inconveniente acometê-la por mar. Se a fama do exército português, entre os mouros, era muito grande, mais avultaria, vendo-o marchar, confiadamente, por suas próprias terras. Indo por mar, depois de haver desembarcado, todos julgariam que o fazia com receio das fôrças inimigas, que nem sequer tinha visto. Outras vantagens resultariam ainda de se adoptar aquêle caminho. Os alcaides mouros, cuja adesão se aguardava e era tão importante para o resto da jornada, decreto se animariam, tendo junto de si o seu rei, com o socorro que desejavam. Além disso, durante a marcha, formados em esquadrões, sob disciplina militar, acostumar-se-iam os soldados bisonhos ao manejo das armas e ao estilo da guerra, mormente se houvesse rebates a repelir. Embarcados, como a peleja começava antes de saltarem em terra, nem saberiam acudir

(²⁷) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. IV, liv. II, cap. xi.

com ordem às suas bandeiras para formar os esquadrões respectivos.

Havia também a vantagem de tomar Alcácer-Quibir, cidade de muitos habitantes, mas agora quase despovoada, com medo do exército, como sabia de informação segura. Mal fortificada, a sua conquista seria fácil, aos primeiros tiros de artilharia; e à sua queda seguir-se-ia a de Larache, simultaneamente atacada por terra e mar. Ficando o antigo Xerife em Alcácer, sob a protecção dum exército vitorioso, muitos mouros se poriam do seu lado, podendo então, com o nosso auxílio, vencer Abde Almélique. Pelo contrário, a ida por mar mostraria que o seu intento era apenas conquistar uma pequena praça da Berberia, o que aliás não exigia tão numerosas forças; e os mouros perderiam a vontade de aderir a Mulei Mohâmede, vendo que o rei de Portugal atendia mais ao seu interesse do que à prometida restauração do Xerife, com prejuízo da sua reputação perante amigos e inimigos.

Se o exército seguisse na armada, chegaria enjoado a Larache e, por consequência, mal disposto para logo desembarcar e combater, sujeito à artilharia dos fortés. Com a muita gente que acudiria à defesa, o desembarque levaria bastante tempo a executar; e podia até acontecer que, antes de concluído, a bravura do mar obrigasse os navios de alto bordo a afastar-se do pôrto, tanto mais que a barra não dava passagem a urcas e galeões. Ir por mar era, portanto, menos seguro do que pelejar com Abde Almélique em terra, se ele quisesse dar batalha, o que julgava pouco presumível, não só por estar perigosamente enférmo, próximo do seu fim, mas pelo justificado temor de que, em pleno combate, o abandonassem muitos dos seus, passando para onde os chamavam as suas tendências e inclinações. Não havia de querer arriscar tudo, em face do seu competidor, tão poderosamente socorrido.

Terminada a prática, não pediu o rei ao Conselho de oficiais o seu parecer, quanto aos inconvenientes ou vantagens de seguir este ou aquêle caminho; limitou-se a dizer-lhes que desejava ouvi-los sobre o melhor meio de vencer as dificuldades da jornada por terra. Os monarcas

absolutos tiveram sempre cortesãos, prontos a lisonjear as suas paixões, a aplaudir todos os seus actos. Por isso, a maioria dos presentes se apressou a concordar com o plano de D. Sebastião. Mas Vasco da Silveira, coronel do terço do Alentejo, curando menos de agradar ao rei, do que de expor com lealdade a sua opinião, mostrou os enormes perigos da marcha por terra.

A fama do exército português era realmente grande, porque assim o pintou a imaginação dos mouros, ao admirarem a multidão de velas que o trouxe. Se o virem, porém, caminhando pelo sertão, reduzido como é, com tão escasso número de cavaleiros, mal provido e ordenado, perderá a reputação, e com ela o respeito que devia inculcar aos inimigos. Durante a marcha, também serão inúteis quaisquer exercícios da soldadesca inexperiente. Em cinco ou seis dias, que tantos durará a jornada, no maior rigor das calmas, com mantimentos e armas às costas, não é possível ensinar manobras militares a recrutas vindos dum clima temperado e talvez atormentados pela fome ou pela sede, ao atravessar êsses terrenos queimados do sol.

Com a ida por mar não se fatigará o exército, nem algumas horas de viagem poderão deprimi-lo, com o enjoô. Para conquistar Larache, bastará desembarcar parte das fôrças, pois a praça está quâsi abandonada, por serem insignificantes os seus meios de resistência. O forte tem únicamente cinco peças de artilharia, de curto alcance. A sua defesa não passará duma vã ostentação; mas ainda que a resistência seja dura, não admite confronto com os perigos da jornada por terra. Também não é de temer a braveza do mar. Até fins de Setembro, nesta costa, os ventos costumam ser fracos; se os galeões forem, porém, forçados a afastar-se, as caravelas e as galés poderão recolher-se no pôrto, mesmo que hajam de franqueá-lo a tiro, com pouco ou nenhum dano da artilharia do forte.

A conquista de Alcácer-Quibir será difícil. A cidade é muito populosa; e alojados à sombra dos seus muros estão dez mil cavaleiros, comandados pelo irmão de Abde Almélique. Uma pequena resistência deterá o exército

mais tempo do que o permitem os poucos mantimentos que leva; e a fome constrangê-lo-á a desistir da emprêsa, batendo em retirada. Com a posse de Larache e a certeza de podermos assim receber, de Portugal e de Castela, todos os socorros precisos, os próprios mouros duvidarão da segurança de Alcácer. A sua conquista será então muito mais fácil; e não haverá também melhor ensejo para as adesões a Mulei Mohâmede. Durante a marcha por terra não, pois o aspecto do nosso exército, inferior ao que supunham, desanimará os alcaides, que desejassem fazê-lo.

Finalmente, não é de supor que o Xerife, habituado a tanta peleja e sempre vitorioso, se arreceie dum combate, em que se joga o seu destino, a sua sorte. A doença não o impedirá de dar batalha, pois encostado a uma lança, ou sentado até numa alcatifa, poderá guiar e dirigir os seus capitães. A vitória não está na força do braço, mas na habilidade e entendimento do general. Também não é de esperar a deserção dos alcaides que o auxiliaram a conquistar o reino, e continuam a tê-lo no maior aprêço, tanto pelo seu valor, como pela liberalidade das suas recompensas. Já o Xerife deposto, avaro, ambicioso, várias vezes vencido, não goza de simpatias, nem afeições. Levar o exército por terra é um cometimento temerário, contra todas as regras militares; mesmo que o resultado seja feliz, será sempre condenado como imprudente.

Usou então da palavra Cristóvão de Távora, o predilecto valido de D. Sebastião. As considerações do coronel Vasco da Silveira, olhadas apenas do ponto de vista militar, estavam certas. Mas aos reis chegam muitas vezes notícias secretas, que os obrigam a tomar resoluções, que podem parecer infundadas e perigosas a quem as não conhece. Se Sua Alteza deliberou fazer a jornada por terra, é porque tem a certeza infalível de não encontrar resistência no caminho. Nem Sua Alteza arriscaria a conservação do seu exército, cujos perigos vai compartilhar, se não houvesse as tais causas particulares e oculatas, segredo que é impossível participar a todos.

Ninguém ignorava a intimidade de D. Sebastião com

o valido. Cristóvão de Távora devia, portanto, estar de posse dessas razões secretas; e a maioria dos oficiais presentes aplaudiu o seu voto. Como depois o provaram, cruelmente, os factos, o rei não tinha informação alguma de que a doença ou o receio de ser abandonado por muitos dos seus alcaides levassem Abde Almélique a desistir do combate. A intervenção do comandante dos aventureiros seria, pois, uma habilidade, o melhor meio de libertar o amo dos irresponsáveis argumentos de Vasco da Silveira; mas também é possível que o próprio valido estivesse convencido da existência desses avisos ocultos, por assim lho haver dito e redito D. Sebastião. Nestes assuntos, o rei mentia sempre, procurando dar aos outros a certeza — que a sua vaidade construirá — de que êle só, a sua simples presença era bastante para fazer recuar os inimigos.

Não se conformou, porém, com aquêle aplauso o conde de Vimioso, D. Afonso de Portugal. Matérias de guerra não são artigos de fé; para tranqüilidade do seu ânimo, indicaria os motivos que o levavam a pensar diferentemente. Se por mar, em menos de seis horas, podemos cair sobre Larache, ¿ para que havemos de a demandar por terra, descrevendo um largo rodeio, que demorará alguns dias? Já bastantes se têm gasto à espera da carriagem, que não acaba de chegar; e o exército vai-se fatigando, na faina de descarregar a artilharia, as munições e os mantimentos. Não impugna a conquista de Larache e Alcácer-Quibir; mas devemos começar pela povoação marítima, que depois nos poderá servir, com segurança, para hospital de enfermos e deposito da bagagem desnecessária.

Quere acreditar que o Xerife, por qualquer das razões expostas, não se atreva a dar batalha a Sua Alteza; mas pode encomodar-nos com ciladas ao vadear dos rios, cortar-nos os caminhos com valas profundas, não nos deixar em sossêgo com inesperadas arremetidas. E se nos retardarem assim alguns dias, faltar-nos-ão os mantimento, sem possibilidades de os obter, e o exército será forçado a recuar sobre Arzila. Diz-se que Abde Almélique

não deseja medir-se com as nossas fôrças; e atribue-se êste propósito a medo. ¿ Quem sabe se não representará antes um prudente estratagema de guerra? Confiando nas mais ardentes esperanças, suponhamos, porém, que o Xerife se decide a combater e Sua Alteza consegue uma retumbante vitória. Dois caminhos tem o exército a seguir: demandar Fez ou Marrocos, objectivo dificílimo de levar a cabo, pois até se levantariam contra nós os mouros que hoje nos acompanham; ou conquistar Larache, como era o primitivo projecto desta expedição. Para obter êste resultado, não seria preciso abalançar-nos a tantos perigos. Acentuará ainda que não há lei, nem regra de prudência, que obrigue a pôr em risco o próprio reino, para restaurar reinos alheios.

Durante êste discurso, deu D. Sebastião tão vivos sinais de desagrado, que interrompeu duas vezes o conde, mandando que concluisse; e mal ouviu as últimas palavras, tocou com impaciência a campainha, ordenando que lhe servissem a ceia. Desta maneira terminou o Conselho (28).

(28) Conestaggio, ao contrário do que afirmam os cronistas portugueses, acusa o conde de Vimioso de defender calorosamente a marcha por terra, não por qualquer motivo de ordem militar, mas para se vingar daqueles que o tinham excluído das graças do rei, sob o pretexto de que, exercendo êle o cargo de provedor na primeira jornada de D. Sebastião à África, — por ser então um dos vêedores da Fazenda — com tanta parcimônia se houvera, que pouco faltou para morrerem de fome. Internando-se agora o exército, com certeza faltariam mantimentos, durante a marcha; e assim se vingaria dos seus detractores e émulos. Além disso, ambicioso e pérfilo, como era o único a defender o propósito assente do rei, se a empresa fôsse mal sucedida, perderiam todos; mas se terminasse favoravelmente, seria êle quem mais ganharia no favor real.

A afirmativa de ser o conde de Vimioso o *único* a lisonjear a vontade de D. Sebastião é inteiramente falsa; devemos supôr que também o seja a outra acusação. A discutida obra de Jerónimo de Franchi Conestaggio, *Dell'Unione del Regno di Portogallo alla Corona di Castiglia*, publicada em Genova, no ano de 1585, teve diversas edições em italiano, e foi rapidamente traduzida em francês, latim, inglês e castelhano. Da existência de Franchi Conestaggio



Volvidos dois ou três dias, a 23, ocorreu um facto, que veio mostrar, contra o que se espalhara em Arzila, que a gente de Abde Almélique não estava inactiva. Das aldeias circunvizinhas, únicas que se haviam declarado pelo antigo Xerife, acudiam diariamente ao arraial bastantes mouros, na mira de vender mantimentos. A outros trazia-os, talvez, o desejo de espionar; mas, na esperança de aumentar os partidários de Mulei Mohâmede, a todos se fazia bom acolhimento. Passavam também os dias sem rebate de inimigos. Dois houvera, sem a mínima consequência; e esta quietação trouxe tal segurança aos nossos,

não pode duvidar-se, nem da sua estada em Lisboa durante alguns anos, talvez de 1578 a 1582, como representante dos interesses genoveses «na feitoria da alfândega» (Jerónimo de Mendonça, *Jornada de Africa — Ao Leitor, em resposta do novo proemio de Jérónimo Franqui em a sua terceira impressão*). Também escreveu outro livro: *Historia delle guerre della Germania inferiore*; e há quem afirme que, tendo entrado na carreira eclesiástica, foi secretário do cardeal Sforza, em seguida bispo de Nardo e, por último, arcebispo de Cápua em 1634, falecendo no ano seguinte.

No entanto, a opinião pública atribuíu logo essa obra a D. João da Silva, antigo embaixador de Felipe II junto de D. Sebastião, e 4.º conde de Portalegre, pelo seu casamento com D. Felipa da Silva, neta e herdeira do 3.º conde do mesmo título, D. Álvaro da Silva, mordomo-mor de D. Sebastião. Quanto a mim, não julgo D. João da Silva o autor do livro; mas é indubitável que foi êle quem forneceu a Conestaggio tôdas as informações relativas à organização e trágico desfecho da expedição à África. É isto, exactamente, que dá importância à obra.

A acusação a D. Afonso de Portugal, 2.º conde de Vimioso, tem o aspecto duma mesquinha vingança de antigas desavenças. Também não devemos esquecer que seu filho primogénito, D. Francisco de Portugal, fôra um dos mais ardentes partidários do Prior do Crato.

O livro de Fr. António de San Roman, *Jornada y muerte del rey Don Sebastian de Portugal*, publicado em Valladolid, no ano de 1603, traz a mesma referência ao conde de Vimioso; mas não merece atenção especial, pois é uma simples parafrase da obra de Conestaggio, polvilhada com várias fantasias.

que alguns já se aventuravam terra a dentro. Na manhã de 23, foram dois azemeis do bispo de Coimbra segar erva, quási a uma légua de Arzila. Surgiram, de repente, vários homens de cavalo, que os aprisionaram. Com cento e cinqüenta dos seus, acudiu o Xerife deposto, que erguera as suas tendas no lugar mais alto do campo, e os descobrira ao longe. Por ordem de D. Duarte de Meneses, a quem o rei, após o desembarque, nomeara Mestre de Campo General, correu o adaíl, Simão Lopes de Mendonça; em auxílio de Mulei Mohâmede; e o próprio capitão de Tânger lhe foi no encalço, como apoio contra qualquer emboscada. D. Sebastião saiu também com um grupo de fidalgos; mas tendo cessado o rebate, voltou ao arraial, persuadido que os mouros eram poucos e haviam fugido. Mal chegara à tenda, levaram-lhe a notícia de que os inimigos passavam de dois mil. Podia o rei ordenar que avançasse um trôço da sua cavalaria. No empenho de entrar em combate, mandou, porém, aviso a D. Duarte que, por meio do adaíl, os entretivesse até êle chegar; e *quando não fosse possível entretellos para este effeito, recolhesse a sua gente, e não dêsse hum passo avante.* Ordenou ainda D. Sebastião que da infantaria o acompanhasssem duas ou três mangas de atiradores. Depois, em galope desfechado, seguiu pelo mesmo caminho; mas os mouros de Mulei Ahmedede, cujo fim era apenas inquietar o exército cristão, já se haviam retirado, com perda de alguns mortos e feridos. Três léguas e meia galopou assim o rei, cada vez mais distanciado do grosso dos seus companheiros. Só três fidalgos o acompanharam sempre: Cristóvão de Távora, Luís da Silva e Fernando Mascarenhas. Os cavalos iam tão cansados, que foi necessário voltar quási a passo; se os inimigos tivessem preparado uma emboscada, ser-lhes-ia fácil, no regresso, matar ou aprisionar D. Sebastião. Os atiradores, que marchavam em magotes, desviados uns dos outros, sem ordem alguma, também lhe não poderiam servir de apoio, pela distância que os separava. Dos nossos, morreram quatro partidários do antigo Xerife, entre êles um genro

de Abde Alquerime, e ficaram prisioneiros outros tantos, não combatentes (29).

A temeridade do rei causou grandes apreensões no exército. Até os seus privados começavam a reconhecer os perigos a que os expunha tão excessiva confiança. Alguns fidalgos chegaram mesmo a reunir-se na tenda de D. Martinho de Castelo Branco, na intenção de lhe suplicar que não marchasse por terra; e houve quem se oferecesse para ser o interprete do sentimento de todos. Mas a adulação, o supersticioso respeito pela vontade do monarca, o hábito da obediência, tantas vezes levado ao servilismo, venceram o próprio instinto da conservação. É desta época a carta que Cristóvão de Távora escreveu ao Secretário Miguel de Moura, dizendo-lhe que os encoradasse a Deus, pois D. Sebastião não admitia avisos, nem conselhos (30). Mas continuou a adulá-lo, a louvar todos os seus arbítrios, para não perder a situação de valido.

Passados três dias, a 26, escreveu o rei aos governadores, relatando o que lhe sucedera desde a partida de Cádiz. Este longo documento, de redacção confusa, como todos os seus escritos, refere-se especialmente a dois assuntos: os exagerados riscos da viagem por mar, em confronto com as atractivas vantagens da marcha por terra até Alcácer-Quibir, «principal meyo para sem defensa, e sem difficuldade ganhar Larache»; e a recente correria dos mouros.

Da forma como o rei descreve esta incursão, ressalta, com nitidez, tanto a vaidosa convicção de só élé ter as verdadeiras qualidades de comando: *vendo clarissimamente... quão impossivel era poderemse ordenar, e governar todos os Fidalgos do meu Esquadrão senão por mim, como particularmente por experienzia confirmada pela*

(29) P.º Baião, *ob. cit.*, Liv. V, cap. v; Fr. Bernardo da Cruz, *ob. cit.*, cap. LIX. Carta de D. João da Silva a Felipe II. Arzila, 25 de Julho de 1578. (*Doc. inéd.*, t. xl, pág. 71).

(30) Jerónimo de Mendonça, *Jornada de África*, Liv. I, cap. iii; Fr. Manuel dos Santos, *ob. cit.*, Liv. II, cap. xxxii.

razão, vi, e experimentei no alojamento dos Pomares de Tangere a outra vez, que lá estive; como ainda a singular persuasão — que explica todas as temeridades — de que a sua presença era bastante para incutir temor ou respeito aos inimigos: porque a segurança dos que eu queria segurar procedia dos Mouros por me verem não ousar de serrar com elles de todo. Apesar de não ter entrado em combate, a si, exclusivamente, atribuía a retirada dos cavaleiros de Mulei Ahmed: com haver remediado, e ordenado os inconsiderados, e sobresaltados; segurando, e salvando a minha vanguarda, e aos Mouros amigos, fazendo fugir a toda a furia com damno aos inimigos. Da sua presença, mesmo de longe, resultara o sucesso bom, e o effeito importante dessa jornada. Por isso a descrevia aos governadores para que se entenda particularmente, e verdadeiramente o acontecido; e mandava a carta por Lopo Rodrigues, com ordem de contar tudo muito bem. Assim procurava o monarca espalhar a notícia dos seus feitos (¹)!

A correspondência do embaixador espanhol com Felipe II amiúda-se agora. Só no dia 25 de Julho lhe escreve duas cartas, ambas muito interessantes pelas notícias que trazem, ignoradas dos nossos cronistas, se propositadamente as não ocultaram. Na primeira, já acima citada, trata D. João da Silva da situação do exército. Havia chegado os carros, ansiosamente esperados, por sinal bastante maus. A agitação do mar dificultava tanto a descarga dos mantimentos, que já se reduziram as rações. Os soldados espanhois, em número de mil e seiscentos, divididos em oito bandeiras, suportavam pacientemente essa abstinência forçada. O mesmo não sucedia com os alemães, muitos dêles ainda enfermos, da fome e sede sofridas durante a travessia. Mas não faltavam só as vitualhas; também escasseava o dinheiro. Em princípios de Julho, dera Felipe II liberdade aos capitães que na Andaluzia andavam recrutando gente, sem licença sua.

(¹) Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. IV, liv. II, cap. ix.

Logo cuidaram de a convocar, reúnindo no Pôrto de Santa Maria mil e quinhentos voluntários. Por carência de recursos, não os mandava, porém, D. Sebastião buscar; só preguntava constantemente pelo capitão Aldana, desde que o tio autorizara a sua saída (32).

A segunda carta dá-nos uma informação preciosa. Na véspera, já de noite, chegara a Arzila um judeu de Tetuão, com a nova de que Abde Almélique estava em Salé, à frente dum exército de setenta mil homens. Os ministros, a quem falara, confessaram-lhe que o novo Xerife se encontrava, realmente, no ponto indicado pelo judeu; mas afirmavam que as suas fôrças não iam além de três mil cavaleiros e dez ou doze mil peões, nem todos aproveitáveis. Também lhe disseram que êsse judeu vinha incumbido de propor a paz, oferecendo Tetuão, Larache e o Cabo de Guer, antes do rompimento das hostilidades; e que em Alcácer-Quibir havia um alcaide, a quem o sultão dera poderes para esta negociação. «O rei — informa D. João da Silva — anda, desde ontem, muito aborrecido, e foge de mim, na persuasão de me encobrir isto. Os ministros parecem resolvidos a tratar com aquêle alcaide, por intermédio do judeu, pedindo-lhe as garantias que possue, para tornar efectiva a proposta, trazida pelo emissario; tudo sem que o monarca o saiba, mas por via do capitão de Tanger, actualmente Mestre de Campo General, porque D. Sebastião não consentiria negociações

(32) 1.ª carta do dia 25 de Julho, já citada.

Em 8 de Julho comunicara Felipe II ao seu embaixador que mandara pôr em liberdade os capitães presos:

Los capitanes que se prendieron en Granada y en Sevilla merecian ejemplar castigo por haberse atrevido á tratar de levantar gente en estos reinos sin mi licencia; mas por respecto del rey he tenido por bien perdonarlos y mandarles dar libertad: así se lo podreis decir. (Doc. inéd., t. xl, pág. 65).

Nesta carta, também o rei católico participa a D. João da Silva que já dera ao capitão Francisco de Aldana *orden de servir (al rey de Portugal) como á mí mismo.*

de concordia, como sucedeu no ano passado, quando V. M. lhe mandou propôr as condições apresentadas pelo capitão Cabreta.» Prevendo que os ministros se não atrevessem a fazê-lo, o embaixador conclue, dizendo que a marcha do exército por terra estava assente: nada poderia demover o rei dessa temerária resolução (33).

No mesmo dia, escreveu D. João da Silva terceira carta, não ao amo, mas a Gabriel de Zayas. Corria o boato de que o sultão acampara a duas jornadas de Alcácer, trazendo consigo trinta mil homens de cavalo, o que lhe dava manifesta vantagem sobre as fôrças do soberano português: com esta notícia recrudesceu, em todos, o temor dos perigos, que os aguardavam no caminho. Era pequeno o grupo dos que defendiam a marcha por terra; entre êles contavam-se os bispos de Coimbra e do Pôrto e o capelão régio, P.º Fernão da Silva, mais armígeros que os fronteiros de Tânger. O embaixador manifestava, por fim, a sua estranheza pela demora do capitão Aldana, não o tivessem os piratas aprisionado durante a travessia (34).

Da existência do agente de Abde Almélique não é possível duvidar. Em carta de 26, endereçada a Felipe II, narra D. João da Silva a conversa que tivera com D. Sebastião. Mostrou-lhe o embaixador a conveniência dum bom acôrdo com o Xerife, caso êste pacificamente lhe desse o que êle pretendia ganhar pela fôrça, sobretudo se as propostas do judeu eram verdadeiras. *No me lo pude negar; pero dice que desde Alcázar se entenderá mejor el camino que se debe llevar.* O rei não podia confessar, abertamente, que viera à África só para se bater com Abde Almélique, cujo prestígio militar incitava a sua emulação; e disfarçou o embaraço com uma resposta ambígua, adiando as negociações para depois da conquista de Alcácer-Quibir! Fôssem quais fôssem as

(33) 2.ª carta do dia 25 de Julho, de D. João da Silva a Felipe II (*Doc. inéd.*, t. XL, pág. 76).

(34) 3.ª carta do dia 25 de Julho, de D. João da Silva a Zayas (*Doc. inéd.*, t. XL, pág. 78).

vantagens oferecidas, não estava no seu propósito negociar com o sultão. Por isso, D. João da Silva comenta; *en ninguna manera mudará de acuerdo de ir á Alarache por Alcázer*. Uma infantil manifestação de vaidade do monarca português revela ainda esta carta: D. Sebastião pediu ao embaixador se não esquecesse de contar ao tio o que ele fizera, durante a correria dos mouros, no dia 23 (**) .

Mais uma vez, mandava o sultão propôr acôrdos ao rei de Portugal. Era do seu dever defender-se contra quem vinha, ousadamente, desafiá-lo à sua própria casa; mas a guerra tem surpresas, nem sempre possíveis de antever. O seu estado de saúde era também muito precário; e isso bastaria para justificar o natural desejo de fruir tranquilamente o reino, obtido à custa de tantos esforços. Porque não havia de assegurar a paz, em troca de quaisquer compensações? Muitos historiadores, portugueses e estrangeiros, referem-se largamente a uma carta, que Abde Almélique teria então escrito a D. Sebastião. Não a menciona D. João da Silva, ao tratar do judeu chegado a Arzila, na noite de 24 de Julho. A data, geralmente atribuída a esse documento — 22 do mesmo mês — concorda, porém, com a vinda daquêle emissário. O intervalo era mais que suficiente para uma rápida jornada do ponto onde se encontrava o Xerife — alguns quilómetros ao sul de Alcácer-Quibir — até Arzila.

Com pequenas variantes, foi essa carta publicada por Miguel Leitão de Andrade (*Miscelanea, Dialogo VII*), P.^o José Pereira Baião (*Portugal cuidadoso e lastimado*, Liv. V, cap. III) e Diogo Barbosa Machado (*Memorias del Rey D. Sebastião*, Parte IV, liv. II, cap. X). Luís Cabrera de Córdoba (*Felipe Segundo, Rey de España*, Parte I, liv. XII, cap. VI) insere também a carta, sem indicação de data; dá, porém, a entender que foi remetida para Lisboa. Cabrera refere-se ainda, no mesmo capítulo,

(**) Carta de D. João da Silva a Felipe II. Arzila, 26 de Julho de 1578. (*Doc. inéd.*, t. xi., pág. 80).

a outra carta, escrita por Abde Almélique a D. Sebastião, durante a demora do monarca português em Cádiz: *Allí recibió nueva carta de Muley Moluc pidiendo lo que ántes, más no le dió respuesta.* Jerónimo de Mendonça (*Jornada de Africa*, Liv. I, cap. III) alude apenas às diligências do Xerife para «dissuadir a el-rei D. Sebastião da empreza, como havia feito d'antes, por via de André Gaspar Corço». Não indica, porém, onde se efectuou esta segunda tentativa; talvez em Cádiz, pois é a propósito da excessiva detenção do rei naquela cidade andaluza, que Jerónimo de Mendonça trata do assunto. Luís Coelho de Barbuda — que, apesar de natural de Lisboa, escreveu as suas *Empresas militares de Lusitanos em língua castelhana*, *para dar muy más larga noticia dellas* — também menciona uma carta de Abde Almélique, enviada a D. Sebastião, em segredo, por um cativo cristão a quem dera liberdade; mas a referência é à primeira e não à última carta do Xerife.

Provavelmente, estas divergências levaram alguns historiadores a considerar apócrifa a carta datada de 22 de Julho, derradeiro esforço de Abde Almélique para um acôrdo entre os dois soberanos, antes que a expedição saísse de Arzila. A tradição é, porém, tão antiga, aparecendo versões dessa carta em várias línguas — pois a batalha de Alcácer-Quibir teve resonância universal — que nos não repugna aceitá-la como verídica. Em *Les sources inédites de l'histoire du Maroc (France, I)* encontram-se três traduções: em italiano, espanhol e francês. As duas primeiras mostram que a carta foi enviada a D. Sebastião: *prima che partisse di Arzilla per fargli la battaglia*, conforme a versão italiana; *antes que partiera de Arcila, para dar la vataffa*, segundo a versão espanhola, aliás directamente traduzida do árabe, o que aumenta a sua veracidade. Na incompleta versão francesa, que é uma cópia do século XVI e, portanto, coeva, ou quase coeva, da catástrofe, a carta foi remetida ao rei de Portugal *deux jours devant la bataille*. Recebida ainda em Arzila, ou durante a marcha para Alcácer — o que, na realidade, é secundário — estes documentos corroboram

a existência da segunda carta de Abde Almélique a D. Sebastião (**) .

Transcrevemos os trechos mais significativos :

Um só Deus seja em toda a parte louvado, como aquélle a quem se deve tudo. Muito alto e muito poderoso Rei de nome, que o mais estará naquélle que tiver verdade, justiça e razão. Não sei qual foi a causa e razão, Rei D. Sebastião, que te moveu a quereres guerra comigo tão injusta, pois a Deus desprazem sem razões. Quando muito, se queres conquistar-me, para tomar o meu Estado, que um só Deus com o favor dos bons me deu e dêle me empossou, de que esse perro do Xerife me tinha desapossado, contra toda a razão, e contra toda a justiça e verdade,... menos culpa te dera, posto que nisto assim ser, não te podes escusar de culpa, porque, diz-me, quantos agravos Tu, ou os teus, tem recebido de mim... ou que perdas de mim, ou dos meus, ou por meu querer recebeste? E pelo contrario a Ti te deve lembrar com quantas mais verdade te deu esse traidor muita perda no cerco de Mazagão, e te matou Rui de Sousa de Carvalho, que mandaste a Tanger por capitão, e outras cousas que deviam com verdade lembrar-te, para que te não fisses dêle... Mas vires a tirar-me a posse do meu Reino e Estado para o dares a outro Mouro, por meios e interesses que te promete para isso, metendo-te em em cabeça que te dará o que desejas, não te dará em quanto a vida me durar, porque o hei de fazer escravo dos meus escravos, que nesta conta o tenho, e Tu com todo o teu poder e Estado não lhe has de valer. E para saberes, Rei e Senhor, com quanta justificação isto é, o prometerei Eu a Ti; e se matribuires a medo ou cobardia, isso será o principio e meio da tua perdição.

Promete-te esse perro o que te não pode dar; a saber, os Lugares marítimos com mais tres leguas para dentro do Sertão,

(**) No manuscrito do licenciado Diogo Queipo de Sotomayor, *Descripción de las cosas sucedidas en los reynos de Portugal desde la Jornada que el Rey Don Sebastian hizo en Africa, etc.*, existente na Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa (Ms. n.º 473), figura uma cópia dessa carta — *Carta notable del Maluco* — entregue a D. Sebastião em Arzila.

Na Biblioteca Nacional de Madrid — além doutro exemplar do manuscrito de Queipo de Sotomayor (cód. G. 161) — encontram-se duas cópias da *Carta que el Maluco escribió al Rey Don Sebastian antes que partiese de Arcila para la batalla* (códices D. 68, fols. 135-137, e H. 243, fols. 28-32). Ambas apresentam pequenas variantes.

para provimento dos seus moradores (³⁷). Isso, que êle te não pode dar, por ser Eu senhor de tudo, enquanto a vida me durar, Eu te quero dar, com mais amor e verdade do que ha nesse perro, pagão e desleal, como foi aos seus, que os entregou todos a cristãos...

Toma, Rei e Senhor, o meu conselho, e aceita partido comigo, para excusar tanta perdição, como te está aparelhada. E mais te quero, Senhor, fazer, se queres favorecer a esse cão. Digo-te, e por aqui entenderás quantos desejos tenho de servir-te, que tirando o assento de Marrocos, do mais escolha êle, que lho darei e demarcarei. E se quizer o Cabo de Guer, Eu lho ajudarei a tirar...

Olha, Senhor, o que fazes; não te metas onde te não has de poder tirar, quando quizeres. Isto é meu, e Eu o posso por meu, e com verdade. Esse cão me desapossou e me tirou do que era meu; como mordido dos cães, me acolhi a Argel, onde me casei, e o dote que me deram foi o favor do Grão Turco, que me empossou do meu... E porque me não fique nada por fazer, dizem-me que no teu Reino tens Mesa da Consciencia, onde se dá e não se tira o seu a seu dono. Havendo Tu, Senhor, por bem, Eu quero lá mandar minhas coisas, e sou contente que de novo se determinem lá; e quero, Senhor, que Tu sejas o juiz, e Eu aceitarei o que se determinar...

Tu me vens buscar sem razão, e queres guerra comigo injusta, que a Deus não apraz, nem é disso contente, nem servido. Sabe que isto ha de custar mais vidas, do que pode caber de grãos de mostarda em um grande saco. Es moço e cavaleiro, tens com quem te aconselhar. Deus, entre Ti e Mim, seja a Justiça (³⁸).

(³⁷) As versões italiana, francesa e espanhola referem-se, não a três, mas a *treze léguas* para o interior da terra firme. O conde Henry de Castries supõe que o texto português significa «uma zona de três leguas de raio, o que equivale a uma superfície de treze leguas quadradas» (*ob. cit., France, I*, pág. 385). Entre as causas — a seguir à deficiência de recursos financeiros — que mais concorreram para o abandono das praças africanas, tinha o primeiro lugar a impossibilidade de cultivar terras, fora das muralhas.

(³⁸) O fecho da carta é muito diverso, nas versões estrangeiras; e este facto leva-nos a supor que, propositadamente, Miguel Leitão de Andrade e os restantes historiadores sebásticos alteraram a sua redacção. Chamar *moço e cavaleiro* a D. Sebastião nada exprime; mas já tem significação chamar-lhe *moço sem experiência*. Diz a versão italiana: *Tu sei giovane et non experimentato et hai canaglia, che ti consigliano male.* Lê-se na espanhola: *Tu eres mozo y no experimentado y tienes caballeros que te aconsejen mal.* Na história de Luís Cabrera, publicada em 1619 e, portanto, dez anos anterior á *Miscelanea de Leitão de Andrade*, termina assim a carta: *Eres mozo y no experimentado; caballeros tienes con quien te aconsejes, ya que no quieras mi consejo.*

Não respondeu o rei a esta carta. Conta Barbosa Machado que alguns fidalgos a julgaram cavigosa, para dar tempo ao Xerife de preparar o seu exército. Com êsse intuito, deveria Abde Almélique enviá-la mais cedo. Nesta ocasião, já as suas fôrças estavam prontas: as singulares detenções de D. Sebastião em Cádiz e, principalmente, em Arzila, foram de sobra para tudo. Num ponto estão de acôrdo os cronistas: após a derrota, aos fidalgos cátivos em Fez, afirmou o alcaide Reduão, português renegado e grande valido do defunto Xerife, que o amo teria cumprido todas as suas promessas.

*

* * *

D. Sebastião continuava a afirmar que Mulei Abde Almélique trazia pouca gente prestante, esquecendo que os seus vagares, desde a partida de Lisboa, lhe dariam tempo para se preparar convenientemente. O Xerife tinha espiões nos portos da Andaluzia: soubêra, portanto, do recrutamento dos soldados espanhois, assim como da paragem da expedição, na baía de Cádiz; e talvez os tivesse também em Portugal. O conde de Castries — ignoro com que fundamento — afirma (*ob. cit., France*, I, pág. 477, n.º 1) que um dêsses espiões «era um mercador português, que embarcara em Lagos, na armada de D. Sebastião».

Sabendo que o destino oficial da emprêsa, além da reposição do Xerife deposto, era a conquista de Larache, Abde Almélique encarregara seu irmão Mulei Ahmedê, ainda antes da expedição abandonar o Tejo, de reunir os soldados de Fez, para poderem acudir a qualquer ponto, onde se efectuasse o desembarque. Assim se formou um corpo de oito mil cavaleiros e três mil atiradores, que se aquartelaram em Alcácer-Quibir. Para Larache nomeou governador Mohâmede Zarco, com dois mil cavaleiros andaluzes e outros tantos azuagos (**) . No caso de prefe-

(**) *Andaluzes* eram os mouros de Espanha, que após a conquista de Granada, pelos reis católicos, se refugiaram em Marrocos;

riram os portugueses entrar por Mazagão, destacou para aquelas terras seu sobrinho Mulei Daúde, com seis mil homens de pé e de cavalo; e prevenindo a hipótese de escolherem Santa Cruz do Cabo de Gure, que em tempo nos pertecera, incumbiu a defesa dessa região ao alcaide granadino, Dogalí, com mil arcabuzeiros andaluzes e três mil cavaleiros de Suz (4º).

Comparando o que dizem os cronistas portugueses; Franchi Conestaggio e Fr. Luís Nieto, nas obras já citadas; Joachim de Centellas (*Les Voyages et Conquestes des Roys de Portugal... jusques au Sereniss. Sebastian naguères alterré en la bataille qu'il eust contre le Roy de Fez*, Paris, 1578), cujo nome mais parece de fantasia do que verdadeiro, não obstante se declarar *Gentilhomme Portugaiz*; o *Comentario* de Luís de Oxeda, manuscrito da Biblioteca Nacional de Paris, publicado pelo conde de Castries (*ob. cit., France*, I) e por Ignacio Bauer y Landauer (*Miscelánea Historica referente al Rey Don Sebastian*, págs. 1-57), pode reconstituir-se com a maior aproximação possível, o que fez Abde Almélique, logo que teve conhecimento da partida de D. Sebastião para a África. Voltava o Xerife dos Montes Claros, onde fôra compôr algumas dissensões, provenientes ainda da demora de Mulei Mohâmede nessas montanhas, durante meses, até à sua fuga para o Pinhão de Beles. Em 2 ou 3 de Julho recebe, no caminho, a notícia da próxima saída da armada. Entra na cidade de Marrocos; mas detém-se apenas dois dias, deixando por governador o alcaide

e o nome passou aos seus descendentes. Abrangia também os mouriscos granadinos, foragidos da Andaluzia, depois de subjugada a sua rebelião (1569-1571).

Dava-se o nome de *azuagos* às tribus berberes da Grande Cabilia. Eram tropas mercenárias, que costumavam prestar serviços aos turcos de Argel. No exército que, em 1575, invadiu o reino de Fez, com o fim de sustentar os direitos de Mulei Abde Almélique contra seu sobrinho Mulei Mohâmede, vinham mil azuagos.

(4º) Foi o alcaide Dogalí que, pela sua traição ao Xerife Mulei Mohâmede, facilitou a vitória de Abde Almélique, na primeira batalha que entre ambos se travou, em Março de 1575.

Reduão, um renegado português, inteligente e corajoso, que trouxera de Argel, e a quem dera o alto cargo palaciano de camarista, como homem da sua plena confiança. Daqui manda proclamar a guerra santa contra os cristãos; e acompanhado por tôda a gente de guerra, que pôde congregar, marcha em direcção á província de Temecena, onde deve ter entrado a 8 ou 9. Abde Almélique começou então a sentir-se muito doente, com vômitos freqüentes e violentos acessos de febre. Apesar disso, continuou a jornada para Salé, ao ter conhecimento da chegada da expedição a Cádiz (41).

Naquela cidade, soube o Xerife do desembarque de D. Sebastião em Arzila: imediatamente, mandou recolher de Larache as fôrças de Mohâmede Zarco e do Cabo de Guer o alcaide Dogalí. Quanto a Mulei Daúde, deixou-o ficar nas proximidades de Mazagão, por constar que o filho do seu rival iria para aquela praça. Depois passou a vau o rio Cebú; e com metal trazido de Marrocos, diri-

(41) Mulei Abde Almélique fôra envenenado. Há, porém, grande divergência, relativamente à pessoa que lhe propinara o veneno. Luís de Oxeda atribue o crime a Lella Osuña, uma das suas mulheres. A *Chronica de El-Rei D. Sebastião*, publicada em 1837, sob o nome de Fr. Bernardo da Cruz, assim como o P.^o José Pereira Baião e Barbosa Machado, que conheciam esse manuscrito, imputam-no a dois alcaides granadinos, Dogalí e Achahiac ou Chaya (?), cuja ambição os levara a urdir uma conjura, para ficar o primeiro com o reino de Marrocos e o segundo com o de Fez. O historiador marroquino Alofrâni — *Histoire de la dynastie saadienne au Maroc (1511-1670)*, trad. de O. Houdas, cap. xxv), considera instigador do crime o alcaide *Redhouân Eleuldj*. O conde Henry de Castries (*ob. cit.*, France, II, pág. 36, n.^o 6) explica que o renegado português teria procedido assim, à *l'instigation des Turcs faisant partie de l'armée marocaine*. Há confusão entre Reduão, o renegado português, seu camarista, e *Redhouân Eleuldj, le caïd des Turcs, qui accompagnait le prince*. Se o autor do envenenamento fôsse o renegado português, teria praticado um miserável crime, pois devia tudo ao sultão. Se foi o alcaide granadino Dogalí, teria sido, nesse caso, traidor aos dois Xerifes.

O título completo da tradução francesa da *Historia da dinastia saídida*, de Alofrâni é o seguinte: *Nozhet-Elhâdi. Histoire de la dynastie Saadienne au Maroc (1511-1670)*, par Mohammed Esseghir ben Elhadj ben Abdallah Eloufrâni. Traduction française par O. Houdas. Paris, Leroux, 1889.

giu a fundição de quatro peças de campanha, ajuntando três às que trazia. A 24 de Julho, estava a duas léguas de Alcácer-Quibir (42). Acompanhavam-no, então, catorze mil homens de cavalo e dois mil e quinhentos arcabuzeiros, na maior parte andaluzes e renegados.

Esperava-o, naquele ponto, seu irmão Mulei Ahmed, com todas as fôrças que reunira. Abde Almélique, cuja doença se agravara com a rapidez da jornada, vinha numa liteira. Logo que viu o irmão, montou a cavalo. Mulei Ahmed, antes de se aproximar do Xerife, executou em sua honra alguns volteios. Depois apeou-se e, em prova de humildade, beijou a terra, ao mesmo tempo que a artilharia e os arcabuzeiros davam uma grande salva. Muito fatigado com o esfôrço que fizera, voltou Abde Almélique para a liteira; e o acampamento estabeleceu-se a cinco ou seis quilómetros ao sul de Alcácer. O exército compreendia, pelo menos, vinte e dois mil cavaleiros e cinco mil e quinhentos atiradores. Tinha vinte e seis peças, servidas por bons artilheiros. Os víveres eram abundantes e os soldados estavam pagos em dia.

Estas fôrças aumentaram ainda com a chegada de alguns alcaides de Tetuão e Mequinez; e diariamente acorriam novos contingentes voluntários de diferentes tribus, vindos ao apêlo da guerra santa (43).

(42) O conde de Castries — que reconstituiu também um itinerário desta marcha — calcula em 550 quilómetros o caminho percorrido pelo exército de Abde Almélique, entre Marrocos e a cidade de Alcácer-Quibir (*ob. cit.*, *France*, I, pág. 536, n.º 1).

(43) Alofraní (*Histoire de la dynastie saadienne au Maroc*, trad. de Houdas, cap. xxiv), dando largas à fantasia, conta que o exército de D. Sebastião *começara por saquear o litoral*. Ao sultão Abde Almélique, então em Marrocos, subiram dolorosos protestos contra *as crueldades do inimigo*. Imediatamente escreveu o sultão ao monarca cristão: *Destes prova de coragem, saindo da vossa terra e atravessando o mar para vires até o meu reino. Se esperais por mim, sois um verdadeiro cristão e um bravo. Se não esperardes, é que não passais de um cão, filho de cão.* Depois escreveu-lhe novamente, como ardil de guerra: *Vou gastar dezasseis dias de marcha para ir ao vosso encontro. ¿ Não gastareis um para vos encontrardes comigo? As mentiras e invenções do historiador marroquino nem merecem desmentido.*

*
* *

Em carta de 27 de Julho, conta D. João da Silva a Felipe II que, no dia anterior, chegara ao arraial um renegado francês, que há nove anos vivia em Marrocos. Foi imediatamente recebido por D. Sebastião, a quem deu as informações seguintes. Estivera, ainda na véspera, no acampamento de Abde Almélique. O Xerife, a quem toda a região obedecia dedicadamente, tinha trinta e quatro peças de artilharia, dezassete mil cavalos, *muy buena gente*, e nove a dez mil atiradores, entre os quais sete mil arcabuzeiros. Até já recusa voluntários, enquanto lhe não forem precisos.

Estas notícias, rapidamente espalhadas, causaram grande terror no exército: todos sabiam que o rei não mudaria de resolução, nem de caminho. A rapidez, a heroicidade dos chefes, concorrem sempre para levantar o ânimo dos soldados, para incutir coragem aos mais tímidos; mas a temeridade de D. Sebastião, incapaz de ver os perigos, desafiando-os até, por prazer e vangloria, talvez na convicção de que os mouros fugiriam diante dêle, amedrontava-os.

O rei mandou chamar o embaixador espanhol, para o convencer de que as informações eram falsas e o renegado francês um espio de Abde Almélique. Pediu-lhe D. João da Silva que ponderasse maduramente, antes de sair de Arzila. Só o facto de haver o Xerife abandonado Marrocos e vir a região tão afastada da sua capital, revelava a confiança que tinha nos alcaides. Era, portanto, verossímil que dispusesse de todas aquelas fôrças; mas, com muito menos, podia impedir o caminho de Larache, sem entrar em combate, entretendo-nos o tempo necessário para se esgotarem os mantimentos, destinados apenas a cinco ou seis dias de jornada. Contestou-lhe D. Sebastião que no dia imediato partiria; e recorrendo a uma das suas freqüentes invenções, disse-lhe que haviam chegado à vila uns mouros dignos de crédito, os quais lhe asseguraram que Abde Almélique só trazia cinco mil atiradores.

e nove a dez mil cavalos, muito ruíns, que não eram suficientes para lhe dar batalha, nem para lhe barrar o caminho. O seu exército compôr-se-á de treze a catorze mil infantes, divididos em quatro esquadrões, com a bagagem no meio, e a cavalaria encorporada entre os dois esquadrões da vanguarda, por ser pouca. Esperava que Deus lhe concedesse a vitória; nem havia *otra cosa que escoger, porque no vino para volverse.*

Estas palavras eram bem claras. Fôssem quais fôssem os perigos, o rei não desistiria de avançar. D. João da Silva enumera, em seguida, as dificuldades que os cercavam: poucos, bisonhos, desobedientes, mal governados, sem nenhuma cabeça além do rei — que não consentia outra autoridade — o exército perdera a confiança; as imprudentes audácia de D. Sebastião, que ninguém se atrevia a contrariar, enchiam-nos de medo, todos convencidos de que vão para a morte (*que los lleva á degollar*). A sua única esperança, diz o embaixador, é que Deus faça um milagre. Por último, informa o amo de que o capitão Aldana se encontrava já no Pôrto de Santa Maria, e por horas o aguardavam em Arzila (44).

Duas cartas escreveu ainda D. João da Silva, na mesma data, ao secretário Gabriel de Zayas. Em uma delas, participa-lhe que acabava de receber as suas armas; e como estava de saúde e tinha um bom cavalo, seria grande o seu contentamento, se o exército levasse *la provision y concierto que demanda la persona de un rey con toda la substancia de su reino* (45).

Na outra, dá-lhe conta da importante diligência que o antigo Xerife efectuara junto do rei, pedindo-lhe que não avançasse pelo interior, pois correria grandes perigos. Dos nossos cronistas, só o P.^o Baião se refere a esta tentativa. Se D. Sebastião marchasse em pessoa, à frente de todo o exército, até os alcaides, inimigos de Abde

(44) Carta de D. João da Silva a Felipe II. Arzila, 27 de Julho de 1578. (*Doc. inéd.*, t. XL, pág. 82.

(45) Carta de D. João da Silva a Zayas. Arzila, 27 de Julho de 1578. (*Doc. inéd.*, t. XL, pág. 85).

Almélique, se poriam do seu lado, persuadidos de que o rei de Portugal não viera à África para o repôr no trono, mas para conquistar Fez e Marrocos. Bastaria dar-lhe os fronteiros de Tânger e mais alguma gente escolhida; e D. Sebastião iria, no entanto, tomar Larache. Mulei Mohâmede, além de directamente interessado no resultado da expedição, devia ser a pessoa mais bem informada das forças e condições do adversário; mas os seus esforços nada conseguiram (46).

A obsessão mórbida do rei não se limitava a desprezar todos os conselhos; irritava-se até à violência, quando lhe davam notícias, por mais fidedignas, que não concordassem com os seus íntimos desejos, ou com as artificiosas mentiras que forjava. Marcara D. Sebastião o dia 28 para a partida; por isso mandou reunir na sua tenda, em 27, os capitães e oficiais dos terços, a quem desejava ouvir sobre a arma mais conveniente durante a jornada, arca-buzes ou piques, para se distribuíssem os respectivos soldados pelos diferentes esquadrões. Houve discussão, que não chegou a concretizar-se em votos. Ordenou também o rei ao provedor-mor, Luís César, que distribuísse a cada infante mantimentos para seis dias, que considerava suficientes: nove arráteis de biscoito, arrátel e meio de queijo e três quartilhos de vinho, à razão de arrátel e meio de biscoito, uma quarta de queijo e meio quartilho de vinho, por dia. Como os soldados andavam famélicos e a saída se realizasse em 29, foi indispensável fazer então novo provimento, pois o queijo e o vinho já estavam consumidos. Para o transporte, coube também, a cada infante, um alforge e uma borracha de seis quartilhos, que pelo caminho se acabaria de encher com água (47).

No dia 27, chegaram a Arzila Fr. Roque do Espírito Santo, comissário da Ordem da Trindade, especialmente destinada à redenção dos cativos cristãos, e Diogo de Palma, mercador rico, que muitas vezes o auxiliara no

(46) 2.ª carta do dia 27 de Julho, de D. João da Silva a Zayas. (Doc. inéd., t. xl, pág. 86); P.º Baião, ob. cit., Liv. V, cap. vii.

(47) P.º Baião, ob. cit., Liv. V, cap. vii.

negócio dos resgates. Havendo, dias antes, conduzido a Tânger alguns cristãos remidos, Fr. Roque entendeu do seu dever elucidar D. Sebastião acerca das fôrças do Xerife; e pediu a Diogo de Palma que o acompanhasse, para corroborar os seus informes. Fr. Roque era irmão do corregedor da corte, Diogo da Fonseca, em cuja tenda ambos se hospedaram. Acolheu-os o rei com alvorço; mal tinham, porém começado a dizer-lhe que o exército de Abde Almélique era formidável e rigorosa a sua disciplina, despediu-os com palavras duríssimas. Depois mandou avisos ao corregedor que prendesse Diogo de Palma e o encerrasse na alcáçova. Sentiu imenso Diogo da Fonseca esta ordem, por se tratar dum amigo do irmão, hospedado na sua própria tenda; e com o pretexto de participar a D. Sebastião que a cumprira, expôs-lhe o pernicioso efeito que ela causaria no exército. *O Palma era um perro mentiroso, que não sabia mais que gabar e engrandecer o Maluco, por sua conveniencia* — insistia o rei; mas afinal consentiu em ouvi-los segunda vez (48).

A nova entrevista durou duas horas. As fôrças, que o Xerife reunira, subiam talvez a setenta mil homens de cavalo e inumerável gente a pé, bem montados e armados. Com a sua reputação e a fama do seu exército — insinuava Fr. Roque — podia D. Sebastião, não chegando a rompimento, conseguir a entrega de alguns lugares marítimos; entrando pelo sertão, não era de esperar um resultado feliz para as suas armas. As exortações dêsse velho, encanecido na caridosa tarefa do resgate, que exercia há trinta anos; apesar de ter Fr. Roque, porventura propositadamente, exagerado o número de combatentes de Abde Almélique, o rei só contestava, repetindo as mesmas palavras, com a persistência duma idéia, que lhe dominasse inteiramente o espírito: *Dalli a tres dias se havia de ver com o Maluco* (49).

(48) P.^o Baião, *ob. cit.*, Liv. V, cap. vii; Barbosa Machado, *ob. cit.*, P. IV, liv. II, cap. xii.

(49) Barbosa Machado, *ob. cit.*, *ibidem*; P.^o Baião, *ob. cit.*, *ibidem*.

Conta Luís de Tôrres de Lima, na sua obra *Avisos do Ceo, Succesos de Portugal* — e tanto o P.^o Baião, como Barbosa Machado, relacionam o facto com aquela entrevista — que o barão de Alvito, D.^r Rodrigo Lobo, impressionado com a obstinação do monarca, procurara o Provincial da Ordem de S. Domingos, Fr. João da Silva, irmão do bispo do Pôrto, para lhe propor, como único remédio contra uma irreparável catástrofe: *Padre, porque não prendemos a este homem, que nos deita a perder por seu gosto? He tarde Senhor*, respondeu o dominicano. *Melhor he tarde, que nunca*, replicou D. Rodrigo Lobo. *Não ha remedio*, volveu Fr. João da Silva, *porque anda cercado de lisonjeiros, e de validos, que o enganão, e não ha quem se atreva a dizerlhe a verdade, nem elle a admite*. O barão de Alvito concluiu então, melancólicamente: *Pois se assim he, Pater noster pelo Rey, pelo Reyno e pelos Vassalos*. E os factos vieram, infelizmente, confirmar a fúnebre profecia (⁴⁹).

O exército português não primava por uma impecável disciplina. Nem a podia ter, porque o empenho de D. Sebastião, em ser o único a ordenar e a dirigir, tornava precária, para não dizer nula, a autoridade dos chefes; porém, se qualquer delito chegava ao seu conhecimento, era implacável. O P.^o Baião aponta alguns exemplos. Um sargento, sem causa, nem pretexto, maltratou um soldado. O ofendido levou a mão à espada, mas não a arrancou. O rei mandou-o enforcar; e a um camarada, que desculpara o seu acto, foi-lhe cortada a mão direita e condenado a degredo por tôda a vida (⁵¹).

O segundo caso ainda é mais significativo. Uma tarde, no recinto do terço castelhano, entrou um boi, correndo por entre as tendas. Um soldado, que se oferecera para servir gratuitamente, com mais dois irmãos, homem de grandes fôrças, de quem muito se fiava na guerra, jarreou o animal. Ordenou D. Sebastião que o prendessem e

(⁴⁹) Cap. xxx.

(⁵¹) *Portugal cuidadoso e lastimado*, Liv. V, cap. vii.

enforcassem imediatamente. Intercedeu por êle o Mestre de Campo General. O mesmo fizeram o duque de Barcelos, a quem o boi pertencia, Mulei Mohâmede, o marquês de Leinster e vários fidalgos. O rei manteve a ordem. Resolveu D. Duarte de Meneses dilatar a execução para o dia sguiente, na esperança de que o tempo aplacasse a cólera real. Foi-lhe de manhã preguntar que devia fazer daquele homem. Respondeu D. Sebastião com outra pregunta: *«Porque não fôra já enforcado? E que o enforcassem logo, senão que os enforcaria a êles* (52). Nunca o destemido capitão de Tânger sofrera afronta igual. *«Seria por crueldade que o rei procedia assim? Não. Era a absorvente preocupação de fazer cumprir, com o máximo rigor, os regulamentos militares —* *«*êle, cuja temeridade os infringia constantemente! — que o levava a cometer êsses excessos. Soberano de facto, desde os catorze anos, o exercício do poder absoluto deformara-lhe também o pensamento: revogar uma ordem representava para o seu amor próprio, para a sua autolatria, confessar que tinha errado.

A partida do exército foi definitivamente marcada para o dia 29. A boiada, que acompanhara a carriagem, estava tão fraca e debilitada, das privações que sofrera durante a viagem do Algarve a Arzila — retida em Lagos muitos dias pela insconstância do tempo — que precisava de mais longo descanso. Mas D. Sebastião ardia na impaciência de se encontrar com Abde Almélique. Nem esperava o capitão Francisco de Aldana, por cuja vinda tanto instara.

Destinados ao transporte da bagagem tinha o rei cerca de quinhentos carros. Cem levavam biscoito, reserva calculada para seis dias, pois Luís César acrescentara dois aos quatro, primeiro indicados por D. Sebastião; duzentos iam carregados de cevada, pólvora, chumbo e mais munições de guerra; quarenta conduziam pipas de água; outros, além de cinco caixotes com dinheiro em prata e

(52) *Portugal cuidadoso e lastimado*, Liv. V, cap. viii.

cobre, transportavam a recâmara, a capela e as provisões particulares do rei; os restantes foram distribuídos pelos terços, para a condução da roupa dos oficiais e soldados (53).

Os fidalgos possuíam também muitos carros, conforme a quantidade dos seus bois de carga. Joachim de Centellas, referindo-se aos meios de transporte da expedição, avalia-os em setecentos carros de bois, afora grande número de bestas muares. Fr. Luís Nieto eleva os carros a mil cento e vinte — é curiosa esta precisão — para o serviço do rei e dos fidalgos.

O sustento dos infantes — devorado o queijo, que levavam no alforge — limitava-se, portanto, a biscoito. Faltavam o conduto e o vinho, falta que muito sentiam os soldados, especialmente os alemães, cujo apetite se não conformava com dietas de pão e água. Os fidalgos, assim como os não combatentes, magistrados, religiosos, etc., êsses iam bem fornecidos, não só de mantimentos comuns, mas de vinhos e conservas.

(53) P.º Baião, *ob. cit.*, Liv. V, cap. vii.

CAPITULO X

ALCÁCER-QUIBIR

A marcha do exército. — Delongas das duas primeiras jornadas. — O Conselho vota o regresso a Arzila; impossibilidade de o efectuar. — Chegada do capitão Aldana com quinhentos soldados castelhanos; falta de piques e arcabuzes para os armar. — O Conselho resolve seguir direito a Larache. — Oposição do rei e de alguns fidalgos; muda-se o itinerário para Alcácer-Quibir. — Propostas e conselhos que D. Sebastião rejeita, na ânsia de combater. — No campo xerifano. — No campo cristão; o último Conselho. — Os dois exércitos: suas respectivas formaturas. — A batalha: desbarato do exército cristão. — A morte dos três Reis. — O novo Xerife ordena lhe sejam entregues todos os prisioneiros nobres. — Encontra-se o cadáver de D. Sebastião; seu enterramento em Alcácer-Quibir; sua trasladação. — As classes populares começam a pôr em dúvida a morte de D. Sebastião; origem dessa incredulidade. — Os fidalgos mortos na batalha. — Os cativos. — Como se libertou o Prior do Crato. — O resgate e a miséria do reino.

NA terça-feira, 29 de Julho, às primeiras horas da manhã, começou o exército a preparar-se para sair, conforme o bando que o rei mandara deitar na véspera. Ordenara D. Sebastião aos coronéis dos terços portugueses que escolhesse cada um dois mil soldados; os restantes embarcariam na armada. O respectivo capitão-mor, D. Diogo de Sousa — despedidas para o reino muitas embarcações de alto e baixo bordo, já vasias de munições e mantimentos — devia ir esperá-lo a Larache, mas com recomendação expressa de não intentar qualquer operação contra a cidade, então fácil de tomar, pois a guarnição era diminuta, e o próprio castelo, à entrada da

barra, estava defendido com fracos muros de taipas. Só depois da vitória de Alcácer-Quibir, o novo Xerife ali mandou construir uma poderosa fortaleza, guarnecedo-a com a nossa artilharia, perdida no campo de batalha. D. Sebastião conhacia as condições de defesa da praça: exagerava-as propositadamente, para justificar a marcha por terra. Por isso mesmo, dava ordens tão apertadas ao almirante, não fôsse êle roubar-lhe a glória de a conquistar pessoalmente.

Renovou o monarca as nomeações já feitas, talvez no intuito de avigorar a autoridade dos nomeados; mas no exército, em cousas máximas ou mínimas, só D. Sebastião mandava. Os cargos mais importantes foram assim distribuídos: Mestre de Campo General, D. Duarte de Meneses. Capitão dos aventureiros, Cristóvão de Távora e, como seu lugar-tenente — para poder acompanhar o rei — o irmão, Álvaro Pires de Távora; adjunto, João da Silva; sargentos-mores, João Alvares de Azevedo e Pedro Lopes, antigo capitão da peonagem, em Tânger; alferes, Francisco Ferreira de Valdivielso. Os coronéis dos terços nacionais eram os mesmos: D. Miguel de Noronha, Vasco da Silveira, Francisco de Távora e Diogo Lopes de Sequeira. O último, acometido de doença à partida, foi substituído, mais nominal que efectivamente, por seu irmão, Pedro de Sequeira, pois como verdadeiros comandantes apareceram sempre outros ⁽¹⁾. Do terço castelhano era coronel D. Alonso de Aguilar; sargentos-mores, D. Luís Hernández de Córdoba e D. Luís de Godoy; capitães, D. Diogo Caballero, da Ordem de Malta, D. João de Ávila, D. Garcia Sarmiento e Pedro de Figueroa. Comandava os tudescos Martim de Borgonha. Os italianos tinham por coronel o marquês de Leinster,

(1) Lê-se na *Carta a um abade da Beira*: «o raposo de Diogo Lopes de Sequeira fez-se doente no mar, e deitou mão do cargo que nêle tinha, e deixou o de coronel da terra». Era, como já dissemos, capitão-mor das galés. O *Comentário* de Luís de Oxeda também diz que Diogo Lopes de Sequeira saiu de Arzila na armada.

e adjundo o capitão Hércules de Pisa. Na artilharia, havia dois capitães-mores. Pedro de Mesquita, bailio de Leça, e Jerónimo da Cunha. Capitão dos gastadores era Manuel de Quadros, provedor das valas e lezírias de Santarém; mas, por doença, deixara o cargo a Gonçalo Ribeiro Pinto. Como sargentos-mores do campo e formatura, escolhera o rei dois antigos capitães, famosos pela sua valentia, João da Gama e Fr. Estêvão Pinheiro, que há bastantes anos tinham abandonado a vida militar, recolhendo-se o primeiro a uma ermida e entrando o segundo para os Carmelitas calçados. Chamados, à ordem de D. Sebastião, ambos aceitaram o pôsto, por ser contra os infieis. Engenheiros superiores levava também dois, o italiano Felipe Terzi e Nicolau de Frias. A cavalaria não tinha general; mas — dizem os cronistas — exerceu esse cargo o duque de Aveiro, «com jurisdição limitada». Jurisdição limitada era a de todos os chefes, até do próprio Mestre de Campo General (²).

Nos não combatentes, além do comissário do papa e dos bispos de Coimbra e Pôrto, todos os eclesiásticos, pertencentes à comitiva régia, acompanhavam a expedição. Faltaram apenas D. Afonso de Castelo Branco e outro deputado da Mesa da Consciência — sobre cujo nome há dúvidas — que preferiram seguir na armada, e o Provincial dos dominicano, Fr. João da Silva, que enfermara de repente, falecendo dias depois. Como representantes da Justiça, além do regedor Lourenço da Silva, os corregedores da corte, Belchior do Amaral e Francisco Casado de Carvalho, e o alcaide-mor Marcos Jorge Carranza. Ao corregedor Diogo da Fonseca ordenou o rei que ficasse em Arzila, ordem geralmente interpretada como uma desconsideração pessoal, por ser irmão de Frei Roque do Espírito Santo. Ouvidor do campo era o desembargador António Velho Tinoco.

Pôs-se em marcha o exército, antes de apertar o calor.

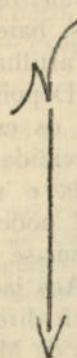
(²) Da *Carta a um abade da Beira*: «Foi eleito mestre de campo D. Duarte de Meneses, com tal barbilha e clausula, que não se determinasse no menos ponto sem dar conta a Sua Alteza, supremo nos cárregos todos».

ESBOÇO DA REGIÃO COMPREENDIDA ENTRE ARZILA E ALCÁCER-QUIBIR

Marcha provável do exército cristão -----

NOTA — O conde Henry de Castries, em *Les Sources inédites de l'histoire du Maroc* (1.^o Serie, France, I, Pl. VII), insere um croquis desta região, desenhado *d'après la carte de l'Etat Major espagnol et celle de M. de Flotte-Roquevaire*. Na representação do itinerário seguido pelo nosso exército, supõe De Castries que, na manhã de 4 de Agosto, D. Sebastião passou o Rur, realizando-se a batalha entre êsse rio e o Luco. O exército cristão não atravessou o Rur: nenhum historiador, português ou estrangeiro, autoriza essa hipótese. A batalha efectuou-se entre o Mocazim e o Rur.

Oceano Atlántico



Três Ribeiros

Larach

A hand-drawn map showing a river system. A branch of the river is labeled 'Sobreiro de Barreiro'. Another branch is labeled 'Ponte de Neves'. The main river is labeled 'Agosto Rio Macazim'.

Agosto 30 → Agosto

三

۷۴۶۰

卷之三

200

卷之三

卷之三

277

Alziger-Rübin

A frente iam D. Duarte de Meneses e os cavaleiros de Tânger, precedidos do adail, com cem homens, batendo por largo, para descobrir o campo. A seguir a artilharia, trinta e seis peças de variados calibres ⁽³⁾. Depois, a infantaria, tanto os terços portugueses, como os estranhos, formada em duas colunas, cada uma dividida em três esquadrões, vanguarda, corpo de batalha e retaguarda, pouco distanciados, para rapidamente poderem acudir uns aos outros. Os terços deviam alternar-se diariamente, nos diferentes lugares das colunas. Aos lados, a cavalaria. D. Sebastião com o maior trôço, à direita; à esquerda, o duque de Aveiro e os partidários de Mulei Mohâmede. No centro, quâsi todos a cavalo, os eclesiásticos e a gente de Justiça. Ao duque de Barcelos, pela sua tenra idade, impusera o rei que fizesse a jornada em coche; mas levava dois cavalos à destra, para montar quando fôsse preciso.

Os combatentes não atingiam dezassete mil: catorze mil e novecentos infantes e mil e seiscentos cavaleiros ⁽⁴⁾.

⁽³⁾ Não concordam os historiadores quanto ao número de peças da artilharia portuguesa. Jerónimo de Mendonça aponta vinte e quatro; a maioria das testemunhas presenciais da expedição acusa, porém, trinta e seis. Conestaggio indica apenas doze; referia-se, evidentemente, só às doze peças de campanha, compradas na Alemanha.

⁽⁴⁾ Divergem também os cronistas, quanto ao número de combatentes do exército cristão. A *Carta a um abade da Beira* avalia-os em «24.000 homens de peleja;... ainda que d'estes não foram ao campo mais que 18.000». Barbosa Machado computa o seu número em «mil e quinhentos cavalos, e vinte mil infantes». Fr. Manuel dos Santos discrimina-os em «tres mil tudescos, douz mil hespanhoes, seiscentos italianos, e nove mil portugueses; e mil e quinhentos cavallos». Como não menciona o terço dos aventureiros, pode supor-se que os incluía nos 9.000 portugueses. Para Jerónimo de Mendonça, «o numero não chegava a dezassete mil homens, convem a saber, nove mil portugueses, que podia haver nos terços que os coroneis levantaram, três mil tudescos,... dois mil castelhanos,... seiscentos italianos,... mil e quinhentos ventureiros portugueses, homens nobres». Franchi Conestaggio diz que o exército se compunha apenas de «treze mil infantes e mil e quinhentos cavalos, a saber: oito mil portugueses, três mil alemães, mil castelhanos e seiscentos italianos». Segundo Fr. Luís Nieto, «havia

No couce, além da bagagem, cerca de três mil gastos — exagêro, que só se explica pelo primeiro objectivo

tres mil alemães, cerca de seiscentos italianos, dois mil espanhóis, seiscentos soldados de Tanger e dois mil e quinhentos aventureiros...; o resto (?) eram portugueses de alem do Tejo. Havia ainda dois mil cavalos, quinhentos dos quais agregados em Tanger». Luís de Oxeda refere-se a «quatro coronélias de 3.000 soldados portugueses cada uma,... um terço de 2.000 soldados castelhanos,... um regimento de 2.500 alemães,... 500 soldados italianos... e mais de mil fidalgos portugueses, comandados por Cristovão de Tavora, grande valido d'El Rei; de forma que todo o exército junto consistia em 18.000 peões e 1.000 cavalos».

D. Julião Suárez Inclán, coronel de estado maior do exército espanhol, numa conferência que realizou em Madrid, no Centro do Exército e da Armada, na noite de 28 de Novembro de 1893 — depois publicada na *Revista Contemporânea*, e, por último, em opúsculo, sob o título de *Expedicion á Marruecos del Rey Don Sebastián de Portugal* (Madrid, 1894) — calcula em 13 ó 14.000 *infantes y 2.000 ó 2.500 caballos* as fôrças que acaudillaba el Rey portugués.

Conforme as mais seguras informações, a composição do exército cristão, à saída de Arzila, era a seguinte:

Infantes

Terço portugues	8.000
Alemães	2.800
Castelhanos	1.600
Italianos	600
Esquadrão dos aventureiros	1.400
Arcabuzeiros de Tânger	200
	14.600

Cavaleiros

Comandados pelo rei	600
Comandados pelo duque de Aveiro	300
Cavaleiros de Tânger	400
	1.300
	1.300
	15.900

Acrescentando a este número os partidários do Xerife deposto — 250 a 300 de cavalo e cerca de 300 arcabuzeiros — o total dos combatentes não ia além de 16.500.

Em 17.000 os orça J. Bautista de Morales na sua *Jornada de*

da expedição, o cérco e conquista de Larache — mais de mil boieiros e carreteiros, centenas de págens, criados e lacaios, grande cópia de escravos, muitas mulheres, quer as companheiras dos alemães, quer as rascoas andaluzas, que tinham entrado na armada em Cádiz, tanta gente, enfim, que os cronistas, nacionais e estrangeiros, a avaliam em número igual ou superior ao dos combatentes. Este cálculo é evidentemente excessivo: não deviam passar de dez ou onze mil, o que aliás representava uma importante concorrência para o gasto dos mantimentos.

Segundo o plano de D. Sebastião, a primeira jornada devia terminar em Almenara, a duas léguas de Arzila; mas a boiada, à mais pequena subida, tinha de ser ajudada a braço, no transporte da artilharia e dos carros muito pesados. Também havia bêstas de carga, mas em reduzida quantidade. O exército, portanto, fez alto, num sítio denominado *Os Moinhos*, junto dum rio de boas águas, o *Rio Doce*, a uma escassa léguia da praça, em linha recta. Durante a marcha que, à excepção da demora, terminou sem incidentes, nunca o rei se manteve à frente dos seus cavaleiros. Lá estava o guião real, levado por D. Jorge Telo; e os fidalgos tinham ordem de acompanhar a bandeira, mas não de o seguir a êle que, só com Cristóvão de Távora, andou sempre correndo o campo, como chefe supremo e único⁽⁵⁾.

A'frica del Rey Don Sebastian de Portugal, impressa em Sevilha no ano de 1622 (cap. vii). É interessante esta obra, porque o autor declara, no *Prólogo al lector*, que se informou de *muchos soldados que se hallaron en la batalla, ansi castellanos como portugueses*. Foi reimpressa em 1889, na *Colección de libros españoles raros ó curiosos* (t. xix. *Tres Relaciones históricas*).

Num livro recente, *Mysterious Morocco*, by H. J. B. Ward, B. A., encontra-se esta frase: *and induced Don Sebastian to invade Marocco with an enormous army*. Um enorme exército! Até onde vai a fantasia!

(5) O conde Henry de Castries (*ob. cit.*, *France*, I, pág. 428, n.º 2) diz que ainda hoje se vêem as ruínas dos moinhos, que davam o nome a êste lugar.

No dia seguinte, partiu o exército, na mesma formatura, chegando ao fim da tarde a *Almenara*. Para adiantar, afinal, só uma légua, fizera a expedição longos rodeios, à procura do caminho mais plano. Felizmente, no lugar — onde devia haver atalaias do tempo da primitiva ocupação de Arzila pelos portugueses — rompiam fontes abundantes, para dessedentar as tropas.

Já a vanguarda começara dispendo os tendilhões e as tendas, ainda vinha marchando a retaguarda, que nesse dia coubera ao terço de Vasco da Silveira. De repente, levanta-se um clamor — *arma, arma!* — e gritos de que essas fôrças estavam sendo atacadas pelos mouros. Acorreu muita gente de pé e de cavalo, em desordem, vinda de todos os lados. Apareceu também D. Sebastião, só, batendo à desfilada; e sem reflectir que, assim acudindo ao rebate, tinha também desacatado os regulamentos militares, increpou àesperamente os fidalgos que haviam chegado primeiro, como se pretendessem figurar de heróis: *Que se lhe não quizessem fazer fermosos com ninherias, porque aquilo eram mais ridicularias que outra cousa.* E a D. João de Sousa, que passara adiante dêle, jogou uma lançada, à mão tente, com tamanha violência, que lhe rompeu a espaldeira do cossolête, atingindo a carne. Se a armadura não fôsse nova, tê-lo-ia ferido gravemente. E voltando-se para os fidalgos, testemunhas da agressão, exclamou muito excitado: *Que se não enganassem, porque lhes certificava que havia de matar um, e que lhe não havia de ficar disso nenhum pesar, senão muito contentamento* (*). Era a obsidente idéia da rigorosa observância dos regulamentos, aplicada por quem faltava constantemente a êles. A indisciplina procedia, em grande parte, da sua contínua intervenção, da carência de iniciativa dos chefes, sempre receosos das argüições régias, que não respeitavam posições, nem idades. A atoada fôra falsa; e o terço de Vasco da Silveira recolheu tranqüilamente ao acampamento.

(*) P.º Baião, *ob. cit.*, Liv. V, cap. viii.

Esta marcha do exército, deveras fatigante, por causa das desigualdades do terreno, aqui e além cortado de ribeiras, sécas pela estiagem, só vencera duas léguas; e faltavam ainda quatro para alcançar Larache. Dos mantimentos, repartidos para seis dias, já ia gasta quase metade. Com marchas assim vagarosas, mesmo sem defrontar inimigos, era impossível alcançar aquela praça em três dias. O exército estava, portanto, na iminência de morrer de fome.

Um grupo de fidalgos procurou o rei para lhe expor a situação em que se encontravam e a necessidade urgente de remédio. Convocado imediatamente o Conselho de oficiais, todos foram de parecer que se regressasse a Arzila. D. Sebastião, com a infantaria e a carriagem, seguiria primeiro. Para que os mouros se não apercebessem da retirada, a cavalaria devia ocupar os outeiros, como de atalaia ao arraial, e só os deixaria, quando de Arzila lhe anunciassem a chegada com tiros de canhão. Os infantes embarcariam na armada, que logo tomaria o rumo de Larache; a artilharia e os cavalos ficariam na praça. Aceitou o rei o alvitre, que era, aliás, a condenação formal da sua teimosia; e, pela primeira vez, não chamou cobardes aos que lhe davam um conselho moderado. Não havendo um momento a perder, logo que terminou o Conselho, ainda de noite, partiu Afonso Correia, com quarenta cavaleiros tangerinos, para avisar D. Diogo de Sousa. Entrou em Arzila às primeiras horas da manhã de 31; mas a armada partira na véspera (¹).

Chegara nesse dia à vila o capitão Francisco de Aldana, com quinhentos soldados castelhanos. Não traziam armas, como os outros contingentes estrangeiros, que as receberam da armaria real; só vinham armados os italianos, destinados a auxiliar os irlandeses na sublevação contra a rainha Isabel. Em Arzila, não as havia; e a

(¹) Barbosa Machado (*ob. cit.*, P. IV, liv. II, cap. XIII) diz que Afonso Correia saiu de Almenara para Arzila, «com quatrocentos cavallo». Deve reduzir-se este número à decima parte.

armada, onde podiam abastecer-se, caminhava para Larache. Quando Aldana soube que D. Sebastião se internara com um exército, cuja composição era contrária a longas marchas por terra, disse ao capitão da praça, Pedro de Mesquita, e ao corregedor Diogo da Fonseca, que a sua perdição era certa. Voltaria para Espanha, não por medo de arriscar a vida, que para um soldado vale pouco, mas para não perder o crédito, ganho em diversas campanhas. Niera, porém, com êle um fidalgo espanhol, D. Pedro del Mármlol, que se entusiasmara por esta jornada. Observou-lhe que, trazendo uma carta e prendas destinadas ao rei de Portugal, não devia retirar-se sem as entregar. Igual conselho lhe deram Diogo da Fonseca e o capitão de Arzila; e como Afonso Correia se oferecesse para guia e escolta, Aldana aceceu a partir com a sua gente.

O conhecimento da saída da armada causou profunda decepção no exército. Não a sentiu D. Sebastião, cujo íntimo desejo era continuar a marcha até encontrar o inimigo. Por isso acolheu com alegre alvoroço o aparecimento de Francisco de Aldana em Almenara, pela sua prática da guerra. Os quinhentos soldados, que o acompanhavam, representariam um valioso auxílio, se na bagagem houvesse arcabuzes ou piques; desarmados, eram um peso morto, que mais escassos tornava os mantimentos.

Entregou Aldana ao rei uma carta do duque de Alba e o elmo com que o imperador Carlos V entrara vitorioso em Tunes (⁸). Na carta datada de Madrid, a 20 de Junho, segundo o texto publicado por Luís Cabrera (*Filipe Segundo*, Parte I, liv. XII, cap. VII), estranhava o velho general que D. Sebastião partisse para a África, sem o avisar; dava-lhe conselhos sobre a melhor forma de dispor o seu exército em terras da Berberia; e rogava a Deus tudo corresse bem, *que las cosas no muy considere-*

(⁸) Conestaggio (*ob. cit.*, Liv. II) acrescenta que o presente constava ainda dum sobreveste de seda branca (*una sopravesta di ormesino bianco*), que o imperador trazia nessa ocasião.

radas suelen tener varios efectos. A carta vinha, realmente, a tempo: se não fôsse a obsessão, que lhe dominava o pensamento, o monarca devia começar a ver que as *cousas mal consideradas* dão sempre tristes resultados.

Aldana reconheceu logo que ao exército não faltavam só mantimentos; a inexperiência dos oficiais era grande. Mesmo os que tinham servido em Ceuta e Tânger estavam acostumados a freqüentes entradas na terra inimiga, a constantes escaramuças e pelejas singulares; nunca um exército português combatera, em África, contra outro exército, dotado de todo o armamento moderno, e comandado por um chefe prestigioso, com largo tirocínio militar. A marcha por terra fôra um tremendo êrro; mas como não tinha remédio, era preciso dar mais ordem ao campo; e aconselhou D. Sebastião, para concluir a jornada antes de se acabarem os mantimentos, que mandasse retirar a artilharia para Arzila, devidamente escoltada, pois trazia sérios embaraços aos rápidos movimentos do exército. O rei, que mantinha o desígnio oculto de se bater com os mouros no caminho, opôs várias dificuldades à realização desta medida de prudência, e a artilharia ficou.

Na sexta-feira, 1 de Agôsto, antes de romper o sol, saiu o exército de Almenara. Nesse dia caminhou três léguas; e foi acampar num local, que os nossos cronistas chamam dos *Três Ribeiros*. Conestaggio designa-o por *Cabeza d'Ardana*; e a *Relação* de D. Duarte de Meneses coloca-o junto da ribeira *Tiquisina*. De Castries, atendendo à distância de Arzila e à direcção tomada pelas tropas, identifica-o com a Ribeira *Raiçana* (*).

Durante a marcha, alguns soldados, enfraquecidos pela insuficiente alimentação, exaustos da caminhada às horas mais ardentes do dia, com vertigens e tonturas provocadas pelo calor, abandonavam as armas, ou deixavam-se ficar para trás, por não poderem acompanhar os camaradas. Uma cífila de mouros, que desde manhã

(*) Conde de Castries, *ob. cit.*, *France*, I, pág. 546, n.º 4.

seguia o exército, não só se apoderava das armas, mas cativava os enfermos. O adail de Tânger, Simão Lopes de Mendonça, foi incumbido de proteger a retaguarda: os doentes ou debilitados eram trazidos em carros ou nas ancas dos cavalos. E esta precaução continuou nas duas jornadas seguintes.

Ao comêço da noite, apareceu no acampamento um mouro, dizendo que estavam navios na baía de Larache. Enfureceu-se D. Sebastião, por julgar que o marquês de Santa Cruz, general das galés de Castela, aproveitando a ausência da guarnição, se tivesse apoderado da fortaleza e da cidade. Eram galés portuguesas: D. Diogo de Sousa facilmente teria ganho a povoação, se não fôssem as apertadas ordens do rei, sempre cioso das glórias alheias.

Na mesma noite, houve um incidente, que trouxe sérias perturbações aos serviços de transporte. Para dar descanso ao gado, deixaram-no pastar livremente. Parte dêle afastou-se tanto, que os mouros roubaram trinta bois; e mais levariam, se não acudisse gente de pé e de cavalo.

*

* * *

Na manhã de 2 de Agosto, antes de iniciada a marcha, ficou resolvido em Conselho que o exército tomaria a direcção de Larache. Até às proximidades do *rio Mocazim* ou *dos Cavaleiros* — que é a significação daquela palavra — o caminho para Larache ou para Alcácer-Quibir era comum. Pela tarde, descobriram os batedores, na margem esquerda do Mocazim, junto à ponte de Alcácer — assim chamavam os portugueses à ponte sobre o Mocazim, na estrada entre Arzila e aquela cidade — grande cópia de cavaleiros mouros, talvez quatro a cinco mil. Alguns fidalgos, como D. Fernando Mascarenhas e o conde de Vimioso, foram de parecer que se alterasse a direcção, indo contra o inimigo, pois, não o fazendo, nenhum alcaide deixaria o Xerife actual pelo deposto. A maioria, porém, seguiu a opinião de D. Duarte de

Meneses e de Aldana, retomando a marcha no mesmo sentido; e antes da noite acamparam num sítio alto, ao longo duma pequena lagoa, que os nossos cronistas denominam *Sobreiral*, ou *Sobreiral de Larache*, por ficar na direcção desta praça. Conestaggio dá-lhe o nome de *Barcaín* que, segundo De Castries, é impossível identificar.

Vinham alguns mais exaltados murmurando de se não haver passado a ponte. D. Sebastião, cujo propósito era êsse, cada vez mais vivo, convocou o Conselho. Dividiram-se os votos. Opinavam uns que a única solução era caminhar, sem detença, para Larache. Os mantimentos escasseavam e na armada havia-os com abundância. Além disso, conquistar-se-ia a praça, destino oficial da expedição. Alegavam outros que os portugueses tinham por timbre buscar sempre os adversários e não serem procurados por êles. Abandonando o combate, perderia o exército a sua antiga reputação; e o ânimo dos soldados abater-se-ia, supondo que era uma fuga, com o inimigo nas costas. Para oeste, a terra era montuosa, difícil de transpor. Atravessado o rio, a margem esquerda abria-se em planície, e então se ressolveria: continuar até Larache; ou dar batalha aos mouros, se a tal se prestassem, porque muitos debandariam e outros tomariam o partido de Mulei Mohâmede. Replicaram os primeiros: se a margem direita era acidentada, não devia atravessar-se o Mocazim, simples afluente do Luco, mas o próprio Luco ou rio de Larache, em cuja margem esquerda está situada a povoação. Abaixo da confluência do Mocazim, havia um vau, por onde passara o capitão de Arzila, D. Manuel Mascarenhas, em 1543⁽¹⁰⁾. Por aí devia passar o exército.

Noite ainda, mandou D. Sebastião sondar o vau, por Pedro Dias Vieira, almocadêm de Tânger, o mouro Guadí, entendido no assunto, e o engenheiro João Nunes, com uma guarda de cinqüenta cavalos. Informaram que, em maré vazante, até a artilharia podia atravessar

⁽¹⁰⁾ David Lopes, *História de Arzila durante o domínio português*, pág. 378.

o rio, sem grande trabalho. Com a reponta da maré, far-se-ia atoleiro, de difícil trânsito para a carriagem. Não gostou o rei da informação; e exaltou os inconvenientes da passagem, se o exército ficasse dividido em duas partes e fôsse uma delas atacada pelos mouros, sem a outra lhe poder dar socorro. D. Duarte de Meneses, cuja bravura e conhecimento de África a ninguém era lícito pôr em dúvida, insistia, porém, que deviam marchar direito a Larache. *Era retirar-se; e que diria o duque de Alba?* — contestava D. Sebastião, pondo o seu amor próprio acima de quaisquer considerações; e deu por finda a conversa, declarando que o exército passaria o Mocazim, pela ponte de Alcácer, e daria combate a Abde Almélique. E diversos fidalgos, estes por adulação, aqueles por jactância — como o septuagenário Jorge da Silva, que voluntariamente se encorporara na expedição e blasonava *que havia de comer, com mólho de azeite e vinagre, as orelhas de Abde Almélique* — apoiaram a resolução.

No domingo, 3, às primeiras horas da manhã, pôs-se em marcha o exército. Mas não atravessou a ponte; foi descendo ao longo do rio até encontrar um vau. Os últimos carros da bagagem já encontraram estorvos, pela volta da maré. Apesar do tempo gasto, não lhe disputaram o passo: os mouros, que ainda na véspera cobriam a margem esquerda, haviam desaparecido. Estranhandando esta atitude, o marquês de Leinster mostrou receio de alguma cilada; mas o rei atribuía êsse desaparecimento a medo.

Teria o exército andado meia légua, surgiram na dobra dum outeiro milhares de cavaleiros inimigos. As tropas suspenderam a marcha. Para o caso de atacarem a retaguarda, ordenou D. Sebastião que os terços de Vasco da Silveira e de Diogo Lopes de Sequeira, nesse dia comandado pelo capitão João Bezerra, defrontassem os adversários; os lados foram guarnecidos com atiradores e colocados esmerilhões nos cantos. Adiantaram-se alguns cavaleiros, na intenção de escaramuçar. Ao seu encontro correram vários companheiros de Mulei Mohâmede. Eram

conhecidos; e entabolando conversação com êles conseguiram trazer dez para o partido do antigo Xerife. Deram larga notícia do poderoso exército de Abde Almélique; mas o rei não acreditava em informações de mouros.

Retirara-se a cavalaria xerifiana, cuja missão não era combater, mas simplesmente explorar. Mandou, porém, D. Sebastião que o exército conservasse a mesma formatura, para a hipótese de revirarem os inimigos. Durante a espera, incumbiu o duque de Aveiro, com trezentos homens de cavalo, de reconhecer a situação e o número das fôrças adversas; e, como especial mercê, confiou-lhe o guião real, honra que D. Jorge de Lencastre agradeceu, apeando-se de salto e beijando-lhe, não a mão, mas o estribo. Nesta subserviência da mais alta nobreza eram educados os reis absolutos. Voltou o duque com informações análogas às que tinham prestado os mouros. A multidão dos contrários era tanta, que abrangia grande parte da planície.

Quando o exército retomou a marcha, com o adail de Tânger segurando a retaguarda, lançaram alguns mouros fogo ao panasco seco, que cobria o campo. Ateado pelo vento, o incêndio alastrou tão rápidamente, que foi necessário extinguí-lo com cestos de terra. Ao cair da tarde, cessou a caminhada. A posição era boa, entre as águas de dois rios: o Mocazim e o Rur, seu afluente. Ao longo do primeiro, que nesse ponto tem a largura média de cinqüenta metros, uma alta ribanceira, na extensão de quatro a cinco quilómetros, constituia a mais segura defesa natural. O Rur é uma ribeira de curso intermitente, nascida nos pântanos de Alcácer-Quibir; facilmente vadeável na maré vazante, representava no entanto, uma linha de defesa. Os lados abertos foram guarneidos com as carretas e carros de bagagem; e em roda, sob a direcção de Simão Lopes de Mendonça, rasgou-se uma vala bastante larga, rapidamente construída por quatrocentos gastadores. Ficava assim o acampamento a coberto de qualquer assalto. Ouviram-se então gritos de soldados, exclamando que tinham fome: a cada

companhia mandou o rei distribuir uma vaca e dois sacos de biscoitos (¹¹).

Nesta noite, cheia de ansiedade para todos, à exceção talvez de D. Sebastião, convencido ainda do temeroso prestígio do seu nome; a dois passos do inimigo pode-

(¹¹) Conestaggio refere que os portugueses, indecisos sobre o local do acampamento, chegaram em parte a vadear o Rur; mas depois retrocederam para estabelecer o arraial entre os dois cursos de água. Nenhum outro historiador, português ou estrangeiro, alude, porém, a este facto.

O capitão do estado maior do exército espanhol, D. Eduardo Alvarez Ardanuy, membro da comissão militar de Espanha em Marrocos, publicou, nos fins do século passado, uma *Memoria sobre la batalla de El Kazar-Quebir*, que foi vertida para português, com o título *Memoria acerca da batalha de Alcácer-Quibir*, por um tradutor anónimo (Lisboa, 1892). Segundo D. Eduardo Alvarez, o exército de D. Sebastião ocupava a margem direita do Mocazim, tendo a frente coberta por esse rio, a esquerda apoiada numa série de colinas, fronteiras à ponte de Alcácer, e a direita defendida pelo Luco. O exército cherifiano ficava do outro lado do Mocazim, apoiando a direita nas colinas sobranceiras à ponte, para dominar aquela passagem; mas as forças principais acumulavam-se na planície limitada pela margem esquerda do Mocazim, que lhe cobria a frente, a margem direita do Luco e o Rur. Na manhã de 4 de Agosto — escreve D. Eduardo Alvarez — «abandonou o exército (português) as alturas que ocupava, descendo ao campo em muito boa ordem e, não fazendo caso da ponte, dirigiu-se ao segundo vau (a jusante), perdendo as vantagens que lhe dava a sua posição. Por seu turno, o Maluco, que não esperava este erro dos cristãos, deu ordem para atacar». E mais adiante: «O combate teve princípio no segundo vau que ha a jusante da ponte».

Tanto a situação dos dois exércitos, como a vadeação do Mocazim, na manhã de 4 de Agosto, pertencem ao domínio da fantasia. D. Sebastião passara o Mocazim na tarde de 3, acampando entre esse rio e o Rur. Confessa D. Eduardo Alvarez que consultou poucas obras: assim o revela o seu trabalho, que está cheio de incorrecções. O que dá valor à *Memoria* é apenas o plano do campo de batalha, levantado por esse oficial.

A conferência — a que já nos referimos — do coronel D. Julião Suárez Inclán, *Expedición á Marruecos del Rey Don Sebastián de Portugal*, é um trabalho muito mais valioso que o do seu camarada; aceitou, porém, as suas erróneas idéias sobre o local do combate.

rosíssimo que só as trevas impediam de ver, na sua plena ostentação: dois factos se deram, que mais uma vez vinham confirmar a obstinação, a perigosa contumácia do rei, surdo a advertências e avisos, o pensamento mör-bidamente absorvido pela ideia máxima, a ideia única, de combater o soberano de Marrocos. O bispo de Coimbra e vários fidalgos principais, como o duque de Aveiro, o conde de Vimioso e D. Francisco Mascarenhas, de Santarém, pediram-lhe que se demorasse naquèle sítio alguns dias, pois a defesa seria fácil, e não se arriscaria o exército, em campo aberto, ao primeiro embate dum poder tão formidável; e era de esperar que a nossa resistência lhe refreasse os ímpetos, dando-nos a vitória. Muito menos lhe mandou solicitar o deposto Xerife; que não saísse do acampamento no dia seguinte; as tropas, extenuadas com tantas marchas à torreira do sol, poderiam, com êsse pequeno descanso, restaurar as suas fôrças; entretanto ocorreria a morte de Abde Almélique, cuja agonia estava próxima, e muitos alcaides passariam imediatamente para o nosso lado. Alegando a falta de mantimentos — remediar-se-ia, matando duas ou três dúzias de bois, observavam os primeiros — negou-se D. Sebastião rotundamente a admitir sequer tais pedidos.

D. Duarte de Meneses, profundo conhêcedor dos costumes do país, rogou-lhe então licença para ir imediatamente, com os cavaleiros de Tânger e os mais fidalgos que quisessem agrregar-se, *dar uma encamisada* aos mouros, garantindo que o sobressalto e a desordem dos inimigos seriam enormes, pois se atemorizavam de noite facilmente. O cometimento não só lhes mostraria, com muito dano seu, a audácia dos portugueses, mas levaria decerto bastantes alcaides indecisos a tomarem o partido do antigo Xerife. Isto conseguiria êle, sem perda dos seus companheiros, porque o fim não era derrotar os adversários, mas apenas desordená-los; e retirar-se-iam a tempo. Denegou-lhe também o rei a permissão. Não queria vencer com ardís, só à fôrça do seu braço; e sobre-tudo não admitia que outrem participasse da vitória.

Nessa noite, antes das onze horas, desertaram do

campo xerifano Mulei Naçar, irmão de Mulei Mohâmede, que o mandara prender logo que subiu ao trono, sendo libertado por Abde Almélique, a quem agora abandonava, com receio do triunfo dos portugueses, talvez para se colocar sob o patrocínio de D. Sebastião, fugindo a novas perseguições do irmão (¹²); e dois *elches*, o alcaide Mami, renegado espanhol, e o alcaide Raposo, renegado português, descendente duma família do Algarve, dêsse apelido. Religioso franciscano, por ter morto um homem, fôra condenado a galés, donde conseguiu fugir para a Berberia; e, apostatando, entrou ao serviço do Xerife Mulei Abdalah. As informações, que forneceu ao rei, foram completas. Depois de condenar a entrada pelo sertão, mostrou a enorme diferença que havia entre os dois exércitos, um reduzido a menos de dois mil cavalos e catorze ou quinze mil infantes, cansados, debilitados, sem possibilidade de socorro, e o outro numerosíssimo, com oitenta e sete mil cavaleiros bem armados e vinte e cinco mil atiradores a pé e a cavalo — havia nestes números um grande exagero, talvez propositado — bem providos de mantimentos, com facilidade de novos contingentes, habituados ao clima e combatendo na sua própria terra. Mulei Abde Almélique procurara, por todos os meios, evitar a guerra; mudou, porém, de tenção, ao saber que o exército português se internara tão profundamente. A sua vida está contada. Há, entre os mouros, muitos alcaides, que de boa-vontade aderiram ao Xerife destronado, como os de Marrocos e de Suz, talvez a maioria dos azuagos; os de Fez, gente mudável e pouco guerreira, seguiriam na corrente dos outros. D. Sebas-

(¹²) A respeito da passagem de Mulei Naçar para o campo cristão, conta Luís de Oxeda que D. Sebastião, *entendiendo que venia de trato doble*, mandou-o logo, com uma escolta, para Arzila. Refugiou-se depois em Portugal; e daqui seguiu para Espanha. Felipe II tentou-o opô-lo ao novo Xerife, Mulei Ahmedede. Desembarcou em Melilha, em 1595, avançando sobre Fez; mas foi derrotado, feito prisioneiro e condenado à morte. (Castries, *ob. cit.*, France, I, Pl. V, n.º 14).

tião só uma coisa tinha, portanto, a fazer: esperar, esperar algumas horas apenas; e com a morte dum único homem, veria prostrado a seus pés um exército tão copioso, como nunca se reuniara na Berberia (13).

Agradeceu o rei as notícias e os conselhos; mas como qualquer dilação lhe tirava a glória de vencer pessoalmente o Xerife, resolveu, como sempre, não os seguir. Louca teimosia, fatal ideia fixa, que em breve o devia levar e à sua gente — deixando o reino abandonado e inerme contra ambições estranhas — à mais tremenda derrota que sofreram portugueses!

*

* * *

Ao primeiro espião que lhe levou a notícia da entrada do exército português nas suas terras, deu Abde Almélique quinhentas dobras de alvíçaras. Nunca o Xerife desejara pelejar; mas não por temor das nossas fôrças, como dizem alguns cronistas, pois conhecia perfeitamente a sua inferioridade em cavaleiros e atiradores (14). O que ele receava era a traição de muitos alcaides, em pleno combate, como tinham feito a seu favor, na primeira batalha travada com o sobrinho, e agora, dada a sua versatilidade, podiam fazer contra êle; e temia-o, principalmente, pela sua doença, que o impediria de se impor aos manejos dos traidores. Quanto mais o exército inimigo

(13) O alcaide Raposo entrou no perdão geral, concedido pelo novo Xerife, Mulei Ahmed. Quando Miguel Leitão de Andrade (*Miscelânea*, Diálogo VII) conseguiu fugir de Fez para Melilha, era êle capitão da cidade de Teza.

(14) Na manhã de 4 de Agosto, dizia o alcaide Raposo, com mágoa, que via no exército português *muita lenha e pouco fogo*, aludindo aos muitos piques e poucos arcabuzes da nossa infantaria.

Julgava-se, então, que os piques seriam optima arma contra o ímpeto da cavalaria moura; e por isso a maioria dos infantes levava piques, em vez de arcabuzes. Mas contra os escopeteiros a cavalo, a sua acção, como se viu na batalha, foi absolutamente nula.

se entranhasse no sertão, mais probabilidades havia de o reduzir pela fome, e vencê-lo afinal, sem golpe de lança ou tiro de arcabuz.

Constantemente informado das delongas da expedição, Abde Almélique só no sábado, 2 de Agosto, transferiu o seu acampamento para as proximidades de Alcácer, mas ainda ao sul do Luco. Aqui recebeu a notícia de terem as tropas portuguesas tomado a direcção do Sobreiral de Larache, em vez de tentarem a passagem do Mocazim; e pronunciou então a conhecida frase: *já Larache não tem remédio*, significando assim que não se oportaria a essa marcha, pois o seu íntimo desejo, no estado em que se encontrava, era libertar-se dos protectores do Xerife destronado, até à custa dumha cidade marítima, na esperança de que o rei de Portugal abandonasse depois a África. Ao saber, porém, que D. Sebastião, com a vertigem de quem se precipita num abismo, transpusse no dia seguinte o Mocazim, exclamou convictamente: *já se pode considerar perdido*; e todo o exército passou o Luco, num vau a montante daquele, que na véspera fôra estudado por engenheiros portugueses, estabelecendo arraiais numa vasta campina, perfeitamente adequada às manobras da sua cavalaria.

Na tarde dêsse dia, 3 de Agosto, em umas andas, aos ombros de soldados da sua guarda particular, com as cortinas abertas para que todos o vissem, deu Abde Almélique uma volta ao acampamento; e como então — ia anoitecendo — do campo cristão apregoassem, em árabe, que seriam recebidos com mercês, conforme a sua categoria, os mouros que aderissem ao antigo Xerife, mandou convocar os alcaides, a quem altivamente declarou que se algum dêles o servia constrangido e forçado, lhe dava plena liberdade de passar ao inimigo. O lance era hábil, pois todos responderam, com energia, que estavam prontos a morrer ao seu serviço. No entanto, com a experiência que ganhara na sua vida trabalhada — apesar de ter apenas trinta e sete anos — mandou pôr, em volta do acampamento, sentinelas dobradas, e anunciar, sob pena de morte, que ninguém ousasse abandoná-lo. E a

todos os atiradores foram distribuídas cinqüenta balas e duas libras de pólvora.

Como medida de precaução contra possíveis traições, trocou os capitães das companhias; e mandou, por fim, chamar o irmão, com quem teve uma impressionante conversa. Bem sabia que, só há poucos anos, êle começara a interessar-se pelas coisas militares; esperava, porém, que se comportasse na batalha, como lhe impunha a sua posição de herdeiro do trono. Se fôsse cobarde, por suas próprias mãos o degolaria. Abde Almélique mostrara sempre grande ternura por êste irmão, em quem renovara a sucessão do reino, após a sua última vitória sobre o sobrinho, perante uma assembléia de governadores e alcaides principais. Cumpria assim a lei decretada por seu pai, Mulei Mohâmede Almadí, e justificava o direito com que êle próprio reivindicara a corôa (15).

Na advertência a Mulei Ahmedé, aparentemente severa, procedia o Xerife com uma alta visão de guerreiro e de político. Preocupava-o a ideia de que, à sua morte, numerosos alcaides se bandeassem com Mulei Mohâmede, e o irmão não tivesse a energia suficiente para segurar o trono, que tanto lhe custara a obter. Para o impor ao exército, investiu-o no importante cargo de general da cavalaria, e de novo o declarou seu herdeiro legítimo: usava assim do mais forte argumento contra as pretensões do Xerife destronado.

No campo cristão, não obstante o aparente sossego, a ansiedade era grande. D. Sebastião que andara, com Cristóvão de Távora, visitando os quartéis da infantaria, deitou-se tarde. Ao romper de alva, ergueu-se da camilha, pedindo logo de comer; e almoçou com apetite, na sua tenda, divertindo-se com as graças do conde da Vidi-

(15) Abde Almélique casara com uma filha do famoso corsário argelino, o renegado albanês Morato Arrais. Desta união nasceu, em 1575, um filho, Mulei Ismael, que ficou com a mãe, quando o pai partiu de Argel para a conquista de Marrocos. Os sultões da Turquia procuraram depois servir-se dêle contra seu tio, o Xerife Mulei Ahmedé.

gueira, que comparava os cavaleiros mouros, por andarem vestidos com albornoz branco, a certas aves pernaltas, os colhereiros. Para o ouvir sobre a ordem da batalha, isto é, se deviam acometer ou aguardar o ataque dos inimigos, reuniu o Conselho de oficiais, a que assistiu também Mulei Mohâmede e os seus alcaides.

Alguns fidalgos, dos que até então mais calorosamente defendiam e facilitavam a emprêsa, pediram ao rei se mantivesse naquela posição até à noite. Se aderissem bastantes alcaides ao antigo Xerife, tudo se transformaria; mas há seis dias que tinham saído de Arzila, e podiam contar-se as adesões, aliás insignificantes. O exército português era tão reduzido, que significaria uma bárbara temeridade oferecer combate a um poder assim formidável. A única solução possível seria a retirada para Larache, não de dia, mas aproveitando as sombras da noite. A artilharia ocultar-se-ia (talvez em excavações abertas para êsse fim); e as carretas e carros da bagagem, difíceis de transportar pela fragosidade do caminho, ficariam no lugar em que estavam, para enganar os mouros com êsse estratagema. Desta sorte, a retirada efectuar-se-ia rápidaente e a salvo de qualquer perseguição, pela facilidade de movimentos. Chegados à costa, que não era muito distante, a armada abastecê-los-ia, e ganhar-se-ia então a fortaleza. Na pior hipótese, se o exército de Abde Almélique os perseguisse, e fôssem infelizes na batalha, havia o recurso dos navios, para se salvarem.

A medida que ouvia estes conselhos, recrescia a cólera em D. Sebastião; e rompeu increpando-os, por alvitarem agora a retirada os mesmos que afirmavam a cobardia dos mouros, em frente dêle e do seu exército. Abandonar a artilharia e a bagagem era indigno da sua reputação: não o faria. Replicaram os defensores da retirada: estavam convencidos de que os mouros, em vez de combater, se apressariam a seguir Mulei Mohâmede, logo que o vissem, como êle sempre afirmava; mas agora reconheciam a inanidade dessa presunção e que, pelo contrário, o Xerife dispunha dum enorme poder.

Entre aqueles a quem o rei censurava a mudança de

opinião, devia estar o seu valido, Luís da Silva. Não o menciona nenhum cronista português ou estrangeiro; mas quando Luís da Silva, resgatado do cativeiro, passou em fins de Dezembro de 1578 por Gibraltar, onde estava convalecendo dos ferimentos recebidos na batalha o antigo embaixador D. João da Silva, também recentemente libertado, pediu-lhe, com empenho, *testificase* (a Felipe II) *lo que sabia de como él se ha gobernado en las cosas pasadas*.

Luís da Silva conhecia decerto a perseguição que o cardeal-rei D. Henrique movera a Pedro de Alcáçova Carneiro, e queria prevenir-se contra prováveis acusações. Da carta que D. João da Silva então escreveu ao amo, transcrevemos o seguinte período, que não deixa a menor dúvida sobre a intervenção de Luís da Silva, no Conselho anterior à batalha:

Siempre aventuró la gracia del rey por decirle libremente lo que convenía a su servicio y en la misma jornada hasta el postre punto; y en el último consejo que el rey se resolvió de combatir, lo contradigo gallardamente, y oyó palabras ásperas de su amo (14).

Vendo o monarca tão alterado, outros dos seus mais afectos — os cronistas não indicam os nomes, mas pode supôr-se que um dêles seria Cristóvão de Távora, que, no dizer de Barbosa Machado, *nunca se descuidava de adular o génio de D. Sebastião* — exclamaram alegremente *Avante, Senhor, avante, que tudo é vosso!* E o P.^o Fernão da Silva, o prègador do futuro panegírico do rei, como vencedor do sultão de Marrocos, acrescentou: *Senhor, não convém que onde V. A. está, se perca nem uma onça de ferro, quanto mais a artilharia.* *¡Ainda, nessa situação, havia lisonjeiros!* Pois não era preciso excitar-lhe a exaltação guerreira.

Mulei Mohâmede interveio, não para propor a retirada, mas o simples adiamento da batalha por um dia.

(14) Gibraltar, 31 de Dezembro de 1578. (Doc. inéd. para la hist. de España, t. xl, pág. 78).

O acampamento era o mais seguro daquela redondeza. Sabia, por informações fiéis, que a doença de Abde Almélique se agravara tanto, que devia falecer nesse dia ou durante a noite. A desordem, em todo o exército, seria imediata; e os alcaides mais importantes abandonariam o campo ou viriam para o seu lado. Retorquiu-lhe D. Sebastião que não queria triunfar de Abde Almélique morto. Além disso, quanto mais se dilatasse a batalha, mais enfraquecidos ficariam as fôrças e o ânimo dos soldados, pela falta de mantimentos. Era, portanto, necessário combater imediatamente. Replicou o deposto Xerife que não havia ainda rebates de fome; e quando os houvesse, matar-se-iam bois da carriagem, que eram de sobra, e até as bêstas de carga, alimento aproveitável em ocasião de guerra. O rei manteve, porém, a sua decisão.

Abde Alquerime muito aceito a D. Sebastião por causa da entrega de Arzila, ponderou que da mera dilação de um dia podia resultar um acontecimento, que transformaria o aspecto das coisas. Preguntou-lhe o rei se o acampamento de Abde Almélique era melhor que o seu. *É melhor, por ter a cidade de Alcácer nas costas,* respondeu Abde Alquerime. *Pois se é melhor, lho quero ir tomar,* contestou D. Sebastião, mandando-os afastar da sua presença, pois já estava enfadado de tantas dúvidas e reparos.

Mas Mulei Mohâmede, para quem a próxima morte do Xerife podia representar a reconquista do antigo reino, voltou a insistir. Se o combate se não adiava para o dia seguinte, que se diferisse pelo menos para a tarde, O excesso de calor, que nos últimos dias fôra intolerável, prejudicaria os soldados, habituados a um clima mais suave: sobretudo a infantaria, que era a parte mais numerosa do exército, nas horas da calma, torturada pela sêde, em breve não poderia dar passo, de cansada. Era de considerar ainda que, na vizinhança da noite, os mouros costumam desamparar o campo; e se a batalha não fôsse favorável aos cristãos, também poderiam prevalecer-se dessa circunstância para refazer as suas fôrças.

Concordou D. Sebastião com o alvitre, que todos os presentes reputaram sensato. Chegando, porém, a notícia ao capitão Aldana, o velho soldado espanhol correu até ao rei, gritando-lhe, ainda de longe, *que se perdia, se não desse logo a batalha*: e batia fortes punhadas no peito, a confirmar as suas palavras. Qual o motivo que o levou a êste excesso, não se conhece; talvez o receio de que, durante a noite, houvesse deserções na peonagem portuguesa. Traição, com o fim de provocar a perda do exército sabástico — como se tem irreflectidamente aventado — é inadmissível: seria êle próprio uma das vítimas.

A intervenção dêste homem, tão prático na guerra, estava de acôrdo com os seus íntimos desejos. D. Sebastião ordenou imediatamente ao Mestre de Campo General que levantasse as tropas para marchar contra o inimigo; e incumbiu Francisco de Aldana de formar a infantaria. A cavalaria ficava a seu cargo (¹⁷).

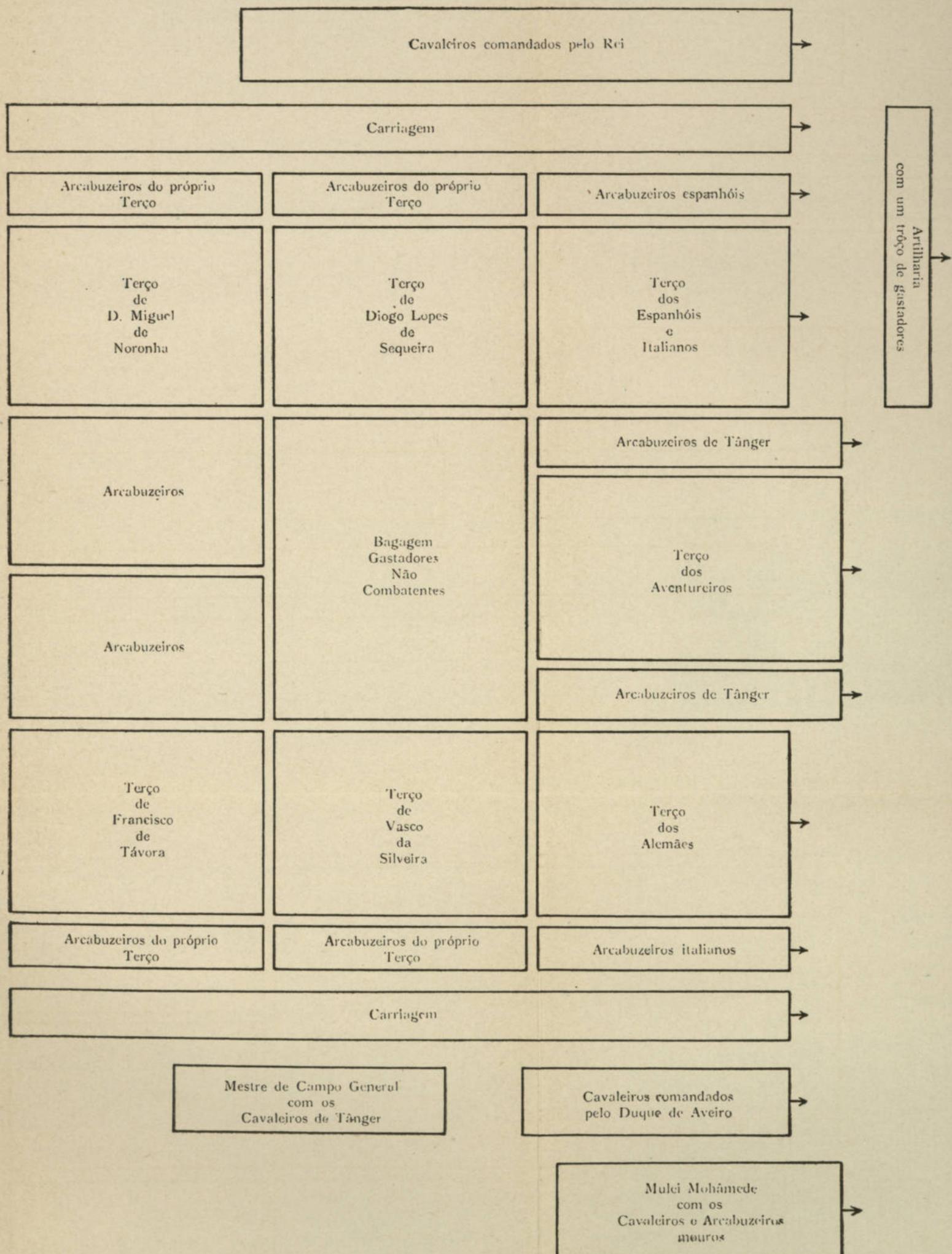
* * *

A ordem de batalha do exército de D. Sebastião, ao avançar contra os mouros, era a seguinte. A infantaria dividia-se em três corpos: vanguarda, centro e retaguarda. A vanguarda foi entregue aos soldados mais experientes ou destemidos. Ao meio, o têrço dos aven-

(¹⁷) Conestaggio (ou antes, o seu informador, D. João da Silva) não se refere à singular intervenção de Francisco de Aldana. Diz, porém, que no Conselho — a informação só pode atribuir-se ao propósito de o desculpar — todos os conhecedores de assuntos militares, que tinham condenado, com veemência, o caminho de Alcácer, pelo risco dum encontro com as tropas xerifianas, eram exactamente os que mais defendiam, agora, a necessidade de combater, já que o inimigo estava à vista. Recuar provocaria grandes perdas; e ficar no acampamento podia tornar-se perigoso, dada a falta de viveres. O melhor seria, portanto, ir ao encontro de Abde Almélique.

Nenhum outro historiador assim narra o que se passou no Conselho.

ORDEM DE BATALHA DO EXÉRCITO DE D. SEBASTIÃO



tureiros, comandados por Álvaro Pires de Távora, com o adjunto João da Silva, os sargentos-mores Pedro Lopes e João Álvares de Azevedo e o alferes Francisco Ferreira de Valdivielso. Contavam-se neste esquadrão — usando a denominação tática coeva — antigos capitães da África e da Índia, Alexandre Moreira, o Gama, Diogo Lopes, João da Gama, João Gonçalves de Azevedo e Pedro Lopes; e ilustres fidalgos, como D. António, D. Diogo, D. João e D. Miguel de Meneses, da Casa de Cantanhede, Bernardino Ribeiro Pacheco, D. Manuel Rolim, D. Martinho de Castelo Branco, Miguel Teles de Moura, Simão da Cunha e muitos outros, a quem o rei, na ilusão da infantaria e sobretudo da eficácia dos piques sôbre qualquer outra arma, não concedera licença para trazer cavalo. Acompanhava-os, voluntariamente, o castelhano D. Gonçalo Chacón, neto do marquês de Denia e irmão do conde de Montalbán, que em Madrid estivera envolvido num ruïoso escândalo amoroso (¹⁸).

Do lado direito ficava o têrço dos alemães, com o seu coronel Martim de Borgonha. A esquerda, parte dos italianos, sob a direcção de Tomaz Stukeley, e o têrço dos espanhois, repartidos em oito companhias, comandado por D. Afonso de Aguilar, com os sargentos-mores D. Luís Hernández de Córdoba e D. Luís de Godoy. A D. Luís Hernández dera também Cristóvão de Távora, por distinção, o pôsto de sargento-mor honorário dos aventureiros.

Todos estes soldados estavam armados com piques. Por isso, cada um dos três grupos era guarnecido de mangas de arcabuzeiros: o têrço dos aventureiros, com atiradores de Tânger; o dos alemães, com arcabuzeiros italianos, regidos pelo capitão Hércules de Pisa; o dos italianos e espanhois, com atiradores desta nacionalidade, directamente subordinados a D. Luís de Godoy. O têrço dos aventureiros avançava um pouco sôbre os outros dois.

(¹⁸) Condenado à morte, por haver raptado uma dama da rainha Ana de Áustria, D. Luísa de Castro, a sentença foi depois comutada em desterro.

O centro era formado pelos terços de Vasco da Silveira e de Diogo Lopes de Sequeira, o primeiro à direita, atrás dos alemães, o segundo à esquerda, atrás dos espanhóis e italianos. Rodeavam-nos, exteriormente, arcabuzeiros pertencentes aos próprios terços. No espaço aberto entre êles e, portanto, atrás dos aventureiros, foram colocados: a maioria dos gastadores, pois os restantes iam junto da artilharia; a bagagem mais preciosa ou inútil para a defesa; a gente de serviço; os soldados castelhanos sem armamento; os religiosos, que não entravam em combate; e as mulheres.

A retaguarda era constituída também por dois terços, o de Francisco de Távora à direita, atrás do terço de Vasco da Silveira, o de D. Miguel de Noronha à esquerda, atrás do terço de Diogo Lopes de Sequeira. Guarneциam-nos atiradores dos mesmos terços. Fechando o espaço existente entre ambos, para amparo da bagagem e da multidão dos não combatentes, ficavam mangas de arcabuzeiros. Os dois terços da retaguarda eram comandados pelos respectivos coronéis. O de Diogo Lopes de Sequeira governava-o João Bezerra. Vasco da Silveira pedira a D. Sebastião licença para combater junto dêle.

A carriagem formava duas longas filas, paralelas e exteriores à infantaria. Esta vizinhança contrariou muito o capitão Francisco Aldana, receando que os soldados bisonhos, depois de iniciada a batalha, se acolhessem às carretas, desamparando os seus terços; mas não havia sítio onde a colocar com mais segurança. A seqüência do combate mostrou quanto eram fundadas as desconfianças de Aldana. A disposição da carriagem também embaralhava quaisquer movimentos de recuo da cavalaria, tantas vezes convenientes para facilitar novas investidas. Alguns carros, para reforço do quadrado, levavam arcabuzeiros.

A cavalaria portuguesa separou-se em três grupos. A esquerda, do lado de fora da carriagem, ficou o rei, vinte e cinco filas, a vinte e quatro cavaleiros cada uma, seiscentos ao todo. Reservara esta posição, por lhe parecer a mais arriscada. Neste grupo encorporaram-se os

principais fidalgos da comitiva régia e da Casa de Bragança, os bispos de Coimbra e do Pôrto, que, neste transe, resolveram trocar os báculos pelas lanças, e o P.^o Fernão da Silva, sempre inflamado em ímpetos guerreiros. O Prior do Crato, cujas relações com o primo continuavam pouco afectuosas, escolheu a quinta fila. Ao duque de Barcelos, já armado para a batalha, não consentiu D. Sebastião que tomasse lugar junto dêle, e ordenou-lhe que recolhesse ao seu coche, donde saiu, horas depois, para o cativeiro. Entre a carriagem e os terços de Diogo Lopes de Sequeira e Miguel de Noronha, havia uma pequena praça para os págens e cavalos do rei.

A direita, era o lugar do duque de Aveiro, com cerca de trezentos cavaleiros, na maioria seus parentes e amigos, pois gozava de grandes dedicações e simpatias. A seguir, mas separado por um intervalo, como a indicar que não estava dependente dêle, vinha o Mestre de Campo General, com os homens de cavalo de Tânger, em número de quatrocentos. Ambos formavam na mesma ordem do esquadrão real, a vinte e cinco cavaleiros por fila (19). Guarnecedo a cavalaria, do lado de fora, alinhava uma singela fila de arcabuzeiros, paralela à carriagem; mas tão pouco numerosa, que mal pôde defender-se dos ataques inimigos. Na extrema direita, para além do quadrado formado pelo exército cristão, com a ilusória esperança de provocar ainda alguma adesão, colocou-se o antigo Xerife, talvez com seiscentos partidários, duzentos e cinqüenta a trezentos de cavalo e cerca de trezentos atiradores, à ilharga. Traziam todos chapeus ou barretes vermelhos para se distinguir dos outros combatentes.

A artilharia, na fôrça de trinta e seis peças, cujos chefes eram Pedro de Mesquita e Jerónimo da Cunha, caminhava à frente do exército, do lado esquerdo, no

(19) Alguns historiadores invertem as posições do duque de Aveiro e de D. Manuel de Meneses, colocando o Mestre de Campo General na dianteira. Mas o seu cargo — que explica o equívoco — era puramente nominal.

enfiamento do térço dos espanhóis. Cercava-a um trôço de gastadores, com o seu capitão Gonçalo Ribeiro Pinto; mas não levava guarda de piqueiros, nem de arcabuzeiros, para a defender. Ia ainda em marcha, quando a artilharia inimiga começou atirando sobre os nossos. Nem houve tempo para a pôr em posição: por isso, o seu efeito foi quase nulo (20).

A formatura do exército xerifiano era muito diferente. Mulei Abde Almélique, que tantos anos combatera ao serviço dos turcos, adoptara a sua ordem de batalha, em crescente ou meia lua, com a infantaria no centro e a

(20) Os cronistas portugueses não são muito claros — há-os até, como o P.^o José Pereira Baião, extremamente obscuros — a descrever a formatura do exército de D. Sebastião; nem muito precisos, pois se contradizem em diversos pormenores. Verificando e conferindo as suas informações com as dos historiadores estrangeiros, principalmente os que foram testemunhas presenciais do combate, como Fr. Luís Nieto que, na sua *Relación de las Guerras de Berberia e del suceso y muerte del Rey Don Sebastian*, apresenta um plano de batalha, publicado na tradução francesa de 1579 (*apud* Castries, *ob. cit.*, *France*, I, Pl. VI) e, recentemente, na *Colección de Documentos inéditos para la historia de España*; e ainda com um esquema, anexo à *Relação da batalha de Alcacer, que mandou hum cativo ao D.^{or} Paulo A.^o* (Afonso), existente nas Bibliotecas Nacionais de Lisboa e de Paris: pudemos organizar um plano esquemático da *Ordem de batalha do exército de D. Sebastião*, pelo qual será fácil seguir a disposição e formatura das tropas (V. pág. 362).

A *Relação da batalha de Alcacer*, da Bib. Nac. de Paris, consta do código n.^o 8 dos *Manuscritos Portugueses* (fols. 117 v.-120), a cuja *Sinopse, desenvolvimento e commentario*, apresentado por Cristóvão Aires, em 1902, à 2.^a classe da Academia das Ciências de Lisboa, já nos referimos na Nota 45 do cap. III. Há uma incorreção na leitura, tanto de Cristóvão Aires, como do visconde de Santarém, que em 1821 estudou o mesmo código: *D.^{or} Paulo A.^o* não é *D.^{or} Paulo Araújo*, mas *D.^{or} Paulo Afonso*.

A cópia da Bib. Nac. de Lisboa encontra-se no *Códice Alcabicense* n.^o 443 (ant.) e 308 (mod.) — fols. 68-69 v. — e foi publicada pelo sr. Afonso de Dornelas (*Historia e Genealogia*, vol. v, págs. 48-51). Também fazem parte deste código os *Apontamentos sobre a vida del Rej dom Sebastião*, autógrafo do P.^o Amador Rebelo.

cavalaria nas alas. A ala direita, pessoalmente dirigida por Mulei Ahmed, compunha-se de mil escopeteiros a cavalo, escolhidos entre os melhores atiradores, e dez mil cavaleiros armados de lança e adarga. A ala esquerda, sob o comando de Mohâmede Zarco, tinha dois mil escopeteiros, uma espécie de dragões, aptos a combater a cavalo e a pé, e dez mil lanceiros.

A infantaria, oito a nove mil homens, também disposta em meia lua, ocupava o centro. Estava dividida em dois corpos — vanguarda e retaguarda: a vanguarda, formada pelos andaluzes, à direita, e os gazulas — tribus do reino de Suz — à esquerda; a retaguarda, pelos elches ou renegados, atrás dos andaluzes, e os azuagos, atrás dos gazulas. Abde Almélique mandara para a frente da batalha os soldados, em cuja lealdade e valentia menos confiava, rodeando-os de outros mais seguros, que não só os animassem, mas impedissem de fugir. A meio, numa praça de quarenta passos por lado, vinha o Xerife, sentado numa liteira, rodeado da sua guarda particular, cinqüenta turcos, que o serviam como páginas e lacaios, e trezentos renegados com arcabuzes e alabardas. Diante da liteira tremulavam cinco velhos estandartes — alguns historiadores elevam-nos a doze — de variadas cores, antigas bandeiras dos seus antepassados; e muitos homens com atabales, anafís e doçainas, esperavam o momento de dar sinal para o combate. Ao fundo, cingindo a infantaria, talvez dezasseis mil cavalos, quase todos pertencentes a tribus árabes (os alarves das *Cronicas*), em grupos de dois mil, comandados superiormente pelo alcaide de Alcácer-Quibir, Abraém Sufiane, na maioria ainda armados de bestas. Conforme as instruções de Abde Almélique, desdobrando pouco a pouco as extremidades do semi-círculo, procurariam envolver o exército cristão.

A artilharia, vinte e seis peças, foi antes da batalha colocada à direita do exército, numa prega do terreno, previamente escolhida, mas coberta de ramos, enlaçados com tanta arte, que a todos parecia moiteira, nascida no próprio terreno. Estava disposta de maneira a enfiar, de

través, o exército cristão, quando êle viesse caminhando (21).

Os efectivos dos dois exércitos eram, portanto, muito dispares. Tinha o Xerife cerca de quarenta mil homens de cavalo e oito a nove mil infantes. Estes números referem-se apenas ao exército regular, assoldado; as fôrças irregulares e os que tinham acorrido ao faro da pilhagem, devia provavelmente elevá-lo a setenta mil homens. Havia uma desproporção enorme entre a sua cavalaria e a do exército de D. Sebastião, agravada ainda com a falta de arcabuzeiros a cavalo, que representavam, só êles, o dôbro dos cavaleiros portugueses. Em compensação, a infantaria era mais numerosa do nosso lado, vantagem aliás aparente, pois aos oito ou nove mil atiradores a pé, que constituíam o centro do exército xerifiano, correspondiam menos de quatro mil no exército cristão; e sómente eram destríssimos os de Tânger. Os piqueiros, sem arcabuzes a apoiá-los, dispunham dum raio de acção muito limitado, e com dificuldade se defendiam (22).

(21) Segundo Leitão de Andrade e o autor da *Chronica de El Rei D. Sebastião*, os mouros tinham escondido a artilharia em um milharal. Fôsse como fôsse, era impossível suspeitar que ali estivesse oculta.

(22) É grande a divergência quanto às fôrças de Abde Almélique. Segundo Jerónimo de Mendonça, «haveria no campo mais de oitenta mil homens de cavalo, e de pé mais de quarenta». Na *Carta a um abade da Beira*, lê-se o seguinte: «Os mouros se affirma passarem de cento e vinte mil homens, quarenta mil de cavalo, entre os quaes vinham dez mil escopeteiros e oito mil de pé» — o que, em globo, concorda com o anterior. Na *Chronica*, atribuida a Fr. Bernardo da Cruz, «a gente de paga toda assentada eram quarenta e tres mil de cavallo, e quatorze mil de pé, afora infinitade de outra que seguia o exercito, assim de pé como de cavallo». Desta opinião é Barbosa Machado, mas arredondando para «quarenta e cinco mil» os «homens de cavallo». Na *Relação do cativo português*, os mouros eram «80.000 de cavallo e 6.000 mil de pee... afora a gente de pee que não tem conto».

Nos historiadores espanhóis encontra-se a mesma variedade de pareceres. Sebastião de Mesa calcula o exército xerifiano em

A ordem de batalha do exército de D. Sebastião, que devia servir tanto para a marcha, como para o combate, fôra regulada pelo capitão Aldana, a quem o rei dera o encargo de formar a infantaria. Trouxe-lhe até essa incumbência um grave conflito com o sargento-mor dos espanhois, D. Luís de Godoy, a quem o rei ameaçou, como a todos que não obedecessem a Aldana, *de lhes mandar cortar as cabeças*. Com estes desabrimientos — e

64.000 homens de cavalo, 60.000 lanceiros e 4.000 escopeteiros, e 44.000 infantes, 14.000 armados de arcabuzes e 30.000 com bestas e outras armas antigas. D. João de Baena Parada adopta os números de Mesa. Luís Cabrera de Córdoba reduz as fôrças muçulmanas a 40.000 cavalos e 30.000 peões; e mais reduzidas aparecem ainda — 22.000 cavalos e 10.000 arcabuzeiros — nas *Memorias de Fray Juan de San Geronimo (Doc. inéd. para la hist. de España, t. vii, pág. 230)*. Diogo Queipo de Sotomayor avalia, porém, as hostes sarracenas em 80.000 combatentes. Fr. Luís Nieto conta que na revista ao seu exército, acampado nas proximidades de Alcácer, encontrou Abde Almélisque 15.000 escopeteiros a pé, 5.000 muito escolhidos e os restantes bisonhos, 2.000 escopeteiros a cavalo, e 42.000 com lança e adarga. Luís de Oxeda diz, no seu *Comentario*, que eram 100.000 os mouros, 60.000 dos quais *gente de a cavallo*, mas só a *decima parte se puede llamar cavalleria*. Jerónimo Franchi Conestaggio estima o exército mahometano em 40.000 cavalos e 8.000 infantes, além de grande quantidade de alarves, afora os que vinham em mira da pilhagem.

O historiador marroquino Alofraní — *Histoire de la dynastie saadienne au Maroc (1511-1670)*, tradução de O. Houdas (cap. xxiv) — não indica números: «À frente das tropas muçulmanas e duma excelente cavalaria, Abde Almélisque marchou contra o inimigo; um corpo de voluntários, formado de todos aquêles que aspiravam à suprema recompensa e ás palmas do martirio, se juntou a él. De todos os lados acorreu uma multidão pressurosa, porque ninguém queria faltar ao glorioso encontro».

As fôrças cristãs são muito exageradas. Refere Alofraní que, segundo a avaliação de Ibne Alcadí, escritor contemporâneo, subiam a 125.000 homens. Outros, porém, deduzem dêste número 25.000 que ficaram a bordo dos navios; mas dos 100.000, que entraram em combate, todos foram mortos ou cativos. Há ainda autores — continua Alofraní — que reduzem os cristãos a 60.000.

A verdade é que pouco excediam a quarta parte.

bastantes praticou durante a formatura das tropas — afrouxava D. Sebastião o ânimo dos combatentes.

Na última carta que o duque de Alba escrevera ao rei, fazia-lhe o experiente cabo de guerra as seguintes recomendações, para o caso de marchar em terreno plano: *reforzando siempre la retaguardia con gente práctica y diestra, la vanguardia con gente honrada y escogida, la batalla con manga suelta de arcabuceria.* Dentro dos limitados recursos que possuía, não esqueceu o capitão Aldana essas instruções: disposto o exército em quadrado, a vanguarda era de gente escolhida, e mangas sóltas de bons atiradores protegiam os piqueiros; no centro e na retaguarda, a soldadesca bisonha estava também apoiada por arcabuzeiros, estes, infelizmente, nem práticos, nem destros. Se a formatura, porém, se mantivesse, o resultado da batalha não seria um pavoroso desastre. Mas aos primeiros tiros da artilharia inimiga, o pânico no centro e na retaguarda, principalmente nos terços de Vasco da Silveira e de D. Miguel de Noronha, foi grande, não pelas vítimas que causaram, mas pelo abatimento moral que o seu inesperado troar produzira nesses homens, arrancados à força dos campos, *porque — diz o aventureiro Simão da Cunha — quasi a todos parecia que os mouros não trazião artilharia, tão pouca noticia havia de tudo, sendo tam necessaria* (23).

A derrota não deve, porém, atribuir-se só à frouxidão, à cobardia manifestada por aqueles terços, durante o combate. A principal razão, o verdadeiro fundamento da desordem em que caiu o exército cristão, foi a abso-

(23) À margem da *Relação da batalha de Alcaçer que mандou hum cativo ao D.º Paulo A.º* — a que anteriormente nos referimos — encontram-se extractos de outra narrativa, com este título: *Por relação de Simão da Cunha.* Publicou-os o conde de Castries (*ob. cit., France*, I, págs. 659-660) e o sr. Afonso de Dornelas (*Historia e Genealogia*, vol. v, págs. 48-51).

Simão da Cunha, filho de Rui Gomes da Cunha e bisneto do celebrado navegador Tristão da Cunha, entrou, com um dos seus irmãos, na batalha de Alcácer-Quibir, ficando prisioneiro.

falta carência de direcção e de comando. Faltou-lhe um chefe. D. Sebastião, cujo amor próprio, progressivamente transformado na mais absorvente autolatria, se arrogava essas altas qualidades; que a ninguém consentia a mínima iniciativa, na desconfiança de que tudo se perdesse; que não tinha um plano; que no exército, em vez de general, andava sempre *fazendo ofício de sargento-mor*, como escrevem vários cronistas; que na peleja se mostrou *mais cavaleiro que capitão*, no expressivo dizer do cativo, que mandou a *Relação da batalha* ao Dr. Paulo Afonso: D. Sebastião era, por nossa desdita, a negação viva das faculdades de dirigente, de condutor, de guia, que a si mesmo, como predestinado para gloriosos destinos, vaidosamente se atribuía.

*
* *

Enquanto se formava a infantaria, sob a direcção de Francisco de Aldana, e se repartiam os cavaleiros pelos diferentes grupos, andou o rei discorrendo por todo o acampamento, intervindo nas mais pequenas cousas — se esta ou aquela fila tinha um soldado a mais ou a menos — esquecido, porém, da função primordial do chefe, na iminência duma possível catástrofe.

Observa a *Chronica* atribuída a Fr. Bernardo da Cruz que D. Sebastião, *enlevado no desejo de dar batalha (que foi o fim pera que alli trouxera aquelle exercito)*, escandalizou e ofendeu então muitos fidalgos, não só de palavras, mas com actos, dando-lhes com a lança (24). A D. Simão de Meneses, do Louriçal, por seguir o guião do duque de Aveiro, a quem aliás dera a liberdade de escolher os seus companheiros, insulta-o. D. Fernando de Noronha, que pertencia ao mesmo grupo, e não obtivera do rei o título de conde de Linhares, que fôra de seu pai, ao passar D. Sebastião junto dêle, diz-lhe:

(24) Cap. LXIV.

Senhor, hoje espero em Deus ver este guião posto sobre uma grimpa da tenda do Maluco, e verá V. A. a quem pode e deve fazer mercê.

Responde-lhe o rei, que não se desvanecia com as audácia dos outros: *Se cuida que se ha de desmandar, ordenará que lhe não acudam.* Magoado, ressentido, replica D. Fernando: *que é homem para servir S. A., e para se valer a si, quando importasse.* D. Sebastião enfurece-se e grita: *Não fareis nada, e não faleis tanto, porque se me enfadais muito mando-vos rapar a barba e meter em uma gale.* E, como estes, outros exemplos poderíamos citar (25).

Terminada a formatura, colocou-se o rei na frente do exército, diante de D. Duarte de Meneses, dos coronéis dos terços, tanto nacionais como estrangeiros, e dos principais difalgos, que mandara convocar. Vestia D. Sebastião uma armadura inteiramente nova, de tons azulados, perfilada de ouro. Montado no seu cavalo morzelo, com a lança na mão e o conto em terra, o elmo levantado, pronunciou então um discurso, exaltando a antiga coragem portuguesa, fiadora de grande vitória. Que o rei lhes dirigiu a palavra, é facto incontestável. Dos cronistas espanhois, que assistiram à batalha, referem-no Fr. Luís Nieto e Luís de Oxeda. Dos portugueses — incluindo Joachim de Centellas — quase todos o mencionam. Mas não há autenticidade alguma nas alocuções que publicam, todas inventadas pelos próprios historiadores. Estes discursos solenes, tão vulgares entre os escritores dos séculos XVI e XVII, no seu empenho de imitar Tito Lívio e Salústio, eram ficções consagradas pelo uso, que os autores aproveitavam para aduzir argumentos e razões, justificativas da ação das principais personagens.

Concluída a fala, deram as trombetas o sinal de marcha; e D. Sebastião ordenou a todos os coronéis, ao duque de Aveiro, ao Mestre de Campo General, a Mulei

(25) P.º Baião, *ob. cit.*, Liv. V, caps. XV e XXXVI.

Mohâmede e até ao alferes-mor, que no seu esquadrão empunhava o estandarte real, que ninguém entrasse em combate, sem ordem expressa sua. Constatara ao rei que o Xerife vinha no meio do exército, em liteira. Como se constituísse um ponto de honra, mandou buscar o seu coche; e mal entrou nêle, pediu de comer, que repartiu com Cristóvão de Távora e o págem da campainha, D. Álvaro de Meneses, que estava fora; e «não havendo muitas horas, que tinha almoçado, toda via comeo, como se o não tivera feito» (26).

Entre o acampamento cristão e o xerifiano, havia uma pequena elevação, que encobria os mouros mais próximos. Depois, era a campina raza, com mais de duas léguas em redondo, onde se travou a célebre batalha, conhecida na história universal pelo nome de Alcácer-Quibir. A designação não corresponde inteiramente à verdade, porque aquela povoação fica à distância de quinze quilómetros. Conestaggio dá a esta planície a denominação de *Tamita*, impossível de identificar, segundo Castries; Jerónimo de Mendonça chama-lhe *Uderaca*, que significa escudo, talvez pela forma do campo; mas no que todos concordam é que essa extensa região, uniformemente plana, que vai até à cidade de Alcácer-Quibir, é vulgarmente designada por *campo de Alcácer*, o que explica, e até certo ponto justifica, o nome consagrado pelo uso (27).

As mais verídicas *Relações* da batalha afirmam que a maioria dos soldados cristãos estava convencida — tantas vezes o proclamara D. Sebastião — de que Abde

(26) P.^o Baião, *ob. cit.*, Liv. V, cap. xv.

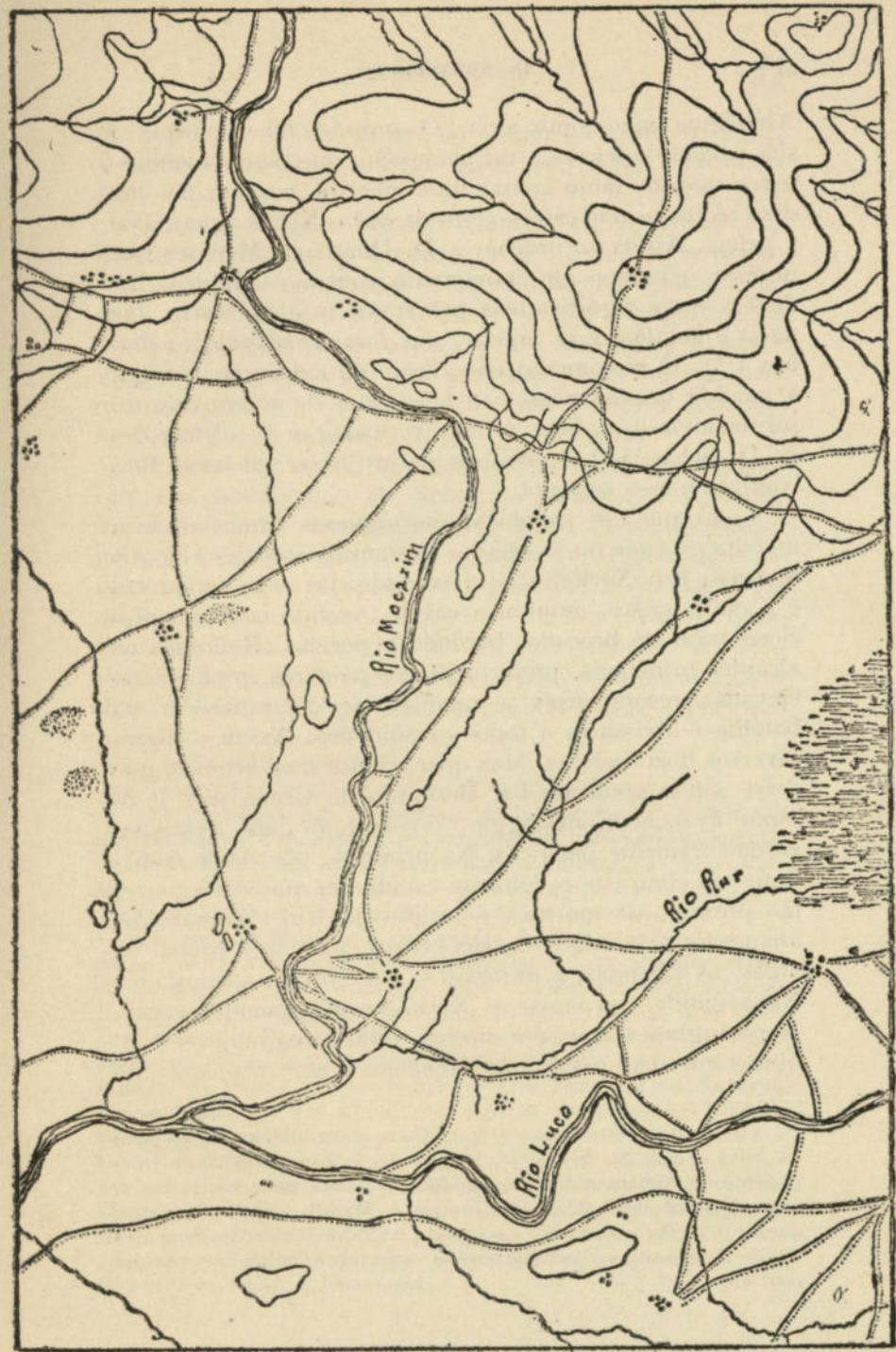
«Não provam — escreve o D.^o Manuel Bento de Sousa (*O Doutor Minerva*, pág. 200) — estes factos a gula do rei, mas é para notar-se que fosse comer ou estivesse comendo em momentos de tanto sobresalto». A gula, que tanto avultou em Carlos V — observa o ilustré professor de Medicina — é um vício dos epilepticos.

(27) Os mouros, com mais propriedade, chamam-lhe *batalha do rio Mocazim ou dos Três Reis*.

PLANTA DO CAMPO DE BATALHA DE ALCÁCER-QUIBIR

(Da *Memoria sobre la batalla de El Kazar-Quebir*, de D. Eduardo Alvarez Ardanuy, capitão de Estado Maior do Exército Espanhol).

NOTA — Todos os insignificantes afluentes do Rur estavam completamente sécos. O próprio Rur podia ser facilmente vadear.



Almélique não combateria. O próprio rei — porque a sua vaidade o levava a tal persuasão, ou como os embusteiros que, de tanto contar uma mentira, acabam por lhe dar crédito — não estava certo de que o Xerife aguardasse a peleja. Ainda ao ordenar a D. Duarte de Meneses que pusesse o campo em movimento contra o Maluco, lhe dissera estas significativas palavras: *Se o esperasse, lhe daria a batalha, e se fugisse, que fosse com todos os diabos* (28). O movimento envolvente da cavalaria inimiga, à medida que os nossos se afastavam do acampamento, sobressaltou-os. ¿ Não seriam verdadeiras as afirmações de D. Sebastião? O estrondo da artilharia em breve lhes confirmou essa suspeita.

Logo que as trombetas portuguesas anunciaram a marcha do exército, o mesmo fizeram os atabales e anafís mouros; e o Xerife, contra vontade dos seus servidores e a muito custo, montou a cavalo, vestido com um precioso trajo de brocado, bordado a pérolas. Reúnidos os alcaides principais, proferiu breves palavras, prometendo elevadas recompensas a quantos se distinguissem na batalha e alvissaras a todos os soldados. Assim o dizem diversos historiadores. Mas quer o autor da *Chronica*, que corre sob o nome de Fr. Bernardo da Cruz, quer Jerônimo Franchi Conestaggio, inventaram duas alocuções verdadeiramente patéticas. Na primeira, põe Abde Almélique em contraste o doloroso estado em que se encontra, tão próximo da morte, e a traição de Mulei Mohâmede, aliando-se a inimigos da sua crença, para lhes roubar as vidas, as fazendas, e obrigá-los, porventura, a apostatar. Na segunda, revolta-se o Xerife, especialmente, contra os portugueses, que sem motivo, estando os mouros tranqüilos em suas casas, não ofendendo, nem prejudicando

(28) Refere Conestaggio — quer dizer, o seu informador D. João da Silva — que D. Sebastião, em 31 de Julho, escrevera do alojamento de Almenara a Pedro de Alcâçova uma carta muito curta, mas cheia de confiança, dizendo que o Maluco estava tão perto, que se não lhe escapasse — sempre a vaidosa convicção de que o Xerife se não atreveria a combatê-lo — em breve entraria em peleja com élle.

ninguém, os vinham atacar de longe, para lhes arrancar a corôa e os despojar dos seus bens e da sua liberdade (29).

Findo o conciso discurso, começaram as fôrças xerifianas a caminhar lentamente. A artilharia devia disparar, assim que os cristãos se encontrassem ao alcance de tiro; os esquadrões de Abraém Sufiane alongariam as pontas do crescente, à medida que o adversário se aproximasse, até o encerrar em uma oval, que lhe não permitisse a retirada. E Abde Almélique recolheu à liteira, mais fatigado ainda do esfôrço que praticara.

Seriam oito horas, quando os dois exércitos se puseram em movimento: D. Sebastião deixava, nas costas, o rio Mocazim; os mouros apoiavam o flanco esquerdo, no rio Luco. Volvida talvez uma hora, o centro das tropas muçulmanas suspendeu a marcha; e enquanto os nossos avançavam confiadamente, ia a sua cavalaria desenhando o cêrco. Mustafá Chicibi, comandante da artilharia, correu então ao Xerife a pedir-lhe licença para disparar as peças, pois era o próprio Abde Almélique

(29) É curioso que referindo-se Abde Almélique, no discurso que lhe atribue Conestaggio, aos contingentes estrangeiros, auxiliares dos portugueses, citasse os alemães e italianos, de cuja experiência desdenha, e esquecesse os espanhois, que eram quase o triplo dos italianos. Ou D. João da Silva não fosse espanhol.

Jerónimo de Mendonça, na *Jornada de África*, indigna-se, com razão, contra o facto de haver Conestaggio dado tanto relêvo ao discurso do Xerife e não ter feito a mínima referência ao de D. Sebastião. Pois foi a comovente alocução, forjada pelo autor da *Unione del Regno di Portogallo alla Corona di Castiglia* (ou pelo seu informador), publicada depois por Fr. António de San Roman, na *Jornada y muerte del rey Don Sebastian de Portugal*, e reproduzida por De Thou, com ligeiras variantes, na *Historia sui temporis*, assim como a lenda de ter posto um dedo sobre a boca fechada, no momento da agonia, a impor silêncio aos seus servidores, que causaram a admiração de muitos escritores coevos. Montaigne (*Essais*, liv. II, cap. xxi, *Contre la fainéantise*) descreve essa morte heroica, como um extraordinário exemplo do domínio do espírito sobre o corpo: *Jamais homme ne se servit de soy plus vigoureusement et bravement.*

quem apontava sempre o primeiro tiro. Recomendou-lhe o Xerife que principiasse pela bombarda grande, que êle mesmo ensinara a bornear. Decorrido algum tempo, soaram três tiros — eram dez horas — e travou-se a batalha (ºº).

(ºº) É difícil apurar com precisão a que horas começou e terminou a batalha, pois as próprias testemunhas oculares discordam. Fr. Luís Nieto diz que o combate principiou ao meio dia e acabou ao pôr do sol. Jerónimo de Mendonça coloca-o entre as onze da manhã e as cinco da tarde. Conestaggio, isto é, D. João da Silva, sem indicar a hora do início, comenta a diversidade das mortes dos três reis, *no espaço de seis horas*. Luís de Oxeda afirma que a batalha durou *mais de seis horas*. O cativo italiano, pertencente ao terço comandado por Tomaz Stukeley (*Sources inédites de l'histoire du Maroc, France*, I, pág. 662), fixa também a sua duração em *seis horas*. O cativo português, que da Berberia mandou uma *Relação da batalha* ao D.º Paulo Afonso, reduz o tempo a *quatro horas*. A *Chronica* atribuída a Fr. Bernardo da Cruz, que no cap. LXII refere que a batalha *começou às dez horas da manhã, no princípio de todo o fervor da calma*, mais adiante, no cap. LXIX, comenta assim as mortes de Abde Almélique, D. Sebastião e Mulei Mohâmede: «Este fim tiverão hum dia, em menos de duas horas, tres Reis tão poderosos, em tão breve distancia, que se podião em suas mortes ver huns aos outros». Temos, portanto, cinco testemunhas a afirmar que o combate durou *seis horas, ou mais*; e uma limita a sua duração a *quatro*. Não é possível admitir — nem as diferentes fases da batalha o permitem — que tudo findasse *em menos de duas horas*. O que o cronista queria significar é que, dentro dêsse curto prazo, morreram os três reis.

A batalha travou-se de manhã e não de tarde. O próprio Fr. Luís Nieto, que marca o seu inicio ao meio dia, se contradiz em outro ponto da sua *Relacion*: *El rey Abdelmelec, lunes de mañana, sabiendo que los Christianos avian levantado su real y comenzavam de marchar, mandó tocar sus trompetas y gaitas*. Também não há concordância, quanto á hora em que o exército de D. Sebastião se pôs em marcha: de manhã, assevera Conestaggio; às sete horas, diz o cativo português; às dez, escreve Oxeda. Se esta hora é demasiado tardia, também não haveria tempo, até às sete, para completar a formatura das tropas: o seu avanço não começaria, portanto, antes das oito.

Segundo a carta de D. Duarte de Meneses, a que se referem as *Memorias de Fray Juan de San Geronimo* (*Doc. inéd. para la hist. de España*, t. vii, págs. 230 e segs.), e que serve também de base à *Relacion de la perdida del Rey Don Sebastian de Por-*

*

*

*

A meio da marcha, ainda se não via a frente do exército xerifiano, já D. Duarte de Meneses verificara que a cavalaria inimiga vinha abraçando o exército cristão pela retaguarda. O Rur, por não ser então a hora da maré, estava quase seco, podendo-o vadear até a peonagem. O Mestre de Campo General mandou seu filho, D. João de Meneses, dizer ao rei: *Que os mouros se lhe vinham avisinhando e desaforando-se muito; que ordenava S. A. que se fizesse?* Encontrou-o D. João no coche, de joelhos diante dum crucifixo, dando graças a Deus depois de comer. Interrompendo a oração, respondeu-lhe: *Tornai, e dizei a vosso pai que já lhe tenho dito o que ha de fazer, que caminhe de vagar, enquanto eu não vou.* Logo que saiu do coche, montou a cavalo e dirigiu-se ao seu grupo. Já se avistava todo o exército de Abde Almelié. O moço D. Jorge Telo de Meneses, págem do guião, exclama naturalmente: *¡Infinita mourama se desobre!* Deve ser menos do que vos parece, replica irónicamente D. Sebastião.

As fôrças dos cristãos continuavam marchando, sem aperceberem a iminência do perigo, quando se ouviram os

tugal y de su exercito, encontrada pelo conde de Castries, entre os manuscritos espanhóis da Biblioteca Nacional de Paris (*Sources inédites de l'histoire du Maroc, France*, I, pág. 649), a batalha teve princípio às nove horas. Ninguém com mais autoridade do que o Mestre de Campo General, para testemunhar o comêço da ação; mas a *Relacion* não é escrita por ele, e contém informações erradas, que não podem ser-lhe atribuídas. O combate começaria mais tarde, às dez horas, como afirma a *Chronica de El-Rei D. Sebastião*.

Miguel Leitão de Andrade (*Miscelanea*, Diálogo VII), descrevendo a derrota dos aventureiros, a cuja terceira fila pertencia, conta o seguinte: «E já neste tempo, que seria pelo meio dia, era tudo desfeito, e acabado aldemenos em grande espaço ao redor donde me achava». O destrôço das cinco primeiras filas daquele terço, as mais ardentes e impetuosas no ataque, deu-se antes de corridas duas horas, sobre o início da batalha.

primeiros tiros da artilharia xerifiana. Mataram apenas dois cavalos, no grupo do duque de Aveiro; mas o terror foi tamanho, nos terços do centro e da retaguarda, que grande número de soldados se lançou por terra. Jerônimo de Mendonça, acusando Conestaggio de caluníador, explica o facto por estar o P.^o Alexandre de Matos, da Companhia de Jesus, arvorando então um crucifixo, «a cuja vista se poz de joelhos toda a gente que a pé estava». O rei só mandou dar sinal para a Ave Maria, depois de disparados aqueles tiros.

Segunda vez trouu a artilharia inimiga. Quatro pelouros consecutivos mataram dois aventureiros, Gregório Sanches de Noronha e João Brandão de Almeida, e o capitão da guarda, João Gomes Cabral.

Mas D. Sebastião, como alheado de tudo que o cercava, não se decidia a ordenar a investida. O capitão Francisco de Aldana, tão considerado por ele, aconselha-o a pôr-se a salvo: *¿Que hace V. A. que, con la mejor de esta caballeria, no se empieza a poner en cobro? Porque, si Dios no lo remedia, no quedará hoy hombre con vida de nosotros. Diferente confiança tenho eu na misericordia de Dens*, contestou o rei; *¿mas porque tendes essa opinião?* Aldana explicou que o medo à artilharia desmoralizara os terços; era preciso que S. A. fôsse animar êsses soldados.

Acompanhado únicamente de D. Jorge Telo e Cristóvão de Távora, correu D. Sebastião à retaguarda; mas, antes de partir, renovou a prescrição anterior: ninguém acometeria, sem ordem sua. Ao voltar, novos tiros de artilharia abriram clareiras na vanguarda; mas o rei continuava hesitante. Como notou Manuel Bento de Sousa, no seu livro, *O Doutor Minerva*, «por um d'aquelles eclipses intellectuaes proprios dos epilepticos, uma ausencia, uma obnubilação, um crepusculo, D. Sebastião não dá essa voz»⁽¹⁾.

Os nossos canhões só então começaram respondendo.

(1) Pág. 196.

Surpreendidos durante a marcha, os artilheiros não puderam colocar as peças em posição, e atiraram a monte. Alguns homens de cavalo caíram mortos; mas a artilharia adversa nada sofreu, e foi disparando, sucessivamente, as suas vinte e seis peças. Em rápidos volteios, os escopeteiros mouros, com a costumada gritaria, já se atreviam a avançar até os terços da frente, varejando-os com balas; e o rei permanecia irresoluto. Brados impacientes se erguem de diversos lados. Bernardino Ribeiro Pacheco grita-lhe: *Que mande arremeter para não morrerem ali inútilmente.* Jorge de Albuquerque Coelho exclama, voltado para ele: *Que não espere que a artilharia cause maior desordem.* O velho capitão dos arcabuzeiros de Tânger, Alexandre Moreira, desce do cavalo — era-lhe permitido comandar assim a companhia, pelo ferimento que recebera num célebre duelo, em França, com o capitão espanhol Artiaga — e diz: *Sejam todos testemunhas como me apeio a morrer, porque hoje não é dia de outra cousa.* Mais revoltados contra a sua perigosa inacção, estavam ainda os aventureiros. Há muito tempo que Álvaro Pires de Távora, cumprindo a injunção régia, dificilmente os continha. Como a ordem demorasse, arrojam-se sobre a infantaria inimiga, que avançava; e os alemães, espanhois e italianos acompanham-nos na arremetida. O rei, então, desperta e, dando a voz de S. Jorge aos que o rodeiam, atira-se arrebatadamente contra os cavaleiros de Mulei Ahmed. Esqueceu-se, porém, de mandar aviso ao duque de Aveiro, a D. Duarte de Meneses e a Mulei Mohâmede.

O terço dos aventureiros, composto de homens decididos, especialmente as primeiras filas, apoiado nos arcabuzeiros de Tânger, investe com vigor. Os andaluzes e gazulas resistem, despejando as escopetas contra os assaltantes. O ímpeto dos aventureiros, porém, não afrouxa; e como os terços estrangeiros, incitados pelo nosso exemplo — mais rápidos os espanhois e italianos, mais lentos, mas seguros, os alemães — carregassem em toda a frente, a vanguarda moura oscila e recua; esboça-se, aqui e além, a retirada. Os aventureiros redobram de esforços.

As cinco filas dianteiras avançam com tamanho ímpeto, que se destacam das restantes. Em desordem, os andaluzes voltam costas, numa fuga precipitada. Pungido da mais viva indignação por êste acto de cobardia, Abde Almélique ergue-se vacilante da liteira e monta a cavalo para ir ao encontro dos fugitivos. Os servidores seguram-no pelas rédeas, pelos estribos, pelo trajo, implorando que se não exponha. Tenta lançar mão da espada, para se desprender dêsses braços amigos. Êste violento gesto provoca-lhe uma sícope, caindo sobre o pescoço do cavalo. Tomam-no os seus íntimos nos braços e deixam-no na liteira. Minutos depois falecia, sem haver recuperado os sentidos; mas a guarda, corridas imediatamente as cortinas, a todos dizia que estava vivo, e alguns renegados continuaram a dar ordens em seu nome, até se decidir a vitória. É na ocasião da morte, que vários historiadores colocam a lenda de ter o Xerife, antes de expirar, pôsto o dedo indicador sobre a bôca fechada, a recomendar silêncio. Alofraní diz apenas que o falecimento de Abde Almélique foi ocultado pelo seu camarista, o renegado português Reduão, que nunca deixou de transmitir fiñigidas instruções do soberano (32).

A cólera de Abde Almélique não resultaria únicamente da pusilanimidade dos andaluzes. Também devia concorrer, poderosamente, para êsse desespéro a debandada de centenas de cavaleiros da ala direita, comandada por seu irmão, que não podendo resistir à violenta carga do esquadrão real, abandonaram o campo com tão desabalada pressa, que alguns só pararam em Alcácer-Quibir; e a notícia da derrota passou rapidamente a Fez. Um dos que fugiu foi o próprio Mulei Ahmed, só voltando, finda a batalha, para tomar conta do poder (33).

(32) *Histoire de la dynastie saadienne au Maroc* (trad. de O. Houdas), cap. xxiv.

O conde de Castries (*ob. cit.*, *France*, I, pág. 609, n.º 2) lembra que em Marrocos, como aliás entre os muçulmanos, é costume ocultar o falecimento do soberano, enquanto não há acôrdo na escolha do sucessor.

(33) *Esquadrão* — como já dissemos — era a unidade tática de

Esta retirada e a dos andaluzes estiveram, por momentos, a dar-nos a vitória. Assim o afirmam Fr. Luís Nieto, Luís de Oxeda e até o parcial Conestaggio, acrescentando que os *alarves* se precipitaram, então, sobre as tendas do Xerife, no propósito de as saquear. Como a fortuna se voltou logo contra D. Sebastião, foram as mesmas tribus, principalmente das aldeias vizinhas do campo de batalha, que depois mais se encarniçaram contra os cristãos (34).

Os aventureiros mais audazes conseguem apoderar-se de dois estandartes de Abde Almélique. Vêm-no descer do cavalo, convencidos de que um tiro de arcabuz tangerei o matara. Soltam-se logo gritos: *¡Vitória! Vitória! O Maluco é morto!* Mas os elches e os azuagos, que formavam a retaguarda, acodem rapidamente a preencher o lugar dos fugitivos; uma bala fere então, numa perna, o capitão Álvaro Pires de Távora. O sargento-mor Pedro Lopes manda-o conduzir para uma das liteiras, que havia na bagagem; e, certamente, com receio de que a retirada se tornasse difícil, ordena que se detenham, dando a celebrada voz: *¡Ter! Ter!* O entusiasmo, que os impelia, esmorece. Hesitam; e quando decidem retroceder, encontram-se cercados. O avanço que levavam aos seus companheiros, fôra ocupado pelos inimigos. Podiam aquêles, talvez, socorrê-los; mas retiraram para a posição primitiva, acompanhados dos terços estrangeiros, que os flanqueavam. Os intrépidos aventureiros da vanguarda ficavam assim abandonados: o que se passou depois não foi um combate, foi a inglória luta de três ou quatro centenas de bravos, vendendo cara a sua vida.

O duque de Aveiro, D. Duarte de Meneses e Mulei Mohâmede esperaram debalde pela ordem do rei. Ao

infantaria; mas usava-se também para designar um numeroso grupo de cavaleiros. D. Sebastião, por exemplo, várias vezes emprega a frase *esquadrão de cavalos*, na carta que de Arzila escreveu aos governadores do reino.

(34) Alofraní *Histoire de la dynastie saadienne* (trad. de O. Houdas), cap. XXXVII.

primeiro, já os escopeteiros, a cavalo e a pé, de Mohâmede Zarco, lhe tinham morto os poucos arcabuzeiros que garneciam exteriormente o seu esquadrão, quando deliberou arrancar, para não morrerem todos ali, inutilmente. O Mestre de Campo General e o antigo Xerife lançam-se também na peleja; mas como não há plano, nem direcção superior, cada um arremete ao acaso. O duque de Aveiro e os seus companheiros entram nas fileiras. Com alguns amigos, como João de Mendonça, antigo governador da Índia, que nunca o abandonou, D. Jorge de Lencastre passa além da artilharia moura. Ao recolher, para reformar o esquadrão, que se desordenara, decaiu sobre o lado esquerdo do exército, onde encontrou D. Sebastião, que vinha também retirando diante dos cavaleiros de Mulei Ahmedede, os quais, passado o momento de pânico, acorriam de todos os lados para o envolver ⁽³⁵⁾.

Mas em breve se separaram, atendendo à opinião do alferes-mor, de que não era conveniente estarem juntas tantas bandeiras: o estandarte real e os dois guões, do rei e do duque. Aos cavaleiros que, impedidos pelos mouros, não tivessem podido libertar-se a tempo, serviriam as bandéiras de guia para orientar a sua retirada. Retomou, portanto, o duque de Aveiro o seu lugar, à direita do exército, donde não tardou a fazer nova entrada nos esquadrões de Mohâmede Zarco.

O comandante da artilharia, Pedro de Mesquita, e Jerónimo da Cunha, mandaram então pedir a D. Sebastião que os socorresse, pois estavam cercados por centenas de inimigos. Acudiu presto; e em renhidíssimo

⁽³⁵⁾ Relata um cronista que na primeira investida de D. Sebastião, já muito adentro em perseguição dos inimigos, se ouviu também uma voz: *¡Volta! ¡Volta!* Virou então o esquadrão real. Mas Sebastião de Sá, irmão do governador do reino, Francisco de Sá de Meneses, gritou: *O meu cavalo não sabe voltar*; e arremetendo contra os mouros, não apareceu mais.

Julgo o episódio uma invenção, efeito da voz: *¡Ter! Ter!* — esta indubitável — do sargento-mor Pedro Lopes.

combate foram os assaltantes repelidos, à custa de muitas vidas. Ali caíram, junto das suas peças, os dois capitães-mores; mas, apesar da vitória, a bateria ficou perdida, porque bastantes artilheiros, sem guarda de arcabuzeiros, nem de piqueiros que os defendesse, foram mortos, e outros fugiram para o acampamento. Ao voltar da refrega, mudou o rei de cavalo; e tanto êie, como Cristóvão de Távora, por estarem inutilizadas as lanças — enquanto outras lhes não eram fornecidas — tomaram piques, dos muitos que jaziam abandonados no chão.

Nesta descrição da batalha — que nos esforçamos seja o mais exata possível, pela comparação e estudo crítico de todas as *Cronicas*, *Historias*, *Monografias* e *Relações* conhecidas — é absolutamente impossível seguir uma rigorosa ordem cronológica, porque os chefes da cavalaria e dos terços, como não tinham recebido instruções algumas, procediam conforme a inspiração do momento. É necessário, portanto, acompanhar a ação de cada um, isoladamente. Quando D. Duarte de Meneses deu voz de acometer, os cavaleiros de Tânger, percorrendo um largo espaço, avançaram com tamanha energia sobre a artilharia xerifiana, que puseram em debandada grande parte da sua guarnição. O objectivo dos corajosos fronteiros era da mais alta importância, pois as vinte e seis peças inimigas já haviam disparado duas vezes, com numerosas vítimas e ainda mais perniciosos efeitos terroristas, entre os recrutas dos terços. Certamente as teriam tomado, se fôssem sustentados por infantaria; mas tantos lanceiros e escopeteiros a cavalo surgiram de todos os lado, que se viram forçados a recuar, trazendo como trofeu uma bandeira, tomada por António Mendes, criado do Mestre de Campo General. Recolhendo à sua antiga posição, continuaram lutando denodadamente com os mouros de Mohâmede Zarco, até que o grupo se dissolveu, como unidade militar, por falta de combatentes, uns mortos, outros feridos ou prisioneiros, indo alguns agregar-se ao estandarte real.

Mulei Mohâmede, com os seus partidários, várias vezes se lançou também na peleja, não corroborando o

afrontoso labeu de cobarde, que o difamava; mas como eram feitos isolados, sem qualquer fim determinado, nenhuma utilidade traziam ao resultado geral da batalha.

Quando a nossa vanguarda, depois do desastre dos aventureiros, procurava retomar a disposição anterior, os azuagos acossaram tão de perto os alemães, que mal os deixaram prosseguir na retirada. Os escopeteiros de Mohâmede Zarco, aproveitando a ausência do duque de Aveiro, que podia barrar-lhes o caminho, correram também sobre êles. Em vez de resistir, o terço recuou, quebrou-se, irrompendo inesperadamente por entre as filas dos aventureiros, que por sua vez empurraram com violência os espanhois e italianos. Desta desordem, que se propagou aos terços do centro e da retaguarda, nunca pôde restabelecer-se a infantaria.

Os alemães deviam, porém, sofrer ainda outro desastre. Ao voltar da segunda arremetida, o duque de Aveiro era perseguido, com tal sanha, por algumas centenas de lanceiros mouros, que não havendo lugar onde se acolhesse, pois estavam quase contíguos os terços e a carriagem, caiu precipitadamente sobre o ângulo direito daqueles piqueiros, destroçando-o. Depois, apesar de ferido, com doze ou quinze companheiros somente, investiu de novo os inimigos, talvez com redobrada audácia; e com a mesma galhardia combateu até set morto.

Voltava D. Sebastião do violento, mas inútil combate para a reconquista da artilharia, logo lhe chegou a notícia de que os mouros assaltavam a bagagem. À frente de duzentos cavaleiros — a estes estava reduzido o esquadrão real — para lá correu, «como desatinado» (**)». Os

(**) Conestaggio — ou antes, D. João da Silva — dá-nos uma informação, que explica sobejamente o motivo porque tanto o rei, como o duque de Aveiro, se viram, principalmente depois da segunda investida, abandonados de bastantes cavaleiros, pertencentes aos seus esquadrões. E que nêles «serviam jovens fidalgos, enviados por seus pais, a quem nunca pelo pensamento passara que houvesse realmente combate». Nesta crença — devida certamente às repetidas afirmações de D. Sebastião, assegurando que o in-

terços de Vasco da Silveira e de D. Miguel de Noronha, compostos de homens violentamente arrancados aos serviços agrícolas — *gente arrancada ao arado ou tirados por força do arado e das cabras*, dizem os contemporâneos — sem a mínima experiência, nem instrução militar, mostraram, desde os primeiros tiros de peça, o seu espanto, o seu terror, para não dizer a sua cobardia. Quando os mouros de cavalo atacaram o centro, só cumpriram o seu dever os arcabuzeiros, que guarneциam êsses terços. Os piqueiros, por mais que os oficiais os incitassem, nunca arriscaram um passo para auxiliar os camaradas; e a própria defesa, na linha de formatura, foi bastante frouxa. Decorrido tempo, renovaram os mouros a investida, com mais impetuosidade, no empenho de chegar até à bagagem, para a saquear. Pouco durou a resistência, refugiando-se os soldados junto dos não combatentes, não para com mais eficácia os protegerem, mas para se ocultarem debaixo das carretas. Acudiu neste momento o rei, que desbaratou alguns milhares de mouros, entretidos na rapina. A mortandade foi grande, ficando o centro do quadrado limpo de inimigos; dos nossos, uns morreram, como D. Jaime de Bragança, outros caíram feridos ou se extraviaram, pois com D. Sebastião voltou apenas um cento de fidalgos. E não foi possível reconstituir os dois terços, alargando-se os de Francisco de Távora e Diogo Lopes de Sequeira, no intuito de fechar o espaço vazio.

truso sultão se não atreveria a saír de Marrocos, quanto mais a pelejar, e às promessas do destronado xerife, de que os principais alcaides repudiariam Abde Almélique, logo que o exército português chegasse à África — muitos pais mandaram ou trouxeram consigo filhos, de idade inferior a dezoito anos. O duque de Barcelos, que aliás, por ordem do rei, não entrou na batalha, tinha dez anos, e não doze ou treze, como dizem alguns cronistas, pois nascerá a 28 de Abril de 1568; António de Sousa, filho de Diogo Lopes de Sousa, não ia além dos quinze; e bastantes se contavam com dezas-seis e dezassete. A excepção de António de Sousa, que se bateu com destemida coragem, os outros, na sua maioria, erravam fúgi-dios pelo campo, aumentando a desordem.

A vanguarda continuava a ser incessantemente alvejada pelos elches e pelos azuagos. Os elches, sobretudo, combatiam com ardor, como se estivessem convencidos dum boato, que correra no acampamento do Xerife — talvez espalhado por êle próprio — de que o rei de Portugal mandaria degolar todos os renegados. Dos seus repetidos assaltos foram vítimas o capitão Aldana e os coronéis dos espanhóis e dos italianos, D. Alonso de Aguilar e Tomaz Stukeley. Ambos os terços pelejaram esforçadamente. Os alemães, depois do atropélo que sofreram, não conseguiram reorganizar-se. O seu coronel, Martim de Borgonha, cuja bravura não podia ser excedida, várias vezes lhes exprobou a sua lassidão. Foi morto, batendo-se a montante contra um grupo de elches.

No regresso do rei à sua posição primitiva, o Prior do Crato, o alferes-mor e outras pessoas principais pediram-lhe se retirasse imediatamente da batalha, com os fidalgos que o seguiam. Vencer era impossível, mas fácil ainda salvar-se, pelo caminho de Arzila, vadeando o Mocazim no mesmo ponto, por onde tinham passado na véspera de manhã. A estes rogos, tão sensatos, não só para a sua salvação pessoal, como para segurança do reino, contestou D. Sebastião: *Que mandara ao coronel dos italianos fôsse, com algumas bandeiras, tomar o passo do rio, e esperava resposta sua.* ¿ Qual seria a reservada intenção desta mentira, em momento tão crítico? O vau, a que aludia o rei, só podia ser o do Luco, no caminho de Larache. Mas era exactamente êsse caminho, que Abde Almélique lhe impedira. ¿ Julgaria ainda D. Sebastião, na sua doentia presunção de invencível, que o simples vigor do seu braço incansável lhe daria, por fim, a vitória?

Atraídos pelo estandarte real, centenas de mouros de cavalo acometem-no, então, de todos os lados. Fernando Mascarenhas pregunta-lhe: *E agora, Senhor, que havemos de fazer com tanta multidão? Fazer o que eu faço,* respondeu o rei; e, com o costumado ímpeto, rompe

os inimigos, derrubando os mais próximos. Abrindo larga rua à fôrça de lançadas, vai parar ao térço dos aventureiros, que valentemente se estavam defrontando com a infantaria moura. Abrasado de calor e de sêde, em alta voz pede água, e bebe, com sofreguidão, de algumas borrachas que lhe oferecem; e entorna outra pelo pESCOÇO, para refrescar o corpo. Foi durante êste combate, que o alferes-mor, D. Luís de Meneses, gravemente ferido, reconhecendo que já não podia arvorar o estandarte real, roga que o desmontem, e entrega a bandeira a Luís de Brito. Pela terceira vez muda D. Sebastião de cavalo, cedido por um fronteiro de Tânger. A convicção de invulnerável devia ter sofrido um rude golpe: levemente atingida, a mão direita gotejava sangue. Outros dizem que ia também ferido no rosto; e nas suas palavras aparece agora a idéia de morrer.

A derrota acentua-se. Aos restos da vanguarda, não davam já os elches e os azuagos a honra, nem se expunham ao perido dum combate corpo a corpo. Como não tinham mangas de atiradores a defendê-los, os escopeteiros a cavalo, comandados pelo alcaide Mohâmede Taba, renegado genovês, avançavam até à distância de tiro, despejavam as suas escopetas, e quando os piqueiros corriam sobre êles, viravam rapidamente para voltar depois, com as armas novamente carregadas. Era uma barreira viva, que se ia abatendo pouco a pouco, numa desesperada impotênciâ, pois nem podiam vender caras as próprias vidas.

Na retaguarda, o térço de Diogo Lopes de Sequeira, que a princípio resistira, abandonou também os piques: o indecoroso exemplo dos dois primeiros fôra contagioso. Só o térço de Francisco de Távora, como se quisesse resgatar a miserável defecção dos outros três, combatia com um brio, uma coragem, que honrava os soldados algarvios, em grande número alistados voluntariamente. A morte do seu heróico coronel deprimiu-lhes, porém, o ânimo e renderam-se. Depois de quatro horas de luta,

entre as duas e as três horas da tarde, terminou a batalha (37).

Aqui e além, ainda se pelejava; mas os escopeteiros de Mohâmede Taba corriam o campo, dissolvendo a tiro qualquer vestígio de resistência. Apenas D. Sebastião e um pequeno grupo de fidalgos, que o acompanhava, seguiam combatendo. Em uma das suas voltas e rodeios, para melhor se desafrontar dos mouros que o acossavam, encontrou-se o rei, num sítio onde havia ainda soldados portugueses, com Jorge de Albuquerque Coelho, que vinha muito ferido, duma escopetada na verilha direita e três ou quatro cutiladas nas pernas. Pediu-lhe D. Sebastião o cavalo, *se ainda estava vivo e são*. Cedeu-lho Jorge de Albuquerque da melhor vontade; e os soldados tomaram-no nos braços, para o apear. Afastou-se o rei. Os seus companheiros eram sómente o conde de Vimioso, Cristóvão de Távora, D. João de Portugal, Luís de Brito, D. Nuno Mascarenhas, Vasco da Silveira e alguns cavaleiros tangierinos, que em tôda a batalha deram sempre as mais brilhantes provas de valentia. A explosão de vários barris de pólvora, devida talvez a descuido dos saqueadores da bagagem, tornou então mais trágica a derrota.

A divagação do rei, por entre bandos de inimigos,

(37) Conta Ibne Alcadí, contemporâneo destes acontecimentos, na sua obra *Almontacá*, que «segundo a narração que lhe fez um astrónomo, a batalha duraria de quarenta e cinco a cincuenta e dois graus». Assim o refere Alofraní no cap. xxiv da sua *Histoire de la dynastie saadienne au Maroc* (trad. de Houdas), explicando em *Nota*: «Quatro horas ou quatro horas e meia; isto é, durante o tempo que o sol leva a percorrer, no seu curso, um arco de 45º a 52º».

Na transcrição portuguesa dos nomes árabes usamos a adoptada pelo ilustre arabista, Dr. David Lopes, na sua *História de Arzila*. Realmente, não se comprehende que adoptemos a transcrição espanhola, francesa ou inglesa — pois «cada língua transcreve êsses nomes segundo o seu génio próprio», escreveu o mesmo autor, no seu notável estudo sobre a ortografia dos nomes árabes, que ocorrem na *História de Portugal* de Alexandre Herculano — podendo servir-nos duma transcrição «simplificada dentro do génio da língua portuguesa».

não podia durar muito tempo. Nem a bandeira, nem o guião real chamavam já a atenção dos mouros sobre o monarca; e talvez a esta circunstância devesse não ser ainda morto. Mas era, mais cedo ou mais tarde, um fim previsto. Cristóvão de Távora pediu-lhe, então, *que se rendesse, pois não havia outro remédio*. A esta súplica acrescentou D. João de Portugal: *é Que pode haver aqui que fazer, senão morrermos todos?* D. Sebastião redarguiu: *Morrer sim, mas devagar*. O que depois se passou fantasiam-no, em geral, os cronistas portugueses e estrangeiros, como certas frases, puramente retóricas, atribuídas ao rei. O que parece indubitável é que o seu valido de novo lhe suplicou, encarecidamente, que se entregasse, único meio de salvar a vida e valer à nação abandonada; e que D. Nuno Mascarenhas chegou a arvorar um lenço, na ponta da lança ou da espada. D. Sebastião, porém, não se rendeu; e, travando-se combate, foram mortos o conde de Vimioso, Cristóvão de Távora e alguns fronteiros de Tânger. Os restantes ficaram prisioneiros. E Luís de Brito — conta-o a *Chronica de El-Rei D. Sebastião*, publicada sob o nome de Fr. Bernardo da Cruz — ainda «o vio hir hum pedaço desviado, já sem haver mouro algum que o seguisse» (**) .

A mesma *Chronica*, no capítulo seguinte, assim se refere, porém, à morte do soberano:

El-Rei D. Sebastião, que não procurou remedio de se salvar, senão depois de toda a batalha perdida, vio Luís de Brito caminhar pera o rio, no cabo do campo de batalha, onde depois foi achado morto; mas por não haver quem soubesse do genero da sua morte, presumem alguns que foi captivo de Alarves, e por desavença de quem o levaria o vieram a matar: outros presumem que em o querendo despir, resistio defendendo-se até á morte, por conservar a natural honestidade que sempre teve, sem consentir que criado algum seu, por familiar que fôsse, lhe visse os pés, e elle por sua mão ordinariamente tirava as servilhas e meias calças (**).

(**) Fr. Bernardo da Cruz, *Chronica de El-Rei D. Sebastião*, cap. LXVIII.

(**) Fr. Bernardo da Cruz, *ob. cit.*, cap. LXIX.

Na compilação, organizada por Fr. Bernardo de Brito para a história dêsse infeliz monarca — a que já fizemos referência no capítulo VI — encontra-se esta *Relação da Morte de El Rey D. Sebastião*:

Depois de varias voltas, que El Rey foi fazendo, morrerem, diminuirem os fidalgos, que o buscavão, e defendião, ficou só com D. Nuno Mascarenhas, e Christovão de Tavora, D. Hyeronimo Lobo, que o levavão no meyo, e hia juntô a hū grupo de gente de pee desarmada que fugião para o paço do rio, e Vasco da Sylveira que hia a hū lado de El Rey peleijando valerosamente e Christovão de Tavora hia persuadindo a El Rey que não peleijasse mais e se rendesse, e deixasse cativar, e ao fim forão cativos todos de hū esquadrão de Barbaros de Cavallo, e levados cada qual por sua parte, e Vasco da Sylveira foi o ultimo que os mouros tomarão tendo derribado sobre querer socorrer a El Rey, depois de estar cativo. Vendo que hū tropel de Mouros Luzidos vinha dar nos Alarves que tinhão e levavão a El Rey prezo, como derão, e sobre lhe tirarem o cativo, que pellos despojos havião por grande, e elles com magoa de o perderem dizem que o matarão; e por tomar, e serem punidos de El Rey mouro se o soubesse calarão sempre o modo de sua morte. Hū cativo que já levavão estes mouros que o matarão vendo ficar o corpo nu, e despojado, rompendo húa tira da camisa lha attou ao pESCOÇO, e quando depois foi buscado avizou ao Resende do sinal e do lugar onde o achou, e trouxe á tenda de El Rey mouro.⁽⁴⁴⁾.

Jerónimo de Mendonça, outro cronista sebástico, que entrou na batalha, descreve desta forma a morte do soberano:

El Rey neste tempo bem certificado de tanta desventura, depois

(44) Biblioteca da Ajuda, cód. 49-xi-77, fol. 60.

Fr. Bernardo de Brito, depois de nomeado cronista-mor do reino, recebeu de Felipe III (II de Portugal) o encargo de escrever a crónica de D. Sebastião, de preferência a qualquer outro trabalho. Se deixou escrita parte dessa história, como é tradição, o manuscrito perdeu-se; conserva-se, porém, o material que reuniira.

O códice 49-xi-77 é um volume *in-folio* de 274 folhas, encadernado em pergaminho, que pertenceu à Congregação do Oratório: *Ex Bibliotheca Congregationis Oratorii apud Regiam Domum B. M. Virginis de Necessitatibus*. A compilação — feita «pello Doutor Fr. Bernardo de Brito dos mais verdadeiros originais e certas relações que se poderão aver em cada materia que se trata» — não tem ordem cronologica; e comprehende alguns factos alheios ao reinado de D. Sebastião.

de lhe matarem outro cavalo, fazendo as maravilhas que todo o mundo vio, andava acompanhado de alguns fidalgos que pretendião salvalo a troco de suas vidas, quando se vio cercado de uma multidão de Alarves, donde não sentindo os que o acompanhavão algum remedio á sua salvação, se apartou um delles por conselho dos mais com um lenço posto na ponta da espada, e dando conta aos mouros como alli estava el Rey, no melhor modo que lhe foi possivel lhe responderão que largassem as armas primeiro, e então poderião tratar do que lhe convinha. A qual resposta el Rey sentio de maneira, que sem escutar mais acordo se lançou a elles furiosamente, acompanhado dos que o seguião, pelejando todos com desesperada ousadia por sua salvação, onde dizem que cahio depois de morto o cavalo. Até este passo houve algumas pessoas dignas de fé que ousarão revelar o acontecido, porem se virão mais, não se sabe, *o que se vio sempre claramente é, que nunca alguém disse que vira matar a el Rey, e não é muito realmente, pois nenhum homem que ficasse vivo é rezão que tal confesse* (¹).

Dos cronistas estrangeiros, que estiveram em Alcácer-Quibir, Fr. Luís Nieto afirma que mataram o rei quando um dos seus companheiros hastiou um pano branco na extremidade da lança. Cercado de cinqüenta ou sessenta alarves, a gente mais grosseira e ignorante daquelas partes, supuseram que era um sinal a pedir auxílio, e correram sobre ele, de todos os lados, cortando-lhe a golpes os enlaces do elmo, e tais ferimentos lhe causaram na cabeça e no rosto, que caiu do cavalo e morreu ali mesmo, não muito longe do lugar onde se dera a batalha (²). Luís de Oxeda narra de outra maneira a morte de D. Sebastião: feito prisioneiro, mataram-no pouco depois, no calor da contenda sobre quem o havia de levar. Acrescenta, porém, que alguns a contam diferentemente: querendo um mouro arrancar-lhe da cabeça, à fôrça, a celada, *que era de enaxe*, o matou o rei *con el estoque*; e por isso o assassinaram (³). Conestaggio

(¹) Jerónimo de Mendonça, *Jornada de Africa*, Liv. I, cap. vii.

(²) *Relacion de las guerras de Berberia*, etc. (*Doc. inéd. para la hist. de España*, t. C, pág. 451).

(³) *Comentario que trata de la infelice jornada que El Rey D. Sebastian hizo en la Berberia* (Castries, *Sources inédites de l'histoire du Maroc, France*, I, pág. 616); *Miscelánea histórica referente al rey D. Sebastian*, publicada por Ignacio Bauer y Landauer, pág. 44.

inclina-se para a primeira destas versões (44). Para explicar o silêncio dos fidalgos portugueses, que o acompanhavam nos últimos momentos, não esqueçamos estas palavras de Luís Cabrera de Córdoba, mais expressivo ainda do que Jerónimo de Mendonça: *nadie lo afirmó de vista, porque era infamia donde su Rey quedaba muerto, quedar caballero vivo que pudiese referir la pérdida* (45).

Mulei Mohâmede, quando viu o exército desfeito, certo de que os vencedores seriam com êle implacáveis, resolveu procurar mais uma vez a salvação na fuga. O caminho — disse-lhe o alcaide Cide Abde Alquerime, que nunca o abandonou — era procurar, a montante do campo de batalha, o vau do Mocazim, e refugiar-se em Arzila, como êle depois fez. Mas o antigo Xerife, convencido da derrocada total das suas últimas esperanças, quis talvez suicidar-se, porque, a despeito de todos os rogos e conselhos, ali mesmo se lançou ao rio. A maré começava a descer rapidamente. O cavalo, atolando-se no lamarão, meteu uma das mãos pela rédea e voltou-se, despedindo o cavaleiro; e Mulei Mohâmede, que não sabia nadar, afogou-se à vista dos seus amigos, impotentes para o socorrer (46).

Quando, no exército cristão, se acentuou o desbarato, logo começou descendo ao campo da batalha uma multidão imensa, gente das aldeias da serra do Farrobo e até das comarcas de Tetuão e Xexuão, que do alto dos outeiros — que fecham a planície pelo nordeste — estava à espreita de ver quem ficava vencedor. O seu fim era, unicamente, roubar o acampamento dos vencidos, cris-

(44) *Dell' Unione del Regno di Portogallo alla Corona de Castiglia*, Liv. II.

(45) *Filipe Segundo, Rey de España*, Liv. XII, cap. VIII.

(46) Há quem aponte o Luco, como o rio onde se afogou Mulei Mohâmede. É equívoco. Muitos historiadores, nacionais e estrangeiros, confundem o rio Mocazim, ou dos Cavaleiros, ou da Ponte, com o curso superior do Luco ou rio de Larache. Também, erroneamente, chamam ao rio Rur um esteiro do Luco.

tâos ou mouros; e caíram sobre a nossa bagagem, como nûvem de gafanhotos em seara madura. Mas a pilhagem, em que entraram também os soldados do Xerife, não se limitou à «inumeravel riqueza de peças, joias, roupas e armas» — palavras da *Chronica coeva* — pertencentes ao rei e à nobreza. Despiam os mortos até à nudez; matavam os feridos, que não denunciavam possibilidades de cura e, portanto, de resgate; e cativaram todos os outros, estropeados ou válidos, atando-os com as cordas encontradas na equipagem, e assim os levaram para suas casas, à guisa de animais para o mercado (47).

Nunca, na Berberia, houvera batalha mais sangrenta, cinco a seis mil mouros e sete a oito mil cristãos mortos, com milhares de prisioneiros — mais de dezoito mil, por certo — de várias nacionalidades, portugueses, espanhois, italianos, flamengos e alemães, e de todas as categorias e classes, entre êles muitas centenas de mulheres e crianças (48). Também foi enorme a repercussão, que em todo o mundo teve a batalha dos *Três Reis*: no campo da política internacional, pela importância a que subiu Marrocos, cuja amizade passaram a solicitar as principais potências; no campo literário, porque deu origem, em diversas línguas, a uma abundante literatura elegíaca. E dentro de dois anos, como consequência fatal dessa derrota, perdia Portugal a sua independência.

(47) Da primeira carta, datada de Alcácer-Quibir a 4 de Outubro de 1578, que D. João da Silva escreveu a Felipe II depois da batalha, contando-lhe o seu ferimento e cativeiro, transcrevemos sête perfodo. (*Doc. inéd. para la hist. de España*, t. XI, pág. 87):

Por el último despacho mio que envié desde Arcila, entendería V. M.^a cuanto conforme á razon sucedió el miserable caso de la rota y pérdida del rey, que Dios tenga en su gloria.

(48) Alofraní, no capítulo xxiv da sua *Histoire de la dynastie saadienne au Maroc* (trad. de Houdas), para avolumar as perdas portuguesas, conta esta enorme patranha: «os bispos... autorizaram o povo a cometer o adultério, com o fim de aumentar o numero dos nascimentos e reparar as perdas sofridas».

A morte de Mulei Abde Almélique abria a sucessão. Era preciso dar, imediatamente, um chefe ao exército; e os principais alcaides assentaram na escolha de Mulei Ahmedede, feita pelo falecido Xerife. Foi buscá-lo o alcaide Abraém Sufiane; e o fugitivo voltou para ser aclamado pelas tropas, em delírio, com o título de *Almançor, o Vitorioso* (**)!

*

* * *

Na manhã seguinte, 5 de Agosto, Mulei Ahmedede, ao mesmo tempo que fazia recolher os despojos que, apesar do saque praticado na véspera, ainda eram importantes, dada a abundância de coisas ricas e supérfluas, mais de ostentação que de guerra, levadas de Portugal, mandou anunciar, por toda a comarca, que lhe entregassem os prisioneiros de qualidade, com rigorosas penas a quem os ocultasse. Pretendia assim o Xerife tirar o máximo proveito do resgate dos nobres. A maioria dos cativos fôra arrastada pelos mouros para suas casas; e alguns eram de aldeias distantes. No entanto, obedecendo à intimação, a meio da tarde já tinham sido apresentados a Mulei Ahmedede os seguintes fidalgos, encerrados, à medida que chegavam, em uma tenda próxima do pavilhão real: o Mestre de Campo General, D. Duarte de Meneses, António de Azevedo, D. António de Noronha, filho do conde de Odemira, Belchior do Amaral, D. Constantino de Bragança, filho do conde de Tentúgal, Domingos de Noronha, D. Duarte de Castelo Branco, D. Fernando de Castro, Gil Fernandes de Carvalho, João Rodrigues de Sá, D. Jorge de Meneses, Luís César, D. Miguel de Noronha e D. Nuno Mascarenhas.

Quando o Xerife, de manhã, convocou os principais

(**) Receando a rápida decomposição do cadáver, pois o calor era intensíssimo, foi o corpo de Mulei Abde Almélique enviado nessa mesma noite, dentro da sua liteira, para Fez, onde lhe fizeram exequias solenes. Além dos criados e da sua guarda especial, acompanharam-no numerosas fôrças de cavalaria.

chefes, para os consultar sobre as vantagens de prosseguir a guerra, empreendendo imediatamente o cerco de Arzila e de Tânger, já alguns prisioneiros portugueses se encontravam na sua tenda, e entre êles Gil Fernandes de Carvalho, antigo governador de Mazagão, que entendia e falava correntemente o árabe. Como a discussão foi acalorada, ouvia-se, por vezes, o que diziam os alcaides; e Gil Fernandes conseguiu assim apurar que a opinião predominante era contrária à guerra, pois o tremendo abalo causado em toda a Berberia, pelo recrutamento de tão numeroso exército, e ultimamente a morte de Mulei Abde Almélique, facilmente podiam provocar, em qualquer ponto do império, tumultos que era indispensável prevenir. Esta notícia levantou o ânimo dos cativos, que muito receavam da sorte das duas praças.

Foram igualmente levados à presença do Xerife o capitão dos aventureiros, Álvaro Pires de Távora, ainda sentado na liteira, onde na véspera o tinham recolhido os seus criados, e o jovem duque de Barcelos, a quem os outros fidalgos fizeram grande agasalho, deliberando revelar ao Xerife quem êle era, porque a sua tenra idade não lhe permitia sofrer privações. Acolheu-o bem Mulei Ahmedede; e quando seguiu para Fez, mandou-o também ir numa liteira, mas não — apesar do que afirmam os cronistas portugueses — naquela em que o defunto sultão entrou na batalha.

Desde a noite anterior que no campo se sabia da morte de Mulei Mohâmede, afogado no rio Mocazim. Ordenou o novo soberano que procurassem com diligência o seu cadáver. Encontrado numa das margens, ao vazar a maré, seriam três horas da tarde, quando o apresentaram ao Xerife. A instâncias dos marabus, como merecido vitupério por ter metido cristãos no Magrebe, mandou-o esfolar por quatro turcos, práticos no ofício, que lhe tiraram a pele inteira e a encheram de palha, cosendo as aberturas com cordel. Depois, espetado numa lança, passearam-no pelo arraial, entre vaias e apupos da soldadesca; e a sua exposição em Fez, Marrocos e

Suz, acentuou o triunfo de Mulei Ahmedede. Por isso, na história marroquina, tem o cognome de *Esfolado* (40).

Terminado êsse lastimoso espectáculo, o alcaide Tabibe, renegado português, que servia de intérprete ao Xerife, veio preguntar aos fidalgos se tinham notícias de D. Sebastião. Responderam alguns que lhes parecia ter-se salvo pela parte do rio; mas D. Nuno Mascarenhas advertiu que o rei devia estar morto, pois o acompanhara até ao momento do seu cativeiro, e não poderia ter escapado com vida. Sebastião de Resende, moço da guarda-roupa régia que há pouco viera juntar-se aos outros prisioneiros, declarou que na véspera, já cativo, caminhando através da multidão de cadáveres de cristãos e mouros, todos despojados de vestuário, conhecera o corpo do amo, guardando bem na memória o lugar em que o vira. Mandou Mulei Ahmedede dar-lhe uma azémola e escolta de alguns homens de cavalo. Encontraram-no no ponto indicado, completamente nu. Atravessado sôbre a albarda, as mãos atadas com um pedaço de morrão de arcabuz, para que os braços pendentes não espantassem a muar, envolvido numa velha manta, assim chegou o humilde préstio à tenda do Xerife, no meio de grande algazarra dos mouros ao saber quem era.

A porta do pavilhão real foi colocada uma esteira, onde deitaram o cadáver. Sebastião de Resende «despiu a sua camisa e seroulas» para o vestir, diz um cronista coetâneo (41). Segundo Jerónimo de Mendonça, o moço da guarda-roupa, além da sua camisa, vestiu-lhe «umas ceroulas até o joelho, que no chão por desprezadas,»

(40) Conta Alofraní (*ob. cit.*, cap. xxiii) que Mulei Mohámede dirigira uma exortação aos seus antigos súbditos, procurando justificar o auxílio que pedira aos cristãos. Responderam-lhe os Doutores do Islam, verberando e condenando veementemente o seu procedimento. Não devia, portanto, ter ilusões sôbre a importância e o número dos aderentes; e assim se explicam também as instâncias dos marabus para êste castigo póstumo.

(41) Fr. Bernardo da Cruz, *Chronica de El-Rei D. Sebastião*, cap. LXXI.

deviam ter ficado (52). Começava a anoitecer. Acesas as tochas, ordenou Mulei Ahmed que chamassem os nobres. Vieram vê-lo D. Duarte de Meneses, António de Azevedo, D. António de Noronha, Belchior do Amaral, D. Constantino de Bragança, João Rodrigues de Sá, D. Jorge de Meneses, D. Nuno Mascarenhas e outros (53).

Apresentava o cadáver cinco feridas na cabeça, uma das quais muito profunda, por cima da sobrancelha direita, e duas no tronco, provenientes de arcabuzadas, além de outras mais leves no pescoço, no rosto e em uma das mãos. Apesar de corridas mais de vinte e quatro horas sobre a sua morte e estar bastante desfigurado, foi reconhecido com lágrimas e altos brados de dor, pois a maioria dos fidalgos supunha que D. Sebastião houvesse escapado. Disse-lhes o alcaide Mohâmede Taba que o Xerife lhes daria o corpo do rei, em troca das praças africanas; senão, que o levaria para Fez. Em nome de todos, respondeu D. Duarte de Meneses, que era o mais conhecido e respeitado entre os mouros, pe'a forma como exercera, desde 1574, a capitania de Tânger: as fortalezas de Arzila, Ceuta, Mazagão e Tânger não lhes pertenciam. Estavam, porém, dispostos a resgatar o corpo de D. Sebastião, oferecendo por ele dez mil cruzados. Quanto a levá-lo para Fez, como trofeu da vitória, isso agravaria não só o novo rei de Portugal, como o de Espanha, que era irmão da mãe. Voltou Mohâmede Taba a observar-lhes que Mulei Ahmed não vendia, por

(52) *Jornada de África*, Liv. II, cap. III.

(53) Luís de Oxeda (*Sources inédites de l'Histoire du Maroc, France*, I, pág. 621) refere-se assim, depreciativamente, a Sebastião de Resende: «uno... que havia sido ayuda de cámara, que no merece nombre en esta historia, pues, luego que bido y conoció el cuerpo, hincado de rodillas ante el Xarife, en lugar de pedirle sepultura para su Rey, le pidió libertad parassi, en albricias de que aquel era el cuerpo d'El Rey, su Señor, y assí se la dieron por esto».

Não é caluniosa a asserção. Resende pediu, realmente, a liberdade ao Xerife, como alvissaras por ter descoberto o corpo de D. Sebastião. E Mulei Ahmed concedeu-lha.

dinheiro, o cadáver do monarca vencido; e mandou colocá-lo dentro da tenda dos fidalgos, arrastando os mouros a esteira pelo chão, o que deu origem a protestos de D. Duarte de Meneses. Afirma o P.^o Baião, sobre memórias coevas, que do corpo, em adiantada decomposição, emanava tão mau cheiro, que durante a noite foi necessário pô-lo fora, ao relento (⁵⁴). A que miséria humana chegara aquélle que, ainda na manhã do dia anterior, era respeitado e temido como rei absoluto!

Parece que as ponderações do antigo governador de Tâanger convenceram o Xerife, pois no dia seguinte ordenou que o cadáver, coberto de cal e metido nas andas de que costumava servir-se o velho Jorge da Silva, encontradas entre a bagagem, fosse levado a Alcácer-Quibir, onde ficaria à guarda do respectivo alcaide.

Nessa mesma tarde, antes de Mulei Ahmede partir para Fez, assentaram todos os fidalgos, que já eram mais numerosos, na conveniência de se resgatarem juntos, atalhando-se assim ao prejuízo que algum, mais apressado, causaria àquêles, que não pudessem pagar um elevado resgate. Apresentou D. Duarte de Meneses a proposta ao Xerife, que em princípio a aceitou; mas como faltavam decerto muitos cativos, conduzidos para longe, só em Fez se trataria do assunto.

Na quinta-feira, 7, já a caminho daquela cidade, pediu D. Duarte de Meneses a Mulei Ahmede que mandasse enterrar D. Sebastião por um fidalgo português, de modo a ser facilmente identificado. Concordou o Xerife; e por consenso unânime foi indicado para essa piedosa tarefa o corregedor Belchior do Amaral, que logo se dirigiu a Alcácer, acompanhado por Mohâmede Taba. Para sepultura do rei escolheram uma loja, em casa do alcaide Abraém Sufiane; e à volta do caixão, feito com as táboas das andas, colocaram certas pedras e tejóis, formando sinais, que denunciassem qualquer tentativa de violação. Na véspera, mandara o alcaide chamar alguns prisionei-

(54) *Portugal cuidadoso e lastimado*, Liv. V, cap. xxiii.

ros, a ver se o reconheciam. Apareceu Martim de Castro dos Rios, filho de João Diogo de Castro, que era tomado por plebeu; colocado no fundo das andas, o rosto violáceo e excessivamente inchado, não pôde garantir ser aquêle o corpo de D. Sebastião.

Voltou Belchior do Amaral a encontrar-se com Mulei Ahmed, na estrada de Fez, pois a sua marcha era lenta, a pequenas jornadas, por querer entrar na cidade, como triunfador, com todas as bandeiras e peças de artilharia conquistadas, e um cortejo dos principais cativos. Propuseram-lhe os fidalgos que às praças de Arzila e Tânger fôsse enviada pessoa de confiança, que na armada pudesse colher o dinheiro preciso para o seu resgate. Imediatamente, o Xerife autorizou o mesmo Belchior do Amaral a efectuar essa viagem, sob promessa de regressar ao cativeiro. O verdadeiro objectivo da missão não era, porém, reter o dinheiro da armada, que ninguém lhe entregaria sem ordem superior. Eram outros os fins: sossegar os moradores daquelas praças do sobressalto em que deviam estar; comunicar para Lisboa a morte do rei e os resultados da batalha; lembrar a vindâ dum embai-xador, para tratar não só do resgate dos prisioneiros, como de rehaver o corpor do soberano, tão pobemente sepultado em Alcácer-Quibir. Por sua parte, Mulei Ahmed também o incumbiu de tratar com o capitão de Arzila a prisão de Mulei Naçar, por haver desertado do campo xerifiano para o exército cristão; e de se interessar junto do rei de Portugal, pela entrega de Mulei Xeque, filho de Mulei Mohâmede, para assim prevenir futuras alterações na Berberia.

Quando Belchior do Amaral chegou a Arzila, na manhã de 11 de Agosto, todos tinham como certo um próximo ataque, sem grandes possibilidades de resistência, pois a guarnição era insuficiente e enorme o temor em que os lançara a derrota de Alcácer. Criaram-lhes uma alma nova as informações do corregedor, assegurando a Pedro de Mesquita que as fôrças inimigas seguiam para Fez, e a nenhuma praça portuguesa seria agora pôsto assédio. Em segredo, ambos combinaram que o gover-

nador, com boas palavras, convencesse Mulei Naçar a não sair da fortaleza, para que o Xerife cuidasse que estava preso. Demorou-se Belchior do Amaral, em Arzila, apenas um dia, subindo depois a Tânger, a cujo capitão, Pedro da Silva, deu idêntica segurança. Daqui escreveu ao cardeal D. Henrique e a alguns dos governadores, relatando que o corpo de D. Sebastião fôra encontrado no campo da batalha, e êle próprio o sepultara em casa de Abraém Sufiane, alcaide de Alcácer-Quibir. Três dias se deteve nesta praça o corregedor da corte; e voltou ao cativeiro, no exacto cumprimento da sua palavra.

*

* * *

Quando à armada de D. Diogo de Sousa, que se encontrava em Larache, aguardando D. Sebastião, chegou a notícia da tremenda derrota, o velho almirante ficou confuso e indeciso sobre a resolução a tomar. Ali se conservou todo o dia 5, para recolher fugitivos; mas era tamanho o afan dos mouros, batendo os caminhos, na ânsia de aprisionar qualquer mísero prófugo, que ninguém pôde demandar a frota. Na manhã de 6 seguiu para Arzila, onde o pavor era grande, com receio de que o novo Xerife viesse ou mandasse acometer a praça pelo exército vitorioso. Recebidos os enférmos, assim como os poucos combatentes cristãos, que nesta vila se tinham refugiado — os partidários de Mulei Mohâmede só vieram meses depois, com licença de D. Henrique, quando se convenceram de que Mulei Ahmedede os não amnistiava — partiu D. Diogo de Sousa para Lisboa, ficando naqueles mares, entre Arzila e Tânger, para guarda da costa e aviso de alguma tentativa do Xerife, seu sobrinho D. Francisco de Sousa, com um galeão e duas zabras (55).

(55) Não passaram de cinqüenta — outros, com manifesto exagero, fazem subir o número a cem — as pessoas que puderam salvar-se, acolhendo-se a Arzila ou Tânger. Entre elas, contavam-se alguns cavaleiros tangerinos, que várias vezes tinham percorrido

A inquietação, o sobressalto, com que Lisboa recebera os primeiros boatos do desastre, traziam a população na mais dolorosa ansiedade. Mas quando houve a certeza do desbarato, a comoção em toda a cidade foi enorme, correndo a gente desvairada de igreja para igreja, entre prantos e gritos de desespere de milhares de pessoas, que em África tinham um parente ou um amigo querido. D. Sebastião não era um rei popular: várias vezes — como já dissemos — a avó o lamentara em cartas a Felipe II. Mas a sua mocidade; o contraste entre o aparatoso exército, que partira, e a terrível catástrofe de Alcácer-Quibir; a crença de que o monarca era invulnerável aos perigos, confiança que ele avolumava com inúteis temeridades; a incerteza da sua sorte e, portanto, da sucessão do reino: tudo isso concorria para dar a Lisboa um aspecto fúnebre, sinistro, apesar da multidão, que enchia as ruas.

O regresso da armada veio acentuar a desolação geral; e como não trouxesse ainda informação precisa da morte do soberano, começou de espalhar-se, à bôca pequena, o rumor de que ele vinha na frota, disfarçado e escondido, por vergonha da derrota. Nasceu êsse boato, dia a dia avolumado, dum caso ocorrido em Arzila, na noite de 4 para 5 de Agosto, que Jerónimo de Mendonça refere na sua *Jornada de África* (Liv. II, cap. 11) e diferentes historiadores depois repetiram.

Na noite da derrota, a altas horas, três ou quatro

aquêle caminho, nas suas entradas e almogaverias, e diversos partidários de Mulei Mohámede, uns fugindo logo a unhas de cavalo, outros fingindo-se adeptos de Abde Almélique, para mais facilmente ganhar qualquer das praças.

A *Cronica de El-Rei D. Sebastião* (cap. LXXI) aponta estes fidalgos: «dom Rodrigo, pagem do arremessão delrei, dom Diogo de Melo, filho de dom Antonio de Mello, hum filho de Lopo Vaz de Mello, Duarte de Castro dos Rios, Thomé da Silva, filho de João Pereira Dantas, e Gaspar de Sousa Lobo». O P.^o Baião, no *Portugal cuidadoso e lastimado* (Liv. V, cap. xxiii), acrescenta que o filho de Lopo Vaz de Melo se chamava Francisco de Melo, e Gaspar de Sousa Lobo era cunhado de Francisco de Almeida.

cavaleiros apresentaram-se à porta da praça, pedindo lhes dessem entrada. O terror da pequena guarnição era tal, que se negaram a recebê-los, como se as hostes inimigas viessem de envolta com os fugitivos. O perigo de serem apanhados, se aguardassem o dia, talvez já não tivesse remédio; e um dêles lembrou-se de dizer que vinha ali o rei. Logo as portas se abriram com alvoroço; e como não podiam descobrir a mentira, pelos vexames a que se expunham, diante da soldadesca silenciosa e comovida, um dêles passou embuçado por entre tochas acesas, seguido dos companheiros a respeitosa distância. Na manhã seguinte, vieram visitá-los à casa, onde pousavam, o capitão da praça, Pedro de Mesquita, e o corregedor Diogo da Fonseca. Deram os foragidos por desculpa «que não haviam dito que vinha alli el-Rei, senão que vinham donde el-Rei estava.» Severamente repreendidos, especialmente o protagonista do embuste, quando chegou a armada, a caminho de Lisboa, o corregedor, no caridoso intuito de o livrar da cólera do povo, se viesse a descobrir-se a verdade, teve a fraqueza de consentir que o suposto monarca embarcasse de noite, num dos galeões (56).

Jerónimo de Mendonça diz ignorar o nome dêsse

(56) Na Biblioteca Nacional de Lisboa — *Códice Alcobacense*, n.º 459 (ant.) e 126 (mod.), compilado por Fr. Benedito de S. Bernardo, bibliotecário do mosteiro — encontra-se outra versão, que lhe foi dada por Henrique Correia da Silva, filho do governador de Mazagão, Martim Correia da Silva (fol. 86 v.):

Em quanto a armada esperava «pelas relíquias do exercito perdido... se salvarão fidalgos conhecidos, que por desgraça sua não acabarão com seu Rey; e cubertos os rostos, como quem já sentia a vida por peor morte que a de que escaparão; entrarão no galeão de D. Diogo (de Sousa) a desenganalo de que tudo era perdido, donde naceo cuidar que seria El Rey que assi se encobria pelo não conhecem».

Esta versão é inverosímil: todos os cronistas afirmam que nenhum foragido se refugiou na esquadra, enquanto esteve fundeada em Larache.

fidalgo; e ainda que o conhecesse, não o tornaria público, pois acrescenta: «nem é bem que se saiba». Revelou-o, porém, com interessantes pormenores, o historiador espanhol, António de Herrera, na *Segunda Parte da sua Historia General del Mundo... del tiempo del señor Rey D. Felipe II el Prudente* (Liv. VIII, cap. xiv, pág. 345-346 da edição de Valladolid, 1606): chamava-se Diogo de Melo; tinha um leve ferimento junto da orelha esquerda; e embarcou no galeão *S. Martinho*, onde ia um tio seu. Ora esse nome aparece, realmente, na *Chronica de El-Rei D. Sebastião*, atribuída a Fr. Bernardo da Cruz, entre os raros fidalgos, que escaparam da batalha. Herrera informa ainda que Diogo da Fonseca, para destruir o boato que já corria na armada, convidara para casa do governador o almirante D. Diogo de Sousa, o capitão-mor das galés, Diogo Lopes de Sequeira, e várias pessoas de distinção, a quem expôs, miudamente, quanto se passara, não tendo, portanto, a menor veracidade o rumor espalhado; mas a marinhagem continuou a acreditar-lo, e divulgou-o em Lisboa. Assim nasceu a presunção da oculta existência do rei, a princípio bastante apagada diante das graves preocupações, das emaranhadas intrigas políticas, da angustiosa incerteza do futuro, que encheu o curto reinado de D. Henrique. Depois, com a perda da independência, essa suspeita — como um doloroso protesto, que era ao mesmo tempo uma luminosa esperança — transforma-se para muitos, numa verdadeira crença, aproveitada por diversos impostores (57).

(57) Com a *Historia General del Mundo del tiempo del señor Rey D. Felipe II*, de António de Herrera, dá-se uma singularidade, que os bibliógrafos espanhóis não puseram ainda em relêvo.

Está a obra dividida em três Partes: a *Primeira*, que vai desde 1559 até 1574, foi impressa em Madrid, por Luis Sanchez, no ano de 1601; e a *Segunda*, que compreende de 1575 a 1585, foi também impressa em Madrid, por Pedro Madrigal, no mesmo ano de 1601. Ambas são oferecidas a D. João de Zuñiga. A *Terceira*, que termina em 1598, só apareceu no ano de 1612, igualmente impressa em Madrid, por Alonso Martin de Balboa. É oferecida a D. Diogo de Zuñiga.

Nicolau António, na sua *Biblioteca Hispana Nova*, assim

*
* *

A 24 de Agosto, entrou a barra de Lisboa a esquadriilha de D. Francisco de Sousa, cuja presença, entre Arzila e Tânger, já podia dispensar-se, por haver a certeza de que as duas praças não seriam atacadas pelo exército-xerifiano. Portadora das cartas de Belchior do Amaral, só então houve conhecimento exacto da morte e enterramento do soberano.

Realmente, em Lisboa, a êsse tempo, apenas se sabia que a mortandade, em Alcácer-Quibir, fôra grande. A própria classe nobre, apesar de possuir melhores meios de informação, ignorava, quâsi totalmente, quais os mortos e os cativos: só depois da chegada de Mulei Ahmede a Fez, pelas cartas enviadas ao reino, se puderam ir apurando os nomes dos fidalgos, que tinham sucumbido na batalha. Quâsi todos os historiadores espanhóis — e até aquêles que por espanhóis foram insinuados, como Conestaggio — consideram pouco honroso para a fidalguia portuguesa que, havendo o rei perdido a vida, fôssem tão numerosos os prisioneiros nobres. A excepção dos jovens, no alvor da adolescência, para os quais a jornada de África tinha o encanto duma brilhante avê-

como B. Sánchez Alonso, em *Fuentes de la historia española e hispanoamericana*, e outros modernos bibliógrafos espanhóis, referem-se únicamente a esta edição. Pois a *Primeira* e a *Segunda Parte* — antes de publicada a *Terceira* — tiveram 2.^a edição, impressas em Valladolid, por João Godínez de Millis, no ano de 1606. Esta edição não é, como podia supôr-se, uma simples reprodução da edição de Madrid. Tem profundas alterações. Basta dizer que a *Primeira Parte*, em vez de começar em 1559, principia quatro anos mais cedo, em 1554; e estão muito acrescentadas as duas Partes, principalmente em relação a Portugal, com factos que Herrera talvez apurasse, na sua qualidade de cronista-mor das Índias e cronista de Castela.

É na edição de Valladolid que se encontra o nome do fugitivo que, para entrar em Arzila, se fez passar por D. Sebastião, bem como todos os pormenores, que acima resumimos. A edição de Madrid nem a êste assunto se refere.

tura, convencidos de que Abde Almélique lhes não daria combate, a censura é inteiramente injusta. A absoluta falta de direcção e de comando, desde o inicio da accão, não se importando o monarca, ou até não vendo, se era seguido por muitos ou raros cavaleiros — pois, na excitação que o tomara, nem daria conta do que à sua volta se passava — os fidalgos pelejaram com verdadeiro desnodo, enquanto houve alguma ténue esperança de vitória. Acentuado o desbarato, cercados duma multidão de inimigos, ninguém podia exigir-lhes que se deixassem ingloriosamente matar por quem os levara àquela triste situação: seria um sacrifício inútil.

O número de mortos, desta classe, não foi, porém, tão diminuto, como se depreenderia dessa desdenhosa arguição; e, entre os prisioneiros, bastantes havia gravemente feridos. Cotejando as informações ministradas pela *Historia Genealogica da Casa Real Portugueza*, de D. António Caetano de Sousa, a *Jornada de África*, de Jerónimo de Mendonça, e o manuscrito de Fr. Bernardo de Brito, existente na Biblioteca da Ajuda — a que mais de uma vez tenho aludido — com as relações publicadas na *Chronica de EI Rei D. Sebastião*, que corre com o nome de Fr. Bernardo da Cruz, e nas obras de Diogo Barbosa Machado, Fr. Manuel dos Santos e P." José Pereira Baião, expurgadas de várias repetições e esclarecidas algumas deficiências, a lista, decerto incompleta, das pessoas principais, que morreram na batalha — sobre cuja identidade não há dúvidas — é a seguinte:

D. Afonso de Noronha, conde de Odemira, D. Afonso de Portugal, conde de Vimioso, Afonso Serrão, cunhado de Rui de Sousa, Agostinho Pereira, Aires de Miranda, D. Aires da Silva, bispo do Pôrto, Alexandre de Melo, filho de Garcia de Melo, Alexandre Moreira, D. Alvaro de Castro, o Romanisco, Alvaro Coutinho, D. Alvaro de Melo, sobrinho do conde de Tentugal, Alvaro Pais Sotomaior, Alvaro Pires de Távora, filho de Rui Lourenço de Távora, da Pesqueira, Ambrósio da Costa, cunhado de Miguel de Moura, André de Albuquerque, André Gonçalves, alcaide-mor de Sintra, André Pires, filho de Alvaro Pires, António de Carvalho, de Setúbal, D. António da Costa, filho de D. Gil Eanes da Costa, António Jaques, António Lobo, alcaide-mor de Monsaraz, e um filho do mesmo nome, D. António de Meneses, filho de D. Pedro

de Meneses, senhor de Cantanhede, António de Moura, filho de Álvaro Gonçalves de Moura, D. António de Noronha, António Pires de Andrade, filho de Álvaro Pires de Andrade, António de Sousa, filho de André Salema, António de Sousa, filho de Diogo Lopes de Sousa, D. António de Vasconcelos, António Velho Tinoco, Bartolomeu da Silva, Bernardo de Melo, Braz de Lucena, filho de Sebastião de Lucena, Cristóvão de Alcáçova, filho de Pedro de Alcáçova Carneiro, Cristóvão de Brito, Cristóvão de Távora, filho de Bernardino de Távora, Cristóvão de Távora, filho de Lourenço Pires de Távora, D. Diogo de Castelo Branco, irmão de D. Martinho de Castelo Branco, D. Diogo de Castro, da casa do Torrão, Diogo da Fonseca Coutinho, Diogo Lopes da Franca, Diogo Lopes de Lima, Diogo de Melo, filho de Garcia de Melo, D. Diogo de Meneses, filho de D. Fernando de Meneses, da casa dos condes de Viana, D. Diogo de Meneses, irmão de D. Pedro de Meneses, da casa de Cantanhede, Diogo Serrão, cunhado de Rui de Sousa, Duarte Dias de Meneses, Duarte de Melo, D. Duarte de Meneses, filho de D. Garcia de Meneses, Duarte de Miranda, Fr. Estêvão Pinheiro, Estêvão Soares de Melo, D. Fernando Mascarenhas, Fernão Barreto, filho de Belchior Barreto, Fernão Martins Mascarenhas, Fernão Rodrigues de Brito, Fernão de Sousa, Francisco Barreto, filho de Nuno Rodrigues Barreto, Francisco Casado de Carvalho, D. Francisco Coutinho, Francisco Domingues de Beja, filho de Rodrigo Afonso de Beja, Francisco Henriques, Francisco de Melo, filho de Simão de Melo, D. Francisco de Meneses, filho de D. Fernando de Meneses, D. Francisco Manuel, filho de D. João Manuel, D. Francisco de Moura, filho de D. Luís de Moura, D. Francisco Pereira, Francisco Sodré, Francisco de Távora, coronel do terço do Algarve, D. Francisco de Vilaverde, filho de D. Pedro de Vilaverde, Garcia Afonso de Beja, filho de Rodrigo Afonso de Beja, Garcia de Melo, filho de Simão de Melo, D. Garcia de Meneses, da casa dos condes de Viana, Gaspar Nunes, D. Gaspar de Teive, Gomes Freire de Andrade, de Bobadela, Gomes de Sotomaior, D. Gonçalo de Castelo Branco, filho de D. Afonso de Castelo Branco, Gonçalo Nunes Barreto, alcaide-mor de Loulé, filho de Nuno Rodrigues Barreto, Gregório Sanches de Noronha, Gregório Sernache, do Pôrto, Henrique Correia da Silva, filho de Ambrósio Correia, Henrique de Figueiredo, Henrique Henriques de Miranda, alcaide-mor de Chaves, D. Henrique de Meneses, o Roxo, filho de D. Diogo de Meneses, da casa do Louriçal, D. Henrique de Meneses, filho de D. Francisco de Meneses, da casa de Tarouca, D. Henrique Moniz, sobrinho de D. António Moniz, D. Henrique Telo de Meneses, irmão de D. Jorge Telo de Meneses, pagem do guião, D. Jaime de Bragança, irmão do duque de Bragança, D. João, Jerónimo de Freitas, D. Jerónimo de Saldanha, filho de D. Luís de Saldanha, Jerónimo Teles, filho de Fernão Teles, de Santarém, D. João de Abrantes, D. João de Almeida, filho de D. Duarte de Almeida, João

Álvares da Cunha, João Brandão de Almeida, João de Carvalho Patalim, D. João de Castelo Branco, filho de D. Simão de Casteio Branco, João da Cunha, comendador de Malta, João da Gama, João Gomes Cabral, D. João Henriques, D. João Manuel, D. João Mascarenhas, filho de D. Vasco Mascarenhas, João Mendes, morgado de Oliveira, João de Mendonça Furtado, antigo governador da India, D. João de Meneses, filho de D. Manuel de Meneses, da casa do Louriçal, D. João de Meneses, filho de D. Pedro de Meneses, senhor de Cantanhede, D. João Pereira, filho de D. Francisco Pereira, D. João de Portugal, filho de D. Francisco de Portugal, D. João de Portugal, filho de D. Manuel de Portugal, João Quaresma, filho de Manuel Quaresma Barreto, D. João de Sá, filho de D. Duarte de Sá, João da Silva, filho de Lopo Furtado de Mendonça, João da Silva, filho de Lourenço da Silva, regedor da Justiça, João da Silveira, de Beja, João da Silveira, de Évora, D. João da Silveira, filho do conde da Sortelha, Jorge da Costa, D. Jorge de Faro, primo do conde de Odemira, D. Jorge de Lencastre, duque de Aveiro, e seu primo do mesmo nome, D. Jorge de Melo, de Portalegre, D. Jorge de Melo Coutinho, de Santarém, Jorge de Melo da Cunha, Jorge da Silva, tio de Lourenço da Silva, D. Jorge da Silva Gama, filho de D. Duarte da Gama, Leonel de Lima, filho de Jorge de Lima, D. Lopo de Alarcão, Lopo Mendes de Barros, Lopo de Sousa, Lopo Vaz de Sequeira, Lourenço Amado, Lourenço Guedes, Lourenço de Lima, filho de Jorge de Lima, D. Lourenço de Noronha, filho do conde de Linhares, Lourenço da Silva, regedor da Justiça, Lourenço de Sousa, filho de André Salema, Lucas de Andrade, Luís de Alcáçova, filho de Pedro de Alcáçova Carneiro, D. Luís de Almeida, irmão do arcebispo de Lisboa, D. Jorge de Almeida, Luís Álvares de Távora, senhor do Mogadouro, Luís de Castilho, D. Luís de Castro, filho de D. Álvaro de Castro, D. Luís Coutinho, conde do Redondo, D. Luís Coutinho, cunhado de D. Miguel de Noronha, D. Luís de Meneses, filho de D. Aleixo de Meneses, D. Luís de Noronha, alcaide-mor de Monforte, Manuel Correia Baharem, Manuel Correia Barreto, Manuel Corte-Real, Manuel Fradique, D. Manuel de Lacerda, alcaide-mor de Souzel, Manuel de Mendonça Cação, filho de João Mendonça Cação, D. Manoel de Meneses, bispo de Coimbra, Manuel de Miranda, D. Manuel de Noronha, filho de D. Gomes de Noronha, D. Manuel de Portugal, filho do conde de Vimioso, Manuel Quaresma Barreto, Manuel Rolim, Manuel de Sousa, aposentador-mor, Manuel de Sousa, filho de André de Sousa, Manuel Teles, filho de Fernão Teles, de Santarém, Martim Afonso de Sousa, filho de Pedro Lopes de Sousa, Martim Gonçalves, Martim Gonçalves da Câmara, filho de Luís Gonçalves de Ataíde, Martim de Távora, D. Martinho de Castelo Branco, senhor de Vila Nova de Portimão, Mateus de Brito, filho de Lourenço de Brito, D. Matias de Noronha, Miguel de Abreu, irmão de Lopo de Abreu, Miguel Cabral, D. Miguel de Meneses, filho de D. Manuel de Meneses, da casa do Louriçal, Nuno Freire

de Andrade, filho de Gomes Freire de Andrade, de Bobadela, D. Nuno Manuel, Pedro Álvares de Carvalho, irmão de Francisco Casado de Carvalho, Pedro de Carvalho Patalim, filho de João de Carvalho Patalim, D. Pedro de Castro, alcaide-mor de Melgaço, D. Pedro da Cunha, Pedro Lopes de Sousa, filho de Martim Afonso de Sousa, governador da Índia, D. Pedro Mascarenhas, irmão de D. João Mascarenhas, Pedro de Mesquita, bailio de Leça, Pedro Moniz, filho de Bernardo Moniz, D. Pedro de Noronha, filho do conde de Linhares, D. Pedro da Silva, de Elvas, D. Pedro de Vilaverde, D. Rodrigo de Castro, da casa do Torrão, e seu sobrinho do mesmo nome, D. Rodrigo de Melo, filho do conde de Tentugal, D. Rodrigo Lobo, barão de Alvito, Rui de Figueiredo, Salvador de Brito, alcaide-mor de Alter do Chão, D. Sancho de Faria, D. Sancho de Noronha, Sebastião Gonçalves Pita, Sebastião de Sá, irmão de Francisco de Sá de Meneses, Sebastião da Silva, filho de Fernão da Silva, D. Simão de Meneses, filho de D. Diogo de Meneses, da casa do Louriçal, D. Simão de Meneses, filho de D. Rodrigo de Meneses, da mesma casa, Simão da Veiga, Tomé da Silva, Vasco Coutinho e D. Vasco da Gama, conde da Vidiéira (**) .

Os prisioneiros foram mais numerosos. A diferença não é, porém, tamanha, como podia julgar-se das palavras de Conestaggio e de Fr. António de San Roman. Mal chegou a Fez, lançou Mulei Ahmed pregão geral, mandando lhe fôssem entregues todos os fidalgos, sob penas graves, além da perda do cativo; e para impedir que, de combinação com os seus senhores, alguns se resgatassem, fechou os portos, proíbiu as cárifas no interior do país e enviou mouros de confiança a diferentes pontos dos seus reinos, com ordem de proceder às pesquisas necessárias e conduzir à corte os nobres encontrados. À medida que iam chegando a Fez, eram apossentados na judiaria — onde já se encontravam os que tinham vindo com o Xerife — em casas de judeus, conhecedores da língua castelhana. Na do respectivo xeque, hospedara-se o duque de Barcelos.

(**) Nesta relação (203 nomes) só figuram as pessoas principais, de nacionalidade portuguesa, mortas em combate. Mas também houve muitas vítimas entre os não combatentes: citamos apenas, pelo cargo que exercia, o P.^o Gaspar Maurício, confessor do rei.

Os agentes de Mulei Ahmedede não descobriram todos os fidalgos cativos. Assim sucedeu com o Prior do Crato, levado do campo de batalha, com outros prisioneiros, para um aduar entre Arzila e Tânger, aldeia volante na época das chuvas. O alarve, a quem D. António coubera, trazia-o tão miseravelmente vestido, que só podiam tomá-lo por um pobre soldado. Ao despi-o, encontraram-lhe o mouro o hábito de Malta. Procurando averiguar o que significava aquela insígnia, um cavaleiro de Tânger, por nome Gaspar da Gram, cativo no mesmo aduar, que, além do árabe, conhecia os dialectos do norte da África, conseguiu convencê-lo de que era o distintivo de pároco duma rendosa igreja. Se não fôsse resgatado antes do fim do ano, perderia o benefício, pois o proveria o papa em outro clérigo. Ajustou-se o resgate de ambos por três mil cruzados, que, sob o máximo sigilo, forneceu Abraão Gibre, um judeu de Fez, a quem o Prior do Crato prestara alguns favores, quando governador de Tânger. Os mouros, senhores de D. António e de Gaspar da Gram, conduziram-nos então a Arzila, onde o Prior foi agasalhado com sinceras demonstrações de júbilo. Escreveu logo ao tio, participando-lhe a sua libertação; e em 12 de Outubro de 1578, desembarcava em Lisboa, festivamente acolhido por alguns fidalgos e muito povo. Apesar dos desgostos que lhe dera, D. Henrique aguardava-o com alvoroço.

Assim que reuniu cinqüenta e quatro cativos nobres, avisou-os Mulei Ahmedede de que tratassem do resgate. Queriam êles esperar a intervenção do cardeal-rei, a quem haviam escrito recentemente; mas tiveram de obedecer, oferecendo oitenta mil cruzados. Enfureceu-se o Xerife, acusando-os de fingir uma falsa pobreza. Só por quinze dos mais graduados, exigiria o quintuplo daquela quantia; e a liberdade de todos ficaria dependente da entrega de Mulei Naçar. Mostrou-lhe D. Duarte de Meneses a iniquidade desta condição; e depois de agitadas conferências, em que por vezes correu perigo a comissão que tratava do assunto, acordaram que os oitenta fidalgos — a êste número subiam já os prisioneiros de Fez —

se resgatassem por quatrocentos mil cruzados. O pagamento realizar-se-ia dentro de sete meses; e se algum fugisse ou falecesse durante esse prazo, não haveria redução, porque o resgate era colectivo e não individual, a cinco mil cruzados por cabeça. É de 10 de Outubro de 1578 a carta régia que aprovou o contrato, com o roi anexo dos oitenta fidalgos (55).

Este número seria mais elevado, se até àquela data não tivessem morrido, dos ferimentos recebidos na batalha, os seguintes cativos: Alvaro Pires de Távora, irmão de Cristóvão de Távora, D. Antão de Almada, D. Fradique Manuel, cujo corpo foi piedosamente resgatado por sua mãe, D. Joana de Ataíde, D. Francisco de Portugal, vedor da Fazenda, D. Jerónimo Manuel, João Tavares de Sousa, D. Jorge Telo de Meneses, págem do guião, D. Luís de Meneses, alferes-mor, Nuno Furtado de Mendonça e Pero Moniz.

Em Marrocos era impossível obter a importância total do resgate. D. Duarte de Meneses rogou, portanto, a Mulei Ahmede autorizasse a saída de alguns fidalgos. Só depois de receber dez mil cruzados, por conta, assinou o Xerife o alvará de licença, em favor dos cinco eleitos para essa missão: D. Duarte de Castelo Branco, meirinho-mor, D. Jorge de Meneses, irmão de D. Pedro de Meneses, da casa de Cantanhede, Luís César, Manuel Soares e D. Miguel de Noronha, coronel do terço da Estremadura.

Partiram de Fez nos primeiros dias de Novembro de 1578, em direcção a Alcácer-Quibir, onde encontraram o mercador genovés André Gaspar Corso, que continuava a ser, junto do novo soberano marroquino, um activíssimo agente de Felipe II. Instara o rei católico pela entrega do corpo de D. Sebastião; e Mulei Ahmede que desejava ser-lhe agradável, resolveu mandá-lo para Castela. Na mira das suas ambições políticas, Felipe II

(55) Jerónimo de Mendonça, *Jornada de África*, Liv. II, cap. VIII.

preferia, porém, que o cadáver do sobrinho ficasse em terra portuguesa; e como o Xerife recebesse também, por intermédio de Fr. Roque do Espírito Santo, uma carta do cardeal-rei D. Henrique, oferecendo sessenta mil cruzados pelos despojos mortais do seu antecessor, ordenou a André Corso que o levasse a Ceuta. Assistiram os cinco fidalgos à cerimónia da exumação; e quatro acompanharam o fúnebre cortejo, pois Manuel Soares seguiu para Tânger (**) .

Os milhares de prisioneiros, dispersos por toda a Berberia, eram a preocupação constante de D. Henrique. O único meio de se iniciar, com proveito, o resgate geral, quer dos simples soldados, quer dos fidalgos encobertos, que facilmente poderiam ser remidos, consistia em reunir num cofre comum, tanto o dinheiro cedido pela corôa, como as ofertas dos particulares. O subsídio oficial, avaliado em cento e dezassete mil cruzados, foi empregado em roupas da Índia; e os donativos das famílias, que tinham em África um ou mais parentes queridos, abundavam principalmente em riquíssimas jóias, artísticas peças de ouro e prata, pedras preciosas, fios de pérolas e

(**) No cortejo encorpou-se também o antigo embaixador de Espanha, D. João da Silva. Ele próprio o conta ao amo, em carta de Ceuta, datada de 11 de Novembro de 1578. (*Doc. inéd. para la hist. de España*, t. xl, pág. 91):

Parecióme acompañar este cuerpo, como quiera que el mio estuviese, y así me hice traer em hombros de moros por estas sierras: que de otra manera no pude venir, porque mis heridas aun no lo sufren.

Como Mulei Ahmede tinha no maior apreço a amizade de Felipe II, em Setembro de 1578, mal soube que D. João da Silva fôra ferido na batalha e estava preso em Larache, apressou-se a ordenar a sua libertação. Em princípios de Outubro chegou a Alcácer-Quibir; um mês depois seguiu, no lutooso préstito, para Ceuta, onde assistiu à entrega do corpo de D. Sebastião; e a 24 de Dezembro desembarcava em Gibraltar.

Herido de muerte de un arcabuzazo en un brazo, que me dieron al fin de la batalla — escreve êle ao rei católico — D. João da Silva

outros objectos de alto valor. Não havia, em Portugal, compradores; e o cardeal-rei nomeou uma comissão, composta de um feitor, Afonso Gomes de Abreu, e um tesoureiro, João Martins Gago, sob a presidência de D. Rodrigo de Meneses, que promoveria a venda dêsses artigos em Ceuta, para onde foram transportados num galeão da armada, escoltado por algumas caravelas, com receio dos corsários. Determinou também D. Henrique que, no mesmo galeão, partissem cerca de vinte religiosos da Ordem da Santíssima Trindade, especialmente destinados à redenção dos cativos: a Fr. Roque do Espírito Santo, na sua qualidade de comissário da Ordem, competia depois enviá-los para diferentes cidades de Fez e de Marrocos. Venderam-se as roupas por trezentos mil cruzados; e cerca de oitocentos mil renderam as jóias e objectos de arte, oferecidos pelos particulares. Mas breve se esgotaram as duas verbas, pois o preço do mais ínfimo cativo cristão regulava por cem cruzados, e o dos fidalgos, ainda que pobres, raramente baixava de quatro mil (⁶¹).

Já D. Rodrigo de Meneses se encontrava em Ceuta,

trouxe de Alcácer, para o tratar do seu ferimento, um médico da corte portuguesa, que ali se encontrava cativo, o Licenciado Alonso Rodriguez de Guevara — a quem já nos referimos no cap. III — pessoa de absoluta confiança da rainha D. Catarina, que acompanhara o monarca à África, como já o fizera à entrevista de Guadalupe.

Após quinze dias de descanso em Gibraltar, saíram ambos para Sevilha. A 10 de Janeiro de 1579, partiu Guevara em direção a Lisboa, com o fim de retomar o seu cargo no Paço; e até à morte do cardeal-rei, não foi mais que um vilíssimo espião, a soldo de Cristóvão de Moura. D. João da Silva, à espera que o amo definisse a sua situação, só deixou a capital da Andaluzia em 19 de Fevereiro, quando Felipe II nomeou uma Junta de doze membros, sob a presidência do cardeal-arcebispo de Toledo, D. Gaspar Quiroga, incumbida de estudar e dar parecer acerca de todos os assuntos, relativos à sucessão de Portugal. E tomou o caminho de Madrid, em vez de voltar para Lisboa, como desejava.

(⁶¹) Fr. Bernardo da Cruz, *Chronica de El-Rei D. Sebastião*, caps. LXXXIV e LXXXVIII.

quando lá chegou o corpo de D. Sebastião. O auto da entrega — em que expressamente se acentua o desinteresse de Mulei Ahmedede, concedendo-o *livre e graciosamente* — é o seguinte:

Nós Dom Leonis Perejra, capitão e guovernador de Cepta, frei Roque e Dom Rodriguo de Meneses, que abayxo firmamos nossos nomes, damos fee e verdadeiro testemunho que André Gaspar Corço nos entregou o corpo del Rej Dom Sebastião nosso senhor (que Deus aja) quarta feira dez de Dezembro deste presente anno de mil quinhentos e setenta e oito, á porta desta Cidade ás dez horas da manhãa, dizendo as palavras seguintes em a dita entrega: Eu André Gaspar Corço, entreguo o corpo da Majestade del Rej Dom Sebastião, Rej que foi de Portugal (que Deus aja) ao muito Reverendo Padre Frei Roque e aos senhores Dom Leonis Perejra, capitão e guovernador desta Cidade de Cepta, e a Dom Rodriguo de Meneses, por mandado del Rej Mulej Hamete, o qual havia concedido o dito Real Corpo pera que o levasse em presente á Chatolica Majestade com tanta liberalidade com quanta affirmou per juramento em sua Ley que fizera o mesmo se o tivera vivo em prisão: E chegada húa carta da Chatolica Majestade e outra da Majestade del Rej de Portugal, em que lhe pedião o quisesse resgatar pera o levar a Portugal, me mandou que o não levasse a Castella (como primeiro havia mandado) senão que o trouxesse a esta fronteira de Cepta e com ella o entreguasse solememente (como ao prezente o entreguo), tomado por testemunho que o dito Muley Hamete á concedido e presentado livre e graciosamente, sem nenhum interesse, este Real Corpo á Majestade del Rej de Portugal, a intercessão e petição da Majestade Chatolica del Rej Dom Filipe: o qual, depois de ser entregue, se trouxe com muita solenidade ao Mosteiro da Santissima Trindade, onde hora está: feita em Cepta a dez de dezembro de M.D.LXXvii. Dom Leonis Perejra, Dom Rodrigo de Meneses, + Frei Roque de Spiritu Sancto — Hos que abaixo e atrás assinamos viemos acompanhando o dito reall corpo he fomos presentes ha entrega dele, he como testemunhas assinamos no mesmo dia e ora. Dom Duarte de Castel Branco, Dom Jorge de Meneses, Dom Miguel de Nononha, Luís Cesar (**) .

Ficou o corpo de D. Sebastião depositado na capela de S. Tiago da igreja da Trindade, passando depois para a capela-mor da Sé; e só em Agosto de 1582, Felipe II o mandou levantar pelo duque de Medina Sidónia, D. Afon-

(**) Arq. de Simancas, Sec. de Estado, M. n.º 396, fol. 91.

so Pérez de Guzmán, e o bispo de Ceuta, D. Manuel de Seabra, que o trouxeram a Faro.

No interessante opúsculo, *Expedicion á Marruecos del Rey Don Sebastián de Portugal*, de D. Julião Suárez Inclán, encontra-se êste trecho duma carta de Mulei Ahmeda a Felipe II, em resposta à que o rei católico lhe escrevera, pedindo o corpo do sobrinho:

Por desgracia, salteáronse las ondas de la disensión fieramente, sin advertir lo que hacian, y como furias le destrozaron (al soberano de Portugal) dejándole entre los montones de los muertos fallecido y sin vida. De allí á poco tuvimos nueva de persona que anduvo por los lugares y parte de refriega como le había visto entre los cuerpos muertos, con lo cual á la hora mandamos fuese recogido y depositado en lugar muy decente y seguro, encormentándole á custodia de quien creímos le guardaría con toda solicitud y cuidado, porque, atendiendo en esto á la virtud que los Reys no dudan observar unos con otros en las calamidades e infortunios que les suceden, cuidamos de demonstrar y robustecer tan buena costumbre (**) .

De Faro partiu o corpo de D. Sebastião, «metido em huma tumba pequena, cerrada, e cuberta com forro de tela de ouro com sua cravação meuda dourada cuberta com hum panno grande da mesma tela, e com huma Cruz pelo meyo que tomava o panno todo doutra tela mais rica de alcachofras, e torçaes ao redor». Alem do bispo de Ceuta, acompanhavam-no o bispo do Algarve, D. Afonso de Castelo Branco, o corregedor da corte, Belchior do Amaral, que assistira ao seu enterramento em Alcácer-Quibir, nove dignitários palatinos, trinta e três capelães, doze moços da câmara real com tochas acesas e numerosos reposteiros e criados. Passou por Tavira e Beja o saímento; e em Évora, onde deu entrada no dia 9

(**) Esta carta, com outras do mesmo Xerife a Felipe II, escritas em árabe e vertidas para castelhano, encontram-se no *Manuscrito* da Biblioteca Nacional de Madrid (T. 257, fols. 1 a 4 e 272 e segs.). Formam uma colecção que, por ordem do rei católico, traduziu Alonso del Castrillo (D. Julião Suárez Inclán, ob. cit., pág. 50).

de Dezembro, foi recebido, com grande solenidade, pelo arcebispo D. Teótonio de Bragança. Na manhã de 11 seguiu para Lisboa, sendo o corpo sepultado numa das capelas laterais do transepto — a capela do lado da epístola — da igreja de Santa Maria de Belém. Aqui o esperavam Felipe II, seu sobrinho, o cardeal-arquiduque Alberto, e toda a corte, no mais rigoroso luto, para assistirem aos ofícios fúnebres. É posterior o dubitativo epitáfio, que em 1735 ali se via, e Fr. Manuel dos Santos nos conservou na sua *Historia Sebastica*:

*Hoc jacet in tumulo (si vera est fama) Sebastus,
Quem dicunt Lybicis occubuisse plagis (64)*

Acolheu o cardeal-rei, com alegria, os procuradores dos cativeiros de Fez, e encarregou imediatamente os desembargadores do Paço, Francisco Carneiro, Paulo Afonso e Pedro Barbosa, de proceder à distribuição proporcional dos quatrocentos mil cruzados pelas famílias dos oitenta fidalgos, conforme os haveres de cada uma. Algumas

(64) Fr. Manuel dos Santos, *Historia Sebastica*, Liv. II, cap. xli.

Na Biblioteca Nacional de Lisboa — *Códice Alcobacense* n.º 459 (ant.) e 126 (mod.) — encontra-se uma descrição do préstito fúnebre, que acompanhou o corpo de D. Sebastião, desde Faro ao mosteiro dos Jerónimos. Os fidalgos que, por ordem de Felipe II, o foram receber ao Algarve, eram os seguintes: D. Diogo da Silva, D. Francisco de Castelo Branco, Henrique Correia da Silva, Jerónimo Moniz de Lusinhano, D. João de Castro, D. Lourenço de Almada, D. Lucas de Portugal e Rui Lourenço de Távora, sob a direcção do vedor Francisco Barreto de Lima.

É outra a inscrição que hoje se lê no túmulo de D. Sebastião:

*Conditvr hoc tvmvlo, si vera esta fama, Sebastvs,
Quem tvlit in Libicis mors properata plagis,
Nec dicas falli, regem qui vivere credit,
Pro lege extincto mors quasi vita fvit.*

Na mesma capela estão os túmulos de Luís de Camões, à direita, e Vasco da Gama, à esquerda.

tinham rendas tão mesquinhas, que mal podiam ser colectadas; e as próprias casas ricas, gravosamente empenhadas com as despesas excepcionais da expedição, difficilmente dispunham de numerário. A importância do resgate realizou-se, portanto, em letras e fazendas, contando já com os lucros da sua venda em África; mas D. Henrique deu a quarta parte, cem mil cruzados. Para cuidar dêsse assunto, deliberou o rei mandar um embaixador ao Xerife. Foi Diogo Botelho o escolhido; mas, não podendo sair de Lisboa, substituiu-o D. Francisco da Costa que, em Maio de 1579, partiu para Mazagão, onde desembarcou a 2 de Junho (**) .

Estava então Mulei Ahmede na cidade de Marrocos. As diligências dos seus agentes tinham descoberto mais quarenta fidalgos, em diversas povoações do império. Mandou-os o Xerife albergar na judiaria, como fizera em Fez; mas não lhes impôs o resgate colectivo, podendo cada um redimir-se, consoante os seus bens. A maioria foi cotada a cinco mil cruzados; e se alguns baixaram a dois mil, outros subiram a dez mil cruzados, como D. António de Castro, senhor de Cascais, e até a dezasseis mil, como Martim de Castro dos Rios, filho de João Diogo de Castro. Segundo as instruções recebidas, a todos entregou o embaixador quinhentos mil reis, quantia correspondente ao subsídio, que D. Henrique dera aos fidalgos do primeiro rol. Estes cativos não foram postos em liberdade conjuntamente, mas quando D. Francisco da Costa conseguia a importância fixada para o seu resgate; por isso voltaram a Portugal, em épocas diferentes. O prégador régio, P.º Fernão da Silva, que tão valorosamente pelejara, não se remiu por dinheiro. Levado, gravemente ferido, para Alcácer-Quibir, conseguiu seu cunhado, D. Duarte de Meneses, libertá-lo, em troca de vinte e dois vizinhos dum aduar, situado no campo de acção de Tânger, cativados pouco antes da chegada de D. Sebastião

(**) Jerónimo de Mendonça, *ob. cit.*, Liv. II, cap. ix.

à África. E a D. Duarte da Costa, sobrinho do embaixador, permitiu Mulei Ahmede que saísse de Marrocos, gratuitamente.

O resgate dos cativos de Fez, apesar de ajustado em Outubro de 1578, só um ano depois se efectuou. As fazendas renderam muito menos do que se esperava, faltando cento e vinte mil cruzados para completar a soma estipulada no contrato. A sua libertação adiar-se-ia indefidamente; mas D. Francisco da Costa tomou a responsabilidade dessa quantia, e o Xerife deu-lhes liberdade, em Novembro de 1579. Nos doze meses decorridos desde a saída dos procuradores, tinham falecido seis: D. António da Cunha, António de Távora, Damião Dias, D. João de Meneses, filho de D. Diogo de Meneses, da casa do Louriçal, Simão de Sousa e Vasco da Silveira. Foram, portanto, sessenta e nove os que partiram de Fez; mas, no caminho para Ceuta, faleceu outro: Duarte Coelho de Albuquerque. Com trasbordante alegria aportaram a Lisboa, em princípios de 1580; e esqueceram-se de quem se sacrificara pelo seu resgate. Desculpando-se uns com os outros, como se a obrigação não fôsse de todos, olvidaram o fiador e a dívida, que devia ser sagrada; e D. Francisco da Costa não pôde regressar a Portugal, porque nunca foram pagos os cento e vinte mil cruzados, em que empenhara a sua palavra (**) .

Além dos cento e vinte fidalgos, de que Mulei Ahmede se apoderara, muitos se resgataram como plebeus. Conhecem-se os nomes de cento e cinco, entre os quais Luís da Silva, um dos grandes validos de D. Sebastião, e os futuros condes de Linhares (D. Fernando de Noronha), do Redondo (D. João Coutinho), de Santa Cruz

(**) Fr. Bernardo da Cruz, *ob. cit.*, cap. lxxxix; Jerónimo de Mendonça, *ob. cit.*, Liv. II, cap. xviii.

Até à sua morte, foi D. Francisco da Costa sempre tratado pelo Xerife com as maiores distinções. Não esqueçamos que este embaixador lhe trouxera um valiosíssimo presente do cardeal-rei D. Henrique, além de variadas prendas para alguns alcaides, seus privados.

(D. Francisco Mascarenhas), de Tentúgal (D. Nuno Alvares Pereira) e de Vila Nova de Portimão (D. Manuel de Castelo Branco). Se alguns se libertaram cedo, como Luís da Silva, outros passaram longos meses no cativeiro. Os fidalgos resgatados foram, portanto, duzentos e vinte e seis, incluindo a permuta obtida pelo antigo Mestre de Campo General. Devem ser ainda contados, no número dos prisioneiros nobres, os poucos que puderam evadir-se — como D. João de Vasconcelos e D. Luís Coutinho — para qualquer das praças portuguesas ou espanholas.

O resgate geral, quer de soldados dos terços, quer dos não combatentes, não foi tão completo como o dos fidalgos, que tinham, em Lisboa, quem todos os dias pugnasse pela sua libertação. Resgataram-se, porém, alguns milhares. Para Ceuta mandou D. Henrique outro galeão, com vinte mil cruzados, em dinheiro, e muitas centenas de milhar de preciosidades, ainda mais variadas que as da primeira remessa; e os religiosos trinitários não descansavam um momento, na sua generosa e extenuante tarefa. A Argel, que era um grande mercado de cativeiros, enviou o P.^o Amador Rebelo, da Companhia de Jesus, com catorze mil cruzados; e ao P.^o Alexandre, italiano, pertencente à mesma Ordem, que acompanhara a expedição e agora andava, com o mais activo zélo, nos trabalhos do resgate, deu por diversas vezes importantes subsídios (⁶⁷). Pode sem exagero afirmar-se, como faz um cronista coevo, que em mãos de judeus ou mouros «então estava todo o dinheiro de Portugal» (⁶⁸).

Eram assim aflijivas as consequências económicas da derrota de Alcácer-Quibir, agravadas ainda pela enorme falta de braços para o amanho das terras. Mais dolorosas, mais pungentes, foram, porém, as suas consequências políticas!

(⁶⁷) Fr. Bernardo da Cruz, *ob. cit.*, caps. LXXXVI e XCIII.

(⁶⁸) Idem, *id.*, cap. LXXXVI.

ÍNDICE ALFABÉTICO

A

- Abel Quaresma — 280.
Abraão Gibre — 411.
Abraém Sufiane, alcaide de Alcácer-Quibir — 367, 377, 396, 400, 402.
Afonso II (D.), rei de Portugal — 126.
Afonso III (D.), rei de Portugal — 126.
Afonso V (D.), rei de Portugal — 24, 66, 91, 93.
Afonso de Castelo Branco (D.) — 408.
Afonso de Castelo Branco (D.), deputado da Mesa da Consciência
e depois bispo do Algarve e de Coimbra — 237, 339, 416.
Afonso Correia — 346, 347.
Afonso de Dornelas — 366, 370.
Afonso Gomes de Abreu — 414.
Afonso Henriques (D.), rei de Portugal — 66, 71, 131, 190, 297.
Afonso de Lencastre (D.), comendador-mor da Ordem de Cristo
— 40, 178, 190.
Afonso de Noronha (D.), capitão-mor de Ceuta — 92.
Afonso Serrão, cunhado de Rui de Sousa — 407.
Agostinho Pereira — 407.
Agrippa d'Aubigné — 251.
Aires de Miranda — 407.
Aires da Silva (D.), bispo do Pôrto — 301, 321, 339, 365, 407.
Aleixo Dias Falcão — 47.
Aleixo de Meneses (D.), aio de D. Sebastião — 41, 42, 43, 44, 63,
92, 93, 94, 97, 98, 117.
Alexandre (P.º) — 420.
Alexandre Farnésio, príncipe de Parma — 61, 75, 100.
Alexandre Formento, representante da Santa Sé — 300, 339.
Alexandre Herculano — 120, 258, 284, 390.
Alexandre de Matos (P.º) — 380.
Alexandre de Melo, filho de Garcia de Melo — 407.
Alexandre Moreira — 381, 407.
Alexandre Moreira, o Gama — 363.
Alfonso Danvila y Burguero (D.) — 25, 26, 33, 101, 102, 103, 104,
110, 111, 114, 136, 139, 152, 182, 187, 245, 247, 253, 254, 259,
263, 268, 271, 274.
Almazán (Dr.) — 104.
Alofraní, historiador marroquino — 328, 329, 369, 382, 383, 390,
395, 398.

- Alonso de Aguilar (D.), coronel do têrço dos espanhóis — 276, 338, 363, 388.
- Alonso del Castrillo — 415.
- Alonso Martin de Balboa — 405.
- Alonso Rodríguez de Guevara (L.^{do}) — 109, 414.
- Alonso de Tovar (D.), embaixador de Espanha em Portugal — 74, 102, 103, 104, 105.
- Alonso de Vargas — 276.
- Alvaro de Bazán (D.), marquês de Santa Cruz — 68, 349.
- Alvaro de Carvalho — 55.
- Alvaro de Castro (D.) — 106, 145, 169, 171, 190, 207, 208, 209, 210, 211, 214, 215, 264.
- Alvaro de Castro (D.), o Romanisco — 407.
- Alvaro de Cienfuegos (P.^o Mestre) — 27.
- Alvaro Coutinho (D.) — 195, 407.
- Alvaro Gonçalves de Moura — 408.
- Alvaro de Melo (D.), embaixador de Portugal em Castela — 46.
- Alvaro de Melo (D.), sobrinho do conde de Tentúgal — 407.
- Alvaro de Meneses (D.), pagem da campainha — 373.
- Alvaro Pais Sotomaior — 407.
- Alvaro Peres de Andrade — 14.
- Alvaro Pires — 407.
- Alvaro Pires de Andrade — 408.
- Alvaro Pires de Távora, autor da *Historia de Varoens illustres do appellido Tavora* — 70.
- Alvaro Pires de Távora, irmão de Cristóvão de Távora — 338, 363, 381, 383, 397, 412.
- Alvaro Pires de Távora, filho de Rui Lourenço de Távora, da Pesqueira — 407.
- Alvaro da Silveira (D.), filho do conde da Sortelha — 190.
- Amador Rebélo (P.^o) — 45, 89, 366, 420.
- Ambrósio Correia — 408.
- Ambrósio da Costa, cunhado de Miguel de Moura — 407.
- Amurate III, sultão da Turquia — 222, 231.
- Ana de Áustria (Arquiduquesa) — 153, 157, 161, 162, 163.
- Ana de Áustria (D.), rainha de Espanha — 181, 183, 184, 276, 363.
- André de Albuquerque — 407.
- André Gaspar Corso — 280, 323, 412, 413, 415.
- André Gonçalves, alcaide-mor de Sintra — 407.
- André de Gouveia — 38.
- André da Insua (Fr.) — 68.
- André Pires, filho de Alvaro Pires — 407.
- André Salema — 408.
- Angelo Pereira — 286.
- Antão de Almada (D.) — 412.
- António (D.), Prior do Crato — 19, 61, 64, 70, 71, 72, 73, 74, 116,

- 194, 195, 198, 207, 216, 252, 265, 293, 299, 300, 316, 337, 365,
388, 411.
- António de Abreu — 288.
- António de Azevedo — 396, 399.
- António Caetano de Sousa (D.) — 295, 407.
- António de Carvalho, de Setúbal — 407.
- António de Castro (D.), senhor de Cascais — 125, 147, 418.
- António da Costa (D.) — 39.
- António da Costa, filho de Gil Eanes da Costa — 407.
- António da Cunha (D.) — 254, 419.
- António Fogaça — 82.
- António de Herrera — 405, 406.
- António Jaques — 407.
- António José Teixeira (Dr.) — 39, 40.
- António Lobo, alcaide-mor de Monsarraz — 407.
- António Lobo, filho do precedente — 407.
- António de Melo — 288, 403.
- António Mendes — 385.
- António de Meneses (D.), deão da capela real — 301.
- António de Meneses (D.), filho de P. Pedro de Meneses, senhor
de Cantanhede — 363, 407.
- António de Moura, filho de Álvaro Gonçalves de Moura — 408.
- António de Noronha (D.) — 408.
- António de Noronha (D.), filho do conde de Odemira — 396, 397.
- António Pérez — 159.
- António Pinheiro (Dr.), bispo de Miranda e depois de Leiria — 44,
45, 49, 57, 58, 135, 192, 193, 199, 200.
- António Pinto (Dr.) — 276.
- António Pires de Andrade — 408.
- António de Saldanha, embaixador de Portugal em Castela — 13.
- António de San Roman (Fr.) — 316, 377, 410.
- António de Sousa (D. Fr.), bispo de Viseu — 200.
- António de Sousa, filho de André Salema — 408.
- António de Sousa, filho de Diogo Lopes de Sousa — 387, 408.
- António de Távora — 419.
- António Tiépolo — 99.
- António de Toledo (D.), prior de Malta — 224, 226, 227, 230, 235.
- António de Vasconcelos (D.) — 408.
- António Velho Tinoco — 301, 339, 408.
- Arquiduque Carlos de Áustria, irmão do imperador Maximiliano II
— 162, 179.
- Arquiduque Matias de Áustria, filho de Maximiliano II — 273.
- Arquiduque Rodolfo de Áustria, filho primogénito de Maximiliano II — 157.
- Artiaga, capitão espanhol — 381.
- Augusto Mendes Simões de Castro — 130, 311.

B

- Baltazar Limpo (D. Fr.), arcebispo de Braga — 36.
 Baltazar Teles (P.^o) — 93, 95, 96, 116.
 Barão de Alvito, D. Rodrigo Lobo — 19, 50, 334, 410.
 Bartolomeu dos Mártires (D. Fr.), arcebispo de Braga — 36, 49, 50, 53, 71, 135.
 Bartolomeu da Silva — 408.
 Beatriz (D.), rainha de Portugal, mulher de D. Afonso III — 126.
 Beatriz da Costa (D.) — 234.
 Beatriz da Silveira (D.) — 184.
 Belchior do Amaral — 301, 339, 396, 399, 400, 401, 402, 406, 416.
 Belchior Barreto — 408.
 Belchior Cornejo (Dr.) — 53.
 Belda — 114, 245, 247, 253, 254, 259, 271, 274.
 Benedito de S. Bernardo (Fr.) — 404.
 Bento Lopo (ou Lobo) — 252.
 Bernadim de Távora — 408.
 Bernardino Ribeiro Pacheco — 363, 381.
 Bernardo de Brito (Fr.) — 205, 392, 407.
 Bernardo Coutinho (D.) — 41.
 Bernardo da Cruz (Fr.) — 115, 120, 206, 227, 234, 247, 252, 254, 255, 264, 265, 279, 281, 285, 294, 299, 306, 307, 308, 318, 328, 368, 371, 376, 378, 379, 391, 398, 405, 407, 414, 419, 420.
 Bernardo de Melo — 408.
 Bernardo Moniz — 410.
 Bispo de Angoulême — 172.
 Bispo de Cuenca, inquisidor geral de Castela — 240.
 Bispo de Elvas — 265.
 Bois-le-Comte, sobrinho de Nicolau de Villegagnon — 48.
 Braz de Lucena, filho de Sebastião de Lucena — 408.
 Braz Montluc — 78, 81, 159.

C

- Cardeal Alexandrino — 125, 140, 141, 142, 143, 144, 170, 173, 177, 185.
 Cardeal-arquiduque Alberto — 276, 416.
 Cardeal Commendone — 140.
 Cardeal-infante D. Henrique — 13, 19, 20, 22, 23, 26, 28, 29, 38, 40, 41, 44, 45, 47, 48, 49, 50, 51, 53, 56, 59, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 71, 72, 73, 74, 76, 78, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 95, 97, 103, 104, 109, 118, 119, 120, 121, 125, 133, 134, 139, 140, 149, 153, 156, 160, 161, 168, 171, 177, 184, 189, 194, 195, 196, 200, 203, 204, 205, 216, 229, 234, 236, 241, 262, 263, 268, 282, 283, 284, 285, 295, 296, 300, 402.

- Cardeal-rei D. Henrique — 360, 402, 405, 411, 413, 414, 417, 418, 420.
 Cardeal João Ângelo de Médicis — V. Pio IV, papa.
 Cardeal João Tabera, arcebispo de Toledo — 6, 17.
 Cardeal de Lorena, Carlos de Guise — 152, 153, 154.
 Cardeal Luís de Guise — 162, 166.
 Cardeal D. Miguel da Silva, bispo de Viseu — 28, 42, 43, 119.
 Cardeal Rusticucci — 171.
 Carlos V, rei de Espanha e imperador da Alemanha — 5, 6, 7,
 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 18, 25, 26, 27, 31, 32, 34, 35, 41,
 42, 43, 65, 140, 184, 216, 347, 373.
 Carlos IX, rei de França — 80, 140, 142, 145, 146, 153, 157, 160,
 161, 162, 165, 167, 168, 170, 172, 173, 177, 178, 190.
 Carlos Malheiros Dias — 17.
 Carlos de Orleans — 7.
 Carlos de Passos — 297.
 Carlos (Príncipe D.) — 10, 16, 27, 29, 31, 32, 33, 41, 42, 73,
 108, 118, 152, 153, 157, 160, 161, 166.
 Catarina de Aragão, rainha de Inglaterra — 18.
 Catarina de Áustria (D.), rainha de Portugal — 5, 6, 7, 8, 14,
 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34,
 36, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 52, 53, 56,
 58, 59, 63, 68, 71, 72, 73, 80, 84, 86, 93, 95, 96, 98, 99, 104,
 105, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 118, 119, 120, 122, 123,
 125, 129, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141,
 142, 143, 144, 153, 154, 156, 158, 162, 163, 164, 166, 169,
 170, 171, 175, 179, 182, 183, 184, 185, 198, 200, 201, 203,
 205, 208, 213, 215, 224, 226, 228, 231, 243, 247, 259, 262,
 263, 298, 414.
 Catarina de Médicis, rainha de França — 106, 152, 153, 154, 155,
 157, 159, 162, 173, 175, 177.
 Catarina (Senhora D.), filha do infante D. Duarte, duquesa de
 Bragança — 61, 76, 283.
 Célestin Douais (Mgr.) — 172.
 Chantone (De) — 157.
 Cide Abde Alquerime — 251, 252, 257, 305, 318, 361, 394.
 Cide Azuz — 252, 257, 261.
 Cide Muça — 256, 257, 258.
 Ciro Alidósio — 239.
 Clemente VII, papa — 16.
 Coligny (Almirante De) — 47, 81, 122, 160.
 Conde Anfbal Pépoli — 276.
 Conde de Andrade — 186.
 Conde da Castanheira, D. António de Ataíde — 23, 24, 25, 50.
 Conde da Feira, D. Diogo Forjaz Pereira — 187.
 Conde Henry de Castries — 113, 172, 251, 305, 307, 308, 325, 326.

- 327, 328, 329, 340, 344, 348, 350, 355, 366, 370, 373, 379, 382, 393.
 Conde de Linhares, D. Francisco de Noronha — 410.
 Conde de Luna — 156.
 Conde de Montalbán — 303.
 Conde de Odemira (4.º), D. Afonso de Noronha — 265, 407.
 Conde de Odemira (3.), D. Sancho de Noronha — 270.
 Conde de Portalegre (3.º), D. Álvaro da Silva — 135, 138, 184, 265, 316.
 Conde do Redondo, D. Luís Coutinho — 265.
 Conde de Sabugosa — 174.
 Conde de São Mamede — 107, 152, 153, 173, 174, 177.
 Conde da Sortelha, D. Diogo da Silveira — 190, 409.
 Conde de Tentúgal, D. Francisco de Melo — 138, 223, 242, 265, 407, 410.
 Conde da Viç'zeira, D. Vasco da Gama — 44, 265, 358.
 Conde de Vimioso (2.º), D. Afonso de Portugal — 19, 35, 44, 61, 120, 161, 190, 196, 199, 204, 205, 251, 265, 314, 315, 316, 349, 354, 390, 391, 407, 409.
 Conde de Vimioso (1.º), D. Francisco de Portugal — 9, 11, 17, 50.
 Conrado Rott — 238, 243, 289.
 Constantino de Bragança (D.), irmão do duque D. Teodósio I — 5, 36, 37.
 Constantino de Bragança (D.), filho do conde de Tentúgal — 396, 399.
 Cristóvão Aires — 113, 366.
 Cristóvão de Alcáçova, filho de Pedro de Alcáçova Carneiro — 408.
 Cristóvão de Brito — 408.
 Cristóvão de Matos (Dr.) — 66.
 Cristóvão de Moura — 73, 103, 227, 230, 233, 234, 235, 259, 266, 274, 276, 285, 295, 414.
 Cristóvão de Moura, primo do precedente — 288.
 Cristóvão de Távora, filho de Bernardim de Távora — 408.
 Cristóvão de Távora, filho de Lourenço Pires de Távora — 51, 90, 199, 208, 209, 215, 233, 246, 247, 264, 279, 282, 291, 300, 301, 313, 314, 317, 318, 338, 343, 344, 358, 360, 363, 373, 380, 385, 390, 391, 392, 408, 412.

D

- Damião Dias — 419.
 David Lopes (Dr.) — 350, 390.
 Dellen — 47.
 Diogo Barbosa Machado — 16, 21, 27, 41, 44, 46, 49, 50, 51, 69, 78, 79, 80, 84, 85, 98, 100, 112, 117, 121, 122, 123, 128, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 145, 146, 147, 148, 152, 156, 158, 159, 161, 164, 165, 167, 168, 169, 190, 192, 194, 195, 197, 200, 202, 217, 226, 238, 239, 240, 247, 248, 249, 251,

- 255, 256, 257, 259, 261, 262, 263, 267, 268, 271, 272, 279,
281, 282, 285, 294, 295, 310, 319, 322, 326, 328, 333, 334,
342, 346, 360, 368, 407.
- Diogo Bernardes — 301, 302, 303.
- Diogo Botelho — 418.
- Diogo Caballero (D.) — 338.
- Diogo de Castelo Branco (D.), irmão de D. Martinho de Castelo Branco — 408.
- Diogo de Castro (D.), da casa do Torrão — 408.
- Diogo do Couto — 123.
- Diogo da Fonseca — 301, 333, 339, 347, 404, 405.
- Diogo da Fonseca Coutinho — 408.
- Diogo de Guzmán de Silva (D.) — 154.
- Diogo Laynez — 45, 95.
- Diogo Lopes — 363.
- Diogo Lopes da Franca — 195, 408.
- Diogo Lopes de Lima — 408.
- Diogo Lopes de Sequeira, capitão-mor das galés e coronel do terço de Lisboa — 217, 277, 288, 338, 351, 364, 365, 387, 389, 405.
- Diogo Lopes de Sequeira, governador da Casa do Cível — 126.
- Diogo Lopes de Sousa — 387, 408.
- Diogo de Melo (D.), filho de D. António de Melo — 403, 405.
- Diogo de Melo, filho de Garcia de Melo — 408.
- Diogo de Meneses (D.), da casa do Louriçal — 408, 410, 419.
- Diogo de Meneses (D.), irmão de D. Pedro de Meneses, da casa de Cantanhede — 363, 408.
- Diogo de Meneses (D.), filho de D. Fernando de Meneses, da casa dos condes de Viana — 408.
- Diogo Miron (P.º) — 38.
- Diogo de Paiva de Andrade (Dr.) — 53.
- Diogo de Palma — 332, 333.
- Diogo Queipo de Sotomayor — 324, 369.
- Diogo Serrão — 408.
- Diogo da Silva (D.), filho do antigo embaixador de Espanha, D. João da Silva — 241, 417.
- Diogo da Silva, senhor de Vagos — 208.
- Diogo de Sousa (D.) — 194, 288, 293, 305, 306, 337, 346, 349, 402, 404.
- Diogo de Torres — 266, 267.
- Diogo de Zuñiga (D.) — 405.
- Dionísio Vásquez (P.º) — 27.
- Dogalí (Alcaide) — 327, 328.
- Domingos de Noronha — 396.
- Duarte (D.), rei de Portugal — 24, 66, 99.
- Duarte (Infante D.) — 19, 72, 75, 100.
- Duarte (Senhor D.), filho do infante D. Duarte — 19, 21, 64, 72, 146, 167, 189, 190, 196, 201, 216, 217, 242, 268, 282.

- Duarte de Almeida (D.), embaixador de Portugal em Castela — 18, 408.
- Duarte de Almeida (D.), sumilher de cortina — 43.
- Duarte de Castelo Branco (D.), meirinho-mor — 180, 181, 301, 396, 412, 415.
- Duarte de Castro dos Rios — 403.
- Duarte Coelho de Albuquerque — 419.
- Duarte da Costa, governador geral do Brasil — 47.
- Duarte da Costa (D.) — 419.
- Duarte Dias de Meneses — 408.
- Duarte da Gama (D.) — 409.
- Duarte de Melo — 408.
- Duarte de Meneses (D.), filho de D. Garcia de Meneses — 408.
- Duarte de Meneses (D.), governador de Tânger — 199, 222, 251, 252, 280, 281, 287, 289, 290, 306, 317, 320, 335, 338, 339, 342, 348, 349, 351, 354, 362, 365, 372, 376, 378, 379, 381, 383, 384, 385, 396, 399, 400, 411, 412, 418.
- Duarte de Miranda — 408.
- Duque de Alba, D. Fernando Álvarez de Toledo — 6, 83, 160, 218, 219, 224, 225, 230, 231, 232, 233, 235, 243, 245, 247, 250, 259, 260, 261, 272, 276, 347, 370.
- Duque de Aveiro, D. João de Lencastre — 12, 19, 46, 50, 64.
- Duque de Aveiro, D. Jorge de Lencastre — 130, 135, 184, 186, 190, 196, 207, 216, 265, 299, 339, 342, 352, 354, 365, 371, 372, 380, 381, 383, 384, 386, 409.
- Duque de Barcelos, D. Teodósio — 297, 299, 335, 342, 365, 387, 397, 410.
- Duque da Baviera — 180, 183.
- Duque de Borgonha, Felipe o Bom — 273.
- Duque de Bragança, D. João I — 61, 76, 198, 242, 265, 289, 297, 299, 300.
- Duque de Bragança, D. Teodósio I — 10, 18, 19, 36, 46, 50, 64.
- Duque de Escalona, D. Diogo Lopez Pacheco — 12.
- Duque de Cadaval — 295.
- Duque de Feria, D. Gomes Suárez de Figueroa — 133.
- Duque de Florença — 67.
- Duque de Holstein, Adolfo — 272.
- Duque de Medinaceli, D. João de la Cerda — 259, 270, 271.
- Duque de Medina Sidonia, D. Afonso Pérez de Guzmán — 303, 304, 415.
- Duque de Medina Sidonia, D. João Alonso de Guzmán — 10.
- Duque de Saboia — 67, 271, 276.
- Duquesa de Lorena — 179, 183.

E

- Edgar Prestage — 78, 146, 176.
 Eduardo VI, rei de Inglaterra — 34.
 Eduardo Álvarez Ardanuy — 353, 374.
 Estêvão Pinheiro (Fr.) — 339, 408.
 Estêvão Preto (Dr.) — 57.
 Estêvão de Sampaio (Fr.) — 115.
 Estêvão Soares de Melo — 408.

F

- Febo Moniz — 43.
 Felipa da Silva (D.), mulher de D. João da Silva — 184, 316.
 Felipe II, rei de Espanha — Em quase toda a obra.
 Felipe III, rei de Espanha — 39, 308, 392.
 Felipe Terzi — 339.
 Fernando I, imperador da Alemanha — 153, 156, 157.
 Fernando, o Católico, rei de Espanha — 7, 67.
 Fernando Álvares de Noronha (D.) — 43, 93.
 Fernando Carrillo de Mendoza (D.), embaixador de Espanha em Portugal — 105, 123, 132, 161, 166, 168, 179, 186.
 Fernando de Castro (D.) — 396.
 Fernando Martins Mascarenhas (D.), embaixador de Portugal no Concílio de Trento — 52.
 Fernando Mascarenhas (D.) — 317, 349, 388, 408.
 Fernando de Meneses (D.), embaixador de Portugal em Roma — 158, 408.
 Fernando de Vasconcelos e Meneses (D.), arcebispo de Lisboa — 10, 19, 53, 236.
 Fernando de Noronha (D.), futuro conde de Linhares — 371, 419.
 Fernando Palha — 146.
 Fernão Abarca Maldonado (Dr.) — 14.
 Fernão Álvares de Andrade — 14.
 Fernão Barreto — 408.
 Fernão Martins Mascarenhas — 408.
 Fernão de Pina Marecos — 238, 263.
 Fernão Rodrigues de Brito — 408.
 Fernão da Silva — 410.
 Fernão da Silva (P.º) — 247, 301, 321, 360, 365, 418.
 Fernão da Silva, embaixador de Portugal em Castela — 266.
 Fernão da Silveira — 127.
 Fernão de Sousa — 408.
 Fernão Teles, de Santarém — 408.
 Flotte-Roquevaire (De) — 340.
 Forneron — 227.
 Fortunato de Almeida — 113, 174.

- Fradique Enríquez de Guzmán (D.) — 25, 26.
 Fradique Manuel (D.) — 412.
 Francisco I, rei de França — 10, 142.
 Francisco II, rei de França — 152, 153, 154.
 Francisco de Aldana — 266, 277, 320, 321, 331, 335, 337, 346,
 347, 350, 362, 364, 369, 370, 371, 380.
 Francisco de Almeida — 403.
 Francisco de Andrade — 12, 15.
 Francisco Barreto, general das galés e antigo governador da Índia
 — 37, 69, 122, 123.
 Francisco Barreto, filho de Nuno Rodrigues Barreto — 408.
 Francisco Barreto de Lima — 417.
 Francisco de Bobadilla (Fr.) — 140.
 Francisco de Borja (P.^o), 4.^o duque de Gandia e 3.^o Geral da Com-
 panhia de Jesus — 5, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 42, 125, 140,
 141, 142, 143, 144, 155, 156, 174.
 Francisco de Bustamante (P.^o) — 27.
 Francisco Cano (Mestre) — 141, 144.
 Francisco Casado de Carvalho — 301, 339, 408, 410.
 Francisco Carneiro — 417.
 Francisco de Castelo Branco (D.) — 417.
 Francisco de los Cobos (D.), comendador-mor de Leão — 6, 7,
 10, 11.
 Francisco da Costa (D.), embaixador de Portugal em Marrocos
 — 288, 418, 419.
 Francisco Coutinho (D.) — 408.
 Francisco Dias (L.^{do}) — 20.
 Francisco Domingues de Beja, filho de Rodrigo Afonso de Beja
 — 408.
 Francisco de Eraso — 103.
 Francisco de Faro (D.) — 137.
 Francisco Ferreira de Valdivielso — 279, 338, 363.
 Francisco da Fonseca (P.^o) — 39.
 Francisco Foreiro (Fr.) — 53.
 Francisco Geraldes, embaixador de Portugal na Inglaterra — 83.
 Francisco Gomes Teixeira (Dr.) — 99.
 Francisco Gonçalves da Câmara — 79.
 Francisco Henriques — 408.
 Francisco de Lucena — 78.
 Francisco Machado (Fr.) — 126.
 Francisco Manuel (D.), filho de D. João Manuel — 408.
 Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato — 214.
 Francisco Marques Botelho — 47.
 Francisco Mascarenhas (D.), de Santarém — 354.
 Francisco Mascarenhas (D.), filho de D. João Mascarenhas, ju-
 turo conde de Santa Cruz — 420.
 Francisco de Melo, filho de Lopo Vaz de Melo — 403.

- Francisco de Melo, filho de Simão de Melo — 408.
 Francisco de Meneses (D.), filho de D. Fernando de Meneses — 195, 408.
 Francisco de Moura (D.), filho de D. Luís de Moura — 408.
 Francisco Pereira (D.), embaixador de Portugal em Castela — 67, 158, 159, 165, 180, 408, 409.
 Francisco de Portugal (D.), estribeiro-mor e depois vedor da Fazenda — 182, 183, 209, 212, 214, 248, 409, 412.
 Francisco de Portugal (D.), filho primogénito do conde de Vimioso, D. Afonso de Portugal — 190, 199, 251, 316.
 Francisco Rodrigues, S. J. — 93, 95, 100.
 Francisco de Sá de Meneses, senhor de Matozinhos — 134, 184.
 Francisco Sodré — 408.
 Francisco de Sousa (D.), sobrinho de D. Diogo de Sousa — 288, 402, 406.
 Francisco de Távora, coronel do têrço do Algarve — 277, 338, 364, 387, 389, 408.
 Francisco Teixeira — 300.
 Francisco de Vilaverde (D.), filho de D. Pedro de Vilaverde — 408.
 Frederico Francisco de la Figanière — 84.

G

- Gabriel Pereira — 39.
 Gabriel de Zayas — 90, 168, 183, 267, 268, 289, 303, 304, 307, 321, 331.
 Gachard — 27, 28, 29, 30, 31, 32, 106, 172, 175, 178.
 Garcia Afonso de Beja, filho de Rodrigo Afonso de Beja — 408.
 Garcia de Melo — 407, 408.
 Garcia de Melo, filho de Mimão de Melo — 408.
 Garcia de Meneses (D.), da casa dos condes de Viana — 408.
 Garcia Sarmiento (D.) — 338.
 Garcia de Toledo (D.), marquês de Vilafranca e duque de Fernandina — 69.
 Gaspar Caldeira — 78, 80.
 Gaspar de Carvalho (Dr.) — 19, 21.
 Gaspar do Casal (D. Fr.), bispo de Leiria — 49, 53, 236.
 Gaspar da Gram — 411.
 Gaspar de Leão (Mestre), arcebispo de Gôa — 36.
 Gaspar Maurício (P.º) — 45, 96, 205, 300, 410.
 Gaspar Nunes — 408.
 Gaspar Quiroga (D.), cardeal-arcebispo de Toledo — 414.
 Gaspar de Sousa Lobo — 403.
 Gaspar de Teive (D.) — 408.
 Gil Eanes da Costa (D.) — 407.
 Gil Fernandes de Carvalho — 396, 397.
 Gil Vicente — 63, 100.

- Gomes Freire de Andrade, de Bobadela — 408, 410.
 Gomes de Noronha (D.) — 409.
 Gomes de Sotomaior — 408.
 Gonçalo de Castelo Branco (D.), filho de D. Afonso de Castelo Branco — 408.
 Gonçalo Chacón (D.) — 363.
 Gonçalo Nunes Barreto, alcaide-mor de Loulé — 408.
 Gonçalo Ribeiro Pinto — 339, 366.
 Gonçalo da Silveira (P.º D.) — 122.
 Grão-Duque da Toscana, Francisco I de Médicis — 239, 240, 275.
 Gregório XIII, papa — 74, 184, 193, 194, 198, 204, 229, 236, 237, 240, 241, 275, 277.
 Gregório Sanches de Noronha — 380, 408.
 Gregório Sernache, do Pôrto — 408.
 Guadí — 350.
 Guilherme de Nassau, príncipe de Orange — 273, 274.
 Guilherme Winter — 81.

H

- Henrique II, rei de França — 47, 153.
 Henrique de Bourbon, príncipe de Béarn — 170, 173.
 Henrique de Castro — 19.
 Henrique Correia da Silva, filho de Ambrósio Correia — 408.
 Henrique Correia da Silva, filho de Martim Correia da Silva — 404, 417.
 Henrique de Figueiredo — 408.
 Henrique Henriques de Miranda, alcaide-mor de Chaves — 408.
 Henrique de Meneses (D.), filho de D. Francisco de Meneses, da casa de Tarouca — 408.
 Henrique de Meneses (D.), o Roxo, filho de D. Diogo de Meneses, da casa do Louriçal — 408.
 Henrique Moniz (D.), sobrinho de D. António Moniz — 408.
 Henrique Telo de Meneses (D.), irmão de D. Jorge Telo de Meneses, pagem do guião — 408.
 Henrique de Valois, duque de Anjou — 176.
 Hércules de Pisa — 339, 363.
 Hidalcão — 146.
 Hieronimo Lobo (D.) — 392.
 H. J. B. Ward — 344.
 Houdas (O.) — 328, 369, 390, 395.

I

- Ibne Alcadí, escritor marroquino do século XVI — 369, 390.
 Ignacio Bauer y Landauer — 113, 327, 393.
 Inácio de Azevedo (P.º) — 178.
 Inácio de Loyola — 92, 141.

- Inácio Martins (P.) — 38, 146.
 Inácio de Vilhena Barbosa — 297.
 Isabel (Imperatriz D.), mulher de Carlos V — 6, 42, 184.
 Isabel de Áustria (Arquiduquesa) — 151, 153, 154, 156, 157, 158, 160, 162, 164.
 Isabel de Áustria, rainha de França — 184.
 Isabel de Bragança, mulher do infante D. Duarte — 75.
 Isabel Clara Eugénia (Infanta), filha de Felipe II — 101, 110, 114, 151, 152, 180, 182, 184, 224, 228, 239.
 Isabel de Lencastre, primeira mulher do duque de Bragança, D. Teodósio I — 46.
 Isabel Tudor, rainha de Inglaterra — 81, 82, 83, 346.
 Isabel de Valois, rainha de Espanha — 162.

J

- Jacques Soria — 178.
 Jaime de Bragança (D.), irmão do duque de Bragança, D. João I — 297, 387, 408.
 Jaime de Lencastre (D.), bispo de Ceuta e Olivença — 51.
 Jerónimo da Cunha — 339, 365, 384.
 Jerónimo Franchi Conestaggio — 289, 298, 308, 315, 316, 327, 342, 347, 348, 350, 353, 362, 369, 373, 376, 377, 378, 380, 383, 386, 393, 410.
 Jerónimo de Freitas — 408.
 Jerónimo Manuel (D.) — 412.
 Jerónimo de Mendonça — 279, 309, 316, 318, 323, 342, 368, 373, 377, 378, 380, 392, 393, 394, 398, 403, 404, 407, 412, 418, 419.
 Jerónimo de Meneses (D.) — 130.
 Jerónimo Moniz de Lusinhano — 417.
 Jerónimo Osório (D.), bispo do Algarve — 135, 138, 200, 265.
 Jerónimo de Saldanha (D.), filho de D. Luís de Saldanha — 408.
 Jerónimo Teles, filho de Fernão Teles, de Santarém — 408.
 Joachim de Centellas — 327, 336, 372.
 Joana (Infanta D.), mãe de D. Sebastião — 5, 7, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 18, 25, 26, 27, 28, 29, 36, 72, 73, 102, 104, 105, 132, 136, 155, 156, 157, 158, 163, 165, 168, 179, 181, 231.
 Joana d'Albert — 7.
 Joana de Ataíde (D.) — 412.
 Joana de Castro (D.) — 187.
 Joana de Eça (D.) — 44, 56.
 Joana Manuel (D.), duquesa de Medinaceli — 270.
 Joana de Meneses (D.), aia de D. Sebastião — 41.
 João I (D.), rei de Portugal — 66, 93.
 João II (D.), rei de Portugal — 66, 91, 129.
 João III (D.), rei de Portugal — 5, 8, 9, 10, 12, 13, 16, 17, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 28, 33, 34, 35, 41, 42, 43, 45, 47, 54, 62, 65, 71, 91, 92, 93, 119, 184, 205, 208.

- João (Príncipe D.) — 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 20, 26, 45,
 93, 231.
 João de Abrantes (D.) — 408.
 João Afonso de Beja (Dr.) — 51, 52.
 João Afonso de Meneses — 236.
 João d'Albret — 7.
 João de Almeida (D.), filho de D. Duarte de Almeida — 408.
 João Álvares de Azevedo — 279, 338, 363.
 João Álvares da Cunha — 408.
 João de Austria (D.) — 272, 273.
 João de Ávila (D.) — 338.
 João de Baena Parada (D.) — 16, 369.
 João Baptista Lavanha — 77, 78, 175, 241.
 João Bautista de Morales — 343.
 João de Barreira — 147.
 João Bezerra — 351, 364.
 João de Borja (D.), embaixador de Espanha em Portugal — 105,
 106, 109, 111, 133, 134, 136, 139, 141, 143, 144, 145, 168, 169,
 179, 180, 182, 187.
 João Brandão de Almeida — 380, 408.
 João Capdeville — 178.
 João de Carvalho Patalim — 408, 410.
 João de Castelo Branco (D.), comendador de Aljezur — 148.
 João de Castelo Branco (D.), filho de D. Simão de Castelo Branco
 — 409.
 João de Castilho — 210.
 João de Castro (D.), vice-rei da Índia — 106, 215.
 João de Castro, (D.), filho de D. Álvaro de Castro — 211, 417.
 João de Castro (P.^e D.), vedor da Fazenda e depois capelão-mor
 — 120, 190, 204.
 João Coutinho (D.), futuro conde do Redondo — 419.
 João da Cunha, comendador de Malta — 409.
 João Diogo de Castro — 401, 418.
 João da Gama — 339, 363, 409.
 João Godinez de Millis — 406.
 João Gomes Cabral — 380, 409.
 João Gomes da Silva, embaixador de Portugal em Paris e em Roma
 — 113, 146, 173, 174, 175, 176, 184, 196, 198, 203, 218, 229,
 236, 237, 238, 239, 240, 243, 244, 275, 276.
 João Gomes da Silva, sobrinho do precedente — 239.
 João Gonçalves de Azevedo — 363.
 João Henriques (D.) — 409.
 João Hurtado de Mendoza, embaixador de Espanha em Portugal
 — 25, 31, 33, 35, 36, 216.
 João Manuel (D.) — 408, 409.
 João Martínez Silíceo (D.), bispo de Cartagena — 10.
 João Martins Gajo — 414.

- João Mascarenhas (D.) — 126, 129, 284.
João Mascarenhas (D.), filho de D. Vasco Mascarenhas — 409.
João de Melo (D.), bispo do Algarve e arcebispo de Évora — 72, 204.
João Mendes, morgado de Oliveira — 409.
João Mendes de Meneses — 287.
João de Mendonça Furtado — 384, 409.
João de Meneses (Almirante D.) — 92.
João de Meneses (D.), da casa de Cantanhede — 363.
João de Meneses (D.), filho de D. Diogo de Meneses, da casa do Louriçal — 419.
João de Meneses (D.), filho de D. Duarte de Meneses — 379.
João de Meneses (D.), filho de D. Manuel de Meneses, da casa do Louriçal — 409.
João de Meneses (D.), filho de D. Pedro de Meneses, senhor de Cantanhede — 409.
João de Meneses de Sequeira (D.) — 195.
João de Molina — 254.
João Nicot, embaixador de França em Portugal — 154, 155.
João Nunes — 350.
João Nunes Barreto (D.), patriarca da Etiópia — 92.
João Pereira (D.), filho de D. Francisco Pereira — 409.
João Pereira Dantas, embaixador de Portugal em França — 80, 81, 152, 159, 403.
João de Portugal (D.), filho de D. Francisco de Portugal — 390, 391, 409.
João de Portugal (D.), filho de D. Manuel de Portugal — 409.
João Quaresma, filho de Manuel Quaresma Barreto — 409.
João Rodrigues de Sá — 396, 399.
João de Sá (D.), filho de D. Duarte de Sá — 409.
João Sacrobosco — 89.
João da Silva adjunto do capitão dos aventureiros — 338, 363.
João da Silva (D.), embaixador de Espanha em Portugal — 90, 111, 112, 113, 114, 179, 184, 185, 186, 187, 212, 213, 214, 224, 225, 234, 241, 245, 247, 249, 250, 253, 263, 265, 267, 268, 269, 271, 274, 275, 285, 286, 289, 290, 291, 293, 296, 299, 303, 304, 306, 307, 308, 309, 316, 318, 319, 320, 321, 322, 330, 331, 360, 362, 376, 377, 378, 386, 395, 413, 414.
João da Silva, filho de Lopo Furtado de Mendonça — 409.
João da Silva, filho de Lourenço da Silva, regedor da Justiça — 409.
João da Silva (Fr.), Provincial da Ordem de S. Domingos — 334, 339.
João da Silva, regedor da Casa da Suplicação — 19.
João da Silveira, de Beja — 409.
João da Silveira, de Évora — 409.
João da Silveira (D.), filho do conde da Sortelha — 409.

- João Soares (D.), bispo de Coimbra — 12, 53.
 João de Sousa (D.) — 345.
 João Tavares de Sousa — 412.
 João de Vasconcelos (D.) — 420.
 João Vásquez de Molina — 18.
 João de Zuñiga (D.) — 74, 405.
 Jorge de Albuquerque Coelho — 381, 390.
 Jorge de Almeida (D.), arcebispo de Lisboa — 135, 202, 205, 236, 265, 284.
 Jorge de Ataíde (D.), bispo de Viseu — 53, 200.
 Jorge da Costa — 409.
 Jorge de Faro (D.), primo do conde de Odemira — 409.
 Jorge de Lencastre (D.), primo do duque de Aveiro — 409.
 Jorge de Lima — 122, 409.
 Jorge de Melo, monteiro mor — 41.
 Jorge de Melo (D.), de Portalegre — 409.
 Jorge de Melo Coutinho (D.), de Santarém — 409.
 Jorge de Melo da Cunha — 409.
 Jorge de Meneses (D.) — 396, 399.
 Jorge de Meneses (D.), irmão de D. Pedro de Meneses, senhor de Cantanhede — 412, 415.
 Jorge de Santa Luzia (D. Fr.), bispo de Malaca — 36.
 Jorge da Silva, tio de Lourenço da Silva — 108, 351, 400, 409.
 Jorge da Silva da Gama (D.), filho de D. Duarte da Gama — 409.
 Jorge de Sousa (D.) — 47.
 Jorge Telo de Meneses (D.), págem do guião — 344, 379, 380, 412.
 Jorge Temido (D. Fr.), bispo de Cochim — 36.
 Jorge Winter — 81.
 José Anastásio de Figueiredo — 53, 118, 127, 128, 147, 238, 240, 288.
 José Caldas — 301.
 José Maria Nepomuceno — 186.
 José Pereira Baião (P.º) — 16, 17, 62, 64, 78, 91, 93, 94, 96, 98, 99, 117, 151, 167, 174, 189, 200, 205, 209, 210, 224, 242, 247, 257, 271, 272, 274, 278, 279, 282, 289, 294, 295, 298, 306, 318, 322, 328, 331, 333, 334, 336, 345, 365, 373, 400, 403, 407.
 José Pereira de Sampaio (Bruno) — 17.
 José da Silva Mendes Leal — 158, 168, 170, 171.
 José Silvestre Ribeiro — 39.
 José Teixeira (Fr. — 116.
 Juan de San Geronimo (Fray) — 369, 378.
 Juliana de Lencastre (D.) — 186.
 Julião de Alva (D.), bispo de Portalegre — 63, 120, 132, 137.
 Julião Suárez Inclán (D.) — 343, 353, 416.
 Júlio III, papa — 40, 63.
 Júlio Dantas (Dr.) — 107.

L

- Lafuente — 6.
 Leão Henriques (P.^o) — 39, 97, 140, 262.
 Lelia Osuña — 328.
 Leonel de Lima, filho de Jorge de Lima — 409.
 Leonis Pereira (D.), governador de Ceuta — 415.
 Leonor (D.), rainha de Portugal e de França — 5, 25, 34, 35.
 Leonor de Aragão (D.), rainha de Portugal — 24.
 Leonor de Castro (D.), duquesa de Gandia — 42, 43.
 Lima Felner — 257, 298.
 Limoges (De) — 153.
 Lopo de Abreu — 409.
 Lopo de Alarcão (D.) — 409.
 Lopo Furtado de Mendonça — 409.
 Lopo Hurtado, embaixador de Espanha em Portugal — 11, 43.
 Lopo Mendes de Barros — 409.
 Lopo Rodrigues — 319.
 Lopo de Sousa — 409.
 Lopo Vaz de Melo — 403.
 Lopo Vaz de Sequeira — 409.
 Lourenço de Almada (D.) — 417.
 Lourenço Amado — 409.
 Lourenço de Brito — 409.
 Lourenço Guedes — 409.
 Lourenço de Lima, filho de Jorge de Lima — 409.
 Lourenço de Noronha (D.), filho do conde de Linhares — 409.
 Lourenço Pires de Carvalho — 191.
 Lourenço Pires de Távora — 12, 13, 25, 40, 50, 51, 59, 64, 65, 70, 73, 145, 155, 167, 171, 190, 208, 408.
 Lourenço da Silva, regedor da Justiça — 265, 301, 339, 409.
 Lourenço de Sousa, filho de André Salema — 409.
 Lucas de Andrade — 409.
 Lucas de Portugal (D.) — 417.
 Luís (Infante D.) — 8, 10, 18, 38, 71, 73.
 Luís de Alcáçova, filho de Pedro de Alcáçova Carneiro — 209, 409.
 Luís de Almeida (D.), irmão do arcebispo de Lisboa — 287, 409.
 Luís Álvares da Cunha — 287.
 Luís Álvares de Távora, senhor do Mogadouro — 409.
 Luís de Ataíde (D.) — 118, 125, 146, 149, 207, 243, 247, 248.
 Luís Augusto Rebêlo da Silva — 22, 91, 205, 210, 227.
 Luís de Brito — 389, 390, 391.
 Luís Cabrera de Córdoba — 7, 253, 322, 325, 347, 369, 394.
 Luís Cabrette — 253, 321.
 Luís de Camões — 193, 417.
 Luís de Castilho (D.) — 409.
 Luís de Castro (D.), filho de D. Álvaro de Castro — 409.
 Luís de Castro Pacheco (Dr.) — 130.

- Luís César — 332, 335, 396, 412, 415.
 Luís Coelho de Barbuda — 323.
 Luís de Condé (Príncipe) — 122.
 Luís Coutinho (D.) — 420.
 Luís Coutinho (D.), cunhado de D. Miguel de Noronha — 409.
 Luís da Cruz (P.^o) — 131.
 Luís Fernandes de Vasconcelos (D.) — 178.
 Luís Gonçalves de Ataíde — 409.
 Luís Gonçalves da Câmara (P.^o) — 45, 89, 92, 94, 95, 97, 99, 100,
 105, 106, 109, 131, 137, 138, 140, 141, 144, 171, 173, 174, 206,
 264.
 Luís de Godoy (D.) — 277, 338, 363, 369.
 Luís de Granada (Fr.) — 36, 44, 178.
 Luís Hernández de Córdoba (D.) — 276, 338, 363.
 Luís de Lencastre (D.), irmão do duque de Aveiro, D. João de
 Lencastre — 46.
 Luís Lobo (D.) — 113.
 Luís de Loureiro — 56.
 Luís de Meneses (D.), alferes-mor — 189, 190, 216, 294, 389, 412.
 Luís de Meneses (D.), filho de D. Aleixo de Meneses — 409.
 Luís de Montoya (Fr.) — 44, 45, 97.
 Luís de Moura (D.) — 408.
 Luís Nieto (Fr.) — 280, 307, 308, 327, 336, 342, 366, 369, 372, 378,
 383, 393.
 Luís de Noronha (D.), alcaide-mor de Monforte — 409.
 Luís de Oxeda — 113, 280, 327, 328, 338, 343, 355, 369, 372, 378,
 383, 393, 399.
 Luís Pereira (D.) — 127.
 Luís de Saldanha (D.) — 408.
 Luís Sánchez — 405.
 Luís Sarmiento de Mendoza (D.), embaixador de Espanha em Por-
 tugal — 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 25.
 Luís da Silva — 208, 209, 215, 233, 243, 245, 246, 247, 249, 250,
 251, 259, 261, 264, 266, 317, 360, 420.
 Luís de Sousa (Fr.) — 17, 24, 42, 187.
 Luís de Torres — 138, 160, 170, 171.
 Luís de Torres de Lima — 334.
 Luís Venegas de Figueiroa — 156, 159, 160, 161.
 Luís Vicente — 100.
 Luísa de Castro (D.) — 363.

M

- Madame Margarida, filha de Francisco I, rei de França — 7.
 Mami (Alcaide) — 355.
 Manrique da Silva (D.) — 184.
 Manuel I (D.), rei de Portugal — 28, 30, 34, 42, 66, 75, 91, 236,
 268, 283.

- Manuel de Almeida — 55.
 Manuel Álvares (Dr.) — 82.
 Manuel Bento de Sousa (Dr.) — 17, 258, 373, 380.
 Manuel de Castelo Branco (D.), futuro conde de Vila Nova de Portimão — 420.
 Manuel Correia Baharem — 409.
 Manuel Côrte-Real — 409.
 Manuel de Faria e Sousa — 16, 203, 206.
 Manuel Fradique — 409.
 Manuel Furtado (P.º) — 77.
 Manuel de Lacerda (D.), alcaide-mor de Souzel — 409.
 Manuel Mascarenhas (D.) — 350.
 Manuel de Melo da Cunha — 287.
 Manuel de Mendonça Cação, filho de João de Mendonça Cação — 409.
 Manuel de Meneses (D.), autor da *Chronica del Rey D. Sebastião* — 14, 15, 16, 17, 41, 49, 59, 62, 65, 78, 89, 95, 98, 116, 117.
 Manuel de Meneses (D.), bispo de Coimbra — 241, 263, 265, 301, 317, 321, 339, 354, 365, 409.
 Manuel de Meneses (D.), da Casa do Louriçal — 409.
 Manuel de Mesquita — 287.
 Manuel de Miranda — 409.
 Manuel de Noronha (D.), filho de D. Gomes de Noronha — 409.
 Manuel Nunes — 211.
 Manuel Pinheiro Chagas — 17.
 Manuel de Portugal (D.), filho do conde de Vimioso, D. Afonso de Portugal — 190, 409.
 Manuel de Quadros — 339.
 Manuel Quaresma Barreto — 199, 208, 212, 213, 214, 230, 409.
 Manuel Rolim — 363, 409.
 Manuel dos Santos (Fr.) — 17, 21, 41, 49, 67, 78, 86, 97, 98, 112, 115, 116, 117, 118, 121, 122, 123, 131, 145, 146, 147, 149, 152, 184, 191, 203, 216, 235, 252, 253, 267, 275, 278, 284, 286, 294, 304, 318, 342, 407, 417.
 Manuel dos Santos (D. Fr.), bispo de Targa — 38.
 Manuel de Seabra (D.), bispo de Ceuta — 416.
 Manuel Soares — 412, 413.
 Manuel de Sousa, aposentador-mor — 409.
 Manuel de Sousa, filho de André de Sousa — 409.
 Manuel Teles, filho de Fernão Teles, de Santarém — 409.
 Marco Túlio Catizone — 115.
 Marcos Jorge Carranza — 301, 339.
 Marcos de Lisboa (Fr.) — 200.
 Margarida de Austria, duquesa de Parma — 75, 76.
 Margarida de Mendonça (D.) — 41, 42.
 Margarida de Valois, princesa de França — 80, 105, 106, 107, 123.

- 136, 139, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 162, 161, 168, 169, 170, 173, 174, 177, 185, 207.
- Maria (D.), rainha de Portugal, segunda mulher de D. Manuel — 28, 31, 42.
- Maria (Infanta D.), filha do rei D. Manuel e da rainha D. Leonor — 5, 25, 28, 30, 34, 35, 97, 118, 119, 123, 125, 129, 146, 186, 216, 217, 221, 258, 271, 282.
- Maria (Infanta D.), primeira mulher de Felipe II — 6, 7, 9, 10, 16, 18, 41, 42.
- Maria (Senhora D.), filha do infante D. Duarte, princesa de Parma — 61, 75, 283.
- Maria de Áustria (D.), irmã de Carlos V e rainha da Hungria — 35.
- Maria de Áustria (D.), filha de Carlos V e mulher de Maximiliano II, rei da Bohemia e depois imperador da Alemanha — 7, 30, 153.
- Maria de Meneses (D.) — 96.
- Maria de Noronha (D.) — 211.
- Maria Stuart — 154, 157.
- Maria Tudor, rainha de Inglaterra — 18, 34, 81.
- Marquês de Denia — 363.
- Marquês de Valença — 50.
- Marquês de Vila Real, D. Manuel de Meneses — 198, 255.
- Marquês de Vila Real, D. Miguel de Meneses — 23, 24, 94.
- Martim Afonso de Melo — 287.
- Martim Afonso de Sousa, governador da Índia — 410.
- Martim Afonso de Sousa, filho de Pedro Lopes de Sousa — 409.
- Martim de Borgonha, senhor de Tamberg — 273, 286, 297, 363, 388.
- Martim de Castro dos Rios — 401, 418.
- Martim Correia da Silva — 195, 306, 307, 308, 404.
- Martim Gonçalves da Câmara — 119, 120, 131, 132, 133, 136, 137, 138, 142, 167, 171, 189, 204, 205, 206, 207, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 242, 264.
- Martim Gonçalves da Câmara, filho de Luís Gonçalves de Ataíde — 409.
- Martim de Távora — 409.
- Martinho de Castelo Branco (D.) — 318, 363, 408, 409.
- Martinho Pereira (D.) — 120, 126, 190, 204.
- Mateus de Brito, filho de Lourenço de Brito — 409.
- Matias de Noronha (D.) — 409.
- Maximiliana (Princesa), filha do duque da Baviera — 111, 151, 179, 182.
- Maximiliano II, imperador da Alemanha — 76, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 161, 162, 230.
- Mem de Sá — 47, 48.
- Mestre Guedelha — 99.

- Miguel de Abreu, irmão de Lopo de Abreu — 409.
 Miguel Cabral — 409.
 Miguel Leitão de Andrade — 279, 280, 322, 325, 356, 368, 379.
 Miguel Lopes Ferreira — 17.
 Miguel de Meneses (D.), da casa de Cantanhede — 363.
 Miguel de Meneses (D.), filho de D. Manuel de Meneses, da casa do Louriçal — 409.
 Miguel de Moura — 120, 190, 203, 215, 217, 219, 230, 234, 248, 249, 284, 318, 407.
 Miguel de Noronha (D.), coronel do terço da Estremadura — 277, 338, 364, 365, 370, 387, 396, 409, 412, 415.
 Miguel Teles de Moura — 363.
 Miguel de Tôrres (P.º) — 44, 95, 139, 140.
 Mohâmede Taba, renegado genovês — 389, 390, 399, 400.
 Mohâmede Zarco — 326, 328, 367, 384, 385, 386.
 Montaigne — 377.
 Montluc (Marechal) — 78.
 Morato Arrais, corsário argelino — 358.
 Morel Fatio — 113.
 Mulei Abdalah — 54, 70, 221, 254, 256, 280, 355.
 Mulei Abde Almélique (o Muley Maluco dos cronistas) — 221, 222, 223, 225, 231, 251, 252, 253, 259, 261, 266, 276, 280, 281, 293, 305, 307, 310, 311, 312, 314, 320, 321, 322, 323, 324, 326, 327, 328, 329, 330, 333, 335, 351, 352, 353, 354, 355, 356, 357, 358, 359, 361, 362, 366, 367, 368, 369, 372, 376, 377, 378, 379, 382, 383, 387, 388, 396, 397, 403, 407.
 Mulei Ahmède — 221, 222, 317, 319, 326, 329, 355, 356, 358, 367, 381, 382, 384, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 406, 410, 411, 412, 413, 415, 416, 418, 419.
 Mulei Mohâmede (o Muley Mahamed, ou só Xerife, dos cronistas) — 54, 222, 223, 225, 231, 251, 252, 254, 255, 256, 280, 305, 306, 307, 308, 311, 312, 317, 327, 332, 335, 342, 343, 350, 351, 354, 355, 358, 359, 360, 361, 365, 378, 381, 383, 384, 385, 394, 397, 398, 401, 402, 403.
 Mulei Mohâmede Almadí — 358.
 Mulei Ismael, filho de Mulei Abde Almélique — 358.
 Mulei Xeque, filho de Mulei Mohâmede — 305, 306, 308, 401.
 Mustafá Chicibi — 377.

N

- Nicolau António — 405.
 Nicolau Durand de Villegagnon — 47, 81, 160.
 Nicolau de Frias — 339.
 Nuno Alvares Pereira — 243, 272, 273, 274, 275, 289, 303.
 Nuno Alvares Pereira, futuro conde de Tentúgal — 420.
 Nuno Freire de Andrade, filho de Gomes Freire da Andrade, de Bobadela — 410.
 Nuno Furtado de Mendonça — 412.

- Nuno Gonçalves da Câmara — 211.
 Nuno Manuel (D.) — 410.
 Nuno Mascarenhas (D.) — 390, 391, 392, 396, 398, 399.
 Nuno Rodrigues Barreto — 408.

O

Oliveira Martins — 197, 227.

P

- Paiva (Dr.) A. C.) — 120.
 Paulo III, papa — 9, 40, 43, 91, 119.
 Paulo IV, papa — 36, 38, 40.
 Paulo Afonso (Dr.) — 371, 378, 417.
 Pedro I (D.), rei de Portugal — 126.
 Pedro (Infante D.), regente de Portugal — 24.
 Pedro de Acosta (D.), bispo de Osma — 12.
 Pedro de Alcáçova Carneiro — 19, 20, 21, 23, 25, 58, 65, 70, 85, 113,
 114, 119, 120, 132, 136, 137, 138, 143, 179, 208, 209, 312, 213,
 214, 218, 219, 221, 224, 225, 226, 227, 230, 233, 243, 248, 249,
 262, 267, 272, 282, 284, 301, 360, 376, 408.
 Pedro Álvares de Carvalho, antigo capitão de Mazagão — 195.
 Pedro Álvares de Carvalho, irmão de Francisco Casado d' Carvalho — 410.
 Pedro Barbosa (Dr.) — 338, 417.
 Pedro de Carvalho Patalim, filho de João de Caryalho Patalim
 410.
 Pedro de Castro, alcaide-mór de Melgaço — 410.
 Pedro da Cunha (D.) — 127, 410.
 Pedro Deniz de Lencastre (D.) — 184, 190.
 Pedro Dias Vieira, almocadém de Tânger — 350.
 Pedro Fabro — 92.
 Pedro Figueiroa — 338.
 Pedro Lopes — 363.
 Pedro Lopes, sargento-mór dos aventureiros — 779, 338, 363, 381,
 384.
 Pedro Lopes de Sousa, filho de Martim Afonso de Sous — 410.
 Pedro Madrigal — 405.
 Pedro del Mármol (D.) — 347.
 Pedro Mascarenhas (D.), governador da Índia — 37.
 Pedro Mascarenhas (D.), irmão de D. João Mascarenhas — 410.
 Pedro de Meneses (D.), senhor de Cantanhede — 408, 409, 412.
 Pedro de Meneses (D.), sumilher da cortina — 43.
 Pedro de Mesquita, bailio de Leça — 339, 365, 384, 410.
 Pedro de Mesquita, capitão de Arzila — 347, 401, 404.
 Pedro Moniz, filho de Bernardo Moniz — 410.
 Pedro de Noronha (D.), filho do conde de Linhares — 410.

- Pedro Nunes — 89, 98, 99, 137.
 Pedro Peixoto da Silva — 287, 295.
 Pedro de Ribadeneyra (P.º) — 27.
 Pedro de Sequeira, irmão de Diogo Lopes de Sequeira — 338.
 Pedro da Silva, capitão interino de Tânger — 252, 402.
 Pedro da Silva (D.), de Elvas — 410.
 Pedro Suau, S. J. — 42, 43.
 Pedro de Vilaverde (D.) — 408, 410.
 Pero Moniz — 412.
 Pio IV, papa — 5, 40, 47, 50, 52, 66, 151, 156.
 Pio V, papa — 138, 139, 140, 142, 144, 145, 148, 151, 158, 168, 170, 171, 172, 191, 193, 200.

Q

Queiroz Velloso — 111, 234.

R

- Raimundo de Rouer, barão de Fourquevaux — 106, 151, 171, 174, 177.
 Rainúncio, príncipe de Parma — 75.
 Raposo (Alcaide) — 355, 356.
 Reduão (Alcaide) — 326, 328, 382.
 Rodolfo II, imperador da Alemanha — 273.
 Rodrigo Afonso de Beja — 408.
 Rodrigo de Beça, capelão da capela real — 233.
 Rodrigo de Castro (D.), da casa do Torrão — 410.
 Rodrigo de Castro (D.), sobrinho do precedente — 410.
 Rodrigo de Melo (D.), filho do conde de Tentúgal — 410.
 Rodrigo de Meneses (D.), da casa do Louriçal — 200, 414, 415.
 Rodrigo Pinheiro (D.), bispo do Pôrto — 49.
 Roque do Espírito Santo (Fr.) — 332, 333, 339, 413, 414, 415.
 Rui Barreto — 195.
 Rui de Figueiredo — 410.
 Rui Gomes da Cunha — 370.
 Rui Gomes da Silva, príncipe de Éboli — 73.
 Rui Lourenço de Távora — 417.
 Rui Lourenço de Távora, editor da *Historia de Varnens illustres do appellido Távora* — 70.
 Rui Lourenço de Távora, vice-rei da Índia — 238.
 Rui Lourenço de Távora, da Pesqueira — 407.
 Rui de Sousa — 407, 408.
 Rui de Sousa de Carvalho — 54, 56, 193, 194.
 Rui Teles, embaixador de Portugal em Castela — 68.

S

- Sá de Miranda — 47.
 Sacchini — 174.

- Salústio — 372.
 Salvador de Brito, alcaide-mor de Alter do Chão — 410.
 Salvador da Cruz (Fr.) — 271.
 Sánchez Alonso (B.) — 406.
 Sancho I (D.), rei de Portugal — 131.
 Sancho II, (D.), rei de Portugal — 200.
 Sancho de Ávila — 276.
 Sancho de Córdoba (D.) — 25.
 Sancho de Faria (D.) — 410.
 Sancho de Noronha (D.) — 410.
 Santa Rita — 409.
 Sebastião (D.), rei de Portugal — Em toda a obra.
 Sebastião da Costa — 273.
 Sebastião Gonçalves Pita — 410.
 Sebastião de Lucena — 408.
 Sebastião de Mesa — 16, 368, 369.
 Sebastião de Resende — 392, 398, 399.
 Sebastião de Sá, filho de João Rodrigues de Sá — 79.
 Sebastião de Sá, irmão de Francisco de Sá de Meneses — 384, 410.
 Sebastião da Silva, filho de Fernão da Silva — 410.
 Selim II, sultão da Turquia — 222.
 Simão de Castelo Branco (D.) — 409.
 Simão da Cunha — 363, 370.
 Simão Gomes — 116.
 Simão Gonçalves — 24.
 Simão Gonçalves da Câmara, conde da Calheta — 79.
 Simão Guedes — 58.
 Simão Lopes de Mendonça, adail de Tânger — 306, 317, 349, 352.
 Simão de Melo — 19, 408.
 Simão de Meneses (D.), filho de D. Diogo de Meneses, da casa do Louriçal — 371, 410.
 Simão de Meneses (D.), filho de D. Rodrigo de Meneses, da mesma casa — 410.
 Simão Rodrigues (P.º) — 92, 93, 141.
 Simão Sodré — 55.
 Simão de Sousa — 419.
 Simão da Veiga — 410.
 Sousa Guimarães (Dr. J.) — 27.

T

- Tabibe Alcaide) — 397.
 Teófilo Braga — 39.
 Teotónio de Bragança (D.), arcebispo de Évora — 75, 417.
 Thou (De) — 377.
 Tito Lívio — 372.
 Tomaz Stukeley, marquês de Leinster — 277, 286, 309, 335, 338, 363, 378, 388.

- Tomé da Cruz — 115.
Tomé da Silva — 410.
Tomé da Silva, filho de João Pereira Dantas — 403.
Tomé de Sousa — 119.
Tristão da Cunha — 370.

U

- Urraca (D.), rainha de Portugal — 126.

V

- Vasco Coutinho — 410.
Vasco da Gama — 417.
Vasco Mascarenhas (D.) — 409.
Vasco Pinto de Sousa Coutinho — 57, 59, 62.
Vasco da Silveira, coronel do terço do Alentejo — 277, 312, 313,
314, 338, 345, 351, 364, 370, 387, 390, 392, 419.
Violante Gomes — 71.
Visconde de Juromenha — 186.
Visconde de Santarém (2.º) — 68, 78, 81, 84, 99, 113, 122, 145, 154,
173, 177, 366.

ÍNDICE DOS CAPÍTULOS

CAPÍTULO I

A regência de D. Catarina de Áustria

Pág.

- Os duplos enlaces dos filhos de D. João III com os filhos de Carlos V. Suas consequências. — Nascimento do «Desejado». — Morte de D. João III. — A rainha viúva assume a regência. — Missão secreta do P.^o Francisco de Borja. — A infanta D. Maria avista-se, na fronteira de Espanha, com sua mãe, a rainha D. Leonor. — Qualidades políticas de D. Catarina. — Nomeação de D. Constantino de Bragança para vice-rei da Índia. — Fundação da Universidade de Évora. A Companhia de Jesus é concedido o privilégio do ensino preparatório para a admissão em certas Faculdades da Universidade de Coimbra. — Escolha do aio e do mestre de D. Sebastião. — Casamento clandestino do duque de Bragança com uma sobrinha do duque de Aveiro. — Estabelecimento da Inquisição em Gôa. — Os franceses no Brasil. — A rainha pretende abandonar a regência. — Pio IV autoriza a cobrança dum subsídio eclesiástico inaceitáveis condições da bula pontifícia. — O Concílio de Trento. — Círculo de Mazagão. — Renúncia definitiva de D. Catarina

5

CAPÍTULO II

A regência do Cardeal D. Henrique

- Assume a regência o Cardeal-Infante. — As principais resoluções das Cortes. — Criação do Conselho de Estado. — Auxílio duma armada para a conquista do Pinhão de Beles. — Desavenças entre D. Henrique e o Prior do Crato. — Casamentos das filhas do infante D. Duarte, D. Maria e D. Catarina, com o príncipe de Parma, Alexandre Farnésio, e o duque de Bragança, D. João I. — Moeda falsa, fabricada no estrangeiro. — Terremotos na ilha de S. Miguel. — Assalto de corsários franceses à ilha da Madeira. — Discórdias com a Inglaterra. — D. Sebastião toma conta do governo

61

CAPÍTULO III

Um rei de catorze anos

Pág.

- A sua educação. — A sua saúde. — O seu carácter. — Os seus primeiros actos. — A escolha dos novos ministros. — Rompimento com a avó. — A expedição ao Monomotapa

89

CAPÍTULO IV

O predominio dos Câmaras e as dissensões da família real

- A peste grande. — Deambulação do rei por diferentes terras: nos mosteiros de Alcobaça e da Batalha; na Universidade de Coimbra. — Nova pragmática contra o luxo. — As Companhias de Ordenanças. — Acentua-se o rompimento de D. Sebastião com a avó. — A rainha D. Catarina pretende retirar-se para Espanha. Profunda impressão que a notícia causa em todo o reino. — Vinda a Lisboa do Cardeal Alexandrino e do Geral da Companhia de Jesus. — Regressa à metrópole o vice-rei da Índia, D. Luís de Ataíde. — A lei contra os livros heréticos e a prisão de D. António de Castro, senhor de Cascais. — O falso rebate de ser a capital atacada por uma esquadra inimiga. — Organizaçā duma grande armada. — Violenta tempestade a destrói completamente

125

CAPÍTULO V

Os malogrados casamentos do rei

- As primeiras negociações. — O casamento com Margarida de Valois. — Oposição de Felipe II e dos pontífices Pio IV e Pio V. — O casamento com Isabel da Áustria. — Mudança de cenário. — Renovam-se as negociações para o matrimónio com a princesa de França. — Intervenção directa de Pio V. — Inutilidade duma resolução tardia. — O casamento com Maximiliana da Baviera. — A última noiva: a infanta de Espanha, Isabel Clara Eugénia. — Objecções e subterfúgios do pai. — Manifestações misóginas do rei

151

CAPÍTULO VI

A primeira jornada de África

Pág.

Horroroso auto de fé em Évora. — Por terras do Alentejo e do Algarve. — Reforma das Ordens Militares. — A expedição a Ceuta e Tânger. Ausência absoluta de orientação e de plano. — Regresso de D. Sebastião ao reino. Uma grande tempestade o salteia no caminho. — Morte do confessor. — A queda de Martim Gonçalves da Câmara. — Novos ministros. — Caprichos régios. — Falecimento do Senhor D. Duarte. — Como adulavam o rei !

189

CAPÍTULO VII

A obcecação do rei

Guerras civis em Marrocos. — A embaixada de Pedro de Alcáçova Carneiro a Felipe II. — A entrevista de Guadalupe. — Grande explosão em Lisboa. — A nova jornada de África. Meios empregados para obter dinheiro. A desorganização dos preparativos militares. — A entrega de Arzila. — Uma obstinação mórbida. — Falecimento da infanta D. Maria

221

CAPÍTULO VIII

A corrida para o abismo

A resposta de D. Sebastião aos conselhos do duque de Alba. — Morte da rainha D. Catarina. — Representação da câmara municipal de Lisboa. — O rei e a nobreza. A superstição da autoridade régia. — A embaixada do duque de Medinaceli. — Os contingentes estrangeiros. — O recrutamento dos soldados portugueses; abomináveis violências praticadas pelos oficiais arroladores. — O terço dos aventureiros. — Propostas de Abde Almélique; recusa do monarca. — A nomeação de governadores. — Nas vésperas da partida. — Felipe II abandona o sobrinho à sua sorte

259

CAPITULO IX

Nas vésperas da catástrofe

Pág.

O embarque. — Conflitos entre soldados portugueses e estrangeiros. — Grave desgosto do Prior do Crato. — A comitiva régia. — Em Cádiz. — Na cidade de Tânger. — Dezoito dias em Arzila: pânico infundado; reunião dum Conselho de Oficiais; uma correria moura; a vaidade de D. Sebastião; as últimas propostas de Abde Almélique. — Fantasias dum historiador marroquino. — A obsessão do rei acentua-se; as suas invenções; as suas cóleras. — Partida para Larache ...

293

CAPITULO X

Alcácer-Quibir

A marcha do exército. — Delongas das duas primeiras jornadas. — O Conselho vota o regresso a Arzila; impossibilidade de o efectuar. — Chegada do capitão Aldana com quinhentos soldados castelhanos; falta de piques e arcabuzes para os armaz. — O Conselho resolve seguir direito a Larache. — Oposição do rei e de alguns fidalgos; muda-se o itinerário para Alcácer-Quibir. — Propostas e conselhos que D. Sebastião rejeita, na ânsia de combater. — No campo xerifiano. — No campo cristão; o último Conselho. — Os dois exércitos: suas respectivas formaturas. — A batalha: desbarato do exército cristão. — A morte dos três Reis. — O novo Xerife ordena lhe sejam entregues todos os prisioneiros nobres. — Encontra-se o cadáver de D. Sebastião; seu enterro em Alcácer-Quibir; sua trasladação. — As classes populares começam a pôr em dúvida a morte de D. Sebastião; origem dessa incredulidade. — Os fidalgos mortos na batalha. — Os cativos. — Como se libertou o Prior do Crato. — O resgate e a miséria de reino.

337

Indice Alfabético

421

ÍNDICE DAS GRAVURAS

	<i>Pág.</i>
Retrato de D. Sebastião	Na capa
Retrato da rainha D. Catarina de Áustria	32
Retrato do Cardeal D. Henrique	64
Retrato de Felipe II	224
Esboço da região compreendida entre Arzila e Alcácer- -Quibir	341
Ordem de batalha do exército de D. Sebastião	362
Planta do campo de batalha de Alcácer-Quibir	375

Oct 22 1943

1943-10-22

1943-10-22

NO PRELO

A PERDA DA INDEPENDÊNCIA

Volume 1.º

O REINADO DO CARDEAL D. HENRIQUE

A SEGUIR

Volume 2.º

O INTERREGNO DOS GOVERNADORES

BN



#EFG0000350202*

